

Departamento de Sociologia

**AMOR, SEXO E GÉNERO: TRAJECTÓRIA ÍNTIMAS DOS/AS
JOVENS PARA A VIDA ADULTA**

Ana Cristina Marques

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de
Doutora em Sociologia

Orientadora:
Doutora Anália Torres, Professora Catedrática,
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas,
Universidade Técnica de Lisboa

Junho de 2014

Departamento de Sociologia

**AMOR, SEXO E GÉNERO: TRAJECTÓRIA ÍNTIMAS DOS/AS
JOVENS PARA A VIDA ADULTA**

Ana Cristina Marques

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de
Doutora em Sociologia

Júri

Doutor Victor Sérgio Ferreira, ICS, Investigador Auxiliar, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

Doutora Sofia Aboim, ICS, Investigadora Auxiliar, Investigador Auxiliar, Instituto de Ciências
Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

Doutor Miguel Vale de Almeida, Professor Associado, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa,
Lisboa, Portugal

Doutor Pedro Vasconcelos, Professor Auxiliar, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa,
Portugal

Doutora Maria das Dores Guerreiro, Professora Associada, ISCTE Instituto Universitário de
Lisboa, Lisboa, Portugal

Doutora Anália Torres, Professora Catedrática, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas,
Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

Junho, 2014

Agradecimentos

Esta tese é dedicada aos homens da minha vida. Com todos os seus defeitos e qualidades, eles são essenciais para mim e tenho a sorte de os ter comigo todos os dias, senão fisicamente, pelo menos no coração.

Ao longo dos últimos 8 anos dediquei-me à realização deste trabalho, tendo contado com o apoio de algumas pessoas e instituições sem as quais este projeto teria sido muito difícil de realizar.

Assim, agradeço, em primeiro lugar, à FCT que financiou esta pesquisa, e ao CIES-ISCTE-IUL, que me serviu como instituição de acolhimento. Agradeço ainda ao Instituto Português da Juventude e a um dos gabinetes de planeamento sexual e familiar juvenil existentes em Leiria, que me permitiram aceder a alguns/algumas do/as jovens entrevistado/as. Aos três bares (ou seja, aos seus respetivos donos) da região de Leiria, que me ajudaram, também, no contacto com vários/as jovens, permitindo-me, para além disso, realizar algumas das entrevistas nos seus espaços, o meu muito obrigada.

O meu obrigada ainda para todo/as o/as amigo/as, pessoas conhecidas e outro/as pessoas que passaram pela minha vida, no passado e no presente, que me ajudaram a contactar os/as jovens (eu não me esqueço de quem são!) e que, de uma maneira ou outra, me apoiaram. Uma palavra especial de agradecimento à Inês, a minha grande companheira desta viagem; à Sofia e à Sara que me ajudaram, sobretudo (mas não só), nesta fase final; e à Irene, à Lena, à Joanita, e à Tânia, que, estando longe deste mundo, num momento ou noutro, estiveram lá para me apoiar e me ajudar a fazer esta travessia, nem sempre calma.

Esta tese também não estaria feita sem o apoio da minha família, especialmente dos meus pais, que, tal como a tanto/as outro/as jovens adultos, em Portugal, financiaram o meu percurso escolar e me deram guarida até aos meus 30 anos. E que, mesmo após uma juventude rebelde, cheia de experimentações e de oposição à sua autoridade, nunca me abandonaram e sempre me ajudaram e apoiaram como souberam.

Agradeço, especialmente, à Professora Doutora Anália Torres, que, ao longo daquilo que são já mais de 10 anos, esteve sempre presente, nos bons e nos maus momentos, para aconselhar, orientar e criticar. A ela devo não só a realização desta tese, mas também a minha iniciação neste mundo da investigação científica em sociologia. Por tudo isto, estou-lhe para sempre grata.

Os meus agradecimentos vão ainda para o Pedro Moura Ferreira, para a Sofia Santos, para a Cristina Vieira, para a Rafaella Camolletto, para o Andrew King e para a professora Janet Holland, que antes da publicação de trabalhos de investigação/artigos em que participaram/realizaram, me deixaram aceder a essas futuras publicações. À professora Janet Holland agradeço ainda a possibilidade que me deu de passar dois meses, em finais de 2009, na London South Bank University, e no acompanhamento feito,

posteriormente, quer pela leitura crítica de algum working paper ou comunicação que lhe tenha entregue, ou pelo facto de ter ido assistir a comunicações que fiz, no Reino Unido, onde esteve também presente. Um muito obrigado e um abraço vão ainda para o Andrew King, que, num momento de grande isolamento profissional, me acompanhou, ajudando e orientando, dando sugestões e conselhos, e chamando a minha atenção para algumas questões não antes pensadas e que foram depois seguidas neste trabalho. Não posso deixar ainda de agradecer à Sahra Gibbon, que, sem ter qualquer obrigação de o fazer, me disponibilizou tempo para ajudar a acabar de escrever esta tese. Aos/às colegas pertencentes ao grupo: Família, Género e Intimidade, dirigido pela Professora Doutora Anália Torres, agradeço também as críticas e sugestões feitas durante as reuniões.

Por fim, um agradecimento muito especial vai para todos/as os/as jovens entrevistados/as, que disponibilizarem algumas horas das suas vidas para me ajudarem na construção deste trabalho. Sem vocês este projeto não teria sido realizado. Espero poder ter feito justiça ao que me foi dito e não ter traído ninguém nas suas histórias, ao ter que cortar, descontextualizar e resumir a riqueza das vidas e das ideias partilhadas. Da minha parte fica a garantia de que tentei respeitar ao máximo, como por vezes me foi pedido, tudo o que me foi dito e a tentativa de dar conta da complexidade destas histórias, nem sempre fáceis.

Londres, Junho de 2014

Ana Cristina Marques

Resumo: Amor, sexo e género: trajetórias íntimas do/as jovens para a vida adulta

Baseada em entrevistas semiestruturadas, realizadas a 60 jovens-adultos, com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos, residentes em Leiria, Portugal, e pertencentes a diferentes posições sociais, este trabalho analisa as trajetórias íntimas de um conjunto de jovens e a sua articulação com transição para a vida adulta, tomando em especial atenção as representações, valores e normas que orientam as práticas e os relacionamentos sexuais e/ou amorosos dos/as jovens, e os contextos, redes e posições sociais em que estes/as se inserem. Argumenta-se, assim, que os conhecimentos sobre sexualidade e a construção das identidades sexuais e de género dos/as jovens são apreendidos e feitos a partir de múltiplos espaços de socialização, como a família, os/as amigos/as, os/as parceiros/as e/ou os média e as novas tecnologias da informação, que podem transmitir informações contraditórias e/ou ter diferentes campos de possibilidades; sendo que, neste contexto, os/as jovens, criam os seus artesanatos das ideias (Almeida, 2013). Por conseguinte, os/as jovens tendem a ter práticas e representações da sexualidade diversas, múltiplas e, frequentemente, contraditórias, usando diferentes guiões sexuais, existentes na sociedade (romântico, essencialista, hedonista...), de acordo com as suas posições e circunstâncias sociais, os seus encontros interpessoais, e as possibilidades que estes admitem a um nível intrapsíquico. Simultaneamente, defende-se que o domínio da intimidade, e especificamente da sexualidade, não é insignificante para as transições dos/as jovens para a vida adulta. Intimidade, afetividade, sexualidade e género têm implicações, quer em termos práticos quer em termos de expectativas, no modo como os/as jovens vivem este período das suas vidas, especialmente no que diz respeito à saída de casa dos pais, à entrada em conjugalidade e/ou à entrada em parentalidade. Por fim, sublinha-se a importância dos aspetos íntimos e relacionais, por exemplo ao nível dos relacionamentos familiares, de amizade, sexuais e/ou amorosos e de parentalidade, contra os “riscos” do mundo individualizado das sociedades ocidentais contemporâneas.

Palavras-chave: Intimidade, sexualidade, género, jovens-adultos, transição para a vida adulta

Abstract: Love, sex and gender: young adults' intimate trajectories into adulthood

Based on semi-structured interviews with 60 young people, aged 18-29 years old, living in Leiria, Portugal, and belonging to different social backgrounds, this work analyses the intimate paths of a group of young people and its articulation with their transitions into adulthood, taking into special attention the representations, values and norms that guide young people's sexual and/or love practices and relationships, and the contexts, networks and social positions in which they are immersed. Thus, it's argued that young people's knowledge about sexuality and their construction of sexual and gender identities is based in multiple socialization spaces, as the family, friends, partners, media and the new information technologies, that can transmit contradictory information and/or have different possibility fields. In these contexts young people create their own patchwork of ideas (Almeida, 2013). Thereafter, young people tend to have diverse, multiple and, often, contradictory practices and representations of sexuality; drawing on different sexual scripts that exist in society (romantic, essentialist, hedonist...) according to their social circumstances and positioning, their interpersonal encounters, and the possibilities they admit at an intra-psychic level. Simultaneously, it's argued that the domain of intimacy, namely sexuality, it's not trivial for young people's transitions into adulthood. Intimacy, affection, sexuality and gender have practical implications in their lifestyles and/or may affect young their expectations, especially concerning leaving home, conjugality and/or parenthood. Finally, the importance of intimacy and the relational aspects of life are underlined, e.g. in terms of family relations, friendship, sexual and love relationships and parenthood, against the "risks" of the individualized world, of contemporary western societies.

Key-words: Intimacy, sexuality, gender, young adults, transition into adulthood

Índice

Introdução	1
1 As mudanças da intimidade	7
1.1 Perspetivas sobre a sexualidade Judaico-cristã e sobre a sexualidade tradicional: um passado enraizado	8
1.2 Mudança social, individualização, secularização e democratização	12
1.3 Intimidade e as transformações da segunda metade do século XX	16
1.3.1 A sexualidade é chamada ao centro do palco	20
1.3.2 O imperativo do amor	24
1.4 As mudanças da intimidade em português	29
1.4.1 Antes do 25 de Abril	29
1.4.2 Das últimas décadas do século XX aos dias de hoje: as mudanças recentes no domínio da intimidade	31
2 A sexualidade enquanto objeto de estudo das ciências sociais – reflexões e direções de pesquisa	35
2.1 Dos pioneiros da sexologia aos sexologistas de meados do século XX	35
2.2 A luta pela liberdade sexual e pelas igualdades de género e de orientação sexual	40
2.3 A sexualidade como um produto do social. Sobre a construção social da sexualidade	46
2.4 O VIH/SIDA, os inquiridos e a nova medicalização da sexualidade	52
2.5 Destabilizando a identidade e intersetando a sexualidade: os estudos queer e o conceito de interseccionalidade	54
2.6 Género e sexualidade – que articulações	57
2.6.1 Do conceito de (relações sociais de) género	57
2.6.2 (Hetero)sexualidade, fluidez e diferentes níveis de articulações	62
2.7 A multidimensionalidade da sexualidade e a sua vivência quotidiana: posicionamento teórico	66
3 Estratégias de investigação	69
3.1 A questão de partida, a problemática e as hipóteses	69
3.2 Considerações teóricas e epistemológicas	75
3.2.1 O problema da construção social da realidade e a opção pelo realismo crítico	75
3.2.2 Os condicionamentos da ação	77
3.2.3 Campo de possibilidades, posições sociais e representações sociais	79
3.3 Entrevistas, entrevistadora e entrevistados/as	82
3.3.1 As entrevistas e o “problema” de investigar a sexualidade	83
3.3.2 Os/as jovens entrevistados/as	88
3.3.3 A relação da entrevistadora com os/as jovens entrevistados e a situação social de entrevista	93
4 Crescendo em contextos relacionais e individualizados: os contextos de aprendizagem e de construção da intimidade	97

4.1 Família: a importância; controlo dos lazeres, sociabilidades e namoros; e comunicação sobre sexualidade	98
4.1.1 Família: significado e importância	99
4.1.2 O controlo da sociabilidades e da sexualidade e comunicação sobre sexualidade	102
4.2 O contexto escolar da sexualidade: um olhar sobre (tudo para) o passado	119
4.2.1 Da (não) importância da escola	119
4.2.2 Conversando sobre sexualidade na escola: será a escola um local onde se fala de sexualidade?	121
4.3 Entre o apoio e a pressão: amizades, género e sexualidade	131
4.3.1 “Ninguém é ninguém sem amigos”: os significados e a importância da amizade	132
4.3.2 Então e agora?! Será que os/as jovens continuam a falar de sexualidade com os/as amigos/as?	140
4.4 Outras fontes de conhecimento e/ou comunicação sobre a sexualidade: as “novas” tecnologias da informação, a experiência e os/as parceiros/as	146
4.4.1 As “novas” tecnologias de informação	147
4.4.2 Pornografia: aprendizagem ou desaprendizagem?!	151
4.4.3 A experiência pessoal e os/as parceiros/as – é a fazer que a gente aprende!	154
5 Pensando e vivendo a sexualidade: restrições, cedências e permissões	159
5.1 De uma sexualidade natural, individualizada e/ou relacional	160
5.1.1 O amor em tempos de transição – dos significados e expectativas do amor entre os/as jovens adultos/as	167
5.1.2 Para além de dicotomias: sexo por amor, sexo por prazer e a multiplicidade dos significados da sexualidade	169
5.1.3 Sexo, amor, confiança, corpos e “isso”: os significados da relação sexual	174
5.2 Entre o fazer e o não fazer: as práticas da sexualidade	179
5.2.1 Namoricos, namoros, curtes e outros que tais: relacionamentos sexuais e/ou amorosos e trajetórias dos/as jovens	180
5.2.2 Das práticas sexuais juvenis: alguns exemplos	191
5.2.3 Relacionamentos sexuais e/ou amorosos, práticas sexuais e utilização de contraceptivos	204
5.3 As normatividades da sexualidade	208
5.3.1 Do duplo padrão moral a um padrão singular da sexualidade: coexistências, permanências, mudanças e reconfigurações	208
5.3.2 A infidelidade “é muito má”, mas...!	215
5.3.3 A aceitação do relacionamento e do casamento entre pessoas do mesmo género vs. o problema da adoção	217
5.4 A importância do posicionamento social na compreensão das práticas e das representações da sexualidade	221
5.4.1 Quando a orientação sexual não é a predominante	221

5.4.2 Da (não) importância da religião nas representações e práticas da sexualidade	229
5.4.3 Género: continuidades e mudanças	233
5.4.4 Tipos de representações e práticas da sexualidade	238
6 Sair de casa, viver em conjugalidade, ter filhos – como e para quando?	243
6.1 Sobre a transição para a vida adulta	243
6.1.1 Da diversão às responsabilidades: os significados da juventude, da adultez e da transição para a vida adulta	248
6.2 Saindo de casa dos pais: práticas e expectativas residenciais	253
6.2.1 Eu sai/vou sair porque...: os motivos dados para sair de casa dos pais	257
6.3 Viver em conjugalidade: práticas e motivações	263
6.3.1 As “escolhas” da conjugalidade	265
6.3.2 Do amor ao pragmatismo: motivações para a entrada em conjugalidade	268
6.4 Não existem príncipes/princesas encantados/as: a “escolha” dos/as parceiros/as e os/as parceiros/as ideais	272
6.4.1 Os “fantasmas” dos relacionamentos: os/as parceiros/as e a existência de filhos/as de uma outra relação	275
6.5 Parentalidade: o adiamento dos/as filhos/as vs. o valor da criança	277
6.5.1 E quando se (quer) engravida(r)	281
6.6 Modos de entrada em conjugalidade e em parentalidade	284
Notas finais	291
Bibliografia	311
Outras fontes	330
Anexos	331
Anexo 1	333
Anexo 2	345

Índice de figuras

Figura 3.1. Modelo de análise	74
--------------------------------------	----

Índice de quadros

Quadro 5.1. Modos de viver e pensar a sexualidade	241
Quadro 6.1. Modos de entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade	287
Quadro 6.2. Associação entre os modos de pensar e viver a sexualidade e os modos de entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade	288

Introdução

As relações entre sexualidade, intimidade, género e/ou orientação sexual são, atualmente, um dos focos das pesquisas que se têm realizado no domínio da sexualidade, sendo transversais a vários trabalhos sobre esta temática (Loyolla, 1999). São as relações entre intimidade, família, amizade, sexualidade, género, amor e entrada em conjugalidade e parentalidade, numa determinada fase da vida – a dos/as jovens adultos/as, que se pretende explorar ao longo desta pesquisa.

A intimidade é aqui percebida de forma alargada, no sentido de Plummer (2003), como dizendo respeito aos relacionamentos próximos dos indivíduos, com os/as amigos/as, a família, as crianças e os/as parceiros/as, e ao relacionamento consigo próprio, em termos de sentimentos, corpos e emoções pessoais. Esta é assim uma esfera complexa de relações íntimas, com o próprio e com os/as outros/as, que não tem um significado único. Embora as intimidades possam ser transitórias estas não são algo de menor, tocando, geralmente o mundo pessoal de forma profunda. As intimidades existem em termos de sexualidade, amor, parentalidade, conjugalidade, amizade e no cuidado aos/às outros/as. Os corpos, os sentimentos, as identidades, as relações, as interações e mesmo as comunidades são centrais no modo como se fazem e vivem as intimidades.

Olhar para um domínio da vida como o é da intimidade não é, então, desprovido de sentido. Como refere Torres (2000: 16), “a afetividade constitui uma das dimensões das relações sociais, dimensão que contém a vertente amorosa mas, também, todas as outras formas de afetividade”, entre as quais se encontram a sexualidade e a amizade. O afeto tem consequências concretas na medida em que “produz “obras”, pessoas, é uma forma de criação por excelência da vida social, em sentido metafórico e real.

A compreensão de questões relacionadas com a intimidade e, nomeadamente, da sexualidade tornou-se, nos dias de hoje, essencial para pensar temas como o poder, a família, a organização do trabalho, a identidade ou a política (Weeks e Holland, 1996). Assim, por um lado, pensar a sexualidade é também procurar perceber as identidades, as pertenças, as relações pessoais e os significados sociais, nas sociedades contemporâneas.

O género e a sexualidade têm importância para todos os aspectos da vida social, e portanto, para a análise sociológica, nomeadamente ao nível da política e do poder, das crenças e valores culturais, da ação social, do Eu e da identidade, e das estruturas sociais (Rahman e Jackson, 2010). Os assuntos relacionados com o género e a com a sexualidade não podem ser percebidos como apenas pessoais e privados, visto que levantam questões sociológicas centrais sobre as relações entre estrutura, cultura, identidade, e as relações de poder que intersectam todos estes aspectos da vida social.

Neste trabalho, pretende-se, assim, conhecer melhor o que se passa no domínio da intimidade dos/as jovens, num momento de transição para a vida adulta; colocando o enfoque no modo como a

sexualidade, o género e a afetividade (Weeks, 2006 [1986]; Jackson e Scott, 2004, 2010; Plummer, 2007) se articulam e operam nas representações dos/das jovens e nas “praticidades dos assuntos quotidianos” (Plummer, 2007: 23).

Parte-se então do âmbito da sociologia da sexualidade, tendo, também, em consideração os domínios da sociologia da família, do género e da juventude. Embora a articulação entre o estudo da sexualidade e do género, sejam, nos dias de hoje, algo de comum, assim como os estudos que articulam questões do domínio da sexualidade com questões relacionadas com o domínio da família (sendo que várias áreas são relevantes para ambos os domínios), como acontece, por exemplo, com a gravidez na adolescência, a contraceção, a entrada em conjugalidade e em parentalidade, ou as experiências familiares dos/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual (quer com a família de origem quer com a formação de uma nova família), o mesmo tende a não acontecer com a articulação entre o estudo da sexualidade e o estudo das transições para a vida adulta. Apesar de haver uma literatura extensa sobre as sexualidades juvenis, especialmente na escola, os trabalhos que se debruçam sobre a transição para a vida adulta, com algumas exceções, tendem a não ter em conta questões sobre os relacionamentos íntimos e afetivos, e sobre a sexualidade. Embora esta tenha sido, no passado, um indicador de entrada na vida adulta, sobretudo para as mulheres, pela associação entre primeira relação sexual e entrada em conjugalidade, atualmente, ao contrário do que acontece com a entrada em conjugalidade e a entrada em parentalidade que, embora sujeitas a polémicas e discussões, se mantêm como indicadores desta transição, a sexualidade tende a não ser considerada em muitas destas pesquisas. Contudo, vai argumentar-se, aqui, que as questões da intimidade, da afetividade e da sexualidade são importantes nas trajetórias dos/as jovens para a vida adulta, podendo estar articuladas, entre outros aspectos, com a saída dos/as jovens de casa dos pais, ou dos familiares com quem vivem, e com a (expectativa de) entrada em conjugalidade e em parentalidade.

As transformações vividas, desde da década de 60, do século XX, no domínio da intimidade servem de pano de fundo para a reflexão e o debate por parte de vários autores (Bozon 2005 [2002]; Giddens, 1996; Jamieson, 2005 [1998]; Plummer, 2003; Weeks, 2007; Weeks e Holland, 1996). Neste sentido fala-se em processos de individualização, de pluralização, de democracia íntima, de diversificação das trajetórias íntimas e sexuais, da existência de vários e novos estilos de vida íntimos e sexuais, e da maior tolerância a outras formas de intimidade e de sexualidade. No entanto, se atualmente se pode viver a intimidade de uma forma mais liberta, esta não está livre de condicionamentos. Existem assim coexistências (variadas e diferenciadas) entre perspetivas mais tradicionais e mais modernas (Jamieson, 2005 [1998]; Weeks, 2006 [1986]), e um processo de internalização das normas (Bozon, 2004, 2005 [2002]), de modo que é o Eu que vai tendo que articular normas cada vez mais difusas e menos absolutas, vindas de uma pluralidade de lugares, mas mesmo assim condicionadoras. Os discursos dos/as jovens sobre as suas práticas e representações, sobre os contextos em que vivem e sobre as suas expectativas no domínio da intimidade irão ajudar a refletir sobre o modo que estas transformações, operantes no contexto mais alargado das sociedades

ocidentais contemporâneas, se repercutem nas trajetórias dos/as jovens entrevistados/as. Poderá falar-se numa modernização, no sentido de uma maior individualização, diversidade, tolerância, esbatimento das diferenças de género, nas representações, experiências, trajetórias e expectativas destes/as jovens? Ou será que fatores mais tradicionais ainda subsistem condicionando as suas possibilidades? Estes são então alguns dos assuntos sobre os quais se vai refletir ao longo das várias páginas deste trabalho.

Num mundo que se diz individualizado (Beck and Beck-Gernesheim, 2001), em que as pessoas “são obrigadas a escolher” os seus destinos, cada vez mais por si só, e em que “devem assumir” as responsabilidades dessas mesmas escolhas em termos pessoais, como se não existissem forças estruturais que condicionam essas mesmas escolhas, pretende-se sublinhar a importância dos relacionamentos íntimos dos/as jovens, em termos das suas trajetórias para a vida adulta, das suas fontes de aprendizagem e de comunicação sobre a sexualidade, e/ou do controlo sobre os seus lazeres, sociabilidades e/ou relacionamentos sexuais e/ou amorosos. Ao invés de se considerar os/as jovens como “ilhas isoladas”, procura-se mostrar que estes/as vivem em mundos relacionais, que valorizam, quer seja com sua família de origem ou com a família que escolhem e que criam, com pais, filhos/as, amigos/as e/ou parceiros/as. Deste modo, uma das preocupações centrais deste trabalho é a de dar conta dos contextos sociais em que os/as jovens se movem, procurando mostrar como é que estes/as crescem enquanto sujeitos genderizados e sexualizados. Ou seja, procurar perceber como é que, os contextos sociais em que se inserem, influenciam as práticas, representações, trajetórias e expectativas dos/as jovens ao nível da intimidade, da afetividade e da sexualidade, de que modo é que os/as jovens se relacionam com os outros significativos e que importância lhes atribuem, e como é que estes os/as ajudam a construir as suas identidades e conhecimentos sexuais e de género.

Ao tentar-se compreender quais as suas representações e práticas em termos de intimidade, afetividade e sexualidade, pensa-se, ainda, poder-se aferir qual a importância que os/as jovens atribuem a estes domínios das suas vidas, quer seja ao nível das relações familiares e de amizade, quer seja ao nível da sexualidade e da entrada em conjugalidade e em parentalidade. Neste contexto procura perceber-se como é que a sexualidade é vivida, se de forma monolítica ou se de forma heterogénea, como se pensa ser o caso, ajudando a desconstruir uma visão mais homogeneizante da sexualidade. Ademais, ao diversificar-se também a orientação social dos/as jovens, ao invés de haver um centramento apenas na heterossexualidade ou na homossexualidade, pensa-se poder abrir pistas de investigação que ajudem, embora de forma limitada, a desconstruir o binarismo com que as identidades sexuais são, frequentemente, percebidas nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Ora, uma das questões atualmente debatida na área sociologia da sexualidade diz respeito à centralidade e onnipresença da heteronormatividade (Beasley et al., 2012; Jackson, 1996; Richardson, 1996, 2000). Neste sentido os trabalhos incidem, por um lado, na divisão hierárquica entre heterossexualidade e homossexualidade, e, por outro lado, na supremacia do masculino sobre o feminino. Relativamente a este último ponto, vários estudos têm incidido na existência de opressão de

género, dando ênfase a aspetos como a commodificação da sexualidade e/ou a coerção, exploração e violência sexuais. No contexto destes trabalhos é, frequentemente, argumentado que se mantém a existência da dupla moral sexual e de dois mundos emocionais separados para homens e mulheres. Esta pesquisa, ao ser realizada a jovens homens e jovens mulheres pode, também, contribuir para o acesso parcial a uma visão, ainda que socialmente situada, de como a sexualidade é vivida e representada por ambos, perceber quais as diferenças e semelhanças existentes entre eles/as, e atestar se o duplo padrão moral da sexualidade se mantém (ou não) e em que modalidades. Defende-se, contudo, que as relações de poder, as desigualdades e as assimetrias em termos de género e a sua articulação não só com o domínio da sexualidade, mas também com outros domínios da intimidade, e de forma mais geral, do mundo social, devem ser investigadas e não tomadas como garantidas à priori.

Por outro lado, considera-se que, embora os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual possam viver, de facto, num mundo onde existe uma maior aceitação da diversidade sexual, estes/as têm que navegar num mundo em que a heterossexualidade se mantém como norma e onde a homofobia não deixou totalmente de existir (Seidman, 2002; Weeks, 2007). Contudo, tal como acontece com as questões de género, assume-se neste estudo que se deve explorar e analisar as questões relacionadas com as orientações e/ou identidades sexuais não heterossexuais e não tomar como pontos de partida certos pressupostos, como a centralidade da identidade sexual.

Defende-se ainda a necessidade de olhar para os padrões quotidianos das relações sexuais, para o modo como a sexualidade é vivenciada todos os dias, analisando quais as práticas tomadas como habituais e quais as formas de diversidade sexual toleradas e as criticadas (Jackson, 2008). Neste sentido, esta pesquisa contribui para a perceção de quais as práticas e representações percebidas como normais para os/as jovens, quais as que são toleradas e as que são associadas a valores mais negativos. Sabendo quais são, para os/as jovens, as sexualidades normativas, e, deste modo, o que fica de fora destas, é possível ganhar novas pistas de análise que permitam mapear os contornos da sexualidade nesta fase da vida.

Acresce ainda que a intimidade, assim como as relações entre esta e o género, são percebidas como multidimensionais, atribuindo-se importância ao posicionamento social dos indivíduos. Argumenta-se, por conseguinte, que as representações e experiências da intimidade, da afetividade e da sexualidade não são iguais para todos/as, sendo antes passíveis de variar, tendo em conta fatores como o género, classe, etnia, idade ou ciclo de vida dos indivíduos, e os espaços e tempos em que estes se movem. Por conseguinte, ao tomar-se em consideração aspetos como o género, a escolaridade, a idade, a orientação sexual, e a posição perante a religião, procura ver-se as diferenças e as semelhanças que afetam as trajetórias íntimas dos/as jovens para a vida adulta, tentando salientar-se as inter-relações entre as várias variáveis sociais e as trajetórias dos/as jovens e sublinhando a importância de pensar o domínio da intimidade como algo de diverso e dinâmico, que tem que ser inserido nos seus contextos.

Neste sentido, começa-se, no primeiro capítulo, por expor as transformações ocorridas no domínio da intimidade nas sociedades ocidentais contemporâneas e, mais especificamente, em Portugal. Passa-se, no segundo capítulo, a apresentar o quadro teórico, fortemente assente nos estudos realizados no âmbito da sociologia da sexualidade, posicionando as perspetivas seguidas neste trabalho. No terceiro capítulo apresentam-se as estratégias de investigação seguidas, parando ainda para refletir sobre alguns pressupostos teórico-epistemológicos que orientaram a pesquisa, e apresentando as características sociodemográficas dos/as jovens entrevistados.

Tendo agora em atenção a análise das entrevistas, no quarto capítulo reflete-se sobre os contextos íntimos em que os/as jovens se movem, tomando em consideração a importância da família e da amizade para os/as jovens; a existência ou não de controlos sobre os lares, sociabilidades e relacionamentos sexuais e/ou amorosos por parte dos pais e de pressões para o exercício da sexualidade da parte dos/as colegas; a comunicação sobre sexualidade com pais, amigos/as e parceiros/as; e algumas das fontes de informação sobre sexualidade dos/as jovens, como os pais, os/as amigos/as, a escola, as “novas” tecnologias da informação, a experiência pessoal e os/as parceiros/as.

No capítulo cinco analisa-se as representações e práticas da sexualidade dos/as jovens, procurando perceber-se: que significados é que esta tem para os/as jovens; em que tipo de relacionamentos (namoricos, curtes, namoros sério, amigos coloridos...) e práticas (primeira relação sexual, masturbação, sexo oral e sexo anal) é que estes/as se envolvem e que significados e valores lhes estão associados; que representações é que estes/as têm de alguns temas específicos como o duplo padrão sexual, a infidelidade, o relacionamento entre duas pessoas do mesmo género e a possibilidade que estas devem ou não ter de casar pelo civil e de adotar crianças; as especificidades da assunção de uma orientação e/ou identidade sexual não heterossexual; e como é que a religião, o género e a escolaridade influem nas práticas e nas representações da sexualidade; agregando, no fim, estas informações em modos de pensar e viver a sexualidade.

No capítulo 6 toma-se em atenção a questão da transição para a vida adulta, procurando conhecer as representações que os/as jovens têm daquilo que é ser-se jovem, adulto, e do que faz com que eles/as transitem de um estado para o outro, e do seu auto-posicionamento neste “continuum”; olha-se depois, mais especificamente, para as práticas, expectativas e/ou motivações da/para a saída de casa dos pais/familiares com quem vivem, de/para a entrada em conjugalidade e de/para a entrada em parentalidade; procura conhecer-se ainda quem são os/as parceiros/as reais e ideais dos/as jovens e as implicações da existência de ex-parceiros/as e de filhos/as; acaba-se o capítulo dando conta da existência de várias modalidades de saída de casa dos pais e de entrada em conjugalidade e em parentalidade, alinhando-se uma articulação entre estas e os os modos de viver e representar a sexualidade.

Por fim, nas notas finais, procura-se mostrar o fio condutor do trabalho, sublinhando os aspetos considerados como mais importantes e respondendo às questões de partida.

1. As mudanças da intimidade

As questões relacionadas com a intimidade, nomeadamente as questões de género, da família e da sexualidade, têm sido discutidas largamente na sociologia internacional, e, após o período de institucionalização da sociologia portuguesa, também em Portugal, embora o desenvolvimento do estudo da sexualidade seja muito recente¹.

A problematização destas questões insere-se, geralmente, no contexto da análise dos processos de transformação social, que, de acordo com vários/as autores/as (Beck, 2000; Beck e Beck-Gernsheim, 1995, 2001; Elias, 2004 [1987]); Giddens, 1991, 1996, 2000; Inglehart, 2006, 2008; Inglehart e Norris, 2003), tem ocorrido nas sociedades ocidentais contemporâneas, e que se articulam com diversos domínios da vida social. É neste contexto mais global, e em estrita articulação com ele, que o resultado de diversas pesquisas aponta para a existência de mudanças², nos domínios da família, do género e da sexualidade³, como a democratização, secularização e individualização da vida íntima, a sentimentalização, privatização e pluralização da vida familiar e/ou sexual, ou o reconhecimento da diversidade sexual (Aboim, 2006; Bozon, 1998, 2005 [2002]; Plummer, 2003; Therborn, 2004; Torres et al., 2006; Weeks, 2006 [1986], 2007).

A par destas transformações da intimidade, diversos autores (Beck e Beck-Gernsheim, 2001; Bozon, 1998; Giddens, 1996; Inglehart e Norris, 2003; Inglehart, 2008; Therborn, 2004; Torres, 1996b), dão conta das transformações ocorridas nas vidas das mulheres, no sentido em que estas passam a ter maiores oportunidades de igualdade, em termos de educação, oportunidades de carreira, comportamentos sexuais, valores e atitudes perante o mundo, apesar da manutenção de várias desigualdades de género, nomeadamente ao nível do mercado de trabalho ou no domínio da sexualidade (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; 2001; Inglehart e Norris, 2003; Inglehart, 2008; Therborn, 2004), como se irá ver ao longo deste trabalho. Neste sentido, Therborn (2004: 73) refere-se ao patriarcado como “o maior perdedor” do século XX (embora com, maiores ou menores, variações geográficas).

Ora, de acordo com este autor (Therborn, 2004), a família na sociedade ocidental contemporânea é caracterizada por um certo grau de complexidade, sendo ainda permeada por contradições e conflitos,

¹ Foi sobretudo na última década, e, mais especificamente, nos últimos anos, que se assistiu, em Portugal, e no campo da sociologia, a um aumento substancial de trabalhos realizados sobre a sexualidade.

² Geralmente considera-se que estas mudanças têm vindo a ocorrer desde a década de 60, do século XX, até aos dias de hoje. Neste sentido, Weeks (1985) refere que a década de 60, do século XX, é considerada como um marco fundamental, ao qual são atribuídas toda uma série de mudanças de valores e comportamentos, em termos de atitudes mais liberais. E, apesar destas mudanças terem sido lentas e continuadas no tempo, os anos 60 mantêm uma importância simbólica como anos de mudança.

³ Contudo, como mostra Therborn (2004), estas mudanças não seguiram um sentido evolucionista, nem são unitárias. Por exemplo, as mudanças ao nível familiar e sexual foram desiguais no tempo e no espaço, comportando dinâmicas multidimensionais: culturais, políticas e económicas; e sendo permeadas, simultaneamente, por permanências e por mudanças.

com os quais as pessoas têm que lidar, sem que haja frequentemente soluções imediatas. Assim, por exemplo, ao nível da sexualidade Therborn refere que se assistiu ao desaparecimento de vários tabus, sem que a nova abertura sexual tivesse acabado com o desejo para relacionamentos amorosos duradouros e estáveis. Já entre os/as jovens pode verificar-se, ao mesmo tempo, um desejo de autonomia individual e de dependência familiar (embora hajam grandes variações entre países). Deste modo, o autor considera que, atualmente, os/as jovens têm condições diferentes, das que existiam em períodos passados, de entrada na sexualidade, na vida adulta e na vida familiar.

As mudanças sociais mais gerais e, em particular, as mudanças no domínio da família, do género e da sexualidade⁴, são assim partes constituintes dos contextos em que os/as jovens fazem os seus percursos íntimos e recursos que poderão estar (de forma mais ou menos acessível) à sua disposição, tendo por isso que ser tomados em consideração quando se procura perceber as suas representações e práticas neste domínio.

É então à questão da mudança social no domínio da intimidade e do género a que se dedica este capítulo. Parte-se, no entanto, de um passado histórico e das representações da Igreja Católica nestes domínios, na medida em que, como se irá discutir, existem várias continuidades, reformulações e enraizamentos, que, de forma (mais ou menos) direta podem estar ainda presentes nas representações e práticas dos indivíduos.

1.1. Perspetivas sobre a sexualidade Judaico-cristã e sobre a sexualidade tradicional: um passado enraizado

No seio das sociedades cristãs, e nomeadamente das sociedades católicas como a portuguesa, a sexualidade tem sido matéria de tabu, continuando a ser marginalizada, mesmo ostracizada, e raramente discutida nos círculos eclesiais (Hunt, 2010)⁵. De acordo com Hunt, a ideia que a sexualidade tem uma “natureza” sensual, provocativa e imprevisível, especialmente quando se trata da fornicção, do adultério e da homossexualidade (sendo estes atos limitados por proibições herdadas de origens judaicas⁶), persiste como um perigo para a espiritualidade e a ética de pureza cristãs. Apesar de ter sido identificada como uma fé assexual, no Cristianismo existem várias expressões da sexualidade em textos bíblicos, sacramentos e formas de comunhão. Deste modo, e paradoxalmente, o

⁴ Falar-se-á um pouco sobre as mudanças sociais relacionadas com a transição para a vida adulta no capítulo 6.

⁵ Embora Hunt (2010) distinga as diferentes correntes do cristianismo, como o catolicismo, o luteranismo ou o calvinismo, o autor sublinha, sobretudo, a continuidade de uma moral tradicional cristã nas diferentes correntes, considerando antes a existência de diferenças entre cristãos liberais e cristãos conservadores.

⁶ De acordo com Foucault (1983), a moral sexual considerada como cristã pré-existe ao cristianismo em si. Foucault considera mesmo que não faz sentido falar de uma moral cristã ou judaico-cristã da sexualidade, em parte porque o cristianismo, enquanto princípio determinante de uma moral sexual em rutura com outras precedentes, é pouco visível.

Cristianismo parece ter sido historicamente obcecado com a sexualidade, ao relacioná-la com o pecado corporal, o que o torna numa religião fisicamente intensa.

Ao longo de vários séculos, a Igreja insistiu que as relações sexuais deveriam ser restringidas ao matrimónio e destinadas apenas à procriação (Hunt, 2010). No centro da moral cristã⁷ está uma desconfiança em relação aos prazeres carnis, na medida em que estes levariam o espírito a ficar empriionado no corpo, impedindo-o de elevar-se a Deus (Flandrin, 1983). Assim, embora seja necessário que os indivíduos tenham relações sexuais para ter filhos, não se deve retirar prazer destas⁸.

Gradualmente, a partir do século IV, a Igreja começa a tentar estabelecer fronteiras contra uma cultura pagã, considerada como pecaminosa (Hunt, 2010). Desde então, o Cristianismo torna-se, durante vários séculos, um dos principais reguladores dos comportamentos sexuais, na Europa Católica. A legitimidade da Igreja Católica, em termos de regulação sexual, atinge o seu apogeu no século XV⁹, quando esta concebe, e força, uma séria de regulações relativamente ao casamento, ao adultério, à fornicção e ao aborto (Hunt, 2010), ditando os tempos, espaços e posições em que os atos sexuais são permitidos (Flandrin, 1983; Hunt, 2010). Alturas, como os dias de jejum, de festa ou de impureza das mulheres (como a menstruação, a gravidez, e o aleitamento), ou espaços, como lugares sagrados e públicos, foram proibidos durante a alta idade média e desaconselhados na modernidade (Flandrin, 1983). A relação sexual, embora com exceções (por exemplo, um estado avançado de gravidez ou uma pessoa excessivamente gorda), devia praticar-se na posição “natural”: a mulher deitada de costas e o homem por cima dela. Todas as outras posições eram tidas como escandalosas e “contranatura” (Flandrin, 1983: 117)¹⁰. Já o amor, quando referido pelos teólogos, é reprovado pelo

⁷ Contudo, Flandrin (1983) considera que as prescrições morais são, não só normas de comportamento de uma sociedade cristã, mas também “reflexo das mentalidades e dos comportamentos antigos” (Flandrin, 1983: P. 120). Assim, em diversos meios da sociedade antiga parece ter existido também uma atitude mais restrita para com a esposa, em que se deseja uma mulher casta, dando conta de uma aceitação da oposição entre, por um lado, a procriação e o matrimónio (que constituía um negócio de família), e, por outro lado, as relações amorosas e a procura do prazer excessivo (Flandrin, 1983).

⁸ É apenas na passagem do século XVI para o século XVII, que se começa a considerar como legítima a relação sexual entre esposos (que passa a ser pensada como um remédio contra o adultério), desde que nada fosse feito para impedir a conceção, que continua a ser o principal objetivo do ato sexual. Ou seja, a procura de prazer deixa de ser condenado, desde que enquadrado na reprodução (Flandrin, 1983).

⁹ No entanto, é preciso sublinhar que, no século XVI, iniciam-se reformas que vão dar origem a cisões na Igreja Católica e à criação das diferentes correntes do protestantismo. Estas vão ter implicações ao nível cultural, distinguindo os países de influência protestante dos países de influência católica. A título de exemplo pode referir-se como, no início do século XX, as correntes protestantes tendiam a não hostilizar uma visão secular do casamento e da família, permitindo mudanças na lei Sueca (sobre esta questão ver Therborn, 2004 e Torres, 2010 b), enquanto que em Portugal, apesar do pioneirismo das leis da família da I República, existe resistência por parte da hierarquia da Igreja católica; sendo que estas leis vão ser “postas em causa pelo regime ditatorial entre 1926 e 1974” (Torres, 2010b: 195). É ainda importante ter em consideração que a influência das orientações religiosas não deve ser considerada como mecânica, mas antes como um factor explicativo associado, geralmente, a outros factores, como a existência de uma maior ou menor secularização e/ou da existência de políticas para a igualdade de género ou de orientação sexual (Therborn, 2004; Torres, 2010b).

¹⁰ Grieco (1991) refere, também, que aos olhos das autoridades religiosas e civis existiam dois tipos de comportamentos sexuais: um aceitável (conjugal e praticado em função da procriação) e outro repreensível (motivado pela paixão e pelo prazer sexual, e que resultados ilegítimos). Os crimes relacionados com a

que se considera ser a procura do prazer sexual pelos apaixonados, mas também pelo receio que o amor prejudique as relações sociais e os deveres para com Deus (Flandrin, 1983). É assim que, entre os séculos XVI e XVIII, aparecem novas atitudes em relação ao corpo e novas regras de comportamento, promotoras da castidade e do pudor¹¹, em diversas áreas da vida quotidiana (Grieco, 1991).

Por seu turno, de acordo com Shorter (2001 [1975]), no domínio da família¹², até aos séculos XVI e XVII, as ordens sociais mais alargadas do parentesco, da comunidade e da tradição desempenham um papel essencial. Contudo, a partir do século XVIII, a família começa a separar-se gradualmente destas e a resguardar-se na sua privacidade, diminuindo as relações com os parentes mais afastados e alterando as relações com os familiares mais próximos. A afetividade, a empatia, a compreensão e o amor passam a regular a conduta dos membros da família uns para com os outros, e filho/as e esposo/as adquirem valor pelo que são e não pelo que representam em termos de ganhos para a família. Neste sentido, a abertura à comunicação entre marido e mulher dá espaço para a formação de um amor romântico, em que há uma capacidade de espontaneidade e que permite a empatia na relação erótica, a autoexploração e o autodesenvolvimento no casal, e a troca de gestos e de ternura. Embora, os papéis de género não tivessem sido totalmente extintos, a sua demarcação rígida deu lugar a moldes mais flexíveis dentro dos quais homens e mulheres se podiam definir. E, se por um lado, a empatia promoveu esta flexibilidade na vida emocional, por outro lado, as relações sexuais, permitiram o encontro dos corpos, entre parceiros românticos¹³. Esta nova importância do sentimento levou também a que, entre outros aspetos, a felicidade pessoal, adquirida através do amor romântico¹⁴, se torne o mais importante na escolha do parceiro, à frente de critérios mais tradicionais como o interesse da família ou a dimensão do dote (Shorter, 2001 [1975]).

É assim que, no fim do século XVIII, os/as jovens começam a prestar mais atenção aos sentimentos interiores do que às considerações exteriores, como a propriedade e os desejos dos pais

sexualidade eram definidos em termos das infrações cometidas contra os motivos “legítimos” para ter relações sexuais: o dever de procriar, a conformidade com as leis naturais, e um conceito sacramental de casamento. Estas infrações incluíam: as relações sexuais entre indivíduos não casados, o adultério e os comportamentos sexuais impeditivos da reprodução (masturbação, homossexualidade e bestialidade).

¹¹ O pudor tornou-se, nesta época, um símbolo de distinção social e moral, particularmente nas classes médias, que condenavam a “grosseira” física das classes inferiores (Grieco, 1991).

¹² Sobre as mudanças na família, no casamento, na fertilidade e/ou na sexualidade ver também, entre outros, Weeks (1989) e Therborn (2004).

¹³ Segundo o mesmo autor (Shorter, 2001 [1975]), na sociedade tradicional, o casamento era, geralmente, desprovido de afeto, consagrado por razões relacionadas com a propriedade e a linhagem, e demarcado por atribuições de tarefas e papéis desempenhados pelos diferentes géneros. Embora as mulheres pudessem ter poder no domínio doméstico, mantinham papéis sociais subordinados, dos quais se começam a soltar apenas com a inserção no mercado de trabalho. As mulheres viam o seu campo de ação restringido à propriedade, estando em contacto com outros/as no trabalho e/ou em ocasiões religiosas e cerimoniais. A noção de honorabilidade, isto é de decoro sexual, e a boa reputação levavam os indivíduos, especialmente as mulheres, a abster-se de comportamentos considerado como moralmente duvidosos.

¹⁴ É importante sublinhar, no entanto, que, de acordo com Engels (1972 [1942]), a monogamia e o “amor romântico” (1972 [1942]), surgindo conjuntamente com relações de classes explorativas, são aspetos centrais para a opressão das mulheres, no contexto do patriarcado. Este tema é ainda hoje seguido por várias feministas, que vêm no amor romântico uma ideologia que mantém a subordinação das mulheres em relação aos homens.

na escolha dos/as parceiros/as conjugais; começando a cortejar os/as jovens de quem gostavam e que escolhiam¹⁵ (Shorter, 2001 [1975]). O amor sexual torna-se um elemento central na constituição das famílias, sendo integrado, durante o século XIX, na ideologia da família burguesa (Weeks, 1989). Neste contexto, Shorter (2001 [1975]) refere que se começa a dar, progressivamente, um aumento da atividade sexual antes de uma possível entrada em conjugalidade¹⁶. A atividade sexual vai, assim, deixando de ser considerada como algo de perigoso e marginal para passar a ter um papel importante na constituição de novos casais. Deste modo, ao mesmo tempo que a atividade sexual pré-conjugal se vai alargando, os sentimentos passam a permear a formação dos casais (Shorter, 2001 [1975]).

Contudo, de acordo com Torres (2002), nos finais do século XIX e no início do século XX, predomina ainda uma visão do casamento como instituição que associa romance e erotismo a uma realidade existente fora do casamento, que pode ser vivida no masculino, mas não no feminino, de acordo com a existência de uma forte assimetria entre homens e mulheres. O casamento impõe-se a homens e a mulheres como um destino, que se deve manter, quer por razões de manutenção de património (no que diz respeito aos sectores da burguesia), quer devido à necessidade económica e a uma lógica de responsabilidades contraídas (nos sectores sociais mais desfavorecidos). Segundo a

¹⁵ No namoro tradicional, os contextos em que rapazes e raparigas se encontravam eram sujeitos a um controlo coletivo, em que pessoas de todas as idades e condições estavam presentes, observando e certificando-se, através de mexericos, de conselhos e do escárnio, que os/as jovens se comportavam de forma adequada (Shorter, 2001 [1975]). Neste contexto, a veillé (isto é, a supervisão do namoro, da amizade e das inclinações por parte das mulheres mais velhas da comunidade), assim como os bailes e as festas da aldeia constituíam uma forma de controlo e de formação de casais. Contudo, para a maioria dos casais camponeses, em França, o casamento não era combinado e o/a parceiro/a era escolhido livremente. Existia, no entanto, uma preferência pela prudência no estabelecimento de alianças, sendo que uma mulher, capaz de realizar o ciclo agrícola e de manter o seu domínio a funcionar, era muito importante para a sobrevivência da família, o que diminuía a importância da paixão. Por seu turno, nas cidades existia uma menor pressão da comunidade sobre as práticas sexuais e uma maior possibilidade de homens e mulheres se encontrarem em locais isolados e/ou fora de atividades comunitárias. Nestas, os encontros furtivos adquiriam um papel importante, num contexto em que os parceiros das jovens eram muitas vezes outros criados que trabalhavam na mesma casa ou no mesmo bairro, ou os patrões. Simultaneamente, a gravidez e a ilegitimidade eram mais elevadas nas cidades, o que indicia que os/as jovens dormiam juntos mais frequentemente nestas e que era mais comum que o homem deixasse a jovem sozinha quando o ato se tornava conhecido. No entanto, para as raparigas das classes trabalhadoras, a gravidez fora do casamento podia não ser considerado como algo de imoral, ao contrário do que acontecia para as jovens burguesas para quem a reputação da virgindade era importante. Entre a burguesia urbana, antes do século XIX, o interesse era parte integrante da formação dos casais, sendo a partir dessa altura, que, progressivamente, as inclinações amorosas se começam a impor. As jovens desta classe social, ao contrário das jovens de classes baixas, tinham poucas oportunidades para conviverem, vivendo mais fechadas dentro da casa e não tendo permissão para saírem socialmente sozinhas. O namoro podia significar um risco para a jovem mulher, em caso de uma gravidez não reparada, num quadro em que o casamento funcionava, frequentemente, como uma troca comercial, em que os dotes e estatuto detinham importância. Contudo, com o passar do tempo, foi aumentando o número de jovens burguesas que engravidavam fora do casamento, e, por volta de 1900, as relações sexuais “pré-conjugais” tornaram-se uma realidade para as jovens solteiras de classe média, o que não acontecia no século anterior (Shorter, 2001 [1975]).

¹⁶ Neste sentido, Shorter (2001 [1975]) situa a existência de uma primeira “revolução” sexual nos fins do século XVIII. Contudo, o autor (idem) levanta a hipótese de que antes desta data, mesmo não se envolvendo em relações sexuais coitais, o/as jovens podiam exprimir-se sexualmente de outras formas. Neste sentido, fontes médicas e dados etnográficos dão conta da existência de algumas práticas sexuais, na sociedade rural europeia, mostrando a possibilidade de trocas de carícias, algum contacto corporal e/ou o beijar-se. Por seu turno, os jovens homens podiam recorrer à prostituição.

autora (Torres, 2002) este tipo de modelo conjugal mantinha-se ainda, em Portugal, na última década, do século XX, embora de forma matizada, nas práticas e discursos de operários, de gerações mais velhas. De forma semelhante, Flandrin (1983) refere que, na sociedade ocidental, no início da década de 80, do mesmo século, a família era ainda considerada como a instituição melhor adaptada à educação dos/as filho/as. Neste sentido, apenas através de casamentos legítimos se poderiam conceber filhos legítimos, de modo que toda a atividade sexual fora do casamento teria outro fim que não o da procriação, constituindo assim um pecado (Flandrin, 1983). Para além disso, atualmente, a Igreja Católica mantém que o sexo deve restringir-se aos seus objetivos procriativos, continuando a proibir a contraceção. E, embora o domínio do cristianismo, sobre as questões relacionadas com a sexualidade, tenha diminuído substancialmente, mantêm-se várias atitudes cristãs normativas sobre esta; estando a defesa do casamento e da família no centro do dogma da Igreja (Hunt, 2010).

1.2 Mudança social, individualização, secularização e democratização

Ora, se o trabalho de historiadores sociais como Flandrin (1983), Shorter (2001 [1975]) ou Weeks (1989) dão conta das transformações sociais ocorridas no domínio da intimidade, especialmente a partir do século XVIII, os “pais” da sociologia tendem a prestar menos atenção a este domínio da vida, quando procuram analisar os processos mais vastos de mudança social¹⁷. Contudo, especialmente, nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, um corpo crescente de estudos passa a dedicar-se à temática da transformação social, em geral, e das questões do género, da família e da sexualidade, em particular. Antes de se entrar nestas questões, vai-se contudo prestar um pouco de atenção, ao modo como, sobretudo, os processos de individualização, secularização e democratização da vida social, foram conceptualizados.

Na primeira metade, do século XX, Elias dá conta das transformações da intimidade ocorridas naquilo a que chama de processo civilizacional (Elias, 1989 [1939]), mostrando, também, mais tarde, como se desenvolve o que considera serem os processos de individualização da sociedade (Elias, 2004 [1987])¹⁸. De acordo com Elias, nas sociedades centralizadas e urbanizadas, o indivíduo tem maior possibilidade de mobilidade local e social, identificando-se cada vez menos com a família, a comunidade e/ou outros coletivos do mesmo tipo, e tendo menos necessidade de adequar os seus comportamentos e ideais a estes. Ao tornarem-se mais independentes destes coletivos, os seres humanos singulares são confrontados com um maior número de escolhas, a partir do qual não só podem, como devem escolher por si próprios; passando a não ter outra escolha do que a de “se tornar[em] mais independentes” (Elias, 2004 [1987]: 144). Apesar de não haver a mesma

¹⁷ O que não quer dizer que não toquem nestes assuntos. Assim, por exemplo, Weber fala sobre as questões do amor (ver Bertilsson, 1986); Simmel analisa, entre outros aspectos, as questões femininas e o amor; e Durkheim fala sobre as relações de género (ver Torres, 2001).

¹⁸ Para Elias (2004 [1987]), o processo de individualização e o processo da civilização constituem duas faces do mesmo processo.

disponibilidade para indivíduos pertencentes a estratos sociais diferentes, o percurso que os seres humanos singulares têm que percorrer nas sociedades diferenciadas são extremamente ramificados, de modo que o indivíduo é obrigado a escolher qual o caminho a seguir.

Neste contexto, passa a existir um ideal do Eu, em que o ser humano se deve destacar dos outros, ser independente, e procurar realizar as suas ambições pessoais através das suas qualidades, habilidades, propriedades e ações. Deste modo, a pessoa ganha um sentido de identidade enquanto pessoa individual, embora este seja um “ideal socialmente exigido”, e “implantado no ser humano singular” (Elias, 2004 [1987]: 165). Apesar ser possível resistir, o ideal do eu e a individualização tornam-se categorias integrais da pessoa, das quais é difícil libertar-se; sendo, geralmente, percebidas como evidentes e naturais.

A existência de um maior grau de separação e de isolamento dos indivíduos nos seus relacionamentos leva, também, de acordo com Elias, a uma regulamentação dos afetos e a uma renúncia de instintos e impulsos, assim como à sua transformação. Neste sentido, os indivíduos devem “esconder” determinadas necessidades ou desejos que, anteriormente, poderiam ser tornados públicos. Como consequência, passa a existir um aumento de tensões entre ordens e proibições sociais, desenvolvidas a partir de autoimposições e de retenção de impulsos. Estes impulsos são sentidos isoladamente e projetados para o mundo interior do indivíduo, podendo sentir-se que há um abismo entre o eu e o outro, entre o indivíduo e a sociedade, assim como discrepâncias entre aquilo que se deseja e aquilo que se consegue alcançar (Elias, 2004 [1987]).

Mais recentemente, vários/as autores/as, entre os quais Giddens (1991, 2000), Beck (2000) e Beck and Beck-Gernesheim (1995, 2001) procuram também dar conta das mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais modernas, consideradas como “sociedades de risco”, “de modernidade reflexiva”, “de modernização tardia”, ou “de alta modernidade”, retomando o tema da individualização.

Assim, segundo Beck (2000), existe um processo de modernização reflexiva, que implica inseguranças profundas para os indivíduos, e que contém um dinamismo conflituoso de uma sociedade de risco. No contexto da sociedade de risco, “as oportunidades, ameaças e as ambivalências da biografia, que antes podiam ser ultrapassadas no grupo familiar, na comunidade ou recorrendo a uma classe ou grupo social, têm que ser cada vez mais percebidas, interpretadas e geridas pelos próprios indivíduos” (Beck, 2000: 7-8). Existem também menos formas sociais produtoras de ordens integradoras, de modo que as oportunidades e as compulsões para a ação ficam cada vez mais em aberto, tendo os indivíduos que decidir permanentemente sobre estas, sem que hajam soluções definitivas. Consequentemente, a reflexão e as interrogações tornam-se fundamentais na época contemporânea.

O indivíduo passa a ter necessidade de (re)construir a sua biografia e identidade, as suas redes sociais, os seus compromissos e ideais. Deste modo, a biografia dos indivíduos passa a ser uma biografia “escolhida” e “refletida.” (Beck, 2000: 15), que “cada um faz por si”, sendo, portanto uma

biografia “arriscada” (Beck and Beck-Gernesheim, 2001: 3). No entanto, esta criação, apresentação e gestão da biografia pessoal e dos laços e redes que a circundam, é realizada num contexto de mudanças de preferências e de estágios de vida sucessivos, ao mesmo tempo que há uma adaptação contínua às condições do mercado de trabalho, do sistema educativo, do Estado Social, entre outros. Deste modo, à medida que se alarga o leque de opções e aumenta a necessidade de se decidir entre estas, cresce também a necessidade para as ações individuais, ajustamentos, coordenações e integrações (Beck and Beck-Gernesheim, 2001).

Já para Giddens (1991), o desenvolvimento de sistemas sociais internamente referenciais está na origem daquilo a que o autor chama de o projeto reflexivo do Eu. O curso de vida como internamente referencial sugere que o Eu estabelece uma trajetória que apenas se pode tornar coerente através do uso reflexivo do contexto social envolvente. O projeto reflexivo do Eu consiste na manutenção de narrativas biográficas coerentes, mas continuamente revistas, num contexto onde existem múltiplas escolhas. A modernidade confronta o indivíduo com uma diversidade complexa de escolhas, oferecendo, ao mesmo tempo, pouca ajuda na escolha da opção que deve ser selecionada. Contudo, nem todas as escolhas estão abertas a todas as pessoas. A seleção ou a criação de estilos de vida é influenciada por pressões do grupo, pela visibilidade de papéis modelos e por circunstâncias socioeconómicas¹⁹. Neste contexto, a escolha de um estilo de vida torna-se cada vez mais importante na constituição da identidade pessoal de cada um dos indivíduos e na sua atividade diária (Giddens, 1991). No mesmo sentido, o planeamento da vida torna-se um meio de preparar um curso de ações futuras, mobilizadas em termo de biografias do eu. As escolhas de vida e o planeamento da vida não são apenas constituídos pelo quotidiano dos atores sociais, mas formam cenários institucionais que ajudam a modelar as suas ações.

Apesar de Beck (Beck, 2000; Beck and Beck-Gernesheim, 1995, 2001) e Giddens (1991, 1996) se referirem às diferentes possibilidades dos indivíduos, de acordo com os seus posicionamentos sociais, uma das críticas mais comumente feita aos autores é a excessiva ênfase colocada na escolha e a insuficiente atenção dada às estruturas sociais que condicionam os indivíduos nas suas ações (ver, por exemplo, Jamieson, 2005 [1998], e Furlong e Cartmel, 2007).

Referindo-se não só a questão da individualização, mas também a outros aspetos, como a democratização, a secularização e/ou a equalização das sociedades ocidentais contemporâneas, o trabalho de Inglehart (Inglehart e Norris, 2003; Inglehart, 2005, 2008) propõe a existência de processos de transformação económica e tecnológica que resultam em duas dimensões chave de variação cultural: uma dimensão tradicional/secular-racional e uma dimensão de sobrevivência/expressão pessoal. Considerando a modernização como um fenómeno complexo, o autor (Inglehart, 2005, 2008) argumenta que o desenvolvimento económico está associado a

¹⁹ Segundo Giddens (1991) as oportunidades de vida condicionam as escolhas de vida de todos os indivíduos ou grupos, apesar disso, todos os indivíduos, mesmo os mais desfavorecidos, vivem em situações permeadas pelas componentes institucionais da modernidade.

mudanças predizíveis, de normas e valores absolutos, para um processo de maior racionalização, tolerância, confiança e valores pós-modernos, sem que haja, contudo, um desaparecimento (total) dos valores tradicionais. Neste contexto, a mudança inter-geracional existente²⁰, de prioridades materialistas para prioridades pós-materialistas, fazem parte de uma mudança cultural mais abrangente de valores de sobrevivência para valores de expressão pessoal. Há medida que os constrangimentos externos da escolha humana retrocedem (nomeadamente, em que medida a sobrevivência física está ou não garantida), os indivíduos começam a colocar maior ênfase nos valores de expressão pessoal, de escolha e de individualismo.

A mudança para a defesa de valores pós-modernos participa na remodelação de pontos de vista políticos, orientações religiosas, papéis de género e costumes sexuais das sociedades de industrialização avançada (Inglehart, 2008). Neste contexto, tende a haver um afastamento da “submissão” a formas de autoridade exteriores e uma rejeição de hierarquias institucionais, abrindo-se um caminho em direção à tolerância pela diversidade, no geral, e à democracia, em particular, por exemplo, através de movimentos de não discriminação e a uma maior importância atribuída à qualidade de vida (Inglehart, 2008), como se pode ver pela defesa da igualdade de género (Inglehart e Norris, 2003; Inglehart, 2008). Esta tornou-se um elemento fundamental na definição do desenvolvimento humano, visto ser um aspeto central da igualdade humana, tal como os direitos humanos ou as liberdades políticas e civis (Inglehart, 2008). O processo de secularização, que acompanhou o processo de modernização, ajudou a enfraquecer a força dos valores religiosos, especialmente entre os/as mais jovens, e dar força à valorização da igualdade de género.

As sociedades ocidentais contemporâneas têm vindo, assim, a caracterizar-se por sistemas normativos cada vez menos assentes em princípios rígidos e absolutos (Ferreira, 2006). Questões durante muito tempo estigmatizadas, como a eutanásia, o aborto, o suicídio ou a homossexualidade são, atualmente, justificadas e aceites (Ferreira, 2003). Estes valores passam a ser vistos como fazendo parte do domínio pessoal e, por esta razão, dizendo, sobretudo, respeito à liberdade individual. A tendência da sociedade vai, deste modo, no sentido de uma maior permissividade,

²⁰ Segundo o autor (Inglehart 2005, 2008), a mudança de valores reflete uma mudança inter-geracional, na medida em que, nas sociedades de industrialização avançada, os/as jovens (que tendem também a nascer e a crescer em contexto de maior segurança existencial do que os indivíduos mais velhos) refletem, mais do que os/as mais velhos/as, valores seculares-rationais e de expressão pessoal. Neste sentido, Ferreira (2006) refere que as gerações mais novas tendem a privilegiar valores mais inovadores e expressivos, que refletem orientações mais individualistas, expressas num maior auto-centramento, na importância que se atribuem à realização pessoal e, consequentemente, à auto-gratificação, resultando em valores relacionados com o hedonismo e a estimulação (Ferreira, 2006). No entanto, o autor (Ferreira, 2006) sublinha que mais do que uma rutura entre gerações parece existir um desenvolvimento progressivo e linear, no sentido em que, por exemplo, um país mais conservador apresenta gerações (mais ou menos jovens) mais conservadoras, comparativamente com as gerações homólogas de um país menos conservador; podendo, assim, verificar-se a existência de linhas de continuidade geracional.

entendida como um alargamento das escolhas individuais, em termos das orientações, das atitudes e dos estilos de vida” (Ferreira, 2003: 119).

1.3. Intimidade e as transformações da segunda metade do século XX

Como referido anteriormente, nas últimas décadas do século XX, as questões de género e o domínio da intimidade passaram por mudanças significativas. De acordo com Beck e Beck-Gernsheim (1995), os significados de família, do casamento, da parentalidade, da sexualidade ou do amor variam, hoje em dia, de pessoa para pessoa e de relação para relação; existindo uma diversidade de vidas subjacentes a estes conceitos.

No mesmo sentido, Torres et al. (2006) argumentam que as tendências de “sentimentalização, privatização, secularização e individualização das famílias”, nas sociedades ocidentais contemporâneas, “produzem recomposições, tornando as modalidades de viver em família mais plurais e diversas” (Torres et al., 2006: 141). Deste modo, passou a atribuir-se uma maior importância à dimensão afetiva, no sentido de uma maior realização e bem-estar pessoal, no contexto familiar, assim como a uma maior igualdade entre os sexos, mas sem que a ideia de ter filhos seja recusada. Paralelamente, aumentaram as margens de autonomia e liberdade individual no plano da vida privada, e a sexualidade e a relação com o corpo passaram a ser encaradas de forma diferente (Torres, 1996b: 6). Nos diversos domínios da vida social, tende a existir uma maior valorização do indivíduo e da escolha pessoal, em que a família se torna um lugar de intimidade e de bem-estar, entre pessoas que se escolheram mutuamente (Aboim, 2006). Recusam-se, assim, os papéis tradicionais do que é ser-se homem e mulher, o controlo social e as características mais institucionais do casamento²¹ e da família. As formas da vida privada, que os indivíduos “escolhem”, não necessitam, assim, de uma legitimidade exterior ou da conformidade social a uma instituição ou moral, estruturando-se, antes, a partir do reconhecimento mútuo de duas pessoas que vivem juntas e sobre o respeito mútuo (Singly, 1996). O parceiro ideal passa a ser aquele que ajuda o indivíduo a descobrir-se a si próprio, a desenvolver as suas capacidades pessoais. O casal pensa-se na realização mútua do homem e da mulher. A família contemporânea passa ter um papel de consolidação da identidade de cada um dos seus elementos, de modo que, a função central do casal é agora a de assegurar a validação da identidade do parceiro.

As relações amorosas fazem, agora, parte de uma escolha pessoal, sendo que as razões dessa escolha devem ser assentes na atração pessoal, no desejo sexual, na confiança mútua e na

²¹ Embora haja um processo de desinstitucionalização do casamento (Aboim, 2006; Torres, 2002; 2010), este permanece, segundo Therborn (2004: 186) como “a instituição dominante da ordem social-sexual global”. O autor (2004) argumenta ainda que, durante todo o século XX, houve variações na proporção de casamentos e não casamentos, tanto no sentido do seu crescimento como da sua diminuição, concluindo que a instituição do casamento não está a desaparecer, mas a mudar.

compatibilidade (Weeks, 1998). Paralelamente, as relações igualitárias tornam-se modelos pelos quais os indivíduos medem as suas vidas pessoais, num processo de democratização da família (Singly, 1996; Torres, 1996b; Weeks, 1998), de modo que a procura da igualdade passa a estar no centro de um número cada vez maior de relações, embora esta possa não ser sempre praticada (Weeks, 1998)²². O mundo de hoje, possibilita, assim, modos de vida que enaltecem autonomia individual, a liberdade de escolha e padrões de relações mais igualitários e democráticos (Weeks, 1998, 2008).

Ora, de acordo com Bozon (1998), esta “imposição” normativa de uma maior igualdade de comunicação e partilha no casal está diretamente articulada com duas grandes transformações na situação das mulheres: por um lado, a difusão da contraceção moderna²³, que contribuiu para libertar as mulheres do medo de uma gravidez não desejada; e, por outro lado, o aumento da taxa de atividade feminina²⁴, que lhes permite uma maior autonomia material.

Neste contexto, Beck e Beck-Gernesheim (2001: 55) consideram que houve um movimento de distanciação daquilo que pode ser considerado como o “viver para os outros” e a aproximação de um modelo de vida “para si próprio/a”, num processo complexo, multifacetado, e contraditório, em que as mulheres foram cada vez mais libertas dos laços que as prendiam à família, passando a ter a possibilidade de construir uma biografia individualizada, que passa por uma mudança de papéis prescritos para papéis adquiridos. Estas mudanças permitiram novas oportunidades²⁵ e,

²² Contudo, Weeks (1998) considera que passa, também, a existir uma nova contingência nas relações (na medida em que as pessoas apenas ficam juntas desde que as relações satisfaçam as necessidades do/a parceiro/a), muitas vezes expressa em termos de incerteza e ansiedade na vida íntima, mesmo quando o ideal possa continuar a ser um compromisso para toda a vida.

²³ Segundo Bozon (2005 [2002]), a segunda revolução contracetiva, realizada a partir do fim da década de 60, do século XX, nos países ocidentais, é caracterizada por um processo de difusão massiva dos métodos contraceptivos, que incidem sobre o corpo feminino (pílula, dispositivo intra-uterino – DIU, esterilização feminina...) e que são controlados pelas mulheres, introduzindo todo um novo significado em relação à procriação. Estas novas formas de contraceção dão uma certa segurança às mulheres, na medida em que estas deixam de temer as gravidezes indesejadas (algo que pesava sobre as gerações mais velhas e sobre os seus projetos de vida), mudando a sua forma de pensar a fecundidade. Ter filhos passa a ser concebido como um projeto pessoal, geralmente, fruto, de uma decisão negociada entre parceiros/as. Sobre as questões da sexualidade, contraceção e fecundidade para o caso português ver, por exemplo, Almeida et al. (1995, 2002, 2004).

²⁴ Neste sentido, Beck e Beck-Gernesheim (2001) argumentam que, apesar do modelo do homem provedor da família não ter tido uma aplicação universal, não sendo, por exemplo, atingível nas classes sociais mais baixas ou sendo contrariado pelo grande número de mulheres empregadas no tempo das grandes guerras, é só a partir da segunda metade do século XX que se assiste, nos países industrializados, a um grande aumento do emprego feminino. Este é acompanhado por mudanças na articulação entre maternidade e trabalho pago (com as mulheres a esperar mais tempo para ter o primeiro filho e a ter menos filhos; a continuar a trabalhar depois de terem o primeiro filho e/ou a deixar de trabalhar por pequenos períodos de tempo). Atualmente, as mulheres são responsáveis pela sua sobrevivência e esperam trabalhar durante a sua vida, apenas com pequenas interrupções para o cuidado dos filhos. Consequentemente, cada vez mais mulheres têm o dinheiro delas, ganho por elas, o que lhes traz maior autonomia do que quando estão economicamente dependentes dos pais ou dos maridos. Sobretudo para as mulheres cujo dinheiro é indispensável para o rendimento familiar, o trabalho pago pode trazer sentimentos de orgulho pessoal, força e independência, assim como maior respeito da parte dos outros elementos da família. Um salário permite às mulheres tornarem-se mais independentes e afirmarem os seus direitos e exigências. Sobre a importância do trabalho, no contexto da articulação entre trabalho e família, em Portugal, ver, entre outros, Torres et al. (2006, 2008, 2011).

²⁵ Bozon (1998), por exemplo, refere que a maior autonomia das mulheres e a possibilidade de dissociação entre a sexualidade e a procriação ajudam a transformar os modos de formação e de funcionamento do casal, no

simultaneamente, novas incertezas, conflitos e pressões. No mesmo sentido, Torres (1996) refere que o estatuto social das mulheres mudou, havendo uma passagem de uma ideia de *mulher natureza* para uma ideia de *mulher indivíduo*. Contudo, e se Beck e Beck-Gernesheim (2001) referem que o processo de individualização das mulheres terá sido incompleto, Torres (1996) argumenta que estas mudanças não estão ainda fechadas, na medida em que o plano dos direitos formais não coincide com o plano dos direitos reais.

Beck e Beck-Gernesheim (2001) acrescentam ainda que, apesar de, atualmente, as mulheres manterem a maior parte das responsabilidades pelas responsabilidades familiares, estas têm, cada vez mais, expectativas e desejos que vão para além da esfera familiar, como “pequenas liberdades” (Beck e Beck-Gernesheim, 2001: 56) de uma vida quotidiana mais independente, com autonomia, realização pessoal e emancipação. Contudo, o grau em que estas expectativas são expressas ou realizadas varia de acordo com o posicionamento social e educacional das mulheres²⁶. Ademais, a persistência de estruturas antigas, leva a uma justaposição de velhos e novos elementos, que se traduz, por exemplo, na possibilidade de tensões entre planos de vida e as experiências reais da sua concretização, e em inseguranças, ansiedade ou desilusões (Beck e Beck-Gernesheim, 2001).

Acresce ainda que, de acordo com Macrobbe (2009), vários elementos da cultura popular ao celebrar a liberdade sexual das mulheres, o seu direito a beber, fumar, divertir-se e a ser economicamente independente (aspetos que vão sendo tomados como adquiridos, e portanto, de senso comum), reinstauram também valores neoconservadores em relação à sexualidade, ao género e à vida familiar. Deste modo, “o novo sujeito feminino é levado, apesar da sua liberdade, a ser silencioso, a conter a crítica, de modo a ser percebido como uma rapariga moderna sofisticada” (Macrobbe, 2009:

sentido de uma maior autonomia dos atores e, sobretudo, das mulheres, assim como uma diversificação das suas trajetórias de vida. A crescente autonomia das mulheres no casal e na vida social tem, também, implicações na sua maior exigência relativamente ao relacionamento, sendo para elas mais fácil acabar com uma relação que não as satisfaça.

²⁶ Para Beck e Beck-Gernesheim (2001) é hoje visível que mulheres e homens têm (quase) as mesmas oportunidades de entrada no sistema educacional. As mudanças objetivas na educação são essenciais no processo de aumento de consciencialização que permitem às mulheres lidar ativamente com as suas situações, na medida em que coincidem historicamente com mudanças centrais da “biografia normal feminina” (Beck e Beck-Gernesheim, 2001: 58). Um aspeto importante do aumento das oportunidades educacionais é o aumento do conhecimento e, deste modo, de poder que as mulheres adquirem na vida quotidiana, nomeadamente ao nível do mercado de trabalho, ao nível das relações pessoais ou da possibilidade de ter um maior leque de escolhas de futuro. As mulheres não têm que casar obrigatoriamente ou o mais cedo possível; antes, sobretudo, para as mulheres com maiores qualificações, existe a possibilidade de conseguir um trabalho gratificante, que lhes permita serem independentes. Contudo, para as mulheres com menores qualificações, o casamento pode ser percebido como um escape a um trabalho pago monótono. Por outro lado, para os autores, outro dos resultados da existência de maiores oportunidades educacionais para as mulheres, é o facto das jovens mulheres terem, em média, um nível educacional maior do que os seus pais, e, especialmente, do que as suas mães. Em vários aspetos, estas jovens abandonam os horizontes de expectativas e experiências típicas da sua classe social e dos papéis tradicionais femininos, construindo planos de vida diferentes das suas mães. Esta situação leva a que as jovens mulheres façam os seus próprios projetos e ações com pouco apoio de modelos ou da tradição. Neste sentido, as (jovens) mulheres são cada vez mais confrontadas com situações novas para as quais as normas e comportamentos convencionais não são suficientes. À falta de novos modelos imediatamente disponíveis, as mulheres tem que arranjar as suas próprias soluções, comportamentos e pontos de referência (Beck e Beck-Gernesheim, 2001).

18). As representações sexuais produzidas comercialmente são aceites de forma não crítica, endossando “um novo regime de significados sexuais baseados no consenso, igualdade, participação e prazer femininos” (MacRobbie, 2009: 18). Segundo McRobbie, as jovens mulheres podem, assim, entre outros aspetos, retirar prazer da sexualidade, serem independentes, serem capazes de ganhar os seus próprios rendimentos, permanecerem solteiras, defenderem-se a si próprias, serem divertidas, sem contudo ficarem irritadas com os homens ou serem muito críticas destes, sem renunciar à sua feminilidade, o seu desejo de amor ou a sua vontade de serem mães, e à sua vulnerabilidade. Passa a existir assim um “novo contracto sexual” para as jovens mulheres, em que “atividades concentradas na educação e no emprego são encorajadas, de modo a assegurar a participação na produção bem-sucedida da feminilidade, da sexualidade²⁷, e, eventualmente, da maternidade” (MacRobbie, 2009: 90)

Por seu turno, Nayak e Kehily (2008) procuram mostrar como as relações de género contemporâneas podem ser percebidas como quebrando com o passado e, ao mesmo tempo, como mantendo características de continuidade, havendo, frequentemente, uma reconstrução de estilos de género através da fusão entre passado e presente. No seu trabalho sobre masculinidades e feminilidades juvenis, os autores dão conta da existência de dois discursos dominantes relativamente a estes: por um lado, as masculinidades são percebidas como estando em crise; por outro lado, fala-se na existência de uma nova ordem de jovens raparigas. Há assim a ideia de que as masculinidades contemporâneas podem surgir como subjetividades deslocadas, alienadas ou inseguras nos seus papéis e objetivos, em face da mudança rápida e da maior individualização das transições dos jovens para o mundo adulto, e, mais especificamente, para o mundo do trabalho. Já as jovens mulheres tendem a surgir como os “novos sujeitos neoliberais ideais dos tempos pós-modernos” (Nayak e Kehily, 2008: 52), estando no centro da reconfiguração de padrões de trabalho, práticas de consumo e de papéis de género. Neste sentido, com a “feminização do trabalho”, em tempos pós-industriais, as mulheres são representadas como trabalhadoras capazes, apresentáveis e flexíveis; economicamente independentes; “libertas” da esfera doméstica; e que, com a ajuda das novas tecnologias de reprodução, podem ativamente “ter tudo” e fazer tudo” (Nayak e Kehily, 2008: 52)²⁸. Contudo, os/as autores/as (Nayak e

²⁷ Relativamente à sexualidade, McRobbie (2009: 83) fala na existência da “rapariga fálica”, que dá a impressão de ter ganho igualdade relativamente aos jovens homens, ao comportar-se de forma semelhante a estes (sem que haja, portanto, de acordo com a autora, uma crítica à masculinidade hegemónica). Para estas jovens mulheres a liberdade é associada com os prazeres sexuais masculinos, que são, assim, encorajados e celebrados. Entre os hábitos masculinos que estas jovens adotam estão: o sexo por prazer, atividades recreacionais, dizer asneiras, beber, fumar, envolver-se em lutas, ter relações sexuais casuais. No entanto estas não deixam de procurar tornar-se desejáveis para os homens. Deste modo atribui-se algum poder às jovens mulheres, mas dentro de determinados limites que asseguram uma re-estabilização de género. Contudo, este tipo de comportamento das jovens mulheres lança também um novo pânico moral, sendo fortemente criticado pelas “raparigas normais”, e sujeito aos insultos e hostilidades típicos, por parte dos homens. De acordo com a autora (McRobbie, 2009), a rapariga fálica torna-se assim uma provocação ao feminismo, ajudando no ressurgimento do patriarcado.

²⁸ Neste contexto, as jovens raparigas são percebidas como tendo direito a serem sujeitos sexuais ativos, sem terem que ser sujeitas a discursos morais, como tendo acesso a maior liberdade também na esfera dos lazeres e das sociabilidades, e/ou como orientadas para o sucesso académico (Nayak e Kehely, 2008).

Kehily, 2008) pretendem complexificar estas imagens, salientando as tensões, contradições e espaços intermédios que surgem nas transições para a vida adulta, nas sociedades ocidentais de modernidade tardia, e as consequências que estes/as geram para a juventude e para as relações de género.

Contudo, não só as femininalidades e/ou as identidades de género juvenis estão sujeitas a processos de transformação social, também as masculinidades, a um nível mais geral, sofrem processos, de maior ou menor, continuidade, reconfiguração e/ou mudança. Deste modo, Aboim (2010) dá conta de como, apesar dos homens das gerações mais velhas tenderem a referir-se, mais frequentemente, a modelos heteronormativos e homofóbicos únicos de masculinidade, quando se referem aos tempos em que cresceram, a maior parte dos homens de gerações mais jovens tendem a ter uma visão mais plural da masculinidade. Neste contexto, a ideia do novo homem: pai envolvido no cuidado dos filhos e homem romântico, tornou-se um ponto de referência, alicerçado nos discursos dos homens. Tende, então, a existir um processo de decomposição do papel masculino e a uma mudança nas hierarquias entre feminino e masculino, que opera a vários níveis: na lei, nas políticas da família, na organização do mercado de trabalho, nos média, nas ideologias e nas práticas. No entanto, segunda a autora, a dominação masculina permanece forte, com os homens a manterem o poder público (na medida em que representam a larga maioria daqueles que detém o poder económico e de decisão), com a não existência de igualdade na vida privada e/ou com a manutenção de diferenças nas relações íntimas e sexuais (apesar da diminuição do duplo padrão sexual e do aumento de adesão a uma ideologia, entre as gerações mais jovens, que enfatiza a reciprocidade do prazer sexual). Deste modo, de acordo com Aboim, existe, atualmente, uma mistura de velhos e novos elementos, que criam novas formas de masculinidade, no sentido em que passam a existir múltiplos códigos ideológicos de masculinidade e em que estes são usados de forma mais individualizada, “ao mesmo tempo que trazem uma maior nebulosidade no processo de diferenciação de género” (Aboim, 2010: 161).

1.3.1. A sexualidade é chamada ao centro do palco

No domínio da sexualidade, Weeks (1985, 2006 [1986]; 2007), argumenta que fatores como a crescente comercialização e comodização do sexo; a mudança nas relações de género e nas relações familiares; a emergência de novos, ou a reordenação de velhos, antagonismos sociais e o surgimento de novos movimentos políticos; a secularização da sexualidade, ou seja o desligar progressivo dos valores sexuais dos valores religiosos no sentido em que as demarcações do que é correto ou não são cada vez mais elaboradas por peritos fora do âmbito religioso, como a sexologia, a psicologia ou as políticas sociais; e a liberalização das atitudes, acompanhada pelo aumento da tolerância da diferença individual e pela maior aceitação da diversidade sexual, especialmente pelos mais jovens, tiveram impacto na transformação das possibilidades de viver a diversidade sexual e de criar as vidas íntimas. De forma semelhante, Bozon (2005 [2002]) considera que a abertura contemporânea das

possibilidades em matéria de sexualidade está relacionada com a diversificação e a individualização de trajetórias conjugais e afetivas, e com o declínio da regulação da sexualidade por princípios absolutas. Therborn (2004) chama também a atenção para a importância da secularização da sexualidade e das inovações tecnológicas (como a pílula), que permitem separar sexualidade e procriação, para a “revolução da sexual” do último terço do século XX, nas sociedades ocidentais.

Ora, entre as várias transformações que se deram no domínio da sexualidade encontram-se: a maior aceitação do controlo dos nascimentos, do aborto, do divórcio, de uma sexualidade não inscrita na conjugalidade, da coabitação e da homossexualidade, e um maior reconhecimento da sexualidade feminina (Bozon e Kontula, 1997; Bozon, 1998; Bozon, 2005 [2002]; Plummer, 2003; Therborn, 2004; Weeks, 2006 [1986], 2007). Atualmente, a grande maioria de homens e de mulheres tem relações sexuais dissociadas de uma possível entrada em conjugalidade; os/as jovens iniciam-se sexualmente cada vez mais cedo; os/as parceiros/as sexuais tendem a valorizar simultaneamente a reciprocidade e a satisfação individual, sendo que a reciprocidade entre parceiros/as adquire valor como princípio da sexualidade conjugal; as mulheres passam a ter uma atitude mais ativa nas relações amorosas e menos dependente da vontade masculina; e as trajetórias e atitudes sexuais de homens e mulheres aproximam-se, na maior parte dos países ocidentais contemporâneos (Bozon e Kontula, 1997; Bozon, 1998, 2005 [2002]; Ferreira, 2008, 2010d; Giddens, 1996; Pais, 1998; Therborn, 2004; Weeks, 2003 [1986]; Weeks, 2007). Atualmente, as mulheres vivem a sua sexualidade de forma mais liberta e aberta a novas possibilidades²⁹ (Giddens, 1996). A duração do período em que os indivíduos são sexualmente activos alonga-se, e a suas biografias conjugais e afetivas diversificam-se e fragmentam-se, sendo que a diversificação das experiências, a sucessão de períodos conjugais com períodos sem parceiros estáveis, assim como as experiências conhecidas na juventude, antes de uma primeira entrada em conjugalidade, permitem aos indivíduos conhecer cenários de relações sexuais mais variados, do que se estes se mantivessem numa relação conjugal, com um único parceiro durante toda a sua vida (Bozon, 2004; 2005 [2002], 2008b; Camoletto, 2010; Toulemon, 2008).

De acordo com Weeks (2008), estas transformações, deram origem a discursos de liberdade individual, direitos e justiça sexual que levaram a novos padrões para julgar o que é pensado como errado ao nível sexual e que dá poder a novas formas de agência (Weeks, 2007). A sexualidade deixa de ser um assunto periférico no discurso global, tornando-se central em diversos aspetos, como o fundamentalismo, o impacto da Sida, as relações entre homens e mulheres, ou as atitudes em relação à diversidade sexual, especialmente à homossexualidade. Hoje em dia vive-se num mundo plural, de diversidade e de múltiplas fontes de autoridade. Neste contexto, a sexualidade, na medida em que é moldada por e através da história, como uma matriz única do privado e do público, do pessoal e do social, do natural e do humano, tornou-se num lugar privilegiado para o trabalho de forças

²⁹ As transformações de comportamentos e mentalidades levaram, segundo Giddens (1996), à emergência da sexualidade plástica; isto é, a uma sexualidade liberta das necessidades da reprodução, passível de ser moldada como uma característica da personalidade e que não está sujeita ao domínio sexual masculino.

contraditórias e para pensar os significados da diversidade; sendo um lugar onde diversos significados são construídos e contestados. Weeks (2007) acrescenta ainda que cada indivíduo tem, atualmente, um estilo de vida sexual. As pessoas necessitam de pensar em termos de sexualidades e não numa sexualidade única. A separação do sexo da reprodução e do casamento torna irrelevante a ênfase cultural e social da reprodução heterossexual, no julgar das relações, colocando, antes, a ênfase nas práticas e na identidade sexuais. A partir do momento em que a reprodução deixa de ser o único argumento válido para o sexo, este pode ser mais variado e diverso sem julgamentos morais. A sexualidade pode, assim, significar várias coisas e tornar-se o foco de diferentes escolhas e estilos de vida. Neste sentido, e à medida que os valores tradicionais vão perdendo a sua força, mais o global tem impacto no local e mais os indivíduos são forçados a negociar os seus estilos de vida. Deste modo, as escolhas de estilos de vida tornam-se cada vez mais centrais para a constituição da identidade pessoal e da atividade diária. É cada vez mais possível escolher estilos de vida organizados à volta das preferências sexuais e falar de identidades plurais escolhidas, múltiplas identidades, identidades híbridas ou mesmo tentativas de rejeitar identidades sexuais. No entanto, Weeks (2007) chama ainda a atenção para a importância de lembrar que as identidades são também sedimentadas, enraizadas e difíceis de escapar, mesmo quando mudam.

No mesmo sentido, Giddens (1996) defende que, no contexto das sociedades contemporâneas, a sexualidade é descoberta, exposta e tornada acessível ao desenvolvimento de diferentes estilos de vida; passando a ser algo que cada pessoa tem ou cultiva, e não uma condição sexual adquirida. A sexualidade passa, então, a funcionar como um elemento maleável do self, que liga corpo, identidade pessoal e normas sociais; sendo, simultaneamente, um elemento estruturador da atividade sexual e algo de rotinizado, isto é, tornado parte dos padrões de ação adotados pelos indivíduos e grupos. À medida que o tempo de vida do indivíduo se torna referencial e que a auto-identidade é compreendida como um esforço reflexivamente organizado, a sexualidade torna-se propriedade do indivíduo. Esta passa a constituir um meio para forjar conexões com outrem, tendo por base a intimidade. Segundo Giddens (1996: 125): “a sexualidade tornou-se assim uma questão de primeira importância para ambos os sexos, embora de formas diferentes”.

No entanto, para o Bozon (2004, 2005 [2002]), as transformações das relações sociais que dizem respeito à sexualidade são menos radicais do que geralmente se acredita, constituindo mais uma ideia que foi interiorizada do que um abrandamento dos controlos sociais. No seguimento do trabalho de Elias (2004 [1987]) sobre a individualização da sociedade, Bozon (2004, 2005 [2002]) argumenta que se passou de uma sexualidade construída por controlos e disciplinas externas aos indivíduos a uma sexualidade organizada por disciplinas internas. Assim, mais do que uma emancipação, libertação ou apagamento das normas sociais existe, antes, a sua individualização e interiorização, o que implica um deslocamento e um aprofundamento das exigências e dos controlos sociais. Apesar da manutenção das desigualdades de género e de classe, da proliferação das normas relativas à sexualidade e de uma flutuação de referências pertinentes, passa a caber ao indivíduo a necessidade de estabelecer uma

coerência nas suas experiências íntimas. Os indivíduos continuam a ser submetidos a julgamentos sociais estritos, diferentes segundo a sua posição social. Assim, embora, atualmente, as interações sociais sejam cada vez menos codificadas à priori, não são, no entanto, livres, na medida em que o quadro, o repertório e os significados da interação sexual estão inscritos nas formas instituídas das relações entre os indivíduos. As percepções do possível, do adequado e da transgressão em matéria de sexualidade são ainda estruturados pelas relações de género, pelas relações entre gerações, pelas relações entre classes sociais e/ou pelas relações entre os grupos étnicos ou culturais (Bozon, 2004, 2005 [2002]).

Bozon (2004, 2005 [2002]) não está só na sua tentativa de mostrar que as transformações relacionadas com a sexualidade não são tão “revolucionárias” como referido frequentemente. Assim, criticando a existência de uma nova norma de igualitarismo erótico³⁰, Hekma (2008) argumenta que esta nova perspetiva é limitadora e normalizadora, em parte, porque exclui os interesses sexuais, que se baseiam em diferenças de poder. Outros/as autores/as chamam a atenção para o facto de que vivência da sexualidade não é, hoje em dia, simplesmente liberta. Para Ross e Rapp (1997) o estado organiza agora muitas das relações de reprodução que estavam inseridas em contextos mais pequenos. Neste quadro, a ideologia da liberdade sexual e do direito à expressão individual tem entrado em crescente conflito com a hegemonia estatal e com o poder ainda restante nos contextos mais tradicionais, como a família e o controlo da comunidade, em questões como o aborto ou a educação sexual (Ross e Rapp, 1997).

Acresce ainda que as transformações de que se tem vindo a falar não foram uniformes, sentidas de forma semelhante (Weeks, 1985)³¹, ou universais (Therborn, 2004). Embora, estas transformações tenham ocorrido, na maior parte dos países ocidentais, e noutras partes do mundo, houve diferenças no modo como este processo se desenvolveu (Giddens, 1996). Deste modo, em sociedades com valores sexuais mais constrangedores, os indivíduos, especialmente as mulheres, podem sentir as transformações em curso como dramáticas e perturbadoras (Giddens). Para além de que, as desigualdades socioeconómicas e as diferenças de classe moldam inevitavelmente as opções de estilos de vida (Weeks, 2006 [1986]; 2007). Assim, e apesar de, em relação à sexualidade e à vida familiar as divisões de classe tenham vindo a diminuir, algumas destas diferenças persistem (Weeks 2007). De forma semelhante, Plummer (2003) chama atenção para o facto de as pessoas, por todo mundo, continuarem a ser confrontadas por desigualdades que moldam as suas vidas íntimas: desigualdades económicas, desequilíbrio nas relações de género, marginalização baseada na etnicidade/raça, estratificação de idade, e/ou exclusão de pessoas com deficiências ou percebidas como diferentes;

³⁰ Para Hekma (2008) a norma de desigualdade, do passado recente, foi substituída por uma nova norma de igualitarismo erótico, resultante de uma forte impulso para a igualdade nas relações sexuais, criado, em conjunto, desde a década de 60, do século XX, por forças da democratização e do feminismo.

³¹ Neste sentido Weeks (2007) refere-se à existência de revoluções inacabadas.

acrescentando ainda que um grande número de pessoas vivem, simultaneamente, em mundos tradicionais, modernos e pós-modernos³².

Beck e Beck-Gernesheim (2001) argumentam ainda que, apesar do momento de maior permissividade em relação às normas sexuais, existe uma situação, especialmente para as mulheres, em que as velhas regras já não são tomadas como garantidas, mas em que os novos valores são ainda incertos e pouco claros, criando, por vezes, situações contraditórias e/ou difíceis de gerir. Assim, a uma maior liberdade para viver e pensar a sexualidade, Beck e Beck-Gernesheim (2001: 69) contrapõem a existência de zonas cinzentas, instruções contraditórias e riscos, que requerem uma “responsabilidade individual” e que obriga os indivíduos a fazer escolhas. Isto significa, para as jovens mulheres, a necessidade de criar as suas próprias regras e comportamentos (Beck e Beck-Gernesheim, 2001).

Mas par destes processos de mudança na família, no género e na sexualidade, e em estrita articulação com estes, estão as transformações existentes no domínio dos sentimentos, nomeadamente do sentimento amoroso. É para aí que se vai olhar de seguida.

1.3.2. O imperativo do amor

O amor é hoje em dia, a justificação que legitima e deve orientar as relações, não só sexuais, mas entre parceiros/as, no sentido da conjugalidade. Já na década de 50, do século XX, Goode (1959) defende a importância teórica do amor. Para o autor (Goode, 1959), o amor, determina frequentemente a intensidade de uma atração, ou do repúdio, no sentido de um relacionamento com outra pessoa, tornando-se, deste modo, um elemento nas decisões e/ou nas ações dos indivíduos. Neste sentido, Torres (2001) refere que, para Goode, o amor é visto como uma mola impulsora da ação, uma força com o poder para criar novas relações sociais, sobre a qual incidem restrições e formas de controlo. Este pode, por um lado, ser percebido como tendo poder atrativo como veículo para a intimidade, na medida em que é criador de novos laços, que adquirem contornos específicos em diferentes contextos sociais. No entanto, por outro lado, pode também ser disruptivo da ordem social, pelo que as diferentes sociedades, e diferentes grupos numa mesma sociedade, exercem diferentes formas de controlo sobre ele. O padrão do amor, ou seja, o facto de se encarar o amor como base para a decisão final do casamento, existe em muitas sociedades, mas só em algumas, como na sociedade ocidental, este padrão se transformou numa ideologia prescrita como desejável no momento em que se começa a namorar e depois para se casar (Goode, 1959; Torres, 2001).

Ora, as mudanças existentes na conjugalidade, nos países ocidentais contemporâneos, traduzindo uma passagem de uma visão institucional do casamento para uma definição interna e subjetiva do

³² Para além disso, Plummer (2003: 30) não deixa de sublinhar que, por todo o mundo, “muitas intimidades passaram a ser vividas em mundos de vitimização, de assédio, de abuso, de coerção, de ódio, de corrupção, de exclusão e de exploração”; sendo que a maioria das vítimas são mulheres, crianças e minorias étnicas.

casal, em que o casamento deixa de ser negociado pelas famílias e passa a ser objeto de uma escolha pessoal dos elementos do casal, que deve ser regida imperativamente pelo sentimento amoroso, sublinha a importância atual do amor (Torres, 2002; Bozon, 2005 [2002]). Este torna-se então o pretexto legítimo para o casamento, existindo, simultaneamente a ideia de que o amor suspende o tempo e o espaço, e que “vence todos os obstáculos e supera todas as dificuldades” (Torres, 2002: 89). Neste ideal de amor romântico sobrepõem-se amor, paixão, atração física, impulso sexual³³ (Torres, 2002), sendo de sublinhar, para o propósito deste trabalho, a crescente importância que a sexualidade assume na constituição e na manutenção da relação conjugal (Bozon, 2005 [2002]).

Na teoria sociológica, o amor tem sido representado com uma maneira de assegurar a salvação, no mundo moderno, e de experimentar algo para além do rotineiro e ordinário (Bertilsson, 1986). Segundo Bertilsson (1986), tal como a religião, o amor assegura a identidade pessoal do indivíduo (embora a primeira a um nível mais coletivo e a segunda a um nível mais individual), funcionando como um meio de trocas simbólicas e enriquecendo o quotidiano, ao acrescentar-lhe dimensões extraordinárias.

Torres (2000; 2004), desenvolvendo o argumento de Bertilsson, dá conta de dois temas que atravessam as propostas sobre o amor: a questão da individualização e a questão da igualdade entre homens e mulheres. Vários outros autores retomam o primeiro tema (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Kaufman (2007 [1993]); Jackson, 1993; Weeks, 1995), considerando que o amor traz a esperança e o ideal de realização pessoal, satisfação, companheirismo e afeto.

Assim, para Beck e Beck-Gernsheim (1995), o amor tende a ser, nos dias de hoje, um novo centro à volta do qual as vidas destradicionalizadas giram. Este, sendo geralmente associado ao prazer, à confiança, ao afeto e à igualdade³⁴, tornou-se uma crença fundamental, à qual a maioria das pessoas adere. Deste modo, embora possam rejeitar um modelo de casamento ou de vida familiar, a maioria do/as jovens procura um compromisso, sendo que a existência de um(a) parceiro/a estável continua ser um ideal e um objetivo. O modo como o amor é idealizado reflete as mudanças sociais da modernidade, na medida em que a sua “glorificação” serve para contrabalançar a vida quotidiana (Beck e Beck-Gernsheim, 1995: 33). À medida que outros pontos de referência se vão esvanecendo, que os indivíduos têm que navegar entre os riscos e as incertezas de uma sociedade cada vez mais individualizada, estes passam a desejar cada vez mais dar sentido e segurança às suas vidas, com as pessoas que amam.

É deste modo que o amor se torna aquilo que, segundo Weeks (1995: 172), é uma panaceia, ou seja, “um veículo para o significado individual, num mundo sem significado”. Apesar da diversidade das suas formas e significados, este permanece como algo de fundamental para os indivíduos, sendo

³³ No entanto, segundo Torres (2002: 89) mantêm-se as assimetrias entre homens e mulheres, cabendo à mulher “o trabalho do amor”, na medida em que será esta que está vocacionada “para as emoções, a domesticidade, [e] as relações familiares”.

³⁴ Contudo, segundo Beck e Beck-Gernsheim (1995) o amor está também, relacionado com o tédio, a raiva, o hábito, a traição, o desespero, a solidão e a intimidação.

um modo através do qual as experiências e as necessidades interiores dos indivíduos são reconhecidas e validadas e, através do qual, os indivíduos podem ser transformados. Neste contexto, a relação sexual torna-se num modo de expressão do amor, cuja importância depende da capacidade da relação em dar prazer e satisfação, enquanto dura³⁵.

O sentimento amoroso está, assim, de acordo com Kauffman (2007 [1993]) associado à reflexividade, à individualização e à gestão da própria vida. A emoção envolve uma reformulação do Eu controlada pelo indivíduo; construindo um sentido positivo para o sujeito amoroso: estar enamorado do/a parceiro/a é estar em harmonia com o sentido da sua própria vida. Deste modo, o sentimento amoroso constrói a individualidade e a unidade, a segurança ontológica e a positividade, ou seja, o que cada um procura para si mesmo. Há então um duplo benefício de se estar enamorado, quando o amor é partilhado: o sentimento amoroso fixa a identidade sobre um objeto, estabilizando-o, e a pessoa amada reforça o trabalho pessoal de construção do Eu. “O milagre” do amor é o de realizar esta troca no quadro de um fluxo emocional. A proximidade dos corpos e presença das emoções, a ligação íntima entre sentimento e sexualidade, fazem com que o reconhecimento mútuo das identidades tenha uma densidade, uma concretização, uma força de realidade, que a constituem como antídoto perfeito num universo frio de relações interpessoais e formais da modernidade (Kauffman, 2007 [1993]).

Mas, como referido em cima, outros autores (Bourdieu, 1999; Giddens, 1996), embora não de forma necessariamente contraditória (podendo as duas perspetivas estarem interrelacionadas), fazem depender o amor de uma maior igualdade nas relações de género e/ou consideram que este apenas é atingível quando existe igualdade entre parceiros/as (Jackson, 1993; Torres, 2000, 2004). Este é o caso de Bourdieu (1999: 95), para quem o amor foi instituído como norma ou ideal, “digno de ser visado por si próprio e pelas experiências de exceção que proporciona”. Para o autor, o amor é um lugar de milagres: o milagre da não-violência, “tornada possível pela instauração de relações baseadas na reciprocidade plena e autorizando o abandono e a entrega de si”; o milagre do reconhecimento mútuo “que permite [...] que alguém se sinta “justificado na sua existência””; e o milagre do desinteresse, “que torna possíveis relações desinstrumentalizadas, baseadas na felicidade de dar felicidade” (Bourdieu, 1999: 94). Deste modo, o amor suspende a dominação masculina, na medida em que o indivíduo apaixonado só pode obter reconhecimento do outro se houver uma abdicção da intenção de dominar. Todavia, o amor é também considerado como intrinsecamente frágil, em face de exigências excessivas e da ameaça da rotina e do pensamento individualizado.

³⁵ No entanto, para o Weeks (1995), existem, também, outros aspetos do amor: o amor como cuidado (a preocupação, esperanças, necessidades e potencialidade da(s) pessoa(s) que se ama(m)); o amor como responsabilidade (que responde às necessidade e aos comportamentos responsáveis dos outros, é baseado na obrigação mútua e no reconhecimento que o ato do indivíduo tem consequências para o outro); o amor como respeito (que toma em consideração a dignidade do outro, a sua autonomia enquanto pessoa); ou o amor como conhecimento (a abertura para perceber as necessidades pessoais e as necessidades do outro, requerendo, assim, um reconhecimento mútuo).

Também para Giddens (1996) a possibilidade de maior igualdade entre homens e mulheres está relacionada com aquilo a que chama de relações puras, quer sejam laços sexuais duráveis, casamentos ou relações de amizade. Estas tornam-se num dos elementos essenciais do projeto reflexivo do eu. Por seu turno, o compromisso tem um papel essencial na relação pura, sendo o amor uma forma de compromisso. Mas este compromisso implica que o indivíduo decida comprometer-se e que haja reciprocidade na relação. A relação pura assenta também na existência de uma intimidade, e consequentemente, uma preocupação com a qualidade da relação e algum grau de privacidade da parte de cada parceiro/a; o envolvimento sexual faz também parte de uma procura de intimidade. Estritamente relacionada com a procura de intimidade está a confiança mútua que a relação pura exige, confiança esta que tem que ser ganha. A abertura ao outro faz parte das novas formas de confiança que a relação pura exige. Na relação pura, a identidade pessoal é (re)negociada através de processos de autoexploração e de desenvolvimento de uma intimidade com o outro, criando histórias partilhadas. Mas a relação pura pode ser terminada se assim for desejado, sendo mantida apenas enquanto existir ganhos suficientes para cada um dos indivíduos. Neste contexto, o amor confluyente surge, a partir da fragmentação do amor romântico, em face da pressão da emancipação sexual e da autonomia feminina, tendo como pressuposto a igualdade na dádiva e contra dádiva emocional. O amor confluyente desenvolve-se na medida da intimidade³⁶, ou seja, na medida em que cada parceiro/a está disposto para contar ao/à outro/a as suas preocupações e necessidades, e para lhe ser vulnerável. Neste modelo, a realização do prazer sexual recíproco é um elemento chave para a continuidade ou a dissolução de uma relação, desenvolvendo-se numa sociedade em que quase todas as pessoas se podem realizar sexualmente (Giddens, 1996).

Criticando a proposta de Giddens sobre a relação pura e o amor confluyente, Jamieson (2005 [1998]) argumenta que, nas sociedades ocidentais contemporâneas, a intimidade é percebida como estando no centro de uma vida emocional significativa. A intimidade é aqui associada ao conhecimento, proximidade e amor do/a e pelo/a parceiro/a, que implica conversar, ouvir, partilhar pensamentos, mostrar sentimentos – a intimidade revelada (“disclosing intimacy” no original). A intimidade revelada enfatiza, deste modo, a abertura mútua do eu, revelando constantemente os pensamentos e sentimentos mais íntimos ao outro, e requerendo uma igualdade, entre parceiros/as, na relação. No entanto, embora as representações sobre a vida pessoal enfatizem a intimidade até um grau sem precedentes, para a autora não há evidências concretas desta ser um princípio organizador importante das vidas pessoais, sendo que na relação entre pais e filho/as, parceiros/as, e/ou amigos/as, outras questões, como o apoio emocional ou material, são também sublinhadas. Para além do mais, para a autora, se a intimidade revelada sublinha a importância de uma relação próxima, em que há um conhecimento privilegiado e profundo do indivíduo, a compreensão deste/a e alguma forma de amor, esta não tem em conta outros aspetos, como os aspetos práticos da partilha e dos cuidados ao outro.

³⁶ Para Giddens a intimidade é “antes de tudo uma questão de comunicação emocional, com os outros e com o próprio, num contexto de igualdade interpessoal” (Giddens, 1996: 90).

Jamieson (2005 [1998]) refere ainda que, se a intimidade revelada está cada vez mais presente no domínio da vida pessoal e privada, a diferença entre histórias públicas e vidas pessoais torna a questão mais complicada. As histórias sobre a vida privada mudaram mais do que as suas práticas. No entanto, a autora admite também que o facto de histórias públicas, histórias privadas e práticas se articularem entre si, ajudando a criar-se mutuamente, pode levar a que esta ênfase na intimidade revelada tenha alguma relevância no quotidiano dos indivíduos. Tem, contudo, que se tomar atenção ao facto de que esta é uma história selecionada, que dá conta, apenas, parcialmente, daquilo que será um futuro emergente. Outras histórias de como a vida deve ser vivida coexistem, de forma alternativa, competindo com o ideal de intimidade revelada. Acresce ainda que, segundo Jamieson, se atualmente se vive num mundo, em que os indivíduos têm, geralmente, condições materiais, que lhes permite procurar “boas relações” (Jamieson, 2005 [1998]: 174), que não sejam orientadas por necessidades, as relações pessoais são mais complexas do que o termo identidade revelada implica, incluindo uma mistura de amor, cuidados, partilha, compreensão, conhecimento, dependência, apoio e ajuda do e para com o outro, isto é, algum tipo de assistência prática, mutuamente negociada.

Em jeito de resumo pode dizer-se então que, atualmente, o amor tende a ser representado como um motor de ação, com consequências práticas na vida social, na medida em que constrói realidades concretas. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, este está implicado na construção da identidade pessoal, assegurando um sentido de segurança ontológica contra um mundo despersonalizado da modernidade. Ajuda ainda a mascarar os motivos da escolha do parceiro, surgindo como motivo dessa escolha, a justificar a iniciação sexual, as práticas sexuais, e a entrada em relação conjugal. Por fim o amor torna-se numa peça central da vivência em conjugalidade, que, juntamente com a relação sexual, entre outros aspetos, consolida a intimidade no casal, ajuda a resolver os seus problemas e/ou serve de termómetro do bem-estar da relação.

Contudo, tal como referido por vários/as autores/as (Jackson, 1993; Jamieson 2005 [1998]) Torres, 1987; Weeks, 1995; Kauffman, 2007 [1993]), o amor é sociocultural e historicamente construído, sendo, portanto, necessário “situar as relações amorosas e as representações coletivas e individuais sobre o amor, num contexto cultural e espaço temporal”, na medida em que “as práticas sociais e os universos simbólicos sobre o amor a que se referem, variam de época para época, de cultura para cultura.” (Torres, 1987: 25). Deste modo, o amor, o carinho e a partilha, constituindo dimensões da intimidade, têm adquirido significados diferentes ao longo do tempo (Jamieson, 2005 [1998]). Atualmente, o amor oferece uma linguagem, uma série de narrativas, códigos de comportamento e múltiplas possibilidades de dar sentido à necessidade que os indivíduos têm uns dos outros, incorporando relacionamentos sexuais e emocionais (Weeks, 1995).

Veja-se agora, de forma generalizada, como é que estes processos de mudança social da intimidade se deram em Portugal.

1.4. As mudanças da intimidade em português

Se a nível das sociedades ocidentais contemporâneas se tem referido às transformações ocorridas nas questões de género e da intimidade, sobretudo, a partir da década de 60 do século XX, em Portugal, embora estes processos possam ter sido iniciados na mesma altura, foi, especialmente, com o 25 de Abril de 1974 e com a integração do país na União Europeia, em 1986, que estes processos se aceleraram. No entanto, tendo em conta a existência de continuidades, será importante olhar primeiro para o passado recente e ver como estes processos de mudança foram ocorrendo.

1.4.1. Antes do 25 de Abril

Embora haja uma separação oficial entre o Estado Português e a Igreja Católica desde 1911 (Wall, 2011), a partir da segunda década do século XX, com o Estado Novo, assiste-se a um aumento do catolicismo português (Dix, 2010). Embora se tenha mantido uma separação entre Estado e Igreja, com a assinatura da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, em 1940, há um conjunto de limitações que se impõem à legislação, por exemplo, ao nível do casamento católico, que deixa de poder ser dissolvido civilmente. A hegemonia da Igreja e da cultura Católica torna-se muito expressiva (Monteiro, 2011).

A família é uma questão central na ideologia do Estado Novo, constituindo “um símbolo da estabilidade institucional e do vigor moral, o lugar da transmissão dos costumes e da continuidade da tradição – com os quais se afirma a identidade da Nação” (Almeida e Wall, 2001: 277). Esta assenta numa hierarquia rígida de autoridade e poder em termos de género (do masculino sobre o feminino) e de geração (dos pais sobre os filhos) e numa clara divisão sexual do trabalho: ao pai cabe o papel mais ativo e instrumental, trabalha fora de casa, sendo responsável por providenciar o sustento familiar; à mãe cabem funções como a lida da casa ou a educação dos filhos (Almeida e Wall, 2001; Monteiro, 2011). É também dada uma educação diferenciada aos filhos em função do género: das filhas espera-se que sigam o casamento e a maternidade; dos filhos espera-se que estudem, tenham uma profissão e que sejam “bons, pais de família” (Monteiro, 2011: 280). A norma no interior da família e dentro da igreja católica é fortemente hierárquica, havendo uma valorização da tradição, da autoridade e da instituição (Monteiro, 2011). Apesar desta representação dominante da família não traçar um retrato completo das situações que existem no Portugal de Salazar, na medida em que a realidade destoa muitas vezes do modelo, sendo mais diversa e contrastada, ela é enaltecida pelo Estado Novo e tende a servir de ideal e a definir os contornos de uma forma que se pretende universal (Almeida e Wall, 2001).

É assim que durante as décadas de 50 e 60, do século XX, tende a existir, na sociedade portuguesa, uma “moral sexual rígida e conservadora, enquadrada pela ideologia política, religiosa e moral do Estado Novo, e que prescreve uma sexualidade monogâmica, heterossexual, restrita ao casamento e à

reprodução” (Policarpo, 2011: 49). As assimetrias entre homens e mulheres na vida sexual são acentuadas, existindo claramente uma moral sexual diferenciada, mais repressiva no caso das mulheres e mais permissiva e tolerante no caso dos homens (Policarpo, 2011). O facto de serem permitidas maiores liberdades sexuais aos rapazes contribuía para a construção da sua masculinidade (Aboim, 2011). Estes deviam, no entanto, mostrar apetência para o trabalho e capacidade na escolha de uma boa esposa (que deveria ser casta e capaz de realizar as tarefas domésticas) (Aboim, 2011). No caso das mulheres, é esperado que as raparigas permanecem virgens até ao casamento³⁷, sob a pena de serem consideradas “impuras ou indecentes”³⁸ (Policarpo, 2011: 50); de modo que as jovens estavam sujeitas a limites de ação restritos, com obrigação de pudor e castidade (Aboim, 2011). Às raparigas cabia ainda a tarefa de controlar o comportamento dos rapazes, assumindo deste modo “o papel de guardiãs da moral e dos bons costumes, dos quais dependia a família e a harmonia do lar que mais tarde firmariam, se dele se mostrassem merecedoras” (Aboim, 2011: 82-83).

O relacionamento entre jovens de género oposto era fortemente controlado, sendo o namoro uma “instituição pública de regras rígidas, a bem da virtude feminina” (Aboim, 2011: 84). Namorava-se para casar, à soleira da porta, ou no interior da casa, no caso de a relação ser aprovada pela família da mulher, sobre o controlo paterno, familiar e da vizinhança. Contudo, este controlo é diferenciado em termos de pertenças sociais, sendo que os/as jovens de classes mais desfavorecidas (como era o caso dos trabalhadores do campo ou dos operários) tinham maior liberdade, conseguindo algum tempo a sós, nomeadamente quando vinham dos campos ou das fábricas. Já no caso dos/das jovens de grupos sociais mais favorecidos o controlo era maior, sendo que estes eram geralmente vigiados por um membro da família da rapariga ou por um chaperon (idem). Após o casamento, a sexualidade estava fortemente associada à procriação, sendo a vida sexual das mulheres justificada pela necessidade de ter filhos (Aboim, 2011; Policarpo, 2011).

Por seu turno, as formas de sexualidade não reprodutiva, nomeadamente a homossexualidade masculina e feminina, eram condenadas (Policarpo, 2011). A título de exemplo, o homossexual masculino, que se entregava a “vícios contranatura” (Bastos, 1997: 238), era percebido como: subvertendo os valores da honra masculina, confundido identidades de género, perturbando os códigos que regiam as relações de género e recusando a instituição familiar. Deste modo a figura do homossexual masculino colocava “em causa a ordem social e moral preconizada e, nesse sentido, era concebido como em “estado de perigosidade”” (Bastos, 1997: 238).

É assim que, segundo Policarpo (2011), no que diz respeito à vida sexual, a vida privada é enquadrada por uma moral dominada por uma série de dicotomias como: “o puro vs. o impuro”, “o

³⁷ Em 1967, o código civil português declarava que a falta de virgindade da mulher ao tempo do casamento constituía fator relevante para a possibilidade de anulação do mesmo (Aboim, 2011).

³⁸ Trabalhos, como os de Almeida (1986) e de Pais (1985), sugerem que, nos meios rurais, a austeridade social, associada “à castidade, social e moralmente imposta à rapariga” (Pais, 1985: 380), era um elemento importante nas estratégias conjugais, pelo que esta se encontrava socialmente vigiada. Contudo a preocupação e a desonra incidiam mais sobre a possibilidade de uma gravidez não reparada – do “engano” (Almeida, 1986), algo difícil de ocultar, do que da perda da virgindade, mais facilmente escondida (Pais, 1985).

legítimo vs. o ilegítimo”, “a virtude vs. o pecado”, “o saudável vs. o doente”, “normal vs. patológico”, sustentadas por diferentes discursos, como o religioso, o educativo ou o médico; sendo que as “sexualidades “periféricas” são silenciadas e tornadas invisíveis, consideradas como desviantes em relação a uma normalidade cada vez mais estreita” (Policarpo, 2011: 56-7).

1.4.2. Das últimas décadas do século XX aos dias de hoje: as mudanças recentes no domínio da intimidade

A partir de finais da década de 60 e durante a década de 70, do século XX, vão sendo introduzidas, na sociedade portuguesa, lentas transformações sociais e económicas, muitas vezes iniciadas, embora de forma mais gradual, nas décadas anteriores (Almeida et al., 1998). Entre as diversas mudanças ocorridas encontram-se a crescente desrularização do país; os surtos de industrialização; a progressiva terciarização da economia; a urbanização e a difusão dos valores urbanos; a entrada das mulheres no mercado de trabalho (não só as mulheres entraram massivamente no mercado de trabalho, como se mantém ativas até idades mais tardias e num período da vida onde têm de articular a vida profissional com a vida familiar); a existências de avanços da escolarização e do reconhecimento, ainda que limitado a certas franjas privilegiadas da população, do diploma escolar como instrumento de mobilidade social; e o aumento substancial da escolaridade feminina (Machado e Costa, 1998; Almeida et al. 1998; Almeida e Wall, 2001). Em paralelo, assiste-se a uma queda acentuada da taxa de nupcialidade e dos casamentos, e das taxas de fecundidade e de natalidade, e ao aumento do número de nascimentos de crianças fora do casamento, de modos alternativos da vivência da conjugalidade, do divórcio, da idade média de entrada em conjugalidade e do nascimento do primeiro filho, (devido, sobretudo, ao alongamento da formação escolar e, conseqüentemente, a um adiamento de entrada na vida adulta) (Almeida et al., 1998; Almeida e Wall, 2001; Torres, 2010; Aboim, 2011). Desde o início do século XXI, estas transformações encontram-se em aceleração, nomeadamente no que diz respeito à diminuição do número de casamentos católicos e ao aumento do nascimento fora do casamento (Torres, 2010).

Estas mudanças sociais vão ter impacto na vida dos indivíduos e no modo como a família e a sexualidade vão ser vividas em Portugal nos anos subsequentes (Almeida et al., 1998; Almeida e Wall, 2001). Neste sentido, a revolução de Abril, de 1974, “vem, sobretudo, precipitar e apressar, no campo dos comportamentos e dos valores familiares, movimentos de fundo que parecem tomar corpo na sociedade portuguesa a partir da década de 60” (Almeida e Wall, 2001: 278). Os valores de democracia e liberdade alastram-se na vida política, na esfera da economia, na educação e na família (Monteiro, 2011). O quadro ideológico passa a incluir a defesa da horizontalidade democrática e da libertação dos indivíduos em face aos constrangimentos da família (Wall, 2011). A maior igualdade na família está patente na (sendo também impulsionada pela) defesa da autonomia da mulher, que deve agora trabalhar a tempo inteiro como o homem, cabendo ao Estado a função de apoiar as

famílias quanto à guarda das crianças. Passa então a existir um novo modelo normativo, que faz a “defesa de uma família igualitária e democrática” e de “duplo emprego” (Wall, 2011: 352), que deve ser legitimada pelos afetos (Monteiro, 2011). Deste modo começam a existir novos modelos e práticas nas relações familiares entre gerações (pais e filhos), nas relações de género e na área da sexualidade³⁹. Simultaneamente a sociedade católica vai perdendo, de forma progressiva, influência na sociedade portuguesa, e, nomeadamente, na família, havendo uma reconfiguração das identidades religiosas dos portugueses, visível, por exemplo, na diminuição da prática religiosa (Monteiro, 2011).

Ao nível da sexualidade, e em face à existência de uma maior liberdade de expressão, há um aumento da discussão dos assuntos relativos à intimidade e de temas anteriormente tabu, sujeitos à censura do regime anterior e à moral católica dominante; sendo que “o sexo passa a ser discutido publicamente, nomeadamente através dos meios de comunicação de massas” (Policarpo, 2011: 57). É, neste contexto que, no início da década de 80, uma série de medidas legais foram também tomadas no sentido de uma maior abertura a diferentes formas de sexualidade e de promoção da saúde e educação sexuais. Neste sentido, em 1982, a prostituição e a homossexualidade são discriminalizadas, e em 1984 surge uma lei que garante o direito à educação sexual e ao planeamento familiar (Almeida, 2009; Policarpo, 2011). O acesso à contraceção generaliza-se, a par de uma crescente dissociação entre casamento, sexo e procriação (Almeida et al., 1995, 2002, 2004) e de uma crescente associação do sexo ao desejo e prazer (Policarpo, 2011). Ao longo desta década “começa a formar-se um novo discurso em que o desejo e o prazer no feminino surgem não só como possíveis, mas também como legítimos e desejáveis” (Policarpo, 2011: 63); sendo que a sexualidade vai-se revelando mais uma componente importante da identidade social dos/das jovens. Contudo, na década de 80, persiste ainda o duplo moral sexual, que prescreve comportamentos e representações sexuais distintos para raparigas e rapazes, sobretudo entre os/as jovens mais religiosos/as ou com uma família mais religiosa (Pais, 1985; Policarpo, 2011).

Mais recentemente, vários/as autores/as (Aboim, 2011; Ferreira, 2010d; Pais, 1998; Policarpo, 2011) apontam, entre outros aspetos, para uma tendência de: diminuição do duplo padrão sexual; convergência das práticas sexuais de homens e mulheres; diminuição da idade das mulheres à primeira relação sexual; separação da sexualidade e da conjugalidade, nomeadamente no que diz respeito à primeira relação sexual, sobretudo para as mulheres, e deste modo para uma erosão da norma da virgindade até ao casamento para estas; maior valorização do prazer sexual; maior tolerância a várias formas de sexualidade (por exemplo, as relações entre pessoas do mesmo sexo),

³⁹ Contudo, segundo Policarpo (2011), persistem normas rígidas e assimetrias ao nível da sexualidade: por um lado, “as sexualidades “periféricas”, como a homossexualidade e a prostituição, permanecem ilegais, por outro lado, a dupla moral sexual para homens e mulheres permanece. Por conseguinte, a autora (2011) argumenta que a geração que vive uma vida sexual ativa em 1974 e nos anos seguintes encontra-se na transição de um modelo repressivo para um modelo mais moderno, caracterizado por uma maior liberdade de expressão e uma maior individualização, que permitem aos indivíduos fazer as suas escolhas, embora no seio de contradições e de ambivalências.

sobretudo entre as gerações mais jovens; e de vivência do namoro como uma experiência em si mesma, que não conduz necessariamente ao casamento.

Neste sentido, Policarpo (2011) argumenta que existe uma tendência para a individualização da sexualidade, que se traduz numa crescente diversificação das experiências e práticas sexuais, nomeadamente através da diversificação das práticas não coitais, que aponta para a exploração do prazer, individual ou com parceiro, que deixa de se centrar na reprodução, para passar a centrar-se na realização individual. De acordo com a autora (Policarpo, 2011: 78), passa a haver uma “normalização” do direito de expressão livre da sexualidade, do desejo, do prazer e do usufruto do corpo, assim como uma crescente afirmação do prazer e das experiências individuais como fontes legitimadoras da sexualidade. Simultaneamente vai-se dando, de forma progressiva, uma erosão da norma hegemónica heterossexual como forma única de sexualidade socialmente aceite, num quadro de diversificação de experiências e identidades sexuais.

É neste contexto, que se dá um aumento da visibilidade das minorias sexuais no espaço público, acompanhada por mudanças legislativas, que têm como intuito o remover qualquer tipo de discriminação segundo a orientação sexual (Policarpo, 2011). Deste modo, em 2001 são legalizadas as uniões de facto para pessoas do mesmo género; em 2004 acrescenta-se na constituição da República portuguesa a proibição de discriminação em função da orientação sexual; e em 2010 sai uma lei que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (Almeida, 2009; Policarpo, 2011; Santos, 2012). Contudo, mantém-se a proibição da adoção por casais constituídos por pessoas do mesmo sexo⁴⁰ e o acesso à reprodução medicamente assistida⁴¹, para além de que persistem, na sociedade portuguesa, formas de preconceito e de discriminação com base na orientação sexual (Policarpo, 2011), nomeadamente ao nível do insulto (Oliveira et al., 2010), assentes numa forte heteronormatividade baseada na ideia da família nuclear heterossexual com filho/as (Santos, 2012)

Por seu turno, persistem ainda desigualdades entre homens e mulheres, no sentido em que estas continuam a tender ter um menor número de parceiros/as ao longo da vida, enquanto os homens tendem a ter uma maior diversificação e experimentação das práticas sexuais (Ferreira, 2010 b); Pais, 1998; Policarpo, 2011). Vários/as autores/as consideram ainda que a sexualidade, no masculino, continua a estar mais associada a valores individualista, centrados na experimentação e na diversificação da experiência; sendo que no feminino persiste a valorização de uma sexualidade relacional, desenvolvida no quadro dos afetos (Ferreira, 2010 b); Pais, 1998; Policarpo, 2011). Outros/as autores/as (Torres, 2002; Vasconcelos, 1997), no final da década de 90, do século XX, e no início do século XXI, fazem ainda referência à permanência do duplo padrão sexual, ainda que

⁴⁰ As últimas notícias dão conta de que a lei da co-adoção por casais do mesmo sexo será sujeita a debate, em Janeiro de 2014, com vista à sua possível legalização (ver, por exemplo, <http://ilga-portugal.pt/noticias/507.php>, consultado a 16 de Dezembro de 2013).

⁴¹ O acesso à reprodução medicamente assistida é também proibido às mulheres sós (ver projecto lei n.º 32-2006 de 26 de Julho).

atenuado (Vasconcelos, 1997), e à existência de uma “espécie de zona cinzenta, de mistérios e sussurros, onde ainda se mantêm sinais da presença do chamado duplo padrão” (Torres, 2002: 111). Estes dados denotam a coexistência de um “discurso moderno igualitário em relação às mulheres, regendo-se pelas lógicas intrínsecas em relação ao laço conjugal, com o tradicionalismo patente nas questões do controlo da sexualidade feminina” (Torres, 2002: 111). Para as jovens mulheres, a vivência da sexualidade está ainda sujeita a contradições e a ambivalências, que as coloca entre a pressão social que (ainda) a penaliza por uma vida sexual ativa e não reprodutiva, e o desejo de viver a sua sexualidade de forma liberta (Policarpo, 2011). Mas, como refere Policarpo (2011: 74), é necessário tomar atenção às posições sociais dos indivíduos, na medida em que “as diversas plataformas sociais em que se move o sujeito dão forma ao seu comportamento sexual”.

Acresce ainda que não se pode deixar de assinalar a existência de transformações significativas na sexualidade feminina, das gerações mais velhas para as gerações mais novas (Pais, 1998; Ferreira, 2010d; Aboim et al, 2011; Policarpo, 2011). As gerações mais jovens, tendem a ter uma ética sexual mais tolerante, pluralista, individualizada e/ou experimentalista do que as gerações mais velhas (Aboim et al., 2011; Pais, 1998). É neste sentido que Torres e Lapa (2010) argumentam que para a geração mais jovem, nascida após a ditadura, as lógicas tradicionalistas da família deixam de fazer sentido. Entre os/as jovens afirma-se uma maior liberdade individual, que faz sentir os efeitos da sentimentalização, da individualização e da secularização. Esta geração tende a ser socializada entre processos de individualização e de diferenciação de opções de vida, tendo uma maior flexibilidade e tolerância relativamente às normas relacionadas com os acontecimentos do ciclo de vida que um jovem deve (ou não) seguir (Torres e Lapa, 2010).

Tendo dado conta, de forma generalizada, das mudanças ocorridas em termos de género e no domínio da intimidade, nas sociedades ocidentais contemporâneas, e, mais especificamente, no caso português, passa-se, no capítulo seguinte, a expor, de forma resumida, o surgimento e o estabelecimento da sociologia da sexualidade, tendo em conta o contexto social da produção dos estudos sobre a sexualidade e o impacto que estes têm na sociedade, para, por fim, sublinhar as linhas teóricas seguidas neste trabalho.

2. A sexualidade enquanto objeto de estudo das ciências sociais – reflexões e direções de pesquisa

Com pouco mais de um século de existência, o estudo da sexualidade tem sido profundamente influenciado pelo contexto social, cultural e histórico existente, sendo, ao mesmo tempo, uma forte influência para o modo como a sexualidade é representada e vivida nas sociedades ocidentais contemporâneas. É com o intuito de se perceber um pouco mais sobre o modo como a sexualidade é pensada atualmente e de se dar a conhecer o quadro teórico em que este trabalho se baseia que vai ser feita uma breve resenha do percurso da sociologia da sexualidade até aos dias de hoje. Tendo em conta que as questões relacionadas com a sexualidade foram, durante bastante tempo, remetidas para outras áreas que não a das ciências sociais, parte-se dos trabalhos pioneiros dos sexologistas do final do século XIX e dos meados do século XX, passando por alguns trabalhos influentes da psicanálise, da antropologia social e cultural, e da sociologia, para depois se procurar perceber a importância dos movimentos gay e lésbico, e dos movimentos feministas na crítica das questões do género e das identidades sexuais. Chega-se, assim, à ideia de construção social da sexualidade, para a qual alguns/algumas autores/as, como Gagnon e Simon e Foucault, entre outros/as, tiveram uma importância central. Procura perceber-se, brevemente, a importância da questão do VIH/Sida para o desenvolvimento dos estudos sobre a sexualidade e como um pós-estruturalismo, influenciado por autores/as, como Foucault e Butler, assume um peso relevante nestes, para posteriormente ser suplantado por críticas mais atuais, baseadas no conceito de interseccionalidade. Por fim, analisa-se o modo como a articulação entre género e sexualidade tem sido analisada, expõe-se as perspetivas utilizadas neste trabalho e sublinha-se a importância das posições sociais para compreender o modo como os indivíduos experimentam e representam a sexualidade.

2.1. Dos pioneiros da sexologia aos sexologistas de meados do século XX

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a vida moral passa a ter uma regulação cada vez mais secular, sendo que a ciência começa a substituir a religião na tarefa de legitimação do controlo social (Osborn e Guash, 2003). É neste contexto que, em diversos campos disciplinares, como a medicina, a biologia, a psiquiatria, a justiça penal ou a pedagogia, se procura regular as condutas quotidianas e os comportamentos dos indivíduos, a partir de premissas que dizem o que é normal ou anormal

(Foucault, 1994 [1976]), produzindo “um verdadeiro discurso sobre a sexualidade” (Bozon e Leridon, 1993: 1173), que se torna altamente normativo (Bozon, 2005 [2002]).

A sexualidade passa então a ser percebida como algo que merece ser estudado, tendo em conta a sua importância para a existência do indivíduo e da sociedade (Weeks, 1989). Durante o século XIX, surge, assim, uma preocupação pela “natureza” do sexo, que ao interessar-se por formas diversas de comportamento social, incorporado num conjunto de práticas sociais, começa a produzir um novo domínio de investigação – a sexologia⁴². Esta constitui e explora, simultaneamente, um novo campo de saberes, atribuindo, por conseguinte, um novo significado ao sexual. A partir de uma perspetiva naturalista, vários autores⁴³, como Havelock Ellis ou Richard Von Kraft-Ebing, listam e classificam uma série de crenças e comportamentos sexuais⁴⁴, com o intuito de isolar e definir as características do instinto ou da força sexual, e de delinear os seus efeitos sociais. Estes processos de categorização e de classificação, produziram complexas definições, teorias de origens e novos tipos sexuais⁴⁵, expressos em novas categorias médicas e psicológicas, como a degeneração, a doença mental e a doença, que substituem velhas categorias morais como o pecado, a devassidão ou o excesso. No entanto, estes trabalhos, apesar de centrados na questão da natureza do instinto sexual, ajudaram ao reconhecimento da sua origem multiforme e ambígua (Weeks, 1989). A sexologia contribuiu, assim, de forma importante, para o modo como a sexualidade é entendida atualmente (Weeks, 1985).

Os modelos biológicos da sexualidade dominaram a ciência sexual, durante os séculos XIX e XX, definindo o comportamento sexual como o resultado de impulsos naturais e biológicos, que estão na base de diversas experiências sexuais. Visto como uma força instintiva, o sexo é percebido como uma fonte possível de desordem social, pelo que deve ser vigiado através de um controlo moral, da educação sexual e de legislação (Mottier, 2008). A ideia de que o sexo é uma força poderosa que o social, a moral e a medicina têm que controlar, apesar de estar enraizada nas tradições cristãs ocidentais, adquiriu, deste modo, uma base e preocupações científicas (Weeks, 1985).

⁴² Sobre a importância da sexologia para o estudo da sexualidade ver, por exemplo, Bozon (1999, 2005 [2002]); Weeks (1985; 1989; 2006 [1986]); Seidman (2003), Jaspard, (2005 [1997]), Katz (2007 [1995]), Mottier (2008), Jackson e Scott, 2010, Rahman e Jackson, 2010. Sobre a importância dos sexologistas na construção da heterossexualidade, de um ponto de vista feminista, ver Jackson (1987). Pode ainda ver-se a influência da medicina na sexualidade portuguesa em Pacheco (2000).

⁴³ De acordo com Weeks (1989), o trabalho destes investigadores é, em grande medida, influenciado, por um lado, por questões como a prostituição, as doenças venéreas, a higiene sexual e a moralidade pública, que são, à altura, foco de preocupação sexual; e, por outro lado, por questões como a higiene racial, associada ao aumento do eugenismo e a um impulso para um intervencionismo em matérias sexuais. Neste sentido, o autor (Weeks, 1989) argumenta que as preocupações de pesquisa e de teorização sobre a sexualidade foram sempre influenciadas por objectivos e ansiedades sociais, sendo as suas conceptualizações moldadas por relações de poder prevalecentes, de modo que vários pressupostos pré-existentes foram assimilados e mesmo reforçados por especulação pós-darwinista.

⁴⁴ Vários compêndios apresentam excertos de textos de autores que tiveram uma forte influência no estudo da sexualidade, incluindo estes pioneiros da pesquisa sexual. Ver, por exemplo, Kimmel e Plante (2004) e Lyons e Lyons (2011).

⁴⁵ Segundo Weeks (1989), a maioria dos pioneiros da pesquisa sexual estava preocupada com as variações relativamente à norma; construindo, assim, novas categorias, definições e, mesmo, práticas sociais sexuais e psicológicas, que iam explicando os “desviantes” sexuais em termos das suas variações psicológicas e sexuais.

Neste contexto, o sexo passou a ser percebido como um ato entre dois seres – homens e mulheres, biologicamente muito diferentes (Mottier, 2008). Por conseguinte, as diferenças biológicas, consideradas como inatas, legitimaram a atribuição de papéis diferentes e de comportamentos e necessidades sexuais diferentes para cada um deles. A sexualidade masculina passou, então, a ser percebida como naturalmente agressiva, o homem como o detentor da iniciativa da conquista, e os desejos e a promiscuidade masculina justificados pelas exigências sexuais da natureza dos homens (Mottier, 2008). Por seu turno, a sexualidade feminina passou a ser entendida como uma resposta aos desejos masculinos, justificada por instintos reprodutivos e maternais, o seu instinto sexual percebido como sendo despertado e satisfeito apenas pelo homem, e a mulher como passiva e casta, como devendo resistir aos avanços masculinos, e com uma preferência natural para a monogamia, de modo que o desejo sexual excessivo nas mulheres, se torna percebido como anormal⁴⁶ (Jackson, 1987; Mottier, 2008). Ao defender a heterossexualidade como natural, os trabalhos dos pioneiros da sexologia ajudaram a popularizar e a promover este modelo de sexualidade, legitimando o seu poder na ciência (Jackson, 1987), ao mesmo tempo que dão uma justificação biológica para o duplo padrão sexual (Mottier, 2008).

O modelo biologizante da sexualidade pressupõe, assim, que o comportamento sexual natural inclui apenas atos e desejos heterossexuais, de modo que a heterossexualidade é vista como a norma, enquanto que a homossexualidade passa a ser entendida como um desvio a esta. As pessoas que têm práticas sexuais desviantes são, deste modo, percebidas como fundamentalmente diferentes das outras (Mottier, 2008). Nasce assim o indivíduo homossexual moderno (Katz, 2007 [1995]; Mottier, 2008; Seidman, 2003; Weeks, 1985; 1987; 1989; 2007)⁴⁷. Homens e mulheres homossexuais eram entendidos como indivíduos biologicamente separados dos indivíduos heterossexuais, tendo corpos, roupas e traços de personalidade específicos (Mottier, 2008). O modelo biológico da sexualidade considerava então os homossexuais com indivíduos anormais que necessitavam de ser curados (Mottier, 2008).

Ora, os primeiros sociólogos aceitaram estes pressupostos e, por conseguinte, as explicações biológicas para as diferenças de género (Weeks, 1989). Segundo Rahman e Jakson (2010), esta é uma das explicações para que o género e a sexualidade tenham recebido pouca atenção da sociologia clássica, de modo que apenas nas últimas décadas do século XX foram estabelecidos como tópicos dignos de pesquisa sociológica. O trabalho dos “pais fundadores da sociologia” (Rahman e Jakson, 2010: 6) pressupunha, assim, a existência, de uma divisão natural dos sexos baseado na biologia (não

⁴⁶ Contudo, as representações da sexualidade feminina variam com a classe e a raça das mulheres, na medida em que as jovens de classes operárias e de “outras raças” eram percebidas, frequentemente, como sexualmente disponíveis e insaciáveis, e as prostitutas descritas como seres híper-sexuais, com corpos podres e corrompidos (Mottier, 2008). As categorias inferiores, como homens e mulheres de classe operária, africanos ou asiáticos, eram percebidas como estando na base da escala da civilização, perto dos “povos primitivos”, e com maior probabilidade de se envolverem em práticas sexuais não civilizadas e degenerativas.

⁴⁷ Para um maior aprofundamento da construção social, cultural e histórica da homossexualidade e da heterossexualidade ver, entre outros, Katz (2007 [1995]), Seidman (2003) e Weeks (1985, 1987, 1989).

referindo sequer as questões da sexualidade), não aplicando, portanto, de forma consistente, as ideias clássicas da sociologia nos domínios do género⁴⁸ e da sexualidade.

Paralelamente a estes primeiros desenvolvimentos da sexologia, nos fins do século XIX e inícios do século XX, desenvolve-se, à volta da figura de Sigmund Freud, uma das mais influentes teorias no campo dos estudos da sexualidade (e não só): a psicanálise. Entre outros aspectos, Freud institui teoricamente a separação entre sexualidade e procriação, afirma a importância da sexualidade infantil e põe em evidência a importância da sexualidade para as neuroses (Jaspard, 2005 [1997]). De acordo com o autor (Freud 2009 [1942]), a sexualidade infantil é auto-erótica e qualquer parte do corpo pode ser susceptível ao estímulo que têm os genitais e tornar-se, assim, uma zona erógena. O alvo sexual do instinto infantil é, deste modo, o de obter satisfação através da estimulação apropriada da(s) zona(s) erótica(s) escolhida(s). Após uma aceitação inicial de dois sexos sem grandes questionamentos, há um (re)conhecimento, mais tardio nos rapazes e mais precoce nas raparigas, da falta de pénis nas segundas, que as leva a uma inveja do pénis e ao desejo de serem rapazes. Referindo que a actividade auto-erótica das zonas erógenas é igual para rapazes e raparigas, impossibilitando estabelecer uma distinção entre ambos na infância, como acontece depois na puberdade, Freud⁴⁹ acrescenta, ainda, que em termos de manifestações auto-eróticas e masturbatórias, a sexualidade das raparigas tem um carácter masculino e que “a libido é sempre e necessariamente de natureza masculina, quer ocorra num homem ou numa mulher, e independentemente do seu objecto ser masculino ou feminino (Freud, 2009 [1942]: 81). É, então, com a entrada na puberdade que se iniciam as transformações que levarão a vida sexual à sua constituição final e normal. O instinto sexual deixa de ser autoerótico para ir de encontro a um objeto sexual. Este novo alvo sexual atribui funções diferentes aos dois sexos, que doravante passam a divergir; sendo que o desenvolvimento masculino apresenta-se como “congruente e “facilmente compreensivo”, com o novo alvo sexual a consistir nas descargas dos produtos sexuais e o “mais alto grau de prazer” a estar associado ao “ato final do processo sexual” (Freud, 2009 [1942]: 71); enquanto que no caso das mulheres parece dar-se um processo de retrocesso, no sentido em que “para uma rapariga se tornar mulher, é necessário um novo recalamento (do clitorís) que suprime a masculinidade infantil e prepara a mulher para a mudança da zona genital dominante” (Freud, 2009 [1942]: 94).

Considerando que as manifestações infantis da sexualidade determinam tanto os desvios como a normalidade da vida sexual, Freud (2009 [1942]) sublinha também que o desenvolvimento sexual deve ser localizado num contexto social específico – a família (Jackson e Scott, 2010), e que as normas sociais são essenciais no moldar das acções individuais (Jackson e Scott, 2010; Jaspard, 2005 [1997]; Mottier, 2008; Osborn e Guash, 2003; Seidman, 2003; Weeks, 1985, 1989). Será então a

⁴⁸ Para uma análise do modo como as questões da sexualidade e/ou do género foram tratadas na sociologia desde os seus “pais fundadores”, ver, por exemplo, Torres (2001) e Rahman e Jakson (2010).

⁴⁹ Segundo Freud (2009 [1942]: 71), é com a entrada na puberdade que “as zonas erógenas se sujeitam à primazia da zona genital”.

necessidade de o indivíduo se conformar ao modelo social da família e da união monógoma e a repressão dos seus institutos sexuais que dão lugar ao mal-estar e às neuroses. Deste modo, se Freud fala da existência do instituto sexual e de prazeres físicos, colocando, portanto, a sexualidade no domínio do biológico e do natural, não fica, contudo, por aí, mostrando como é a sociedade que molda e atribui significado à sexualidade, vendo-a portanto como um fenómeno social (Seidman, 2003). Freud distingue também entre objecto sexual e objectivo sexual (Weeks, 1989), argumentando que não existe um desenvolvimento automático para um objecto de amor heterossexual, nem um objectivo pré-ordenado, como a relação sexual. É apenas com as experiências da infância e da imposição dos padrões culturais, que a relação sexual heterossexual se torna a norma na idade adulta (Weeks, 1989).

Contudo, o trabalho do autor é também sujeito a críticas, nomeadamente da parte de autores/as de orientação feminista, que objetam o seu biologismo e o seu enviesamento relativamente ao masculino, na sobrevalorização que este faz do pénis, no modo como vê a sexualidade feminina a partir de uma definição masculina, como um homem em falta, e no modo como conceptualiza a libido como sendo uma força masculina, que se traduz numa hierarquia sexual biológica e inata (Beasley, 2005; Jaspard, 2005 [1997]). A mulher é assim vista a partir de um ponto de vista negativo e a sexualidade das jovens mulheres percebida apenas em relação à sexualidade dos jovens homens (Jaspard, 2005 [1997]).

Neste contexto, as questões relacionadas com a sexualidade foram abordadas apenas de forma indirecta pelas ciências sociais, através dos seus “resultados e traduções institucionais: fecundidade, casamento, conceções pré-nupciais, organização familiar, etc...”, (Bozon e Leridon, 1993: 1173). Contudo, no limiar do século XX alguns trabalhos, sobretudo provenientes da antropologia⁵⁰, investigam os ritos e costumes sexuais dos povos “primitivos”, as origens da família, as formas de união sexual e/ou as relações de género (Jaspard, 2005 [1997]), dando conta da diversidade de sexualidades existentes nas diferentes culturas e abrindo caminho para um maior relativismo cultural (Vance, 2007 [1991]; Weeks, 2006 [1986]; Osborn e Guash, 2003; Bozon e Leridon, 1993; Jackson e Scott, 2010). É assim que antropólogos, como Malinowski ou Margaret Mead, mostram como o meio cultural e social, em que os indivíduos estão inseridos, é essencial para a aprendizagem, representações e práticas da sexualidade. O reconhecimento da existência da diversidade de padrões sexuais e da sua validade permitiu uma maior compreensão da diversidade de padrões e culturas ocidentais, ajudando simultaneamente a uma reflexão crítica da natureza histórica das suas normas e valores (Weeks, 2006 [1986]), e providenciando uma base de conhecimento contra as explicações biológicas e psicanalíticas (Jackson e Scott, 2010).

Já nos anos 30, do século XX, Marcel Mauss interessa-se pelas técnicas corporais, onde se incluem as técnicas da reprodução (Jaspard, [2005 [2002]). As técnicas da reprodução, nas quais se encontram as posições sexuais, fazem parte das técnicas da idade adulta (Mauss, 1974 [1934]). O interesse do

⁵⁰ Sobre o contributo da Antropologia para o estudo da sexualidade ver Lyons e Lyons (2011).

conceito de técnicas corporais de Mauss, nomeadamente quando ligado à questão da sexualidade, remete para a importância que o autor atribui ao contexto cultural e histórico, e às posições sociais para a compreensão do corpo e, neste caso, dos atos sexuais, juntamente com o reconhecimento da existência de inúmeras técnicas de atos sexuais, ligadas a outras tantas morais sexuais (Mauss, 1974 [1934]).

Alguns anos mais tarde, o alemão Norbert Elias, consagra um capítulo inteiro às relações sexuais, integrando a sexualidade no processo civilizacional (Jaspard, 2005 [1997]). O autor expõe o que considera ser “um processo relativamente complexo, no curso do qual a vida afectiva dos homens se modificou gradualmente, tendendo para um controlo mais regular dos afectos” (Elias, 1989 [1939]: 16). Deste modo Elias fala num padrão de pudor, nas relações entre os sexos, que se vai tornando dominante nos séculos XIX e XX, e que remete a vida sexual “para trás dos bastidores” (Elias, 1989 [1939]: 215), e a encerra “num determinado conclave – o núcleo familiar” (Elias, 1989 [1939]: 217), de modo que se tornou necessário esconder das crianças esta dimensão da vida. Paralelamente, também as relações entre homens e mulheres são levadas, na consciência dos indivíduos, para detrás dos panos. À volta da esfera da sexualidade passa, então, a haver “uma aura de embaraço”, que leva a que as conversas entre adultos, neste domínio, sejam feitas com “cuidados e com muitos rodeios”, enquanto que com as crianças, especialmente com as raparigas, “enquanto for possível, não se fala absolutamente numa coisa dessas” (Elias, 1989 [1939]: 215). Passa a existir uma necessidade de criar “acanhamento perante as coisas, desenvolvendo sentimentos de vergonha, medo, repugnância e culpa” (Elias, 1989 [1939]: 215).

Ora, a meio de século XX, investigadores/as começam a mapear a distribuição social e a variação das práticas sexuais (Jackson e Scott, 2010; Osborn e Guash, 2003; Mottier, 2008). Os trabalhos de Kinsey e da sua equipa, e de Master e Johnson, são exemplares desta nova empreitada. Assim, se Kinsey ajudou a mostrar a diversidade das práticas sexuais, dando conta de como práticas sexuais consideradas como desviantes, como a masturbação ou práticas sexuais com pessoas do mesmo género, eram mais comuns do que o esperado, o trabalho de Master e Johnson ajuda a compreender o ciclo de respostas sexuais, a possibilidade de orgasmos múltiplos nas mulheres e a importância do orgasmo clitoral, assim como a estabelecer a terapia sexual. No entanto, embora o trabalho destes/as investigadores/as tenha sido bastante influente nas décadas subsequentes, estes/as continuam a preconizar a sexualidade como algo de natural, reforçando assim o modelo biológico da sexualidade.

2.2. A luta pela liberdade sexual e pelas igualdades de género e de orientação sexual

Os argumentos de Freud sobre a sexualidade como uma força natural reprimida pela sociedade foram retomados por escritores como Marcuse e Reich (Giddens, 1996; Jackson e Scott, 2010;

Jaspard, [2005 [2002]; Mottier, 2008; Osborn e Guash, 2003; Seidman, 2003; Weeks, 2006 [1986]), a meio do século XX. Contudo, enquanto Freud via a repressão como um pré-requisito para a civilização, estes escritores, de orientação marxista, viam a repressão da sexualidade como produto do capitalismo e do patriarquismo, dos quais deveria ser libertada. Há assim um apelo à libertação sexual, que vai ter uma forte influência nos movimentos de esquerda e feminista, das décadas de 60 e 70, do mesmo século, e em vários tipos de terapia sexual, sem que, contudo, se ponha em causa o modelo biológico da sexualidade (Mottier, 2008).

Contudo, a partir da década de 60, do século XX, as condições políticas das sociedades ocidentais permitiram a análise sociológica da sexualidade, em colaboração com os movimentos feministas e de orientação sexual⁵¹ (Osborne e Guasch, 2003; Weeks e Holland, 1996), contribuindo deste modo para a redefinição dos significados atribuídos à sexualidade (Weeks, 1985). Enquanto que as políticas da homossexualidade colocaram na agenda as questões da preferência, identidade e escolha sexual, o movimento das mulheres levou ao reconhecimento de múltiplas formas de subordinação sexual feminina, como a violência masculina, a misoginia ou o assédio sexual, exigindo o reconhecimento do direito das mulheres sobre os seus próprios corpos ao (re)colocar na agenda questões sobre o consentimento, os direitos reprodutivos, o desejo e o prazer sexuais (Weeks, 2006 [1986]).

Apesar da identidade do “homossexual” ter emergido entre o final do século XIX e o início do século XX, foi apenas durante a década de 50, do século XX, que se desenvolveu um sentido de comunidade, resultante, em parte, da partilha de espaços públicos comuns e de experiências de discriminação (Seidman, 2003). As décadas de 60 e 70, nos Estados Unidos da América, foram décadas de grande protesto social, contra a guerra, o racismo, o (hetero)sexismo, o consumismo e o materialismo. Foi neste período que se deram grandes mudanças na política homossexual, no sentido de um movimento nacional público, com uma agenda militante e uma ênfase na igualdade entre homossexualidade e heterossexualidade. A identidade sexual passou a ser encarada não de forma individualizada, mas como uma identidade social e política⁵² e o ser-se gay percebido como algo de bom, isto é como natural e como uma afirmação de vida. A construção de uma comunidade gay, constituída por indivíduos orgulhosos de si, com capacidade para desafiar as desigualdades sexuais, de género e sociais pretendia ser uma expressão de afirmação de identidade e de luta contra uma sociedade hostil. O movimento de libertação gay pretendia, deste modo, lutar contra uma sociedade que entendia ser organizada à volta da heterossexualidade e da homofobia, contra a opressão gay (a necessidade dos indivíduos viverem vidas inautênticas e/ou escondidas para evitar serem condenados) e a dominação heterossexual (Seidman, 2003). Uma das maneiras de o fazer seria tornar a distinção entre a homossexualidade e a heterossexualidade irrelevante, libertando assim os indivíduos das

⁵¹ Sobre os movimentos gays e lésbicos ver, entre outros, Seidman (2003) e Weeks (1985, 1989, 2007)

⁵² O começo simbólico da “libertação gay” é identificado com as rebeliões de Stonewall, em Junho de 1969, em Nova Iorque. Para uma breve análise da importância dos movimentos LGBT para o estudo da sexualidade ver, por exemplo, Weeks, (1985, 2007), Seidman (2003). Sobre a história dos movimentos LGBT em Portugal ver Almeida (2010) e Santos (2005, 2012).

“tirantias das categorias sociais” (Weeks, 2007: 81). Deste modo, o movimento gay era entendido, sobretudo, como um movimento de liberdade humana (que embora defendida idealmente, nem sempre foi praticada!⁵³) (Seidman, 2003). Por trás de várias das questões levantadas pelo movimento gay está uma teoria emergente sobre a construção social da homossexualidade⁵⁴ e da heterossexualidade, que traz a identidade sexual para o centro da história, contra a ideia de um destino preordenado (Weeks, 2007). A ideia de liberdade sexual e a crítica das instituições heteronormativas permitiram o desenvolvimento de novas formas de identidade, construídas à volta da sexualidade (sem que se reduzam a esta) e enquadradas por um sentimento mais vasto de pertença, no qual o sentido de comunidade, mesmo que ficcional⁵⁵, teve um papel essencial (Weeks, 1995, 2007).

As feministas lésbicas partilham com o movimento de libertação gay uma agenda de revolução social, de uma sociedade que vêm como corrupta e desigual (Seidman, 2003). Considerando-se duplamente oprimidas como mulheres e como lésbicas, estas feministas pretendem lutar contra a dominação masculina, nomeadamente através da mudança das instituições da família e do casamento, percebidas como as sementes de uma sociedade heterossexista. Neste sentido, procuraram criar uma comunidade independente dos homens e das instituições dominadas pelos homens, como ato de libertação em relação a estes. O lesbianismo era assim percebido mais como uma escolha política do que como uma identidade sexual, que deveria unir as mulheres contra o domínio heterossexual e masculino, percebidos como estritamente associados (Seidman, 2003).

Ambos os movimentos, gay e lésbico, pretendiam, então, questionar as relações sociais da sexualidade: a monogamia, o casamento e a família tradicional (Weeks, 2007). E, embora não fossem, de modo nenhum, generalizados, criaram um contexto cultural que possibilitou a “saída do armário” para muitos homossexuais e um contexto mais positivo para construção de uma identidade pessoal, em “novos mundos coletivos” (Weeks, 2007: 83). Paradoxalmente, uma das consequências destes movimentos sociais foi a de, ao invés de diluir fronteiras entre a heterossexualidade e a homossexualidade, promover novas identidades sexuais, baseadas, entre outros aspetos, no género e no desejo sexual (Weeks, 1985, 1995, 2007).

Para o movimento feminista, das décadas de 60 e 70⁵⁶, do século XX, a sexualidade constituiu também um tema central (Mottier, 2008). Considerando que as experiências pessoais das mulheres

⁵³ Veja-se por exemplo a existência de algumas dificuldades de diálogo com o feminismo, nomeadamente com as lésbicas feministas, e a dificuldade de integração das minorias étnicas no movimento gay (ver, entre outros/as, Beasley (2005) e Jackson e Scott (2010)).

⁵⁴ O trabalho de Mary McIntosh, publicado na década de 60, sobre o papel do homossexual, é exemplar desta influência (Weeks, 2007).

⁵⁵ As crenças políticas, práticas e organizações existentes eram múltiplas, estando, frequentemente, em competição e em desacordo entre elas. Ademais, os movimentos de libertação gay tomaram características diferentes em consonância com a realidade dos diferentes países (Weeks, 2007).

⁵⁶ Para uma visão geral do movimento das mulheres, tanto na primeira como na segunda vaga, e/ou para o modo como o género e/ou a sexualidade foram conceptualizados pelas escritoras feministas, ver, por exemplo, Weeks (1985, 1989, 2007); Jackson e Scott (1996, 2010) Richardson (1997, 2000); Jackson e Jones (1998), Jackson (1998a e b), Beasley (2005), Mottier (2008), e Rahman e Jackson (2010). Aqui abordar-se-á o olhar das

estão enraizadas na posição subordinada, que estas têm enquanto grupo, na estrutura de género, as ativistas e escritoras feministas⁵⁷ discutem, desde a década de 70, questões como a reprodução como fonte de subordinação (Jackson, 1998a; Rahmon e Jackson, 2010), o direito ao prazer, a contraceção, o aborto, o abuso sexual, a prostituição, a pornografia e o assédio sexual (Mottier, 2008). A sexualidade passa então do domínio do íntimo, do privado e do individual para o domínio do político (Jackson e Scott, 2010). Ao considerar o pessoal como político, ou seja como algo que pode ser mudado e reconstruído, coloca-se o pessoal, nomeadamente, a questão da sexualidade, na arena do social e não da natureza (Richardson, 1997; Jackson e Scott, 1996, 2010). Reconhecendo as origens sociais da sexualidade, os trabalhos das escritoras feministas, tiveram uma contribuição importante para a análise crítica da sexualidade (Mottier, 2008; Jackson e Scott, 1996, 2010).

Em jeito de resumo, pode dizer-se que, a maioria das feministas considera que o poder dos homens sobre as mulheres, ao nível económico e social, tem influência nas relações sexuais, sendo que estas últimas têm um menor controlo nos encontros sexuais, do que os seus parceiros masculinos, e estão sujeitas a um duplo padrão moral da sexualidade, que favorece os homens (Richardson, 1997). Consequentemente, “as mulheres são encorajadas a “reclamar” a sua sexualidade para elas próprias; uma sexualidade que foi lhes foi suprimida e negada” (Richardson, 1997: 160). Acresce ainda que, através da análise da sexualidade masculina e dos seus efeitos materiais nas mulheres, o poder e a dominação passam a ser considerados como centrais para a construção das sexualidades femininas e masculinas, ao mesmo tempo que é criticada a ideia de que o domínio masculino nas relações sexuais é natural, isto é, que os homens são naturalmente dominantes e ativos e as mulheres naturalmente submissas e passivas. Deste modo, procuram desenvolver-se perspetivas alternativas e mostrar-se como estes discursos estão envolvidos na subordinação das mulheres, sendo usados, inclusivamente para legitimar o abuso sexual.

Contudo, o feminismo⁵⁸ não constitui um todo unificado e coerente, sendo que um dos pontos de dissonância entre as feministas remete para o papel que a sexualidade tem na opressão das mulheres. Assim, se por um lado, muitas das feministas radicais consideram a sexualidade como o fator central para a dominação masculina, na medida em que é percebida como um mecanismo fundamental de poder patriarcal⁵⁹, outras feministas vêem o controlo social das mulheres como resultado de desigualdades de poder genderizadas (Richardson, 1997). Existe assim uma tensão entre as feministas que focam a sua análise nas questões da opressão das mulheres, através da sua objetificação,

feministas sobre o género e a sexualidade apenas de forma ligeira. Para o contexto português ver, por exemplo, o trabalho de Torres (2001) e de Tavares (2008).

⁵⁷ Como Anne Koedt, Kate Millet, Catherine MacKinnon, Adriene Rich, Andrea Dworkin, Christine Delphy, Juliet Michell, Monique Witting, Colette Guillaumin, Sheila Jeffreys ou Sylvia Walby.

⁵⁸ Sobre a diversidade que o termo feminismo engloba ver, por exemplo, Beasley (2005), Jackson e Scott (1996) e Richardson (2000).

⁵⁹ A maioria das feministas radicais argumenta que a sexualidade não só reflete o poder que os homens têm sobre as mulheres, como é também produtivo destas relações desiguais de poder (Richardson, 1997). Deste ponto de vista a questão é, sobretudo, a do modo como as construções patriarcais da sexualidade constroem as mulheres em vários aspetos das suas vidas.

exploração e coerção (Jackson e Scott, 1996, 2010), e as feministas que colocam o foco da sua análise nos constrangimentos da sexualidade e na procura da liberdade sexual. Esta tensão dá conta de uma oposição entre perigo (a sexualidade como algo negativo) e prazer (a sexualidade como algo positivo e a defesa do prazer), fazendo parte da “guerra dos sexos”, ocorrida nos anos 80, do século XX⁶⁰ (Jackson e Scott, 2010).

É, neste contexto, que no livro que edita, em 1984, sob o título de “Pleasure and Danger: exploring female sexuality”⁶¹, Carol Vance expõe os termos deste debate, criticando, entre outros aspetos, aquilo que considera ser uma visão universalizante, generalizada e ahistórica da sexualidade. Segundo Vance, a questão central da sexualidade é a sua complexidade: “os seus múltiplos significados, sensações e conexões” (Vance, 1984: 5), de modo que a experiência sexual das mulheres é mais complexa do que simplesmente agradável ou perigosa. Neste sentido, a autora argumenta que a sexualidade deve, antes de mais, ser examinada nas suas experiências de desejo, fantasias e práticas, de modo a ser possível perceber o que é ou não suscetível de produzir prazer e em que circunstâncias. Para a Vance o facto de se colocar demasiada ênfase nos perigos da sexualidade pode levar a que falar sobre a sexualidade em termos de prazer se torne tabu, assim como à existência de sentimentos de culpa. Acresce ainda que, para a autora, o tabu de investigar o prazer levou ao desenvolvimento de uma teoria sexual abstrata, sem ligação com a vida quotidiana. Ademais, o modo como a informação, instruções e experiência sexuais são transmitidas nas diferentes gerações, e dentro das mesmas, é algo que necessita de ser analisado, sendo essencial procurar perceber, também, como é que as categorias adquirem significado e mudam ao longo do tempo, como é que os objetos e atos são erotizados e como é que os símbolos externos adquirem significado interno e físico. A autora argumenta ainda que existem inconsistências, contradições e tensões na cultura dominante, especialmente em relação à questão da mudança social e da uniformidade.

Para além disso, Vance (1984) considera que a cultura dominante e o seu sistema simbólico refletem as diferenças de classe da sociedade, apesar de não serem reflexões exatas da sociedade. Neste sentido, o estudo da sexualidade requer um conhecimento dos quadros culturais, repercussões, conexões e experiências pessoais, assim como dos seus contextos, visto que os indivíduos leem os símbolos de forma diferente, dependentemente do contexto material em que estão inseridos, da relação que têm com outros símbolos e dos quadros interpretativos individuais. A sexualidade intersecta, assim, com a política, o social, o económico, o histórico, o pessoal e o experimental, ligando comportamento e pensamento, fantasia e ação. Deste modo, a sexualidade pode ser conceptualizada como pensada e vivida diferentemente, de acordo com a idade, classe, etnicidade, habilidade física, preferência e orientação sexual, região e/ou religião, distanciando, portanto, a

⁶⁰ Para uma crítica da linearidade desta oposição e uma breve demonstração da sua maior complexidade, ver por exemplo, Jackson e Scott (2010).

⁶¹ Este livro surge como uma coletânea de artigos, poemas e imagens originados na conferência académica e feminista: “Towards a politics of sexuality”, realizada em 1982.

análise de simples binarismos, e aproximando-a da multiplicidade da intersecção de categorias e da, conseqüente, complexidade das experiências das mulheres, e dos indivíduos, em geral⁶². O trabalho de Vance é, deste modo, um contributo importante para pensar a sexualidade enquanto construção social, no quadro das ciências sociais; tendo o mérito de chamar a atenção para a centralidade da posição social dos indivíduos, algo que autores, como Gagnon e Simon (1974), deixam subteorizado.

Também no contexto da controvérsia da sexualidade como prazer ou perigo, Gayle Rubin (2007 [1984]) expõe aquilo que intitula serem notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. Assumindo, tal como Vance, a ideia de construção social da sexualidade, Rubin considera que existem 6 formações ideológicas cuja presença no pensamento social é tão forte que se tornam essenciais de analisar: o essencialismo (a ideia do sexo como uma força natural que pré-existe a vida social e que molda as instituições sociais); o sexo como algo de negativo, (o sexo como uma força perigosa, destrutiva e negativa); a falácia da escala fora do lugar – “the fallacy of the misplaced scale” (os atos sexuais como carregados de significado excessivo); a avaliação hierárquica dos atos sexuais (os atos sexuais são avaliados de acordo com um sistema hierárquico de valores sexuais, existindo uma linha fictícia entre o sexo mau e sexo bom, com áreas de contestação no meio); a teoria de dominó do perigo sexual (a linha que divide o bom e o mau sexo como separando a ordem sexual e o caos); e a falta de conceptualização de uma variação sexual benigna (a sexualidade como devendo conformar-se a um único padrão). Para a autora, o sexo é um vetor de opressão, sendo que o sistema sexual de opressão atravessa outros modos de desigualdades sociais. Rubin (2007 [1984]) acrescenta ainda que o sistema sexual não é uma estrutura monolítica e omnipresente, existindo batalhas constantes entre definições, avaliações, arranjos, custos e benefícios do comportamento sexual.

Recentemente, Jackson e Scott (2010: 47), considerando que o pensamento dicotómico sobre o sexo (bom e mau sexo; prazer e perigo; etc.) é ele próprio um produto do contexto sócio-histórico, argumentam que “o sexo não é bom nem mau, nem unicamente agradável nem unicamente perigoso, nem intrinsecamente opressivo nem libertador, tornando-se assim, em face das condições sociais particulares, nas quais as nossas vidas são vividas”. As autoras (Jackson e Scott, 2010) defendem, por isso, a necessidade de considerar o sexo, assim como os desejos, prazeres, constrangimentos, riscos e perigos a este associado, como parte de um contexto social mais alargado, passível de moldar a vida sexual.

Por seu turno, Beasley et al. (2012) referem que uma grande parte dos/as autores/as que se debruçaram sobre a heterossexualidade focaram-se nos seus aspetos mais negativos. Quando é entendido como gerador de prazer, o sexo tende a ser associado a orientações sexuais não heterossexuais, mantendo as práticas heterossexuais como negativas e enfadonhas, e deixando a sua

⁶² Contudo, Vance (1984) acredita que a capacidade de pensar as diferenças sexuais é limitada por um sistema cultural que organiza as diferenças sexuais numa hierarquia, que privilegia certos/as parceiros/as e atos sexuais em detrimento de outros/as, e que privilegia e recompensada certas formas de sexualidade (como a heterossexualidade, o casamento e a procriação) enquanto que regula e interdita outras.

potencialidade para o prazer quase inexplorada ou não reconhecida. Neste sentido, as autoras apresentam um ponto de vista alternativo, que reconhece os aspectos problemáticos da heterossexualidade, mas que torna também a atenção para as suas possibilidades positivas, nomeadamente ao nível do prazer heterossexual nos contextos quotidianos e não normativas. Assim, embora os relacionamentos sexuais não estejam livres de relações de poder, a heterossexualidade não é também uma fonte monolítica de inculcação e de prática da heteronormatividade. Deste modo, desafios às formas dominantes das relações de poder, incluindo regimes normativos, como a heteronormatividade, podem ser encontrados em reportórios sexuais pessoais e quotidianos (Beasley et al., 2012).

Tal como Vance (1984) e Jackson e Scott (2010), considera-se aqui que os significados atribuídos ao sexo devem ser analisados nos significados que adquirem para indivíduos, com determinadas experiências e em determinadas fases do ciclo de vida, inseridos em determinados contextos sociais, culturais, económicos, políticos e históricos, e não como constitutivos do sexo em si. Considera-se também, como Vance (1984), Rubin (1984 [2007]) e Jackson e Scott (1997, 2004, 2010), que a análise das representações da sexualidade existentes na sociedade é essencial para a compreensão do modo como os indivíduos vivem e pensam este domínio da sua vida. Tal como Beasley et al. (2012) pensa-se ainda que se deve olhar não só para os aspectos negativos da heterossexualidade, como para os seus possíveis aspectos positivos, procurando perceber em que tipo de contextos é que estes acontecem.

2. 3. A sexualidade como um produto do social. Sobre a construção social da sexualidade

Circunstâncias políticas, sociais, culturais e históricas, como os movimentos lésbicos, gays e feministas (Weeks e Holland, 1996), a par do desenvolvimento de métodos contraceptivos hormonais, com a consequente dissociação entre sexualidade e procriação (Heilborn e Brandão, 1999), abriram caminho a que a sexualidade passasse a ser conceptualizada como uma atividade social, e não, como até então, como fazendo parte do domínio do biológico e da natureza (Osborne e Guash, 2003)⁶³. Neste sentido, a sexualidade passou a ser encarada como um fenómeno social, cujas práticas são marcadas pelas posições sociais dos indivíduos e pelos contextos socioeconómicos, culturais e históricos em que estes se inserem (Bozon, 1998, 1999, 2004, 2005 [2002]; Caplan, 1987; Heilborn, 1999, 2006; Hockey et al., 2007; Jackson, 1996, 2008; Jackson e Scott, 1997, 2004, 2010; Osborne e Guash, 2003; Plummer, 1995, 2003, 2007, 2010; Osborne e Guash, 2003; Plummer, 1995, 2003, 2007, 2010; Richardson, 1996, 2000, 2007; Richardson, 1996, 2000, 2007; Ross e Rapp, 1997;

⁶³ Não se pode, contudo, minimizar a influência continuada dos modelos biológicos, nos dias de hoje.

Seidman, 2003; Vance, 1984; Weeks, 1985, 1987, 1989, 1995, 2006 [1986], Weeks, 2007...). Deste modo, “afastada da natureza, a sexualidade converte-se em matéria de conhecimento sociológico” (Osborne e Guasch, 2003: 16).

As representações, práticas e identidades sexuais são, assim, padronizadas pela cultura; moldadas pela classe, pelo género, pela etnicidade, pela idade, pela orientação sexual, etc.; negociadas através de instituições como a família, a religião, a educação, e a economia; passíveis de mudar ao longo do ciclo da vida, e inseridas em relações de poder. Por conseguinte, o sexo, enquanto atividade social, está sujeito a normas de comportamento e a prescrições de espaços, tempos, ações, modos e condutas. As condutas sexuais são condutas sociais com obrigações e proibições, normas e regras que resultam de confrontações e pactos entre grupos com diferentes opiniões e graus de poder para redefinir os espaços destinados ao sexo (Osborn e Guash, 2003). A sexualidade é, então plural, dinâmica e mutável; sendo, portanto, necessário reconhecer que, atualmente, esta⁶⁴ é vivida numa variedade de comunidades, de identidades, interesses e políticas; expressando e delineando uma grande diversidade de valores (Weeks and Holland, 1996). A sexualidade humana engloba vários enigmas, é contraditória, complexa e contestada, estando imersa em mundos sociais de símbolos e significados, densos e polissémicos (Plummer, 2010). Os sentimentos e as emoções são criados em situações sociais, fazendo parte de contextos específicos. Os seres humanos estão envolvidos em mundos culturais, ativamente criando mundos sociais que vinculam sistemas éticos (que providenciam como é que os indivíduos devem experienciar o sexo), classificações históricas (que providenciam linhas gerais de construção de memórias sexuais), ações políticas (em que se procura estabelecer uma vida sexual autónoma), e que se reproduzem numa vasta série de histórias sexuais, que por seu turno, permitem aos indivíduos verem como os outros vivem e imaginarem as vidas sexuais humanas – um imaginário sexual (Plummer, 2010).

Assim, “o que as pessoas querem e o que elas fazem, em qualquer sociedade, é, em larga extensão, o que lhes fazem querer, e o que lhes permitem fazer” (Caplan, 1987: 25). As práticas da sexualidade só são possíveis, para os seres humanos, na medida em que existe um conjunto de “prescrições e de aprendizagens culturais, uma ritualização das interações interpessoais e uma elaboração mental específica dos indivíduos, que colocam o corpo em prática, estruturam a sexualidade física e a saturam de significados” (Bozon, 1999: 3). Na sexualidade humana “os corpos fazem o que sabem (porque o aprenderam) e sabem (representam) o que fazem” (Bozon, 1999). Neste sentido, o processo de aprendizagem sociocultural modela as representações e práticas relativas à sexualidade (Heilborn, 1999). Os guiões sexuais, mais do que interditos, inscrevem os cenários de uma sexualidade possível (Bozon, 1999, 2002 [2005]). Através de redes de significados que influenciam o género, a orientação

⁶⁴ Weeks e Holland (1996) utilizam aqui o termo “sexualidades”, com o intuito de dar conta das várias formas que a sexualidade assume, das suas diferentes padronizações e da necessidade desta ser compreendida dentro dos contextos em que é ativada, representada ou contestada. Como Jackson e Scott (2010) considera-se o termo útil quando se está a referir às práticas sexuais individuais, estilos de vida ou identidades, de modo a sublinhar a sua diversidade, mas prefere-se utilizar o termo sexualidade para denotar um domínio da vida social.

sexual e a escolha dos/as parceiros/as, a cultura transforma os corpos em entidades sexuadas e socializadas: “valores e práticas sociais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade, dando origem a carreiras sexuais/amorosas.” (Heilborn, 1999: 40). Assim, é possível compreender que na sexualidade humana nem tudo é possível, a todo o momento, com qualquer pessoa, ou em qualquer circunstância (Bozon (2002 [2005]), sendo que os indivíduos têm distintas possibilidades de construção das suas trajetórias sexuais (Heilborn, 1999).

Jackson (2008) chama ainda a atenção para a necessidade de compreender os padrões quotidianos das relações sexuais, nos quais a maior parte das pessoas vive a sua vida, não só para elucidar as práticas habituais e tomadas como garantidas, mas também para analisar porque é que algumas formas de diversidade sexual são toleradas, enquanto outras não. De acordo com a autora, apenas sabendo mais sobre as sexualidades normativas e não normativas é possível julgar o que é realmente uma novidade ou o que é subversivo, aquilo que permanece e o que vai mudando, mapeando assim os contornos da sexualidade atual. Neste sentido, é importante localizar a sexualidade no quotidiano, como parte da rotina quotidiana da vida social, enredadas com outros aspetos da vida dos indivíduos (Jackson, 2008).

Ora, o trabalho de vários/as autores/as, como Reiss, McIntosh, Plummer, Gagnon e Simon, Foucault ou Weeks, tiveram um papel essencial na construção da sociologia da sexualidade (Seidman, 2003; Weeks, 2007; Jackson e Scott, 2010). De seguida, vai prestar-se alguma atenção ao trabalho de 3 destes autores: Gagnon e Simon, e Foucault.

2.3.1. Gagnon e Simon e a teoria dos guiões sexuais

É assim que no livro “Sexual conduct”, publicado pela primeira vez em 1973, Simon e Gagnon afirmam que o sexo, ao invés de ser natural, é, em grande parte, sujeito a “uma modelação sociocultural” (Weeks e Holland, 1996: 4). Tendo sido criada, pelos autores, numa tentativa de conseguir um instrumento analítico capaz de descrever o modo como as pessoas fazem sexo socialmente e de demonstrar a importância dos elementos sociais nas ações sexuais - “no fazer do sexual” (Gagnon, 1998, in Gagnon, 2004: 275), a teoria dos guiões sexuais permite analisar as interações entre: práticas, conteúdos mentais, interações sociais e conteúdos culturais (Bozon e Giami, 1999).

De acordo com Gagnon e Simon (Gagnon e Simon, 1973, in Gagnon, 1991, in Gagnon, 2004: 136), “os guiões estão envolvidos na aprendizagem do significado de estados internos, organizando as sequências de atos sexuais específicos, descodificando novas situações, colocando os limites nas respostas sexuais e ligando significados de aspetos não sexuais da vida especificamente à experiência sexual”. Deste modo, os guiões sexuais relacionam sentimentos de desejo e prazer, ou de desgosto e desintegração, com atividades corporais, como o contacto físico e os sinais físicos de excitação; definem a sequência do que deve ser feito num ato sexual: o que deve ser feito com determinada

pessoa, em que circunstâncias, em que alturas, que sentimentos ou motivos são apropriados ao acontecimento; guiam a identificação/conhecimento do que é ou não uma situação sexual; e contém os elementos que ligam a vida erótica à vida social no geral. Assim, estes não estão apenas na posse de atores singulares, mas existem como parte da estrutura social (Gagnon e Simon, 1973, in Gagnon, 1991, in Gagnon, 2004).

Os guiões sexuais comportam três níveis⁶⁵: (Simon e Gagnon, 1986, 1987, in Gagnon, 1991, in Gagnon, 2004): os guiões intrapsíquicos, os guiões interpessoais e os cenários culturais. Os *cenários culturais* podem ser pensados como guias de instruções que existem ao nível da vida coletiva. Todas as instituições e arranjos institucionalizados (como a família, a escola, a igreja, a lei ou os media) podem ser entendidos como sistemas semióticos através dos quais são dados o requerimento e a prática de papéis específicos. As instruções para os papéis estão inseridas em narrativas - os guiões para papéis específicos, que providenciam o entendimento que faz com que o desempenho dos papéis seja possível. Neste sentido, o indivíduo pode ser tratado como um elemento, mais ou menos ativo, numa audiência para a instrução social, sendo que, dependendo de várias variáveis (como a idade, a classe ou a etnicidade), pode estar/ser mais ou menos recetivo a estas instruções. Os *guiões interpessoais* operam ao nível da interação social, sendo que a aceitação e o uso destes guiões está na base dos padrões continuados do comportamento social estruturado. Neste caso, o indivíduo é um ator que vai de encontro às expectativas das outras pessoas, e que guia a sua conduta em termos da conduta do outro. O conceito de guião como interpessoal relaciona a interação com a vida mental. Por fim, os *guiões intrapsíquicos* dizem respeito ao conteúdo da vida mental, em parte resultante do conteúdo dos cenários culturais e das dinâmicas da interação, e em parte independente destes. Os problemas de relacionar o significado (cultura) com a interação (a ação social) são geridos no domínio do intrapsíquico. Os guiões intrapsíquicos têm várias origens, sendo, muitas vezes, versões construídas de cenários culturais que foram improvisadas e, por vezes, permanentemente revistos de modo a irem de encontro às exigências da interação concreta. Em muitos casos a versão ideal do cenário cultural – como o indivíduo se deve comportar e as suas variantes pragmáticas, são mantidas de forma concorrencial na mente dos indivíduos.

A relação entre cenários culturais, guiões interpessoais e guiões intrapsíquicos é complexa, diferindo através de culturas e de épocas, mas também entre subculturas e entre indivíduos dentro de culturas e dentro de subculturas. As relações entre os três níveis são assim dinâmicas e interativas, e se alguns indivíduos reproduzem de forma não problemática os cenários culturais, outros não conseguem ativar os papéis que devem desempenhar (Gagnon, 1991, in Gagnon, 2004). Os indivíduos são socializados para desempenhar determinados papéis, mas à medida que é necessário utilizar os guiões, os atores modificam-nos de modo a que estes possam corresponder às exigências das situações

⁶⁵ Em “The Social Organization of Human Sexuality”, Laumann et al. (1994) acrescentam à teoria dos guiões aspetos relacionados com as teorias da escolha racional e da teoria das redes, de modo a complementar a primeira e a tornar o estudo mais abrangente.

concretas em que se encontram, tornando-se, deste modo, parte ativa na ativação dos guiões e no desempenho da situação de interação. Estas modificações variam na sua amplitude, podendo ser transformações mínimas quando existe congruência entre as expectativas dos cenários culturais e as circunstâncias concretas; mas podem ser, também, de maior amplitude, por exemplo em situações novas que exijam adaptações (embora sejam feitas sempre a partir de materiais já existentes). Neste sentido, os guiões intrapsíquicos – a atividade mental, são essenciais quando ser-se um ator social adequado ou quando a modificação dos materiais dos cenários culturais se torna difícil (Gagnon, 1991, in Gagnon, 2004). O conceito de guião sexual sugere, então, que um ato sexual deve ser visto como um processo complexo e multidimensional, apesar de este não ser necessariamente experienciado como complexo (Simon, 1996). A confiança dos atores no seu processo de guião leva-os à ação, permitindo-lhes experienciar os desejos sexuais como forças “interiores” poderosas, capazes das preferências mais minuciosas, que podem ser reconhecidas de forma instantânea, sem serem articulados (Simon, 1996).

Alguns dos contributos centrais do trabalho de Gagnon e Simon, foram, então, os de mostrar que o sexo é uma atividade sexual como outra qualquer, que não é imune às normas sociais; dar espaço à agência e à mudança na identidade sexual, na medida em que esta é considerada como constantemente modificada ao longo da vida, devido a um processo de reflexividade, no qual existe uma relação bidirecional entre passado e presente; distinguir analiticamente género e sexualidade; e mostrar a necessidade de prestar atenção ao facto da conduta sexual poder ser motivada por motivos não sexuais, ocorrer no contexto das nossas vidas quotidianas e ser moldada por instituições sociais mais amplas (Kimmel, 2007; Jackson, 2007; Jackson e Scott, 2010). Ao questionar o estatuto “especial” da sexualidade, Gagnon e Simon permitem recolocá-la como um aspeto da vida social, entre muitos outros (Jackson e Scott, 2010). No entanto, e apesar da sua importância para o desenvolvimento da sociologia da sexualidade, o livro e as teorias de Gagnon e Simon nunca foram tão centrais para o debate teórico e intelectual, como aconteceu com o trabalho de Foucault (Bozon e Giami, 1999).

2.3.2. Discurso, medicalização e identidade social: o trabalho de Foucault

Embora não tenha sido uma ideia original, a ênfase de Foucault na invenção da sexualidade levou a um reconhecimento dos laços entre a sexualidade e o contexto sociocultural (Weeks e Holland, 1996). O trabalho de Foucault ajudou, assim, a abrir o estudo da sexualidade a uma análise e avaliação críticas, ao chamar a atenção para o modo como a sexualidade foi sexualmente construída, para os motivos pelos quais esta ganhou tanta centralidade nas sociedades ocidentais e para as relações entre sexualidade e poder (Weeks, 2006 [1986]).

De acordo com Foucault (1994), desde o século XVIII (embora este seja um processo iniciado nos séculos antecedentes) que se assiste a um processo de “discursificação” do sexo, através de um mecanismo crescente de incitamento institucional (político, técnico e económico) a que se fale deste,

sob a forma de análise, contabilidade, classificação e especificação, com o objetivo de formular um discurso moral e racional. Surge assim uma multiplicação de discursos sobre o sexo, no campo do exercício do poder, na Igreja (a confissão dos atos contrários à fé e de todos os sentimentos de desejo), na literatura, na medicina (as doenças dos nervos), na psiquiatria (as perversões sexuais), na justiça penal, ou na fiscalização social. O sexo passa a ser algo que não só se condena ou tolera, mas também algo que se deve gerir, inserir em sistemas de utilidade e regular para o bem de todos, tornando-se, deste modo, um valor público.

No seguimento deste contexto histórico, durante os séculos XIX e XX, desenvolve-se uma “dispersão” das sexualidades, um reforço das suas formas diversas e a implementação de múltiplas perversões, dando assim origem às heterogeneidades sexuais. Se até ao século XVIII os códigos canónicos regiam as práticas sexuais, centrados, sobretudo, nas relações matrimoniais, a partir dos séculos XVIII e XIX, deixa de haver um centramento nas monogâmias heterossexuais para se começar a interrogar a sexualidade das crianças e dos jovens, dos loucos, dos criminosos, os desvios e as obsessões. Entre outros aspetos, começa-se a fiscalizar a sexualidade infantil e juvenil e os seus hábitos solitários; incorporam-se perversões nos indivíduos, criando-se novas especificações para estes; procede-se através de exames e de observações insistentes e medicaliza-se a sexualidade. Neste contexto, desenvolvem-se dispositivos específicos de saber e poder, agrupados em *quatro grandes grupos estratégicos*: 1) a histerização do corpo da mulher, 2) a pedagogização do sexo das crianças, 3) a sociabilização dos comportamentos procriadores e 4) a psiquiatrização do prazer perverso. Paralelamente assiste-se a processos de desmultiplicação das sexualidades singulares, de prolongamento de diversas formas de sexualidade e à inclusão da sexualidade no corpo, como modo de especificação do indivíduo, traduzindo e fixando a variedade sexual.

A sexualidade passa então a ser percebida como um domínio, por natureza, penetrável a processos a processos patológicos, exigindo, deste modo, intervenções terapêuticas ou de normalização; e como um campo de significações que deve ser decifrado. É assim posto em prática todo um aparelho para produzir discursos “verdadeiros” sobre o sexo, em que se passa a falar muito sobre ele, se obriga o indivíduo a falar e se pretende formular a sua “verdade” regulada. O dispositivo da sexualidade posto em prática assenta no objectivo de proliferar, inovar, anexar, inventar e penetrar corpos de forma cada vez mais minuciosa e controlar a população de maneira cada vez mais global. A medicina desempenha neste processo um papel central, ao chamar para si e segundo as regras de um saber específico, o domínio da sexualidade. Através do conceito de biopolítica, Foucault (1994) mostra como a disciplina do corpo e a regulação da população constituem dois polos à volta dos quais o poder e a vida são organizados. O sexo é aqui pensado como símbolo de vida, do corpo individual e da espécie, servindo de matriz de disciplinas e como princípio de regulações. O indivíduo passa a ser resumido em função da sua sexualidade e o sexo torna-se tema de operações políticas, de intervenções económicas, de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização.

É todo este dispositivo da sexualidade que introduz a ideia do “sexo”, à volta da qual se cria uma teoria que permitiu reagrupar, numa unidade artificial, elementos anatómicos, funções biológicas, comportamentos, sensações, prazeres, e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal, sentido como omnipresente e sagrado, a descobrir em toda a parte. Deste modo, o sexo passa a funcionar como significante único e universal, recebendo das ciências biológicas um saber quase científico, ao mesmo tempo que se serve de alguns dos seus conteúdos como princípios de normalidade. Acresce ainda que, “ao criar” o sexo, o dispositivo da sexualidade fez surgir um dos seus princípios internos de funcionamento essenciais – o desejo do sexo, de o ter, de o descobrir, de o libertar; ou seja, ao articular o sexo em discurso e ao formulá-lo como verdade, constituiu-o também como desejável. Através do sexo, definido como um ponto imaginário fixado pelo dispositivo da sexualidade, o indivíduo passa a ter acesso à sua própria inteligibilidade, à totalidade do corpo, e à sua identidade (Foucault, 1994).

Ora apesar da sua importância para o estudo da sexualidade, nomeadamente para as feministas e, mais recentemente, para os estudos queer, existem também várias críticas ao trabalho do Foucault, sendo uma das mais frequentes, a falta de atenção que autor deu ao género (Richardson, 1997; Jackson e Scott, 2010). Associado à questão do género, critica-se, ainda, o facto de o autor fazer confluir género e sexualidade (Jackson e Scott, 2010), tomando a sexualidade, nomeadamente a homossexualidade, como unitária e masculina, não prestando, deste modo, atenção às diferentes orientações sexuais não heterossexuais (Richardson, 1997). Assim, apesar de argumentar que as identidades sexuais são sócio-historicamente construídas, o autor não teve em conta o modo como estas variam segundo o género, a raça, a classe ou a idade (Seidman, 2003). Foucault terá falhado também em explicar o modo como as identidades sexuais são criadas e mantidas no quotidiano (Seidman, 2003) ou o modo como os desejos são constituídos ao nível das subjetividades (Jackson e Scott, 2010). Outras críticas remetem para a dificuldade em perceber como é que a resistência ao nível corporal e dos desejos pode acontecer, em face do controlo disciplinário da sexualidade; ou para o modo como a ênfase dada ao discurso, mesmo quando há a referência a práticas discursivas, não permite lidar adequadamente com a interação pessoal quotidiana e os significados negociados nesta (Jackson e Scott, 2010).

2.4. O VIH/SIDA, os inquéritos e a nova medicalização da sexualidade

Os estudos sobre a sexualidade têm de certa forma acompanhado os movimentos e as preocupações sociais (Weeks e Holland, 1996). Assim, na década de 70 surge uma preocupação com a sexualidade e a identidade gay e lésbica; na década de 80, exploram-se assuntos como a violação, a violência sexual e o abuso sexual infantil; na década de 90 a preocupação centra-se na saúde sexual e do corpo, num período marcado pelo aparecimento da Sida (Weeks e Holland, 1996). A emergência

do VIH/Sida, nos anos 80, fez sentir uma maior necessidade de recolher informações relativas às práticas sexuais, cuja informação era, até à data, escassa (Bozon, 2005 [2002]; Loyola, 1999; Weeks, 2007).

Os estudos desenvolvidos após o aparecimento da sida, concebidos no interesse da medicina preventiva, multiplicaram-se (Loyola, 1999), dandos-lhe uma orientação profilática (Paicheler e Loyola, 2003). Neste contexto, foram realizados vários inquéritos à sexualidade, em diferentes países, como a Inglaterra, os EUA ou a França⁶⁶ (Laumann et al., 1994; Spira et al., 1993; Weelings et al., 1994). O seu objetivo principal era o estudo dos comportamentos e práticas sexuais, de modo a descobrir os riscos de transmissão da doença e de orientar as ações de prevenção (Loyola, 1999; Paicheler e Loyola, 2003). Estes estudos contribuíram para uma chamada de atenção relativamente aos problemas da sexualidade contemporânea, mas, ao mesmo tempo, ao associar a sexualidade à sua dimensão comportamental, reforçaram uma visão biologizante e naturalizada desta (Loyola, 1999). Deste modo, o aparecimento do VIH/SIDA permite um ressurgimento dos modelos biomédicos em relação à sexualidade, através da constante associação entre sexualidade e doença (Vance, 2007 [1991]). À medida que a população se vira para as autoridades médicas para receber informações e conselhos sobre a sexualidade, a medicalização da sexualidade intensifica-se. Estes modelos biomédicos tendem a olhar para a sexualidade como resultante da fisiologia e de uma função, supostamente, universal do corpo, ameaçando um regresso à patologização da sexualidade, como aconteceu, nos fins do século XIX e inícios do século XX. Este perigo é intensificado pelo facto da medicina e da ciência serem percebidas, geralmente, como respeitáveis e como não tendo valores associados. Ainda assim, a pesquisa sobre o VIH/SIDA e a defesa sexo seguro, permitiram dar conta das discrepâncias entre ideologias e vivências da sexualidade e/ou da importância de perceber os atos sexuais dentro de um contexto cultural (Vance, 2007 [1991]).

Atualmente, os estudos sobre a sexualidade inserem-se num período pós-Sida, em que se assiste a um retorno das reflexões desligadas desta e à análise de inquéritos mais distanciados do risco da sua transmissão (Paicheler e Loyola, 2003), assim como, a uma diversificação das trajetórias afetivas e sexuais, e a uma certa banalização das questões relacionadas com VIH/Sida, embora os comportamentos preventivos continuem incertos (Bajos e Bozon, 2008). É neste contexto que novos inquéritos foram realizados em países como a França (Bajos e Bozon, 2008), Itália (Barbagli et al., 2010) e Portugal (Ferreira e Cabral, 2010). Embora estes inquéritos tenham ainda uma grande preocupação em termos de saúde sexual (especialmente, no caso do inquérito português), a descrição e análise dos significados, valores, atitudes, práticas e identidades sexuais, a inserção destes nas posições sociais dos indivíduos e no seu ciclo de vida, e/ou a questão de mudança social, existente no

⁶⁶ Em Portugal, na década 90, do século XX, Lucas (1993) realiza um inquérito à sexualidade: “Sida - A Sexualidade Desprevenida dos Portugueses”, tendo por base uma forte orientação preventiva. Anteriormente, Nuno Miguel e Duarte Vilar (1987) tinham já realizado um inquérito à sexualidade dos/as jovens: “Afetividade e Sexualidade no Novo Contexto Social e Cultural”, também com preocupações ao nível da saúde sexual.

domínio da intimidade, nestes países, fazem também parte dos seus objetivos (Bajos e Bozon, 2008). A aplicação destes questionários em países como a Itália e Portugal, percebidos, por vezes, como tendo estruturas de género mais tradicionais, valores fortemente associados ao Catolicismo, e grandes condicionamentos ao nível da comunicação e das práticas da sexualidade, especialmente no caso das mulheres e dos indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual, é exemplificativo, por um lado, do modo como as questões da sexualidade e do género têm sofrido transformações, nestes países, e, por outro lado, do enorme aumento de interesse no estudo da sexualidade, nas sociedades ocidentais contemporâneas, e do reposicionamento da sociologia da sexualidade, de periférica para mais central⁶⁷.

Embora seja uma questão que não vai ser aqui tratada, é ainda importante chamar a atenção para o facto de que, recentemente, medicamentos, como o Viagra, associados com a “invenção da disfunção eréctil e do seu tratamento” (Bozon, 2005 [2002]: 116), voltam a colocar o acento na medicalização da sexualidade⁶⁸.

2.5. Destabilizando a identidade e intersectando a sexualidade: os estudos queer e o conceito de interseccionalidade

Na década de 80, do século XX, surgem novos contributos na área da sociologia da sexualidade. Sob a influência do trabalho de Foucault e de Butler (entre outros)⁶⁹, os estudos queer emergem, a partir de uma abordagem às sexualidades dissidentes, no quadro de perspectivas desconstrucionistas, pós-estruturalistas e pós-modernas, sem, contudo, formarem uma perspectiva uniformizada (Beasley, 2005; Jackson e Scott, 2010; Rahmon e Jackson, 2010). A teoria queer procura destabilizar as identidades sexuais, o binário heterossexualidade/homossexualidade, o binário de género, e o lugar privilegiado e estatuto normativo da heterossexualidade, colocando o acento na multiplicidade, fluidez e instabilidade das sexualidades e das identidades sexuais e de género (Seidman, 2003; Beasley, 2005; Jackson e Scott, 2010; Rahmon e Jackson, 2010).

Neste sentido, Butler, considerada como uma das autoras principais, dos estudos feministas e queer, procura desconstruir a ordem compulsória do sexo, género e desejo, que considera constituir a matriz da heterossexualidade, argumentando que as diferenças sexuais não são universalmente fixas, mas antes produto da reiteração normativa heterossexual, (Jackson e Scott, 2010). Segundo a autora (Butler, 2007 [1990]), o género não é sempre constituído de forma coerente ou consistente em diferentes contextos históricos, intersectando com modalidades de identidades de raça, etnicidade,

⁶⁷ Este é, sobretudo, o caso do contexto anglo-saxónico (ver, por exemplo, o número especial da revista “Sexualities”, publicado em 2008, para comemorar os seus 10 anos de existência).

⁶⁸ Sobre esta questão ver, por exemplo, Bozon (2005 [2002]).

⁶⁹ Sobre as principais influências e os trabalhos fundadores da teoria queer, ver por exemplo Seidman (2003) e Beasley (2005).

classe, sexualidade, regionais, discursivamente constituídas, de modo que se torna impossível separar o género das intersecções culturais e políticas nas quais é sempre produzido e mantido. No seu entender, sexo e género são categorias culturalmente construídas, sendo que o género não deve ser percebido apenas como uma inscrição cultural do significado de um sexo pré-existente, na medida em que designa também o aparato da produção pelo qual os sexos são constituídos. Consequentemente o género é, também, o meio cultural e discursivo através do qual os significados de um sexo “natural” são produzidos e estabelecidos como “pré-discursivos”, isto é, como uma “superfície politicamente neutra na qual a cultura atua” (Butler, 2007 [1990]: 10). Contudo, de acordo com Butler, são as práticas regulatórias que criam identidades coerentes através da matriz de normas de género coerentes. É, então, a repetição dos atos, no contexto de um quadro altamente regulatório, que solidifica ao longo do tempo e do espaço, e que produz a aparência de naturalidade do ser. Ora, os géneros inteligíveis são aqueles em que se institui e mantém relações de coerência e de continuidade entre sexo, género, prática sexual e desejo. A heterossexualização do desejo requer e institui, assim, a produção de oposições discretas e assimétricas entre feminino e masculino⁷⁰, implicando, simultaneamente, que determinadas “identidades” não podem “existir” (Butler, 2007 [1990]: 24). No entanto, a existência e proliferação de identidades não conformes abrem espaço para expor criticamente os limites e objetivos regulatórios da matriz da heterossexualidade, alargando o campo de possíveis e subvertendo as matrizes de ordens de género. Para Butler, a identidade de género é, então uma ficção regulatória. O facto da realidade do género ser criada por performances sociais continuadas dá conta de como as noções de sexo, masculinidade e feminilidade são também constituídas como parte de uma estratégia que esconde o carácter performativo do género e as possibilidades performativas para a existência de diversas configurações de género fora do quadro restritivo da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória (Butler, 2007 [1990]).

As críticas feitas ao trabalho de Butler e/ou aos estudos queer, fortemente, influenciados pelo seu trabalho, prendem-se, sobretudo, com: o facto de não se ter em conta as bases estruturais do género e da sexualidade, nomeadamente a falta de atenção às questões das desigualdades sociais, transmitindo a ideia de uma escolha individual e livre (Weeks, 1995; Basley, 2005; Rahman e Jackson, 2010; Taylor, 2011a, 2011b); a forte preocupação de Butler com o normativo, tornando difícil a teorização da agência (Jackson e Scott; 2010); a falta de atenção dada às questões do corpo, que tem vindo a ser, cada vez mais, pensado como uma base material importante para a compreensão destes domínios⁷¹ (Bordo, 1993, in Rahman e Jackson, 2010; Taylor, 2011a, 2011b); a falta de atenção dada ao modo como as categorias de identidade podem ser usadas para atribuir significado às práticas e experiências

⁷⁰ Butler (2007 [1990]) argumenta que a instituição da heterossexualidade, naturalizada e compulsória, requer e regula o género, como uma relação binária, em que o masculino é diferenciado do feminino, através de práticas de desejo heterossexual.

⁷¹ Esta crítica é dirigida também aos trabalhos inseridos no quadro da construção social da sexualidade (Rahman e Jackson, 2010). Embora, neste trabalho a análise das questões do corpo estejam subteorizadas e subanalisadas, concorda-se com o facto de esta ser uma crítica pertinente.

quotidianas (Rahman e Jackson, 2010); o seu etnocentrismo (Weeks, 1995; Beasley, 2005; Taylor, 2011a, 2011b, 2012); o não reconhecimento da existência de diferentes tipos de envolvimento em comunidades de pertença identitária (Weeks, 1995; Beasley, 2005; Taylor, 2011b); e a criação de uma nova identidade – o ser-se queer⁷², que apesar de considerada como fluída e provisória, e de ter sido criada contra a categorização e a normalização, sustenta uma nova normatividade (embora esta identidade não esteja ao alcance de todos os indivíduos, nem seja desejada por todos) (Weeks, 1995, Beasley, 2005).

Para ultrapassar algumas destas críticas, nomeadamente a falta de atenção prestada às estruturas sociais, tem havido um movimento em direção ao desenvolvimento das interseccionalidades⁷³, que, ao rejeitar a supremacia do conhecimento dominante (em termos de um patriarcado e/ou feminismo branco), e ao considerar o conhecimento como relativo (na medida em que a localização de um grupo na hierarquia sexual reflete o seu poder relativo e, portanto, a sua capacidade de tornar o seu conhecimento ouvido e legitimado), leva ao reconhecimento de que as mulheres não são um grupo homogêneo⁷⁴ (Rahman e Jackson, 2010). A ideia de que a sexualidade e o género intersectam com outras hierarquias e diferenças tem, assim, uma aceitação generalizada, nos dias de hoje. Esta é uma ideia considerada importante, na medida em que lembra que os indivíduos ocupam múltiplas localizações sociais e que a sua posição dentro da hierarquia social está sempre relacionada e é intersectada pela sua localização dentro de outras hierarquias sociais (Rahman e Jackson, 2010)⁷⁵.

Ora, embora se considere o conceito de interseccionalidade útil para destabilizar ideias de universalização de categorias e para introduzir a estrutura social na análise do género e da sexualidade, após a viragem cultural dos anos 80 e 90, o conceito não será utilizado neste trabalho, a não ser quando se estiver a mencionar algum trabalho que o utilize. Esta opção teórica é justificada pelo facto de se considerar que existe toda uma área da sociologia que continuou a dar importância aos conceitos de estrutura e de posições sociais, sendo este o caso de uma parte significativa da sociologia feita em Portugal e em França. Sendo que este trabalho pretende situar-se no âmbito da sociologia, e não no âmbito do feminismo ou dos estudos pós-modernos, e tendo sido iniciado através do contacto com trabalhos realizados nos contextos português, francês, brasileiro e, mesmo, anglo-

⁷² Esta nova identidade queer é percebida por Weeks (Weeks, 1995, Beasley, 2005) como uma nova unidade ficcional, que apaga as diferenças raciais, culturais, de classe e de género, no modo como produz indivíduos não marcados por distinções sociais.

⁷³ Sobre a conceptualização do termo interseccionalidade ver, entre outros, Beasley (2005), Rahman e Jackson (2010), e Taylor, Hynes e Casey (2011).

⁷⁴ Sobre o desenvolvimento das teorias feministas, preocupadas com a questão da raça, etnicidade e imperialismo, que tiveram um papel central no reconhecimento das diferenças entre as mulheres, ver, por exemplo, Beasley (2005).

⁷⁵ Neste sentido, Skeggs (1997) argumenta que a sexualidade e o género são produtos de representações e de reiterações produzidas através de diversas tecnologias, organizações institucionais e discursos, epistemologias e práticas; constituindo práticas materiais. Por conseguinte, o sujeito sexuado e genderizado é construído através de uma multiplicidade de discursos, posições e significados, muitas vezes em conflito uns com os outros e contraditórios, mas que são circunscritos pela possibilidade de acesso, visto que os indivíduos não têm todos um acesso igual a posições no discurso.

saxónico, que prestavam já atenção à importância da estrutura social, julga-se não ser necessário utilizar um conceito, que se acredita estar já implícito no modo como estas correntes teóricas da sociologia analisam o mundo social.

2.6. Género e sexualidade - que articulações?

Mas, e voltando um pouco atrás, como é que se articula género e sexualidade? Antes de mais será importante clarificar que, ao contrário do trabalho anterior (Marques, 2006), e de acordo com Jackson (2006) e Jackson e Scott (2010), opta-se aqui por utilizar o termo sexo e sexual apenas no contexto da sexualidade, enquanto que o termo género vai ser usado para todos os aspectos da divisão e diferenças entre homens e mulheres. Utiliza-se ainda a distinção analítica, entre género e sexualidade, feita por Jackson (2006), Jackson e Scott (2007, 2010) e Richardson (2007), entre outros/as, embora se considere que estes conceitos estão, frequentemente, inter-relacionados. O género é pensado como central para o ordenamento social da sexualidade, assim como a sexualidade tem, também, efeitos e implicações para o género (Jackson e Scott, 2007, 2010) Contudo sexo e género são considerados como fenómenos de ordem diferente, sendo o género uma diferenciação social e uma distinção cultural, enquanto que a sexualidade é uma esfera da vida social. Neste quadro, o sexo é definido como uma atividade incorporada, pertencente ao domínio do sexual, sendo que a noção de género dá conta de uma divisão hierárquica entre homens e mulheres, inserida nas instituições e práticas sociais (Jackson e Scott, 2006 [2002]). O género é, deste modo, um fenómeno do domínio da estrutura social, sendo, simultaneamente, produzido, negociado e mantido ao nível da interação quotidiana. O mundo social é assim ordenado pelo género, contudo o género é também incorporado e vivido por homens e mulheres, em contextos específicos, locais e biográficos, e vivido como central para as identidades individuais. O género não pode então ser considerado sem se ter em conta as relações sociais mais alargadas em que está inserido, as suas intersecções com outras divisões e desigualdades sociais, e o facto dos significados de masculinidade e feminilidade serem dinâmicos e variarem de sociedade para sociedade e dentro da mesma sociedade. As categorias de género não são, portanto, homogéneas, sendo vividas e experimentadas de forma diferente, dependentemente das posições de classe, etnicidade, nacionalidade, orientação sexual dos indivíduos, etc. (Jackson e Scott, 2006 [2002]). Veja-se um pouco mais em pormenor a perspectiva de género adoptada neste trabalho.

2.6.1. Do conceito de (relações sociais de) género

Optou-se, assim, por uma conceção relacional do género, tendo em especial atenção os trabalhos de Thorne (1993), de Connell (1987, 2000, 2002, 2003 [1995]) e de Messner (2000), por se considerar

que é a que melhor corresponde aos pressupostos epistemológicos e teóricos subjacentes a esta pesquisa.

Ora, uma das primeiras tentativas de definição do termo género, surge da parte de Ann Oakley, em 1972, (Delphy, 1993; Jackson e Scott, 2006), quando a autora distingue entre sexo e género, definindo o primeiro como as características anatómicas e fisiológicas que definem uma masculinidade e uma feminilidade biológica, e o segundo como socialmente construído, de modo que masculinidade e feminilidade são consideradas como atributos sociais, culturais e psicológicos de tornar-se homem e mulher, numa determinada sociedade e num determinado tempo (Jackson e Scott, 2006). Ann Oakley define assim o género como uma característica social e não como produto do sexo biológico.

Posteriormente, Delphy (1993) chama a atenção para a omissão, no trabalho de Oakley, da assimetria e da hierarquia entre os géneros. A autora afirma ainda que, apesar dos progressos introduzidos pelo conceito de género, como o facto de género e sexo serem conceitos independentes, continuou a pensar-se o género em termos de sexo, isto é, como uma dicotomia social determinada por uma dicotomia natural, em que o sexo vem primeiro. Contudo, no entender de Delphy deveria ter-se questionado desde logo o tipo de relação existente entre género e sexo, na medida em que o facto de se admitir uma precedência do sexo, mesmo que implicitamente, leva a que se considere que o sexo causa ou explica o género. Deste modo, Delphy levanta a hipótese de que o sexo marca ele próprio uma divisão social, que permite o reconhecimento e identificação sociais dos dominantes e dos dominados; ou seja, que o sexo, sendo um signo, que distingue coisas importantes e desiguais, adquiriu, historicamente, valor simbólico; e que o género pode proceder o sexo. Consequentemente, a autora questiona-se se ao considerar-se o “sexo” e o “género” se está a comparar algo social com algo de natural ou dois aspectos do social (Delphy, 1993).

Uma outra resposta aos limites das teorias dos papéis sexuais veio das correntes sociológicas do interaccionismo simbólico e da etnometodologia, com Garfinkel, em 1967, a questionar o sexo biológico e a tratar os seres sexualizados como empreendimentos, em face do facto de que a produção de uma pessoa sexual é sempre uma performance (Jackson e Scott, 2006). Passa, assim, a chamar-se a atenção para o processo contínuo de “fazer género” e para a construção social dos órgãos sexuais, a partir do qual se naturalizam, socialmente, as categorias de género na sexualidade ocidental. Trabalhos como os de Kessler e McKenna, no final da década de 70, do século XX, de West e Zimmerman, no final da década de 80, sublinham as origens sociais das diferenças entre homens e mulheres e argumentam que a atribuição de género é um processo interactivo, que envolve a sua performance e a leitura dessa mesma performance, sendo as categorias de masculino e feminino constituídas em relação uma à outra, embora com valores diferentes, na medida em que a masculinidade é definida socialmente como a norma (Jackson e Scott, 2006).

Já, no início da década de 90, do século XX, Thorne (1993) propõe o conceito de jogo de género (“gender play”), argumentando que a construção social do género é um processo ativo e contínuo, de

modo que as categorias, identidades, divisões, grupos e significados de género são produzidos, ativa e colaborativamente, na vida quotidiana. Para a autora, a metáfora do jogo permite dar conta da complexidade das relações de género, dos seus significados múltiplos, frequentemente, contraditórios e flutuantes, e da transversalidade das suas diferenças e desigualdades. Ainda, segundo Thorne, o género é uma fonte bastante visível de identidade individual e social. Neste sentido, as dicotomias de género fornecem uma linha de diferença sempre disponível, da qual se pode fazer uso a qualquer altura. Contudo, os usos que se fazem desta são variados, sendo que por vezes o género é enfatizado, enquanto que noutras é minimizado, dando conta de como este pode ou não ser importante na organização e no simbolismo de um encontro. A saliência do género varia, assim, de acordo com as situações, sendo que a intersecção entre o género e as outras divisões sociais (como a idade, a classe social ou a etnicidade) pode aumentar ou diminuir em função do contexto; mesmo porque o género toma forma numa interacção complexa com estas outras divisões sociais. Acresce ainda que, para a autora, o género tem dimensões analiticamente separáveis: o nível individual (em que o género tende, de facto, a tomar uma forma dicotómica, embora as categorias de feminino e masculino tenham significados complexos, mutáveis e, por vezes, contraditórios), a dimensão das relações e organizações sociais⁷⁶ (em que o género é mais fluído), e das relações poder (considerado como fluído e contextual). De acordo com a Thorne, será, então, importante analisar as relações de género, começando com um sentido da sua totalidade, não assumindo separações ou diferenças de género, e examinando o género no seu contexto. A ênfase no contexto social muda a análise da fixação das diferenças binárias, para a análise das relações sociais, em que se constroem e dão significado a múltiplas diferenças (Thorne,1993).

A par de alguns destes desenvolvimentos, e através de um trabalho contínuo, realizado até aos dias de hoje, Connell (1987, 2000, 2002, 2003 [1995]) tem vindo a desenvolver uma perspetiva relacional do estudo do género, em geral, e, mais especificamente, da masculinidade. Connell (2000) considera o género como um domínio da prática social complexo e fortemente efetivo, constituindo um domínio central das relações pessoais, das relações sociais e da cultura (Connell, 2002). Contudo, e ao contrário do que se pensa comumente, ser-se homem e ser-se mulher não é algo fixo pela natureza, nem algo que é apenas imposto pelo exterior. Antes, os indivíduos constroem-se como masculinos e femininos, ao colocarem-se na ordem do género ou ao responderem ao lugar que lhes é atribuído, pelo modo como se comportam no quotidiano. Para o autor, ao ter em conta as relações de género, e não apenas as diferenças dicotómicas entre homens e mulheres, é possível dar conta das suas diferentes dimensões, da relação entre corpos e sociedade, e da configuração do género. Neste sentido, Connell (1987, 2000, 2003 [1995], 2002) distingue entre: relações de poder, que implicam a subordinação da mulher e dominância do homem; relações de produção, as divisões de género no trabalho e na forma de atribuição de tarefas; relações de “cathesis” (ligação emocional), relacionadas com o desejo sexual

⁷⁶ A organização e os significados de género variam de um contexto social para outro, e em grau ou forma de relevância (Thorne, 1993).

e com as práticas que moldam e concretizam esse desejo; e, mais recentemente (Connell, 2000, 2002), relações simbólicas, as estruturas simbólicas do processo de comunicação. Estas estruturas são ligadas através de um envolvimento específico com os corpos (Connell, 2000, 2003 [1995]).

Para Connell (1987, 2000, 2002, 2003 [1995]), as relações de género são sempre constituídas na vida quotidiana, contudo as práticas de género são fortemente condicionadas. E, embora as estruturas de relações não determinem mecanicamente o modo como as pessoas agem, estas definem possibilidades e consequências da ação. Contudo, os arranjos de género estão em contante mudança, à medida que a prática cria novas situações e que tendências de crise se desenvolvem nas estruturas (Connell, 2002). Deste modo, as masculinidades⁷⁷ [e, acrescenta-se, as femininalidades], não são categorias fixas, havendo um dinamismo nos relacionamentos, no quadro dos quais o género é constituído (Connell, 2003 [1995]). Neste sentido, a masculinidade e a femininalidade são projectos de género, isto é, processos de configurações de prática (gerados por pessoas e grupos em contextos históricos), através do tempo, que transformam os seus pontos de partida, nas estruturas de género; sendo ainda, conceitos inerentemente relacionais, que ganham significado em relação um ao outro, como uma demarcação social e uma oposição cultural. Masculinidades [e feminilidades], como configurações de práticas, são simultaneamente posicionadas numa série de estruturas de relacionamentos⁷⁸, que podem seguir diferentes trajetórias históricas. Por conseguinte, ambas estão sujeitas a contradições internas e a disrupções históricas (Connell, 2000, 2003 [1995]).

Ora, um dos contributos mais reconhecidos de Connell (1987, 2000, 2003 [1995]) para o estudo do género, diz respeito ao conceito de masculinidade hegemónica. Para a autora (1987), existe um ordenamento, ao nível de toda a sociedade, nas versões de masculinidade e de femininalidade. A este nível ainda, as interrelações entre masculinidade e femininalidade são centradas no facto estrutural do domínio dos homens sobre as mulheres. Este facto estrutural é a base principal para as relações entre homens que definem uma forma hegemónica de masculinidade na sociedade. A masculinidade hegemónica⁷⁹ é, assim, construída em relação a várias masculinidades subordinadas e em relação às mulheres. A interrelação entre diferentes construções de masculinidade é, no entanto, complexa, variando de acordo com o contexto em que estão inseridas. Todavia, os ideais culturais de

⁷⁷ Sobre o conceito de masculinidade ver Connell (2000, 2003 [1995]) e Connell e Messerschmidt (2005).

⁷⁸ Neste sentido Connell (2003 [1995]) argumenta que, Na medida em que o género é um meio de organizar a estrutura social no geral, está inevitavelmente interrelacionado com outras estruturas sociais, como a raça, a classe, a nacionalidade, ou a posição na ordem mundial (Connell, 2003 [1995]).

⁷⁹ De acordo com Connell (1987), o conceito de hegemonia implica uma ascendência social, conseguida através de um conjunto de forças sociais que se estendem para além do poder bruto, até à organização da vida privada e de processos culturais. Acresce ainda que, segundo a autora (2003 [1995]), a masculinidade hegemónica não é um ideal tipo fixo, constante ou universal, mas surge de uma articulação complexa entre estrutura social, discurso e actividade corporal (Connell, 2000). Deste modo, a masculinidade hegemónica é historicamente (re)construída, sendo que, tanto a nível local como societal, as situações em que as masculinidades são formadas mudam ao longo do tempo, podendo originar novas estratégias no quadro das relações de género e resultar em redefinições de masculinidade admirada (Connell e Messerschmidt, 2005). Ademais, as masculinidades hegemónicas devem ser analisadas ao nível local, regional e global, tendo em consideração que estes níveis estão interrelacionados, influenciando-se uns aos outros. Devem então considerar-se as masculinidades como internamente complexas e potencialmente contraditórias.

masculinidade hegemónica não correspondem, necessariamente, às personalidades reais da maioria dos homens, envolvendo, muitas vezes a criação de modelos de masculinidade que são figuras de fantasia específicas ou modelos reais distantes de qualquer realização diária, e, por conseguinte, considerados como inalcançáveis. A face pública da masculinidade hegemónica é o que sustém o poder dos homens e o que um grande número destes se dispõem a apoiar, havendo vários motivos para a complacência com esta (por exemplo, os benefícios que a maioria dos homens retira da subordinação das mulheres⁸⁰). Para além da masculinidade hegemónica, Connell (2003 [1995]) dá ainda conta de masculinidades subordinadas⁸¹, cúmplices e marginalizadas.

Ainda segundo Connell (1987) não existe nenhuma forma de feminilidade hegemónica correspondente à masculinidade hegemónica. Contudo, ao nível das relações sociais de massa, as formas de feminilidade são definidas de forma suficientemente clara, sendo que é a subordinação global das mulheres aos homens que providência uma base essencial para a sua diferenciação. Uma das formas de feminilidade – a feminilidade enfatizada, é definida pela complacência com a sua subordinação e pela sua orientação para acomodar os desejos dos homens. No entanto, tal como acontece com a masculinidade hegemónica, a feminilidade enfatizada baliza, mas não corresponde necessariamente, a feminilidades reais, na medida em que aquilo que a maioria das mulheres apoia não corresponde sempre ao que estas são. Outras formas de feminilidade são definidas por estratégias de resistência e/ou de não complacência para com esta subordinação, ou por complexas combinações estratégicas entre complacência, resistência e cooperação. As interrelações entre estas diferentes formas de feminilidade é uma parte significativa das dinâmicas de mudança na ordem de género como um todo⁸².

Por fim sublinha-se o trabalho de Messner (2000) que propõe três níveis de análise para examinar o género⁸³: o nível interaccional (que enfatiza os modos com os agentes sociais fazem género), o nível estrutural (que enfatiza o modo como o género é construído nas instituições sociais, através de uma divisão sexual hierárquica do trabalho) e o nível cultural e simbólico (que examina o modo como símbolos populares, que são postos em circulação na indústria cultural, são retomados, de formas

⁸⁰ No entanto, os interesses dos homens são divididos (por diferentes posicionamentos nas masculinidades ou como resultado da articulação do género com estruturas de classe, raça, ou de orientação sexual, entre outras), sendo que, em certas situações, as relações dos homens com determinada mulher ou crianças definem interesses mais fortes dos que aqueles que são partilhados com outros homens, assim como na vida dos homens tendem a existir densas redes de relacionamentos com as mulheres, como mães, esposas, irmãs, filhas ou amigas (Connell, 2000). Deste modo, o interesse dos homens, em geral, no patriarcado torna-se incoerente ou contestável.

⁸¹ Para Connell (1987, 2000, 2002, 2003 [1995]), nas sociedades ocidentais contemporâneas, a relação mais importantes de domínio e subordinação entre homens é a que acontece entre homens heterossexuais (dominantes) e homens homossexuais (subordinados). As masculinidades homossexuais são postas no fim da hierarquia entre homens, sendo consideradas, nas ideologias patriarcais, como tudo o que é simbolicamente retirado da masculinidade hegemónica, e associado à feminilidade.

⁸² As hierarquias de género são também afectadas por novas configurações de identidades e práticas das mulheres (Connell e Messerschmidt, 2005).

⁸³ Messner (2000) fala ainda, em nota de rodapé, da integração de um quarto nível: o nível da personalidade. Enquanto se considera importante a existência de um nível individual, pensa-se que este deve ser pensando, antes, em termos de Eu/Self, indo de encontro ao trabalho realizado no quadro do interaccionismo simbólico.

diversas, por indivíduos situados). Estes níveis são entendidos como processos simultâneos e mutuamente interrelacionados que dão sentido à construção social quotidiana do género. O género é, assim, percebido como complexo e multinivelado, sendo necessário explorar as suas constantes interrelações, continuidades e contradições, e procurar perceber em que condições é que este é activado como um princípio organizador da vida social e em que condições é que este se torna menos saliente. O autor acrescenta ainda que se as estruturas sociais, simultaneamente, constroem e permitem as relações e a construção de identidades de género, a agência possibilita a sua reprodução ou resistência. Retome-se agora à articulação entre género e sexualidade.

2.6.2. (Heteros)sexualidade, fluidez e diferentes níveis de articulações

Embora de forma variada, a articulação entre género e sexualidade é posta em evidência na literatura sobre o tema. Como referido em cima, embora devam ser analiticamente separados⁸⁴, género e sexualidade, tendem a estar estritamente articulados, na medida em que a sua construção social e o seu significado são, frequentemente, percebidos tendo ambos em consideração (Rahmon e Jackson, 2010; Jackson e Scott, 2006 [2002]).

Ora, nas sociedades ocidentais contemporâneas, existe o pressuposto de uma distinção e polarização entre géneros (Weeks, 2006, [1986]), num contexto em que este é uma categoria central para o modo como a experiência sexual é vivida pelos indivíduos (Weeks, 1985). A sexualidade é, assim, constituída num mundo fortemente genderizado, em que o sexo permanece, frequentemente, representado como uma força poderosa e natural, “um imperativo biológico” (Weeks, 2006 [1986]: p. 4), e hierarquicamente organizado. A heterossexualidade é considerada como a sua forma correta e superior, sendo que outras formas de sexualidade tendem a ser percebidas como mais perversas. Este ponto de vista mantém-se fortemente enraizado, de modo que a divisão binária entre masculinidade e feminilidade, e entre homossexualidade e heterossexualidade continua a posicionar os sujeitos sexuais, ao mesmo tempo que organiza o desejo sexual, subordinando a mulher e marginalizando os transgressores. Ainda assim, embora os padrões de primazia masculina não tenham sido totalmente

⁸⁴ A título de exemplo, Rubin (2007 [1984]), embora tenha definido, em 1975, o sistema de sexo e género como “um conjunto de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana (no qual inclui a identidade de género, o desejo e as fantasias sexuais como sexo, tratando-os como modalidades de um mesmo processo social), reconsidera a sua posição inicial, defendendo a separação analítica entre género e sexualidade, para refletir de forma mais precisa sobre as suas existências sociais. Assim, para a autora (2007 [1984]) embora o género afete o sistema sexual e o sistema sexual tenha manifestações de género específicas, estando portanto relacionados, género e sexualidade formam a base de áreas distintas da prática social. Por seu turno, Vance (1984, 2007 [1991]) considera que é importante sublinhar que, apesar das inter-relações entre sexualidade e género, a sexualidade não é apenas uma categoria residual do género, nem as teorias do género podem dar conta de maneira adequada das questões da sexualidade. Embora os indivíduos, pertencentes a uma mesma cultura, possam sentir a inter-relação entre o género e a sexualidade como natural e de origem biológica, o modo como ambos estão articulados varia histórica e culturalmente. Deste modo a tarefa será não só a de analisar o modo como as relações culturais entre os corpos femininos e a sexualidade feminina são feitos, mas, de forma mais abrangente, examinar o modo como as mudanças nas atitudes e comportamentos sexuais se articulam com mudanças mais profundas no modo como o género e a sexualidade são organizados e interrelacionados no contexto das relações sociais (Vance, 2007 [1991]).

quebrados, têm ocorrido mudanças, no sentido de uma maior tolerância ao que é diferente, na posição das mulheres e nos modos de viver a masculinidade, mostrando como estes padrões não são inevitáveis ou imutáveis. Por seu turno, a multiplicidade de significados do sexo dá conta da sua real complexidade, podendo este ser associada a um ato ou a uma categoria de pessoas, a uma prática ou a um género (Weeks, 2006, [1986]).

Apesar de ter havido uma mudança⁸⁵ no modo como a heterossexualidade é regulada, esta mantém-se como a forma “natural” e normativa⁸⁶, não só no domínio da sexualidade, como de outros domínios da vida (como o trabalho ou a vida familiar) (Bajos et al., 2008; Beasley et al., 2012; Costa et al.; Hockey et al., 2007; Jackson, 1996; Jackson e Scott, 2010; Richardson, 1996, 1997, 2000; Seidman, 2002, 2003; Skeggs, 1997; Weeks, 2006 [1986]), sendo tomada como garantida na vida quotidiana (Jackson e Scott, 2010). Deste modo, a heterossexualidade representa um espaço de intersecção chave não só entre o género e a sexualidade, mas também entre os aspetos sexuais e não sexuais da vida social. Por conseguinte, a heteronormatividade é eficaz, na medida em que define tanto a vida sexual como um modo “normal” de vida (Jackson e Scott, 2010); sendo que a heterossexualidade tem um papel importante na organização do quotidiano (Hockey et al., 2007). Neste sentido as “heterossexualidades mundanas informam a organização de espaços públicos e privados, a hierarquização de momentos “especiais”, de respostas corporais ou intuições, a calendarização dos eventos do curso de vida e a divisão doméstica do trabalho emocional” (Hockey et al., 2007: 14).

Ora, segundo Richardson (1996, 1997, 2000), a heterossexualidade⁸⁷ é institucionalizada como uma forma particular de prática e de relação, de estrutura familiar e de identidade; sendo construída como uma categoria coerente, natural, fixa e estável, como universal e monolítica⁸⁸. Contudo, de acordo com a autora existe uma diversidade de significados e de arranjos sociais dentro da categoria “heterossexualidade”, ao invés de uma heterossexualidade unitária e de uma comunidade heterossexual unida e distinta⁸⁹. Sendo uma categoria dividida pelo género, a heterossexualidade

⁸⁵ Assim, a título de exemplo, Hockey et al. (2002, 2007), para o Reino Unido, e Aboim (2010) e Aboim et al (2011), para Portugal, deram conta de mudanças e continuidades geracionais, tanto nos significados como nas práticas, através dos/das quais a instituição da heterossexualidade é reproduzida.

⁸⁶ Contudo, Beasley et al. (2012) argumentam que, embora seja importante reconhecer o estatuto da heterossexualidade como a norma privilegiada da cultura sexual (tida como incontestável e natural), assumir que esta é normativa é errado. Para as autoras (Beasley et al., 2012), ao pensar-se a heterossexualidade como algo de imutável e como espaço de conformidade está a reduzir-se os sujeitos heterossexuais ao estatuto de robôs culturais, e a atribuir-se a esta uma posição ahistórica.

⁸⁷ No entanto, Richardson (2000) argumenta que, embora a sexualidade tenha sido reconhecida como uma categoria significativa de análise social para a teorização do “outro sexual”, definido em relação à heterossexualidade normativa, a heterossexualidade raramente é reconhecida ou problematizada. Por seu turno, Beasley et al. (2012) argumentam que a heterossexualidade está subteorizada enquanto fonte potencial de prazer, interesse e transgressão e sobredeterminada como fonte de dominação.

⁸⁸ Neste sentido, Connell (2003 [1995]) chama a atenção para o facto de que a “heterossexualidade compulsória” (como definida por Rich, 2007 [1982/1986]) é imposta não só às mulheres, mas também aos homens.

⁸⁹ Também para Skeggs (1997), a heterossexualidade não é uma categoria homogénea, não sendo ocupada de forma semelhante por todas as mulheres heterossexuais. Deste modo a heterossexualidade pode ser tomada

depende das divisões de género para o seu significado. O entendimento que os indivíduos têm da estrutura das relações íntimas são, assim, tipicamente mediados pelo discurso dominante das normas da heterossexualidade e de género, assim como o são as conceptualizações do desejo e do sexo como um conjunto específico de práticas. Acresce ainda que a heterossexualidade tende a ser percebida como a base da sociedade, no sentido em que a sociedade necessita de se reproduzir a si própria, na sua forma institucionalizada: o casamento, que requer um homem para uma mulher e vice-versa. A naturalização da heterossexualidade implica que esta é raramente reconhecida como sexualidade, categoria ou identificação sexual⁹⁰. No sentido oposto, historicamente os indivíduos como uma identidade sexual não heterossexual são definidos primeiramente enquanto indivíduos sexuais, colocados fora ou nas margens dos limites normativos do mundo social (Richardson, 1996, 1997, 2000).

Por seu turno, Skeggs (1997) considera que a heterossexualidade é institucionalizada, reproduzida em práticas materiais, normalizada através de atribuição de significados, consolidada através de ligações com outras formas de capital e desempenhada através da performance. Neste sentido, a heterossexualidade é uma localização social, em que posições sociais subjetivas, como ser-se mãe, mulher ou namorada, são definidas e institucionalizadas, através de um processo de repetição de normas, regularizado e condicionado. Os indivíduos estão, assim, implicados no seu sistema organizativo, mesmo quando se definem contra esta, na medida em que a heterossexualidade é a forma aceitável, dominante e, por vezes, a única forma que se conhece de falar sobre sexualidade. Por conseguinte, a heterossexualidade está relacionada com o que se pode ou não dizer, dando validade às formas “corretas” da sexualidade, ao mesmo tempo que silencia e retira legitimidade a qualquer alternativa. Contudo, a construção da subjetividade heterossexual é feita não só por condicionamentos externos, mas também pelo posicionamento e pela negociação do um Eu incorporado, em face de classificações construídas através da respeitabilidade (Skeggs, 1997). A heterossexualidade pode ainda ser vista como uma instituição social mutável, que embora poderosa e “aparentemente” duradoura, persiste como o resultado de uma pluralidade de práticas da parte de mulheres e homens (Robinson et al., 2007: 37). Esta é diversa na sua complexidade quotidiana, fraturada e composta de diferentes camadas (Beasley et al., 2012).

Mais recentemente, Richardson (2007) defende a importância de teorizar a relação entre sexualidade e género nos diferentes níveis da análise social, tomando a sua inter-relação como um processo dinâmico e multifacetado, com fronteiras em mudança; isto é, aquilo que a autora chama de

de formas diversas e/ou contraditórias, ou resistida. No mesmo sentido, Beasley et al. (2012) e Robinson et al. (2007) referem a coexistência de múltiplas heterossexualidades debaixo daquilo que aparenta ser uma instituição monolítica.

⁹⁰ De acordo com Robinson et al. (2007: 5), o silêncio e a invisibilidade são aspetos centrais para reclamar e manter uma identidade social dominante, que permite ao indivíduo falar de uma posição “naturalizada” e “universal”. Deste modo, a heterossexualidade não tem o estatuto de uma identidade escolhida, representando, antes, o resultado de um processo “natural” de crescer, ganhando desejo pelo género oposto, e preenchendo esse desejo através da conjugalidade e da vida familiar (Robinson et al., 2007: 25).

fluidez padronizada - “patterned fluidities”. A relação entre gênero e sexualidade existe assim: ao nível estrutura (sendo governada por leis e regulações estatais e transnacionais, e por costumes e práticas locais); ao nível do significado (significados estes que são mutáveis, entram frequentemente em contradição uns com os outros, e são mediados através dos discursos); ao nível material (nas rotinas quotidianas, nas quais é continuamente constituída e reconstruída, dentro de contextos locais específicos); ao nível da subjetividade (considerada, simultaneamente, reconhecível e perceptível como uma identidade específica, e como fluída e contingente). A autora considera ainda existir previsibilidade e imprevisibilidade nesta articulação, havendo espaço para destabilização, passível de levar a novas identidades sexuais e de gênero. A ideia de fluidez padronizada reconhece a existência dinamismo e de estrutura na articulação entre gênero e sexualidade, isto é “existe estrutura e materialidade, assim como histórias sexuais e de gênero social, e culturalmente significativas, que dão ao sujeito coerência e inteligibilidade social” (Richardson, 2007: 471).

Por seu turno, Jackson (1996, 1999, 2006; Rahman e Jackson, 2010) e Jackson e Scott (2007, 2010) têm vindo a desenvolver uma ferramenta analítica (algo que as autoras consideram como estando em progresso e não como sendo uma teoria definitiva) que procura também envolver as múltiplas dimensões do social, existentes na heterossexualidade: a estrutura; a interação e a prática; o significado e a cultura; e a subjetividade e a identidade⁹¹ (Jackson e Scott, 2010; Rahman e Jackson, 2010); assim como mostrar a relevância do corpo⁹², como algo socialmente moldado (Jackson e Scott, 2007; 2010). Esta distinção entre dimensões pretende, segundo Jackson (2006), ser um meio de explorar os vários modos como o gênero e a sexualidade, nomeadamente a heterossexualidade, intersectam, tendo em atenção que, embora estas dimensões do social estejam interrelacionadas, existem também disjunções entre elas e dentro de cada uma delas (Jackson, 2006). Todavia, na medida em que é extremamente difícil olhar para todas as dimensões ao mesmo tempo, geralmente tem-se apenas uma visão parcial dos processos multidimensionais. Neste estudo, considera-se esta como uma ferramenta analítica válida que pode ser utilizada também no estudo de outras orientações sexuais, não heterossexuais.

⁹¹ Segundo Jackson (2006), a primeira dimensão, a dimensão estrutural, remete, então para as relações sociais padronizadas que moldam a ordem social, onde o gênero e a heterossexualidade são institucionalizados, por mecanismos como a lei e o estado. A segunda dimensão, a dimensão cultural e do significado diz respeito ao facto de que todas as práticas e relações sociais estão inseridas em significados, que englobam a linguagem e os discursos, que constituem os entendimentos culturais generalizados do gênero e da sexualidade e os significados, mais localizados, negociados na interação social do quotidiano. A terceira dimensão, a dimensão da interação e das práticas sociais quotidianas é onde o gênero e a sexualidade são constantemente (re)constituídos, no quadro de relações e contextos localizados. Por fim, a quarta dimensão, a dimensão da subjetividade, diz respeito aos agentes ou sujeitos sexuais, aos Eus sexuados e genderizados, que, através das suas atividades incorporadas, constroem, ordenam e fazem sentido da interação genderizada e sexuada quotidiana (Jackson, 2006).

⁹² Sobre o modo como as autoras analisam o corpo em relação ao domínio da sexualidade ver Jackson e Scott (2007, 2010).

Também Janet Holland e a sua equipa, recorrem a uma conceptualização multidimensional da heterossexualidade⁹³, para estudar a sexualidade juvenil e as relações de poder genderizadas, que se articulam com esta, utilizando o conceito de “male in the head” (o homem à cabeça), para dar conta daquilo que consideram ser a assimetria, institucionalização e poder regulatório das relações heterossexuais, que orientam as expectativas, significados e práticas de homens e mulheres (Holland et al., 2004 [1998]; Holland, 2008, 2010). Neste sentido, as autoras (Holland et al., 2004 [1998]) consideram importante analisar a questão do poder em relação à heterossexualidade ao nível: da linguagem (crenças, normas, valores, identidades, discursos e seus efeitos); da agência e da ação (por exemplo, o modo como a construção social da sexualidade é negociada; como os indivíduos produzem as suas relações; ou como aceitam, resistem e transgridem as construções de sexualidade, masculinidade e feminilidade); as relações de poder estruturadas e institucionalizadas entre parceiros/as sexuais (por exemplo, como a heterossexualidade é construída como uma relação social hierárquica, ou como foi construída e como pode mudar); e a incorporação das práticas, as experiências sexuais e os seus significados (como a sexualidade é vivida; como os indivíduos se tratam uns aos outros; o que é que os indivíduos fazem e que significados atribuem às suas práticas; o modo como utilizam os seus corpos na experiência sexual; o que as pessoas experienciam como desejo, sexo, amor, romance, sucesso, violência, prazer, dor, relações, etc.); sendo que estes diferentes níveis interagem uns com os outros. Acresce ainda, que, para as autoras, é necessário pensar a heterossexualidade como historicamente específica e sujeita a mudança; sendo que os diferentes níveis interagem uns com os outros (Holland et al., 2004 [1998]; Holland, 2008, 2010).

2.7. A multidimensionalidade da sexualidade e a sua vivência quotidiana: posicionamento teórico

A ideia da sexualidade como fenómeno social, em relação com outros fenómenos, experiências e desigualdades sociais (de género, classe, etnia/raça, incorporação, etc...) (Hearn, 2008), é, hoje em dia, largamente aceite e reclamada pelos/as cientistas sociais que se debruçam sobre este domínio. Tomando em conta as várias contribuições, referidas em cima, que advogam a construção social da sexualidade, e de acordo com Jackson (2008) e Jackson e Scott (2010), considera-se também importante teorizar a sexualidade de modo a ter em conta em conta o mundo empírico. Esta posição permite apreender o sentido das vidas sexuais, no modo como estas são vividas, naquilo que têm de mundano, ordinário e rotineiro, mas também naquilo que têm de exótico, arrebatador, arriscado e

⁹³ Tal como foi referido para o trabalho de Jackson e Scott, considera-se que o modo como Holland e al. (2004 [1998]) analisam a heterossexualidade juvenil, pode ser estendida ao estudo de outras identidades sexuais e de outras idades da vida. Interessa aqui sublinhar as múltiplas dimensões de análise da sexualidade e da sua articulação com género.

coercivo (Jackson e Scott, 2010). Ao reconhecer a sexualidade como social, torna-se importante percebê-la como uma realidade multifacetada e multidimensional. Para tal, parte-se da teoria dos guiões sexuais, que, como se viu, permite ter em conta os níveis cultural, interpessoal e intrapsíquico, complementando-a, com o trabalho de Holland et al. (2004 [1998]), de Richardson (2007), de Jackson (1996, 2006, 2007), e de Jackson e Scott (2007, 2010), que acrescentam, como referido, a questão da estrutura e do corpo. Embora se considere que Gagnon e Simon possam ter tido a questão da estrutura social em atenção, quando desenvolveram a teoria dos guiões sexuais, como fica implícito, aliás, na importância que dão, por exemplo, à família ou à lei, como fatores condicionantes da vivência da sexualidade, ou se pode antever na importância atribuída às relações interpessoais, que são posicionados socialmente, a verdade é que a questão da estrutura social ficou por teorizar. Como refere Jackson (2007: 13), relativamente às análises enquadradas na corrente do interacionismo simbólico, houve uma “desatenção ao que podemos chamar constrangimentos sócio estruturais ou institucionais”.

Considera-se ainda como Taylor (2011a, 2011b), e com base em autores como Skeggs⁹⁴, a necessidade de perceber a escolha (contra o seu uso descontextualizado) como um recurso diferentemente disponível na vida dos indivíduos; chamando a atenção para a importância de situar os sujeitos sexuais como sujeitos situados em posições de classe, e de interrogar como é que a transmissão e acumulação das (des)vantagens de classe e do sexual atravessam os contextos sexuais. No mesmo sentido o conceito de experiência, usado frequentemente nas páginas que se seguem, deve ser considerado como um meio de compreender o modo como os indivíduos vivem as suas experiências e são construídos por estas, sendo que as categorias que estes experienciam, por exemplo, serem homens ou mulheres heterossexuais, são posicionadas socialmente, e produzidas através de relações de poder e de lutas, transversais a diferentes situações, ocorridas no espaço e no tempo (Skeggs, 1997).

A questão da articulação entre sexualidade e ciclo de vida, nomeadamente da transição para a vida adulta, é um outro aspecto que se procura pôr em relevo neste trabalho. Com a exceção de alguns trabalhos, nomeadamente do projeto “Inventing adulthoods”, realizado por Henderson, Holland, McGrellis e Sharpe (2007), ao longo de um período de 10 anos, ou do trabalho de Arnett (2004), a pesquisa efetuada no âmbito da transição para a vida adulta, têm negligenciado as questões da afetividade e da sexualidade⁹⁵. A sexualidade é, mesmo considerada como uma transição insignificante, que já não exerce consequências decisivas, e que é desconectada das outras transições (Calvo, 2011). Por seu turno, apesar de, como referido por Plummer (2010: 165), os trabalhos

⁹⁴ Já em 1997, no seu livro: “Formations of class and gender”, Skeggs (1997) argumenta que os aspetos materiais e institucionais são componentes essenciais na constituição da subjetividade sexual.

⁹⁵ Em Portugal, uma notável exceção é a da tese de doutoramento de Magda Nico (2011) sobre os projetos e práticas residenciais e de autonomização de jovens adultos. O round de 2006, do European Social Survey, coloca também uma questão sobre a idade apropriada para ter relações sexuais, dado que foi trabalhado por Aboim (2010a).

realizados no domínio da sociologia da sexualidade tenderem, também, a negligenciar a questão da idade e do ciclo de vida⁹⁶, isto é, das “gerações sexuais” e das “sexualidades geracionais”, os estudos sobre a constituição do género e da sexualidade e sobre o modo como estes se articulam na juventude, especialmente no contexto escolar (mas não só), abundam (sobre esta questão ver capítulo 4), sobretudo no contexto anglo-saxónico (ver por exemplo, Epstein e Johnson, 1998; Fine, 1988; Fine e McClelland, 2006; Holland et al., 2004 [1998]; Kehely, 2002; Mac An Ghail, 1994; Nayak e Kehely, 2008; Pascoe, 2007). Em Portugal, embora existam alguns trabalhos onde a sexualidade juvenil aparece como tema, como os inquéritos que têm como principal objetivo o estudo da juventude (Ferreira, 2003a; Pais, 1996b; Vasconcelos, 1997) ou os valores e atitudes dos portugueses (Pais, 1998), ao longo de diferentes gerações, só recentemente o estudo das sexualidades juvenis, nomeadamente no contexto escolar, se tem vindo a desenvolver (Fonseca et al., 2011; Vieira, 2009; Pais, 2012). Contudo, ao contrário do referido por Plummer (2010), para o contexto anglo-saxónico, o trabalho realizado na sociologia portuguesa, quer através destes inquéritos, quer através de outros estudos mais qualitativos, tem incidido, frequentemente, sobre a questão da mudança social e das gerações no estudo de vários domínios do social, entre os quais a sexualidade (Pais, 1998), mas também, relativamente, aos valores e atitudes dos portugueses (por exemplo, Pais, 1998), à conjugalidade, parentalidade, à articulação entre trabalho e família (Torres, 2002; Torres et al. 2008), ao divórcio (Torres, 1996), ou à intimidade (Aboim et al., 2011). É, então neste contexto, que se vai analisar as práticas e representações da intimidade, de um conjunto de jovens (ex)residentes na região de Leiria. No próximo capítulo, apresentam-se as estratégias de investigação seguidas nesta pesquisa

⁹⁶ Embora, esta tendência esteja a começar a inverter-se, como fica patente, por exemplo, nos projetos de Anne Cronn e Andrew King, sobre a vida dos indivíduos LGBT idosos (<http://www.esrc.ac.uk/my-esrc/grants/RES-189-25-0189/read>).

3. Estratégias de investigação

Após a apresentação, em linhas gerais, dos processos de transformação da vida íntima nas sociedades ocidentais, e de um olhar mais específico em relação ao modo como a sociologia passou a abordar a sexualidade, em que se sublinhou a sua multidimensionalidade, a importância de se reconhecer a existência de diversos níveis de análise, de ter em consideração a posição social dos indivíduos e o propósito de se articular a análise da transição para a vida adulta e da sexualidade, vira-se agora para as estratégias de investigação⁹⁷ que orientaram este trabalho, apresentando em primeiro lugar os objetivos, os pressupostos e as hipóteses de trabalho.

3.1. A questão de partida, a problemática e as hipóteses

O objeto de estudo desta pesquisa é, então, as trajetórias íntimas de um conjunto de jovens adultos/as e a sua articulação com transição para a vida adulta, nomeadamente com uma (possível) entrada em conjugalidade e/ou parentalidade. Procura-se então conhecer as trajetórias íntimas, de jovens homens e mulheres, até a uma real ou potencial entrada em conjugalidade e/ou parentalidade, tomando em especial atenção as representações, valores e normas que orientam as práticas sexuais e/ou amorosas dos/as jovens. Pretende-se, pois, analisar o modo como o género, a situação socioeconómica, a escolaridade, a idade, a orientação sexual, a posição perante a religião dos indivíduos, os contextos de socialização em que estes/as estão inseridos e as suas redes de sociabilidade, se articulam com as suas práticas e representações das dimensões íntimas (familiares, amicais, sexuais e/ou amorosas, e de entrada em conjugalidade e em parentalidade) das suas vidas. Ou seja, procura-se analisar, a partir das condições objetivas em que os indivíduos estão inseridos, como é que estas práticas e representações se vão configurar em diferentes percursos ou trajetórias relativos à intimidade, à afetividade e à sexualidade. Por fim, pretende-se perceber como é que estas trajetórias íntimas influem numa decisão de saída dos pais, e de entrada em conjugalidade e/ou parentalidade, no sentido da possibilidade da sua antecipação ou adiamento, deseja ou recusa.

É, aliás, deste último ponto que se parte. Pergunta-se assim, em primeiro lugar, como é que as trajetórias íntimas dos/as jovens adultos se articulam com uma possível entrada em conjugalidade e/ou parentalidade?

De acordo com os objetivos da pesquisa, procura-se ter em conta questões como: a importância que a sexualidade e o amor têm (ou não) para a vida dos indivíduos; quais são as representações,

⁹⁷ Utiliza-se o termo de estratégias metodológicas proposto por Mason (2009 [2002]), como a lógica através da qual se vai responder às questões de pesquisa. Neste contexto, a estratégia de investigação é considerada como um processo ativo, que envolve tomar decisões sobre todos os aspetos da pesquisa, de maneira fundamentada em relação às questões de pesquisa e ao contexto em mudança.

valores e normas que guiam as práticas sexuais e amorosas dos/as jovens; que tipo de relações existem entre práticas sexuais e sentimentos amorosos/afetivos, entre valores, morais sexuais e género, ou entre estes valores e morais sexuais, e relacionamentos sexuais e/ou amorosos; que tipo de trajetórias juvenis e de transição para a vida adulta estão presentes nas práticas e representações dos/as jovens e de que modo é que estas se articulam ou não com as suas trajetórias íntimas, afetivas e sexuais; que tipo de diferenças inter-género e intra-género existem (ou não) entre as trajetórias íntimas dos/as jovens e as suas representações e práticas da sexualidade; quais são as etapas amorosas e/ou sexuais que antecedem a entrada em conjugalidade e/ou parentalidade, e quais são os contextos em estas que ocorrem; que tipo de práticas, valores e/ou motivações estão associados à escolha de um(a) parceiro/a e à entrada em conjugalidade e/ou parentalidade; e quais são as práticas, representações e/ou expectativas face a diversas dimensões da vida íntima, como a família, a amizade, a sexualidade, a saída de casa dos pais e/ou familiares com quem se vive, conjugalidade e parentalidade.

Procura ainda perceber-se que tipo de valores, condicionamentos objetivos e subjetivos, e margens de autonomia e estratégias, inter e intra-individuais, estão presentes nas trajetórias íntimas dos/as jovens e, num sentido mais geral, nas suas trajetórias juvenis e de transição para a vida adulta; se existem ou não (des)continuidades entre representações e práticas, e quais as suas consequências; que tipo de relações existem entre a possibilidade de vivência (mais liberta/mais condicionada) dos lazeres, das sociabilidades, dos relacionamentos amorosos e/ou sexuais, e o retardamento/antecipação da saída de casa dos pais/familiares, da idade da entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade.

Sendo a questão do género central para a compreensão dos percursos íntimos dos/as jovens, será, então, importante tentar antever quais as possibilidades que homens e mulheres têm de vivenciar as questões relativas aos lazeres e às sociabilidades, aos relacionamentos sexuais e/ou amorosos e às práticas sexuais. Neste sentido é relevante perceber até que ponto continua (ou não) a existir uma moral diferenciada entre indivíduos⁹⁸ com muitos parceiros/as sexuais e indivíduos com poucos (ou nenhuns) parceiros/as sexuais; e se esta moral sexual diferenciada tem implicações na escolha que os indivíduos fazem dos/as suas/seus parceiras/os, em termos de relacionamentos sexuais e/ou amorosos e de entrada em conjugalidade. Será que existem parceiros/as para curtir, para namorar e para casar, como parecem apontar vários trabalhos relativos a Portugal e ao Brasil (Almeida, 1995; Heilborn e Bozon, 1996; Heilborn et al., 2006a; Pais, 1993, 1998; Torres, 2002; Vasconcelos, 1997)? Ou pelo contrário, esta moral sexual diferenciada já está mais esbatida, como acontece para França e para os países do norte da Europa (Heilborn e Bozon, 1996; Bozon e Kontula, 1997)? E em relação aos jovens homens? Será que existe algum tipo de correspondência entre esta moral sexual diferenciada que atinge as jovens mulheres e alguma outra categorização específica destes?

⁹⁸ Refere-se aqui, sobretudo, às mulheres, mas optou-se pelo termo indivíduos, na medida em que os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual falam deste tema, apontando para o facto de que um indivíduo, homem ou mulher, com “muitos/as” parceiros/as sexuais também é olhado com desconfiança.

Sendo que se tende a associar relacionamentos amorosos e sexualidade para as jovens mulheres, pareceu pertinente procurar perceber até que ponto esta associação existe (ou não) no caso dos jovens homens, considerando desde já que os resultados de vários estudos mostram que o sentimento amoroso é também um aspeto fundamental, no caso dos jovens homens, para a existência de relações sexuais (Aboim, 2010; Allen, 2003, 2007; Bozon, 1993, 1998, 2008; Bozon e Kontula, 1997; Camolletto, policopiado; Ferreira, 2008, 2010 d); Jamieson, 2005 [1998], Johnson, 2005; Le Gall, 2004; Maxwell, 2007; Vasconcelos, 1997, Wight, 1996...). No entanto, é necessário ter conta que o estereótipo de género relaciona os homens com uma sexualidade, preferencialmente, ativa, mais desligada dos vínculos afetivos e desbanalizada, numa atitude de conquistador e de dominação. Neste âmbito, procura verificar-se, em primeiro lugar, se tais estereótipos são compartilhados pelos/as jovens, e, em segundo lugar, se tais ideias têm correspondência na prática; pergunta-se ainda de que modo estas poderão afetar formas diferenciadas de se viver a masculinidade.

Consequentemente questiona-se se existirão formas diferentes de viver a juventude para os jovens homens, nomeadamente, ao que intimidade diz respeito? Não será que, como acontece quanto à importância atribuída pelo homem à família e à paternidade, que se apresenta bem maior do que se supunha (Torres, 2002; Torres et al., 2008), que os jovens homens também dão valor aos relacionamentos sexuais e amorosos, “sérios” e duradouros e a outros aspetos do domínio da intimidade, como a amizade ou a conjugalidade? Não poderão os estereótipos de género, quanto à vivência da intimidade, da afetividade e da sexualidade condicionar a vivência dos jovens neste domínio? E no sentido oposto, não poderão as jovens mulheres viver uma sexualidade mais desligada do sentimento amoroso e/ou valorizar outros aspetos da vida que não apenas as questões relacionadas com a intimidade.

Além de mais se os homens pretendem ter relações sexuais dissociadas da afetividade e as mulheres pretendem ter relacionamentos sexuais e amorosos, será que à espaço para a existência de outro tipo de relacionamentos sexuais e/ou amorosos nas suas trajetórias íntimas? Será que vários tipos de relacionamentos sexuais e/ou amorosos podem coexistir nas trajetórias de um(a) mesmo/a jovem? Torna-se, assim, importante conhecer os tipos de relacionamentos sexuais e/ou amorosos em que os/as jovens se envolvem: os namoricos, os namoros a “sério”, os/as amigos/as coloridos/as, curtes, as relações sexuais em relacionamentos de uma noite, dando relevo às referências sobre os significados, as temporalidades e os valores associados a cada um deles. Ou seja, procura conhecer-se as etapas amorosas e/ou sexuais dos/das jovens que antecedem uma (possível) entrada em conjugalidade e/ou parentalidade; os contextos em que estas ocorrem; que importância lhes é atribuída; e em que medida são ou não diferenciados em função do género, do nível de escolaridade e da posição perante a religião.

Tendo em conta que padrões de modernidade e de tradição têm influências distintas para os indivíduos, nas suas estratégias individuais e na margem de manobra que têm para as realizar, importa ainda refletir como é que num país como Portugal, um país de origem católica, que faz parte das

sociedades ocidentais contemporâneas, com toda a complexidade que lhes é geralmente atribuída, mas que tendo sido considerado também como um país de modernidade inacabada (Machado e Costa, 1998)⁹⁹, é gerida a diversidade de influências que incidem sobre as questões relativas à intimidade; assim como questionar o modo como estas diversas influências afetam os/as jovens e os seus percursos em direção a uma conjugalidade e/ou parentalidade, possível ou real.

Os resultados de várias pesquisas mostram também como o estatuto socioeconómico dos indivíduos está relacionado com diferentes formas de viver a sua intimidade, nomeadamente, ao nível da sexualidade (Bajos e Bozon, 2008, 2008; Barbagli et al., 2010; Bozon, 1993, 2004, 2005 [2002]; Pais, 1993; Bozon e Kontula, 1997; Ferreira e Cabral, 2010; Heilborn et al. 2006; Policarpo, 2011; Torres, 2002; Vasconcelos, 1997), deste modo considera-se fundamental perceber em que medida a posição social dos indivíduos influi nas suas representações, práticas e/ou expectativas da intimidade, da afetividade, da sexualidade, e da entrada em conjugalidade e/ou parentalidade.

Tendo em conta que vários/as autores/as fazem referência às diferenças entre o que se diz para os outros, o que se diz para si próprio e o que se faz (Almeida, 1986; Torres, 2002; Lahire, 2005; Pais, 2010; Holland e Thomson, 2009), de modo que ao nível discursivo se tende a reproduzir aquilo que é considerado adequado, num determinado contexto, enquanto que as práticas tendem a ser condicionadas pelas circunstâncias, levando os indivíduos a agir dentro de um quadro de possíveis (Torres, 2002), procura perceber-se se há (des)continuidades entre aquilo que o indivíduo faz ou pode fazer, gostaria de fazer, ou pensa que deve ser feito/pensado em matéria de intimidade, afetividade, sexualidade, saída de casa dos pais/familiares e entrada em conjugalidade e/ou parentalidade, e de que modo estes possíveis desfazamentos podem (ou não) tornar-se de alguma forma perturbadores para os indivíduos. Por exemplo, ao nível da sexualidade, e para o final da década de 90, do século XX, Torres (2002: 111) argumenta que coexistia ainda um “discurso moderno igualitário em relação às mulheres, regendo-se pelas lógicas intrínsecas em relação ao laço conjugal, com o tradicionalismo patente nas questões do controlo da sexualidade feminina”.

Acresce ainda que, tendo em consideração que o sentimento amoroso é, atualmente, considerado como um aspeto essencial dos relacionamentos sexuais e amorosos, “sérios” e duradouros (Bozon, 1993, 2005 [2002]; Bozon e Kontula, 1997; Heilborn e Bozon, 1996; Jamieson 2005 [1998]; Jonhson,

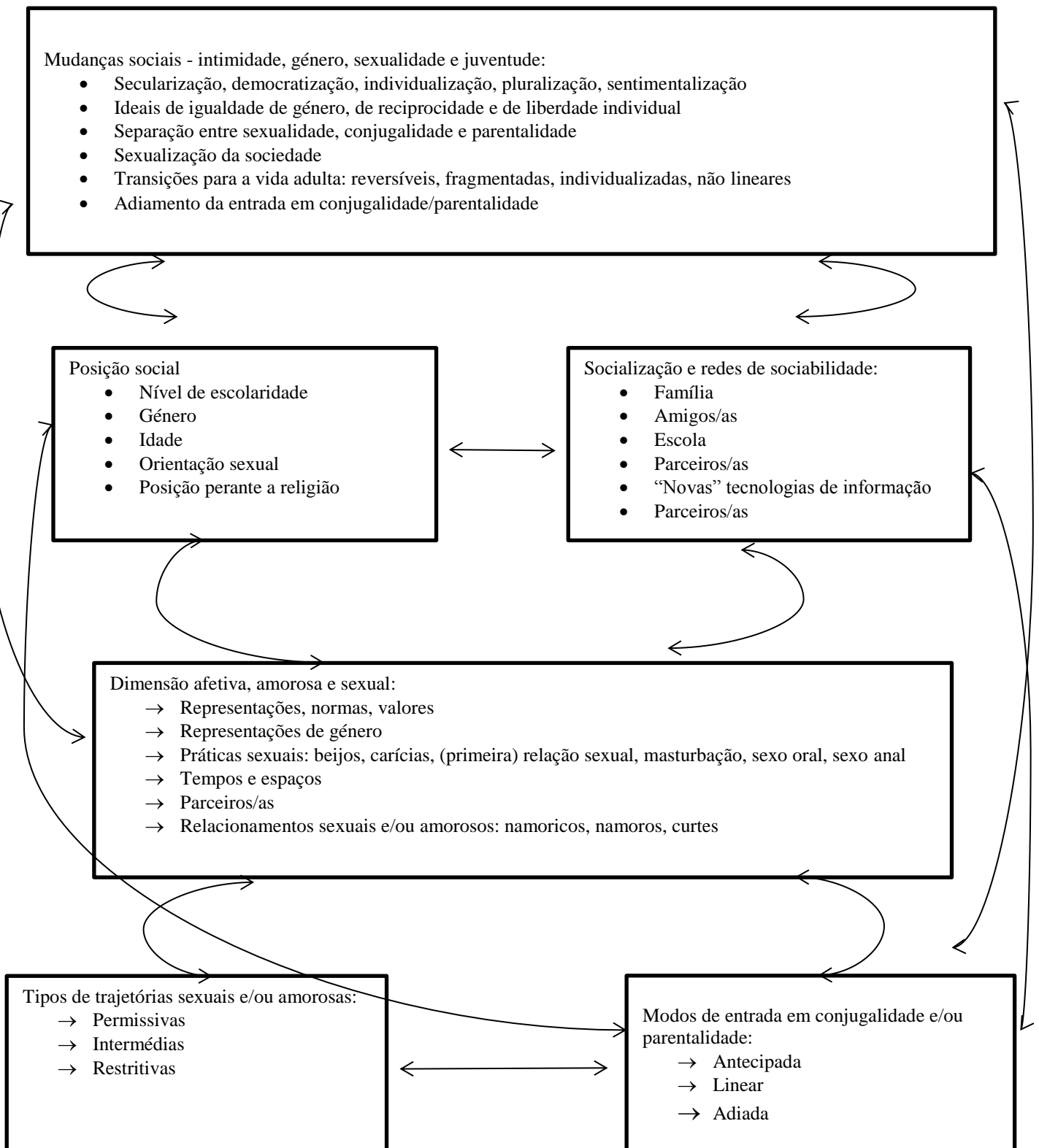
⁹⁹ Ao considerar Portugal um país de modernidade inacabada, os autores (Machado e Costa, 1998) estão a situar o país num cruzamento de características entre a identificação com os padrões de modernidade avançada dos países europeus (p. ex. as taxas de natalidade, de fecundidade e de envelhecimento do país, ou peso das classes médias urbanas e valor da taxa de atividade feminina) e o distanciamento desses mesmos padrões (refletido, por exemplo, nos baixos níveis de qualificação escolares e profissionais). Mais recentemente Almeida (2013: 226) refere que, embora se mantenham assimetrias e desigualdades sociais, Portugal foi seguindo as tendências principais dos outros países europeus em termos de valores, com uma “maior complexidade e variedade das opções, individualização traduzida, por exemplo, em reivindicações de autonomia de autonomia e de afirmação pessoal, secularização [...], alguma desvitalização de instituições tradicionais”. Contudo, é preciso sublinhar que as autonomias existentes nas sociedades de modernidade tardia, apesar de beneficiarem de margens mais amplas, continuam a estar inscritas em contextos diferenciados, que implicam oportunidades e constrangimentos desiguais. Sobre as desigualdades sociais em Portugal, na Europa e/ou num contexto globalizado e transnacional ver, por exemplo, Almeida (2013) e/ou Costa (2012).

2005; Le Gall, 2004; Pais, 1993, 1998; Vasconcelos 1997) e na entrada em conjugalidade (Aboim, 2005, 2006; Bozon 2005 [2002]; Torres, 2000, 2002; Vasconcelos, 1997), importa então perceber qual é a importância que os indivíduos lhe atribuem. Ademais, se, como se referiu no capítulo 2, as sociedades ocidentais contemporâneas se caracterizam cada vez mais pela individualização, será que os/as jovens vivem, hoje em dia, em mundos “isolados”, em que eles/as se guiam pelas suas próprias regras e escolhem sozinhos/as os seus próprios caminhos? Ou será que, tal como referido para o amor, a intimidade se torna um aspeto central das suas vidas contra o possível isolamento e a complexidade das relações sociais contemporâneas? Nesta medida, que importância ganham os contextos relacionais para os/as jovens, como a sua família, os/as amigos/as, os relacionamentos/as sexuais e amorosos, “sérios” e duradouros, e a entrada em conjugalidade e em parentalidade, que implicam uma vivência relacional e íntima, ao invés de uma vivência mais isolada e menos partilhada?

Por fim, vai procurar perceber-se em que medida existe (ou não) alguma relação entre uma possibilidade de vivência mais liberta dos lazeres e das sociabilidades, dos relacionamentos sexuais e/ou amorosos e de uma orientação sexual não heterossexual e a (possibilidade de) saída de casa dos pais/familiares, a entrada em conjugalidade e em parentalidade. Ou seja que tipos de articulações existem entre controlo dos lazeres, das sociabilidades e dos namoros, representações e práticas da sexualidade e transição para a vida adulta, ao nível da procura de autonomia residencial e da antecipação ou adiamento de uma entrada em conjugalidade e em parentalidade.

Como hipótese, considera-se então que o estatuto socioeconómico dos/as jovens, o seu contexto/meio de pertença, a sua rede de relações sociais (nomeadamente ao nível da família e dos/as amigos/as), o seu nível de escolaridade, a sua etapa no ciclo de vida, a sua pertença de género, a sua orientação sexual e/ou a sua posição perante a religião vão influenciar os modos como os/as jovens representam e vivem a sua intimidade, sexualidade e (expectativas de) saída de casa dos pais/familiares, e entrada em conjugalidade e em parentalidade. Assim, embora possa existir uma tendência geral para uma vivência mais “liberta” da sexualidade e da entrada em conjugalidade e/ou parentalidade, pensa-se que estes fatores vão influenciar os indivíduos de forma diferenciada, continuando a existir indivíduos para quem a sexualidade é vivida de forma mais restritiva, e a entrada em conjugalidade e/ou parentalidade condicionada.

Figura 3.1. Modelo de análise



3.2. Considerações teóricas e epistemológicas

Mas antes de continuar a explicar os métodos e técnicas utilizados neste trabalho será importante dar conta de alguns pressupostos ao nível teórico e epistemológico que orientaram esta pesquisa.

Ora, no capítulo anterior, sublinhou-se como a crítica ao essencialismo, do fim do século XIX até meados do século XX, foi, em grande parte, feita pela adoção, da parte do feminismo e da sociologia da sexualidade, da ideia de construção social da sexualidade. Posteriormente, os estudos pós-estruturalistas adotaram uma noção mais fluída da sexualidade, e, nomeadamente, das identidades sexuais, que tende hoje em dia a ser criticada pela falta de atenção prestada à estrutura social. Foi neste contexto, mais atual, que o conceito de interseccionalidade ganhou proeminência. Esta pesquisa parte, no entanto, do vasto conjunto de trabalhos que estão sob a égide da noção de construção sexual da sexualidade e das propostas mais recentes que tentam dar conta da multidimensionalidade da sexualidade e da importância de tomar em atenção tanto a ação individual e os significados subjetivos que os indivíduos atribuem às suas ações como as normas e os valores que os circundam, assim como sublinhar a importância da estrutura social e dos condicionamentos que as posições sociais ocupadas por estes impõem.

3.2.1. O problema da construção social da realidade e a opção pelo realismo crítico

Assim, pensa-se que se consegue fugir a alguns problemas associados com o construcionismo social. Deste modo, embora se considere que o contexto de produção é essencial para o conhecimento sociológico produzido, recusa-se a sua relativização e a igualdade de todas as formas de conhecimento, assim como a negação da existência de uma materialidade e de uma realidade (Berthelot, 2000; Lahire, 2005a). Pensa-se então que o esforço de construção científica, que não toma a realidade das suas construções pela realidade das coisas, não deveria conduzir a um ceticismo geral sobre o valor igual de todas as construções “discursivas” do mundo. As construções científicas repousam mais sobre a reflexividade, sobre a explicitação e as provas argumentativas e empíricas, que qualquer outra construção menos exigente do ponto de vista do esforço da demonstração (Lahire, 2005a).

Considera-se, ainda, necessário, como referido por Lahire (2005a) dar conta, não só das concepções que os indivíduos têm/fazem do mundo social, mas tomar em atenção a existência de realidades não ditas ou não percebidas através de discursos oficiais, reconhecendo a existência de realidades sociais para além dos discursos. Ademais, embora se considere que que existe dinamismo na construção da realidade, defende-se também que a realidade social não é apenas uma formação frágil, efémera, produto de sentidos intersubjetivos e contextuais, na medida em que existem disposições incorporadas e dispositivos objetivados, de modo que as maneiras de ver as coisas – as representações do mundo –

são hábitos mentais e discursivos difíceis de pôr em causa. Assim, a construção social da realidade é uma boa metáfora para desnaturalizar o mundo histórico e social (aquilo que existe foi feito e pode por isso ser desfeito; não advém nem da natureza, nem de uma fatalidade existencial imutável), no entanto é necessário pensar que, para razões objetivas (no sentido do estado de coisas existentes) e subjetivas (no sentido da maneira de as pensar e de as fazer existir), o mundo social e histórico apresenta-se, particularmente à escala de uma biografia individual, como um mundo quase natural, muito difícil de transformar. O peso da história objetivada, assim como o da história incorporada, é de tal forma que se assemelha muito, em determinados casos, ao peso de determinismos físicos e naturais (Lahire, 2005a).

Outra questão a ter em conta refere-se às dicotomias, à pluralidade e à fragmentação existentes, atualmente, no domínio da sociologia, que, vários autores tendem a ver como problemática (ver, por exemplo, Berthelot, 2000 e Brante, 2001) e que tentam superar, optando por uma abordagem de reconciliação entre teorias (“both-and”). Concorda-se então com estes autores, defendendo-se que a referência a uma realidade mais complexa e matizada, superadora de dicotomias, e a rejeição de posições biunívocas a favor de um paradigma pluralista, implica o reconhecimento, ao nível das teorias e dos programas, de uma pluralidade de construções (Oommen, 1988 in Berthelot, 2000).

Neste sentido, Brante (2001) defende um realismo causal com os seguintes princípios: ao nível ontológico, considera a existência uma realidade independente das representações dos indivíduos ou da sua consciência dela; ao nível epistemológico, defende que é possível adquirir conhecimentos relativos a esta, afirmando a “existência de um conhecimento sociológico genuíno” (Brante, 2001: 15); ao nível metodológico considera que todo o conhecimento é falível e corrigível e defende que a questão referencial é algo que deve ser minuciosamente investigada a nível empírico, caso a caso.

De acordo com Brante (2001), a definição de causalidade implícita no realismo causal considera que esta não deve ser definida enquanto regularidades universais e normativas entre duas variáveis, A e B. Deve entender-se essa definição, antes, como um dos polos de um continuum, em que a outra extremidade será algo como “em certas circunstâncias, é provável que B ocorra” (Brante, 2001: 16). A causalidade ocorre então na forma de tendências, em parte porque outras causalidades podem neutralizá-la, levando a que efeitos esperados ou efeitos encadeados não se manifestem necessariamente a nível empírico. As tendências existem mesmo que os efeitos sejam anulados. No entanto, para a compreensão de regularidades observáveis é necessário identificar os mecanismos sociais que determinam a manutenção das desigualdades reais, ou seja, há necessidade de ir para além da descrição de regularidades visíveis, utilizando métodos não estatísticos, de modo a analisar componentes que podem contribuir para os fenómenos que se está a estudar.

Ainda, segundo Brante (2001), o realismo causal considera a sociedade como uma realidade estratificada, composta de diversos níveis: internacional, interinstitucional, institucional, inter-individual e individual. Esta divisão por níveis ajuda na comparação sistemática entre o potencial explicativo das várias tradições teóricas, em cada um dos níveis, tornando o debate da supremacia de

uma tradição sociológica, centrada num determinado nível, sobre outra, sem sentido. Os fenómenos estudados pela sociologia, como os discursos, o poder, ou o género, são processos que atuam e que podem ser estudados a todos os níveis, através ferramentas conceptuais e metodológicas diferentes. A teoria sociológica não se refere diretamente à realidade tal como se manifesta a nível imediato, mas a objetos de conhecimento, ou seja, a elaborações teóricas. A partir desta conceção, teorias bem-sucedidas podem ser aplicadas de modo a explicar, embora de forma parcial, a realidade. Esta ontologia a vários níveis, em que se procura identificar os objetos de estudo a cada nível, traz, na perspectiva de Brante vantagens para a sociologia contemporânea, na medida em que permite desenvolver novos objetos de pesquisa teoricamente informada para cada nível, fazer com que o sociólogo se centre mais no problema que pretende estudar, facilitar a comparação entre modelos explicativos ao mesmo nível, impulsionar a cumulatividade e conduzir a um aprofundamento das várias teorias (Brante, 2001). É então necessário utilizar vários conceitos com capacidade para explicar os fenómenos sociais, tendo em conta que estes têm capacidades e limites, e que a sua utilidade para explicar a realidade social varia em face do que se pretende em explicar (Parker et al, 2003). Acresce ainda que, de acordo com Mouzelis (1995), objetivo principal da teoria sociológica moderna é o de construir ferramentas conceptuais, para que os fenómenos sociais possam ser pensados de forma a gerar questões interessantes e a estabelecer ligações metodológicas adequadas entre diferentes níveis de análise.

3.2.2. Os condicionamentos da ação

É preciso fazer ainda algumas considerações sobre o debate entre ação e estrutura e as perspectivas da estruturação de modo a situar alguns dos pressupostos teóricos deste trabalho. Assim, em primeiro lugar parte-se da ideia de que todos os fenómenos humanos são produtos da ação (Scott, 1995). É nas e através das ações que os fenómenos humanos são produzidos, reproduzidos e transformados. Ao mesmo tempo, os fenómenos formam sistemas – relações padronizadas de conexões. Os fenómenos humanos têm então tanto características da ação como dos sistemas, não podendo nenhum deles ser ignorado ou demasiado enfatizado à custa do outro (Scott, 1995). Deste modo, os fenómenos sociais podem ser vistos como produtos de dois níveis de tempo, por um lado, os padrões e regularidades de longa duração, e, por outro lado, as situações mais curtas de ação prática (Parker et al., 2003). O que as pessoas fazem no presente medeia o impacto das condições pré-existentes e contribui para a sua continuação ou não. O impacto e a reprodução das condições duradouras dependem do modo como as pessoas interagem com elas no presente (Parker et al., 2003).

Mas, se as estruturas sociais e culturais localizem os atores e definam os problemas com os quais eles têm que lidar, o modo como estes o fazem varia muito com a sua determinação, conhecimento, habilidade, idealismo, etc. (Parker et al., 2003). O impacto das forças condicionadoras de localização da estrutura social depende do que as pessoas estão preparadas para tolerar ou para perder – os preços

que estão preparadas para pagar. Neste sentido, o conceito de condicionamento da ação permite dar conta dos “constrangimentos” (que limitam, mas também possibilitam) impostos à ação, e que lhes conferem uma certa regularidade, ao mesmo tempo que deixa espaço para as possibilidades da agência, possibilidades de inovação e de variação (Parker et al., 2003). Contudo, os atores têm poderes diferenciais, que pré-existem a interação (Pires, 2003) e que lhes conferem diferentes capacidades/possibilidades para/de transformar a realidade social¹⁰⁰ (Mouzelis, 1995).

Para além de mais, tal como referido por Lahire (1999; 2001; 2005), será importante reconhecer a existência de multiplicidade e fragmentação no “ator plural”. É assim que, criticando o trabalho de Bourdieu e os conceitos por ele utilizados, como o de habitus¹⁰¹, disposição ou transferibilidade, assim como o trabalho de outros autores que, por um lado, dão uma visão demasiado homogênea do indivíduo ou que, por outro lado, o apresentam como demasiado fragmentado, Lahire, (1999; 2001; 2005) propõe uma sociologia à escala individual, que toma em consideração a singularidade do indivíduo. Para o autor, “estudar o social individualizado, ou seja, o social refratado num corpo individual, que tem a particularidade de atravessar instituições, grupos, campos de forças e de lutas ou cenas diferentes, é estudar a realidade social na sua forma incorporada, interiorizada” (Lahire, 1999: 33; 2005: 14).

Olhar para o indivíduo enquanto entidade singular, obriga, então, a pensá-lo enquanto o “produto complexo de diversos processos de socialização “e a olhar para a sua pluralidade interna, deste modo “o singular é necessariamente plural” (1999: 44-45; 2005: 15). Esta perspetiva implica pensar o indivíduo como menos unificado e como portador de hábitos heterogêneos, que em alguns casos podem mesmo ser opostos e contraditórios, na medida em que “a partir do momento em que o um ator foi colocado, simultânea ou sucessivamente no seio da pluralidade de mundos sociais não homogêneos, e por vezes mesmo contraditórios, ou no seio de universos sociais relativamente coerentes, mas que apresentam, em certos aspetos, contradições”, este ator tem “um stock de esquemas de ações ou de hábitos não homogêneo, não unificado e com práticas consequentemente heterogêneas (e mesmo contraditórias), que variam conforme o contexto social no qual ele será levado

¹⁰⁰ Para Mouzelis (1995) os atores distanciam-se frequentemente das regras e dos recursos, de modo a questioná-los, a construir teorias sobre eles, ou de elaborar estratégias para a sua manutenção ou transformação, contudo, e na medida que têm um acesso desigual aos meios de produção económicos, políticos e culturais, contribuem de forma desigual para a construção da realidade social.

¹⁰¹ De acordo com Bourdieu (1980), o habitus (produzido por condicionantes associadas a uma classe particular de condições de existência) são sistemas de disposições duráveis e transponíveis, de estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações, que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo, sem suporem a visão consciente dos fins e a matriz expressa de operações necessárias para realizá-las. O habitus, como sistema adquirido de esquemas geradores, torna possível a produção livre de pensamentos, expressões, perceções e ações inscritas nos limites inerentes às condições particulares da sua produção, isto é que têm por limite as condições historicamente e socialmente situadas da sua produção. O peso significativo das primeiras experiências resulta do facto do habitus tender a assegurar a sua própria manutenção e a sua própria defesa contra a mudança, através da seleção que faz das informações novas, rejeitando, em caso de exposição ocasional ou forçada, as informações capazes de colocar em questão a informação acumulada e, sobretudo, desfavorecendo a exposição a tais informações.

a evoluir” (Lahire, 2001: 39; 2005: 22). Mas a questão da natureza e da organização do património individual de disposições deve ser colocada na pesquisa empírica, e não definida à priori (Lahire, 2005); ou seja, a consistência interna dos atores deve ser aferida como um problema empírico e não assumida (Lahire, 1999, 2001, 2005; Pires, 2003).

Ainda segundo o autor (Lahire, 2005), o que leva a que determinada disposição seja ativada, num determinado contexto, pode ser entendido como “o produto da interação entre (relações de) forças internas e externas”, isto é, a “relações de forças internas entre disposições mais ou menos fortemente constituídas durante a socialização passada, e que estão associadas a uma maior ou menor apetência, e relação de forças externas entre elementos (características objetivas da situação, que podem ser associadas a pessoas diferentes) do contexto que pesam mais ou menos fortemente sobre o ator individual, no sentido em que o constroem e o solicitam mais ou menos fortemente (por exemplo, as situações profissionais, escolares, familiares, de amizade... são desigualmente constrangedoras para os indivíduos) ” (Lahire, 2005: 37). Os indivíduos podem então ser “portadores de múltiplas disposições”, que nem sempre encontram contextos de atualização, podem não possuir disposições capazes de fazer face a certas situações que encontram no mundo social multi-diferenciado, em que vivem, e/ou ter diversos investimentos sociais (familiares, profissionais, de amizade, etc., que, embora sejam objetivamente possíveis, podem ser incompatíveis), que podem levar a “situações de inquietação, crise ou desencontros pessoais com esse mesmo mundo social” (Lahire, 2005: 37-38).

3.2.3. Campo de possibilidades, posições sociais e representações sociais

Considera-se ainda que os projetos individuais são “elaborados e construídos em função de experiências socioculturais, de um código, de vivências e de interações interpretadas” (Velho, 1987: 26). Não sendo um fenómeno puramente subjetivo, estes inscrevem-se num campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, em face da noção de indivíduo e dos paradigmas culturais existentes. Deste modo, dentro de determinado contexto, os padrões de normalidade legitimam ou não as ações individuais. Ora, quanto mais o ator estiver exposto a experiências diversificadas, a visões do mundo contrastantes e quanto mais aberta for a sua rede de relações quotidianas, “mais marcada será a sua perceção de individualidade singular”, e, por conseguinte, “corresponderá a uma maior elaboração de um projeto” (Velho, 1987: 32). Neste sentido, Velho (1987: 33) considera que, nas sociedades ocidentais contemporâneas, “os mapas de orientação para a vida social são particularmente ambíguos, tortuosos e contraditórios”. A construção da identidade e a elaboração de projetos são feitas num contexto em que diferentes esferas da vida social e diferentes “mundos” se interpenetram, entrando, muitas vezes, em conflito. Para o autor, numa “sociedade complexa moderna coexistem n projetos em diferentes graus de desenvolvimento e complexidade” (Velho, 1987: 33). O conceito de campo de possibilidades abre assim espaço à existência relativa de alternativas, e de margem de escolha e de manobra, e, por conseguinte, de mudança social (Velho, 1987).

Também Bertaux e Bertaux-Wiame (1988) chamam a atenção para o conceito de campo de possíveis. Para os autores, a partir da existência de ambivalências constitutivas das relações sociais e da multiplicidade de níveis de determinação, entre outros aspetos, criam-se espaços de liberdade condicionada em que os indivíduos são chamados a escolher, isto é, um campo de possíveis. Contudo, consoante os contextos concretos, o meio social, a idade, o género, etc., existem possibilidades mais prováveis do que outras.

Existem, assim, relações entre os conjuntos de condições objetivas de inserção dos/as atores/as sociais e as práticas por eles/as desenvolvidas, as motivações, as expectativas, as representações e os valores de que esses/as atores/as são portadores (Machado et al., 1989). Estes/as são quadros de referência dinâmicos (com mobilidade e plasticidade), que se manifestam, de forma interligada, a vários níveis. As condições estruturais em que vivem, são, deste modo, incorporadas nos quadros de valores e nas representações dos/das atores/as sociais. Quadros de valores e representações não são portanto arbitrários. Não se pode deixar, no entanto, de ter em atenção que as condições estruturalmente incorporadas são o resultado da ação social e do sentido investido nestas pelos/as atores sociais, que são portadores de uma autorreflexividade com potencialidade para a inovação. A importância da dimensão simbólica da vida social, referente aos valores e às representações, está no carácter gerador de sentido da ação; de conhecimento e de reconhecimento de identidades e diferenças de posições e disposições no espaço social; e de afinidades eletivas e de distâncias sociais nas relações que se estabelecem nesse espaço. Quadros de valores e representações estão estritamente articulados com as condições sociais e históricas em que são produzidos e dos quais são uma expressão, sendo uma dimensão que se constitui em si mesmo como produtora da vida social. Contudo, as relações entre quadros de representações e valores, e condições sociais e históricas só podem ser percebidas de forma correta quando analisadas em conjunto com as variáveis de natureza biográfica dos indivíduos, resultantes das suas trajetórias¹⁰² coletivas e individuais. Os espaços de possibilidades das trajetórias sociais são, então, configurados pelas condições reunidas e incorporadas pelos indivíduos, na sua origem e ao longo do seu desenvolvimento (Machado et al., 1989). Representações e práticas são, deste modo, dimensões da vida social, que se devem pensar uma em relação à outra (Velho, 1987).

O modo como os/as jovens pensam e dizem o mundo que os/as rodeia vai ser aqui percebido como representações sociais. Estas são entendidas como sistemas de interpretação que regem a relação dos indivíduos com o mundo e com os outros, e que orientam e organizam práticas e comunicações sociais (Jodelet, 1989), sendo “um produto das interações e dos fenómenos de comunicação no interior de um grupo social, [e] refletindo a situação desse grupo, os seus projetos, problemas e estratégias” (Vala, 1993: 357). Para compreender o significado das representações sociais é, pois, necessário enquadrá-las na dinâmica social e pensá-las como condicionadas pela estrutura da

¹⁰² De acordo com Machado et al. (1989), as trajetórias sociais dizem respeito à conjugação do funcionamento dos quadros de valores e representações dos indivíduos e das ações desses mesmos indivíduos no espaço social.

sociedade onde se desenvolvem (Moscovici, 1961 in Vala, 1993). Ora, as clivagens e relações de dominação da estrutura social são refletidas nas construções de diferentes representações sociais em relação a um objeto, ao nível das condições socioeconómicas e ao nível dos sistemas de orientações (normas, valores, atitudes, motivações, etc.). Há, assim, uma pluralidade de clivagens socioeconómicas¹⁰³ e de quadros de referência normativos-valorativos que podem ser relacionados com a pluralidade de representações sobre um mesmo objeto. As representações sociais funcionam, ainda, como organizadoras de comportamento, no sentido em que incluem modos desejáveis de ação, proporcionam um significado para o contexto que gera a ação e permitem dar um sentido ao comportamento. Ao modelar e constituir os elementos do contexto, as representações sociais constituem, assim, uma orientação para a ação (Vala, 1993). Neste sentido, se, por um lado, as diferenças socioeconómicas e de valores e normas dos indivíduos influenciam de forma diferenciada as suas representações sociais, por outro lado, os indivíduos tendem a comportar-se de forma diferenciada conforme as suas representações sociais. Por conseguinte, a noção de representação social providencia uma ponte entre mundo individual e mundo social (Moscovici, 1989).

Contudo, ao longo das páginas seguintes vai utilizar-se de forma intercambiável as noções de discursos, narrativas, histórias e representações sociais dos/as jovens. Embora se saiba que estes conceitos apontam para tradições teórico-metodológicas diferentes, a necessidade de variar a linguagem em que se expõe a análise levou a esta opção. Deve tomar-se em atenção, no entanto, que se tem em mente a noção de representações sociais, que se articula com os conceitos de posições sociais e de campo de possibilidades, e que tendem a orientar as ações dos indivíduos.

Acresce ainda que se considera que o que os/as jovens dizem, o que eles/as falam da vida (Conde, 1993), tem que ser enquadrado na especificidade da sua experiência social subjetiva, no domínio das suas práticas de referência, na rede dos seus múltiplos quadros de interação, e no corte geracional. Deste modo, o que os/as jovens dizem permite detetar os efeitos dos diferentes contextos sociais nos quais foram vividas as experiências individuais. A narração é assim um processo de (auto) construção e de tematização de uma “visão do mundo (Conde, 1994: 213), que fornece uma estrutura percetual da experiência, organiza a memória, segmenta e faz suceder acontecimentos da vida (Conde, 1994). Ademais, os indivíduos tendem a dar uma forma às suas histórias de modo a produzir sentido e a “sua verdade” (Kauffman, 2007: 62). Neste sentido, as histórias contadas estão por vezes longe da realidade vivida, não porque as pessoas que as contam estejam a mentir, mas porque elas contam a si próprias essas histórias, nas quais acreditam e que contam aos/às outros/as, porque são histórias que dão significado às suas vidas. A partir destas histórias o investigador pode encontrar pistas de análise (Kauffman, 2007: 62).

¹⁰³ Neste sentido, será importante tomar em atenção não só a multidimensionalidade das desigualdades sociais, mas também as suas intersecções, no sentido em que (parte das) as múltiplas desigualdades, coexistem, interligam-se e influenciam-se mutuamente (Costa, 2012). Ademais, a intersecção das desigualdades são “situadas e contextuais, contingentes e variadas [...], reportando-se a indivíduos com posições diferentes em diversas ordens hierárquicas” (Costa, 2012: 82).

Situa-se assim a análise no nível individual da realidade social, considerando contudo que é possível aceder parcialmente aos seus níveis estruturais, culturais e interpessoais, através das representações sociais dos/as jovens, do seu posicionamento social, da conceptualização da ação como condicionada, e da contextualização efetuada através da revisão literária e/ou da utilização de dados estatísticos, de fontes oficiais.

3.3. Entrevistas, entrevistadora e entrevistados/as

Tendo em consideração que o objetivo da pesquisa se relaciona com a compreensão das trajetórias íntimas e a sua articulação com (uma possível) a entrada em conjugalidade e em parentalidade, optou-se pela utilização de metodologias qualitativas. Os métodos qualitativos são orientados para a compreensão e deteção de comportamentos, processos e modelos teóricos, sendo que a validade do modelo criado requer uma articulação cuidada entre teoria e observação (coerência dos encadeamentos, ilustração correta de hipóteses e precisão da análise do contexto) (Kauffman, 2007). Partindo de uma abordagem interpretativista, preocupada com a interpretação, compreensão, experiência, produção e constituição do mundo social, considerado como complexo e multi-nivelado, a pesquisa qualitativa utiliza métodos de obtenção de dados flexíveis e sensíveis ao contexto social no qual estes são produzidos, assim como métodos de análise, de explicação e de construção do argumento que envolvem a compreensão da complexidade, do detalhe e do contexto (Mason, 2009 [2002]).

De modo a recolher informação que pudesse responder aos objetivos da pesquisa, considerou-se a realização de entrevistas em profundidade. Optou-se pelas entrevistas em profundidade, semiestruturadas¹⁰⁴, na medida em que se considerou que, do ponto de vista ontológico, o conhecimento, pontos de vista, entendimentos, interpretações, experiências e interações dos indivíduos são propriedades significativas da realidade social que se procura explorar através das questões de pesquisa. Ademais, partindo do princípio que as explicações e os argumentos sociais devem sublinhar a profundidade, a subtilidade, e a complexidade dos dados, pensou-se que a entrevista qualitativa era apropriada para dar conta destes aspetos (Mason, 2009 [2002]).

A sua realização foi antecedida pela realização de 7 entrevistas exploratórias, não direcionadas que permitiram adequar os instrumentos de trabalho ao objeto de estudo em questão. Estas foram realizadas na fase de criação de outros instrumentos de pesquisa, nomeadamente do guião da

¹⁰⁴ Segundo Mason (2009 [2002]), as entrevistas qualitativas ou semiestruturadas têm como características centrais: a troca intencional do diálogo; um estilo relativamente informal; uma abordagem (por exemplo, temática, centrada num tópico, biográfica ou narrativa), em que o investigador tem um certo número de tópicos, temas ou assuntos que deseja cobrir, um conjunto de pontos de partida para discussão ou determinadas histórias que pretende que sejam contadas, havendo, contudo, uma estrutura fluída e flexível que permite o desenvolvimento de temas inesperados, por parte do/a investigador(a) ou do entrevistado/a.

entrevista e da grelha de análise, de modo a tentar captar aspetos que possam não ter sido considerados.

Em todas as entrevistas foi estabelecido um contrato inicial (Blanchet, 1987) em que se explicou os objetivos da entrevista e se conversou um pouco com o entrevistado/a de modo a criar uma situação (possível) de intimidade ou de empatia. Já a ordem em que as questões foram colocadas variou dependentemente do fluxo da conversa com cada entrevistado/a (Arendell, 1997). As entrevistas foram analisadas recorrendo à análise de conteúdo¹⁰⁵, onde se procedeu a uma análise temática¹⁰⁶, que se desmembrou em categorias, de modo a permitir uma relativização e distanciamento, assim como o colocar em evidência “as constâncias, as semelhanças e as regularidades” (Bardin, 2011 [1977]: 91); complementada por uma análise estrutural em que se teve em atenção os enunciados, as (in)congruências, as dinâmicas e as singularidades de cada entrevista como um todo. Assim, após uma primeira “leitura flutuante” (Bardin, 2011 [1977]: 64), seguiu-se uma leitura estrutural, sintagmática e pragmática, e reflexiva (Mason, 2009 [2002]) e a categorização e delimitação de unidades de codificação¹⁰⁷, orientadas pelo modelo de análise; “caminhando-se” simultaneamente entre “teoria e técnica, hipóteses, interpretações e métodos de análise” (Bardin, 2011 [1977]: 76). A análise do texto foi efetuada com o auxílio de um programa de computador específico para a análise de dados qualitativa: o MaxQDA (versões 9 e 11).

Procurou recorrer-se ainda a dados estatísticos (providenciados pelo INE e pelo Eurostat) ou a informação referente a inquéritos por questionário realizados noutros estudos, de modo a enquadrar os resultados obtidos¹⁰⁸.

3.3.1. As entrevistas e o “problema” de investigar a sexualidade

Ora, após a realização das primeiras entrevistas exploratórias procedeu-se então à realização de entrevistas em profundidade, semiestruturadas, que permitiram dar conta das trajetórias dos/as jovens adultos nos domínios da intimidade, afetividade e sexualidade, considerando as suas práticas e

¹⁰⁵ Bardin (2011 [1977]: 44) define a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Assim, procura-se descrever e analisar a superfície dos textos, assim como deduzir logicamente os fatores que determinam estas características.

¹⁰⁶ A análise temática, de acordo com Bardin (2011 [1977]: 131), pressupõe a descoberta de “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Neste contexto, “o tema é a unidade de significado que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia de leitura” (Bardin (2011 [1977]: 131).

¹⁰⁷ A categorização e codificação dos dados são já, como refere Mason (2009 [2002]), posicionadas analiticamente. Ao escolher e elaborar um determinado sistema, está a fazer-se determinadas assunções sobre o tipo de fenómenos que se está a catalogar ou não, assim como sobre o modo de como os utilizar posteriormente, abrindo, deste modo, possibilidades de análise e fechando outras.

¹⁰⁸ Como refere Kauffman (2007), os resultados obtidos no quadro da metodologia qualitativa devem ser regularmente cruzados e confrontados com os resultados obtidos por outros métodos. A utilização de referências teóricas deve também ser utilizada no sentido de validação, sobretudo, para fazer progredir um argumento.

representações, assim como as suas expectativas no que diz respeito à saída de casa dos pais, à entrada em conjugalidade e/ou à entrada em parentalidade. As entrevistas permitem-nos ter as subjetividades, as interpretações individuais dos atores, perceber os seus valores, conhecer as suas representações sociais, as suas experiências, as suas práticas e as suas trajetórias (Blanchet, 1987); sendo reveladoras (na medida em que se foi sensível às semelhanças e às diferenças) das várias contradições e da heterogeneidade dos comportamentos dos inquiridos (Lahire, 2005). Tendo em conta que a variedade socioeconómica e cultural apresentada nos valores e comportamentos relativos à sexualidade pode ser apreendida através do conhecimento dos percursos íntimos, sexuais e amorosos, percursos de experiências no âmbito dos afetos e contactos físicos com as pessoas, as entrevistas permitiram evidenciar as trajetórias íntimas dos/as jovens e mostrar como estas são produzidas e conduzidas em contextos distintos, pondo, ao mesmo tempo, em evidência determinados eventos, como a iniciação amorosa e/ou sexual, que podem ser mais relevantes para esses acontecimentos, demonstrando como esses mesmos eventos podem ser diferentes para cada pessoa (Heilborn, 1999).

De acordo com Giami (2000) as narrativas sexuais, embora constituam um género bastante diversificado, constituem materiais importantes para a compreensão em profundidade da vida sexual, dos valores e dos modos de vida de um determinado período histórico e de uma determinada cultura, e, ao mesmo tempo, da singularidade de cada experiência. Contudo, é preciso tomar em atenção que as narrativas sexuais são carregadas do peso simbólico da história e, nomeadamente, das relações com as normas sociais, como as biológicas e as religiosas, assim como pelo peso das representações sociais sobre a sexualidade. As narrativas sexuais apresentam ainda várias dificuldades relacionadas tanto com a personalidade e a subjetividade do/a investigador(a) (por exemplo, a possibilidade do entrevistado ir contra o seu sentido de estética ou os seus valores, e/ou de entrar numa relação que pode envolver a sua própria intimidade) como a do entrevistado (quais as suas motivações, as mensagens que pretende transmitir, as representações de si próprio/a), assim como da ligação entre o estudo da subjetividade e das experiências individuais com a sua trans-individualidade e a sua inserção na cultura e na história (Giami, 2000).

Um outro problema relacionado com o estudo da sexualidade é o facto de, como refere Bozon (1999), as práticas relativas à sexualidade estarem intimamente relacionadas com dois aspetos fundamentais: a invisibilidade da sexualidade física propriamente dita e as dificuldades e as resistências que os sujeitos demonstram no nomear das práticas sexuais. Assim, por um lado, os atos sexuais não são diretamente observáveis, em nenhuma cultura ou época histórica. Para além disso, tal como referido anteriormente, com o “processo civilizacional” (Elias, 1989), a sexualidade vai sendo isolada e remetida para o domínio do privado, de modo que os indivíduos passam a ter uma obrigação de dissimular os seus atos (Bozon, 1999). Não mostrar tornou-se então uma obrigação social. O carácter invisível da sexualidade humana, surgindo como um traço cultural universalmente associado a esta, implica, para os/as investigadores/as, não ter acesso, de forma direta, às práticas sexuais. Deste modo, apenas é possível apreender as práticas sexuais indiretamente, através dos discursos dos

indivíduos, que falam na primeira pessoa, ou de forma ainda mais indireta através das representações literárias e artísticas.

No entanto, e por outro lado, falar sobre a sexualidade é também uma tarefa difícil. Como refere Bozon (1999: 5): “não observável e pouco objetivável, a sexualidade física é igualmente difícil de contar e de dizer, e bem mais fácil de sugerir metaforicamente”, não existindo, frequentemente, “termos na linguagem comum para nomear os atos físicos da sexualidade”. Para se falar sobre a atividade sexual é comum a utilização de metáforas “no contexto do amor físico, e que permite dizer sem nomear de forma explícita” (Bozon, 1999: 5); por exemplo, existem vários verbos que, não sendo específicos deste domínio, designam os actos sexuais, como: fazer, meter, vir, entrar, sair, comer, dar, o que mostra o “carácter não nomeável das práticas sexuais” (Bozon, 1999: 5)¹⁰⁹. Neste sentido, Deveraux (1980) argumenta que uma entrevista sobre sexualidade, mesmo tratando-se de uma entrevista científica, é ela própria uma forma de interação sexual.

Assim, Bozon (1999) considera que não se nomeiam as práticas sexuais também porque se torna perigoso nomeá-las, de modo que, mesmo com confidentes e próximos, fala-se pouco e pouco explicitamente de sexualidade” (Bidart, 1997, in Bozon, 1999: p. 6). Fazer uma confidência é estar a implicar-se pessoalmente, mesmo a colocar-se em perigo. Existe então, em parte por esta razão, “uma forma de autorrestrição na evocação da vida sexual pessoal, que permite limitar a implicação da relação” (Bozon, 1999: 6). Os silêncios e os não ditos são, por conseguinte, “uma manifestação de resistência relativamente a uma determinada economia da ordem, da contenção, dos filtros normativos que regulam a vida amorosa e sexual” (Pais, 1998: 410).

Estudos como os de Holland et al. (2004 [1998]), de Robinson et al. (2007) ou de Vilar (2000) dão ainda conta da escassez, desconforto e/ou da dificuldade dos/as entrevistados/as em falar sobre sexualidade, especialmente quando estes/as descrevem as suas atividades e experiências sexuais. Neste sentido, como referem Robinson et al. (2007), os/as entrevistados/as podem refrear-se de utilizar termos coloquiais ou de calão, sem a “permissão” (187) do/a entrevistador(a), assim como adaptar/medir a sua linguagem e o seu grau de abertura em relação ao posicionamento social do entrevistador(a) (como a sua idade, género, orientação sexual, nível de escolaridade, classe social, etc.)

Mas como se viu no capítulo anterior, embora a atividade sexual não deva ser vista ou falada pelos indivíduos, esta é “objeto de prescrições, de intervenções e de discursos públicos” (Bozon, 1999: 7). Acresce ainda que, segundo Plummer (1995, 2003), se até recentemente as vidas sexuais dos indivíduos eram remetidas para o silêncio, nas sociedades ocidentais contemporâneas, assiste-se a um aumento massivo das histórias sexuais¹¹⁰, no sentido em há um incentivo a falar-se sobre sexualidade:

¹⁰⁹ Sobre as representações dos/as jovens daquilo que é uma relação sexual falar-se-á no capítulo 5.

¹¹⁰ Plummer (1995) define as histórias sexuais como narrativas da vida íntima, especialmente focadas no erótico, no género e no relacional, que fazem parte dos discursos e ideologias mais alargados da sociedade (tendo muito em comum com outras histórias), e que existem em várias formas: histórias de sexo científicas, histórias de sexo históricas, histórias de sexo ficcionais...

os comportamentos, as identidades, os sonhos, os desejos, os sofrimento, e/ou as fantasias sexuais; sendo que momentos diferentes dão origem a histórias diferentes (p. ex. histórias de puberdade, de casamento, de assumir-se). Nas palavras do autor: “nós tornamo-nos os contadores de histórias sexuais numa sociedade contadora de histórias sexuais” (Plummer, 1995: 5).

Neste sentido, têm vindo a ser realizados vários estudos qualitativos, a nível internacional, no âmbito da sexualidade (ver capítulo 2 e capítulo 5). Também em Portugal, estudos como os de Torres (2002) e de Almeida et al. (2004) prestam atenção a questões como a saúde sexual e reprodutiva, relacionando-os com “práticas e contextos, representações e ideais, falas e saberes” (Almeida et al., 2004: 89), ou o discurso dos/as entrevistados “sobre a forma como decorreram os relacionamentos afetivos e sexuais, as formas de controlo parental na adolescência, o namoro com o conjugue desde o seu período inicial até ao casamento...” (Torres, 2002: 76). Mais recentemente, como referido no capítulo anterior, foram realizadas algumas pesquisas qualitativas sobre sexualidade e jovens no contexto escolar (Fonseca e Santos, 2011; Pais, 2012) e/ou sobre as experiências, representações e práticas da sexualidade em indivíduos (homens e mulheres) em diferentes fases do ciclo de vida (jovens adultos e adultos) (Vieira, 2009; Policarpo, 2010). Acredita-se então que as pessoas estão um pouco mais predispostas em falar sobre sexualidade¹¹¹, especialmente, quando associada a um investimento afetivo, em face da existência de uma forte articulação entre sexualidade e sentimento, nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Acresce ainda que o estatuto “especial” da situação de entrevista, pode permitir a “confissão” ou o “desabafar” deste tema que pode não ser falado com outros/as. Como referem Almeida et al. (2004: 358-359): “a situação de entrevista não surge como qualquer interação social; pelo contrário, é como se suspendesse o quotidiano e criasse um contexto peculiar para uma interação profissional de comunicação entre alguém que pergunta e outra pessoa que responde, no pressuposto de confidencialidade da sua informação”, de modo que “prescindir de abordagens qualitativas em profundidade, de dar a palavra ao ator, a pretexto de uma suposta dificuldade de acesso a representações ou práticas reprodutivas, deixa portanto de colher como argumento”.

Foram então construídos dois guiões de entrevistas: um que visava os jovens heterossexuais e um segundo para os jovens homo e bissexuais¹¹². Embora os guiões sejam iguais na maior parte da sua estrutura, o guião de entrevista relativo aos jovens homo-bissexuais têm algumas perguntas que foram acrescentadas e que estão relacionadas com a vivência da sua orientação sexual numa sociedade caracterizada, sobretudo, pela heteronormatividade (Richardson, 1996; Jackson, 1996). O guião de entrevista desenvolve-se à volta de alguns temas principais, como as representações e práticas relativas ao ser-se jovem/adulto e às condições de transição para a vida adulta, à intimidade, à afetividade e à sexualidade; às redes de socialização e de sociabilidade, como a família, o grupo de

¹¹¹ A pesquisa anterior realizada pela investigadora mostrou uma certa abertura por parte das jovens entrevistadas em falar sobre sexualidade (Marques, 2006).

¹¹² Ver anexo I.

pares e a escola, e à comunicação sobre sexualidade existente nesses contextos; às fontes de informação sobre a sexualidade e práticas e representações relativas à contraceção; e às representações, práticas e expectativas relativas à saída de casa dos pais, à entrada em conjugalidade e à entrada em parentalidade.

A reação dos/as jovens às entrevistas foi na maior parte dos casos boa, embora se tenha sentido algumas dificuldades de acesso a determinados grupos de jovens, como se vai referir mais abaixo. Contudo, os/as jovens falaram da intimidade (das suas experiências, representações e expectativas) de forma diferenciada. E se para alguns/algumas não houve qualquer problema, levando as entrevistas cerca de duas horas de duração e mais, outros/as mostraram-se bastante mais sucintos no modo como falaram, sobretudo quando se tratava das suas vivências e expectativas, mais do que das suas representações sobre os temas abordados.

Para alguns/algumas destes/as jovens, tendencialmente com o 12º ano de escolaridade e menos, como se verá, aliás, no capítulo seguinte, falar de sexualidade é algo difícil e/ou sentido como algo de privado que não deve ser exposto. Houve também temas que foram mais difíceis de falar para os/as jovens, mas também para a entrevistadora. Assim se as questões sobre as representações e as normatividades da sexualidade não apresentaram muita dificuldade no diálogo, outras questões sobre práticas específicas, como a relação sexual, a masturbação, o sexo oral e/ou o sexo anal, foram, por vezes, um pouco mais difíceis de perguntar e de responder, como se pode ver no seguinte exemplo:

“Entrevistadora (E.) – Olha e sobre masturbação, é um assunto que te sentes à vontade em falar?

Se calhar não.

E. – Mas eu vou perguntar na mesma, é uma coisa que tu fazes?

Homem que é homem, né?, por vezes acontece. Eu acho que é normal.

[...]

E. – Então e tu não te sentes à vontade a falar nisso porque motivo?

Nunca tive motivo para falar nisso.”

(António, 23 anos, 9º ano incompleto, pedreiro)

Acresce ainda que, nas entrevistas com os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual, ficou, várias vezes, claro o desconhecimento da entrevistadora sobre as suas práticas sexuais, como se pode ver pelo comentário da Vanessa (29 anos, estudante do ensino superior, operária): *“Aposto que tu não fazes a mínima ideia o que é que duas mulheres fazem, não é?”*.

Para outros/as jovens, contudo, a situação de entrevista surgiu, como se referiu em cima, como uma oportunidade de falar sobre um tema que se sente não poder ser abordado com todas as pessoas, assim como para pensar em assuntos que, frequentemente, não são postos em causa pelos/as jovens: *“Já me fizeste algumas perguntas que eu nunca pensei nelas, e eu respondi aquilo que estava a sentir no momento. [...] Há sempre perguntas que nem nós sabemos responder, mesmo sobre nós próprios, e é sempre bom falar disto, porque assim a gente acaba por se conhecer melhor (Jorge, 23 anos, 12º ano, designer gráfico).*

Para além de mais vários/as jovens referiram a importância de se falar cada vez mais sobre sexualidade de modo a que este seja um assunto em que deixem de existir tabus, que pais e filhos/as possam discutir, de que se possa falar à vontade e sem medos; de forma a fazer circular a informação sobre sexualidade e fazê-la chegar às pessoas para que se possam adquirir conhecimentos, tirar dúvidas e/ou prevenir “problemas” (como a gravidez na adolescência ou as doenças sexualmente transmissíveis); e/ou para satisfazer a curiosidade e trocar experiências. Em qualquer dos casos, o que está aqui em causa é a abertura da comunicação sobre a sexualidade, no sentido da sua normalização e da sua integração no quotidiano dos indivíduos: *“Acho que é importante para abrir um bocado a mentalidade das pessoas, acho que se devia falar mais e com menos inibição”* (Sandra, 26 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego). Esta importância atribuída à comunicação sobre sexualidade, foi, aliás, a justificação dada por alguns/algumas jovens para participar na entrevista, mesmo quando estes/as não gostam de falar sobre o assunto: *“Não faz parte de mim [...] estar a falar, principalmente com uma pessoa estranha, sobre isto. Mas acredito que estou a contribuir para qualquer coisa, por isso é que vim. Acho um assunto um bocado constrangedor. [...] Custa-me falar disso”* (Rodrigo, 23 anos, 12º ano, operário qualificado).

Já em relação ao decorrer da entrevista e ao tipo de questões colocadas, a maior parte dos/as jovens consideraram terem sido interessantes, apesar de terem existido algumas críticas, sobretudo, em face ao tamanho/duração da entrevista, considerado(s)/a(s) como demasiado extenso(s)/a(s), àquilo que alguns/algumas jovens consideraram ser a repetitividade de certas questões, e/ou a dificuldade que alguns/algumas sentiram em responder a determinadas questões. Mas veja-se agora quem são os/as jovens entrevistados/as¹¹³.

3.3.2. Os/as jovens entrevistados/as

Foram então realizadas 60¹¹⁴ entrevistas a jovens adultos, cujas idades variavam, à altura da entrevista, entre os 18 e os 29 anos, sendo que a maioria deles/as tinha mais de 20 anos (28 jovens

¹¹³ Ver anexo II para um quadro síntese das posições sociais dos/as entrevistados/as

¹¹⁴ Geralmente a pesquisa qualitativa e, nomeadamente, a utilização da técnica de entrevistas, implica o conceito de ponto de saturação (Bertaux e Bertaux-Wiame (1981, in Mason, 2009 [2002]), ou seja o ponto em que se percebe que se tem uma imagem daquilo que se passa e que se pode gerar uma explicação apropriada para isso. Será então importante perceber se o número de entrevistados/as escolhidos/as providenciam acesso suficiente aos dados que permitem responder às questões de partida. Ora, no caso deste trabalho considera-se que em termos de jovens entrevistados/as heterossexuais com o ensino secundário e mais se atingiu este ponto de saturação, mas o mesmo não se pode dizer dos/as entrevistados com um nível de escolaridade igual ou inferior ao 9º ano de escolaridade e aos/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual. Isto deveu-se a um conjunto de fatores. Assim, estes/as foram jovens de mais difícil acesso para a entrevistadora, em face: à sua posição social e à sua rede de relações; à tendência para o aumento da escolaridade dos/as jovens em geral, embora ainda hajam bastantes desigualdades em relação ao sistema de ensino; ao facto de os/as jovens com uma orientação sexual não orientação sexual poderem estar mais fechados perante estranhos, em face do domínio da heterossexualidade e da existência de homofobia na sociedade; e/ou aos constrangimentos pessoais e de tempo sofridos pela entrevistadora que levaram ao fim da procura de mais jovens com estas características. No entanto,

tinham entre os 18 e os 23 anos, e 33 jovens tinham entre os 24 e os 29 anos). Estes/as jovens eram todos/as portugueses/as ou filhos/as de emigrantes portugueses, não havendo, portanto, diversidade étnica¹¹⁵. Dos/as jovens entrevistados/as, 30 eram homens e 30 eram mulheres, dos quais 25 homens eram heterossexuais, 4 eram homossexuais e um era bissexual. No caso das jovens mulheres, 25 eram heterossexuais, 4 eram lésbicas e uma era bissexual. Procurou-se entrevistar jovens que estivessem numa relação amorosa e jovens que estivessem sem parceiro/a, embora os/as jovens envolvidos/as numa relação amorosa (23 jovens com namorados/as e 12 jovens a viver em conjugalidade) sejam um pouco mais dos/as que estão sem parceiros/as (25 jovens). No entanto, a maioria dos/as jovens não entrou ainda em conjugalidade ou em parentalidade, sendo que apenas uma minoria tem filhos (6 entrevistados, 5 mulheres e um homem) e/ou vivia em conjugalidade (11 coabitavam e uma era casada).

Procurou-se ainda diversificar o nível de escolaridade dos/as entrevistados/as. Obteve-se assim: 9 jovens com frequência até ao 9º ano de escolaridade; 23 jovens com a frequência do ensino secundário (entre o 10º e o 12º ano de escolaridade); 14 jovens a frequentar o ensino superior; e 14 jovens já licenciados. Em termos de situação perante o trabalho, 12 jovens eram estudantes, 4 estavam desempregados/as, 3 estavam à procura do primeiro emprego, 32 trabalhavam, e 9 eram trabalhadores/as estudantes. Tendo em conta que 18 dos/as jovens não se encontravam a trabalhar (ou porque estavam desempregados, à procura de emprego ou a estudar), pode dizer-se que os/as jovens inseridos/as no mercado de trabalho eram sobretudo empregados/as executantes (22), existindo ainda jovens operários (7), jovens profissionais técnicos e de enquadramento (8), e um pequeno grupo de jovens trabalhadores/as independentes (4, dos quais 2 são proprietários de negócios e 2 têm trabalhos relacionados com as artes)¹¹⁶. Para alguns/algumas destes/as jovens, especialmente para algumas das jovens mulheres, há uma descoincidência entre as qualificações escolares e a sua situação perante o trabalho e/ou o tipo de profissão que têm. Assim, várias das jovens com o ensino superior estavam à altura desempregadas, com dificuldade em conseguir um primeiro emprego que correspondesse, de alguma maneira, ao curso frequentado e/ou aos seus objetivos, ou encontravam-se “sub-empregadas”, em trabalhos menos qualificados, por exemplo, como empregadas de balcão ou de loja. Ora, de acordo com Costa (2012: 84), “o segmento social que mais tem sido afetado pelas dinâmicas recentes do mercado de trabalho é o dos/as jovens adultos/as, os/as quais experimentam crescentes dificuldades de emprego, com os consequentes riscos de carência de rendimentos – embora a situação

considera-se importante ter-se conseguido diversificar um pouco os/as jovens entrevistados/as em termos do seu posicionamento social.

¹¹⁵ Na região de Leiria, até recentemente existia muito pouca diversidade étnica, havendo alguns indivíduos de etnia cigana e alguns retornados das ex-colónias portuguesas, que podem ser brancos, mestiços, ou negros. Nos últimos anos assistiu-se a um aumento do número de brasileiros/as na região, assim como ao surgimento de imigrantes provenientes dos países de leste europeu, e de indivíduos de origem asiática, dando assim conta do aumento da diversidade étnica. Contudo esta está longe da diversidade étnica existente nas maiores cidades do país, sobretudo em Lisboa. O facto de se não se ter procurado indivíduos autoidentificados com outras etnicidades foi também propositado, na medida em que seria um fator complexificador da análise.

¹¹⁶ Utiliza-se aqui a tipologia ACM (ver, por exemplo, Almeida, 2013; e Costa, 2012)

seja muito variável, consoante os países, as origens sociais, os níveis de escolaridade e os apoios do Estado”. Os/as jovens encontram-se assim num contexto em que existem: elevados níveis de desemprego e precariedade laboral; maior necessidade de formação ao mesmo tempo que há a perceção de que uma licenciatura já não garante, por si só, o acesso a um estatuto social mais alto; custos elevados de autonomia residencial; e/ou a possibilidade de processos de estagnação de mobilidade ou de mobilidade descendente (Costa, 2012). Ainda assim, de acordo com vários autores (Almeida, 2013; Costa, 2012; Galland, 2011; Furlong e Cartmel, 2007), a frequência do ensino superior continua a ser uma garantia de acesso a uma ocupação profissional e/ou a rendimentos mais elevados¹¹⁷.

Já os pais dos/das jovens, quanto à sua profissão tendiam a ser, sobretudo, empregados/as executantes e/ou operários, assim como profissionais técnicos e de enquadramento. Existiam ainda um conjunto menor de pais que eram empresários, dirigentes ou profissionais liberais, e trabalhadores independentes. Contudo, esta imagem é complexificada pela situação perante a profissão e o tipo de trabalho do pai e da mãe, e pelo falecimento ou afastamento de um dos pais (geralmente o pai). Não se indo entrar aqui em pormenor, apresentam-se estes dados apenas para referir que, tendencialmente, os/as jovens com pais com profissões mais qualificadas tendiam a ser os/as que tinham um maior nível de escolaridade, enquanto que, no sentido inverso, os jovens com os pais com profissões mais desqualificadas eram os que tendiam a ter um menor nível de escolaridade e a exercer profissões menos qualificadas, como operários ou como empregados/as executantes. Contudo, é visível o caso de alguns jovens, com pais em profissões mais desqualificadas, que fizeram um investimento nos estudos e que frequentaram e/ou frequentam o ensino superior (tendo ou não finalizado os estudos). Existem também casos, embora estes sejam minoritários, de casos em que os pais dos/das jovens tinham profissões mais qualificadas, mas em que os/as jovens trabalhavam em profissões mais desqualificadas e/ou que “optaram” por não continuar a estudar e/ou entrar na faculdade. Ou seja, parece, assim, existir, entre os/as jovens, evidências de transmissão social geracional, de mobilidade social ascendente e, num menor número de casos, de mobilidade social descendente.

A nível religioso dividiu-se, inicialmente, os/as jovens em 4 grupos, a partir dos seus auto-posicionamentos perante a religião, das suas crenças e das suas práticas religiosas, passadas e presentes: jovens católicos praticantes (3 rapazes e uma rapariga, com o ensino secundário e superior; heterossexuais); jovens católicos não praticantes com forte socialização religiosa e/ou católicos praticantes de forma irregular – ex-catequistas, ida à catequese e/ou à missa, e/ou forte fé pessoal (12 jovens, 8 raparigas e 6 rapazes, heterossexuais e homossexuais, todos os níveis de escolaridade); jovens católicos não praticantes/cristãos (a grande maioria; 18 raparigas e 14 rapazes; todos os níveis

¹¹⁷ Sobre a continuada importância da frequência do ensino superior e dos conhecimentos e competências adquiridos neste, assim como sobre a persistência do acesso desigual à educação, apesar de existirem atualmente processos de alargamento e de prolongamento da escolaridade, ver, entre outros, Almeida (2013), Costa (2012), Galland (2011) e Furlong e Cartmel (2007).

de escolaridade; heterossexuais e homossexuais); e jovens que se consideram ateus ou agnósticos (12 jovens, dos/as quais 3 jovens mulheres com ensino secundário e superior, e 9 jovens homens tendencialmente com o ensino secundário ou mais; jovens heterossexuais, homossexuais e bissexuais). Por uma questão de simplificação e também pelo pequeno número de jovens que se autoidentificou como católico praticante resolveu-se reorganizar os/as jovens em: mais religiosos/as (católicos/as praticantes e não praticantes com uma forte socialização religiosa), católicos não praticantes (católicos não praticantes e cristãos) e não religiosos (ateus e agnósticos). É ainda de sublinhar que, independentemente da sua posição perante a religião, vários/as jovens referiram que foram educados como católicos/as pelos pais, podendo mesmo ter ido à catequese, mas que depois se tornaram católicos não praticantes, com uma crença individualizada ou com pouca crença, ou mesmo ateus. Para além disso, a crença em algo superior tendia a ser independente da prática religiosa (por exemplo expressa na ida à missa) ou da crença na instituição igreja. Foram assim vários/as os/as jovens católicos/as não praticantes, com forte socialização religiosa ou não, que referiram acreditar em Deus. Aliás, foram poucos/as os/as jovens que se assumiram como católicos/as que referiram que a religião não tinha qualquer importância na sua vida. A importância que a religião assume na vida destes/as jovens está, geralmente, associada a períodos de maior dificuldade nas suas vidas, em que a crença em Deus se torna um refúgio, um porto de abrigo, uma força para ultrapassar situações, podendo ser uma fonte de paz e tranquilidade.

A maioria dos jovens era natural da região de Leiria e residente nesta, no entanto existiam também jovens naturais de outros concelhos ou de outros países, visto serem filhos/as de emigrantes portugueses, que por vários motivos, como o trabalhar ou o vir estudar no ensino superior, se deslocaram para esta região; uma minoria de entrevistados/as sendo da região de Leiria e passando parte dos fins de semana e férias nesta região, em casa dos pais/familiares, encontrava-se a estudar e/ou a trabalhar noutros sítios do país.

As entrevistas foram, então, realizadas na região de Leiria¹¹⁸. Leiria é uma pequena cidade, capital de distrito, no litoral centro de Portugal, tendo como principais atividades económicas a indústria (composta maioritariamente por pequenas e médias empresas, por exemplo, do sector dos plásticos) e o comércio. A região de Leiria foi considerada como sendo caracterizada como uma malha urbana-industrial complexa, devido à difusão das suas unidades fabris, com “um vasto espaço, social e economicamente muito dinâmico” (Lourenço, 1991), derivado à melhoria das vias de comunicação,

¹¹⁸ Por região de Leiria entenda-se aqui o distrito de Leiria e o concelho de Ourém. Apesar de existirem “vários mapas para a mesma região” (Vieira, 2004), que tanto incluem como excluem alguns das zonas pertencentes ao distrito de Leiria, assim como o concelho de Ourém, optou-se, por motivos práticos (em termos de mapa político definido da região) utilizar a dimensão correspondente ao distrito de Leiria, acrescentando o concelho de Ourém, por uma questão de identificação identitária dos indivíduos residentes neste concelho, e da própria investigadora, na medida em que há uma crescente identificação entre Leiria-cidade e Ourém/Fátima, assim como o aumento dos fluxos económicos e socioculturais entre as duas zonas. Contudo, embora se tenha aberto espaço regional de pesquisa, também por motivos práticos (de deslocação e de redes de conhecimento) procurou-se, mais ativamente, entrevistados/as no concelho da Marinha Grande e de Leiria.

com o conseqüente alargamento das áreas de acessibilidade. No contínuo urbano da região centro litoral (Silvano, 2001), no qual se inclui a região de Leiria, encontram-se várias aldeias urbanizadas, ou seja, aldeias industrializadas (Rémy e Voyé, 1992, in Filomena Silvano, 2001), transformadas em espaços dependentes do exterior (nomeadamente das cidades mais próximas), e que permitem novos estilos de vida, que passam por uma mobilidade quotidiana que coloca os seus habitantes em relação constante com o exterior. Acresce ainda que, de acordo com Torres et al. (2008), a região de Leiria tende a situar-se num meio-termo entre o Porto e Lisboa em termos religiosidade e de concentração de casamentos católicos, de taxas de nascimentos e de casamento (maiores na zona norte e menores em Lisboa), de taxas de divórcio (mais elevadas na zona de Lisboa do que do Porto) e representações e práticas sobre/da vida familiar (com tendência a serem mais tradicionais na região do Porto e mais liberais na região de Lisboa, embora o nível de escolaridade e a profissão dos indivíduos tenham aqui bastante influência com os mais qualificados a terem práticas e representações tendencialmente mais liberais do que os menos qualificados). Mais recentemente os dados das estatísticas anuais referentes à região Centro (INE, 2013)¹¹⁹, nomeadamente os dados para a zona do Pinhal Litoral¹²⁰, dão conta de como de como a taxa bruta de divórcio se aproximou do total do país (sendo de 2,5‰), os nascimentos fora do casamento são um pouco menores do que a média nacional (sendo de 42,8% para Portugal e de 40% para a zona do Pinhal litoral) e a proporção de casamentos católicos se mantém mais elevada do que a média nacional (sendo 39,5% para Portugal e 46,9% para a zona do Pinhal Litoral). O que estes dados parecem indicar é a coexistência na região de Leiria de traços “mais modernos” com “traços mais tradicionais”, o que faz desta uma região especialmente interessante de analisar.

O contacto inicial com os/as entrevistados/as foi feito essencialmente através de dois meios: procurou-se a ajuda de centros de saúde e do instituto português da juventude, onde existiam consultas de planeamento familiar e sexual para jovens, e onde eu própria e/ou a médica explicava o propósito deste trabalho; e utilizou-se a técnica da bola de neve, através de contactos com pessoas conhecidas, que indicavam possíveis entrevistados/as (duas dessas pessoas eram proprietárias de bares, o que explica, em parte, o facto de algumas entrevistas terem sido realizadas nos bares dos mesmos), e através dos/as jovens já entrevistados, que indicavam pessoas conhecidas que poderiam estar dispostas a realizar a entrevista. As entrevistas foram realizadas face a face, em locais escolhidos pelos/as entrevistados/as; sendo, na sua maioria, locais públicos, como cafés ou bares. Foram dadas garantias de confidencialidade aos/às entrevistados, pelo que os nomes que aparecem ao longo do texto são falsos. A duração das entrevistas variou entre os 50 minutos e as 4 horas, sendo que a

¹¹⁹ Consultado em 10 de Outubro de 2013

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=150036492&PUBLICACOESmodo=2

¹²⁰ Embora a zona do Pinhal Litoral (Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós) não englobe todos os concelhos da região de Leiria, optou-se por este indicador por motivos de simplificação, na medida em que engloba os concelhos em que mais jovens entrevistados/as residiam ou de que eram oriundos: Leiria e Marinha Grande.

maioria das entrevistas demorou entre uma hora e meia e duas horas. Estas foram gravadas, tendo sido parcialmente transcritas pela autora. Parte das entrevistas foram entregues para transcrição, por colegas pagos para o efeito, tendo sido totalmente revistas, pela autora, no final.

3.3.3. A relação da entrevistadora com os/as jovens entrevistados/as e a situação social de entrevista

Ora, como referem Almeida e Pinto (1986), os processos de recolha de informação são eles próprios processos sociais, em que se colocam questões epistemológicas sobre a relação entre observador e observado. Os discursos produzidos na situação de entrevista não pré-existem a esta, sendo produzidos durante o processo, como resposta a uma pergunta difusa, numa situação dual, em que entrevistado e entrevistador co-constroem o discurso a cada instante. Deste modo, o discurso é produzido, em função da situação, do/a interlocutor(a), do/a entrevistado/a, produzindo uma estrutura profunda, suscetível de ser analisada (Almeida e Pinto, 1986). Por conseguinte, o/a investigador(a) constrói ativamente o conhecimento, a partir de determinados princípios e da utilização de métodos específicos que derivam destes princípios ou que expressam a sua posição epistemológica (Mason, 2009 [2002]). É assim que, e tendo em consideração que a “realidade” é sempre filtrada por determinado(s) ponto(s) de vista do/a observador(a) (Velho, 1987), vários/as autores/as chamam a atenção para a importância da relação entre entrevistador(a) e entrevistado/a ou entre observador(a) e observado/a (Almeida e Pinto, 1986; Arendell, 1997; Blanchet, 1987; Devereux, 1980; Kauffmam, 2007; Mason, 2009 [2002]; Robinson et al., 2007), no contexto da entrevista, na medida em que esta situação social vai ter consequências nos dados daí resultantes. A situação social da entrevista é, então, constituída por um conjunto de características económicas, sociais, culturais, profissionais, de idade, de género, entre outras, dos/as interlocutores/as (Blanchet, 1987).

Neste sentido, Robinson et al. (2007), especificamente para o estudo da sexualidade, defendem que é preciso tomar em atenção o modo como a relação entre entrevistador(a) e entrevistado/a contribui para a produção do conhecimento e como esta situação influencia os conceitos e práticas que constituem os entendimentos/concepções quotidianas da sexualidade. Na medida em que a entrevista de pesquisa é uma situação social, em que tanto o/a entrevistador(a) como o/a entrevistado/a participam como seres sociais, cada um traz as suas identidades, experiências e pressupostos implícitos sobre o/a outro/a, o que os/as ajuda a negociar e interpretar o seu encontro social. Os dados produzidos na situação de entrevista são, assim, produzidos socialmente. Ademais, a experiência sexual dos indivíduos é filtrada pelas “lentes da memória”, mas também “pelos muitos encontros narrativos – entre parceiros/as sexuais, no seio do grupo de pares do mesmo género – que representam o contexto alargado dentro do qual a interação entre entrevistador(a) e entrevistado/a tem lugar” (Robinson et al., 2007: 192). As autoras argumentam assim, que, na situação de entrevista, em que semelhanças e diferenças entre entrevistador(a) e entrevistado(a) são continuamente negociadas, os

dados produzidos sobre sexualidade devem ser percebidos como o resultado de uma série de entendimentos que refletem as identidades sociais dos/as participantes envolvidos/as nesta, e não como um corpo transparente de informação descritiva e de reflexão. Por seu turno, as memórias dos/as entrevistados/as sobre os seus encontros sexuais, na situação de entrevista, podem ser vistas como o resultado de um série de negociações que constituem a sua biografia. Durante a entrevista, os/as entrevistados/as estabelecem um modo de apresentar as suas narrativas ao/à investigador(a), que por sua vez procura também a melhor forma de enquadrar as suas questões. Deste modo, tanto as memórias e as histórias como o modo como se questiona e se escuta representam uma extensão das biografias de entrevistados/as e entrevistadores/as, assim como uma intervenção nestas; surgindo como um especto das trajetórias do curso da vida destes indivíduos. Acresce ainda que os dados da entrevista não são apenas um aspeto da história do/a entrevistado/a, mas também um trabalho reconstrução que aponta tanto para o futuro como para o passado (Robinson et al., 2007).

1.3.3.a) Uma mulher a entrevistar homens

Eu própria realizei as entrevistas, entre 2008 e 2009, o que sendo uma jovem adulta, na altura, com 30 anos, pode ter facilitado o contacto e a comunicação com alguns/algumas jovens (especialmente com os/as mais velhos/as). Acresce ainda que o facto de ter nascido, crescido e vivido em Leiria, a maior parte da minha vida, ajudou a identificar vários espaços e/ou situações referidas pelos/as jovens. No entanto, o facto de ser uma entrevistadora mulher a realizar as entrevistas aos jovens homens pode levantar questões quanto à fiabilidade das respostas. Embora se possa defender que as diferenças de género possam provocar efeitos de constrangimento, retrações ou ocultações (Torres, 2002), considerou-se que o facto de ser eu mesma a realizar as entrevistas poderia trazer também algumas vantagens, quer ao nível prático, como a diminuição das despesas ou a dificuldade em arranjar um colega que se deslocasse a Leiria para realizar as entrevistas, quer a nível metodológico, o facto de eu ser mulher poderia levar os jovens a falar mais abertamente dos seus sentimentos. Tem-se, no entanto, a consciência que existe a possibilidade dos jovens homens entrevistados terem tentado apresentar o que se pode chamar de uma masculinidade “adequada”, no sentido em que podem ter omitido determinadas práticas que podem ser consideradas pelas mulheres como negativas (como o envolvimento em várias relações esporádicas, simultâneas ou não) ou representações (como o considerar as mulheres como prostitutas quando têm comportamentos que estes podem considerar menos adequados), e valorizado outras questões, como a importância atribuída aos aspetos relacionais da sexualidade.

Esta posição enquanto insider ou outsider tem sido discutida na literatura sociológica. Assim, por exemplo, Merton (1972 [1996]) dá conta dos conflitos existentes entre posições que defendem uma doutrina de dentro (insider), em que o conhecimento deve ser adquirido por investigadores/as que pertençam ao meio estudado, de modo a poderem compreender o objeto de estudo e a obter um conhecimento válido (por exemplo apenas uma mulher poderia estudar temas relativos a outras

mulheres); e posições que defendem uma doutrina de fora (outsider), em que é postulado o inverso, ou seja, que apenas um(a) investigador(a) proveniente de fora do círculo do objeto de estudo poderia obter conhecimento legítimo sobre este. No entanto, o autor defende que “quando as perspetivas de cada grupo são levadas suficientemente a sério para serem examinadas, ao invés de serem rejeitadas, podem desenvolver-se trocas entre forças e fraquezas distintas das perspetivas de dentro e de fora que aumentam as oportunidades para um entendimento claro e relevante da vida social” (Merton, 1972 [1996]: 263). No caso deste trabalho seria então uma questão de procurar mostrar quais as fraquezas e os pontos fortes de ser uma mulher a entrevistar homens. Já para Blanchet (1987), são as relações de poder existentes na sociedade, que transportas para a situação de entrevista criam problemas, polémicas e dificuldades.

Ora, de acordo com Deveraux (1980), pelo facto de este considerar, como se viu em cima, uma entrevista sobre sexualidade como uma relação sexual, quando os/as informantes são heterossexuais, o/a informante dará uma informação mais pluridimensional a um investigador do género oposto. Assim, o género do investigador tem um papel essencial na observação, podendo facilitar ou dificultar o acesso a determinados objetos de estudo. Por seu turno, Arendell (1997) dá conta de como os homens que entrevistou foram abertos no contar das suas experiências e sentimentos, de forma mais aprofundada e emocional porque ela própria (a entrevistadora) era uma mulher. E apesar de alguns receios iniciais de que estes homens entrevistados fossem sensíveis a questão do género, como o sexismo, procurando não expressar tais sentimentos, mesmo que estes os sentissem, a maior parte deles não mostrou, segundo a autora quaisquer remorsos em fazê-lo, de modo que a desvalorização e o denegrir das mulheres, durante a situação de entrevista, foram extensos. Vários homens procuraram enviar mensagens de domínio (insinuando-se à investigadora, por exemplo através do toque e de comentários pessoais) e reassegurar a hierarquia de género convencional nas suas narrativas. Assim, neste contexto, as normas da situação de entrevista, em que o/a entrevistador/a está, geralmente, numa relação de poder em relação ao/à entrevistado/a, não se sobrepuseram às hierarquias de género existentes na sociedade, no sentido em que o trabalho de género esteve sempre omnipresente (Arendell, 1997). Também Robinson et al. (2007) dão conta de como os jovens homens, que entrevistaram no seu estudo, falaram de forma explícita com uma entrevistadora mulher. Acresce ainda que, as autoras referem que uma identificação de género partilhada foi insuficiente para assegurar a cooperação dos/as entrevistados/as.

Para além do referido acima, em termos de possibilidade de uma maior sentimentalização e de um menor recurso a estereótipos de género por parte dos/as jovens homens, no caso deste trabalho pode acrescentar-se ainda que as dificuldades a aceder aos/às entrevistados/as e a extensão da duração das entrevistas não estiveram relacionadas com questões de género, mas sobretudo com o nível de escolaridade dos/as entrevistados, como se referiu em cima. Ademais, perguntou-se a alguns dos jovens entrevistados se preferiam ter sido entrevistados por alguém do mesmo género. O feedback destes jovens foi diversificado: assim se alguns jovens homens referem que é mais fácil falar com

outros homens ou que poderiam utilizar mais o calção, mas que o conteúdo seria semelhante: “É-me igual, é-me indiferente. [...] Se fosse um rapaz [...] dizia a mesma coisa só que se calhar com mais caralhada. Assim mais a levar as coisas mesmo para a brincadeira, estás a entender? Não era assim tão a sério.” (José, 19 anos, 8º ano, impermeabilizador); outros jovens homens referiram que preferem falar com uma rapariga: “Não sei, se calhar com um rapaz ainda era pior. É mais fácil falar se calhar com uma rapariga que com um rapaz.” (Guilherme, 25 anos, 12º ano, administrativo); enquanto outros disseram que não se importaram de falar comigo.

Passa-se de seguida à análise das entrevistas.

4. Crescendo em contextos relacionais e individualizados: os contextos de aprendizagem e de construção da intimidade

Como se viu no primeiro capítulo, as sociedades ocidentais contemporâneas passaram por uma série de transformações sociais que tiveram implicações nos modos de viver a vida familiar, a sexualidade e as relações de género, entre outras questões. Para além de processos de pluralização, democratização, privatização, secularização, sentimentalização e individualização da vida familiar (Aboim, 2006; Singly, 1996; Torres et al., 2006; Weeks, 1998, 2007), assiste-se a uma maior equalização das relações de género e uma valorização da horizontalidade das relações (Galland, 2011), não só entre homens e mulheres, como entre pais e filhos, professores e alunos e/ou no grupo de pares, que apontam para a idealização da amizade, da relação pura (Giddens, 1996) e/ou da intimidade revelada (Jamieson, 2005 [1998]) como modelos a seguir, mesmo que no plano concreto das práticas tal possa não acontecer (Jamieson, 2005 [1998]; Nardi, 1992; 2007).

Os/as jovens acabam por fazer os seus percursos para a vida adulta (Guerreiro e Abrantes, 2004), num contexto diferente dos existentes no passado (Therborn, 2004), onde tende a existir uma maior individualização, pluralidade de escolhas de vida, flexibilização e tolerância, apesar de existirem permanências em relação ao passado e linhas de continuidade geracionais (Beck e Beck-Gernesheim, 2001; Elias, 2004 [1987]; Ferreira, 2003, 2006; Furlong e Carmel, 2007; Inglehart, 2005, 2008; Inglehart e Norris, 2003; Jamieson, 2005 [1998]; Nico, 2010; Torres e Lapa, 2010). É, neste sentido, que Bozon (2004; 2005 [2002]) e Weeks (2006 [1986], 2007) argumentam que existiu uma diminuição dos controles externos, com o declínio da autoridade moral das instituições (nomeadamente da família, da comunidade e da religião), ao mesmo tempo que aumenta a influência do grupo de pares e dos/as amigos/as, que passam a constituir, como se irá ver mais à frente, um aspeto central da vida do/as jovens (Galland, 2011; Lees, 1993; Nardi, 1992, 2007; Pais, 1993, 1996 a); Weeks, 1995, 2007).

Paralelamente, de acordo com Singly (1996), o novo objetivo da educação dos pais passa a ser ajudar a revelar a identidade escondida da criança e a reconhecer as verdadeiras necessidades desta, de modo que a criança deve ser orientada para se exprimir num domínio que lhe permita desenvolver um eu positivo. Contudo, como referem Jamieson (2005 [1998]) e Kellerhals e Montadon (1991), entre outros/as, os processos de socialização continuam, mesmo nos contextos de “pós-modernidade”, muito dependentes da situação de classe dos pais. Os vários projetos de posicionamento social desdobram-se em projectos de personalidade diferentes, com diferentes modelos educativos e diferentes modelos de relacionamento com outros agentes de socialização (Kellerhals e Montadon, 1991).

Acresce ainda que, as transformações relacionadas com os percursos de vida das mulheres mudam os contextos em que em que estas crescem, ao mesmo tempo que ocorrem mudanças naquilo que é

ser-se jovem e nos percursos feitos para a idade adulta (Saraceno, 1987 in Saraceno 1997). Para as jovens mulheres tende a existir uma perda de influência dos valores relacionados com a honra-vergonha e, portanto, uma maior libertação das normas tradicionais (Saraceno, 1997; Silva, 2003; Pais, 1996a, 1996b)¹²¹. Os/as jovens passam então a ter uma maior facilidade e condescendência no acesso às relações sexuais antes de uma possível entrada em conjugalidade, embora algumas formas de autonomia e comportamentos sejam mais fáceis para os jovens homens do que para as jovens mulheres (Saraceno, 1997; Pais, 1993). Contudo, as modificações nas possibilidades de alguns comportamentos e formas de autonomia, como o sair com os/as amigos/as, o passar férias sozinho/as, ou ter relações sexuais sem ter um relacionamento amoroso, quando se é considerado demasiado jovem, a vivência em conjugalidade ou por conta própria, são ainda mais problemáticas para as raparigas do que para os rapazes (Saraceno, 1997). Anda assim, as experiências das jovens mulheres apresentam uma certa rutura (tendencialmente maior do que no caso dos rapazes), com as experiências das suas mães e, sobretudo, das suas avós (Aboim et al., 2011; Saraceno, 1997).

Neste capítulo vai então refletir-se um pouco sobre alguns dos contextos em que os/as jovens se movem: a família, a escola, os/as amigos, as “novas” tecnologias da informação e os/as parceiro/as; procurar perceber-se qual a importância de algumas destas instâncias para as suas trajetórias de vida; e, mais especificamente, tentar analisar como estes contextos se articulam com a aprendizagem, comunicação e/ou as experiências da/sobre a sexualidade dos/as jovens, considerando que, como referido por West (1999), falar ou não falar sobre sexualidade está fortemente articulado com os contextos em que essa conversa é possível, os assuntos sobre os quais é mais fácil falar e as relações sociais que os/as jovens têm, especialmente com os adultos.

4.1. Família: importância; controlo dos lazeres, sociabilidades e namoros; e comunicação sobre sexualidade.

Ao contrário do que os discursos da “crise” fazem transparecer, o resultado de várias pesquisas, quer de âmbito mais quantitativo (Galland, 2011; Torres et al., 2006; Torres e Lapa, 2010), quer de âmbito mais qualitativo (Aapola et al., 2005; Pappámikail, 2004, 2009 Henderson et al., 2007; Turtiainen et al., 2007) têm vindo a mostrar como a família tende a ser uma dimensão importante na vida dos indivíduos, em geral, e, na vida dos/das jovens, em particular. Estes/as tendem a dar conta de uma profunda ligação à família (Galland, 2011), sendo que esta tende a ser, para os/as jovens, e nos diferentes países europeus, uma esfera prioritária das suas vidas (Torres e Lapa, 2010), onde as

¹²¹ Segundo Silva (2003), o facto de as jovens mulheres usufruírem de um salário permite-lhes uma margem de ação fora do controlo dos pais e/ou da família com quem vivem, como algumas saídas, nomeadamente saídas noturnas (para festas, bares ou discotecas), sobretudo, aos fins de semana, para aldeias e cidades próximas; e/ou a possibilidade de namorarem de forma mais liberta. Acresce ainda que, segundo o autor (Silva, 2003), a separação de espaços e/ou eventos deixa de ser, em várias ocasiões, tão persistente como era no passado; sendo que elementos de ambos os sexos começam a assumir papéis que eram usualmente atribuídos ao sexo oposto.

relações tendem a ser intensas (Galland, 2011) e emocionalmente significativas (Arnett, 2004). O que muda, como se referiu no capítulo I, são as representações e os modos como se vive a família. Com as transformações ocorridas no domínio da vida íntima, família é estabelecida como um lugar de afirmação e manutenção da liberdade individual e espaço de realização afetiva (Torres e Lapa, 2010).

Neste subcapítulo vai procurar perceber-se qual a importância e o significado da família para os/as jovens adultos, em que medida os/as jovens consideram que os seus pais ou familiares com quem vivem interferem nos seus lazeres, sociabilidades e relacionamentos sexuais amorosos, e que conversas sobre sexualidade existem (ou não) no seio da família.

4.1.1. Família: significado e importância

Distanciando-se, assim, de perspetivas mais tradicionais e institucionais, a valorização da família remete, atualmente, sobretudo, para os seus aspetos mais expressivos, sublinhando-se a importância da afetividade (Galland, 2011; Henderson et al., 2007; Pappámikail, 2004; Torres e Lapa, 2010; Turtiainen et al., 2007), da reciprocidade intergeracional (Galland, 2011), assente no apoio que os pais dão aos/às filhos/as, tanto a nível emocional como material (Galland, 2011; Pappámikail, 2004), e da sua representação como instância socializadora e como “porto de abrigo” (Pappámikail, 2004). Esta tende a providenciar aos jovens um sentido de continuidade, estabilidade, conforto, bem-estar, harmonia e segurança (Henderson et al., 2007; Pappámikail, 2004; Turtiainen et al., 2007), onde é possível escapar ao mundo exterior e/ou exprimir um verdadeiro sentido do eu (Henderson et al., 2007).

Também no caso dos/as jovens entrevistados/as, a família é, na maior parte dos casos, considerada como importante. O valor que lhe é atribuído advém, sobretudo, desta ser, geralmente, considerada como uma fonte de apoio, seja ele material ou afetivo, de confiança e de proteção. Nas palavras do João (24 anos, estudante do ensino superior, empregado de loja): *“A família? [...] são as pessoas que aconteça o que acontecer na nossa vida são pessoas sempre presentes, são pessoas que estão lá sempre para nos apoiar nos momentos bons, nos momentos maus”*. Para alguns/algumas jovens, a família é, mesmo, considerada como uma “base” ou um “pilar” nas suas vidas. Sublinha-se, sobretudo, a sua importância como fonte de socialização e de transmissão de valores: os pais e/ou outros familiares que têm os/as jovens a seu cargo são as pessoas que dão educação, que aconselham, e que orientam; assim como a sua função afetiva, como fonte de carinho e afeto. Por fim, pode considerar-se a família como central na criação e estabilização da identidade pessoal, na medida em que esta é sentida como criadora de bem-estar e de estabilidade, como refere o Jorge (23 anos, 12º ano, designer gráfico, sem namorado): *“a família é uma das melhores coisas que nós temos, é... faz-te sentir bem, e faz-te sentir acolhido, faz-te sentir o teu ninho”*, tendo um conhecimento profundo do indivíduo, que lhe permite ser verdadeiro com estes outros significativos, e um papel essencial no crescimento dos indivíduos. Neste sentido, até mesmo as advertências da família relativamente aos/às

jovens podem ser, reflexivamente, sentidas como positivas e consideradas como algo que vem para o bem do indivíduo¹²².

No caso dos/as jovens que se identificam como não heterossexuais, o apoio dos pais (ou a percepção de que estes apoiariam o indivíduo) na assunção da sua orientação sexual, é considerado como um aspeto importante de todo esse processo. Contudo estes/as jovens tendem a conhecer uma certa diversidade de reações por parte de pais, perante o assumir de uma orientação sexual não heterossexual, que vão, como mostra o Eurico, desde a sua aceitação à sua exclusão da rede de relações familiares, o que torna esta questão especialmente problemática para muito deles, sobretudo, quando a família tende a ocupar um lugar tão essencial na vida destes/as jovens.

“Acho que a família é muito importante mesmo. [...] Para o crescimento da pessoa, para o filho neste caso, acho que é tudo. Se uma pessoa tiver o apoio da família a vida vai ser bem mais fácil, bem mais fácil. Por exemplo, ao contrário daqueles que a família que descobrem e que reagem pessimamente mal. [...]. Tanto conheço pessoal que tiveram 6 meses que os pais nem sequer falavam para eles, tenho uns que puseram fora de casa, tenho outros que os melhores amigos tornaram-se os pais.” (Eurico, 25 anos, estudante do ensino superior)

No entanto, para alguns/algumas jovens, embora estes/as constituam uma minoria, a família de origem, nomeadamente, o pai e/ou a mãe, ao invés de constituir uma fonte de apoio e de suporte emocional, surge antes como fonte de conflito. A existência de problemas familiares e/ou a dificuldade de comunicação com um ou ambos os pais pode contribuir para diminuir a importância que lhe é atribuída, criar um mau relacionamento entre pais e filho/as e/ou criar um distanciamento entre eles/as, e, por conseguinte, levar os/as jovens a procurarem criar as condições para sair de casa e/ou de facto saírem, como se irá ver no capítulo 6. Os problemas familiares podem advir de questões como violência doméstica e/ou outros conflitos, consumo de álcool, conservadorismo, tradicionalismo e/ou autoritarismo, nomeadamente em termos de género e de orientação sexual, do forte controlo das sociabilidades e da sexualidade, da diferença de opiniões entre pais e filhos, e/ou da falta de apoio aos filhos, por parte dos pais. Deste modo, como referem Singly e Ramos (2010), a redução identitária e uma forte hierarquização no seio do grupo familiar são aspetos que podem contribuir para a existência de tensões na família, ao contrário do reconhecimento pessoal e da individualidade de cada um, da percepção de ter um ambiente familiar tranquilo, e da existência de respeito recíproco, que são geralmente valorizados.

Ainda assim, para vários/as destes/as jovens, esses problemas, sentidos como mais ou menos graves, podem ser pensados como fazendo parte do passado. Há medida que os/as jovens se distanciam do universo familiar, por exemplo, com a saída de casa, para ir para a faculdade ou para

¹²² Neste sentido, Gordon e Lehelma (2002) referem que, embora possam existir tensões nos desejos dos adultos e dos/as jovens para o futuro destes/as, e o/as jovens tendam a tomar as suas próprias decisões, estes/as tendem a ter em consideração os desejos dos seus pais, a ouvir as suas opiniões e a respeitar as suas decisões.

trabalhar, e/ou com o nascimento de uma criança¹²³, isto é, há medida que se individualizam e que vários aspetos da sua vida se privatizam, pode existir uma reaproximação dos pais. Os sentimentos de autonomia e a independência, assim como a distância física, quando se deixa de viver com a família de origem, ajuda a que os jovens sintam menos controlo e interferência nas suas vidas e, deste modo, que haja menos discussões e conflitos entre pais e filhos/as, podendo deste modo aumentar a importância que se atribui à família, mesmo nos casos em que não existiam conflitos de maior, e a melhorar a relação familiar (Arnett, 2004; Galland, 2011; Henderson et al., 2007; Jones, 1995; Jamieson, [2005] 1998). Segundo Arnett (2004), pode acontecer também que, com o crescimento dos jovens, a hierarquia entre pais e filhos possa desaparecer, de modo que ambos passam a olhar uns para os outros como indivíduos e a discutir uma maior diversidade de assuntos, do que anteriormente, apesar da manutenção de alguns domínios como privados.

“Na minha adolescência tive assim alguns atritos com os meus pais, porque o meu pai é um bocado conservador, e a minha mãe até pode pensar de maneira diferente dele, mas não se opõe a ele. [...] Mas agora é muito boa, porque agora vim para Leiria e acho que a distância aproxima as pessoas, e como não estamos muito tempo juntos, já não há aquela coisa de chatearmo-nos e essas coisas assim.”
(Sandra, 26 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego)

Estas dinâmicas mostram como o significado atribuído à família e o modo como os relacionamentos familiares são vividos não são de todo estáticos, mudando frequentemente à medida que os/as jovens mudam, isto é, há medida que crescem e vão ganhando mais autonomia (Galland, 2011; Henderson et al., 2007; Jamieson, 1998). Acresce ainda que o que se entende por família nem sempre é equivalente para o conjunto dos/as jovens entrevistados/as. Se a maior parte dos/as jovens vê a família nuclear: pais (ou apenas um deles, geralmente a mãe) e irmãos, e mesmo a família extensa: avós, tios/as, primos/as, como a sua “Família”, nem sempre esta envolve os pais (ou um dos pais). Nestes casos, o “papel” da família é assumido pelo/as avós/avós, irmãos/irmãs, filhos/as, amigos/as, parceiros/as, e/ou a família do/a parceiro/a, isto é, pela família que se constrói – que se escolhe (Weeks et al., 2001), como se pode ver pelo exemplo da Vera (23 anos, 11º ano incompleto, empregada de restaurante): *“Para mim a minha família é quem eu construí: é a minha filha e o meu namorado. [...] A minha mãe é sempre a minha mãe! Mas família, família é quem eu construí”*.

Deste modo, é importante reconhecer a diversidade das famílias nas sociedades ocidentais contemporâneas, o seu dinamismo e a fluidez das suas relações (Silva e Smart, 1999, in Aapola et al., 2005), assim como sublinhar que as dinâmicas familiares e a posição social das famílias estão fortemente articuladas com as trajetórias que os/as jovens fazem para a vida adulta, nomeadamente, no que diz respeito às suas trajetórias íntimas, afectivas e/ou sexuais, conjugais e/ou parentais (reais e/ou esperadas).

¹²³ Num estudo realizado anteriormente sobre a maternidade na adolescência (Marques, 2006) mostrou-se como, no caso de algumas jovens, o nascimento de uma criança pode levar a uma maior proximidade na relação entre pais e filhos e a um aumento da comunicação entre estes, embora para outras jovens suceda exatamente o oposto.

4.1.2. O controle das sociabilidades e da sexualidade e a comunicação sobre sexualidade

As mudanças na esfera familiar têm tido um forte impacto no modo como a juventude é vivida e representada, nos dias de hoje (Aapola, 2005). Do mesmo modo, a transformação das posições dos/as jovens na sociedade tiveram também impacto nas relações familiares, nos papéis inter-geracionais e nas práticas dentro das famílias (Aapola, 2005). Duas transformações têm especial importância para o contexto deste estudo: por um lado, a maior autonomia dos/das jovens relativamente à sua família (Galland, 2011; Torres, 1996 a); Pais, 1996a, 2012; Pappámikail, 2009; Saraceno, 1997; Singly, 2004; Vilar, 2001), e, por outro lado, a tendência para a democratização das relações familiares, nomeadamente entre pais e filhos/as (Beck e Beck-Gernsheim, 1995, 2001; Giddens, 1991, 1996; Jamieson, 1998; Singly, 1996; Solomon et al. 2002; Torres, 1996 a); Vilar, 2001; Wall, 2011). A comunicação, a abertura, o diálogo e a intimidade, isto é, a intimidade revelada (Jamieson, [2005] 1998) ou a relação pura (Giddens, 1991, 1996) são atualmente valorizadas e consideradas, frequentemente, como ideal a seguir e como símbolos de proximidade entre pais e filhos/as (Solomon et al., 2002). Durante a juventude dos/das filhos/as passa a existir uma “negociação” entre apoio parental e autonomia pessoal, tendencialmente genderizada, em questões que envolvem os/as próprios/as jovens, como as suas escolhas, identidade e independência (Aapola et al., 2005; Galland, 2011; Pais, 2012; Pappámikail, 2009; Singly, 2004; Solomon, 2002; Vilar, 2001). Neste sentido, o modo de exercer o controlo parental é transformado, passando a ser exercido, sobretudo, através de estratégias de comunicação (Brannen et al., In Solomon et al., 2002), sendo que os pais devem apoiar os/as filhos, mas é a estes/as últimos/as que cabe decidir (Pappámikail, 2004). Contudo, os contextos de escolha não deixam de ser complexos e sujeitos frequentemente a pressões subtis, a influências por parte dos pais (Pappámikail, 2004) e/ou a um controlo implícito e encoberto (Jamieson, [2005] 1998). Acresce ainda que a procura de articulação entre direitos, igualdade, independência e/ou necessidade de autonomia, com o apoio, a dependência mútua, a responsabilidade, as obrigações familiares, e a proximidade emocional (Aapola et al., 2005; Galland, 2011; Pais, 2012; Solomen et. al., 2002), não deixa de criar certas contradições, que podem resultar em padrões de interação complexos, em que os indivíduos têm atitudes e objetivos contraditórios, e mesmo conflitos internos (Solomen et. al., 2002).

As relações entre pais e filhos/as, nomeadamente as interferências e/ou o controlo que os pais exercem sobre estes/as últimos/as variam também em função do meio social. As famílias tendem a ter diferentes estratégias, atitudes e práticas relativamente à educação e/ou controlo dos/das seus/suas filhos/as, dependendo do seu contexto, social, cultural, étnico e religioso (Aapola et al., 2005; Jamieson, [2005] 1998; kellerhals e Montadon, 1991). Neste sentido, vários estudos apontam para uma atitude mais relacional, entre as famílias mais qualificadas, com maior acento no diálogo e na negociação, e a existência de uma atitude mais autoritária, nas família menos qualificadas, onde o

controle tende a ser mais explícito e o acento posto mais no conformismo, obediência e na maior hierarquia entre pais e filhos/as, apesar da existência de algumas mudanças (Galland, 2011; Jamieson, 2005 [1998]; Kellerhals e Montadon, 1991; Pais, 1996a).

Ora, uma das questões mais sujeita a negociações e, frequentemente, entendida como problemática e sujeita a maiores conflitos, remete para os sentimentos de autonomia e/ou independência por parte dos/as jovens, sobretudo, no que diz respeito à interferência dos pais nos domínios das sociabilidades, dos lazeres e da sexualidade dos filhos/as (Torres, 1996 a); Pais, 1994 a), 1996 a), 2012). Contudo, atualmente, vários/as autores/as (Arnett, 2004; Galland, 2011; Pais, 2012; Pappámikail, 2004, 2009) mostram como o desejo de autonomia pessoal dos/as jovens tende a ser reconhecido pelos pais, que tendem a adaptar-se à nova fase da vida dos/as filhos/as, deixando-os/as viver as suas vidas com pouca interferência (Arnett, 2004). Neste sentido, a política dos pais tendem a ser de uma “aparente” não intervenção, quanto às escolhas educacionais, profissionais e/ou pessoais dos/as jovens, embora com espaço para a existência de apoio e aconselhamento por parte destes, de “interferências subtis, sob a forma de sugestões variadas” (Pappámikail, 2004: 104).

Outra questão frequentemente discutida remete para a (ine!)existência de comunicação sobre sexualidade no seio da família. Os resultados de várias pesquisas (Caltabiano, 2010; Kirkman et al., 2001, 2005; Pais, 2012; Poel and Ravesloot, 1995; Vilar, 2001; West, 1999) tendem a convergir quando falam de uma maior abertura neste domínio, embora com a permanência de silêncios, dificuldades na comunicação e tabus. Neste sentido, Vilar (2001), para o contexto português, refere como os pais, geralmente, tentam transmitir algum tipo de educação sexual aos/às filhos/as durante o seu crescimento. Esta comunicação é “um processo interativo de elaboração, troca e reelaboração de mensagens que se expressa de forma contínua, informal, muitas vezes subtil e difícil de captar, ou, de forma mais descontínua, em práticas mais formais, intencionais e visíveis” (Vilar, 2001: 217), sendo integrada num universo de comunicações mais vasto, partilhado por outros agentes de socialização, dentro e fora do contexto familiar” (Vilar, 2001: 218). Acresce ainda que, como um inquérito aos valores e práticas dos jovens (Vasconcelos, 1997) mostrou, os/as jovens dizem, frequentemente, não necessitar de esclarecimentos ou de apoio no que toca à sexualidade, na medida em que esta é pensada como sendo construída pelos próprios indivíduos, que atribuem uma maior importância às pessoas, afetiva e sexualmente, mais próximas na construção da sua imagem. No entanto, de acordo com o mesmo estudo, a família tem um papel importante a desempenhar na construção da sexualidade, e da identidade de género a ela associada, dos/as jovens. Embora a comunicação sobre sexualidade entre pais e filhos/as seja, em muitos casos, diminuta, especialmente entre os/as jovens menos qualificados/as, a socialização ocorrida na família tem implicações nos modos de ser e de pensar, que são determinantes na vivência da sexualidade (Vasconcelos, 1997).

Veja-se, então, como é que os/as jovens entrevistados/as, já noutra fase da vida que não a da “adolescência”, entendem o “controle” ou interferência por parte dos pais/familiares nas esferas dos lazeres, das sociabilidades e da sexualidade, e o diálogo existente sobre sexualidade no seio da

família. Para dar conta desta diversidade de posições, dividiu-se os/as jovens em três grupos maiores, que denotam uma maior ou menor interferência dos pais no domínio dos lazeres, sociabilidade e sexualidade dos/as filhos/as, assim como um maior ou menor diálogo entre pais/familiares e os/as jovens. Deve, no entanto, ter-se em atenção que as fronteiras entre estes grupos, mais do que rígidas tendem a ser fluídas, podendo também ser diferentes no tempo, especialmente, há medida que os jovens se “autonomizam”¹²⁴.

4.1.2. a) De uma maior abertura e de uma não interferência: os pais mais “liberais”

Quer seja no domínio das amizades, dos tempos e espaços de lazer, ou dos namoros, uma parte significativa dos/as jovens, sobretudo dos jovens homens, mas também das jovens mulheres (tendencialmente, jovens com frequência do ensino secundário ou superior, e jovens menos religiosos/as, católicos/as não praticantes e não religiosos/as), considera que os pais não interferem nestas esferas das suas vidas. Nestes casos, os/as jovens tendem a considerar os seus pais (os dois ou apenas um) como mais liberais, falando numa abertura destes relativamente há possibilidade de saídas noturnas e aos relacionamentos amorosos e/ou sexuais. Esta não interferência dos pais situa-se mais sobre as amizades dos/as jovens e as suas saídas e menos sobre os horários de chegada à casa e sobre os seus namoros, especialmente, entre as jovens mulheres. Mas os domínios das sociabilidades, dos lazeres e dos relacionamentos sexuais e/ou amorosos tendem a ser sentidos pelos/as jovens como pessoais e privados, pelo que a interferência parental não é considerada como justificada¹²⁵. Por exemplo, no que diz respeito aos relacionamentos amorosos e/ou sexuais, a não interferência dos pais está relacionada com o facto de se considerar que é aos/as jovens que cabe a escolha do/as seus/suas parceiros/as. Tal como referem Torres (1996a) e Pais (1996a, 1996b), os namoros, os lazeres e as sociabilidades aparecem uma área de decisão dos jovens, de autonomia, sendo que o controlo parental das saídas dos jovens diminui fortemente em relação ao passado (Bozon, 2008 a); Galland, 2011; Pais, 2012), embora, vários estudos mostrem como as jovens mulheres continuam a ser mais controladas nas suas ações do que os jovens homens (Aapola et al., 2005; Bozon, 2008, Fonseca e Santos, 2011;Vieira, 2009; Vilar, 2001).

“[Posição dos pais/familiares sobre as sociabilidades, os lazeres e os namoros] Eu acho que eles sempre aceitaram isso. Porque é natural essas coisas acontecerem, é a lei da vida, é assim que as coisas

¹²⁴ Singly (2004) define independência, seguindo o conceito de Leibniz, como o facto de o indivíduo não ter que prestar contas a ninguém, na medida em que tem recursos para evoluir de forma independente. Por seu turno, a autonomia, e de acordo com Kant, é a capacidade que o indivíduo tem de ter as suas próprias regras e de construir a sua própria visão do mundo. Segundo o autor (Singly, 2004), os/as jovens tendem a ter condições sociais e psicológicas que lhes permitem aceder a certas formas de autonomia, sem, contudo, disporem de recursos, nomeadamente económicos, suficientes, para serem independentes dos seus pais; existindo, portanto, uma dissociação entre independência e autonomia. Para uma discussão aprofundada à volta dos conceitos de autonomia e independência, e o uso destes conceitos por um grupo de jovens portugueses e dos seus pais, ver Pappámikail (2009).

¹²⁵ As práticas sexuais tendem a ser percebidas pelos/as jovens como do domínio do privado, um domínio em que estes/as esperam não ver os seus pais/familiares intervirem (Weeks, 2007).

acontecem, os filhos crescem [...] Faz parte do percurso de cada pessoa passar por essas coisas todas: sair, namorar, ir para a discoteca. [...] Eu sempre tive muita liberdade.” (Clara, 28 anos, 12º ano, administrativa)

Ao nível da comunicação sobre sexualidade, estes/as jovens tendem a ter uma maior abertura e diálogo com os pais e/ou familiares com quem vivem. Neste contexto, os temas geralmente abordados tendem a estar relacionados com a informação sobre métodos contraceptivos e as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs); o suporte emocional e os conselhos sobre como relacionar-se com os/as parceiros/as; o tirar de dúvidas sobre as experiências sexuais; o comentar as notícias que aparecem na televisão, como as que se referem à orientação sexual não heterossexual ou à gravidez adolescente; o contar de algumas experiências sexuais, especialmente quando os/as jovens falam da primeira relação sexual aos pais; e, no caso de algumas jovens mulheres, (o aconselhamento da) a ida ao ginecologista¹²⁶.

A comunicação sobre sexualidade tende a fazer-se sobretudo de mãe para filho/a, nomeadamente, nos casos em que os/as jovens, sendo filhos/as de pais separados, vivem geralmente com as mães, tendo com estas uma relação de maior proximidade quer quotidiana, quer emocional. Outros estudos (Fonseca e Santos, 2011; Kirkman et al., 2001; Vieira, 2011; Vilar, 2001) mostram também como, embora os pais possam defender uma responsabilidade partilhada na comunicação sobre sexualidade com os/as filhos, as mães tendem a estar mais envolvidas na educação sexual dos filhos/as¹²⁷.

Ora, mas como exceção à regra, existe o caso de algumas jovens raparigas que, vivendo com ambos os pais, conversam não só com a mãe, mas também com o pai, de forma igualmente aberta. O caso da Ana é bastante exemplificativo de como a comunicação sobre a sexualidade pode existir com ambos os pais, especialmente quando a relação familiar é percebida como assente na amizade e como sendo de grande proximidade (Solomon et. al., 2002). A Ana, que considera os pais como os seus melhores amigos, não só tem uma grande “liberdade” em termos de espaços e tempos de lazer, como sempre recorreu à mãe e ao pai, que segundo ela conhecem os seus segredos mais íntimos, para conversar e tirar dúvidas sobre questões relacionadas com a sexualidade.

“O meu primeiro namorado a sério foi aos 16 ou 15. [...] E na altura queria perder a virgindade com ele e, prontos, logo à pessoa que eu me fui dirigir, para saber mais informações, foi à minha mãe. Porque eu e a minha mãe temos um relacionamento mesmo aberto. [...] Pronto, e só aos 18 anos é que... foi com o meu outro namorado, o meu segundo namorado a sério foi aí que eu perdi a virgindade. E a minha mãe [...], antes de perder... disse para ir ao ginecologista. [...] E dizia sempre quando é que eu ia dormir a casa do meu namorado [...]. A minha mãe, por acaso, nesse ponto, sempre me ajudou e sempre

¹²⁶Contudo, segundo West (1999), o recurso ao médico de família pode ser considerado como problemático por algumas jovens, em face da expectativa de falta de confidencialidade. Tendo, geralmente, um largo conhecimento da história médica da família, as jovens receiam que os/as médicos/as falem da sua privada aos pais; além de que podem ter mais vergonha de falar com o médico de família devido à existência de uma relação pessoal prévia.

¹²⁷ Um estudo realizado em Portugal, sobre a educação sexual dos/as jovens, indica também que os/as jovens, independentemente, do género, têm maior facilidade em falar com a mãe sobre estas questões (Vilar e Ferreira, 2009). Por outro lado Kirkman et al. (2001) argumentam que os pais teriam maior dificuldade em falar sobre sexualidade, devido aos atributos tradicionais da masculinidade heterossexual.

me apoiou em tudo. Nunca tive problemas em falar nisso. Eu estou a falar da minha mãe, mas também já falei com o meu pai sobre isso. E o meu pai se calhar é a pessoa ideal, porque ele tem experiência na vida, não é? [...] Mesmo da sexualidade, de: se já tinha perdido, se não; perguntava se correu bem, se não correu; se usaste realmente preservativo, se não; essas coisas assim. Eu desabafava perfeitamente com o meu pai. [...]. E os meus pais nesse ponto são bué liberais. Aliás, não é só na sexualidade, é em tudo: é de sair à noite, beber, fumar, em tudo.” (Ana, 26 anos, 12º ano incompleto, desempregada/bairmaid em part-time)

Contudo, Le Van e Le Gall (2010) levantam a hipótese de que a complacência das mães aquando da primeira relação sexual das filhas, e neste sentido a abertura ao diálogo sobre as práticas sexuais, poderá ser também uma forma de controlo subtil, para uma “boa” entrada das jovens na sexualidade adulta. Esta ideia está presente no discurso da Ana sobre a não interferência dos pais nos tempos e espaços de lazer: *“Eles [os pais] se calhar estão-nos a dar a liberdade toda precisamente para a gente poder contar a eles. E eles aí estão sempre mais descansados se a gente lhes contar para onde é que a gente vai, se não tamos a esconder”* (Ana, 26 anos, 12º ano incompleto, desempregada/bairmaid em part-time).

É ainda de salientar que os/as filhos podem referir falar sobre sexualidade com ambos os pais, mas de forma diferente, como se pode ver pelo caso do Gabriel, cuja mãe tende a ter uma aproximação mais relacional ao tema, procurando aconselhá-lo a respeitar as parceiras e falando-lhe nos sentimentos associados à existência de uma parceira e de relações sexuais, enquanto que o pai tende a falar sobre relacionamentos mais esporádicos, mulheres, e o evitar de um compromisso prematuro, num discurso próximo da masculinidade predatória ou do desejo sexual masculino – “male sexual drive”¹²⁸ (Holloway, 1984; Kirkman et al, 2001).

“Eles [pais] nunca chegaram ao pé de mim um dia e perguntaram-me o que é que eu queria saber [sobre sexualidade]. Consoante eu tinha as minhas dúvidas, eu ia perguntando. E aconteceu muitas vezes, com a minha mãe principalmente [...]. Ah, sobre os ciclos menstruais das mulheres, se havia perigo quando a gente tinha relações sexuais na altura da menstruação [...]. Ela [a mãe] sabe bem das minhas relações, entre aspas, sexuais, né?, quando é que eu perdi ou não perdi a virgindade [...]. Com o meu pai também cheguei a falar. Não tantas vezes [...]. Mas isso não era bem sobre sexualidade, era mais... é coisas de homens, é sobre as mulheres. O meu pai tem a opinião dele sobre os relacionamentos e... que a gente deve é curtir a vida e aproveitar e não se agarrar muito a uma pessoa. [...] Dizia para eu aproveitar e conhecer muitas mulheres, era mais ou menos isso.” (Gabriel, 19 anos, 12º ano, procura do primeiro emprego)

¹²⁸ O discurso do desejo sexual masculino dá conta da generalização da ideia de que os homens sentem maior necessidade de terem relações sexuais. A masculinidade é aqui associada a um maior desejo sexual (Bajos et al., 2008; Bertone, 2010; Camolletto, 2010; Cvajner, 2010; Ferrand et al., 2008; Fonseca e Santos, 2011; Heilborn e Cabral, 2006; Heilborn et al., 2006a; Vieira, 2009) e a sexualidade naturalizada, no sentido em que a diferenciação de género é atribuída a fatores biológicos, físicos e/ou corporais, que justificam a maior procura de prazer físico por parte dos homens, e, deste modo, uma maior iniciativa para a sua procura (Richardson, 1997). É neste sentido que, Plummer (2005) considera que a sexualidade masculina é geralmente carregada de estereótipos relacionados com a ideia de uma sexualidade que responde a impulsos naturais poderosos, que é incontrollável, centrada no pénis, que procura ter relações sexuais sempre que puder, e que tem uma necessidade constante de ter orgasmos, o que leva a que estes sejam pressionados para terem relações sexuais, como se de uma necessidade natural se tratasse.

Mas em que é que estes/as jovens diferem dos restantes para terem uma maior comunicação sobre sexualidade com os seus pais? Sendo jovens (mulheres e também alguns homens), geralmente, com o ensino secundário e superior, as hipóteses explicativas residem no capital cultural dos pais, na norma da nova família relacional e/ou na estrutura doméstica; sendo que estes fatores não se excluem mutuamente, complementando-se, ao invés, frequentemente. Relativamente ao capital cultural dos pais, deve sublinhar-se que a maioria dos pais destes/as jovens tem uma escolaridade entre o 9º ano e o 12º ano, o que tendo em conta “a fraca escolarização” do Portugal do antes do 25 de Abril e mesmo dos anos seguintes à Revolução dos Cravos (altura em que a maioria destes pais terá crescido), relativamente a outros países da União Europeia, não deixa de ser significativo, podendo estar articulado com o fato destes terem tendência para aderir a valores mais liberais e a uma maior abertura para falar com os/as filhos sobre sexualidade. Para além de que a atividade profissional das mães destes/as jovens tende a estar relacionada com profissões mais qualificadas ou intermédias (nomeadamente, profissionais técnicos e de enquadramento e empregados executantes), sendo de salientar que três destas mães trabalham como auxiliares de ação educativa e uma como médica, o que poderá levar a uma maior abertura relativamente a estes temas e/ou a um maior reconhecimento da importância de falar sobre sexualidade com os/as filhas, devido ao maior convívio com os/as jovens e/ou uma familiaridade com as questões do planeamento familiar e da prevenção das DSTs.

Relativamente ao relacionamento entre pais e filhos/as, é de sublinhar que os/as jovens que referem uma maior abertura com os pais sobre questões relacionadas com a sexualidade, são jovens que tendem a ter uma grande proximidade emocional com estes, uma relação mais igualitária e democrática, com forte cariz relacional, em que os pais são frequentemente considerados como “amigos”. Isto é, são jovens cujo relacionamento familiar tende a situar-se naquilo que é considerado como o novo ideal de relacionamento entre pais e filhos/as de maior intimidade, abertura, honestidade e igualdade (Arnett, 2004; Jamieson, 2005 [1998]; Poel and Ravesloot, 1995; Sinlgy, 1996; Solomen et al., 2002), por oposição a dinâmicas familiares mais hierárquicas, conservadoras e/ou tradicionalistas.

Quanto à questão da estrutura doméstica, pode-se levantar a hipótese de que estas mulheres-mães, divorciadas, geralmente envolvidas numa atividade profissional¹²⁹, têm uma mentalidade tendencialmente mais liberal nestes domínios, visto que, e embora o divórcio seja uma situação cada vez mais aceite, elas próprias poderão ser consideradas em situação de transgressão face à norma do casal heterossexual “tradicional”. Para além de que, o facto de terem que trabalhar para manter a casa e os/as filhos/as, por vezes sem ajuda de terceiros, pode levar estas mulheres a valorizar valores mais liberais em detrimento de valores mais tradicionais.

¹²⁹ Sobre questões de mudança social, trabalho feminino e divórcio ver Torres (1996).

Quando não se conta tudo aos pais

Ora, mas se é verdade que vários/as são os/as jovens que referem a não interferência dos pais, nestes domínios das suas vidas, também é verdade que muitos/as confessam que estes (em parte pelo menos) não interferem na sua vida íntima porque também não sabem o que se passa. Deste modo, alguns/algumas jovens (especialmente jovens homens, mas também jovens mulheres) não contam tudo aos pais sobre os seus relacionamentos sexuais e/ou amorosos, sobretudo os mais esporádicos, menos demorados no tempo e/ou considerados menos sérios; e/ou não levam os/as seus/suas parceiras/os a casa. São então os/as parceiros/as que fazem parte de relacionamentos que se consideram sérios (sobre os tipos de relacionamentos em que os/as jovens se envolvem falar-se-á no próximo capítulo), cuja relação já dura há algum tempo, e para a qual se vê algum futuro, que se tendem a apresentar aos pais¹³⁰.

“Não, eles [pais] não interferem. Nunca interferiram. Também só souberam deste namoro actual. Como é há mais tempo é que eles souberam. Porque de resto nunca foram muito interessados por isso, deixavam andar, né?, os filhos têm é que ter a liberdade deles; convém os pais não se porem muito.” (Andreia, 20 anos, estudante do ensino superior)

“[Sobre apresentar as “namoradas” à mãe] Nem todas, porque namoradas, namoradas, namoradas só tive 3, 4, e foram as únicas que a minha mãe conheceu. [...] Porque quando se apresenta uma namorada aos pais acaba por ser uma coisa mais séria e é preciso outras responsabilidades [...]. É óbvio que eu não vou meter qualquer pessoa em casa.” (Paulo, 22 anos, 12º ano, electricista/pizzeiro)

Assim, se a amizade, reciprocidade e abertura mútua são defendidas como ideais normativos da “nova” família relacional (e de facto alguns/algumas jovens entrevistados/as fazem referências a relações familiares que se aproximam deste ideal tipo), a verdade é que para vários/as jovens a sua privacidade é uma maneira destes/as manterem algum controlo sobre as suas vidas íntimas.

4.1.2. b) As zonas cinzentas, o controlo subtil e o discurso do “tem cuidado”

Vários/as jovens não classificam claramente os pais como tradicionais ou liberais, colocando-os antes numa zona mais cinzenta. Primeiro que tudo, porque muitos/as deles/as evitam falar ou não falam de todo com os pais sobre estes temas, sobretudo, quando “intuem” que estes tendem a não ter uma posição muito liberal sobre a matéria, como se pode discernir pelo discurso do Jorge (23 anos, 12 ano, designer gráfico): “A opinião dos meus pais é a seguinte: o que anda para aí agora não presta, tem cuidado, não fumes, não bebas, não te metas em coisas. Portanto a opinião deles são quase conselhos, mas segundo estes conselhos é porque a opinião não é muito boa”. Mas, acima de tudo, é referida a preocupação dos pais em relação aos/às próprios/as jovens, nomeadamente aquando das

¹³⁰ A apresentação dos/as parceiros/as aos pais, num contexto onde existe uma primeira relação sexual, é descrita, por Le Van e Le Gall (2010/1: 87), como um momento importante, em que a relação passa a um “grau superior”, na medida em que confere outra dimensão à relação do casal, no sentido de um maior compromisso emocional, assegurando uma certa perenidade e legitimidade à relação.

saídas noturnas, a que se junta um discurso do “*tem cuidado*”¹³¹, quer por ambos os pais ou por apenas um deles, que neste contexto não remete apenas, embora também, para a questão das práticas sexuais.

Quando apenas um dos pais fala sobre sexualidade com os/as filhos/as nesta base, tende a existir uma divisória de género, em que os pais falam com os filhos e as mães com as filhas, dando conta de como, frequentemente, as relações entre pais e filhos/as são construídas em termos de partilha de uma identidade de género e de experiências em comum, que enaltece os laços entre ambos (Galland, 2011; Kirkman et al., 2005; Solomon et al., 2002; Vilar, 2001)¹³²: “*Tinha talvez 12, 13 anos. [...] Falaram basicamente do: “tem cuidado e tal, e se acontecer alguma coisa tens preservativos” [...]. Estou a falar mais do meu pai, né? A minha mãe é uma pessoa mais conservadora. [...] Acho que nunca falei com ela de sexualidade!*” (Norberto, 25 anos, licenciatura, bancário).

Os pais advertem assim os/as filhos/as para terem cuidado: cuidado com a bebida, o tabaco e a droga; cuidado com os acidentes; cuidado com os/as amigos/as e com as companhias; cuidado, utilizar sempre contraceptivos!; cuidado com as DSTs (sobretudo com a SIDA); juizinho com os/as parceiros/as; cuidado para não se chegar grávida a casa ou engravidar alguém... Neste sentido, e relativamente às questões da sexualidade, é de notar, como muitos destes/as jovens referem a importância atribuída pelos pais e/ou as advertências feitas por eles ao uso do preservativo, em conversas, mais ou menos diretas. Até porque “nos dias de hoje, só engravida quem quer!”, como dizem vários/as deles/as.

“É assim, pronto, o lema deles é que esta juventude está toda estragada, não é?, “no meu tempo não era nada assim” [...]. Ah, são é contra o facto de o pessoal abusar, de beber demais, não sei quê. [...] Ainda hoje quando saio de casa a minha mãe diz-me sempre: “olha, cuidado com o álcool”, etc.. Sobre os métodos contraceptivos eles são a favor, são. E quando dá essas notícias das miúdas engravidarem aos 16 anos ou aos 15 a minha mãe diz logo: “só engravidou porque quis” [...]. O meu pai, quando eu cheguei aos meus 14, 15 anos, teve a dizer para eu ter cuidado, que haviam aí doenças, para eu usar sempre o preservativo, para não me meter em complicações, para ter juizinho, essas coisas assim do género.” (Filipe, 26 anos, 12º ano incompleto, empregado de armazém)

Ora, no caso dos/as jovens entrevistados/as, mais frequente do que uma total não interferência nas sociabilidades, lazes e sexualidade dos/as jovens, é então a existência de conselhos, opiniões ou advertências (Pappámikail, 2004). Em termos dos tempos e dos espaços de lazer vários/as jovens referem alguma interferência por parte dos pais, sobretudo, quando este/as eram mais novos/as, nos horários de chegada a casa, e/ou referem como os pais gostam/gostavam de ser avisados dos sítios que frequentam/frequentavam e das companhias com quem estão/estavam. Mas, mais do que proibirem ou

¹³¹ Deve dizer-se, no entanto, que mesmo os pais que têm uma maior abertura com os/as filhos/as em questões de sexualidade também recorrem, por vezes, a este discurso.

¹³² É de referir, contudo, que no estudo de Vilar e Ferreira (2009), os jovens rapazes tendem a falar tanto com a mãe como com o pai, o que, segundo os autores, contraria a ideia de que os rapazes fariam mais facilmente sobre sexualidade com os pais. Acresce ainda que uma parte destes jovens não fala nem com o pai nem com a mãe, situação que acontece também, como se irá ver, com os/as jovens, neste estudo.

terem um forte controlo sobre os lazeres, os pais tentam sobretudo orientar, aconselhar, ou impor regras que não devem ser ultrapassadas, mas que permitem aos/às jovens algum tempo para o seu espaço pessoal. Deste modo, e naquilo que pode ser considerado um controlo flexível (Bozon, 2008) ou subtil, os/as jovens, tal como foi visível noutros contextos (ver Pais, 1996a, 2012) referem, por vezes, a preocupação e/ou desaprovação dos pais quanto ao consumo de álcool, de tabaco e drogas, aos horários “tardios” a que se chega a casa, após uma saída noturna e/ou “ao abuso” quanto ao que são consideradas saídas excessivas, ao facto de se ultrapassar os limites impostos, e/ou em relação ao gasto excessivo de dinheiro.

“No início, quando comecei a sair [...] era mais a hora a que eu chegava e quando eu ia. Ao sábado à noite, uma pessoa com dezassete ou dezoito anos começa a sair, quer sair todos os sábados [...]. Ele não dizia a tal hora tens de chegar a casa, mas eu às vezes abusava. [...] Dava-me a entender: “ah, hoje voltaste tarde” [...]. Via-se que ele não estava muito satisfeito, mas também não ralhava comigo. Mas pronto, também só aconteceu duas vezes, não me quero chatear com o meu pai por causa disso.” (Joana, 23 anos, licenciatura, desempregada)

Simultaneamente, vários/as jovens limitam e/ou regulam o seu próprio comportamento, no sentido daquilo que consideram adequado tanto para si como para os seus pais. Estes/as jovens referem que avisam os pais dos sítios para onde vão, com quem vão e/ou as horas de chegada a casa, e/ou que encurtam, por sua própria, vontade as saídas, para algum bar ou alguma discoteca, de modo a chegar mais cedo a casa e assim não criar situações de conflito, como se viu pelo, exemplo da Joana, acima apresentado. Pode dizer-se então que estes/as jovens internalizam o controlo sobre os seus lazeres, sociabilidades e sexualidade, ao mesmo tempo que refletem sobre as consequências das suas ações (Aapola et al. 2005). Deste modo, os/as jovens procuram mostrar-se “bons/boas filhos/as”, agradar aos seus pais, respeitá-los, e, assim, ganhar a sua confiança.

E de facto, vários são os/as jovens, sobretudo os jovens homens, que afirmam que os seus pais confiam neles, na medida em que, segundo os próprios, demonstraram responsabilidade e maturidade nas suas sociabilidades, tempos e espaços de lazer, e na não existência de problemas relativos às práticas sexuais, nomeadamente as DSTs e a gravidez, para as quais são, frequentemente, vezes avisados. Como conta o António (23 anos, 9º ano incompleto, pedreiro): *“Por acaso nunca tive [horas de chegada a casa]. Os meus pais sempre confiaram em mim. [...] sempre me soube comportar que é mesmo assim. Eles nunca tiveram motivos para me impor qualquer regra”*. A existência de um comportamento “responsável” por parte dos/as jovens, e a, conseqüente, confiança por parte dos pais, são assim fatores essenciais para que haja permissão para e/ou um alargamento no horário das/as saídas. Parece então existir aqui uma negociação implícita entre a permissibilidade dos pais quanto aos lazeres dos/as filhos/as e a existência de um comportamento adequado por parte destes/as. A responsabilidade que os/as jovens dizem demonstrar não deixa também de ser um sinal da sua trajetória para uma idade adulta, para a qual um comportamento responsável é central, como se irá ver no capítulo 6.

Ora, mas se atualmente a maioria dos/as jovens não tem de facto um limite de horas de chegada a casa, nem sempre foi assim. É frequente os/as jovens entrevistados/as referirem a existência de limites quando começam a sair à noite. Limites estes que geralmente variam consoante a sua idade e os dias da semana. Assim, se por um lado, se vai deixando de ter horas de chegada a casa há medida que se vai avançando na idade, por outro lado tende a existir um controlo mais apertado nos dias de semana, visto que a maior parte dos jovens estuda(va) ou trabalha(va) no dia seguinte, e menor aos fins-de-semana. Fatores como ter um trabalho e/ou a carta de condução, sair com irmãos/irmãs mais velho/as, ter um namorado, e/ou ir para a universidade, fazem diminuir o controlo dos pais sobre os tempos e os espaços de lazer dos/as jovens.

“Até começar a trabalhar tinha [horas de chegada a casa]. E não me deixava sair até às tantas da manhã. Isso era o Deus me livre! [...] Depois é óbvio, a gente nunca cumpre os horários, depois pumba, ralhava. Mas mesmo assim deixava sempre. [...] [Quando começa a trabalhar] Foi diferente, [...] porque comecei a ter aquela de ser mais independente, e depois, tipo, tinha o meu dinheiro. Opá não dava tantas explicações, sabes? Agora sim, quando a minha mãe via que eu chegava muitas vezes mais tarde, a minha mãe [...] chamava-me a atenção.” (Catarina, 22 anos, 9º ano, empregada de balcão)

Tal como já tinham mostrado Farrow and Arnold (2003) e Torres (1997, 2002), sobretudo para as jovens mulheres, estudar longe da família, nomeadamente ao nível do ensino superior, alarga o seu âmbito de possibilidades, ao nível dos lazeres, sociabilidades e experimentação da sexualidade. Esta situação é visível no caso da Dina (29 anos, licenciatura, desempregada): *“Como eu estive sempre a estudar fora, ela sabia que eu saía, mas não dizia nada. Agora que eu estou em casa, ah, não acha muita piada se eu saio de casa à noite ou isso... Mas eu digo-lhe "se eu fazia isso, quando ela não via, e sabia, porque é que eu não posso fazer agora?!”*

Quanto aos namoros, vê-se mais uma vez que os pais podem dar a a sua opinião, sobretudo quando não gostam do/a parceiro/a do/a filho/a, mas sem interferirem na relação. A opinião dos pais, especialmente das mães, é mesmo, por vezes, procurada pelos jovens homens, que a consideram importante e certa. Acresce ainda que os pais, isto é, geralmente as mães, podem servir de ombro amigo para os desabafos sobre os relacionamentos das jovens mulheres, sendo assim uma fonte de apoio emocional e de conselhos. Deste modo, mesmo nos casos em que a comunicação sobre sexualidade entre mães e filhas é difícil ou mesmo inexistente, e/ou em que as mães não compreendem os envolvimentos sexuais e/ou amorosos dos/as jovens, e alguns dos seus lazeres, sobretudo os associados às saídas noturnas, algumas jovens referem as conversas com as suas mães sobre estes assuntos. Neste sentido as filhas procuram explicar os seus pontos de vista e/ou atividades, enquanto que as mães procuram ouvir, compreender e/ou aconselhá-las, especialmente no que diz respeito aos relacionamentos amorosos das jovens. Este é, por exemplo, o caso da Raquel.

“A minha mãe interfere sempre [nos namoros], interfere. Não interfere, fala. [...] É engraçado porque ligava-lhe [quando estava na universidade] e falava com ela e ela falava comigo, mais naquela onda da amiga do que como mãe, e era a única forma que eu tinha de me acalmar. Ou seja, como nós temos esta proximidade, eu sempre lhe falei dos relacionamentos e ia-lhe contando como é que as coisas

estavam, como é que não estavam. [...] Mas interferir diretamente nunca interferiu.” (Raquel, 21 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego)

Tal como vários/as investigadores/as (Aapola et al., 2005; Aboim, 2010 a); Bozon, 2005 [2002]; Caltabiano, 2010; Pais, 1998, 2012; Torres, 2002; Vieira, 2009) sugerem, está-se assim perante uma atitude que parece demonstrar como os relacionamentos amorosos são, nos dias de hoje, socialmente aceites e vividos como normais pelos/as jovens e pelos seus familiares, mesmo se, quanto à questão das práticas sexuais, se possa viver mais num ambiente de silêncios e de ocultações.

Ora, a existência de uma certa ambivalência entre a maior aceitação de uma sexualidade juvenil e a manutenção da desconfiança em relação a esta, sobretudo para as jovens mulheres, ajuda a compreender o porquê de, em matéria de sexualidade, as conversas entre pais e filhos/as serem frequentemente irregulares, esporádicas, pouco explícitas superficiais e impessoais, não acontecendo numa base diária (Caltabiano, 2010; Fonseca e Santos, 2011; Kirkman et al., 2001; Poel and Ravesloot, 1995; Vieira, 2009; Vilar, 2001; West, 1999). As mudanças físicas, como a menstruação no caso das jovens mulheres, assim como a existência de um(a) namorado/a ou a ida para a faculdade podem impulsionar os discursos sobre a sexualidade entre pais e filhos/as, nomeadamente quando os pais tentam alertar as filhas para “os perigos” da sexualidade: *“Mais ou menos. Desde que eu fui para a universidade sim. Quer dizer, não falaram nada de especial, só que, como souberam que eu tinha namorado, falaram que é preciso precauções, é preciso ter cuidado e essas coisas todas” (Andreia, 20 anos, estudante do ensino superior)*. As conversas recaem, assim, sobretudo, sobre o modo de evitar o risco, num discurso tendencialmente biomédico (Foucault, 1994; Vieira, 2009), e não na possibilidade de prazer (West, 1999). Por seu turno, para vários/as jovens é ainda difícil falar, com os pais, sobre sentimentos, sejam estes sexuais, românticos ou outros, e sobre preocupações referentes aos relacionamentos.

O riso e as brincadeiras podem ser uma forma que pais e filhos/as encontram para falar destes assuntos, de modo a facilitar uma conversa que uma das partes (ou ambas) considera(m) difícil e/ou embaraçosa, e para a qual, segundo vários/as jovens, deve existir um grande nível de intimidade entre pais e filhos/a, como se pode ver pelo exemplo do Luís (Luís, 27 anos, 9º ano, operário): *“Só às vezes na brincadeira, mas nada de especial. Também não tenho grande relacionamento a nível... pronto, se calhar grande à vontade para falar com eles”*. Neste sentido, Kirkman et al. (2001) argumentam que as conversas masculinas sobre sexualidade são frequentemente tidas num tom humorístico. Falar na brincadeira ajuda a manter as conversas no tom superficial e impessoal¹³³. Ao falar sobre performances sexuais e/ou sobre sexualidade de forma humorística, os homens-pais tendem a manter os papéis de género tradicionais, ao mesmo tempo que podem considerar-se como abertos à comunicação e deste modo, progressistas (Kirkman et al., 2001).

¹³³ Esta superficialidade das conversas torna praticamente inexistentes a expressão de sentimentos pessoais, de inseguranças e medos e/ou as dúvidas sobre determinadas experiências (Kirkman et al., 2001).

4.1.2. c) Tradicionalismos, controlo, interferências e tabus

Como se pode supor, os/as jovens, que consideram os seus pais como mais tradicionais, tendem a referir que estes não gostam que eles/as frequentem certos bares e/ou discotecas, que consideram que os/as jovens devem “adiar” a entrada nas experiências sexuais para quando forem mais velhos/as, e/ou que o devem fazer com o mínimo de parceiros/as, numa relação amorosa, senão mesmo no casamento, como prescrito pela Igreja Católica.

“Para o meu pai uma menina deve ir virgem para o casamento. Para o meu pai as mulheres não devem andar à noite e quem anda à noite são prostitutas. Pronto, mas é assim, ele diz isto porque eu também sempre sai [...]. Antigamente tinha muito o hábito de: “andas na noite e é só má vida”. Mas [atualmente] não tem dito nada. Conformou-se coitado!” (Cátia, 27 anos, licenciatura, educadora de infância)

Contudo, embora alguns/algumas jovens referiram que os seus pais têm tendência para ter uma posição mais tradicionalista quanto às questões da sexualidade e dos lazeres, o número de jovens que refere que os seus pais de facto interferem ou interferiram muito nestes domínios das suas vidas e que se sentem ou sentiram fortemente controlados/as diminui consideravelmente. Neste sentido, é de sublinhar a existência de alguns/algumas jovens, sobretudo mulheres¹³⁴, cujos pais interferiram fortemente nas suas sociabilidades, lazeres e/ou nas suas relações sexuais e/ou amorosas, o que vem a ter fortes consequências nas suas relações familiares e trajetórias de vida, nomeadamente no que diz respeito à saída de casa (ver capítulo 6). Na maior parte dos casos, estas jovens, embora possam não ser católicas praticantes, tiveram uma forte socialização religiosa e/ou fazem referências à forte religiosidade dos pais e/ou familiares com quem vivem/viveram. Interessante também é de verificar que a maioria delas tem uma escolaridade igual ou inferior ao 12º ano, embora existam também jovens mulheres, geralmente com maior socialização religiosa, no ensino superior ou já com licenciatura¹³⁵.

Assim, no caso de algumas destas jovens mulheres, as suas amizades¹³⁶ são condicionadas à aprovação dos pais ou mesmo limitadas, numa atitude de valorização e procura de ascensão social, através da escola, que representa a existência de amigos/as como um obstáculo para a obtenção de um fim – o sucesso académico; e/ou numa atitude de restrição daquilo que poderão ser consideradas as más companhias¹³⁷. Para estas jovens os períodos de lazer são confinados geralmente à casa e à escola

¹³⁴ Os jovens homens tendem a não falar neste tipo de controlos e interferências.

¹³⁵ No sentido oposto, as jovens que frequentam ou frequentaram, o ensino elementar, secundário e/ou superior fora da localidade onde os pais/família vivem tendem a não mencionar este tipo de controlo sobre as suas sociabilidades e sexualidade.

¹³⁶ Deve dizer-se, no entanto, que a esfera das amizades é aquela que é considerada como a que sofre menos interferências e/ou controlo por parte dos pais, mesmo no caso destas raparigas.

¹³⁷ As más companhias dizem respeito, sobretudo, a comportamentos que os/as amigos/as e/ou as suas famílias têm e que são considerados como desviantes e/ou como negativos e, conseqüentemente, como má influência para os/as jovens, mesmo porque já o ditado popular diz: “diz-me com quem andas dir-te-ei quem

ou ao local de trabalho. O caso da Teresa (28 anos, 12º ano, escritora), embora um tanto ou quanto excepcional, é exemplar do forte controlo que alguns pais exercem nesta matéria: “*ao ponto de eu não poder ter amigas, de eu não poder leva-las a casa, de eu não poder sair. [...] A escola era a escola, amigas não existem: “não vale a pena teres amigas, estuda. Amigas só dão influências negativas”, era só assim...*”.

Para um número maior de jovens mulheres, os horários de chegada a casa, aquando das saídas noturnas, são limitados e os sítios que estas frequentam, como bares e/ou discotecas, encarados com desconfiança: “*É assim, neste momento, ah, varia entre meia-noite, uma da manhã. [...] Há sempre aquele preconceito: “à, não vás aqui, porque...”*”, lembro-me de há uns anos do Terreiro ser um papão completamente para os meus pais. Ah, a discoteca também” (Cristina, 28 anos, 12º ano, barmaid).

O controlo sobre as horas de chegada a casa, quer no passado, mas sobretudo no presente, tende a ser encarado de forma negativa, levando mesmo alguma destas jovens a revoltarem-se e/ou a escaparem sorrateiramente à noite sem os pais saberem, como se pode ver pelo exemplo da Verónica (21 anos, 9º ano incompleto, empregada de supermercado): “*Ah, eu cheguei a fugir de casa durante a noite, porque eles não me deixavam sair... [...]. Foi quando ele me cortou as asas, pronto. Ele não me deixava sair e eu fugia de casa durante a noite*”. Assim, mesmo quando os pais procuram impedir as suas filhas de sair, e, deste modo, controlar as suas sociabilidades, lazeres e/ou sexualidades, estes são por vezes mal sucedidos, na medida em que não têm muitas vezes o conhecimento das práticas das suas filhas, que recorrem a várias estratégias, alibis e/ou mentiras para as esconder (Marques, 2006; Thomson, 1995, in Aapola et al., 2005; Le Van e Le Gall, 2010; Vilar 2001).

No que diz respeito à interferência dos pais nos namoros dos/as jovens constata-se novamente que esta surge, acima de tudo, no feminino. Tal como referido por Marques (2006), em alguns casos, o controlo tende a ser justificado pelo facto dos pais não gostarem das características de algum(a) parceiro/a, situação em que as interferências parentais tendem a recair sobre aquele/a parceiro/a específico/a, e não sobre outros relacionamentos amorosos, com parceiros/a considerados já como aceitáveis. As críticas aos/às parceiro/as dos/as jovens tendem a dizer respeito ao facto do/a parceiro/a fazer sofrer o/a filho/a e/ou ao facto dos/as parceiros/as terem características e/ou comportamentos considerados como negativos: “*raça*”, consumo de droga, falta de trabalho, infidelidade, “*má companhia*” ou outros não especificados. Noutros casos, é a própria situação de namoro que é recriminada por parte dos pais ou familiares com quem os/as jovens (especialmente as jovens mulheres) vivem, no sentido em que estes podem considerar que um possível relacionamento amoroso vai interferir nos estudos dos/as jovens, nomeadamente quando estes/as se encontram no ensino

és!”. Está-se então a falar do consumo de álcool e/ou de drogas, da prostituição, de famílias “disfuncionais”, de jovens mais velhos, “do tipo de vida que se leva” (geralmente associado com a falta de investimento escolar, períodos sem trabalho, forte presença no espaço público, forte investimento nos tempos de lazer e/ou nos espaços/tempos noturnos), do roubar e/ou, no caso das jovens mulheres, das amigas com um comportamento sexual considerado “promíscuo”, isto é que tenham tido vários parceiros sexuais (Marques, 2006)..

elementar ou secundário, e/ou que estes/as são muito novos/as para começarem a namorar, e, implicitamente, para iniciarem a sua atividade sexual. Existem ainda situações em que ambas as situações se articulam. O controlo sobre os seus relacionamentos amorosos leva algumas destas jovens, vendo-se impossibilitadas de o fazerem publicamente, a namorar às escondidas, mais uma vez numa situação de transgressão ao relacionamento familiar (Vilar, 2001).

“Eles [os tios] eram muito muito católicos [...]. Eram muito antiquados. Nós não podíamos namorar antes dos 18 anos, porque se tivéssemos um namorado antes dos 18 anos já éramos umas meninas de rua [...]. E a nível de namoro, levar um namorado a casa antes dos 18, ou para casa, não podia ser. E para mim isso é muito mau, porque acho que na idade da escola, acho que toda a gente namora, e se não fazemos perante eles, fazemo-lo por trás, que é mesmo assim. Por acaso namorei. Namorei dos 14 aos 15, namorei com um rapaz um ano e meio, a minha tia não podia sequer sonhar.” (Joana, 23 anos, licenciatura, desempregada)

Foi, então, possível constatar como, no conjunto das entrevistas, existem alguns vestígios de um forte controlo sobre as sociabilidades, lazeres e namoros no feminino, relacionados, sobretudo, com a preocupação do controlo da sexualidade das jovens mulheres (Aapola et al. 2005), que tradicionalmente não se devem expor em locais públicos de lazer, especialmente noturnos, como as discotecas, nem aceder a uma sexualidade “precoce”, desconectada de um relacionamento amoroso considerado estável e sério, prelúdio de uma entrada em conjugalidade.

Ora, mas se o maior controlo sobre as sociabilidades, os lazeres e a sexualidade se faz sentir, sobretudo, para as jovens mulheres, a não comunicação e/ou a dificuldade em falar sobre sexualidade no seio da família é comum aos/às jovens, embora seja um pouco frequente entre os jovens homens. É ainda de notar que os/as jovens, com um nível de escolaridade equivalente ou menor ao/que o 9º ano, tendem a afirmar que têm dificuldade em falar sobre sexualidade com os pais e/ou que não falam de todo. Por contraponto ao que foi dito relativamente à abertura em matéria de sexualidade na família, as hipóteses explicativas para esta (quase) inexistente comunicação remetem para o fraco capital cultural destas famílias e/ou para a existência de fortes hierarquias no relacionamento familiar, que podem dificultar, mesmo impedir, a existência de diálogo, no que diz respeito a questões relacionadas com a intimidade. Estes/as jovens tendem, então, a referir que os pais ou familiares com quem vivem não falaram muito com eles/as sobre sexualidade ou mesmo nada, havendo casos de jovens que falam, explicitamente, na existência do tabu da sexualidade na família de origem: *“Eu venho de uma família extremamente conservadora. Uma família tipicamente portuguesa. A sexualidade é um assunto que os rapazes descobrem por eles. Esse assunto era tabu” (Francisco, 26 anos, licenciatura, perito/formador)*. Quando a falta de diálogo não acontece na primeira pessoa, vários/as jovens referem o caso de amigos/as, colegas e/ou conhecidos/as para quem a não comunicação sobre sexualidade no seio da família é a realidade.

Esta falta de comunicação, em alguns casos, é justificada pelos/as próprios/as jovens como algo “normal”, devido à educação “rígida” que os seus pais teriam recebido, sendo por isso difícil para eles discutir questões relacionadas com a sexualidade com os/as filhos/as. Este argumento vai de encontro

aos dados de Caltabiano (2010), Kirkman (2001; 2005) e de Poel and Ravesloot (1995), quando estes/as referem a falta de preparação e/ou a dificuldade que os pais têm em falar sobre sexualidade, devido ao modo como foram educados e/ou porque têm poucos conhecimentos e/ou experiência nesta matéria: *“Não, nunca tivemos esse tema em casa [sexualidade]. [...] Mas acho um bocado normal, porque na altura deles também o tema era tabu. [...] Os pais deles fizeram questão que não se falasse, e eles agora fizeram questão que não se falasse tanto connosco.”* (Carla, 28 anos, frequentou a universidade, empregada de supermercado). No caso português, a comunicação sobre a sexualidade era considerada tabu antes do 25 de Abril de 74, sendo que apenas aos poucos se foi tornando mais legítimo viver e falar de sexualidade, sobretudo no feminino (Policarpo, 2011). Mesmo assim, após a democratização do sistema político português, e apesar da maior abertura, vários/as autores/as (Fonseca e Santos, 2011; Policarpo, 2011; Pais, 2012; Silva, 2011; Torres, 1997, 2002; Vieira, 2009; Vilar, 2001) falam sobre a manutenção de silêncios (cúmplices), de não-ditos e de ambivalências nesta matéria.

Contudo nem sempre a falta de comunicação sobre sexualidade no seio da família é (apenas) um problema dos pais. Vários/as jovens, sobretudo jovens homens, mas também jovens mulheres, falam na dificuldade em falar com os pais sobre o assunto, independentemente destes tentarem abordar o tema com eles ou não¹³⁸. Assim, mesmo quando os pais tentam falar com eles/as e/ou encaminhá-los/as para um ginecologista, no caso das jovens mulheres, a conversa tende a ser desviada, finalizada ou ouvida com resistência, geralmente sem se prestar muita atenção.

“Não é um tema que seja tabu, prontos, entre aspas, não é? Mas nunca me mostrei assim interessado em saber. Porque, é as tais coisas, aprendemos na escola [...] e era uma coisa que se tinha falado muito entre amigos [...]. Nunca foi um tema que me despertou curiosidade em perguntar aos meus pais. [...] Se calhar também um bocado de vergonha ou quê [...]. Se calhar uns falam mais abertamente, outros menos. Vai da relação que nós temos de pai para filho.” (António, 23 anos, 9º ano incompleto, pedreiro)

No entanto, sob um pano de silêncio e de não ditos, há nas entrevistas indícios de que os pais têm conhecimento das experiências sexuais dos/as filhos/as, especialmente no caso das jovens mulheres, mas que, tanto eles como os/as jovens, não falam e/ou evitam falar sobre o assunto de forma deliberada. Algumas jovens referem mesmo que, embora nunca tenham falado com os pais sobre sexualidade ou que evitem fazê-lo, os seus parceiros dormem com elas em casa dos pais/família, com a permissão destes. Este é, por exemplo, o caso da Renata (18 anos, a frequentar o 12º ano, barmaid em part-time): *“Ela sabe que eu tenho namorado... e ele às vezes vai lá dormir a casa, mas não lhe conto nada [sobre sexualidade]. Ela daí que tire as conclusões dela.”*

Indo de encontro ao resultado de outros estudos (ver, por exemplo, Poel and Ravesloot, 1995), a experiência sexual dos/as jovens é, assim, frequentemente, entendida, no seio da família, como

¹³⁸ Pais (2012) refere também uma certa inibição da parte dos/as jovens que entrevistou em falar sobre sexualidade com os pais, num contexto em que “embora a sexualidade seja menos estigmatizada, subsistem constrangimentos que a levam a ser apreendida e vivida com ambiguidade e tensão” (136).

fazendo parte da vida privada dos/as jovens. Deste modo, apesar do ideal de comunicação nas famílias relacionais, questões como: o embaraço, a percepção da vergonha e/ou da dificuldade dos pais em falar sobre o assunto, o medo do controlo dos pais, sobretudo no caso das jovens mulheres, o facto dos/as jovens considerarem que já estão informados/as (devido à existência atual de vários meios e instâncias, como a escola, os amigos, os irmãos, a televisão ou a internet, onde podem aprender e tirar dúvidas sobre sexualidade) e/ou o sentimento de que este é um domínio da vida dos/as jovens que não diz respeito aos pais, contribuem, em muitos casos, para a inexistência da comunicação sobre sexualidade entre pais e filhos/as. Acresce ainda que, apesar dos discursos de igualdade e de democracia na família, a relação entre pais e filhos é uma de estatutos desiguais (West, 1999), o que pode ser mais um factor, que em conjugação com os outros, torna mais difícil a comunicação neste domínio. Por fim, pode dizer-se que, embora a sexualidade juvenil seja cada vez mais aceite, mesmo se permeada por ambivalências, como acontece frequentemente no caso português, e, mais especificamente, no contexto das entrevistas realizadas neste trabalho, para alguns sectores da sociedade esta carece ainda de aceitação social (West, 1999).

4.1.2.1. A especificidade da orientação sexual não heterossexual na comunicação sobre a sexualidade com os pais

A questão da orientação sexual impõe alguns condicionalismos no que respeita à abertura e comunicação, dos/as jovens com os pais, sobre as relações amorosas e/ou sexuais. Outros estudos (ver por exemplo, Aapola et al., 2005) mostram como os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual enfrentam várias dificuldades relativamente à atitude dos pais quanto à sua identidade sexual, na medida em que, frequentemente, estes últimos têm dificuldade em aceitar a não heterossexualidade dos seus filhos. Como consequência, estes/as jovens podem ser deserdados/as pelas suas famílias, enfrentar processos emocionais difíceis, ser culpados pela angústia dos familiares e/ou pela “vergonha” causada por ter um membro da família não heterossexual (Aapola et al. 2005; Seidman et al., 2004 [1999]; Seidman, 2002). No caso do Jorge, o momento em que este se abre com os pais sobre a sua orientação sexual traz momentos difíceis no relacionamento familiar, embora não esta seja causa de ruptura.

“Eu sempre escondi [a orientação sexual] Aliás, [...] há pouco tempo é que eu contei aos meus pais. [...] Os meus pais agora sabem, não é? Mas é claro que não querem falar, ou não querem saber, ou não sei quê. Mas não foi uma fase fácil, em que andámos assim um bocadinho distantes. Tipo “tu estás doente, o que é que se passa?”, não sei quê, “olha, se me quiserem levar a um psicólogo levem que é para ele vos dizer que vocês é que estão doentes.” (Jorge, 23 anos, 12 ano, designer gráfico)

Por outro lado, a não assunção de uma identidade não heterossexual pode também implicar alguns problemas, na medida em que os/as jovens podem sentir-se alienados da sua própria família e/ou têm que esconder elementos centrais da sua vida perante esta (Valentine, 2001, in Aapola et al., 2005),

como acontece, por vezes, quando os/as jovens têm algum parceiro/a. Vendo-se forçados, frequentemente, a mentir/omitir (sobre) a sua orientação sexual, devido há heteronormatividade presente na sociedade portuguesa e há permanência de homofobia, mesmo que nem sempre reconhecida (Costa et al., 2010 a) e b); Oliveira et al., 2010) alguns/algumas jovens referem que os/as seus/suas parceiros/as frequentam a sua casa, onde são geralmente bem recebidos pelos seus pais/familiares, mas como amigos: *“O relacionamento que eu tive anterior foram de 5 anos. Essa pessoa apanhou-me na faculdade ainda eu estava a fazer o meu curso. Obviamente apresentei-o como um grande amigo. [...] Estava tudo bem”*. (Francisco, 26 anos, licenciatura, perito/formador).

Outros/as jovens, tendo os seus pais conhecimento ou não da sua orientação sexual, referem como estes se mostram contentes quando se menciona a possibilidade de um(a) parceiro/a do sexo oposto ou quando este de facto existe. Este é, por exemplo, o caso do Eurico, que não assumindo a sua orientação sexual, de vez em quando diz ao pai que vai ter com alguma amiga: *“De vez em quando falo “Ah vou ter com fulana” e ele fica todo contente, por aí.”* (Eurico, 25 anos, estudante do ensino superior). Já a dificuldade que alguns pais têm em lidar com a questão da orientação sexual dos/as filhos/as, embora continuem a aceitá-los/as e a relacionar-se com estes/as, é expressa na opção, de alguns/algumas deles/as, em evitar falar sobre o assunto e/ou a não levar os/as parceiro/as a casa destes, no que é considerado como um sinal de respeito. Como explica a Liliana (23 anos, 11º ano incompleto, empregada de restaurante): *“Ah, agora com mulheres eles não aceitam muito bem isso. Só me pedem para não ir lá a casa com alguém que seja minha companheira, mas de resto não interferem em nada”*.

Há, contudo, pais que apoiam os/as jovens na assunção da sua orientação sexual e no que diz respeito aos seus relacionamentos amorosos. Este é o caso da mãe da Mariana (24 anos, licenciatura, empregada de balcão/barmaid), que apesar de alguns receios iniciais, sobretudo, devido ao medo da existência de homofobia, procurou e procura apoiar a filha no que ela precisa: *“Quando eu descobri a minha homossexualidade, [a mãe] falou-me mais ainda, para definir bem: “tens certeza” [...]. É assim a minha mãe da parte da homossexualidade, sempre me apoiou. [...] Sempre foi uma mãe amiga, super, cinco estrelas”*.

Ora, embora a maior parte dos/as jovens atribuam importância à comunicação sobre sexualidade no seio da família, os pais, não são a única fonte de aprendizagem sobre a matéria, havendo outros contextos e instâncias com os/as quais os/as jovens aprendem, que os/as acompanham nas suas trajetórias, e, conseqüentemente, os/as condicionam. Volta-se de seguida para um destes contextos, tornado essencial nas sociedades ocidentais contemporâneas: a escola.

4.2.0 contexto escolar da sexualidade: um olhar sobre (tudo para) o passado...

No contexto das sociedades contemporâneas ocidentais, a escola é entendida como um espaço central de socialização dos/das jovens e de construção das suas identidades (Vieira, 2011; Epstein e Johnson, 1998; Kehely, 2002; Mac An Ghail, 1994; Pereira, 2012). A educação formal tem, atualmente, um papel central na pré-configuração das oportunidades de vida (Aapola et al., 2005, Bois-Reymond e Chisholm, 2006), existindo uma clivagem entre jovens com ensino superior e jovens menos qualificados (Almeida, 2013, Costa, 2012; Furlong e Cartmel, 2007; Galland, 2011). O prolongamento da escolaridade e as altas taxas de participação na educação têm consequências no retardamento da entrada no mercado de trabalho, assim como no adiamento do acesso à idade adulta (Arnett, 2004; Bois-Reymond e Chisholm, 2006; EGRIS, 2001; Furlong e Cartmel, 2007; Galland, 2011; Henderson et al., 2007). Neste sentido, as transições da escola para o trabalho são um dos elementos da modernização dos padrões relativos à juventude, dentro do ciclo de vida como um todo (Bois-Reymond e Chisholm, 2006).

Neste subcapítulo vai-se, então, procurar perceber qual a importância do contexto escolar para a construção das identidades de género e sexuais dos/as jovens. Argumentando-se que não só o contexto formal, nomeadamente nas salas de aulas, como o contexto mais informal, das relações que se tem com os/as amigos/as, neste espaço, condicionam a aprendizagem que os/as jovens fazem da sexualidade assim como as suas práticas e representações em termos de género e sexualidade.

4.2.1. Da (não) importância da escola

Como refere Vieira (2011: 207) a escola é, atualmente, algo de omnipresente na vida das crianças e dos/as jovens, invadindo “tempos de trabalho e tempos livres, impondo regras e horários, aprendizagens e saberes”. Não é pois de estranhar que a maior parte dos/as jovens entrevistados/as sejam perentórios em defender a sua importância. Principalmente sublinhados são os papéis de formação e aprendizagem que a escola proporciona, especialmente, segundo alguns/algumas jovens, numa altura em que estes/as passam cada vez mais tempo na escola e cada vez menos com os pais. Para estes/as jovens as funções educativas da escola não se prendem somente com as matérias escolares, mas também com a cultural geral, a educação cívica, o desenvolvimento pessoal, de abertura a novas ideias e o despertar da curiosidade para o conhecimento. Mesmo porque, segundo alguns deles/as, o nível de educação de um indivíduo é entendido como conferindo estatutos diferentes na sociedade: *“A nível da sociedade, quando nós temos só o 9º ano, nós não somos ninguém, somos tratados mesmo muito mal. [...] como ignorantes. E o 12º hoje é exatamente a mesma coisa”* (Paulo, 22 anos, 12º ano, eletricitista/pizzeiro).

Numa sociedade onde a escola é entendida como um meio de ascender socialmente, a maioria dos/as jovens reconhece a importância das qualificações escolares para a inserção no mercado de trabalho, no sentido de conseguir “um bom emprego”, melhor pago, com maior reconhecimento social, que lhes traga maior realização pessoal e/ou que seja menos exigente fisicamente. Como refere o Leandro (19 anos, estudante do 12º ano): *“quanto melhor escolaridade tivermos, com mais facilidade arranjamos emprego e conseguimos sempre um cargo acima daquele que se, por exemplo, tivermos o 9º ou o 12º”*. Neste sentido, vários/as jovens com o 12º ano ou menos dizem agora, reflexivamente, arrependem-se de ter abandonado a escola, e alguns deles ponderam mesmo a ideia de continuar os estudos¹³⁹.

Uma outra função central que é atribuída à escola, pela generalidade dos/as jovens, é a de criadora de sociabilidades. A maior parte dos/as jovens é unânime em considerar a escola, em qualquer dos seus níveis de ensino, como um local importante para conhecer pessoas e criar amizades, que frequentemente são transportadas para outros espaços e/ou que perduram no tempo. É, aliás, para alguns/algumas destes/as jovens, onde tudo começa: *“Fazer amizades, sair à noite, saímos à noite fazemos outros amigos [...] Acho que é na escola que se começa a viver.”* (Cátia, 27 anos, licenciatura, educadora de infância). O domínio das sociabilidades tende mesmo a ser, para alguns dos/as jovens entrevistados, o aspeto mais importante da escola, quando o investimento nesta também já não é grande, o que, com maiores ou menores implicações no seu desempenho escolar, os leva a centrar as suas atenções no convívio com os/as colegas em detrimento das aulas: *“Eu ia à escola praticamente para estar com os meus amigos, não era para ir para as aulas. [...] Eu faltava às aulas para estar com os meus amigos, porque às vezes os horários não eram iguais”* (Daniela, 18 anos, a frequentar um curso de equivalência ao 9º ano). O convívio com os/as colegas no tempo escolar, mesmo com alguns aspectos tidos como negativos, pode ainda ser considerado como importante para a aprendizagem da gestão das relações interpessoais.

No entanto, esta visão não deixa de ser permeada por algumas considerações que apontam para aspetos considerados como menos positivos e, mesmo, para alguns limites do poder que lhe é, geralmente, atribuído. Assim, as matérias lecionadas e as estruturas dos cursos são por vezes criticados pela sua falta de adequabilidade, considera-se que o conhecimento devia ser mais discutido e menos imposto (no sentido de uma maior horizontalidade das relações) e/ou que não se dá o devido apoio aos/às jovens com maiores dificuldades. Todavia, o maior problema encontrado, sobretudo entre algumas jovens mulheres, mas também entre os jovens homens, é o facto de muitos/as jovens licenciados/as, entre os/as quais algumas das jovens entrevistadas neste estudo e/ou de várias pessoas

¹³⁹ Como referem, por exemplo Galland (2011) e Furlong e Cartmel (2007), os/as jovens menos qualificados/as estão mais sujeitos/as à incerteza e às situações de risco, criadas pela flexibilização e a precariedade existentes, atualmente, no mercado de trabalho, caracterizado por altas taxas de desemprego juvenil (apesar de existirem variações entre países), sobretudo nos países do Sul da Europa.

que estes/as conhecem pessoalmente, se encontrarem desempregados/as ou subempregados/as¹⁴⁰. Este é o caso pessoal da Sandra (26 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego): “*Sou recém-licenciada ando à procura do meu primeiro emprego e as perspectivas não são muito boas. Como sabes estamos a atravessar uma crise e eu não sei o que é que vai acontecer. Porque hoje em dia as pessoas para arranjar emprego tem que ter cunha...*”.

Mas, volte-se agora o olhar para a escola como contexto de aprendizagem e de construção do género e da sexualidade.

4.2.2. Conversando sobre sexualidade na escola: será a escola um local onde se fala de sexualidade?

Os vários trabalhos, nomeadamente na literatura anglo-saxónica (Connell, 2000; Epstein e Johnson, 1998; Fine, 1988; Fine e McClelland, 2006; Holland et al., [2004] 1998; Kehely, 2002; Mac An Ghail, 1994; Nayak e Kehely, 2008; Pascoe, 2007; Thomson e Scott, 1992) e portuguesa (Fonseca, 2007; Fonseca e Santos, 2011; Pereira, 2012; Santos et al., 2009; Vieira, 2009; Vilar e Ferreira, 2009), que se têm debruçado (pelo menos parcialmente) sobre a construção do género e/ou da sexualidade nas escolas, são unânimes em considerar que estas são um espaço onde os regimes sexuais e de género são construídos e regulados, e onde uma sexualidade normativa, ancorada nos valores familiares e nos relacionamentos heterossexuais, é veiculada.

Estes estudos apontam ainda para um “silenciamento” do currículo oficial, por oposição a uma efervescente e dinâmica cultura sexual dos estudantes¹⁴¹ (Kehely, 2002), onde as questões relacionadas com a sexualidade são discutidas e, também, praticadas entre os/as jovens. Assim, se a educação sexual permanece apenas uma pequena parte do currículo oficial escolar, as conversas sobre sexualidade abundam nos espaços sociais ocupados pelos/as alunos/as. A proliferação de discursos sobre a sexualidade ocorre, assim, em diferentes espaços dentro da escola, existindo uma distância entre a educação formal e a experiência da sexualidade, tal como vivida pelos/as alunos/as (Kehely, 2002). Neste sentido, como referem Epstein e Johnson (1998), pode afirmar-se que as culturas sexuais dos/as jovens, em idade escolar, são multi-niveladas e complexas. Acresce ainda que, como sublinhado por vários/as autores/as (Epstein e Johnson, 1998; Fine e McClelland, 2006; Fonseca, 2007; Fonseca e al., 2011; Kehely, 2002; Pereira, 2012; Santos et al., 2009), a escola não é um microcosmos isolado, mas um espaço que interage com os contextos sociais, culturais, económicos e históricos mais

¹⁴⁰ De acordo com vários autores (Biggart e Walther, 2006; EGRIS, 2001; Furlong e Cartmel, 2007; Galland, 2011), as sociedades contemporâneas europeias enfrentam uma reestruturação e um precarização do mercado de trabalho que têm implicações no modo como os/as jovens acedem a este (Furlong e Cartmel, 1997), e que se articulam com o maior prolongamento e o aumento do risco associado às transições para a vida adulta (Biggart e Walther, 2006). As perspetivas do mercado de trabalho tornaram-se, assim, inseguras (EGRIS, 2001), sobretudo, para os/as jovens menos qualificados (Furlong e Cartmel, 2007; Galland, 2011).

¹⁴¹ Kehely (2002) define as culturas sexuais estudantis como os significados que os/as jovens atribuem à sexualidade no contexto do grupo de pares e nas interações em geral. Para a autora (Kehely, 2002), este processo de criar significados no contexto local imediato produz identidades individuais e coletivas, isto é, uma maneira de desenvolver um sentido do Eu em relação aos outros.

alargados, sendo, também, atravessado por estruturas de poder, por exemplo, ao nível da classe social, do género, da etnicidade ou da orientação sexual.

4.2.2.1. Os amigos: conversando de tudo ou ouvindo tudo?

Indo de encontro aos resultados de outros estudos (Epstein e Johnson, 1998; Fonseca e Santos, 2011; Kehely, 2002; Mac An Ghail, 1994; Pascoe, 2007; Santos et al., 2009; Vieira, 2009; Vilar e Ferreira, 2009; West, 1999), a maioria dos/as jovens entrevistados/as refere que a sexualidade é um tema comum nas conversas que tiveram, e/ou ainda têm (no caso de alguns/algumas jovens que continuam a estudar) na escola. É, aliás, com os/as amigo/as que os/as jovens mais referem conversar sobre sexualidade, neste contexto, o que demonstra a importância do grupo de pares na regulação do discurso da sexualidade e na construção das suas identidades sexuais e de género (Kehely, 2002).

Nestes anos de “adolescência”, os/as jovens vão tirando as suas dúvidas, ajudando-se, dando conselhos uns/umas aos/às outros/as; sendo que os/as jovens mais experientes acabam por ser procurados/as para “ensinar” e aconselhar os mais inexperientes, sobretudo, no que diz respeito à primeira relação sexual: *“Por exemplo, quando eu era virgem eu perguntava como é que seria perder a virgindade. Havia raparigas que já tinham perdido que sabiam explicar, outras que não. Era assim essas coisas.”* (Daniela, 18 anos, a frequentar um curso de equivalência ao 9º ano). É neste contexto que se partilham as primeiras experiências sexuais e/ou amorosas: os primeiros namoros, os primeiros beijos, as primeiras relações sexuais: *“Começamos a namorar, normalmente quem sabe primeiro são os nossos amigos, que é mesmo assim. Quando nós fazemos alguma coisa, desde a nossa primeira vez, desde o nosso primeiro beijo.”* (Catarina, 22 anos, 9º ano, empregada de balcão). Discutem-se os relacionamentos de cada um, dos namoricos, namoros a “sério” e/ou curtes, dos seus parceiros e/ou dos colegas, e das pessoas de quem se gostam: *“E, pronto acontecia, fazíamos encontros cada um de nós, e passávamos o resto da noite com as raparigas, e, depois, no fim a gente falava.”* (Daniel, 27 anos, 12º ano, padreiro). Fala-se dos métodos contraceptivos, das precauções que se devem ter e do sentido de responsabilidade. Mas também de outros temas, como: as transformações corporais, que no caso das jovens mulheres tendem a dizer respeito, sobretudo, ao aparecimento da menstruação e ao crescimento das mamas; as idas ao centro de saúde/planeamento familiar e/ou ao ginecologista também no caso destas; a masturbação e os filmes pornográficos, especialmente entre os jovens homens; avaliam-se as experiências tidas, o que foi bom ou mau; explicam-se as técnicas sexuais, o que se pode fazer e como se faz; fala-se dos medos e dos desejos que se têm... Os jovens homens tendem, ainda, a comentar as jovens mulheres, embora estes façam também parte das conversas delas.

“Para aí na altura do 5º ano, 6º ano é que se começam, aí putos, a falarem todos em tocar ao bicho e o caralho, porque é novidade. Até que chega a um ponto em que pára, não é? Depois muda de conversa para as gajas que se safam, as gajas que não se safam, para as gajas com experiências sexuais.”
(Bernardo, 23 anos, estudante do ensino superior)

“Opá, já não me lembro. Mas falávamos de tudo. [...] Era dos beijinhos, era dos amassos, era das idas ao cinema, era daquele rapaz giro que vimos num bar ou numa discoteca, era essas coisas normais.” (Cátia, 27 anos, licenciatura, educadora de infância)

Alguns rapazes falam também da existência de um certo exibicionismo no seio do grupo de pares – as histórias de performance (Holland et al., 1998). Neste sentido, os jovens metem-se com as raparigas, descrevendo as práticas sexuais que fariam com elas, e/ou gabam-se das experiências tidas, omitindo as suas fraquezas e medos. Das experiências tidas ou nem por isso!, visto que é frequente falar-se no empolamento das experiências sexuais, ou mesmo da mentira, quando se contam histórias de situações que na realidade não aconteceram¹⁴². Estas histórias servem essencialmente para afirmar as identidades (hetero)sexuais e de género dos jovens rapazes - a sua reputação como “machos” (Connell, 2000; Kehely, 2002; Mac An Ghail, 1994; Nayak e Kehely, 1996; Pais, 2012; Pascoe, 2007; Richardson, 2010; Silva, 2011; Thomson e Holland, 1998) e, deste modo, a sua pertença ao grupo de pares, onde o seu estatuto tende a aumentar em consonância com as proezas sexuais contadas (Epstein e Johnson, 1998; Holland et al., 2004 [1998]; Kehely e Nayak, 1998; Kehily, 2002; Mac An Ghail, 1994; Nayak e Kehily, 1996; Pascoe, 2007).

“E a gente falava mais: “à, e não sei quê, a noite passada e tive com a tal e fiz isto e fiz aquilo”. [...] e então, às vezes, não fazem nada daquilo, mas dizem que fizeram que é p’ra... uma forma de dizerem que: “prontos, eu sou machão” ou que “já fiz sexo”.” (Cristiano, 21 anos, 9º ano, desempregado)

“Principalmente em conversa com os amigos [...] na altura se calhar era um bocado de exibicionismo e tal: “fez-se aquilo, fez-se não sei quê, fez-se não sei quantos”, [...] Eu penso que os jovens até dizem um bocado mais do que aconteceu, do que fizeram e tal. E contam as partes fortes, não contam as partes fracas, que acho que qualquer jovem tem.” (Ricardo, 28 anos, 11º ano, proprietário de pequeno negócio)

Para além do exibicionismo, outro comportamento que permeia frequentemente as conversas tidas, sobre sexualidade, na escola, tal como acontece/acontecia aliás, como se viu anteriormente, entre alguns pais (homens) e os seus/suas filho/as, é a brincadeira e o riso. Estes permitem falar de um assunto que é ainda sentido por vários/as jovens como difícil ou embaraçoso de se falar. Assim, como diz o Pedro (29 anos, licenciatura, arquitecto), entre risos e brincadeiras “*estávamos a falar de assuntos muito sérios e cada vez mais sérios e importantes*”. Mesmo nos dias de hoje, quando os/as jovens são já um pouco mais velhos, sobretudo, entre os jovens homens, mantêm-se as conversas pouco aprofundadas, geralmente, sob a capa de brincadeiras e de comentários jocosos¹⁴³: “*Pronto, às vezes mandamos uma boca uns aos outros “Ah então o fim de semana correu bem?”, “O Benfica não jogou em casa”, brincadeiras assim. Não somos de falar assim muito sobre isso*” (Renato, 22 anos,

¹⁴² Algo que parece manter-se, atualmente, em Portugal, nos contextos estudados por Pais (2012), com rapazes e raparigas em idade escolar.

¹⁴³ De acordo com vários/as autores/as (Holland et al., 2004 [1998]; Kehely e Nayak, 1997; Pascoe, 2007), o humor desempenha um papel importante na consolidação do grupo de pares, organizando e regulando as heterossexualidades masculinas. Este constitui um meio através do qual se desempenha uma “masculinidade” “dura”, transformando o Outro em maricas, se deslocam os medos e incertezas, e se polícionam os comportamentos dos jovens rapazes.

estudante do ensino superior). Mas, se o tom mais jocoso da comunicação ajuda/ajudava alguns/algumas jovens a falarem sobre sexualidade, não deixa de ser interessante constatar que, vistas sobre as lentes do presente, vários deles/as referem-se a estas conversas, tidas nos tempos de escola, como conversas de criança, sem conteúdo e sem interesse, sendo portanto desvalorizadas: “*Mais naquelas conversas de rapazes, que não eram fundamentadas, era mais bocas para o ar. [...] No tempo de escola nunca é muito profundo, não leva a lado nenhum*” (João, 24 anos, *estudante do ensino superior*).

Outros comentários confirmam a permanência da dificuldade em falar abertamente sobre sexualidade mesmo entre os/a mais jovens. Neste sentido, o testemunho da Inês (21 anos, 11º ano incompleto, empregada de balcão/barmaid), exemplifica claramente como, embora a comunicação sobre sexualidade seja, nos dias de hoje, mais aberta do que nas gerações anteriores (ver, por exemplo, Policarpo, 2011a, 2011b), a sexualização generalizada das conversas dos jovens está ainda longe de acontecer: “*Na altura, ainda era um tabu os jovens falarem sobre sexo entre eles. Até entre eles! Eu sempre fui uma pessoa que falei sempre tudo, eles até achavam piada, porque eles queriam dizer, mas tinham vergonha*”. Assim, entre os/as jovens entrevistados/as, vários/as referem que não falavam de todo sobre sexualidade na escola, que se limitavam a ouvir os/as amigos/as, ou que falavam apenas com um grupo reduzido e mais íntimo de amigos/as. É de notar que entre estes/as jovens, com algumas exceções, se encontram, sobretudo, os/as que têm um nível de escolaridade igual ou inferior ao 12º ano, sendo que vários/as têm o 9º ano de escolaridade ou menos. Estes/as tendem também a ser os/as mesmos/as jovens (embora não sempre) que não falam sobre sexualidade com os pais. Mais uma vez o facto de a sexualidade ser percebida como do domínio do íntimo, de ser sentida como um assunto embaraçoso de se falar e/ou dos/as jovens se descreverem como pessoas reservadas, leva-os/as a não discutir o tema e a guardar as suas experiências para si próprios ou, em alguns casos, para um(a) ou dois/duas amigo/a(s) de maior confiança.

“Se calhar ouvia, mas não participava, sim. Quer dizer, não podia evitar ouvi-las, não é?! Se calhar não intervinha tanto nas conversas. [...] depois de forma inconsciente... cruzava se calhar a informação e escolhia para mim aquilo que estava certo e o que estava errado.” (Rodrigo, 23 anos, 12º ano, *operário qualificado*)

“As amigas normalmente falam sobre isso e eu, mesmo assim, sentia-me envergonhada. Nunca fui assim de falar muito sobre a minha vida assim nesse aspeto. [...] Eu ouvia. Eu podia mandar às vezes piropos e rir-me e não sei quê, mas eu de mim nunca falava, que era muito envergonhada.” (Verónica, 21 anos, 9º ano incompleto, *empregada de supermercado*)

No caso dos/as jovens não heterossexuais, a questão da orientação sexual e/ou das práticas a ela relacionada tendiam a não ser discutidas com os/as colegas de escola, durante o ensino elementar e secundário. Quando se falava de sexualidade, como no caso da Mariana, era, geralmente, em relação à heterossexualidade, sendo que as questões relacionadas com a homossexualidade eram mantidas em

privado¹⁴⁴ ou, tal como no caso dos/as jovens acima mencionados/as, faladas apenas com algum(a) amigo/a mais íntimo/a. Este silenciamento, por parte dos/as jovens que se autoidentificam com uma orientação sexual não heterossexual, não é, no entanto, de estranhar em face da percepção da permanência da homofobia nas escolas¹⁴⁵, percepção esta que é confirmada por vários estudos internacionais (Fine e McClelland, 2006; McKeihly e Nayak, 1999; Kehily, 2002; Mac An Ghail, 1994; Nayak e Kehily, 1996; Pascoe, 2007; Taylor, 2006; West, 1999) e nacionais (Fonseca et al., 20011; Pais, 2012; Pereira, 2012; Vieira, 2009): “*É assim, falávamos sobre sexualidade heterossexual [...] tudo [...] pormenorezinhos das relações sexuais [...] [Homossexual] Uma amiga, tinha de ser muito ligada, tinha de ter confiança...*” (Mariana, 24 anos, licenciatura, empregada de *balcão/barmaid*). Tanto para os/as jovens, com uma orientação sexual não heterossexual, como para os/as jovens heterossexuais, com maiores reservas em falar sobre sexualidade, uma relação de amizade mais íntima, com o seu significado associado à confiança e à partilha, como se irá ver mais à frente, dá garantias de confidencialidade, o que, por sua vez, permite a abertura do eu a um pequeno grupo de outros significativos, que satisfazem estas condições.

Por vezes, é com a entrada na faculdade que se começa a abordar estes assuntos. Esta situação pode ser explicada, tal como acontece no caso das jovens mulheres, pelo contexto de maior liberdade para a vivência da sexualidade, que o facto de estar a estudar longe da casa dos pais e/ou do olhar vigilante de outros conhecidos (como outros familiares ou vizinhos/as) permite¹⁴⁶. Pode acontecer ainda que os/as jovens não sintam qualquer interesse por assuntos relacionados com a sexualidade, que não tenham despertado para estas questões e/ou que suspeitando, de forma mais ou menos consciente, de uma orientação sexual diferente da normativa, tendam a reprimir o domínio da sexualidade na sua vida.

¹⁴⁴ “Manter a boca fechada”, devido à sua classe social e à sua orientação pessoal, fazia, também, parte das narrativas das mulheres, operárias e lésbicas, estudadas por Taylor (2006: 451).

¹⁴⁵ Por homofobia entenda-se, no sentido de Connell (2000), o abuso cultural da homossexualidade e o medo de se ser pensado como homossexual. De acordo com Epstein e Johnson (1998) e Kehely (2002: 93), a homofobia repele o desejo homoerótico do eu para o outro, numa disposição pública que serve para negar o desejo homossexual através de uma demonstração ideal de heterossexualidade masculina. Deste modo, a homofobia nas escolas mostra como as identidades heterossexuais masculinas são mantidas através de exibições, que podem ser entendidas como provas de inseguranças e de ambivalências na mente masculina (Kehely, 2002). Neste sentido, Pascoe (2007: 81-82), considerando que a homofobia é central para a definição contemporânea da masculinidade, mostra como a figura do “maricas” – “fag” – faz parte do modo como a masculinidade é construída através do seu repúdio. Contudo a figura do maricas transcende a conotação com a identidade sexual estável atribuída a um jovem gay, sendo que é frequente os jovens entrarem e saírem desta categoria. O termo pode, assim, ser investido com diferentes significados em diferentes espaços sociais (Pascoe, 2007). Como refere Pereira (2012: 147), o termo “maricas” (e outros semelhantes) pode ser utilizado para “monitorizar e criticar o comportamento de qualquer pessoa, independentemente, das suas práticas e desejos sexuais, e, geralmente, para designar e criticar comportamentos que não estão de todo relacionados, ou apenas muito indiretamente, com questões de carácter sexual”.

¹⁴⁶ Neste sentido McDermott (2011) mostra como, para os/as jovens LGBT, provenientes da classe média, que entrevistou, a ida para a universidade providencia um modo de construir a sua identidade sexual num contexto mais liberal e seguro, e fora do olhar familiar. Também Seidman (2002) dá exemplos de entrevistados para quem a ida para a universidade proporcionou um maior sentido de liberdade, que, por sua vez, permitiu o envolvimento em relacionamentos sexuais e/ou amorosos com pessoas do mesmo sexo.

4.2.2.2. As aulas de educação sexual: não que eu me lembre!

Mas se as escolas são espaços ricos em conversas sobre a sexualidade, especialmente, entre os/as alunos/as (Epstein e Jonshon, 1998; Holland et al., 2004 [1998]; Kehely, 2002; Mac An Gaill), já no que toca à educação sexual existente no currículo oficial, como referido anteriormente, as críticas são unânimes. Considera-se que a perspetiva veiculada nestas aulas é sobretudo preventiva, focando na reprodução e nos “perigos” da atividade sexual, nomeadamente a gravidez na adolescência e as doenças sexualmente transmissíveis, veiculando sobretudo a heterossexualidade, as relações de género “tradicionais” e os valores da família nuclear, deixando de lado os aspetos sociais e não reprodutivos da sexualidade, como os relacionamentos, as emoções, outras práticas sexuais que não a penetração vaginal, outras identidades de género fora do binário feminino/masculino, e/ou outras orientações sexuais que não a heterossexual (Fine, 1988; Holland et al., 2004 [1998]; Kehely, 2002; Mac An Ghail, 1994; Santos et al., 2009; Thomson e Scott, 1992; Vieira, 2009; Vilar e Ferreira, 2009; West, 1999). Neste contexto, Thomson e Scott (1992: 9) e Holland et al. (1998: 53) referem que o fator mais significativo da educação sexual formal na escola é: “o modelo de sexualidade “legítima” que apresenta”, ou seja aquilo que omite, e não o que inclui, e, por conseguinte, as fronteiras que delinea entre as áreas da sexualidade que podem ser faladas e aquelas que devem permanecer em silêncio”.

No caso dos/as jovens entrevistados/as, vários/as são os/as que dizem não ter tido (ou que não se lembram de ter tido), qualquer tipo de educação sexual formal, o que não é de estranhar, visto que, embora desde 1984 o estado legisle sobre o direito à educação sexual¹⁴⁷, procurando garantir não só os conhecimentos físicos e biológicos sobre a sexualidade humana, mas também a superação das desigualdades tradicionais entre homens e mulheres, a verdade é que a realidade das escolas foi bem mais descontínua¹⁴⁸. Neste sentido, apenas uma minoria de jovens diz, explicitamente, ter tido uma disciplina dedicada ao debate da sexualidade, sendo que, na maior parte desses casos, as aulas de educação sexual foram lecionadas no estrangeiro, onde os/as jovens residiam à data (Reino Unido, França, Suíça e África do Sul).

¹⁴⁷ Lei n.º3/84, de 24 de Março. Como referem Santos et al. (2009), desde esta data, a legislação tem vindo a alargar os conteúdos que pretende ver transmitidos no currículo oficial da educação sexual transmitida nas escolas, focando nas questões da prevenção, nos conhecimentos fisiológicos e biológicos relativos à sexualidade e à reprodução, mas também sobre os relacionamentos interpessoais, a partilha de responsabilidades, e a igualdade entre os géneros, de forma a garantir uma vida sexual “mais saudável, mais gratificante e reponsável” (Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto). Em 2009 (Lei n.º60/2009, de 6 de Agosto) sai uma nova legislação que reafirma e volta a estender os pontos anteriores, chamando ainda a atenção, entre outras questões, para a valorização da sexualidade e da afetividade, a melhoria dos relacionamentos sexuais e/ou afetivos, o respeito pela diferença e pelas outras orientações sexuais que não a heterossexual, e a eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual. Assim, embora seja necessário reconhecer que os/as jovens entrevistados/as não tenham sido abrangidos por esta última lei, desde 1984 a legislação parece estar orientada para uma educação sexual mais compreensiva que, e à semelhança do que se passa com a questão da igualdade de género, de forma mais generalizada, parece não ter sido acompanhada, na prática, pelas escolas.

¹⁴⁸ Resolução da Assembleia da República nº51/98. Sobre o enquadramento legal da educação sexual e sobre a perceção que os/as jovens têm da educação sexual formal existente nas escolas, em Portugal, ver, por exemplo, Fonseca et al. (2011), Santos et al., (2009) e Vieira (2009).

A maior parte dos/as jovens referem ter tido apenas alguma palestra isolada ou alguma aula em que o assunto foi debatido, do seu ponto de vista, de forma superficial e esporádica. A educação sexual formal é transmitida, sobretudo, tal como indicado noutros estudos (Epstein e Johnson, 1998; Fine, 1998; Holland, et al., 2004 [1998]; Thomson e Scott, 1992; Vilar e Ferreira 2009) nas aulas de ciências e/ou de saúde (ciências da natureza, biologia, saúde e socorrismo), embora existam também algumas menções à disciplina de educação cívica/educação para a cidadania, e mesmo religião e moral, variando, contudo, entre escolas, no que toca à sua quantidade, qualidade e duração (Holland et al., 1998; Thomson e Scott, 1991).

Na maior parte dos casos, os assuntos debatidos nestas aulas e/ou palestras prendem-se com a utilização de contraceptivos, nomeadamente o uso do preservativo, a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), sobretudo da Sida, e de uma gravidez não planeada, o corpo humano e o sistema reprodutivo, ou seja, um discurso que, acima de tudo, e como referido em cima, alerta para os “perigos” da sexualidade (Epstein e Johnson, 1998; Fine, 1988; Fonseca, 2007) e para a sua prevenção (Fonseca, 2007; Santos et al., 2009). É esta perspetiva racional, naturalizada e medicalizada da sexualidade que está presente no currículo oficial das escolas portuguesas (Vieira, 2009; Vilar e Ferreira, 2009), tal como acontece com outros países, nomeadamente o Reino Unido (Epstein e Johnson, 1998; Kehely, 2002; Thomson e Scott, 1992). Esta formação é, assim, tida por muito/as jovens como insuficiente¹⁴⁹, senão para si, pelo menos para os/as colegas, cujos pais, frequentemente, não falam sobre estes assuntos.

“À, falaram sobre contraceptivos, ah... e é só do que eu me lembro. E das doenças sexualmente transmissíveis. Se bem que eu sempre fiquei na dúvida de saber como é que as coisas aconteciam e nunca ninguém explicou na altura. Foi uma explicação muito, muito vaga; pouco aprofundada. E na altura fiquei com muita curiosidade sim. Acho que foi insuficiente.” (Rodrigo, 23 anos, 12º ano, operário qualificado)

Pouco/as jovens referem ter discutido questões associadas com as emoções, os relacionamentos amorosos ou a orientação sexual. Tal como acontece em vários outros estudos (Fonseca e Santos, 2011; Holland et al., 1998; Santos et al., 2009; Thomson e Scott, 1992; Vieira, 2009; West, 1999), sobre os contextos de aprendizagem e/ou de comunicação da sexualidade, existe assim uma omissão, frequentemente criticada pelos/as jovens, dos aspetos relacionais e/ou amorosos da sexualidade, de outras práticas sexuais que não a penetração e de outras orientações sexual que não a heterossexualidade¹⁵⁰. Neste sentido, algumas autoras (Kehely, 2002; Thomson e Scott, 1992; West,

¹⁴⁹ Estes/as jovens são, sobretudo, mulheres, embora também alguns homens, mais qualificado/as, isto é, com frequência do ensino secundário ou mais.

¹⁵⁰ O resultado de vários estudos (ver por exemplo, Epstein e Johnson [1998]; Kehely [2002]; Mac An Ghail, 1994) mostram como os/as jovens tendem a perceber a educação sexual existente como orientada para a heterossexualidade, o que ajuda a cultivar a heteronormatividade, e a esquecer outros modos de viver e sentir a sexualidade, atirando-as deste modo para fora dos limites do que é permissível. Deve salientar-se, no entanto, que a questão da orientação sexual não heterossexual praticamente não surgiu nas entrevistas como algo discutido (ou não) no contexto da comunicação sexual na escola, nomeadamente com os professores, na sala de

1999) consideram que a educação veiculada pelo currículo oficial é frequentemente sentida como desajustada das vivências quotidianas dos/as jovens, das suas escolhas e/ou das pressões a que estão sujeitos/as, e, portanto, incapaz de responder a todas as suas dúvidas, questões e/ou problemas. Para a Vanessa, por exemplo, a não referência a outras orientações sexuais que não a heterossexual, leva-a sentir-se descontente com o conteúdo do que é ensinado nestas aulas. Contudo, o medo de ser julgada pelos colegas, na medida em que levantar a questão poderia fazer com que fosse catalogada como lésbica, num contexto onde a construção da heterossexualidade masculina e feminina é fortemente prescrita pelo grupo de pares, leva-a a manter-se em silêncio. Para além disso, a falta de menção aos assuntos afetivos relacionados com a sexualidade é também criticada por ela, como um tema que teria sido importante discutir¹⁵¹.

“Basicamente... eu na altura fiquei danada porque só falaram em relações hetero. Não falaram em mais nada. E eu fiquei passada da cabeça. Também não ia perguntar porque é que não falaram do resto. Aí todo o mundo ficava a saber e então não perguntei. Mas tipo, basicamente falaram nos órgãos reprodutores, no uso do preservativo, no uso da pílula, nas doenças sexualmente transmissíveis... Por aí, pouco mais, mesmo. Mas a coisa que mais me irritou é que eu acho que a educação sexual não deveria ser só sobre sexo em si, e sobre os métodos e sobre as doenças. Devia ser também sobre os sentimentos, acho que isso era muito importante.” (Vanessa, 29 anos, estudante do ensino superior, operária)

Deste modo, em face da grande ênfase na reprodução e nas doenças sexualmente transmissíveis, a discussão do prazer sexual é, geralmente, negligenciada (West, 1999), ou como refere Fine (1988) tende a existir uma falta de discurso do desejo, especialmente para as jovens mulheres, e um contexto sociocultural que impede a expressão de um desejo “profundo” - “thick desire” (Fine e McClelland, 2006). Segundo West (1999), é este tipo de ausência, que se espelha, por exemplo, na falta de discussão a alternativas ao sexo penetrativo, que leva a conceções restritas do que é entendido por sexo seguro, no contexto de relacionamentos heterossexuais¹⁵². As relações de poder inter-género são, também, comumente, negligenciadas no quadro da educação sexual, pelo que tendem a não dar conta

aula. Apenas uma jovem autoidentificada como lésbica, a Vanessa (mencionada em cima), se insurgiu, durante a entrevista, contra a não discussão do tema. Contudo, é necessários referir que a questão não foi posta, tendo sido apenas perguntado se os/as jovens tinham tido educação sexual ou não, em que contexto, qual o conteúdo, se foi suficiente e/ou importante para si e qual a importância da educação sexual na escola em termos gerais. De salientar ainda é que os vários estudos que discutem a questão da educação sexual na escola tendem a referir a dificuldade em debater as questões das orientações sexuais não heterossexuais, sendo estes temas permeados por atitudes homofóbicas (West, 1999), especialmente por parte dos jovens rapazes, que tentam distanciar-se do tema, evitam falar sobre o assunto e/ou usam o humor para lidar com a questão (Kehely, 2002; Pascoe, 2007).

¹⁵¹ Indo de encontro ao referido pela Vanessa, Mac An Ghail (1994: 161) menciona que os jovens gays que entrevistou cresceram numa sociedade em que raramente existem imagens positivas de indivíduos gays e lésbicas. Mostrando como a homossexualidade é raramente discutido nas escolas destes jovens e que, quando tal acontece, é discutida em termos negativos, o autor conclui que o fato da heterossexualidade ser apresentada como natural, normal e universal, leva os jovens a referir a isolamento pessoal, marginalização e alienação que esta situação provoca. Acresce ainda que estes jovens, em vista da falta de uma referência positiva, tendem a internalizar mensagens ambivalentes e negativas sobre eles próprios, enquanto jovens gays, como se pode ver também, mais abaixo, pelo exemplo da Teresa.

¹⁵² No entanto, Fine (1998: 35) sublinha, que embora este discurso do desejo esteja ausente do discurso do currículo oficial das escolas, não está de todo ausente do discurso das jovens raparigas; algo que Kehely (2002) refere também para o contexto inglês.

das dificuldades que as jovens mulheres enfrentam em insistir no uso do contraceptivo e/ou a recusar ter relações sexuais quando não o desejam (Holland et al., 1998; Marques, 2006; Thomson e Scott, 1992; West, 1999). Assim, ao mesmo tempo que é medicalizada (Vieira, 2009; West, 1999), a sexualidade é retirada do contexto mais geral dos relacionamentos em que tende a acontecer (West, 1999), não se prestando atenção aos diferentes contextos socioeconómicos e culturais em que os/as jovens estão inseridos/as (Epstein e Jonhson, 1998).

Uma outra ideia, transmitida por vários/as jovens, é a de que debater assuntos relacionados com a sexualidade depende, acima de tudo, da iniciativa de alguns/algumas professores/as¹⁵³, que de forma mais aberta tentam introduzir esta matéria no conteúdo das aulas e proporcionar aos/às alunos/as algum espaço de diálogo e de esclarecimento de dúvidas, como aconteceu no caso do Paulo (22 anos, 12º ano, eletricitista/pizzeiro): *“Havia professores que se preocupavam. Se calhar professores um bocadinho mais modernos que faziam questão de explicar [...] e davam uma aula de sexualidade. Mas nem sequer era curricular, era uma coisa que eles se propunham a fazer”*. Ora, segundo Buston et al. (2002), o contexto de aprendizagem da sexualidade, e não apenas o conteúdo veiculado, é considerado como fundamental para o modo como esta aprendizagem é feita. Assim um contexto, como o referido pelo Paulo, em que os/as professores/as são vistos/as como amigos/as e em que os/as alunos/as sentem que podem falar, ser ouvidos/as e/ou que são tratados/as como adultos/as, faz com que a aprendizagem da sexualidade se torne mais bem-sucedida (idem). Esta situação aponta mais uma vez para a importância da horizontalidade das relações e de uma perspetiva mais relacional, na sociedade contemporânea, desta feita na relação entre alunos/as e professores/as.

Neste sentido, alguns/algumas jovens, embora minoritários/as, referem conseguir conversar sobre sexualidade também com os/as professores/as e/ou outros/as técnicos/as qualificados/as, no contexto escolar, mas fora da sala de aulas. Noutros casos, os/as professores/as deixam de ser percebidos como uma figura superior e autoritária, para passarem a ser entendidos como indivíduos com quem se pode conversar. Estes/as professores/as podem mesmo servir de fonte de apoio aos jovens, quando este não existe em casa, como no caso da Teresa. Tendo sido muito controlada pelos pais, como se referiu anteriormente, que têm, à altura, uma atitude restritiva em relação à sexualidade, com um forte cariz heteronormativo e homofóbico, esta encontra, numa professora, o apoio e compreensão necessários para aceitar a sua orientação sexual. A posição dos pais faz com que a Teresa tenha dificuldade em aceitar para si própria uma identidade sexual não heterossexual, levando-a mesma a entrar em depressão e a tentar o suicídio. A abertura da professora relativamente à sua identidade sexual, as palavras que lhe dirigiu e a disponibilidade para a escutar em qualquer altura, ajudaram-na assim a gerir os seus sentimentos para com as jovens do mesmo género.

¹⁵³ O mesmo foi identificado por Fonseca (2007) e por Santos et al. (2009), num estudo sobre sexualidade e gravidez na adolescência, com jovens em idade escolar, no norte de Portugal.

“Eu aos quinze anos comecei a sentir atração por mulheres e revoltei-me contra isso e não queria. Porque eu ouvia os meus pais a falarem em casa sobre homossexuais: “isso é um nojo, essa gente é toda é morta a tiro, blá, blá, blá”. E eu ao ouvir isso em casa, e sentir o que sentia, choquei comigo mesma. Tentei o suicídio, entrei em depressão. Até que um dia fui falar com a minha professora; e tive uma conversa muito longa com ela; e ela esclareceu-me muita coisa, deixou-me muito à vontade. [...] A minha professora assumiu-se naquele momento para mim como lésbica também. [...] Ela disse para eu seguir o que o meu coração quisesse, para nunca me forçar uma relação hetero se eu sentisse aversão [por homens] [...], com o tempo eu iria ficar mais à vontade comigo mesma e iria ver que estar com uma mulher não é nada assim...uauh [expressão que dá a entender que não é nada fora do normal], entendes? Ela deu-me umas palavras que me ajudou muito e ficou sempre disponível para quando eu quisesse falar com ela, para ir ter com ela e sempre...ela sempre esteve ali, incrível.” (Teresa, 28 anos, 12º ano, escritora)

Mas voltando ao contexto da sala de aula, e tal como referido por West (1999), não deixa de ser notada a dificuldade que outros/as professores/as têm, especialmente quando a isso são obrigados/as, no âmbito do currículo da sua disciplina, em abordar o assunto: *“Eram muito mais reservados, não falavam... tavam com medo de falar, sabes?, então isso fez com que a gente gozasse com os professores” (Catarina, 22 anos, 9º ano, empregada de balcão)*. Contudo, alguns/algumas jovens, tal como acontece na comunicação sobre sexualidade com os pais, e/ou com os amigos na escola e fora dela, podem sentir também alguma vergonha e/ou receio em debater o tema, no contexto da sala de aula. A dificuldade em debater as questões relacionadas com a sexualidade, neste contexto, está relacionada com o facto de, como se tem vindo a referir, muitos/as jovens sentirem que existe ainda um certo tabu em falar da (sua) intimidade abertamente, a que se juntam as dinâmicas da interação inter e intra-género, nos contextos mistos da sala de aula (Buston et al., 2002; Epstein e Jonshon, 1998; Thomson e Scott, 1992). Neste contexto, um dos maiores problemas para os/as jovens, especialmente para os jovens homens, é o de não serem visto como sujeitos conhecedores em matérias sexuais e reprodutivas¹⁵⁴, e poderem, por conseguinte, ser expostos ao riso e ao gozo dos/as colegas: *“Foi lá uma enfermeira falar, mas toda a gente teve vergonha de falar com ela...Tínhamos 16 anos ou 17, toda a gente tinha vergonha de falar sobre isso, em frente aos amigos todos” (Renato, 22 anos, estudante do ensino superior)*. A brincadeira e o riso funcionam assim, simultaneamente, como facilitadores e constrangedores do debate, nas aulas de educação sexual (Buston et al., 2002; Kehely, 2002; Pais, 2012). Assim se, por um lado, entre risotas se consegue debater o assunto – ter conversas sérias, como referiu o Pedro anteriormente, por outro lado, o tom jocoso das conversas e a, conseqüente, disrupção da aula, podem ser entendidos/as como um verdadeiro obstáculo a uma aprendizagem profunda e séria da matéria¹⁵⁵, onde os temas deveriam ser discutidos abertamente e as

¹⁵⁴ Segundo Kehely (2002), no contexto do grupo de pares, a demonstração de competência e o medo da ignorância são aspetos comuns na articulação de uma masculinidade que se quer conhecedora em termos de sexualidade e ativa em termos heterossexuais. Neste contexto, as aulas de educação sexual são um contexto ideal de performance de uma hipermasculinidade, na medida em que as incertezas, dúvidas e falta de conhecimento dos jovens rapazes podem surgir à superfície (Epstein e Johnson, 1998).

¹⁵⁵ Falando do contexto da educação sexual, nomeadamente das dinâmicas de género, Buston et al. (2002) dão conta das diferentes perceções dos/as jovens estudantes, que consideram, frequentemente, que as raparigas levam estas aulas mais a sério, enquanto que os rapazes tendem a perturbar mais as aulas, nomeadamente

dúvidas expostas. Assim, como refere a Catarina (22 anos, 9º ano, empregada de balcão): “*Nas escolas isso é tudo muito bonito, é tudo bom ouvir, mas só que é assim, a maior parte do pessoal [...] quando são muito novos, ainda gozam com isso*”.

Ora, tendo em conta as dificuldades que vários/as dos/as jovens sentem em falar de sexualidade com os pais/familiares e a medicalização, normatividade da heterossexualidade e omissão do prazer e das sexualidades não heterossexuais, do currículo oficial das escolas, onde mais vão os/as jovens aprender e/ou conversar sobre estes assuntos? Como se referiu anteriormente, embora a comunicação sexual formal, nas escolas, seja mais problemática, as conversas com os/as amigos/as tendem a ser bastante comuns. Para além disso, os/as amigos constituem, frequentemente, uma fonte de apoio e de suporte na construção das identidades dos/as jovens, nomeadamente a nível do género e da sexualidade, como se irá ver de seguida.

4.3. Entre o apoio e a pressão: amizades, género e sexualidade

As redes de relacionamento sociais são um aspeto central da vida dos indivíduos. Estas tendem a ser permeadas por sociabilidades, que durante a juventude se exprimem predominantemente nas relações de amizade (Costa et al., 1990). Atualmente os/as jovens tornam-se mais autónomos, procurando tomar as suas próprias decisões e fazer as suas escolhas, passando menos tempo com a família e mais com os/as amigos/as (Pais, 1996a; Vilar, 2001; Galland, 2011). Embora a família tenha, como referido anteriormente, um papel central na vida dos/as jovens, de acordo com vários autores (Bozon, 2004; Pais, 1996a; Vilar, 2001) esta deixou de ser a principal instância de socialização dos/as jovens em domínios relacionados com os tempos livres e o lazer, sendo com os/as amigos/as que estes/as tendem a passar os seus tempos livres, a divertir-se e a ter mais opiniões em comum (Galland, 2011; Gomes, 2003; Pais, 1993, 1996a; Vilar, 2001). As relações no grupo de pares tendem também a ser mais igualitárias, havendo uma reciprocidade de interesses, afetos e de gostos culturais dentro destas. É, neste contexto, que o grupo de amigos/as vai adquirindo mais importância para os/as jovens, assegurando uma certa identificação entre os elementos do grupo, ajudando a estruturar os seus tempos quotidianos e atividades conjuntas, e a proteger as suas identidades individuais (Pais, 1993, 1996a). Os/as amigos/as têm assim uma função integradora (Pais, 1996a), contribuindo para sentimentos de identidade e pertença (Costa et al., 1990), e providenciando “sentidos de vida e possibilidades de afirmação identitária” (Pais, 1996a: 171).

Nas sociedades contemporâneas, a amizade tem sido vista como o modelo de um bom relacionamento – a relação pura de Giddens (Jamieson, 2004 [1998]). Idealmente as relações entre pais e filhos/as e entre parceiros/as são vistas como sendo “como amigos”. A amizade tende a ser entendida como voluntária, igualitária, feita com base na escolha pessoal e como capaz de

através das risadas. Segundo Pais (2012: 47), o riso e as brincadeiras à volta da educação sexual nas salas de aulas mostram ainda “algum incómodo, perturbação ou pouco à vontade na abordagem da temática”.

providenciar aos indivíduos uma variedade de apoio psicológico, social e material (Nardi, 1992). Contudo, o posicionamento social dos indivíduos influi no modo como as amizades são criadas e mantidas, isto é, nas oportunidades para conhecer outras pessoas e iniciar amizades, no conteúdo das relações e na frequência das interações (Nardi, 1992; Jamieson, 2004 [1998]), sendo que as interações de amizade tomam o seu significado de acordo com o contexto social (Nardi, 2007). As pessoas encontram-se em contextos sociais específicos, como o trabalho, a escola, ou a vizinhança, cujo acesso é geralmente controlado por determinados requerimentos, como a idade, nível de escolaridade, raça, classe, género, ou orientação sexual. É neste sentido, que os grupos de pares, na adolescência e na juventude, são diferentes entre si, tanto na sua origem social como na identidade pessoal dos seus elementos; existindo diferentes subculturas locais, familiares e de classes que tornam estas experiências heterogêneas, embora semelhantes no seu interior (Pais, 1993; Saraceno, 1997).

É também no grupo de amigo/as, compostos frequentemente por rapazes e raparigas, que os/as jovens ensaiam as suas primeiras práticas a nível sexual, partilham as suas experiências, desabafam sobre os seus problemas, tiram dúvidas, que de outro modo poderiam ficar por resolver. Nos dias de hoje, o namoro e a experimentação sexual ocorrem, geralmente, neste contexto (Lhomond, 1999; Vilar e Gaspar, 1999; Vilar, 2001), onde se defendem valores relacionados com uma vivência da sexualidade mais liberal e mais relacionada com o prazer (Vilar e Gaspar, 1999). Neste sentido, a pressão do grupo de amigos/as é mencionada por alguns/algumas jovens como justificação para a sua iniciação sexual (Bozon e Heilborn, 1999). Os/as amigos/as são também as pessoas com quem os/as jovens mais tendem a conversar sobre sexualidade, o que denota a sua importância para estes/as, devido ao tempo que passam juntos no quotidiano, e à existência de preocupações comuns e de códigos de comunicação semelhantes (Vilar, 2001). No entanto, os valores transmitidos pelos/as amigo/as podem entrar em contradição com os valores veiculados pela família (Vilar e Gaspar, 1999). Assim, se por um lado, existem o silêncio e os avisos pouco específicos feitos em casa, por outro lado, no grupo de amigos/as, tende a estar presente uma lógica do prazer, com potenciais pressões para uma entrada em sexualidade (Vilar e Gaspar, 1999).

Nas próximas páginas vai-se então reflectir sobre a importância dos/as amigos/as para os/as jovens adultos/as entrevistados/as, de modo a procurar perceber que tipo de interrelações existem entre a amizade e a construção e aprendizagem da sexualidade e do género.

4.3.1. “Ninguém é ninguém sem amigos”: os significados e a importância da amizade

A amizade tem também uma grande importância para os/as jovens entrevistados/as, ao ponto destes/as referirem coisas como: os/as amigo/as são a melhor coisa se pode ter, faz-se tudo pelos/as amigo/as, não se vive sem amigos, ou mesmo que “ninguém é ninguém sem amigos” (Renata, 18 anos, a frequentar o 12º ano, barmaid em part-time). Para a maioria destes/as jovens, os/as amigo/as

representam uma fonte de ajuda e de apoio, sendo que a interajuda recíproca acaba por fortalecer o sentimento de amizade. Com eles/as tiram-se dúvidas, desabafa-se, contam-se os problemas e partilham-se as experiências, que, muitas vezes, se sente não se poderem contar aos pais. Numa sociedade caracterizada pela incerteza, pelo risco (Beck, 2000) e pela mudança rápida (Weeks, 1995), a confiança torna-se uma característica essencial da amizade (Levinson, 2003), providenciando uma rede de suporte e de segurança para os/as jovens (Weeks, 1995, 2007). Os/as amigos são então pessoas a quem os/as jovens podem apresentar o seu verdadeiro eu, rir ou chorar sem receio de repreensões sociais, numa horizontalidade de relações¹⁵⁶ (que se opõe à verticalidade das relações, frequentemente, existentes entre pais e filhos/as), associada à compreensão e a uma certa identificação com o outro.

A existência de confiança entre os/as jovens, permite um interconhecimento profundo do indivíduo, assim como dos seus desejos e projetos (Weeks, 2007), tornando-a um aspeto fundamental da amizade¹⁵⁷. A proximidade com o/a outro/a e a intimidade partilhada asseguram a improbabilidade de uma traição (Levinson, 2003). Contudo, existem diferentes graus de confiança, que têm um valor relativo e não absoluto, podendo estes ser postos em causa com uma traição. Distingue-se, assim, entre o grupo de “conhecidos/as”, que geralmente tende a ser bastante alargado, e o grupo dos/as “verdadeiros/as” amigos/as. Se os/as conhecidos/as são pessoas a quem se diz “olá”, “boa tarde” e “boa noite”, com quem se pode ir beber um copo e conviver um pouco, e com quem se tem conversas mais triviais e esporádicas; os/as verdadeiros/as amigos/as, geralmente, em menor número, são as pessoas em quem se pode realmente confiar, que estão sempre presentes quando são precisas, especialmente, nos momentos difíceis, e/ou com quem se tem as conversas mais íntimas. É com estes/as “verdadeiros/as amigos/as” que os/as jovens mantém laços fortes, isto é, “dotados de maior durabilidade, de maior intensidade emocional, de maior confiança e intimidade, de maior frequência na troca de favores e serviços” (Costa et al, 1990: 198). São, assim, estes/as amigos/as que tendem a perdurar no tempo e que se tornam importantes para os indivíduos. Ademais, para alguns/algumas jovens, os sentimentos que ligam um a outro indivíduo, em laços de amizade, tendem mesmo a ser descritos como uma forma de amor, como um sentimento entre irmãos/irmãs e/ou como uma (segunda) família.

“A amizade acho que é um sentimento muito forte que uma pessoa sente por outra. Um amigo para mim é como se fosse um irmão, um amigo verdadeiro, né?, porque há aquelas amizades e amizades, né? Mas para mim os meus amigos são como irmãos, com quem eu posso desabafar as coisas, sem problemas, sem ser julgado, sem tirarem o dedo, né? Acho que para mim é muito importante ter amigos.”

¹⁵⁶ Neste sentido, Weeks (2007) considera que a amizade permite desenvolver novos padrões de intimidade e de compromisso, baseados na escolha e, em algum grau, na igualdade. Também Pais (1996) sublinha a natureza mais igualitária das relações de amizade, onde existe uma maior reciprocidade de interesses, afetos e de gostos culturais.

¹⁵⁷ O que traduz mais uma vez a forte normatividade que existe, actualmente, pelo menos a nível discursivo, da relação pura (Giddens, 1996) e da intimidade revelada (Jamieson, 1998)

Isso ajuda bastante também no meu crescimento e também na minha transição de adolescente para adulto.” (Gabriel, 19 anos, 12º ano, procura do primeiro emprego)

No caso dos indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual, vários estudos (Nardi, 1992; 2007; Vieira da Silva, 2006; Weeks, 1995, 2007; Weeks et al. 2001) sugerem que os/as amigos/as servem como uma “família de escolha”, que ajuda os indivíduos a sustentar um sentido de identidade e a prover apoio ao nível emocional, material, social e psicológico, quando muitas vezes a família biológica não o faz (por desaprovar e/ou desconhecer a sua orientação sexual, as suas amizades e/ou relacionamentos sexuais e/ou amorosos). Os/as amigos/as ajudam também a manter o bem-estar emocional e físico dos indivíduos, especialmente quando é difícil pedir ajuda à família. Neste sentido, os/as amigos podem ser considerados como os principais provedores de apoio emocional e não a família (Nardi, 1992). Este é de fato o caso da Teresa (28 anos, 12º ano, escritora): *“A amizade é uma família para mim. [...] A minha família? É acima de tudo a minha namorada e os meus amigos, a minha afilhada [...]. [A eles] Dou tudo o que posso. Estou sempre ali. [...] Cada pessoa que eu tenho como amigo é um pilar para mim.”*

Contudo, não é só entre os/as jovens entrevistados/as não heterossexuais que a amizade serve, por vezes, como uma rede primária de apoio, por oposição à família. Este é, também, o caso de alguns/algumas jovens heterossexuais, especialmente aqueles/as que, por algum motivo, seja ele de origem sexual, financeiro, emotivo ou outro, viram dificultada a sua vida com a família de origem, em algum ponto das suas vidas. Veja-se o exemplo da Catarina (22 anos, 9º ano, empregada de balcão): *“A maior parte das vezes a gente não se apoia nos nossos pais, apoiamo-nos mais nos nossos amigos [...]. E os meus amigos, prontos, estão sempre ali, eu sei que estão ali. É diferente, às vezes a família, [...] são os piores, em certas ocasiões”*. Neste sentido, levanta-se a hipótese de que a amizade como família e/ou forma de apoio primária é importante para todos/as os/as jovens, independentemente da sua orientação sexual, que não tendo relações familiares baseadas na confiança, no apoio e no suporte emocional, vêm no grupo de amigos/as o suporte, a segurança e a estabilidade emocionais, financeiras e/ou outras para os/as ajudar nas suas vidas¹⁵⁸. Acresce ainda que “família” de origem e “família” de amigos podem não contrapor-se, mas funcionar ambas como redes de apoio, mobilizadas em paralelo pelos indivíduos, como acontece no caso da Mariana (24 anos, licenciatura, empregada de balcão/barmaid): *“Para mim a amizade é amor. [...] Eu dedico-me a um amigo, como me dedico a um namorado ou à família [...]. São maneiras diferentes de me dedicar, [...] fazem parte da vida”*.

Para além de mais, tal como referido por vários/as autores/as (ver, por exemplo, Aapola et al., 2005; Costa et al., 1990; Galland, 2011; Lees, 1993; Pais, 1993, 1996a, 2012; Weeks, 2007), para a

¹⁵⁸ Apela-se assim à existência de pesquisa comparativa com jovens de diferentes posições sociais, género e orientações sexuais, de modo a perceber para quem e em que contextos os/as amigos/as funcionam como uma família de escolha. Neste sentido, defende-se que a centralidade das relações de amizade deve ser sujeita a análise, sobretudo, a partir da posição social dos indivíduos, das características da sua rede de relacionamentos e dos contextos culturais e históricos em que estes estão inseridos, tendo em conta fatores como o nível de escolaridade, o género e/ou orientação sexual, e não tomada como garantida à partida.

maioria dos/as jovens, independentemente do género ou da orientação sexual, a amizade tende a ser importante na constituição das suas identidades e trajectórias pessoais. Exemplificativo desta importância é o papel que os/as amigos/as têm em redireccionar os/as jovens para os caminhos considerados como mais adequados, ao chamarem a sua atenção para comportamentos ou modos de pensar considerados como negativos e/ou errados, levando-os frequentemente a fazer uma introspecção e a reconstruir os seus comportamentos e/ou maneiras de pensar. Como refere a Carolina (22 anos, licenciada, empregada de loja/barmmaid), os/as amigos/as: *“Não é só para te dizer o que queres ouvir, é para compreender aquilo que tu dizes, mas ao mesmo tempo corrigir-te, as tuas atitudes, no que tu dizes”*.

Ora, mas se, como se referiu em cima, as verdadeiras amizades tendem a manter-se, mesmo quando, por variadas razões, os/as jovens possam não estar em contacto pessoal tantas vezes como as possivelmente desejadas¹⁵⁹, as relações de amizade tendem a ser dinâmicas, variando no tempo e mesmo no espaço. Neste sentido, podem aumentar, com a entrada de novos amigos, diminuir, com a percepção que nem todos os/as colegas são verdadeiros/as amigos/as, ou variar em função de questões como a mudança do local de residência, de mentalidade, de trabalho, de idade, com o revelar do verdadeiro eu, com a quebra de confiança, com comportamentos tidos como negativos: “as machadadas da vida”, e/ou com a entrada em relacionamentos sexuais e/ou amorosos.

De facto, a entrada em relacionamentos sexuais e amorosos, “sérios” e duradouros no tempo, introduz diferenças no relacionamentos que vários/as jovens têm com os/as amigos/as, quer seja no sentido de um maior afastamento do anterior grupo de amigos/as e/ou da aproximação do grupo de amigos/as do/a parceiro/a, quer seja pela própria conjugalização dos/as amigos/a, que leva os/as jovens a voltarem mais as suas conversas e/ou preocupações para questões relacionadas com o seu futuro enquanto casal, como o trabalho, a casa e/ou os projectos de ter filhos, e/ou a modificar a sua rotina em torno do emprego e da casa.

“Notei que os casais estão-se a juntar, a comprar casa também, por exemplo. Há aqueles que ainda não, mas já têm... nota-se perfeitamente que cresceram. [...] Noto que as nossas conversas são outras, já não é tipo: “epá, aquela noite correu muito bem, não sei quê” e “aquele gajo era todo jeitoso e não sei quê” [...]. Já é: “ah, o que é que vais meter na casa, o que é que vais fazer para o jantar”, essas coisas assim. Evoluiu bastante.” (Ana, 26 anos, 12º ano incompleto, desempregada/bairmaid em part-time)

A entrada numa relação amorosa, séria e continuada no tempo e/ou em conjugalidade marca assim a passagem para uma sociabilidade de casal (Galland, 2011), acompanhada frequentemente por um decréscimo do tempo passado com os/as amigos/as, e do aumento das relações no interior no novo

¹⁵⁹ Nestas situações o papel das tecnologias de informação, como o telemóvel e/ou o computador (sobretudo através de programas como o Messenger, o skype, o Hi5 e/ou o Facebook), é sublinhado e amplamente valorizado, na medida em que permite aos/às jovens manterem o contacto, apesar das distâncias, ou mesmo recuperar velhas amizades e/ou contactos perdidos no tempo. A difusão das novas tecnologias de informação acompanha e amplifica, assim, a sociabilidade juvenil, permitindo aos jovens manter o contacto constante com os amigos, sem o controlo parental (Henderson, 2007; Metton, 2010, in Galland, 2011; Pais, 2012)

grupo doméstico, podendo existir uma reaproximação à família de origem (Galland, 2011; Gomes, 2003).

4.3.1.1. Jantaradas, cafezinhos e copos: os tempos de lazer

Um dos aspetos considerado como central no grupo de amigos/as é, então, a partilha de tempos de lazer. São estes momentos que servem, geralmente, de pano de fundo para as conversas que se têm, sendo partilhados tanto em espaços públicos: rua, cafés, bares, discotecas..., como em espaços privados: na casa um dos outros (sobretudo, mas não só, quando estes/as já saíram de casa dos pais), mas, também, em pequenos apêndices da casa ou barracões, que são transformados em espaços de convívio juvenil. Os fins de semana são momentos privilegiados para se estar na companhia dos/as amigos/as. Os/as jovens encontram-se para beber o “cafezinho” e/ou um “copo”, hábitos culturais que se tornam numa “boa desculpa” para “pôr a conversa em dia” e sair um pouco de casa. As refeições, especialmente, os jantares, dentro ou fora de casa, são também tempos de eleição para o convívio, onde se pode comer, conversar, beber e rir um pouco¹⁶⁰. Relativamente às saídas noturnas, os cafés e os bares são os locais de eleição para o convívio.

Já as idas às discotecas, nesta fase da vida, são menos referidas, sendo atividades que vários/as jovens fazem menos vezes e de forma mais esporádica. São, sobretudo, os rapazes e os/as jovens não heterossexuais, que, impendemente da idade, tendem a frequentar estes espaços com maior regularidade. Para os/as jovens não heterossexuais, a ida ao bar-discoteca LGBT local é referida como prática frequente. Por vezes, percorrem-se os bares e discotecas LGBT do país, onde se tem uma rede de conhecimentos estabelecida. Mas uma menção especial tem que ser feita ao bar onde os/as jovens, que se autoidentificaram como gays e lésbicas, foram contactados/as. Este pode ser entendido como o bar da comunidade (Weeks, 1995)¹⁶¹. Um espaço onde os indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual podem conhecer outros indivíduos com a mesma orientação sexual. O *Bar* funciona como um local de afirmação de uma identidade, muitas vezes escondida no espaço público, onde se pode encontrar um apoio e um reconhecimento, sentidos como difíceis de encontrar noutros espaços dominados pela heteronormatividade: *“É um espaço nosso. Podemos estar à vontade para exprimir os nossos sentimentos [...], as nossas relações à vontade... E acho que aí é a nossa comunidade, acaba por ser”* (Mariana, 24 anos, licenciatura, empregada de balcão/barmaid). É, então, um espaço onde se “pode estar à vontade” e exprimir os sentimentos mais íntimos da pessoa, onde o indivíduo se sente respeitado e em “casa”. A comunidade não heterossexual do “*Bar*” providência, assim, a estes/as jovens um sentido de pertença (Seidman, 2002).

¹⁶⁰ Sobre os tempos de lazer juvenis ver, por exemplo, Gomes (2003).

¹⁶¹ De acordo com Weeks (1995), o conceito de comunidade equivale a um conceito específico de solidariedade, no sentido em que este dá poder e capacita os indivíduos, tornando a ação, pessoal e social, possível. Ora, segundo o autor (Weeks, 1995), os movimentos sexuais da segunda metade do século XX encorajaram a construção e construíram um sentido de comunidade, um espaço em que identidades e atividades sexuais, antigamente vista de forma negativa, se puderam afirmar e manter.

Neste sentido, alguns/algumas dos/as jovens entrevistados/as, com uma orientação sexual não heterossexual, fazem a distinção entre o mundo “hetero”, onde têm que navegar e onde têm também amigos/as e conhecidos/as, e o mundo “homo” onde podem revelar o verdadeiro Eu, onde têm um espaço de protecção da sua identidade, de maior cumplicidade e confiança, onde os indivíduos se podem exprimir abertamente; embora nem tudo seja perfeito e também haja espaço para críticas, conflitos e intrigas. Estes dois mundos tendem a ser entendidos como distintos, misturando-se raramente. Mesmo porque se pode sentir que vários indivíduos do mundo hetero são homofóbicos. “O mundo gay” pode também ser entendido como um espaço onde é mais fácil de fazer amizades, um espaço mais divertido, animado e relaxado, sendo os indivíduos, com uma orientação sexual não heterossexual, percebidos como mais “dados e comunicativos”.

“Eu tenho dois mundos: o mundo homossexual e o mundo hetero. O mundo homossexual é diferente, nós falamos sobre tudo abertamente... tipo, as saídas são muito mais animadas, os jantares são muito mais animados, há mais risadas, há mais galhofa, porque estamos à vontade. No mundo hetero sinto que tenho que ter uma certa postura, é diferente. E às vezes perco-me um bocado nas conversas que eles têm quando falam em casamentos, quando falam em ter filhos [...], prefiro outro tipo de conversa. Mas não quer dizer que eu não goste deles ou que não goste de estar ao pé deles. Quando [os dois “mundos”] se cruzam é raro. Ah, são dois mundos porque alguns dos meus amigos hetero são muito homofóbicos e não gostam de gays que são bichas, muito extrovertidos e muito “ai querida”, acham... ficam tipo envergonhados quando nós vamos a um café.” (Teresa, 28 anos, 12º ano, escritora)

Voltando de novo para os/as jovens em geral, é de referir ainda que alguns/algumas destes/as referem ter passado¹⁶², ou estar ainda a passar pela experiência de trabalhar à noite, em bares e/ou discotecas. Além de ganharem uns trocos, este/as jovens conseguem, deste modo, aceder gratuitamente a estes espaços, onde convivem com outras pessoas e podem consumir álcool facilmente. Contudo, para outras jovens mulheres (mesmo para algumas das jovens que foram controladas pelos pais/família nas saídas às discotecas) e para alguns jovens homens (sobretudo, com idades iguais ou superiores a 24 anos), o aumento da idade, a entrada em relacionamentos sexuais e amorosos “sérios” e/ou o facto de considerarem que frequentarem largamente as discotecas, no passado, fazem com que estes espaços de convívio deixem de ser tão valorizados. Estes/as jovens tendem a dizer que (agora) não são de “sair muito” e/ou que não gostam muito de discotecas, o que poderá estar relacionado com o facto de estas serem atividades, geralmente, associadas ao ser-se jovem, e não tanto à “maturidade” e “responsabilidade” “exigidas” com o ser-se “adulto”, onde são privilegiadas outras atividades, como estar entre pares a conversar: *“Agora com esta idade que tenho e com a responsabilidade já não sou daquelas de sair muito. Mas é tipo beber um cafezinho à tarde, [...] ou beber um copo à noite, ou fazer um jantar. [...] Ou ir uma vez por outra [...] para uma discoteca” (Ana, 26 anos, 12º ano incompleto, desempregada/bairmaid em part-time).* Esta hipótese é

¹⁶² Quando eram mais jovens, especialmente, durante os tempos em que estudaram no liceu ou na faculdade. Os períodos em que se frequenta a universidade, sobretudo, fora da terra onde vivem os pais e/ou familiares, são, para alguns/algumas dos/as jovens que por lá passaram ou estão a passar, tempos de grande convívio com os pares e de frequentes saídas noturnas.

ainda suportada pelo facto de que as/os jovens com menos de 24 anos que referem (já) não (gostar de) ir a discotecas, terem geralmente uma escolaridade igual ou inferior ao 12º ano, e terem já percursos de trabalho pago e/ou de entrada em conjugalidade e/ou parentalidade, fatores que, como se irá ver no capítulo 6, são, geralmente, associados à aquisição de responsabilidade e de maturidade, e, deste modo, com o ser-se adulto, ou pelo menos jovem adulto.

4.3.1.2. Homens e mulheres não podem ser amigos/as! Ou será que podem?!

Como referem Jamieson (2004 [1998]) e Nardi (1992, 2007), os/as amigos/as criam-se nos contextos sociais (“reais” ou “virtuais”) que os/as jovens frequentam: na escola, no local de trabalho, na vizinhança, nas saídas (noturnas); através de outros/as amigos/as, da família, dos/as parceiros/as e/ou dos hobbies que se têm; e/ou, embora menos frequentemente, da internet e das viagens que se fazem. Mas se, há pouco mais de 3 décadas, os espaços de homens e mulheres tendiam a ser segregados (Almeida, 2011), o facto de, actualmente, estes/as se encontrarem em vários espaços públicos, nomeadamente na escola, facilita o conhecimento e a amizade entre ambos¹⁶³ (Pais, 2012). É neste sentido que a amizade entre homens e mulheres é naturalizada pela maior parte dos/as jovens entrevistados, que a vêem como algo normal, sendo possível que esta evolua (ou não) para uma relação amorosa e/ou sexual: *“Há vários tipos de relacionamentos e pode haver, entre homem e mulher, um relacionamento só de amizade ou um relacionamento amoroso [...]. Acho que a coexistência só em termos de amizade é bastante usual hoje em dia”* (João, 24 anos, estudante do ensino superior, empregado de loja).

Vários/as são, aliás, os/as jovens que consideram que os indivíduos do género oposto são melhores amigos/as do que os indivíduos do mesmo sexo e/ou que têm ou tiveram tendência para ter mais amigos/as do sexo oposto. Assim, entre as jovens mulheres, e mesmo entre alguns jovens homens, pode haver a percepção de que as mulheres são mais complicadas e/ou que a amizade entre mulheres é permeada pela falsidade, inveja, por intrigas e/ou por críticas e conflitos¹⁶⁴, enquanto que a amizade com os homens pode ser entendido como mais “verdadeira”, e os amigos homens como mais sinceros e de confiança: *“Para mim sempre considerei os rapazes mais amigos. [...] As raparigas têm sempre inveja umas das outras. Ah, são muito cínicas, irónicas. [...] E sabemos que os rapazes não são falsos, sabemos que os rapazes são sempre sinceros”* (Ana, 26 anos, 12º ano incompleto, desempregada/bairmaid em part-time). Acresce ainda que algumas jovens raparigas identificam-se

¹⁶³ Acresce ainda que, como refere Thorne (1993), fora do contexto escolar, por exemplo, num contexto de vizinhança, existem, frequentemente, relações de amizade entre rapazes e raparigas.

¹⁶⁴ Lees (1993) refere que o reverso da medalha, nas relações de amizade entre as jovens mulheres (que caracteriza como leais, de confiança e com um acento no ouvir e no falar entre elas), é o “bitching”, isto é as críticas feitas entre as raparigas, especialmente, pelas costas, a traição da confiança, o chamar de nomes e/ou o manchar a reputação sexual das colegas. Segundo a autora (Lees, 1993), este tipo de comportamento é tido com o intuito de inferiorizar a outra jovem mulher e de criar um distanciamento entre o Eu e o outro, neste caso, a outra, considerada como “puta” (“slag”), e assim manter a reputação do Eu. Mais recentemente Fonseca e Santos (2011) mostram resultados semelhantes, entre algumas das jovens raparigas que estudaram.

mais com o comportamento e maneira de pensar dos rapazes, que vêm como mais práticos e menos sensíveis. Por seu turno, para os jovens homens, as mulheres¹⁶⁵ podem ser percebidas como mais compreensivas e possuidoras de menos tabus, sendo por isso mais fácil para estes expor os seus sentimentos, especialmente no caso dos jovens homens, com uma orientação sexual não heterossexual: *“Os meus amigos são mais mulheres. Se calhar por serem mais sensíveis, por perceberem... Opá, não têm aqueles tabus. Não sei, por verem as coisas de outra maneira”* (Jorge, 23 anos, 12º ano, designer gráfico). O fato de se associar “a masculinidade” com a limitação da expressão de emoções e da intimidade e com uma postura aventureira, dura, mesmo agressiva, e de invulnerabilidade (Aboim, 2010 b); Holland et al., 2004 [1998]; Lees, 1993; Nardi, 1992; 2007), pode dificultar a expressão de aspectos mais vulneráveis entre os jovens homens, e, por conseguinte, a possibilidade destes falarem profundamente sobre as suas vidas íntimas¹⁶⁶. Deste modo, percebe-se que os jovens homens procurem apoio e bem-estar emocional nas amigas e/ou parceiras (Holland et al., 2004 [1998]; Nardi, 1992). Com estas é possível fugir ao imperativo de confirmação de uma masculinidade hegemónica¹⁶⁷ (Connell, 1987; Connell e Messerschmidt, 2005) ou de um “código da malta” – “the guyland code” (Kimmel, 2008), que o grupo dos amigos tende a impôr, permitindo aos jovens homens exporem as suas emoções de uma maneira que não fariam com os colegas e/ou que os faria incorrer no risco de serem considerados “amaricados”.

“Eu acho que o homem e a mulher podem ser muito mais amigos do que um homem e um homem, porque, por exemplo, nesse coisa de sentimentos, se uma pessoa tiver a falar com uma rapariga ela não nos vai chamar: “à, és bué amaricado” por isso. Mas se for com um amigo nosso ele olha-nos assim de esguelha e diz: “então, mas estás diferente”. Portanto, eu acho que em termos de desabafar [...] uma rapariga é sempre melhor do que um rapaz. [...] Porque às vezes podemos abrir o nosso lado mais frágil e eles podem não compreender, como as raparigas compreendem.” (Leandro, 19 anos, estudando do 12º ano)

Acresce ainda que o fato da composição do grupo de jovens ser, geralmente, mista ajuda a criar condições para que possam existir envolvimento afetivos e/ou sexuais (Pais, 1996a). Neste sentido, alguns/algumas jovens referem que conheceram os/as seus/suas actuais ou anteriores namorados/as através da convivência com os/as amigos/as. Mas não só os/as namorados se conhecem frequentemente através do grupo de amigos/as, como muitos relacionamentos amorosos começam por amizades. Este é o caso da Verónica (21 anos, 9º ano incompleto, empregada de supermercado): *“Eu dantes nem gostava nada dele. Não gostava. Depois comecei a conhecê-lo, fomos amigos para aí uns 6 meses, saíamos todos os dias e... e depois começámos a namorar”*. A amizade é mesmo considerada

¹⁶⁵ Assiste-se aqui à uniformização e naturalização da categoria mulheres, como oposto ao que é ser-se homem, que confere a estas uma partilha de sentimentos, atitudes e comportamentos, que não têm em conta a diversidade interna do que é ser-se mulher, enquanto categoria social atravessada por questões como a classe social, a idade, a orientação sexual e/ou a etnicidade. O mesmo tende a acontecer quando os homens são considerados como melhores amigos que as mulheres.

¹⁶⁶ Neste sentido, Richardson (2010) refere que as conversas sobre a sexualidade entre jovens homens são fortemente circunscritas em termos daquilo que estes sentem que podem ou não dizer.

¹⁶⁷ Sobre as questões de género, nomeadamente da masculinidade hegemónica, ver capítulo 2.

por vários/as jovens como o modo mais adequado de iniciar um relacionamento sexual e amoroso, duradouro e sério: “*Acho que todos os relacionamentos, primeiro, têm que partir da amizade. Se não partir da amizade, acho que não vai dar... não dá até ao futuro*” (Joaquim, 26 anos, 12º ano, medidor orçamentista). Mesmo porque a existência de laços de confiança, característica que, como se viu, é essencial para a existência de uma amizade, é considerada como um factor essencial para o bem-estar e para a duração da relação do casal, que se quer entre iguais (Giddens, 1996), mesmo que de forma apenas idealizada e nem sempre concretizável (Jamieson, 2005 [1998]).

4.3.2. Então e agora?! Será que os/as jovens continuam a falar de sexualidade com os/as amigos/as?!

Como se viu anteriormente, a maior parte dos/as jovens entrevistado/as falou de facto sobre sexualidade, com os/as amigo/as, durante os tempos de escola. Mas será que a comunicação sobre sexualidade se mantém igual em conteúdo e em intensidade a quando estes/as eram mais novo/as? Se por um lado, a resposta é afirmativa e de facto muitos/as dos/as jovens adultos/as continuam a falar de sexualidade com os/as amigo/as, por outro lado, é visível que os/as jovens que, atualmente, discutem questões da sua intimidade com estes/as, não são sempre os/as mesmos/as que o faziam quando eram mais novos/as, sendo que as pessoas com quem falam e os temas discutidos podem também variar. Mas veja-se um pouco mais em pormenor.

Tal como quando são mais novos/as, os/as jovens falam, sobretudo, das suas experiências: os atos sexuais que praticam, os relacionamentos sexuais e/ou amorosos em que se envolvem e os significados que estes têm para si. Para além das experiências, alguns/algumas jovens falam ainda das suas fantasias sexuais, do modo como a sexualidade é encarada na sociedade em geral, dos preconceitos e reputações, da homossexualidade, do corpo, aconselham atos e/ou posições sexuais. Os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual fazem ainda referência às conversas tidas com os/as amigos/as hetero e homossexuais¹⁶⁸ que lhes expõem as suas dúvidas e/ou curiosidades, sobre uma orientação sexual com a qual têm pouca familiaridade.

“É engraçado porque eles perguntam logo “como é que é?”. [...] e eu digo que “é igual”. [...] Estar com uma mulher é a mesma coisa que elas estarem com um homem. Quer dizer, uma vida completamente igual, só não é igual pela sociedade, não podes mostrar... [...] Dar a conhecer na cama, que é o que eles perguntam mais. Ou “como é que é?” ou “porque é que sentes isso?”; que é uma coisa que não se explica, sente-se.” (Mariana, 24 anos, licenciatura, empregada de balcão/barmaid)

Interessante é, também, verificar que o facto de se ter amigos/as com uma orientação sexual não heterossexual faz aumentar a permissividade entre os/as jovens, mesmo entre aqueles/as que, pela sua menor comunicação sobre sexualidade e/ou menor nível de escolaridade, poderiam pensar-se como mais “conservadores”. Através destas conversas, o preconceito que poderia existir, inicialmente, vai-

¹⁶⁸ No caso dos jovens homossexuais, está-se a referir às conversas tidas entre lésbicas e gays, que podem esclarecer alguma curiosidade que o indivíduo possa ter em relação à outra orientação sexual não heterossexual.

se esbatendo, para se tornar numa aceitação clara do relacionamento entre duas pessoas do mesmo género: *“Eu conheço um rapaz que é homossexual e dou-me perfeitamente bem com ele, fala comigo sobre os problemas dele, e isso não implica nada”* (Daniela, 18 anos, a frequentar um curso de equivalência ao 9º ano)¹⁶⁹.

Contudo, como se viu já, nem todos os/as jovens falam de sexualidade, não se fala de tudo com toda a gente, nem em todos os espaços. Assim, falar de sexualidade não significa falar das mesmas coisas com as mesmas pessoas, podendo falar-se com uns/umas amigos/as, mas não com outros/as e/ou falar-se de temas diferentes segundo as pessoas¹⁷⁰ (Olomucki, 2004). Veja-se o exemplo da Carolina (22 anos, licenciada, empregada de loja/barmaid): *“Com a Fabiana podemos falar mesmo dos pormenores, ah, falar de quanto tempo, como é que foi, das posições [...]. Com a Sandra não falo nada disso, [...] mais sentimentos. Com o José somos uns porcos, [...] falamos de tudo”*. Para outros/as jovens, a sexualidade tende a não ser discutida abertamente com o grupo de pares mais alargado e/ou em sítios públicos, sendo antes objecto de debate apenas com um pequeno grupo (geralmente) de (um ou dois) amigos considerados mais íntimos¹⁷¹, e em espaços mais privados. Acresce ainda que, vários/as destes/as jovens, independentemente das transformações da sua vida pessoal, pensam em si próprios como pessoas reservadas, tendo dificuldade em falar do assunto e/ou consideram o domínio da sexualidade como privado, não querendo expor a sua intimidade, mesmo com os/as amigo/as, como acontecia já, com vários/as dele/as, nos tempos de escola¹⁷²: *“Não falo, porque acho que são assuntos um bocado pessoais demais. Ou pelo menos eu encaro-os dessa forma”* (Rodrigo, 23 anos, 12º ano, operário qualificado).

No entanto, para outros/as jovens, as discussões sobre sexualidade diminuem bastante, devido, especialmente, a dois factores, geralmente, interligados: por um lado, a existência de um relacionamento sexual e amoroso duradouro, e, por outro lado, o amadurecimento e o aumento de conhecimento que são considerados vir com a idade. Ora, se o primeiro aspecto desvia o foco da comunicação sobre sexualidade dos/as amigos/as para os/as parceiros/as, à medida que os/as jovens se vão envolvendo em relações amorosas e sexuais “sérias”¹⁷³, tornando-a parte integrante da intimidade do casal, que não deve ser revelada a terceiros; já o segundo aspecto prende-se com o argumento de

¹⁶⁹ Neste sentido, Costa et al. (2010a: 119-120) referem que “o aumento do contacto com a diversidade sexual influencia a diminuição do heterossexismo tradicional”, “influência a diminuição da aversão face aos gays” e a “diminuição da aversão a lésbicas”.

¹⁷⁰ Por exemplo Lees (1993) refere que falar sobre sexualidade entre amigas é arriscado, na medida em que há a possibilidade de calhandrises e/ou de traição, o que pode pôr em causa a reputação da jovem. Silva (2011) refere também a importância de as amigas não tornarem pública a relação sexual, de modo a evitar o estigma e uma imagem negativa de si.

¹⁷¹ Como referido acima, a “amizade” verdadeira dá garantias de confiança e assim uma maior abertura ao diálogo da sexualidade, sem que haja o receio de os/as jovens verem os seus assuntos pessoais conhecidos por terceiros.

¹⁷² Mais uma vez constata-se que, apesar de existirem jovens de todos os níveis de escolaridade a afirmar que não falam sobre sexualidade, os/as jovens, com o 12º ano de escolaridade ou menos, são os que mais referem não partilhar, atualmente, as suas experiências sexuais ou a falar dos seus problemas e/ou dúvidas.

¹⁷³ Neste contexto, a conversa com o/as amigo/as sobre sexualidade pode mesmo ser considerada como um sinal de que algo está errado na relação com o/a parceiro/a.

que os/as jovens, quando mais novos/as, falam bastante sobre sexualidade, devido à necessidade de aprender, de tirar dúvidas e/ou de trocar experiências. Contudo à medida que vão crescendo e que vão adquirindo experiência, o conhecimento sobre a sexualidade é tido como garantido, passando este a ser um domínio da vida encarado como mais privado. Deixa-se então de se falar tanto em sexualidade ou passa-se a falar com menos frequência.

“Falava [na escola]. Sempre gostei muito de falar sobre sexualidade, sempre. [Atualmente] Se sentir necessidade falo, mas não tem nada a ver. Na altura se calhar era um bocado de exibicionismo mesmo, hoje em dia não sinto necessidade de falar sobre essas coisas. Falo com a companheira. [...] Cheguei a ter algumas dúvidas, sei lá, mas penso que isso foi há muito tempo, agora sinceramente não. [...] Hoje em dia não é bom... se eu precisasse de falar era se calhar sinal que eu me sentia frustrado com alguma coisa, sei lá. Não sinto necessidade de falar da minha sexualidade.” (Ricardo, 28 anos, 11º ano, proprietário de pequeno negócio)

Embora o diálogo sobre sexualidade com os/as amigos/as varie, a sua importância, tal como acontece com os pais ou com a educação sexual formal nas escolas, tende a ser reconhecida pela maioria dos/as jovens, como uma fonte de aprendizagem e de esclarecimento, sobretudo num contexto em que vários/as jovens referem não poder falar com os pais/família sobre o assunto e/ou a conhecer outros/as jovens que não o conseguem fazer¹⁷⁴. As confidências que se fazem no grupo de amigos tendem, assim, a ser entendidas como tendo um carácter informativo e de construção (Olomucki, 2004). Neste sentido, diversas pesquisas apontam mesmo para o facto de os/as amigos serem a fonte principal de educação sexual dos jovens (Caltabiano, 2010; Epstein e Johnson, 1998; Fonseca e Santos, 2011; Holland e tal, 2004 [1998]; Kehely, 2002; Mac An Ghall, 1994; Thomson e Scott, 1992; Vieira, 2009; Vilar e Ferreira, 2009). Através das conversas que se vão tendo, dos conselhos que os/as amigos/as trocam uns/umas com os/as outros/as e das experiências que se partilham, os/as jovens vão formando os seus conhecimentos sobre sexualidade, a par de outras fontes de informação (como a televisão, a internet, a escola, etc.)

Para as jovens mulheres que não têm uma comunicação aberta com os pais, as conversas tidas com as amigas são um dos poucos meios que elas têm de obter conhecimento sobre um assunto, que de outro modo poderia continuar a ser tabu: *“Se eu não falasse com elas [amigas] sobre isso, ainda hoje era um tabu, porque eu não falo com os meus pais sobre isso” (Patrícia, 20 anos, estudante do ensino superior)*. Mesmo entre os jovens rapazes, que são “suposto já saberem tudo!”, a informação

¹⁷⁴ Contudo, não se pode deixar de sublinhar que nem para todos/as os/as jovens (sobretudo, para os/as que têm uma escolaridade igual ou inferior ao 12º ano de escolaridade) a comunicação sobre sexualidade com os/as amigos/as é entendida como relevante, por motivos já referidos anteriormente (nomeadamente pelo facto de se considerar este como um assunto pessoal e privado, por se considerar que já se tem conhecimento sobre o assunto, pela entrada num relacionamento sexual e a amoroso “sério” e/ou pelo facto de se considerar que os/as amigos/as não são a fonte de conhecimento mais fiável). Existem ainda jovens que consideram que antes das conversas com os/as amigos/as, a informação sobre sexualidade é apreendida, por exemplo, através dos meios de comunicação social, o que retira importância ao diálogo existente entre estes/as sobre o assunto, pelo menos enquanto fonte de aprendizagem. Todavia é preciso tomar em atenção que o que pode estar aqui também em causa é, como referido anteriormente, a importância dos/as jovens, sobretudo dos jovens homens, serem percebidos como sujeitos conhecedores da matéria, perante o grupo de pares.

transmitida pelos/as amigos/as pode constituir também uma fonte de novos conhecimentos no domínio da sexualidade: *“Uma pessoa também às vezes... também aprende com os amigos. Há amigos que nos dizem coisas novas que a gente nem sequer sabia. Finge que sabe, mas não sabia!”* (Gabriel, 19 anos, 12º ano, procura do primeiro emprego). Embora não sejam a única fonte de conhecimento sobre sexualidade, os/as amigos constituem, no entanto, a instância mais referida de aprendizagem e de troca de informação nesta matéria.

No caso do/as jovens como uma orientação sexual não heterossexual, é sublinhada a importância da aprendizagem com as pessoas “iguais a nós”, dentro da comunidade do *Bar*, através da troca de informação e de experiências, como refere a Mariana (24 anos, licenciatura, empregada de balcão/barmaid): *“Depois quando entrei no mundo homossexual, mais com os bares e... O bar porque é o único sítio [...] que sabia que tinha pessoas iguais a mim, não é? Iguais no sentido de opção e aí fui descobrindo, fui... ah, trocando experiências, trocando informação”*. Neste sentido, Nardi (2007) mostra também como os/as amigos/as são geralmente a fonte de aprendizagem dos indivíduos sobre a identidade e a cultura não heterossexual, de entrada na “comunidade” e de manutenção de uma identidade social, no contexto de um ambiente social geralmente hostil.

Contudo, falar de sexualidade com os/as amigos/as e/ou vivê-la no contexto do grupo de pares nem sempre é um mar de rosas, na medida em que a pressão realizada entre amigos/as tende a ser algo bastante comum.

4.3.2.1. A pressão do grupo de amigos/as

Um outro aspeto importante, relacionado com a influência que o grupo de pares tem nas trajetórias sexuais dos/as jovens, refere-se às pressões reais e/ou imaginadas que os/as colegas fazem sobre as práticas sexuais destes/as¹⁷⁵. Um número significativo de jovens (perto de metade) refere que é comum existirem comentários no grupo de pares, especialmente entre aquilo que são considerados os/as conhecido/as, no sentido do/as jovens iniciarem a sua actividade sexual¹⁷⁶. Várias pesquisas mostram também como a pressão efectuada pelo grupo de amigos/as, especialmente masculinos, é mencionada por alguns jovens como justificação para a sua iniciação sexual (Fonseca e Santos, 2011; Le Gall, 2004; Bozon e Holborn, 1996; Holland et al., 1996, 2004 [1998]; Pais, 1993; Richardson, 2010; Vieira, 2009). São os comentários sobre as práticas sexuais realizadas ou sobre o facto de os homens jovens serem sexualmente “inexperientes”, que os podem levar a procurar ter essa primeira

¹⁷⁵ As pressões provenientes do grupo de amigos/as para a prática de atos sexuais não são as únicas mencionadas pelos/as entrevistados/as, mas nesta secção falar-se-á apenas delas.

¹⁷⁶ Esta pressão, tanto no caso dos jovens homens como no caso das jovens mulheres, não remete, unicamente, para a primeira relação sexual, mas também para a existência de relações sexuais noutros relacionamentos sexuais e/ou amorosos (embora os/as jovens que referem existirem pressões, para ter relações sexuais noutro tipo de relacionamentos, sejam em menor número do que os/as que falam sobre a primeira relação sexual).

relação sexual. Os comentários gozões¹⁷⁷ entre os jovens podem fazer ainda com que os indivíduos, que são objecto desses mesmos comentários, se sintam rebaixados. Tendo em conta que o facto de ter a primeira relação sexual pode ser considerado como um passo para a idade adulta (como se irá ver no próximo capítulo), não é pois de admirar que estes jovens se sintam diminuídos relativamente a outros jovens mais experientes.

Neste sentido, Flood (2008) argumenta que o grupo de pares masculino tem uma influência profunda nos envolvimentos heterossexuais de alguns homens. A homosociabilidade molda as relações sexuais que estes vivem, os significados que eles lhes atribuem e o desenvolvimento de narrativas à volta destas. Os homens procuram a aprovação dos outros homens, ao mesmo tempo que se identificam e competem com eles. A actividade sexual é um aspecto chave para o estatuto masculino, sendo que os outros homens são a audiência, real ou imaginária, para as suas actividades sexuais. De forma semelhante, Richardson (2010) argumenta que as pressões para ter relações sexuais, para a sua comunicação no seio do grupo de pares e, por conseguinte, para a reafirmação da heterossexualidade são centrais para a interacção social e para as capacidades colectivas e individuais dos jovens homens. No entanto, de acordo com a autora (Richardson, 2010) estas constroem e privatizam, simultaneamente, muitos aspectos da experiência heterossexual masculina e, também, feminina; devendo por isso ser entendidas como fontes importantes de poder entre homens, e entre homens e mulheres, que surgem de uma interpretação partilhada do que significa ser-se um jovem homem, dentro de um grupo de pares específico. Também Kehely (2002), mostra como a articulação entre masculinidade e atividade heterossexual é negociada no contexto do grupo de pares. Dentro destes, os jovens rapazes moldam os parâmetros das práticas sexuais aceitáveis e inaceitáveis, produzindo definições de desejo e de desvio que podem ser utilizadas para afirmar determinadas versões de masculinidade e denigrar outras. Deste modo, embora a masculinidade hegemónica não seja “atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação, da ritualização das práticas da sociabilidade quotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo, considerado feminino” (Almeida, 1995: 17).

“Os homens sentem essa pressão. Olha, por exemplo, estamos aqui, faz de conta, um grupo de 4, 5 amigos de 15 anos, eu já me iniciei e todos sabem, [...] e este que aqui está, que nunca se iniciou, sente-se menos homem do que nós. E se for preciso a gente até incute essa situação, porque: “olha, és um fraquinho e tal” ou “coisa e tal e coisa, não perdeste os três”.” (Ricardo, 28 anos, 11º ano, proprietário de pequeno negócio)

Mas se a pressão, para que os jovens homens se conformem com um comportamento tido como adequado pelo grupo de pares, é amplamente reconhecida na literatura sobre masculinidades juvenis,

¹⁷⁷ De acordo com Pereira (2012: 153), “as estratégias de ridicularização, inferiorização e exclusão dirigidas àqueles/as que transgridem fronteiras de género produzem emoções intensas e profundamente desconfortáveis e tendem deste modo a desencorajar transgressões futuras dessas fronteiras”.

esta faz também parte das histórias sexuais - “sexual stories” (Plummer, 1995) de várias das jovens mulheres entrevistadas. Apesar de grande parte dos/as jovens considerarem que esta pressão é maior no masculino, as raparigas, tal como referido também por Silva (2011), não deixam de dar conta de como, no grupo das amigas¹⁷⁸, sobretudo, no passado, circulavam comentários de admiração, de expectativa e/ou depreciativos sobre quem tinha ou não tinha tido “ainda” a sua primeira relação sexual: “*Entre nós somos mesquinhas e então, sobretudo, na adolescência há aquela tendência “Ah, ainda és virgem!?”*”, “*Fogo...que idade é que tu tens? Dezassete? Dezoito anos? E ainda és virgem!?”*”, “*Que vergonha, olha eu perdi a virgindade com treze anos”*” (Joana, 23 anos, licenciatura, desempregada).

Todavia, esta pressão pode não vir dos comentários feitos pelos/as colegas/as, mas antes de um sentimento interno ao indivíduo, de que este/a tem que se comportar como os restantes elementos, para deste modo se poder inserir socialmente no grupo de pares e se sentir um indivíduo genderizado e adulto, isto é, um homem/mulher, adulto e heterossexual. Assim, como refere a Dina (29 anos, licenciatura, desempregada): “*A amiga não lhe disse nada. [...] mas o facto de ela ter dito, tar sempre a falar disso, não sei quê, às vezes pode ser entendido como uma pressão [...]. Isso é uma pressão, mas isso é da cabeça dela, não é?*”. Nas entrevistas é também referido, que o fato dos/as jovens verem os anos a passar e, ainda, não terem tido a sua primeira relação sexual pode levar a um questionamento de si, ao sentimento de que existe algo de errado com eles/as: “*Amigas minhas entraram em parafuso [...], porque achavam que já tinham idade mais do que suficiente para ter relações e não tinham. [...] À medida que os anos passam vê-se que elas se pressionam muito*” (Raquel, 21 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego)¹⁷⁹.

É ainda importante chamar a atenção para o “desajuste” relativamente ao número de jovens que consideram existir pressão da parte do grupo de pares, no sentido da prática da sexualidade, e o número de jovens que afirmam ter sentido e/ou exercido de facto essa pressão. Assim, se por um lado são vários/as os/as jovens que afirmam que não se deve ceder a pressões para iniciar/ter relações sexuais e/ou que, embora os/as colegas façam comentários, o/a próprio/a tende a não os fazer; por outro lado, é muito comum que os/as jovens recusem ter sentido alguma vez qualquer tipo de pressão, por parte do grupo de pares, para se iniciarem sexualmente, quer seja porque eram bastante novos/as quando tiveram a sua primeira relação sexual, especialmente entre os jovens homens, quer porque consideram ter autonomia e poder de decisão próprios/as, o que os/as deixa impermeáveis a este tipo de pressão: “*Comigo a parte dos amigos, de me pressionarem, nunca aconteceu, porque se sim, eu*

¹⁷⁸ Vários estudos (ver por exemplo, Aapola et al., 2005, Epstein e Johnson, 1998, e Kehely, 2002), que se debruçam sobre a sexualidade juvenil, dão conta do policiamento feito pelas “amigas” relativamente à construção de uma identidade feminina, adulta, e heterossexual. A título de exemplo, Kehely (2002) refere que o grupo de amigas sanciona a construção da (hetero)feminilidade das jovens raparigas, sendo um espaço onde a sexualidade pode ser partilhada, regulada e expressa.

¹⁷⁹ O desajustamento entre idades ideais e possibilidade de concretização de determinadas transições esperadas (Brannen e Nilson, 2002 in Pais, 2010), neste caso a idade da primeira relação sexual, pode levar àquilo que Pais (2010: 34) chama de “ansiedade de idade”.

tenho a minha virgindade, mas eu vou perder quando eu quiser, pronto” (Patrícia 20 anos, estudante do ensino superior). Apenas uma minoria de jovens rapazes, como foi o caso do Renato (22 anos, estudante do ensino superior), afirmam, explicitamente, terem-se sentido pressionados no sentido de terem a sua primeira relação sexual: “Senti, para perder a virgindade. [...] Não era bem uma pressão, os amigos diziam “Ah tens de experimentar [...]”. Estavam sempre a falar “e tu, és virgem?”, [...] e eles gozavam comigo e riam... Mas nunca foi assim pressão de uma pessoa só... foi do grupo, na brincadeira”.

Assim, as pressões para que os/as jovens se envolvam em actos sexuais aceites pelos/as colegas, como a relação sexual, parecem existir num vácuo: onde (quase) todos/as as reconhecem, mas (quase) ninguém diz fazer ou sentir, apontando para um(a) outro/a a “culpa” de fazer vigorar este controlo social sobre a sexualidade juvenil. Questão semelhante a esta, que irá ser discutida no capítulo seguinte, prende-se com a dupla moral sexual, que vários/as jovens afirmam existir, mas poucos partilhar.

4.4. Outras fontes de conhecimentos e/ou comunicação sobre sexualidade: as “novas” tecnologias da informação, a experiência e os/as parceiros/as

“Foi ao longo da minha vida. Com os meus amigos, com a minha família, na escola também, com o meu namorado. Namorado? Namorados (risos!)” (Sónia, 26 anos, estudante do ensino superior)

“Fui aprendendo na escola, com os amigos, hum... na televisão, em livros, em revista., Com a cultura geral também.” (Joaquim, 26 anos, 12º ano, medidor orçamentista)

Como referido em cima, para a maior parte dos/as jovens uma das principais fontes de conhecimentos e de comunicação sobre sexualidade são, sem sombra de dúvida, os/as amigos/as. A informação formal transmitida na escola e pelos pais são, também, outras fontes mencionadas, embora em menor número. Contudo, os/as jovens, mais do que falar numa fonte específica de conhecimento, referem antes uma variedade de fontes que incluem também a televisão, as revistas e/ou os livros, a internet, o planeamento familiar (tanto nos centros de saúde como no Instituto Português da Juventude (IPJ), a experiência pessoal ou os/as parceiros/as, muitas das quais com mensagens diferentes, e por vezes contraditórias, relativamente à sexualidade. Deste modo, verifica-se que a aprendizagem da sexualidade é feita através de “múltiplos agentes e processos” (Vilar e Ferreira, 2009: 52), num processo ativo de criação de sentido feito a partir desta variedade de fontes de conhecimento (Kehely, 2002). Os/as jovens criam, assim, o seu “artesanato de ideias” (Almeida, 2013: 73) na aprendizagem e na construção da sua sexualidade.

Sendo que já se falou um pouco sobre a família, a escola e os/as amigos/as, vai reflectir-se agora sobre as “novas” tecnologias de informação (a televisão e a internet), a pornografia, a comunicação

com o/a parceiro/a e a experiência de vida, procurando perceber um pouco em que medida estes/as constituem ou não uma fonte de informação e/ou de comunicação sobre sexualidade para os/as jovens.

4.4.1. As “novas” tecnologias de informação

Atualmente, os média e as “novas” tecnologias de informação permeiam a vida dos indivíduos¹⁸⁰. Vários/as autores/as (Bragg e Buckingham, 2010; Plummer, 2003; West, 1999) referem a presença massiva de questões relacionadas com a sexualidade nos meios de comunicação social e na internet, apontando para o que chamam de “sexualização” da sociedade (Attwood, 2006, 2010; Bragg e Buckingham, 2010; Gill, 2010; Harvey e Gill, 2011; Johansson, 2007)¹⁸¹. Esta “sexualização” da sociedade abrange desde a publicidade, à televisão, passando pela música, pelas revistas especializadas (direcionadas a homens e mulheres, mais “jovens” ou mais “adultos”), por vários espaços na internet (como as salas de chat, as redes sociais, os sites especializados em relacionamentos sexuais e/ou amorosos, pagos ou não, e dirigidos a várias “categorias” de pessoas: homens, mulheres, heterossexuais, bissexuais, transgender, poliamor, etc., os sites pornográficos) e/ou os centros de aconselhamento relativamente à saúde sexual e reprodutiva, onde os/as jovens (e os menos jovens) podem tirar as suas dúvidas¹⁸²; etc. Assim, segundo estes/as autores/as, os indivíduos vivem, actualmente, numa sociedade cada vez mais sexualizada, onde informação, imagens e conteúdos sexuais estão acessíveis e/ou disponibilizados em vários dispositivos da sociedade, e ao alcance de todos.

Neste contexto, as jovens mulheres são cada vez mais representadas como sujeitos ativos, que procuram o prazer sexual e a diversão, que são emancipadas e que têm mais poder (Gill, 2010). Deste modo, segundo Gill (2010) passa-se da objectificação para a subjectificação sexual, através de um discurso de diversão, liberdade e escolha, onde as mulheres são representadas como agentes autónomos, sem constringimentos de desigualdades ou poder, em que há uma procura de agradar o eu, e não a um homem, embora conseguindo, simultaneamente, a sua admiração. Para Harvey e Gill (2011: 56), este novo modo de femininalidade está associado a um novo “empreendedorismo sexual”,

¹⁸⁰ Segundo Plummer (2003), as questões relativas à intimidade permeiam cada vez mais os meios de comunicação social e as tecnologias de informação, sendo também que, actualmente, o quotidiano dos indivíduos é fortemente informado por estes meios de comunicação. Neste sentido, o autor argumenta que o mundo “pós-moderno” está saturado da informação que chega aos indivíduos através dos média, especialmente para as gerações mais jovens, e que a vida destes indivíduos está imersa nos médias. Assim, para Plummer as vidas íntimas são “vidas mediatizadas” (Plummer, 2003: 21).

¹⁸¹ O conceito de “sexualização” da sociedade remete para o modo como a sexualidade tem vindo a tornar-se cada vez mais visível nas sociedades ocidentais (Attwood, 2010). Attwood (2006: 78-79) define a sexualização da cultura como um termo um tanto ou quanto “grosseiro”, que engloba uma variedade de questões, como: “a preocupação contemporânea com os valores, práticas e identidades sexuais; a mudança pública para atitudes sexuais mais permissivas; a proliferação de textos sexuais; a emergência de novas formas de experiência sexual; a aparente quebra das regras, categorias e regulações concebidas para manter o obscuro distante; o gosto por escândalos, controvérsias e pânico à volta do sexo”.

¹⁸² Por exemplo, as páginas da internet do Instituto da Juventude - IPJ - e da Associação para o planeamento familiar - APF, disponibilizam, entre outra, informação relativa aos métodos contraceptivos e aos direitos em matéria de saúde sexual e reprodutiva.

em que há uma compulsão para que o sujeito “pós-feminino” seja sexy e sempre pronto a ter relações sexuais, ao mesmo tempo que existe um discurso em que o sexo é representado como requerendo trabalho e (re)aprendizagem constantes. Deste modo, a beleza, ser-se desejada e a performance sexual constituem um projeto constante, que devem ser “apimentados” – “sexed up” (Harvey e Gill, 2011: 56), mas cujos contornos, nomeadamente em termos de heterossexualidade e monogamia, continuam a ser policiados, mesmo quando são aparentemente rejeitados por discursos de diversão e experimentalismo.

É também neste contexto (hiper)sexualizado, considerado, geralmente, como problemático, que se pensa, muitas vezes, que as crianças e os jovens de hoje crescem¹⁸³. É neste sentido que vai o discurso do Bernardo (23 anos, estudante do ensino superior), que considera existir um “bombardeamento” de questões relacionadas com a sexualidade na comunicação social: *“Somos um bocadinho bombardeados com muita informação. E ninguém com acesso a uma televisão e a internet se pode queixar de falta de informação [...]. A nível de novelas ou de ficção, [...] a nível mesmo de publicidade mais explícita, não é?”*.

Não querendo de modo nenhum negar a forte presença da sexualidade nos espaços públicos da sociedade ocidental contemporânea, crê-se, no entanto, ser necessário analisar a questão de forma crítica, procurando perceber como os/as jovens “interagem” com toda esta informação, mesmo porque os média transmitem frequentemente mensagens contraditórias e diversas (Bragg e Buckingham, 2010)¹⁸⁴.

A televisão

Neste sentido, embora uma parte significativa dos/as jovens refira ter acesso a alguma informação ou conteúdo relacionado com a sexualidade provenientes da televisão, são também vários/as os/as que nem sequer a mencionam como fonte de conhecimento ou que, quando o fazem, é para dizer que não aprenderam nada com esta. Quando a televisão é referida como fonte de aprendizagem tende, no

¹⁸³ Segundo Bragg e Buckingham (2010) a presença de material “sexualmente explícito” nos média tem sido uma preocupação contante, apesar do que é considerado como “sexualmente explícito” mudar ao longo do tempo. Contudo, o desenvolvimento das novas tecnologias, como o vídeo ou a internet, e a maior facilidade que os/as jovens têm em aceder a este tipo de materiais levaram a um aumento exponencial do debate sobre a infância, sexualidade e os média. Neste contexto, as crianças são percebidas como crescendo demasiado depressa, estando a ser sexualizadas e a sua infância destruída; e os/as jovens percebidos como incapazes de negociar esta nova cultura sexual, em face da falta de competências para a criticar, e assim, resistir, e considerados como assexuais ou como sexualmente inocentes.

¹⁸⁴ Bragg e Buckingham (2010) realizaram mais de 100 entrevistas de pares e de grupo com 120 jovens, entre os 9 e os 17 anos, e cerca de 70 pais, e aplicaram um questionário a cerca de 800 jovens, no Reino Unido. Para estes/as jovens, os média preenchem uma falha em termos de informação sexual, em relação à informação transmitida pela família e pela escola. Contudo, esta não é necessariamente directa ou fidedigna, sendo as mensagens veiculadas pelos média muitas vezes rejeitadas e/ou questionadas pelos/as jovens. Todavia, o fato dos/as jovens se mostrarem críticos dos média, não significa que lhes sejam totalmente imunes, na medida em que as ideias, problemas e/ou questões expostos podem ajudar a definir certos tipos de comportamentos como problemáticos, levar os indivíduos a pensar em si como estando em controlo da sua conduta e/ou identidade sexual, e/ou conduzir a definições e/ou julgamentos de si, por exemplo, através da realização dos testes existentes nas revistas.

entanto, a ter significados que são frequentemente opostos ou ambivalentes. Pode, por isso, dizer-se que a televisão, como fonte de aprendizagem da sexualidade, está longe de ser consensual. Para uns é um bom meio para aprender questões relacionadas com a intimidade. Nesta vêm-se filmes (com conteúdos, mais ou menos, pornográficos e/ou filmes de consumo generalizado), séries (juvenis ou não), telenovelas, videoclips... Daqui os/as jovens, a sós ou com amigos/as, podem tirar exemplos para as suas próprias experiências, como aprender a beijar, ter informação sobre métodos contraceptivos, ou a “ganhar” conhecimento de várias práticas sexuais e dos relacionamentos amorosos e/ou sexuais.

“Andava na primária, devia ter para aí uns 10 anos quando eu beijei o meu primeiro namorado. [...] Antes de dar o meu primeiro beijo estava eu e uma colega em casa e estávamos as duas a treinar, mas não era uma com a outra, era na mão. [...] À, depois íamos ver vídeo clips, que era de um cantor, que já não me recordo, [...] em que nesse vídeo clip apareciam um homem e uma mulher a beijarem-se. Então foi mais ou menos aí que eu aprendi.” (Ana, 26 anos, 12º ano incompleto, desempregada/bairmaid em part-time)

“Aprendi a utilizar contraceptivos pela televisão. Relacionamentos mais íntimos foi através dos filmes... Lá está, despertava a curiosidade, o que é que é isto, vamos aprender... E a partir daí foi a melhor lição de todas, fiquei mesmo a saber: “ah, é assim que se faz”. “É assim que se faz!”. Isto é, não é bem assim, aquilo é um bocado mais carnal do que sentimental, não é?!” (Frederico, 25 anos, 12º ano, vigilante)

Programas, como os documentários ou reportagens nos telejornais, onde a sexualidade é exposta e discutida de forma considerada como séria e informativa, são ainda mencionados. Em frente da televisão, geralmente com a família reunida, as notícias dão, por vezes, mote para que pais e filhos discutam saídas noturnas, consumo de álcool, métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, DSTs, orientações sexuais não heterossexuais e/ou identidades de género: *“Normalmente eles [pais] diziam conforme as coisas que se ouvia ou, quando tava-se presente, ouvia-se na televisão, ah, sobre as gravidezes, por exemplo, a juventude, discotecas, álcool...” (Cristiano, 21 anos, 9º ano, desempregado).*

Contudo, vários/as jovens criticam a informação relativa à sexualidade veiculada pela televisão, ou porque esta informação é escassa, esporádica e/ou superficial, e nesse sentido, tendem a referir que gostariam que houvesse mais, ou porque consideram a informação existente como não real, recheada de conteúdos “impróprios” (como, por exemplos, cenas explícitas de práticas sexuais em horários considerados como tempo de família, e por isso desadequados) e/ou conteúdos que veiculam estereótipos e preconceitos, e que vão influenciar, mesmo pressionar, as gerações mais jovens nos seus comportamentos, nomeadamente nas suas práticas e relacionamentos sexuais e/ou amorosas.

A internet

Ao considerar-se a questão da internet como fonte de informação sobre a sexualidade, tem que se ter primeiro em consideração a diversidade de idades dos/as jovens entrevistados/as (uma margem de cerca de 10 anos de diferença entre os/as mais velhos/as e os/as mais novos/as). Isto porque se a internet é comum nos dias de hoje, algo a que a maior parte dos/as jovens têm acesso, o mesmo não

acontecia no caso dos/as jovens entrevistado/as mais velhos/as (sobretudo, a partir dos 25 anos), que só começaram a ter acesso a esta com uma idade um pouco mais avançada. Nesta, estes/as jovens podem procurar temas relacionados com alguma doença do foro sexual, a gravidez e/ou a maternidade, mas não já sobre as dúvidas iniciais de quando se é mais novo/a, que, como se tem vindo a referir, são consideradas como já estando esclarecidas. Mas, se são os/as jovens mais velhos/as quem mais refere não procurar nada na internet sobre sexualidade, outros/as jovens, independentemente da sua idade, mas com uma escolaridade igual ou inferior ao 9º ano, também tendem a não o fazer, o que pode ser explicado, em parte, pela falta de competências em utilizar estes meios de comunicação, devido ao seu baixo nível de escolaridade, às suas condições sócio-económicas (lembre-se que algumas destas jovens saíram de casa com menos de 20 anos) e/ou das suas famílias, o que torna mais difícil o acesso a este meio de comunicação. Veja-se o exemplo da Catarina (22 anos, 9º ano, empregada de balcão): *“Olha, isso sinceramente não. Até porque eu não funciono muito com internet, mas também nunca me preocupei muito de ir à internet saber o que quer que fosse”*.

Ora, são então os/as entrevistados mais jovens quem mais refere recorrer à internet para esclarecer dúvidas, satisfazer a curiosidade e/ou descobrir coisas novas. Embora este seja também o caso de várias jovens mulheres, não deixa de ser significativo que muitos jovens homens recorram à internet para esclarecer as suas dúvidas, naquilo que pode ser considerada uma pesquisa mais individualizada, onde não é preciso ter receio de não se saber, algo que seria visto como negativo no grupo de pares. Mas nem sempre esta procura é feita individualmente, podendo os jovens homens juntarem-se com amigos de maior confiança e fazerem a aquisição dos conhecimentos em conjunto, o que mostra mais uma vez a importância do grupo de pares para a aquisição do conhecimento sobre sexualidade entre os jovens e para a construção da sua heterossexualidade masculina: *“Às vezes estava em casa de um colega meu ou outro, e víamos uns artigos na internet. Mas pronto, somos todos um bocado curiosos sobre isso, então pronto, via lá várias coisas”* (Leandro, 19 anos, estudande do 12º ano).

No caso dos/das jovens com uma orientação sexual não heterossexual, sobretudo entre os/as mais jovens, a internet constitui um meio privilegiado de acesso à informação. Tendo que, frequentemente, manter o silêncio em relação à sua orientação sexual perante outros significativos (familiares, amigos/as, professores/as, colegas...), especialmente, quando são mais novos/as, a internet funciona como um espaço privado onde se pode procurar informação, sobre a “comunidade LGBT”, métodos contraceptivos e/ou as práticas sexuais, fazer contactos com pessoas com a mesma orientação sexual através do mirc, messenger ou outros, ver sites eróticos e/ou pornográficos, e, mesmo, praticar sexo virtual, quando a prática “corporal” é difícil e/ou receada: *“Na internet é que eu comecei de facto a descambar. [...] Na altura em que eu me escondia, a internet para mim era uma segurança. Depois as webcams e não sei o quê...tás a ver...sexo virtual e não sei o quê. [...] Basicamente foi assim que eu fui aprendendo”* (Nuno, 27 anos, estudante do ensino superior). A internet funciona, assim, para os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual, como fonte de informação, como forma de

acesso a comunidades não heterossexuais, como forma de conhecer parceiros/as, mas também como um espaço em que pode experimentar as práticas sexuais, de forma anónima e sentida como mais segura, antes de o fazerem no contexto do seu mundo físico imediato (Hillier e Harrison, 2007). Estando menos sujeito ao controlo social, o recurso à internet é, assim, propício à expressão da diversidade sexual (Bajos e Beltzer, 2008).

4.4.2. Pornografia: aprendizagem ou desaprendizagem?!

A pornografia¹⁸⁵ como meio de aprendizagem tende a ser socialmente aceite para os jovens homens. Vários estudos (Bozon, 2008; Ferreira, 2010, c); Holland et al., 2004 [1998]; Johansson, 2007; Wilson-Kovacs, 2010) mostram como o consumo de pornografia, quer seja através da internet, da televisão ou de outro meio de comunicação, é mais associado aos (jovens) homens do que às (jovens) mulheres, às quais é mais associado o consumo de material erótico¹⁸⁶ (Wilson-Kovacs, 2010). Em face àquilo que é considerado como a proeminência da pornografia e de um mercado comercial sexualizado, Kimmel (2008) refere que os homens, mas também as jovens mulheres, crescem com imagens sexualizadas de mulheres, antes mesmo de começarem a pensar sobre sexo. Neste contexto, não é pois de admirar que entre os/as jovens entrevistados, alguns jovens homens afirmaram abertamente ter visto algum tipo de filme erótico e/ou pornográfico, sobretudo quando eram mais novos.

“Quando uma pessoa é criança e ouve falar em sexo tem sempre aquela curiosidade de ver os filmes pornográficos e tal e umas revistas também, ah, mais do âmbito pornográfico também. Ah, eu sinceramente tive acesso a isso, né? [...] Íamos para uma papelaria lá perto, e tal, uns colegas meus compravam pastilhas, e os outros estavam todos a ver aquelas revistas e tal, assim escondidos. Ah, a nível de filmes também uma pessoa conseguia os filmes, através dos amigos e tal, porque o pai tinha e não sei das quantas, ou porque o irmão mais velho tinha em casa e não sei quê, e o irmão mais novo, que andava comigo na escola, conseguiu-lhe rapinar assim a cassete para podermos ver o filme.” (Norberto, 25 anos, licenciatura, bancário)

Mas a visualização de pornografia tanto pode ser uma prática solitária, frequentemente ligada não só à aprendizagem das posições sexuais, mas também à iniciação sexual dos jovens homens através da auto-masturbação, geralmente, antes da primeira relação sexual (voltar-se-á a tocar neste assunto no próximo capítulo), como pode também ser uma prática relacional. No contexto do grupo de pares, onde a visualização destes materiais é frequentemente feita em conjunto¹⁸⁷, a galhofa e a

¹⁸⁵ A pornografia pode ser/ter sido visualizada em canais de televisão, em cassetes vídeos, na internet, em revistas e/ou livros. Não existia, no guião, uma pergunta específica sobre pornografia. Na maior parte dos casos, o assunto surgiu quando referido pelos/as jovens entrevistados/as, tendo sido, apenas, perguntado caso se se estivesse a falar de algum assunto relacionado.

¹⁸⁶ Wilson-Kovacs (2010) argumenta que o consumo dos média, com conteúdos sexualmente explícitos, depende de um vasto conjunto de fatores culturais e sociais, como as relações sociais, a classe, discursos sobre sexualidade e género, e hierarquias de estética.

¹⁸⁷ Kimmel (2008: 187) chama a esta visualização colectiva “o elemento homosocial da visualização da pornografia heterossexual”, em que os jovens rapazes se juntam para se “gabarem” do que fariam com as mulheres retratadas, chamando-lhes nomes e aplaudindo as façanhas dos actores masculinos. Para o autor, o

aprendizagem andam lado a lado, podendo assim constituir um recurso para a construção coletiva da identidade masculina (Caltabiano, 2010; Holland et al., 2004 [1998]; Kimmel, 2008).

“Quando eu via isso [filmes pornográficos] era quando eu não tinha perdido a virgindade. Sentia sempre aquela... como é que eu hei-de dizer? Aquela vontade, sei lá, de explorar como era aquilo [...]. À, quando era com amigos era mais para a galhofa, para nos estarmos a rir. Mas sozinho por acaso nunca vi aquilo tudo, aquilo é bué da grande!” (Leandro, 19 anos, estudante do 12º ano)

Embora as jovens mulheres refiram menos ver material pornográfico, não quer dizer que não acedam a este¹⁸⁸. Assim, inseridas num grupo misto de pares, tal como acontece para os jovens homens, ver filmes pornográficos pode ser, também, entendido como uma atividade de lazer, algo que se faz na brincadeira¹⁸⁹. Pode acontecer também que as jovens recebam links para sites pornográficos através de correio eletrónico infetado ou de redes de mensagens que são enviadas, e, por curiosidade, mesmo para rirem um pouco, acedam a estes sites por um certo período de tempo, geralmente não mais que alguns minutos, negando, contudo, uma procura diretamente orientada para esse fim. Algumas jovens mulheres heterossexuais referem ainda ver pornografia com os seus parceiros, geralmente por iniciativa destes. Podendo esta ser considerada, sobretudo, como uma experiência relacional, que se faz para agradar ao parceiro e/ou para “apimentar” a relação, não deixa de ser uma fonte de aprendizagem, em que exemplos de diversas práticas e/ou posições sexuais podem tentar ser imitadas e experimentadas. Contudo, segundo Johansson (2007), enquanto que os jovens homens têm contacto com materiais pornográficos desde cedo, o acesso das jovens mulheres a este tipo de materiais aumenta exponencialmente durante o ensino secundário.

“Acho que procurei quê?, uma ou duas vezes, mas não é algo que eu vá procurar. Mas por exemplo, o meu ex-namorado ele sim, por vezes tem alguns filmes. Eles, entre os rapazes, eles trocam muito isso. E sim ele às vezes pode colocar e nós vemos qualquer coisa. Acho que aprender, para ser uma coisa diferente, nós vemos “olha, ela está a fazer assim, porque é que não havemos de experimentar assim?”.” (Célia, 27 anos, estudante do ensino superior, empregada de supermercado)

Mas a pornografia, tal como a prostituição¹⁹⁰, é uma questão sujeita a debate, com o focus na questão da apropriação do corpo das mulheres pelos homens e da sua objectificação (Jackson e Scott,

o mundo da pornografia é para os jovens rapazes um momento de voyeurismo tranquilizador. Sendo que a maioria destes tem menos experiência com as mulheres do que provavelmente gostaria, e que, na pornografia, as mulheres são retratadas como sempre prontas para e desejosas de ter relações sexuais e satisfeitas com estas, esta pode ser percebida como “um paraíso erótico igualitário”, em que homens e mulheres estão sempre prontos a procurar gratificação sexual, numa projecção das fantasias sexuais masculinas.

¹⁸⁸ Apesar do reconhecimento de que a maioria das jovens mulheres olham com repugnância para a pornografia e para o modo como as mulheres são objectificadas, Johansson (2007) refere existir um grupo crescente delas que tendem a ter uma atitude um pouco mais positiva perante a pornografia ou pelo menos uma atitude mais liberal ou permissiva.

¹⁸⁹ Mais uma vez é visível como, num contexto de lazer, entre risos, com os/as amigos/as, frequentemente se dá uma aprendizagem coletiva da sexualidade.

¹⁹⁰ Por questões de espaço, neste trabalho não se falará nas representações e práticas relativas à prostituição. Pode referir-se no entanto que relativamente ao recurso à prostituição por parte de indivíduos solteiros, os/as jovens dividem-se entre aqueles/as: que a aceitam, apelando ao primado da liberdade individual, e/ou há vontade

1996), tendo sido um dos pontos de discórdia, naquela que foi chamada de guerra dos sexos, entre as feministas¹⁹¹ (Jackson e Scott, 1996; Richardson, 2000; Seidman, 2003; Vance, 1984). As críticas dirigem-se, sobretudo, ao que é percebido como sendo a essência sexista e misógina da pornografia, que transforma as mulheres em objetos sexuais, isto é, que as representa como comodidades para consumo masculino (Richardson, 1997). A pornografia é então pensada como ajudando a circular e perpetuar representações das mulheres como inferiores, sexualmente disponíveis, como tendo prazer em ser dominadas e possuídas pelos homens e em agradar-lhes e validar um modelo de masculinidade em que os homens têm poder sexual sobre as mulheres – reforçando o modelo de domínio masculino, de modo que a sexualidade feminina na pornografia mais não fará do que expressar as fantasias masculinas e não os desejos delas (Jackson e Scott, 1996; Richardson, 2007; Seidman, 2003). Outras feministas defendem, no entanto, a pornografia, enquanto parte da liberdade de discurso e como meio de promoção de uma cultura de escolha e de variedade erótica (Seidman, 2003).

Entre os/as jovens entrevistados/as existe também algumas críticas aos filmes pornográficos. Como referido, as jovens mulheres tendem a não procurar este tipo de material, referindo não gostar do seu conteúdo, que podem considerar como demasiado explícito, preferindo antes os chamados filmes eróticos, que têm assim uma maior aceitação entre elas¹⁹². Quando este tipo de material é de fato condenado, é possível ver como as críticas que lhe são efetuadas tendem a ser similares às críticas

de experimentar, considerando-se que pode ser uma fantasia que o indivíduo tenha, que o indivíduo não quer um compromisso, e/ou que o indivíduo recorre a esta como forma de diversão ou por curiosidade; que discordando ou não fazendo, consideram que a prostituição é um recurso para os jovens homens que não conseguem arranjar um(a) parceiro(a) de outras formas (nestes casos tende a considerar-se que cada indivíduo faz o que quer, mas que a prostituição é uma atividade suja, e a pessoa não recorrerá a esta) (mais jovens homens, mas também jovens mulheres); e os/as que discordam totalmente do recurso à prostituição (mais jovens mulheres), na medida em que consideram que não existe essa necessidade, mesmo em face da maior disponibilidade, atual, de parceiros/as, e/ou que este é um desperdício de dinheiro. Para a maior parte dos/as jovens o recurso à prostituição por parte de homens solteiros é, frequentemente, justificado pelo facto: de os indivíduos terem necessidade de ter relações sexuais, de nem sempre ser fácil tê-las e destas exigirem trabalho, de que se pode ter algum problema físico e, deste modo, dificuldade em encontrar um(a) parceiro/a, e/ou de que os indivíduos têm falta de confiança para arranjar um(a) parceiro/a. Assim, embora tenda a existir uma defesa discursiva da liberdade individual, a maior parte dos/as jovens considera que, atualmente, é possível ter relações sexuais sem ter que se recorrer à prostituição, de modo que os jovens homens que o fazem são aqui vistos, de algum modo, como diminuídos na sua masculinidade. Sobre a prostituição em Portugal, ver, por exemplo, Coelho (2009).

¹⁹¹ Sobre esta questão ver capítulo 2.

¹⁹² Estes dados vão de encontro aos de Wilson-Kovacs (2010), em que as mulheres, entrevistadas pela autora, tendem a criticar e a distanciar-se (d) a pornografia. Tal como no caso das jovens entrevistadas, neste estudo, estas mulheres podem incorporar a pornografia (no sentido da sua visualização e/ou da experimentação de algo previamente visualizado nesta) nas suas vidas de modo a agradar os seus parceiros. Contudo, existem referências a uma falta de vontade relativamente a este assunto e a sentimentos de culpa ou mal-estar; apesar de, para algumas mulheres, a pornografia e o erotismo poderem ser algo de divertido a partilhar com o parceiro. Por seu turno, o erotismo tende a ser visto, por estas mulheres, de forma mais positiva, pela maior sugestividade e existência de maior espaço para a imaginação, podendo mesmo servir de fonte de aprendizagem e/ou inspiração para os seus conhecimentos, práticas e fantasias sexuais. No entanto, para a autora apesar do erotismo e da pornografia surgiram como uma questão de escolha pessoal, estes/as são antes de mais utilizados/as num quadro em que se tem que considerar as experiências anteriores e as representações sociais e culturalmente reconhecidas como de bom gosto e aceitáveis. Assim, os contextos económicos e sociais em que a pornografia e o erotismo circulam afetam como estes/as são percebidos e distinguidos. Ainda assim, as mulheres mantêm um papel ativo na escolha destes textos sexuais e no modo como os usam para produzir as suas identidades e relacionamentos sexuais (Wilson-Kovacs, 2010).

efetuadas por algumas feministas, no sentido em que se considera que há um desrespeito pela mulher, que é aí rebaixada e sujeita ao domínio do poder do homem: “*Os filmes pornográficos [...] é falta de respeito para com as parceiras que estão lá, estás a ver?! Eu acho que é mesmo rebaixar a mulher. [...] Agora eróticos não, eu gosto de ver, porque é aquela coisa de descobrir. Não ver, mas adivinhar, imaginar*” (Joana, 23 anos, licenciatura, desempregada).

Mas como as jovens mulheres também acedem ao material pornográfico, também os jovens homens, visualizando ou não este tipo de material, não deixam de o criticar, mostrando mais uma vez que não são meros espectadores passivos¹⁹³. Assim, por um lado, como indica o Rui (20 anos, estudante do ensino superior, operário), a pornografia pode ser entendida como não correspondendo à realidade das práticas sexuais quotidianas: “*a pornografia foge um pouco do que é o acto em si, mesmo quando uma pessoa namora, porque se calhar a pornografia é uma coisa um bocado exagerada*”; por outro lado, pode ser representada como algo “sujo”, de baixo valor, que influencia negativamente as pessoas: “*Havia os canais pornográficos [...] e cheguei a ver quando era pequenino [...] Isso também influencia um bocado a cabeça das pessoas, porque [...] querem imitar [...]. Aquelas porcarias, depois do sexo anal, do que fazem do sémen e isso [...], acho um bocado porco*” (Cristiano, 21 anos, 9º ano, desempregado).

Interessante é ainda verificar, que alguns jovens homens, tal como muitas das jovens mulheres, negam procurar explicitamente o material pornográfico, afirmando não comprar revistas, vídeos ou procurar o material na internet, ou referem poder ver um pouco dos filmes, mas que depressa se cansam e mudam de canal. A pornografia pode ser ainda algo de consumido quando se é mais jovens, mas a que se deixa de recorrer há medida que se vai tendo experiências sexuais relacionais, como se pode ver pelos testemunhos do Cristiano e do Leandro, acima transcritos¹⁹⁴.

4.4.3. A experiência pessoal e os/as parceiros/as – é a fazer que a gente aprende!

Tendo em conta que os/as jovens tendem a aprender sobre sexualidade a partir de diferentes instâncias e não apenas de uma, retirando o conhecimento que consideram adequado de cada uma delas, para construir as suas representações e experimentar a sua sexualidade, e que parte destes/as jovens recusam ter aprendido sobre sexualidade através dos vários meios expostos anteriormente, não é pois de estranhar que vários/as jovens refiram (também, ou apenas!) aprender sobre sexualidade através da “experiência da vida”, isto é: à medida vão tendo as suas experiências, sobretudo com os/as

¹⁹³ Estes dados vão de encontro aos resultados de Johansson (2007), que dão conta da existência de jovens homens que consideram a visualização de pornografia como suja, quase nojenta.

¹⁹⁴ Também Holland et al. (2004 [1998]) referem que o consumo da pornografia é uma característica do início da adolescência, que é partilhado em grupo. As autores mostra ainda como vários jovens homens, entrevistados por elas, são críticos do material pornográfico, enquanto que outros dizem que começaram a sentir-se fartos da pornografia à medida que foram crescendo, que deixaram de sentir necessidade desta e/ou que começam a entrar em relacionamentos sexuais e amorosos “sérios” e duradouros. Contudo, Holland et al. (2004 [1998]) salientam ainda que, apesar desta dissociação de alguns jovens homens relativamente à pornografia, esta é uma característica largamente difundida da sua cultura, de modo que estes têm que fazer sentido desta, assim como tomar consciência de que os seus pais e irmãos também participam no seu consumo e distribuição.

(diversos/as) parceiros/as, o que leva Holland et al. (2004 [1998]) a argumentarem que esta é a fonte principal de aprendizagem que os/as jovens têm sobre sexualidade.

“Experiencia própria, relacionava-me [...] com uma ou outra namorada. Só com o passar do tempo, com as experiências novas todos os dias. Porque todos os dias a gente está a aprender logo ai, foi ai que eu tive o conhecimento.” (Guilherme, 25 anos, 12º ano, administrativo)

“Com o companheiro é uma troca de experiências e cada um ensina ao outro o que gosta o que tem para ensinar ao outro e acho que vamos aprendendo um bocado por aí. Se calhar é a maneira mais certa de aprender, não sei.” (Isabel, 25 anos, estudante do ensino superior)

Ora, se vários/as jovens referem aprender sobre sexualidade com a experiência pessoal, ou seja, há medida que vão experimentando os atos sexuais, já a comunicação sobre sexualidade com os/as parceiro/as pode ser mais problemática. Embora alguns/algumas autores/as refiram que os/as parceiros/as são agentes privilegiados de comunicação sobre a sexualidade (Pais, 1996b; Vasconcelos, 1997; Vilar, 2001; Vilar e Ferreira, 2009), para alguns/algumas jovens esta comunicação pode não existir, o que parece dar conta da manutenção da dificuldade do diálogo à volta deste assunto (ver, por exemplo, Holland et al., 2004 [1998]; Marques, 2006; e Vilar, 2001).

Contudo, a maior parte dos/as jovens refere falar alguma coisa sobre sexualidade, embora nem sempre com os/as mesmos/as parceiros/as, nem nas mesmas fases da relação¹⁹⁵. Apesar destas variações, a quantidade de jovens que refere falar sobre contraceção com os/a(s) parceiros/a(s) não deixa de indicar, indiretamente, um certo êxito do discurso medicalizado relativamente às questões de saúde sexual e reprodutiva, nomeadamente no que diz respeito às práticas de sexo seguro, e, por conseguinte, do uso de contraceptivos: *“Falamos facilmente dessas situações. A nível de contraceção. Basicamente, como ela toma a pílula, quando toma, toma; quando não toma, avisa” (Henrique, 25 anos, licenciatura, bancário).*

Um dos aspetos mais referidos na literatura (ver, por exemplo, Holland et al., 2004 [1998]) sobre o uso de contraceção diz respeito às questões de poder entre homens e mulheres, e, neste sentido, à dificuldade que muitas mulheres, nomeadamente jovens raparigas, terão em pedir ao companheiro que use o preservativo. Fazer este pedido poderá pôr em causa a sua reputação, com a desconfiança que terão tido já vários parceiros sexuais, ou mostrar desconfiança perante a reputação do parceiro, relativamente à sua fidelidade, especialmente numa relação “séria” e duradoura”. Mas tal como mostram Holland et al. (2004 [1998]), não há regra sem exceção, e algumas das jovens mulheres

¹⁹⁵ Neste sentido, pode falar-se com alguns/algumas parceiros/as, sobretudo com os/as parceiro/as com quem os/as jovens se sentem mais à vontade e têm maior confiança, mas nem sempre com todos/as; ou falar-se sempre, apenas no início ou só no decorrer da relação (por vezes fala-se no início, sendo que a necessidade de falar vai diminuindo; outras vezes, embora menos frequentemente, há medida que se vai ganhando mais confiança na relação vai-se falando mais).

mostram sentir-se capacitadas para pedir aos companheiros que utilizem preservativos e/ou que façam o teste do VIH/SIDA¹⁹⁶.

“No princípio tinha mais vergonha. [...] Mas [...] quando eu estava mesmo para estar com alguém, tinha que lhe dizer: “olha, é assim, desculpa lá, mas eu sem preservativo não faço, não vale a pena”. Pronto lá havia sempre aquela coisa do pôr o preservativo. E nunca houve esse: “à não gosto, à não uso”, “não usas, olha meu amigo, desculpa lá vais à tua vida que eu vou à minha, que assim não dá”. [...] [Para ter relações sexuais] Temos que nos sentir à vontade para perguntar [...] como eu fiz ao F., “não te quero ofender, mas tens feito análises?” (Vera, 23 anos, 11º ano incompleto, empregada de restaurante)

Neste contexto, é necessário sublinhar, mais uma vez, a importância do recurso ao humor para falar dos assuntos “sensíveis” da sexualidade, e assim subverter as relações de poder e os constrangimentos. Algumas, destas jovens mulheres referem, assim, que “em tom de brincadeira” conseguem fazer valer a sua vontade: *“Olha, sempre em tom de brincadeira, mas sim. Ou seja, sem estar ali a pressionar ou eles a pressionarem, mas sim. E acabei por levar sempre a minha avante, nunca tive problemas.” (Carolina, 22 anos, licenciada, empregada de loja/barmaid)*. Mais uma vez pode ver-se como o uso do humor facilita a comunicação sobre a sexualidade, tornando mais “leve” um assunto em que existe ainda alguma dificuldade de diálogo aberto.

Foi então possível constatar que a comunicação sobre contraceção entre parceiros/as é uma realidade para vários/as dos/as jovens entrevistados/as, embora nem sempre fácil, fluída, frequente e/ou contínua, tal como se viu em pesquisa anterior (Marques, 2006), podendo variar conforme os/as parceiros e/ou ao longo da trajetória de vida. Mas nem só de contraceção se fala entre parceiros/as. A procura de conhecimento dos gostos do/a parceiro/a e o dar a conhecer dos seus próprios gostos e desejos fazem também parte do diálogo entre os/as parceiros/as, indicando, por um lado uma maior abertura à sexualidade e aos seus aspetos mais hedonistas (especialmente para as mulheres), e por outro a importância, pela menos a um nível discursivo, da intimidade revelada (Jamieson, 2005 [1998]) e da relação pura (Giddens, 1996), nomeadamente no que diz respeito à igualdade, ao conhecimento profundo do/a outro/a e à comunicação entre parceiros/as. Assim, entre parceiros/as, fala-se de fantasias sexuais, por exemplo, dos sítios onde se gostava de ter relações sexuais, dos atos e/ou das posições sexuais que se gostava de experimentar; procurando saber-se o que o/a parceiro/a gosta, em matéria de sexualidade, numa expressão clara da importância que a satisfação mútua adquire atualmente no relacionamento do casal. A abertura da comunicação entre o casal, em matéria de sexualidade, é percebida como intensificando a própria relação (sexual) e, deste modo, o prazer que se obtém desta.

¹⁹⁶ A questão da utilização de contraceptivos entre lésbicas está frequentemente ausente da literatura, nomeadamente, sobre a prevenção do VIH/SIDA (ver, por exemplo, Richardson, 2000). No caso das jovens autoidentificadas como lésbicas, neste estudo, a questão também não foi referida ou foi mencionada como não sendo algo que lhes diz respeito.

“Acho que é uma parte essencial numa relação, é o facto de uma pessoa falar. E falar sobre aquilo que, na parte sexual, sobre aquilo que gosta, sobre aquilo que dá mais prazer. [...] Saber aquilo que a outra pessoa gosta mais, gosta menos. Acho que a relação sexual, o ato sexual se torna mais intenso, uma pessoa tira maior prazer, consegue dar mais prazer, consegue estar mais à vontade com a outra pessoa se houver esse conhecimento de ambas as partes.” (João, 24 anos, estudante do ensino superior, empregado de loja)

Contudo, é preciso sublinhar que, apesar da tendência para que realmente haja uma certa abertura e comunicação entre os/as parceiros em matéria de sexualidade, os/as jovens que referem falar do aspetos mais hedonistas desta, mesmo que, geralmente, num quadro relacional, tendem a ser menos do que os/as que referem falar de contraceção.

Acresce ainda que, segundo alguns/algumas jovens com uma orientação sexual não heterossexual, a comunicação sobre sexualidade é menor entre os/as jovens heterossexuais, aumentando substancialmente entre os/as parceiros/as do mesmo género, especialmente, no casos das mulheres, na medida em que, não estando sujeitas a relações de poder desiguais, como aconteceria se estivessem numa relação heterossexual¹⁹⁷, estas sentiriam um maior à vontade para partilhar os seus gostos, os seus desejos, as suas vontades entre “iguais”, livres dos medos da reação masculina.

“Sempre falei bastante. [...] Mesmo para a relação sexual eu acho que é ideal falar. Ah, falávamos assim o que o parceiro ou a parceira gosta mais, ah, fantasias, de locais. Não se torna tão monótono o relacionamento, a atividade sexual. É sempre bom falar [...] Eu acho que no meio lésbico existem muito mais fantasias do que no mundo hetero e a gente tenta ao máximo concretizá-las. [...] Eu acho que existe muito mais à vontade no relacionamento sexual entre mulheres do que com homens. Eu acho que as mulheres ainda têm medo de falarem com o homem sobre as suas fantasias, sobre as suas vontades, com medo da reação do parceiro. E no meio das mulheres isso não existe porque ambas compreendem, e talvez aí seja mais aquela fantasia e aquela liberdade de fazer as coisas.” (Liliana, 23 anos, 11º ano incompleto, empregada de restaurante)

Para finalizar, é ainda importante referir que para alguns/algumas jovens, sobretudo entre os/as mais qualificado/as, a falta de comunicação sobre sexualidade no casal constituiu um mau indicador do funcionamento da relação. Assim, como se viu em cima, se comunicar com o/a parceiro/a faz parte das novas normatividades do relacionamento em casal, e se essa comunicação é vista como melhorando a relação, nomeadamente a relação sexual do casal e o prazer que se tira desta, é lógico considerar que a falta de comunicação entre os/as parceiros/as pode levar à falta do conhecimento do/a outro/a em matéria de gostos sexuais, a uma incapacidade de o/a satisfazer, há existência de maiores vergonhas e embaraços, a um maior descontentamento com as práticas sexuais na generalidade, e/ou à falta de prevenção e incapacidade de imposição, com a falta de respeito pelo eu que isso pode acarretar.

¹⁹⁷ Segundo Holland et al. (2004 [1998]), para as jovens mulheres, aprender a negociar experiências sexuais que resultem em prazer, exige confrontar diferentes camadas inter-relacionadas de heterossexualidade que produzem os homens como actores e as mulheres como objectos. Conseguir ter relações sexuais comunicativas e igualitárias requer confiança pessoal e confiança no e comunicação com o parceiro, mas também o reconhecimento por parte de ambos da potencialidade e diversidade do prazer sexual feminino e dos contrangimentos das identidades sexuais genderizadas. No entanto, a extensão do silenciamento do desejo feminino e o privilegiar da sexualidade masculina na maior parte das fonte de educação sexual formais e informais torna o desenvolvimento deste reconhecimento, através da experiência pessoal, limitado e incerto.

“Eu acho que o problema da comunicação é uma coisa que eu ainda vejo muito [...]. Eu acho que é uma estupidez, porque a pessoa se tem confiança suficiente com outra pessoa para estar numa relação seria, então tem que ter à vontade para falar acerca de tudo, não é? Aconteceu uma ou duas vezes ter amigas minhas que acabam, por exemplo, desleixar-se um bocado mesmo a nível de segurança. O rapaz dizer que não gosta de usar preservativo, elas então não usam preservativo, porque o rapaz não gosta. Isso para mim é grave, não é?! É uma coisa que não me passa pela cabeça! [...]. Acho que é um bocado uma questão de respeito por si próprio também, não é?! [...] Se as pessoas gostam uma da outra, se têm confiança uma com a outra, se algum deles diz: “não me sinto confortável com esta situação”, então a outra pessoa vai respeitar isso. E é uma forma muito mais saudável de desenvolver a relação a nível sexual, e fora da relação sexual também.” (Raquel, 21 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego)

Deste modo, as conversas com os/as parceiros/as, pelo menos como percebidas pelos/as jovens, se é verdade que existem, tendem a ser, no entanto, especialmente no casos dos/as jovens com parceiros/as do género oposto, inconsistentes, remetendo, na maior parte dos casos, para a utilização dos métodos contraceptivos e, menos, para a procura do prazer. São sobretudo os indivíduos mais qualificados e os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual quem mais refere a importância do conhecimento dos/as gostos e desejos dos/as parceiros em matérias de sexualidade, numa troca relacional, em que se dá e recebe prazer. Como se verá no próximo capítulo, a sexualidade torna-se essencial para a construção e manutenção do bem-estar do casal, servindo de medida para os ideais de intimidade revelada (Jamieson, 2005 [1998]) e de relação pura (Giddens, 1996), que se desejam para o casal. É, então, das representações e das práticas da sexualidade, apreendidas e construídas a partir de múltiplos processos de socialização (Kehely, 2002; Lahire, 1999, 2001, 2005; Vilar e Ferreira, 2009), e da construção de um “artesanato de ideais” (Almeida, 2013), que se falará no próximo capítulo.

5. Pensando e vivendo a sexualidade: restrições, cedências e permissões

Tendo em conta que nos capítulos I e II, se olhou para as transformações existentes no domínio da intimidade e no modo como as ciências sociais, e, especialmente a sociologia, tendem a analisar a sexualidade, procura-se, neste capítulo, articular o conhecimento adquirido com o modo como os/as jovens falam das suas práticas e representações desta. Parte-se, assim, do princípio que, a par das transformações ocorridas nos diferentes domínios do social, o campo da sexualidade tende a secularizar-se, a pluralizar-se, a democratizar-se e a individualizar-se, embora persistam desigualdades no modo como homens e mulheres a vivem e pensam, e nas possibilidades de expressão entre indivíduos heterossexuais e indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual.

Ora, a importância que a sexualidade adquire, na vida dos indivíduos, nas sociedades ocidentais contemporâneas, tem sido largamente discutida por vários/as cientistas sociais (ver, entre outros/as, Jackson e Scott, 1997, 2004, 2010; Richardson, 2000; Weeks, 2006 [1996] 2007). Esta tornou-se foco de questões sociais e políticas que fazem parte de preocupações globais, como a violência sexual, a educação sexual, a prostituição, o tráfico de mulheres, o aborto, a contraceção, a monoparentalidade, o VIH/SIDA, os direitos dos homossexuais, ou a organização da vida social, através da institucionalização da heterossexualidade (Richardson, 2000). Nas últimas décadas do século XX, a sexualidade tornou-e, ainda, um aspeto importante do capitalismo global, com a utilização do imaginário sexual na publicidade e na indústria sexual (a pornografia, o turismo sexual, os casamentos). Constituindo um mecanismo de controlo social e de regulação, a sexualidade passou, também, a ser um foco de luta política através dos esforços de movimentos sociais centrados nas questões sexuais e reprodutivas.

Para além disso, ao nível individual¹⁹⁸, esta é considerada central para o entendimento das identidades pessoais e dos relacionamentos contemporâneos, estando diretamente ligada com o modo como os indivíduos se sentem consigo próprios e com os outros e, frequentemente, com os seus motivos para formar um relacionamento e conseguir intimidade. Assim, para além de ser um modo de experimentar amor e prazer, a sexualidade é ainda um modo de mostrar valor pessoal (Richardson, 2000), um modo de expressão do desfrutar da vida (Camolletto, 2010) e uma fonte de significado

¹⁹⁸ Neste sentido, Jackson e Scott (1997, 2010) referem que nas sociedades contemporâneas ocidentais, a sexualidade foi-se tornando num espaço apropriado para a construção e a manutenção de um sentido de identidade, mantendo-se, no entanto, marcada como uma “área “especial” da vida, de algum modo distinta de outras áreas, não facilmente sujeita ao processo reflexivo de autoconstrução (Jackson e Scott, 1997, 2010). A sexualidade passa ainda a ser percebida, simultaneamente, como uma área da vida, pessoal e social, problemática e disruptiva, e como fonte de êxtase e de excitação, que eleva os indivíduos acima da realidade quotidiana e os ajuda a escapar dela. Paralelamente surge uma comodificação do prazer que juntamente com a racionalização da sexualidade são enquadradas pela sua idealização enquanto romântica e espontânea.

(Weeks, 2007). Contudo, a sexualidade não tem também o mesmo grau de importância para todas as pessoas, variando consoante os processos sociais originados no valor que a sexualidade ocupa em determinadas posições sociais e nos guilhões específicos de socialização com que as pessoas se deparam (Heilborn, 1999).

Até que ponto vão então as mudanças no domínio da sexualidade? Estará esta assim tão individualizada como se poderá pensar? Terão os relacionamentos sexuais e amorosos, duráveis no tempo, perdido a sua importância? Por outro lado, será que existe, atualmente, uma prática “desenfreada” da sexualidade, que tanto preocupa alguns discursos de senso comum? Terão os/as jovens alargado assim tanto o seu reportório sexual, no sentido, de um “vale tudo”? Estão os/as jovens assim tão permissivos? E que tipo de valores e moralidades estão associadas ao envolvimento em diferentes tipo de relacionamentos sexuais e/ou amorosos e a diferentes tipos de práticas sexuais? Até que ponto diminuiu ou se mantém o duplo padrão sexual? Será que os relacionamentos sexuais entre pessoas do mesmo género são, nos dias de hoje, mais aceites? Qual o papel dos posicionamentos sociais dos/as jovens nisto tudo? Estas são algumas das perguntas a que se procura dar resposta ao longo deste capítulo. Apesar de não se poder fazer uma análise comparativa entre indivíduos de gerações diferentes, para dar uma ideia das mudanças e permanências inter-geracionais, pelo menos como entendidas ao nível subjetivo, procura-se situar o mais possível os discursos dos/as jovens e compará-los com dados existentes na literatura sobre o assunto.

5.1. De uma sexualidade natural, individualizada e/ou relacional

Vários/as investigadores/as (Barbagli et al., 2010; Camolletto, artigo não publicado, DeLamater, 1980; Hollowy, 1984; Lauman et al. 1994; Pais, 1998) têm dando conta da existência de diferentes modos de representar a sexualidade nas sociedades ocidentais contemporâneas, embora algumas destas representações tendam a ser pensadas como mais centrais do que as restantes, como o discurso médico e biologizante, ou os discursos tradicionais e religiosos¹⁹⁹ (Jackson e Scott, 2010) (ver capítulos 1 e 2). Outros modos comuns, e, frequentemente, interrelacionados, de representar a sexualidade correspondem às orientações: *procriacional*, em que se enfatizam os aspetos reprodutivos da sexualidade; *relacional*, em que se assume que a sexualidade é parte integrante de um relacionamento e que as práticas sexuais são meios de expressar e de reforçar uma intimidade emocional e psicológica, de modo que a ocorrência destas mesmas práticas, está sujeita à qualidade do relacionamento; e *hedonista* ou *recreacional*, centrada no corpo, em que o propósito das práticas sexuais é a obtenção de prazer, estando, ainda, associada a menos restrições normativas no

¹⁹⁹ Estes discursos tendem a representar a sexualidade em termos essencialistas, como parte da natureza, atribuindo à heterossexualidade, vivida na relação de casal, a legitimidade ou o modo natural de viver a sexualidade, “como Deus designou” (DeLamater, 1980; Jackson e Scott, 2010)

comportamento sexual (Barbagli et al., 2010; DeLamater, 1980; Hollowy, 1984; Lauman et al. 1994; Pais, 1998); e ao discurso do *homem predatório*, em que o impulso sexual é considerado como uma propensão natural que os homens têm e que os faz desejar ter sexo com as mulheres, algo considerado como normal e saudável, na medida em que é fruto de uma necessidade biológica, de um imperativo, evolucionário, que assegura a sobrevivência da espécie humana (Hollowy, 1984).

Ao longo da última década, Bozon (2001, 2004, 2005 [2002]; Bozon e Le Van, 2008), para dar conta das várias maneiras como os indivíduos, nas sociedades contemporâneas, dão sentido à sexualidade e a inscrevem na sua biografia, sugere o conceito de *orientações íntimas*. Estas são lógicas sociais de interpretação e de construção da sexualidade, ou seja, maneiras de definir e usar a sexualidade, que se exprimem tanto em representações e normas culturais, como em modos de interação entre parceiros/as, modos de conhecimento do Eu ou de afetos ligados à sexualidade. Constituem então quadros mentais, que delimitam o exercício da sexualidade, definem o sentido que lhe é atribuído, e indicam o papel da sexualidade na construção da identidade. Bozon distingue, assim, três tipos de orientações íntimas: 1) *o modelo de rede sexual* (a atividade sexual surge para os indivíduos como uma componente normal da sua sociabilidade, criadora de capital social e de laços de interdependência; a sexualidade constitui aqui um elemento central da identidade social); 2) *o modelo de desejo sexual* (neste modelo, o aparecimento regular do desejo, juntamente com a conquista, real ou imaginada, do objeto desejado, é uma das condições da manutenção da identidade íntima do sujeito; um trabalho de construção e de restauração do Eu é efetuado através do corpo, a partir da manifestação periódica do desejo, permitindo ao indivíduo um conhecimento sobre ele mesmo); 3) e *o modelo de sexualidade conjugal* (a sexualidade é colocada ao serviço de uma construção conjugal e/ou sentimental que a engloba e contém; ganhando sentido dentro do quadro da conjugalidade).

Estas diferentes leituras da sexualidade podem gerar conflitos de interpretação ao nível político e macrosocial, ao nível individual e ao nível intra-subjetivo. A este último nível é possível encontrar clivagens internas, que coexistem ou confrontam várias interpretações da sexualidade, num mesmo indivíduo, e mudanças na biografia, que fazem suceder várias perspetivas ao longo do tempo. Neste sentido os indivíduos podem estar divididos entre várias orientações (o que não significa necessariamente uma clivagem na sua existência). Acresce ainda que, a nível interpessoal, podem coexistir diferentes orientações em relação à sexualidade, num mesmo momento ou ao longo do ciclo vida (Bozon, 2001, 2004, 2005 [2002]; Bozon e Le Van, 2008); mesmo porque, nos dias de hoje, existe uma diversificação de discursos sobre a sexualidade, acompanhada por uma complexificação das trajetórias afetivo-sexuais, em que há diferentes maneiras de atribuir sentido à sexualidade e de inscrever nas biografias pessoais (Bajos e Bozon, 2008).

Para além de mais, como se procurou sublinhar no capítulo 2, os valores e as práticas sociais modelam e orientam desejos e modos de viver a sexualidade, que por sua vez dão origem a trajetórias sexuais e/ou amorosas distintas (Heilborn, 1999). Por sua vez, instituições sociais, como a religião e a

família, afetam as atitudes sexuais, ao criar e manter diversas orientações relativas à sexualidade (Bozon, 2001, 2004, 2005 [2002]; Bozon e Le Van 2008; Delamater, 1981; Lauman et al., 1994).

Com a ajuda das ferramentas analíticas criadas Simon e Gagnon (1991, in Gagnon, 2004), com o conceito de guiões sexuais, juntamente com as considerações de Jackson (2006, 2007) e Jackson e Scott (2010) sobre a importância do nível estrutural e do corpo, de Richardson (2007) e de Holland et al. (2004 [1998]) (ver capítulo 2), assim como o conceito de orientações íntimas de Bozon (2001, 2004, 2005 [2002]; Bozon e Le Van 2008) e as representações sobre sexualidade mapeadas nos trabalhos de Barbagli et al (2010); DeLameter (1980), Holoway (1984), Luhmann et al. (1994), Pais (1998) e Camolletto (artigo não publicado), foram identificadas 3 maneiras principais de representar a sexualidade entre os/as jovens entrevistados: a) *uma sexualidade naturalizada*, b) *uma sexualidade individualizada* e c) *uma sexualidade relacional*.

5.1.1. a) Uma sexualidade naturalizada

Este primeiro modo de representar a sexualidade é baseado no modelo biológico, de que se falou no capítulo 2, para o qual o contributo do trabalho dos sexologistas do fim do século XIX e início do século XX, e do meado do século XX, assim como o trabalho de Freud, tiveram uma contribuição decisiva, e que, como se pode ver, continua a estar presente no discurso dos indivíduos. A sexualidade é aqui percebida como algo presente na vida quotidiana, algo de natural e comum no dia-a-dia de todos os indivíduos. Mais do que isso a sexualidade pode ser percebida como necessária aos seres humanos, como algo sem a qual não se pode viver, algo de inato e instintivo. Como refere o Jorge (23 anos, 12º ano, designer gráfico): *“O sexo é uma coisa inata, é como comer, é como dormir, é como beber água”*. Neste sentido, os seres humanos são pensados como seres sexuais, portadores de desejo sexual, sendo que alguns/algumas jovens referem, também, que a vida é feita de desejos – do desejar e sentir-se desejado, e/ou do desejo que circula à volta da sexualidade. A sexualidade é então pensada como fazendo parte da vida: *“Eu acho que faz parte do ser humano, [...] quer dizer se faz parte dos animais, nós, logo, que somos animais, somos racionais [...] não vives sem ela [...] é importante e faz parte da vida”* (Filipe, 26 anos, 12º ano incompleto, empregado de armazém). É, por conseguinte, considerada como necessária, sobretudo, para os homens, mas também para as mulheres: *“A sexualidade é uma coisa natural. Para mim acaba por ser importante, porque [...] a vida é feita de desejos também”* (Rita, 25 anos, estudante do ensino superior).

A sexualidade enquanto entendida como algo de natural e/ou biológico está ainda associada a diferentes aspetos do corpo e a transformações corporais e sociais, que decorrem ao longo das diferentes fases da vida do indivíduo, sobretudo relacionadas com a puberdade e o crescimento, a conjugalidade e/ou a parentalidade: *“É o sexo e a procriação, há muitas coisas sobre isso. [...] Desde sexo mesmo até à gravidez, e à passagem toda da gravidez, e as alterações na mulher e no homem também”* (Renato, 22 anos, estudante do ensino superior).

Apesar deste modo de representar a sexualidade ser bastante comum entre os/as jovens entrevistados/as, está ligeiramente mais presente entre os jovens homens; fazendo, contudo, parte das representações sobre a sexualidade de algumas jovens mulheres, sobretudo, das jovens mais escolarizadas (com licenciatura, embora também algumas com o ensino secundário) e, tendencialmente, menos religiosas.

5.1.1. b) Uma sexualidade individualizada

O segundo modo de representar a sexualidade diz respeito àquilo a que se chamou, no seguimento de Bozon (2001, 2004, 2005 [2002]; Bozon e Le Van, 2008), uma sexualidade individualizada, devido à centralidade que a sexualidade adquire para o indivíduo. Aqui fez-se ainda a distinção entre uma *sexualidade hedonista* (Barbagli et al., 2010; DeLamater, 1981; Luhmann et al., 1994; Pais, 1998) e a *sexualidade como fonte de identidade pessoal* (Foucault, 1994; Jackson e Scott, 2004, 2010; Richardson, 2000; Weeks, 1985, 1987, 1995, 2006 [1986], 2007).

Como o nome indica, a *sexualidade hedonística* está associada ao prazer e ao desejo, que o indivíduo procura ter e/ou satisfazer para si, através da sexualidade. A associação entre prazer e sexualidade é visível, por exemplo, no discurso do Francisco (26 anos, licenciatura, formador e perito): “*Sexualidade é sinónimo de prazer, não me venham cá com tangas. A sexualidade é o ópio dos deuses e ponto final parágrafo. Toda a gente gosta, não há ninguém que não goste*”. As ideias de sedução, de atração, de satisfação e de vontade sexual estão claramente presentes neste modo de pensar a sexualidade, que é partilhado, especialmente, por homens e por jovens menos religiosos/as, embora esteja também presente no discurso de algumas jovens mulheres, mais qualificadas, e entre alguns/algumas jovens mais religiosos/as. Contudo, o discurso feminino do prazer surge mais ligado a determinadas práticas sexuais (individualizadas e/ ou relacionais), e não tanto às representações, mais generalizadas, que as jovens têm da sexualidade

“Eu com o [ex-namorado] por acaso fui experimentando várias coisas, mas com um tempo, muito tempo. [...] e é verdade que gostava de fazer sexo com ele, é verdade que gostava e era uma das coisas que me dava prazer.” (Sónia, 26 anos, estudante do ensino superior)

Mas, como se referiu anteriormente, a sexualidade é considerada, nos dias de hoje, como um aspeto central para a construção da identidade pessoal dos indivíduos²⁰⁰ (Foucault, 1994; Giddens, 1996; Jackson e Scott, 1997, 2004, 2010; Richardson, 2000; Weeks, 1985, 1987, 1995, 2006 [1986],

²⁰⁰ Weeks (1995) define as identidades contemporâneas como híbridas, feitas de vários fragmentos da história e da experiência pessoal e social. Na medida em que são heterogêneas, estas estabelecem muitas identificações possíveis ao longo das fronteiras de muitas diferenças potenciais. As identidades são, ainda, pessoalmente interligadas em narrativas que dão coerência, às vidas individuais, apoiam e promovem a agência social, e expressam determinados valores. No entanto, em face das suas complexidades, as identidades são perturbadoras. As pessoas procuram-nas, assumem-nas e afirmam-nas, sendo que estas providenciam um pilar para o Eu e para as pertenças sociais, no entanto, estas são muitas vezes postas em questão, refeitas e reinventadas, e/ou procuram-se outras novas.

2007). É neste contexto que a sexualidade aparece também para os/as jovens como ligada a questões simbólicas e identitárias. A *sexualidade como uma fonte de identidade pessoal*, remete, deste modo, para as percepções que se têm da importância da sexualidade para o/a próprio/a. A sexualidade pode, então, ser pensada como sendo uma fonte de conhecimento profundo do Eu; isto é, como fornecendo esse conhecimento profundo, íntimo do indivíduo, daquilo que este consegue ou não fazer e/ou do maior conhecimento do seu corpo. Simultaneamente, a sexualidade pode ser sentida como fonte de realização pessoal, na medida em que é entendida como produtora e/ou fonte de bem-estar pessoal e/ou de maior autoestima²⁰¹. O modo como a Raquel representa a sexualidade é exemplificativo do modo como esta ganha importância como fonte de conhecimento e de realização pessoal.

“Eu sempre me considerei uma pessoa muito sexual e por isso é que para mim isso é um assunto importante e com muita influência na minha vida [...] Mas acho que tem a ver não só com a própria relação física mas muito também com a forma como nós nos sentimos em relação ao nosso próprio corpo [...] uma pessoa conseguir aceitar-se como é e sei lá...aprender a lidar com o corpo e a conhecer o nosso corpo e as reações do nosso corpo...” (Raquel, 21 anos, licenciatura, à procura de primeiro emprego)

Acresce ainda que a sexualidade pode ser percebida como central na definição da identidade no que toca à orientação sexual e ao género. Por um lado, esta pode ser percebida como uma das características principais que define os indivíduos como homens ou mulheres; enquanto pessoas, na sua forma de agir para consigo próprio e para com os outros, quer sejam amigos/as ou possíveis parceiros/as; e como meio de criar a imagem dos indivíduos para o Eu e/ou para os/a(s) outros/a(s), por exemplo quando as mulheres usam determinadas roupas, sapatos e/ou maquilhagem.

“A sexualidade é se calhar o que nos define como mulheres e como homens. Ah, tudo o que nos envolve, ah, acho que é a maneira de sermos, a maneira de agirmos para connosco, para com os nossos amigos, para com, se calhar, um possível companheiro ou um namorado. Tudo à nossa volta basicamente, acho que podemos identificar com isso.” (Isabel, 25 anos, estudante do ensino superior, empregada de loja)

Por outro lado, no caso de alguns/algumas jovens com uma orientação sexual não heterossexual, a sexualidade é também significado de uma identidade sexual com forte visibilidade social (ver, por exemplo, Weeks, 1995, Richardson, 2000 e/ou Seidman, 2002). Para além disso, a primeira relação sexual heterossexual, no caso dos/das jovens heterossexuais, e a primeira relação sexual com uma pessoa do mesmo género, no caso dos/das jovens não heterossexuais (não necessariamente a primeira relação sexual em si) são, frequentemente, percebidas como elementos significativos na construção da identidade de género e sexual, sobretudo, enquanto homens e mulheres heterossexuais adultos e

²⁰¹ Durante o século XX, a par dos processos “sexualização do amor” e da “erotização do sexo” (Seidman, 1991), e como consequência destes, o sexo passou a ser percebido como algo de positivo, divertido e capaz de melhorar a vida dos indivíduos (embora a ideia do sexo como negativo e perigoso não tenha desaparecido) (Jackson e Scott, 1997). O “bom sexo” passou a ser entendido como um “objetivo de vida chave e uma fonte de realização pessoal: o sexo como uma salvação secular” (Jackson e Scott, 1997: 559). Uma trajetória de vida bem-sucedida passa a ser entendida como permeada por uma vida sexual satisfatória (Bajos et al., 2008).

enquanto jovens com uma identidade sexual não heterossexual. Mas a esta questão voltar-se-á mais tarde.

A ideia da sexualidade enquanto algo de importante para a identidade pessoal é bastante difundida, especialmente entre os jovens homens com o ensino secundário, e entre as jovens mulheres a frequentar o ensino superior ou já com a licenciatura. In teressante é de notar que os/as jovens católicos não praticantes com forte socialização religiosa tendem a associar à sexualidade algum tipo de importância para a sua identidade pessoal. Neste sentido, pode levantar-se a hipótese de que, como se referiu no capítulo I, embora a sexualidade seja fortemente condicionada no Catolicismo (ver, por exemplo, Hunt, 2010), esta torna-se um elemento importante da construção da identidade pessoal, no sentido em que o indivíduo deve orientar os seus comportamentos em determinado sentido. Assim, uma sexualidade relacional pode elevar o valor do indivíduo, ao contrário do que acontece numa sexualidade separada da intimidade e do amor, que transforma o Eu apenas num veículo para o prazer, de forma não muito diferente do que acontece com os animais (Seidman, 2003).

5.1.1. c) A sexualidade relacional

Por fim, a sexualidade relacional remete para os significados e importância que a sexualidade adquire no contexto do “casal” e/ou no relacionamento entre parceiros/as. Mas também aqui é possível distinguir entre as representações dos/as jovens que focam mais a questão do amor romântico (Giddens, 1996) e as que sublinham mais a importância da intimidade revelada (Jamieson, 1998)²⁰² ou da relação pura (Giddens, 1996). Embora ambas estejam, frequentemente, articuladas, considerou-se importante separá-las, na medida em que o tipo de representações e práticas que lhes estão associadas nem sempre são coincidentes. Aquilo a que se chamou de *sexualidade sentimentalizada* está diretamente relacionada com o conceito de amor romântico. Neste contexto a sexualidade está associada ao sentimento amoroso e à afetividade, sendo posta ao serviço da relação (Bozon, 2004). Tem-se relações sexuais porque se “ama” o/a parceiro/a e/ou demonstra-se que se “ama” o/a parceiro/a ao ter relações sexuais. Assim, ao invés de se fazer “sexo” ou ter-se “relações sexuais”, diz-se que se “faz amor” (Marques, 2006), sendo este tipo de relação com o/a parceiro/a que legitima o ato sexual e que o torna “bom”; que permite a confiança com o/a parceiro/a e, deste modo, a abertura ao desejo e ao prazer sexuais: “*A sexualidade é fazer relações de amor com uma pessoa em que existe mútuo sentimento*” (Andreia, 20 anos, estudante do ensino superior); “*Para mim fazer amor com alguém é estar a olhar nos olhos e sentir que essa pessoa é especial [...]. É uma ligação de almas, sem dúvida.*” (Teresa, 28 anos, 12º ano, escritora). A relação sexual apenas faz sentido se existir um envolvimento afetivo entre os/as parceiros/as, não se concebendo a sua existência fora deste (Bozon,

²⁰² No caso, dos/as jovens entrevistados, a intimidade revelada está fortemente presente ao nível discursivo, sendo usada frequentemente como justificação para o envolvimento em relacionamentos sexuais e a existência de práticas sexuais com um(a) parceiro/a, como se verá ao longo deste capítulo.

2004). O sexo ocasional, experimental, como busca de prazer momentâneo é encarado com desconfiança e recusado por estes/as jovens.

Já a associação entre *sexualidade e intimidade revelada* é bastante generalizada entre os/as jovens entrevistados/as. Implícitas aqui estão, sobretudo, as ideias de abertura do eu ao/à parceiro/a, de comunicação com o/a parceiro, de conhecimento profundo do/a parceiro/a²⁰³, tanto a nível corporal, como a nível emocional, e de confiança neste/a: “*A sexualidade [...] é uma forma de nos descobrirmos, [...], de criarmos um laço com a outra pessoa. [...] É uma forma de eu me sentir melhor comigo própria, de conhecer melhor o meu corpo, de conhecer melhor o corpo do meu parceiro, de conseguir ter prazer com ele e ele comigo.*” (Patrícia, 20 anos, estudante do ensino superior). Deste modo, a intimidade revelada, se, por um lado, permite aos/às jovens terem relacionamentos sexuais e/ou amorosos, por outro lado, é uma consequência desse mesmo envolvimento íntimo com o/a parceiro/a. Pode dizer-se, então, que, neste contexto, a sexualidade funciona, simultaneamente, como produto e produtora de uma intimidade revelada (Jamieson, 2005 [1998]), criando maior intimidade e união entre os/as parceiros/as. Mas se a intimidade revelada está, geralmente, associada ao amor romântico, nem sempre assim acontece. Deste modo, se o amor romântico está presente, sobretudo, entre as jovens mulheres e os/as jovens mais católicos/as, a intimidade revelada é a justificação dada pela maior parte dos/as jovens para as práticas sexuais. Neste sentido é possível ter relações sexuais com alguém que se conhece e em quem se confie, mas que não se “ama”: “*É assim, podemos ter uma sexualidade ativa com alguém que seja nosso amigo [...]. É apenas uma relação de afeto que a gente tem com ela e que pode acontecer ter relações sexuais, isso acontece*” (Gabriel, 19 anos, 12º ano, procura do primeiro emprego).

Acresce ainda que, de acordo com Bozon (2005 [2002]), a sexualidade assume, nos dias de hoje, um papel inédito na constituição e na manutenção das relações conjugais, tornando-se uma experiência interpessoal indispensável à existência do casal, que serve também de linguagem de base para a relação. Neste sentido, a relação sexual é uma força motora da conjugalidade, sendo que, atualmente, não se concebe a relação de um casal sem atividade sexual. A ausência de relações sexuais é, aliás, tomada como um indício de que possa existir alguma dificuldade ou problema conjugal, podendo mesmo levar à separação. A falta de atividade sexual coloca em perigo a estabilidade da construção conjugal, sendo aceite apenas em situações excepcionais, transitórias e não desejadas, e não como algo permanente e voluntário. De forma semelhante, para o contexto italiano, Camolletto (2010) argumenta que, no seio do casal, sobretudo entre os indivíduos mais jovens e mais qualificados, a sexualidade foi assumindo, progressivamente, um papel cada vez mais importante como expressão de cuidado, de compreensão e de construção de intimidade entre parceiros/as, passando de uma função (apenas) procriativa para uma função cada vez mais hedonística.

²⁰³ A importância do conhecimento do/a parceiro/a para o desenvolvimento de um relacionamento íntimo é também referido por Camolletto (2010), para o contexto italiano.

Indo de encontro ao referido por Bozon (2005 [2002]) e Camoletto (2010), também para os/as jovens entrevistados/as uma “boa” vida sexual é considerada como o símbolo de uma “boa” conjugalidade, unindo o casal, complementando-o e fortificando a relação. Por um lado, a sexualidade é aqui pensada como um símbolo do amor, para alguns mesmo a base do casal, sendo que, por outro lado, o amor e/ou o casal implicam necessariamente atividade sexual²⁰⁴. A menor frequência de relações sexuais, implica, neste contexto, um afastamento entre parceiros/as. Pelo contrário, a atividade sexual permite e/ou aumenta o conhecimento do/a outro/a, revitaliza a relação, impede que esta caia na rotina e/ou que um(a) dos/as parceiros/as, geralmente, o homem, recorra a prostitutas/as e/ou que tenha relacionamentos extraconjugais. Para além disso, especialmente para alguns jovens homens, a relação sexual serve como uma espécie de “pó mágico” que ajuda a dissolver e/ou a ultrapassar os problemas do casal.

“Para mim, quando, às vezes, um casal está em baixo, está com problemas e são apaixonados, se fizerem amor, se fizerem sexo, não é?, acho que é diferente, fica-se melhor, esquece-se mais os problemas e estamos a ter um momento de prazer.” (Cristiano, 21 anos, 9º ano, desempregado)

“Para mim eu acho que [a sexualidade] é bastante importante. Além de ser um método de aproximação do casal, é um momento íntimo, é um momento mais profundo, é o momento da concretização do amor entre as duas pessoas. Eu acho sem dúvida que ele nunca deve faltar.” (Liliana, 23 anos, 11º ano incompleto, empregada de restaurante)

5.1.2. O amor em tempos de transição²⁰⁵ - dos significados e expectativas do amor entre os/as jovens adultos

Embora o amor não seja sempre associado ao modo como a sexualidade é representada, esta, como se irá ver ao longo das várias páginas deste trabalho, é sobretudo valorizada em termos relacionais. Tendo em conta a importância que o amor adquire nas sociedades ocidentais atuais, este resultado não é de estranhar. Como referido no capítulo II, na sociedade ocidental contemporânea, o amor é considerado como algo fundamental. Perante o processo de individualização destas sociedades, em que o aumento das relações impessoais e a extensão da autonomia e da possibilidade de escolha podem levar a sentimentos de solidão e de perda de estabilidade interior, as relações íntimas e amorosas podem ser consideradas como um refúgio, um lugar de procura de estabilidade, de diálogo interpessoal, de reconhecimento e recompensa (Beck and Beck-Gernsheim, 1995; Kauffmann, 2007

²⁰⁴ Neste sentido, Johnson (2005) argumenta que o amor é construído como sexual. A relação sexual torna-se um veículo da intimidade que é criada com o outro, sendo necessária para a consolidação do amor. O autor (Johnson, 2005) vai ainda mais longe defendendo que a sexualidade é organizada à volta da ideia de amor. Também Jackson e Scott (1997, 2010) consideram que, durante o século XX, à medida que a atividade e o desejo sexual se foram tornando valorizados como meio de cimentar os relacionamentos heterossexuais, o “bom sexo” (Jackson e Scott, 1997: 558) passou a ser percebido como fundamental para o seu sucesso. Neste contexto, o sexo foi incorporado nos significados do amor. Assim, ao mesmo tempo que os laços entre sexualidade e reprodução se tornam mais frágeis, o sexo adquire novos objetivos, como a realização pessoal ao serviço da manutenção do casal heterossexual (Jackson e Scott, 1997, 2010).

²⁰⁵ Referência ao livro de Gabriel Garcia Márquez: “O amor em tempos de cólera”, em que o autor fala da vivência do amor na velhice. Aqui quer falar-se também nos significados de amor e paixão, mas numa fase da vida diferente, em que os/as jovens percorrem as suas trajetórias para a vida adulta.

[1993]; Jackson, 1993; Weber in Bertilsson, 1986; Weeks, 1995). O amor torna-se, assim, num meio através do qual as experiências e necessidades individuais são reconhecidas e validadas, tendo a potencialidade para transformar os indivíduos (Weeks, 1995).

No caso dos/as jovens entrevistados/as, apesar dos significados diferenciados que assume, percebe-se, em primeiro lugar, que o amor, não é um sentimento que se tem unicamente pelos/as parceiros. Ama-se também a família, os/as amigo/as, as coisas que se possuem, as atividades que se fazem, as pessoas de quem se está rodeado e a si próprio/a. Mas acima de tudo, o amor é representado como algo de muito importante, como um sentimento bom, mesmo maravilhoso; sentimento este que é considerado como essencial para as suas vidas. Indo de encontro ao referido por autores/as, como Beck and Beck-Gernsheim (1995), Jackson (1993), Kauffman (2007 [1993]) ou Weeks (1995), este é percebido uma fonte de bem-estar pessoal, de felicidade, algo que completa e que preenche o indivíduo. O amor é ainda percebido como tendo o poder de resolver problemas e de remover obstáculos, entre parceiros/as (Torres, 2000, 2004).

Mas quando se trata de explicar o seu significado a tarefa torna-se mais difícil, mesmo porque o amor é percebido, frequentemente, como algo complexo e inexplicável. Quando os/as jovens se aventuram a defini-lo por palavras, as características apontadas tendem a remeter para questões: de temporalidade, de intensidade e da qualidade da relação com o/a parceiro/a. Assim, em primeiro lugar, tem-se que o amor é percebido como um sentimento duradouro, continuado no tempo, que vem, geralmente, depois da paixão. É construído através da partilha de experiência e tende intensificar-se com o tempo. Em termos de intensidade, o amor é percebido como um sentimento profundo, sério e verdadeiro, sendo também considerado como um sentimento forte para alguns e suave para outros, desta feita por oposição à fogueira da paixão. Por seu turno, a relação com o/a parceiro/a é percebida como uma mistura de amor romântico e de relação pura (Giddens, 1996), onde o acento na intimidade revelada (Jamieson, 2005 [1998]) é claramente visível. Assim, se, por um lado, se sublinham os sentimentos para com o/a parceiro/a, a importância da presença deste/a e a união de ambos, por outro lado, assinala-se a importância do respeito, do sentimento de bem-estar com este/a, do altruísmo e da partilha.

“O amor, para mim, é a maior força que deveria de haver na terra. Com o amor tudo se constrói, tudo se resolve. [...] Pelo amor fazemos tudo e assim como, se calhar, por amor fazem tudo por nós. Sentimo-nos completos e realizados. [...] Para mim o amor engloba muitas coisas: amizade, sexo, tranquilidade, respeito, um conjunto de coisas. Sexo é só apenas uma pequena parte, só isso não é suficiente.” (Frederico, 25 anos, 12º ano, vigilante)

À primeira vista, o amor tende a contrapor-se à paixão. Se o amor é percebido como um sentimento consolidado, que vai sendo construído e ganhando significado ao longo do tempo, a paixão é vista como um sentimento mais efémero e incerto. Ao contrário do que acontece com o amor, a paixão tende então a remeter para um sentimento inicial por um(a) parceiro/a, que frequentemente não se conhece muito bem, e onde a atracção física e o desejo “carnal” e

“sexualizado” imperam. À paixão associam-se sentimentos mais superficiais, em que a ligação com o/a parceiro/a é menor. No entanto, esta é percebida também, por vezes pelos mesmos indivíduos, como um sentimento forte, ardente, arrebatador, pela qual se podem fazer loucuras: “*Ok, amor é uma coisa que dura, que vai crescendo. Paixão não tem a ver com aquela atração, com aquele desejo, com aquele fogo*” (Mariana, 24 anos, licenciatura, empregada de balcão/barmaid). Paixão e amor não são, contudo, sentimentos que se opõem necessariamente. E, embora para alguns/algumas jovens, o amor seja considerado como mais significativo, existe, sobretudo, a ideia de uma progressão de sentimentos: conhece-se o/a outro/a, a paixão surge, podendo ou não culminar em amor²⁰⁶. Para outros/as jovens ainda, amor e paixão complementam-se, sendo que idealmente ambos os sentimentos deveriam estar interligados.

Não se pense, no entanto, que tudo é positivo no “mundo do amor”. Apesar de toda esta idealização, o amor não passa sem críticas ao escrutínio de alguns/algumas destes/as jovens. Primeiro, porque nem todos/as eles/as consideram que já o sentem; depois, porque se pode pôr em causa a própria existência de tal sentimento, pelo menos no que diz respeito a um(a) parceiro/a (por oposição ao amor sentido pela família); e, por fim, porque se crê que há um decréscimo de importância atribuída ao amor, nos dias de hoje, naquilo que se pode perceber como um certo saudosismo de um ideal de família duradoura, numa sociedade cujos ritmos e mudanças podem ser sentidos como disruptivos.

5.1.3. Para além das dicotomias: sexo por amor, sexo por prazer e a multiplicidade dos significados da sexualidade

Ora, apesar de existir uma idealização da sexualidade relacional, os significados e os comportamentos que lhe estão associados são, geralmente, diversos, múltiplos, mesmo complexos e frequentemente contraditórios. Deste modo, a sexualidade pode ter significados diferentes, em diferentes tipos de combinações²⁰⁷. Assim, por exemplo, um(a) jovem pode idealizar envolver-se numa relação amorosa e simultaneamente envolver-se em relações esporádicas, outro/a jovem pode considerar a sexualidade como um instinto natural, uma fonte de identidade e, simultaneamente, associá-la aos sentimentos que tem pelo/a parceiro/a. Os/as jovens tendem então a ter várias representações da sexualidade, e não apenas uma. Para além disso, estas representações tendem a ser dinâmicas, podendo variar ao longo do tempo e/ou do contexto. Os diferentes guiões sexuais existentes na sociedade: romântico, essencialista, hedonista, preventivo..., são usados de acordo com

²⁰⁶ Interessante é de notar que alguns/algumas jovens referem que não é possível estar-se sempre apaixonado. A intensidade da paixão e o desligar da vida quotidiana, e da sua rede de relações sociais, pode ser percebido como impossível de manter durante muito tempo.

²⁰⁷ No mesmo sentido, Camolletto (2010), mostra como, atualmente, a maioria dos italianos, tem uma conceção multidimensional da sexualidade, em que se reconhece que esta tem várias funções e significados, como a reciprocidade do prazer entre parceiros/as, a comunicação, o melhorar do relacionamento ou a expressão do Eu.

as circunstâncias e posicionamentos sociais dos indivíduos, os seus relacionamentos interpessoais e as possibilidades que admitem ao nível intrapsíquico. Neste sentido, Johansson (2007) considera que a realidade quotidiana pode surgir, para os/as jovens, repleta de tensões, contendo diferentes representações, com uma moral sexual mais restritiva e repressiva num extremo e uma mentalidade mais liberal e aberta no outro²⁰⁸.

“Sexualidade envolve muita coisa, não é só sexo [...]. É assim a sexualidade não envolve necessariamente amor. Uma pessoa pode ter uma sexualidade com outra pessoa sem gostar ou amar, não é?! Daí existir os preservativos [...]. Até porque uma pessoa tem que aproveitar a vida! [...] Sei lá, envolve o ato sexual, envolve os preliminares, envolve o beijo, envolve muita coisa... envolve a maneira de sentir também, [...] eu acho que se uma pessoa se sentir bem consigo própria, acaba por ter uma sexualidade mais aberta, entre aspas, mais valorizada...” (Joana, 23 anos, licenciatura, desempregada)

A oposição, geralmente, feita entre sexo por sexo e sexo por amor²⁰⁹ é exemplificativa de como mais do que se oporem, as diferentes representações sobre sexualidade, e as práticas que lhe estão frequentemente associadas, podem coexistir nas representações de um único indivíduo, e incorporadas na sua biografia. “Sexo por sexo” e “sexo por amor” tendem, no entanto, a ser praticados com diferentes tipos de parceiros/as e a ter diferentes tipos de sentimentos associados. Assim, se o sexo por sexo é parte do domínio de uma sexualidade individual e hedonista, o sexo por amor pertence ao domínio de uma sexualidade relacional e sentimentalizada. Tem-se sexo por sexo com um(a) parceiro(a) ocasional, com o/a qual pode não se quer ter qualquer relacionamento ou se sentir qualquer tipo de sentimento, e tem-se sexo por amor no contexto de um relacionamento com um(a) parceiro/a; é a diferença entre uma conquista sexual e o apaixonar-se por um(a) parceiro/a sexual (Holland et al., 1996; Maxwell, 2007). Assim, se a sexualidade como forma de prazer envolve o desejo físico pelo/a outro/a, a sexualidade dentro de uma relação envolve o sentimento, o carinho e o afeto que se tem pela pessoa.

“Sexualidade [...] para mim há dois tipos: sexualidade, ou seja, sexo em si, só pelo prazer; e existe depois a parte de sexo [...], quando uma pessoa tem um sentimento por outra pessoa. [...] Por exemplo eu namorei dois anos com uma pessoa [...], fazia sexo com essa pessoa com sentimento, [...] carinho. É totalmente diferente quando uma pessoa conhece uma pessoa e tem vontade, aquele desejo de ter algo físico com essa pessoa. Normalmente é intenso, mas não tem tanto aquela componente do carinho, do afecto, do pensar como é que aquela pessoa se está a sentir [...] Quando existe sentimento, acho que é

²⁰⁸ Também Aapola et al. (2005) argumentam que, no caso das jovens mulheres, a sexualidade é uma das esferas da vida mais contestadas, na medida em que estas são frequentemente alvo de mensagens contraditórias. Assim, por um lado, se os discursos mais tradicionais de castidade feminina, vulnerabilidade sexual e perigo ainda existem em relação à sexualidade das jovens mulheres; por outro lado, surgiram novos discursos que enfatizam a centralidade e o significado positivo da sexualidade, assim como uma série de maneiras possíveis em que esta pode ser expressa por [jovens] homens e mulheres.

²⁰⁹ Hockey et al. (2007: 113), para o Reino Unido, referem também que os/as jovens “deslizam” entre uma “linguagem do amor” e uma “linguagem carnal”, quando distinguem diferentes tipos de relacionamentos. Por seu turno, para o contexto brasileiro, Heilborn et al. (2006a, 2006b) dão conta de como as jovens mulheres inquiridas por eles/as representam a sexualidade tanto a um nível individualizado como a um nível relacional, sendo que quanto mais escolarizados/as, mais os/as jovens se referem à sexualidade enquanto uma fonte de prazer. Também Vieira (2009: 183), para o norte de Portugal, refere que os/as jovens por ela inquiridos/as, procuram articular prazer sexual (a sexualidade como fonte de prazer) e relação amorosa (a sexualidade relacional romântica) naquilo que chamam de “sexo amoroso”.

um pouco o extravasar os sentimentos que se sente pela outra pessoa, dando carinho e indo um pouco à descoberta da outra pessoa de outra maneira, ah, tentando que essa pessoa se sinta bem, ou seja, dando prazer e tendo prazer. É uma troca de experiências. Quando não é com sentimento acho que é um pouco mais impessoal, acho que somos um pouco mais egoístas, ou seja, vamos naquela de ter, de nos satisfazermos a nós próprios, ou seja, de termos nós o prazer, não pensando tanto na outra pessoa, sendo um pouco mais egoístas.” (João, 24 anos, estudante do ensino superior, empregado de loja)

Ora, vários/as autores/as (Allen, 2003; Bajos et al., 2008; Bertone, 2010; Connell, 2002; Cvajner, 2010; Ducombe and Marsden, 1993; Ferrand et al., 2008; Fonseca e Santos, 2011; Heilborn e Bozon, 1996; Heilborn et al., 2006 a) e b); Hockey et al., 2007; Hamilton e Armstrong, 2009; Holland et al. 2004 [1998], 2006 [2002]; Holland, 2008; 2010; Jackson, 1993; Jackson e Scott, 1997, 2010; Jamieson, 2005 [1998]; Jaspard, 2005 [1997]; Kimmell, 2000; Pais, 1998, 2012; Vasconcelos, 1997; Vieira, 2009; Weeks, 2006 [1986]) dão conta daquilo que parecem ser duas culturas emocionais distintas para homens e para mulheres, em que a uma sexualidade predatória masculina se opõe uma sexualidade passiva feminina, e em que se associa, por um lado, o sexo e o prazer aos homens, e, por outro lado, o sexo e o amor às mulheres²¹⁰. Os homens tendem, assim, a ser percebidos como tendo um maior controlo emocional e uma sexualidade mais ativa, racional, autónoma e/ou incontrolável, focada na procura do prazer e na concretização do desejo (sendo que a abertura emocional poderia colocar a sua masculinidade em questão); enquanto que as mulheres são consideradas como sendo mais emocionais, expressivas, carinhosas, tendo uma sexualidade mais sentimentalizada, reativa, recetiva, inferior e mais focada no relacionamento com o/a parceiro/a. Por seu turno os indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual são, frequentemente, considerados como promíscuos e os seus relacionamentos sexuais e/ou amorosos pensados como instáveis e de curto termo. Bissexuais, lésbicas e gays são, frequentemente representados como não querendo manter ou não mantendo relações sexuais e/ou amorosas duradouras, com parceiros/as do mesmo género (Mutchler, 2000; Savin-Williams, 2004; Seidman, 1991; Weeks et al., 2001).

Contudo, os resultados de várias pesquisas mostram, ainda, como os homens, especialmente quando se encontram numa relação amorosa e sexual, “séria” e duradoura, ou sem a influência do grupo de pares, também valorizam os sentimentos e as emoções, mesmo como uma pré-condição para a satisfação sexual, procuram relações sexuais e amorosas íntimas, e associam amor e sexualidade (Alferes, 1997; Allen, 2003; 2007; Fonseca e Santos, 2011; Hockey et al., 2007; Holland et al., [2004] 1998; Holland, 2008, 2010; Johnson, 2005; Kimmell, 2000; Maxwell, 2007; Redman, 2001; Richardson, 2010; Seal and Ehrhardt, 2007 [2003]; Vieira, 2009; Wight, 1996)²¹¹. Assim, embora os

²¹⁰ Neste sentido, Holland et al. (2004 [1998]) argumentam que os/as jovens embarcam nas suas primeiras experiências e encontros sexuais num contexto em que a dominação sexual masculina é a norma. Os jovens homens são confrontados com os condicionamentos da masculinidade e as jovens mulheres pressionadas a conformarem-se com uma feminilidade convencional e a conter-se a espaços sociais prescritos. Acresce ainda que os/as jovens contribuem para a construção de si, enquanto determinado tipo de sujeitos, através da sua vontade de se conformarem ao esperado e valorizado.

²¹¹ Contudo, de acordo com Vieira (2009), os jovens homens, por ela entrevistados, valorizam os aspetos relacionais e românticos, que se podem traduzir numa relação séria, apenas, numa segunda fase das suas trajetórias de vida, e após um período de experimentação.

homens possam viver a sua sexualidade de forma mais liberta de constrangimentos, muitos consideram que a relação sexual é melhor quando enquadrada pelo amor (Johnson, 2005)²¹². Por seu turno, outros/as autores/as, como Maxwell (2007), referem, ainda, que os/as jovens utilizam discursos contraditórios, demonstrando diversos níveis de resistência e de acomodação às tradicionais interações de género, estando constantemente a movimentar-se entre discursos no que diz respeito à heterossexualidade. Deste modo, embora possa haver um modelo dominante de masculinidade e de feminilidade, as identidades masculinas e femininas, ao invés de serem fixas, são estão antes frágeis e casuais, estando sujeitas a uma variedade de influências e sendo muitas vezes permeadas por contradições (Weeks, 2006 [1986]). A masculinidade e a feminilidade estão carregadas de mensagens conflituantes e contraditórias, tendo diferentes significados em diferentes contextos. Acresce ainda que a pesquisa tem mostrado como homens e mulheres são grupos muito semelhantes, em termos psicológicos (Connell, 2002)²¹³, e como existem sobreposições significativas em termos de sexualidade masculina e feminina, sendo que uma grande maioria de homens e mulheres se situa a meio termo de um continuum, em que apenas os extremos contrastam (Schwartz e Rutter, in Plummer, 2005). Relativamente aos indivíduos com uma orientação não heterossexual, também vários/as autores/as (Adam, 2007 [2003]; Connell, 2000, 2003 [1995]; Mutchler, 2000; Peplau et al. 2004; Savin-Williams, 2004; Seidman, 1991; Vieira da Silva, 2006; Weeks et al., 2001) mostram como os laços de intimidade são centrais para lésbicas e gays, sendo que vários casais do mesmo género têm relacionamentos sexuais e amorosos duradouros, enquanto que vários/as jovens gays, lésbicas e bissexuais desejam entrar, no futuro, neste tipo de relacionamentos. Estabelecer relações românticas é, geralmente, importante para os/as jovens, independentemente da sua orientação sexual (Savin-Williams, 2004). E se, como se argumentou em acima, o amor é considerado como importante para a maioria dos/as jovens entrevistados/as, este é, na maior parte dos casos, percebido como importante para os indivíduos em geral, independentemente do género²¹⁴, dando conta da adesão a um ideal de igualdade de género, a que se fez referência no capítulo 1.

²¹² De forma semelhante, Richardson (2010: 743), refere que, no contexto da sua pesquisa, os jovens homens descrevem o sexo “bom” sobretudo em termos de conteúdo e significado emocional; isto é, sexo que envolve um sentimento de proximidade e de segurança, “com a pessoa certa, no momento certo”.

²¹³ Connell (2002) argumenta que, apesar das diferenças corporais e efeitos sociais serem geralmente articulados através da ideia do carácter dicotómico do género, e da crença neste continuar forte, nos dias de hoje, os trabalhos de pesquisa realizados no domínio das diferenças sexuais, na sua maioria, mostram que homens e mulheres não são assim tão diferentes, numa série de características, sendo mais comum existirem pequenas ou nenhuma diferenças. O conceito do carácter dicotómico, como base do género, é assim refutado, e a similaridade entre homens e mulheres constituída como o padrão principal. No entanto, diferenças de género específicas e situacionais aparecem frequentemente, trazendo alguma luz sobre o modo como as semelhanças e diferenças psicológicas do género não são fixas e constantes, mas produtos mutáveis das respostas ativas que as pessoas fazem de um mundo social complexo e dinâmico.

²¹⁴ Contudo, não se pode deixar de referir que existem algumas jovens mulheres que consideram que os homens dão menos importância ao amor. Neste sentido, e indo de encontro ao referido pelos/as diferentes autores/as, relativamente aos diferentes investimentos feitos por homens e mulheres em termos de sexualidade e de sentimentos amorosos, estas jovens consideram que os homens mostram menos os seus sentimentos e estão mais interessados em ter relacionamentos sexuais; já as mulheres tendem a ser consideradas como mais sensíveis, frágeis e/ou delicadas, mais afetuosas e investindo mais em relacionamentos amorosos.

“Eu não vejo as coisas tanto como homens e mulheres, vejo as coisas mais como pessoas. Se calhar há homens que valorizam mais o amor, há outros que nem tanto; assim como há mulheres que valorizam mais o amor do que outras. [...] Assim como há homens e mulheres que são mais sensíveis para o amor, se calhar há mulheres que são [...] mais dadas à parte das curtes do que até certos homens. São pessoas, acho que é mais pela parte do serem pessoas!” (João, 24 anos, estudante do ensino superior, empregado de loja)

Para além disso, como se referiu em cima, as práticas sexuais são, especialmente valorizadas quando enquadradas num relacionamento amoroso, embora se mantenham algumas diferenças em termos do género dos indivíduos, que têm, contudo, que ser articuladas com outras características, como o seu posicionamento social ou as suas crenças religiosas. “Sexo por sexo” e “sexo por amor” adquirem, assim, um valor diferente para os/as jovens entrevistados/as, sendo a sexualidade especialmente valorizada em termos relacionais (Jonhson, 2005), o que traduz naquilo a que se chamou de uma *“idealização da sexualidade relacional”*.

“[O que envolve uma relação sexual] para mim tem que haver aquele sentimento de gostar, não é? Se é um casal, se a pessoa se sente bem com o parceiro, é sempre bom, não é?! Digo eu.” (António, 23 anos, 9º ano incompleto, pedreiro)

“Para mim é assim [...] tem de haver sentimento, pronto, porque eu era incapaz de me entregar a uma pessoa, conhece-la tipo numa noite ou em não sei quanto tempo e vamos. [...] Tem que haver mesmo amor.” (Rita, 25 anos, estudante do ensino superior)

“Numa relação sexual para mim tem que haver amor. Eu não consigo entregar-me a ninguém só por uma noite, só por prazer, não dá. [...] O sexo só carnal, aquele momento, não conheço quase nada da outra pessoa, [...] e aquilo torna-se só sexo.” (Teresa, 28 anos, 12º ano, escritora)

Ora, se a importância do amor tende a ser, como se tem vindo a sublinhar, generalizada, torna-se mais fácil de perceber a importância que este tem, também, para a maior parte dos indivíduos, no que diz respeito ao domínio da sexualidade. Esta relação específica entre amor e sexualidade é justificada, de acordo com Seidman (1991), por um processo de progressiva “sexualização do amor”, que acontece durante o século XX. Tornou-se, assim, possível ter sexo por prazer, na medida que o erotismo adquiriu significado como símbolo ou veículo do amor (Seidman, 1991)²¹⁵. É o ideal de amor que tende a dar sentido e a estruturar os relacionamentos sexuais íntimos. Neste sentido, Johnson (2005: p. 49) argumenta que o amor é “uma força normativa na regulação, autorização e prescrição de tipos de práticas sexuais heterossexuais”. Para o autor (Johnson, 2005), a prática sexual é conceptualizada numa hierarquia em relação ao amor, a relação sexual desarticulada do amor é pensada como tendo menos valor do que a relação sexual associada ao amor.

Ora, neste capítulo definiu-se já o que os/as jovens entendiam por sexualidade e por amor. Procurou mostrar-se como as representações da sexualidade tendem a ser múltiplas e complexas, embora tendam a ser especialmente valorizadas em termos relacionais. Sublinhou-se ainda como a

²¹⁵ Embora o prazer e o erotismo tenham adquirido valor por si próprios, após a segunda guerra mundial, as relações sexuais continuam a ser culturalmente articuladas com o amor (Seidman, 1991).

sexualidade tem significados diferenciados entre os/as jovens, segundo linhas de género, do seu nível de escolaridade e da sua posição perante a religião. Antes de continuar para os relacionamentos e práticas da sexualidade (ou seja, para o modo como os/as jovens dizem que se relacionam uns com os outros em termos sexuais e/ou amorosos, e para o que dizem que fazem em termos sexuais), é agora necessário definir o que se entende por relação sexual.

5.1.4. Sexo, amor, confiança, corpos e “isso”: os significados da relação sexual

De acordo com vários/as autores/a (Bajos et al., 2008; Braun et al., 2003; Ferrand et al. 2008; Ferreira, 2011; Heilborn et al., 2006 a); Heilborn e Cabral, 2006; Holland et al., 1996, 1998; McPhilips et al., 2001; Richardson, 2010; Thomson e Holland, 1998), a construção dominante da relação sexual heterossexual – o “sexo”, é a relação sexual coital (em que há a penetração do pénis pela vagina)²¹⁶. Este conceito de relação sexual tendem a ser fortemente criticado por vários/as autores/as de orientação feminista²¹⁷ e/ou queer, com base na premissa de que este é associado a uma sequência convencional da relação sexual heterossexual, ditada pela ereção e pelo orgasmo do homem, como sendo definida no masculino, e, por conseguinte, construída no corpo masculino (Jackson e Scott, 2007, 2010).

Neste sentido, Bourdieu (1999) argumenta que as práticas e representações da relação sexual²¹⁸ são percebidas como assimétricas, de modo que os homens concebem o ato sexual como uma forma de dominação e de apropriação, como um ato agressivo e físico de conquista, que é orientado para a penetração e o orgasmo; enquanto que as mulheres são preparadas, ao nível social, para viverem a sexualidade como uma experiência íntima e afetiva, que pode não incluir a penetração, mas que pode englobar atividades como falar, tocar, acariciar ou abraçar. No discurso masculino fala-se então num possuir sexualmente com um sentido de dominação e de submissão ao seu poder, sendo que as manifestações de virilidade se enquadram numa lógica de proeza que traz honra ao homem. A relação

²¹⁶ Neste sentido, Richardson (1996) refere que aquilo que é considerado como um comportamento sexual normal e aceitável, mesmo o que é percebido como uma prática sexual, reflete as construções dominantes da sexualidade como relação sexual (vaginal) heterossexual. A heterossexualidade está, por conseguinte, dependente de uma visão de indivíduos genderizados de forma diferente, que se complementam, e cujos corpos encaixam um no outro. Deste modo o pénis e a vagina são percebidos como encaixando “naturalmente”. Ao nível individual, estas representações podem influenciar o modo como as pessoas experimentam o seu corpo e o corpo dos/as outros/as, desencorajando determinado tipo de práticas corporais, ao mesmo tempo que encorajam outras.

²¹⁷ A heterossexualidade masculina é, assim, como referido por Plummer (2005), frequentemente restringida a aspetos fálicos, e, consequentemente, entendida como ameaçadora, opressiva e predatória, assim como considerada como “causadora” dos riscos relacionados com a saúde sexual: as DST’s e a gravidez indesejada (Beasley et al., 2012).

²¹⁸ De acordo com Bourdieu (1999), os órgãos sexuais são socialmente construídos, na medida em que, através do mundo social, as características biológicas dos órgãos sexuais são registadas e retificadas simbolicamente, contribuindo, parcialmente, para transformar uma construção social, numa necessidade da natureza. Os órgãos sexuais são, assim, “o produto de uma construção operada, ao preço de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças ou da supressão de certas semelhanças” (Bourdieu, 1999: 13).

sexual é, assim definida, como uma relação social de dominação “...construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo”, em que “esse princípio cria, organiza, exprime e dirige o desejo” (Bourdieu, 1999: 18).

Contudo autoras, como Heilborn (1999), Jackson e Scott (2007, 2010) e Lhomond (1999), chamam a atenção para o facto de que o significado que o sexo tem para um certo grupo não é, necessariamente, o mesmo que tem para outro, sendo que as relações entre sexualidade e outros domínios da vida social também variam. Neste sentido, a relação e o prazer sexuais são socialmente mediados e as interações sexuais, tal como toda e qualquer interação, são incorporadas e genderizadas²¹⁹, ocorrendo num nexos mais alargado de relações sociais (Jackson e Scott, 2007, 2010). Acresce ainda que, de acordo com Jackson e Scott, conceptualizar as relações sexuais como relações sociais implica olhar para a diversidade de modos como o corpo e a incorporação figuram nas relações sexuais²²⁰. No entanto, para as autoras, embora a materialidade dos corpos seja importante, estes não são significativos por si próprios. Os indivíduos são incorporados dentro de contextos sociais que afetam o modo com os seus corpos e os corpos dos outros são percebidos e vividos. O envolvimento numa relação sexual implica, assim, a interação, em contextos sociais, de seres sociais incorporados, que trazem consigo “uma certa bagagem biográfica e cultural” (Jackson e Scott, 2010: 101). A composição dos encontros sexuais diz, então, respeito a atos, mas também ao modo como os indivíduos interpretam o modo como se sentem, e, logo, ao que é passível de ser interpretado como sentimento para estes, e ao que pode ser transmitido aos outros. A incorporação sexual requer, deste modo, que o indivíduo construa um sentido contínuo de incorporação do eu, no contexto do espaço social, intersubjetivo, do encontro sexual (Jackson e Scott, 2007, 2010).

Tendo em conta esta controvérsia em volta do significado da relação sexual, tornou-se pertinente perguntar aos/às próprias jovens o que a relação sexual queria dizer para estes/as. Com esta pergunta procurava aceder-se a práticas específicas que estariam incluídas neste conceito. O resultado foi o oposto. A maioria das definições que os/as jovens ofereceram para a relação sexual estão estritamente associadas com as suas representações da sexualidade. E mais do que práticas obteve-se, então, relacionamentos, sentimentos, desejos, prazeres individuais e/ou relacionais, motivações... Para além de que a relação sexual nem sempre é nomeada²²¹, falando-se antes no “falar disso” (Vilar, 2001) ou no amor.

²¹⁹ Para Jackson e Scott (2007, 2010), a relação sexual heterossexual está assente numa diferença cultural socialmente construída, pelo que o desejo sexual e o prazer são representados e experimentados em termos de uma polaridade de género.

²²⁰ Connell (2002: p. 94) argumenta, também, que, nas práticas sexuais, os corpos são “empurrados” para processos sociais, estruturados por relações de género. A maior parte das práticas sexuais ocorre em instituições (como a família) e, por conseguinte, dentro dos regimes de género dessas instituições. A ordem de género delinea lugares para os corpos, distribui diferentes recursos e providencia interpretações. Deste modo, padrões específicos de práticas e de desejo sexual surgem em localizações distintas, providenciadas pela ordem de género, e em resposta a necessidades socialmente construídas.

²²¹ Sobre a dificuldade em falar sobre sexualidade, em geral, ver capítulo 3. Sobre a comunicação sobre a sexualidade na família, na escola e com os/as amigos/as ver capítulo 4.

Ora, tal como acontece para as representações que os/as jovens têm da sexualidade, a relação sexual tende a envolver um conjunto de coisas e não apenas algo específico²²². Contudo, os aspetos relacionais da sexualidade²²³ tendem a estar omnipresentes, mesmo porque, primeiro que tudo, a relação sexual tende a ser pensada como envolvendo algum tipo de relacionamento entre dois/duas parceiros/as. Dois/duas parceiros/as que são, frequentemente, descritos como pertencendo a géneros opostos, reproduzindo assim o predomínio da heterossexualidade²²⁴, ainda existente nas sociedades ocidentais contemporâneas (ver, entre outros, Epstein e Johnson, 1998; Jackson, 1996; Jackson e Scott, 2004; Kehely, 2002; Mac An Ghail, 1994; Rich, 2007 [1982/1986]; Richardson, 1996, 2000; Santos, 2012; Seidman, 2003), como se pode perceber no discurso do Luís (27 anos, 9º ano, operário): “*A sexualidade é ter sexo. Ah, é algo bom. Sei lá. [Envolve] Homem e mulher, e se calhar duas pessoas que se gostam basicamente*”. Embora haja, para vários/as dos/as jovens entrevistados/as, espaço para a abertura ao relacionamento entre parceiros/as do mesmo género: “*Sexualidade para mim é uma relação entre duas pessoas, tanto dois homens, duas mulheres, homem e mulher... [...], dependendo dos interesses de cada um*” (Victor, 22 anos, licenciatura, professor/formador).

Outro aspeto significativo da relação sexual, enquanto uma atividade relacional, remete para o facto de esta ser descrita pelos/as jovens enquanto meio de expressão da intimidade revelada. O conhecimento do parceiro é sentido como dando garantia de segurança na relação sexual, ajudando a clarificar o que é que as pessoas querem e esperam desta, e permitindo a existência de intimidade entre os/as parceiros/as. Por seu turno, a intimidade entre os parceiros permite um sentimento de bem-estar com o/a parceiro/a e a confiança e a garantia de que se tem a relação sexual quando a pessoa se sente preparada.

“O que é que envolve [uma relação sexual]?...abertura basicamente e... sei lá, tem que haver descoberta um do outro. [...] Se uma pessoa na relação sexual consegue ser aberta acho que não há momento mas intimo do que esse. E daí vem o resto da intimidade, ou estende-se a intimidade ao resto dos campos da relação. [...] Acho que isso fortalece muito, não só as relações, mas as próprias pessoas. [...] Se eu não conseguir falar com a pessoa abertamente, se eu não conseguir estabelecer uma ligação dentro da relação sexual, para mim é difícil manter a relação nos outros campos.” (Raquel, 21 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego)

No entanto, este enfoque no aspeto relacional da relação sexual, não impede que a questão da atração, do desejo e do prazer estejam também presentes. Estes fazem, assim, parte das motivações que os/as jovens dão para terem uma relação sexual, sendo, mesmo, um aspeto essencial para alguns/algumas deles/as. Mais uma vez é possível ver como aspetos relacionais e hedonísticos da

²²² McPhilips et al. (2001) mostram também como, para os indivíduos que entrevistaram, o “sexo” não é percebido como sendo apenas a penetração vaginal, mas antes como uma categoria mais alargada e difusa de experiência, embora esta faça sempre parte das suas representações.

²²³ Estes dados vão de encontro ao referido por Jackson e Scott (2004: 243), quando estas argumentam que um dos aspetos centrais da ideia de que o sexo é “especial” está relacionado com o facto de este ser particularmente valorizado como algo de partilhado.

²²⁴ Sobre o conceito de heterossexualidade e a sua normatividade como forma de relacionamento sexual adulto (Jackson e Scott, 2004), ver capítulo 2.

relação sexual podem coexistir na biografia de um mesmo indivíduo: “*O ato em si? [...] É importante, faz parte de nós. É uma sensação de libertação [...], sei lá, de desejo, de prazer. [...] Se for com a tua namorada ou com o teu namorado, [...] faz parte do amor que tens, do sentimento que sentes pela outra pessoa*” (Filipe, 26 anos, 12º ano incompleto, empregado de armazém).

O prazer, apesar de ser percebido, geralmente, como algo individualizado, e acessível, sobretudo, aos homens heterossexuais e aos indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual, é referido aqui de duas formas distintas: por um lado, como orientado para o prazer individual, especialmente quando não associado com um relacionamento sexual e amoroso²²⁵; e, por outro lado, como algo relacional: o dar e receber prazer, sobretudo quando há sentimentos envolvidos²²⁶. Esta segunda representação do prazer distingue-se da representação de prazer referida em primeiro lugar, no sentido em que pressupõe uma certa igualdade de género, onde ambos os parceiros têm o direito a saírem satisfeitos da relação sexual: “*O sexo em si é dar prazer, ter prazer. Para mim é muito importante dar prazer. Eu, ao estar dar prazer, estou a dar prazer a mim próprio*” (Paulo, 22 anos, 12º ano, electricista/pizzeiro). O ideal de democracia no casal (Weeks, 1998) e a suspensão da desigualdade de género que o amor deve proporcionar (Bourdieu, 1999), estão aqui expressos no modo como os/as jovens sublinham a importância da reciprocidade do prazer na relação sexual²²⁷, e, por conseguinte, a importância dos aspetos relacionais desta, e da sexualidade em geral, dando conta da existência de um novo ideal de reciprocidade nas relações sexuais.

Então, se a relação sexual é uma questão de conhecimento, de intimidade, de amor, de carinho e de afeto; de “*à vontade com a pessoa que tem de ser criado com tempo (Sandra, 26 anos, licenciatura)*”; mas, também, de desejo, prazer e atração, geralmente, em diversas combinações, os aspetos corporais e as práticas a eles associados parecem desaparecer das representações dos/as jovens. Quando a

²²⁵ Neste contexto, o prazer pode ser considerado como fazendo parte de uma representação e/ou orientação individualizada da sexualidade, no sentido de Bozon (2001, 2004, 2005 [2002]; Bozon e Le Van, 2008).

²²⁶ O prazer enquanto algo que se dá e se recebe não pode ser percebido, unicamente, como uma demonstração de virilidade masculina em que um “verdadeiro” homem deverá “satisfazer” a sua parceira. Num contexto em que, como se tem vindo a referir, existe uma valorização dos aspetos relacionais, nomeadamente da intimidade revelada, mesmo que a nível discursivo e idealizado, o dar e receber prazer é parte integrante de um relacionamento amoroso e sexual, em que há respeito, companheirismo e comunicação com o/a parceiro/a; e em que o bem-estar do indivíduo surge tanto da sua satisfação pessoal, como da satisfação do/a parceiro/a. Neste sentido, a reciprocidade sexual tornou-se normativa, constituindo, atualmente, um elemento central para o sucesso dos relacionamentos conjugais heterossexuais (Braun et al., 2003; Cvajner, 2010; Jackson e Scott, 1997, 2010). Contudo, Braun et al. (2003) não deixam de sublinhar como o discurso da reciprocidade pode exprimir ou intensificar a desigualdade de género nas práticas sexuais, na medida em que o orgasmo masculino continua a ser sentido como mais importante e/ou necessário do que o feminino (mesmo quando as mulheres têm agora o direito a reclamá-lo). Acresce ainda que, o ideal de reciprocidade pode criar ansiedades sobre a competência masculina, no sentido em que o orgasmo feminino pode ser percebido como importante para os homens não (só) em termos de mutualidade, mas acima de tudo como um indicador das suas performances e das suas habilidades enquanto parceiros sexuais.

²²⁷ Está-se aqui perante a defesa, ao nível discursivo, do ideal de igualdade de género, presente nas sociedades ocidentais atuais (Inglehart e Norris, 2003; Inglehart, 2008). De forma semelhante, Aboim (2010) refere que os jovens homens das gerações mais jovens, que entrevistou, dão conta, em termos ideológicos, de uma hegemonia do discurso da igualdade sexual, em que se defende o direito, tanto de homens como de mulheres, em experimentar e sentir prazer.

corporalidade da relação sexual aparece, surge, geralmente, associada à ideia, à primeira vista autoevidente, de que uma relação sexual envolve sexo ou (dois) corpos. Procurou, assim, insistir-se na pergunta²²⁸. Como resposta, obteve-se o que parece ser mais um processo do que uma única prática sexual. Assim, para os/as jovens, a relação sexual tende a decorrer em fases distintas, associadas a diferentes práticas, e a diferentes sentimentos e/ou emoções, relacionados, geralmente, com diferentes tipos de parceiros/as sexuais. A ideia geral é a de que uma relação sexual não se resume à penetração vaginal, mas é um processo que envolve: o tipo de sentimento, a sedução e/ou a comunicação entre os/as parceiros/as; os preliminares; o acto sexual; e que pode ou não acabar num período de relaxamento e de intimidade entre os/as parceiros/as, expresso, por exemplo, no abraçar, no dormir junto, no fumar um cigarro, ou no ver um filme; dependendo do tipo de relacionamento, do próprio indivíduo, do contexto e/ou do/a parceiro/a envolvido/a.

“É o antes o durante e o depois. Sei lá, o que é que envolve uma relação sexual? [...] Sentimento, atitude, tudo, aqueles sinais, que te levam a teres a relação sexual, passando sempre pelo que vem antes, preliminares, etc., e o depois também, ou seja, o cigarro pós-coito, faz parte. Isso é superimportante, para mim a coisa não fica terminada sem isso. E o dormir depois assim juntinhos, o rir depois um bocadinho e ver um filme. Tudo.” (Carolina, 22 anos, licenciada, empregada de loja/barmaid)

“O ato em si” tende a ser conotado, pelos/as jovens heterossexuais, com a penetração vaginal, embora haja algum espaço para o sexo oral. Contudo este último, tal como referido por McPhillips et al. (2001), tende a pertencer mais ao domínio dos preliminares, juntamente com as carícias e os beijos²²⁹. Mas a penetração, especialmente entre algumas das jovens entrevistadas, nem sempre é o aspeto considerado como mais importante da relação sexual, lugar este ocupado pelos preliminares, sendo, antes, pensado como um remate final do processo. Já o beijo, no contexto de uma relação sexual ou não, é, frequentemente, percebido, sobretudo, por estas jovens mulheres (mas não só!), como um aspeto de grande importância, desempenhando também um papel na criação da intimidade e/ou na escolha de um(a) parceiro/a: *“Acho que não é preciso ter penetração para ter uma relação sexual. [...] Sinceramente dou muita importância ao beijo, muito mais do que a penetração, nem se fala!” (Joana, 23 anos, licenciatura, desempregada).*

Também entre os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual, o significado da relação sexual esteve longe de ser atribuído a uma prática específica, ajudando a reforçar a ideia desta como um processo. Mais uma vez, as respostas remetem, sobretudo, para um conjunto de coisas, em que o carinho, o “jogo” de sedução, a envolvência do contexto, a comunicação entre parceiros/as são sublinhados, a par da penetração, dos beijos, do uso de utensílios, etc.: *“Não é só o ato em si. É toda a*

²²⁸ Apesar de a pergunta ter sido bastante direcionada, as respostas não foram, como se pretendia, mais concisas ou esclarecedoras da prática sexual. A pergunta foi então: “O que é para si uma relação sexual (p. ex., relações oro-genitais, penetração vaginal/anal; carícias sexuais, - o que envolve?)”.

²²⁹ De acordo com McPhillips et al. (2001) e Braun et al. (2003), apesar de existirem definições mais abrangentes de “sexo”, as outras práticas sexuais tendem a ser descritas como suplementares ao “sexo” (entendido como penetração vaginal) e não como algo que o possa substituir. De acordo com os/as autores/as (McPhillips et al., 2001; Braun et al., 2003), o “sexo” é de tal modo tomado como garantido, como algo de normal, que a sua exclusão tem que ser justificada.

envolvência que conduz a esse mesmo ato. E se calhar é muito mais aliciante haver aquele jogo todo, do que: “[...] vamos fazer tacataca e já está.” Ah, é bom falarmos sobre isto e é bom sabermos qual o nosso papel no meio disto.” (Francisco, 26 anos, licenciatura, perito/formador). Mas se nem sempre é fácil definir em concreto quais as práticas que constituem uma relação sexual, é seguro dizer que vários/as destes/as jovens consideram que, nas relações sexuais entre pessoas do mesmo género, existe uma maior tentativa de diversificar as práticas sexuais e de concretizar as fantasias de cada parceiro/a do que nas relações sexuais entre parceiros/as de géneros diferentes. Os indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual são, assim, pensados como tendo uma mentalidade mais aberta, um melhor conhecimento do corpo do/a parceiro/a, e, no caso das mulheres, um maior à vontade na comunicação com a parceira, o que resulta, segundo eles/as numa prática sexual mais intensa e numa maior liberdade de experimentação: “Somos muito mais flexíveis e experimentamos, se calhar, muito mais coisas... Estamos sempre a tentar inovar... [...] Ok, em posições ou em brincadeiras [...]. Eu não oiço tanto os heterossexuais a falar nisso, entendes? [...] E acho que nós talvez estejamos mais abertos” (Mariana, 24 anos, licenciatura, empregada de balcão/barmaid).

Tendo agora a ideia da relação sexual como um processo social, geralmente difícil de definir e caracterizado por uma certa ambiguidade, que remete, frequentemente, mais para sentimentos e motivações do que para práticas; e da centralidade que a penetração vaginal tem na definição daquilo que é o “sexo”, ao nível do senso comum, vai passar-se à análise do modo como os/as jovens se referem aos relacionamentos e práticas sexuais em que se envolvem (ou não) e para os significados que estes/as lhes atribuem.

5.2. Entre o fazer e o não fazer: as práticas da sexualidade

As transformações no domínio da intimidade e nas questões de género, de que se tem vindo a dar conta, tiveram implicações no modo como os/as jovens, especialmente as jovens mulheres, vivem a sua sexualidade. Muito marcada a meio da década de 50, do século XX, a assimetria entre homens e mulheres em relação à iniciação sexual atenua-se nas gerações mais jovens, embora mais no sentido de uma reformulação do que de um apagamento (Bozon, 2008 a)). Como referido no capítulo anterior, os contextos de sociabilização das jovens mulheres e os seus namoros mantêm-se mais controlados do que no caso dos jovens homens. Ainda assim, jovens homens e mulheres encontram-se em situações mais igualitárias do que no passado. Deste modo, se no passado as mulheres tinham, geralmente, as suas primeiras experiências sexuais com um futuro conjugue ou com o conjugue, após o casamento, e os jovens homens iniciavam-se, frequentemente, pelo recurso à prostituição, atualmente a sexualidade juvenil, apesar de ainda ser permeada por algumas controvérsias, tornou-se um período próprio, socialmente aceite, fazendo parte das suas vivências quotidianas e das diversas transições pelas quais

os/as jovens passam (Aapola et al., 2005; Aboim, 2010 a); Aboim et al., 2011; Almeida et al., 2004; Bozon, 1993, 2005 [2002], 2008 a); West, 1999; Heilborn, 2006; Pais, 1998; Vieira, 2009).

5.2.1. Namoricos, namoros, curtes e outros que tais: relacionamentos sexuais e/ou amorosos e trajetórias dos/as jovens

Um dos aspetos que caracteriza este período de experimentação sexual juvenil é a existência de uma difusão dos beijos e das carícias, entre os/as jovens, no contexto dos seus relacionamentos sexuais e amorosos (Lagrange, 1998). A prática de beijos e carícias, sem que haja necessariamente uma relação sexual, faz parte das relações interpessoais dos/as jovens, num contexto em que as saídas podem significar a partilha de momentos íntimos e a possibilidade de ter contactos físicos afetivos. Estas primeiras experiências sexuais constituem, assim, um novo período de autonomia social, condicionado, sobretudo por normas e modelos de conduta criadas pelo grupo de pares (Bozon, 2005 [2002]; Lagrange, 1998). Sendo uma novidade contemporânea, o carácter gradual da passagem para uma sexualidade genital, implica, atualmente, um modelo de exploração física e relacional por etapas: com o beijo, as carícias corporais e por fim a penetração genital, que é, geralmente, feito com parceiros/as diferentes e associado a diferentes significados. Assim, a distância temporal entre as primeiras experiências sexuais e a “primeira relação sexual é permeada por “outros relacionamentos e contactos afetivos e sexuais” (Ferreira, 2010 d): 259). Antes do primeiro relacionamento sexual e amoroso “sério” e duradouro, os/as jovens têm agora uma fase de experimentação sexual, o que não acontecia no passado, sobretudo, no caso das jovens mulheres (Bozon, 2005 [2002]; Caltabiano, 2010; Ferreira, 2010 c); Lagrange, 1998; Pais, 1998).

Este tipo de progressão de práticas e de relacionamentos sexuais e/ou amorosos é bastante comum entre os/as jovens adulto/as entrevistados/as neste estudo. Assim, em criança começam a ensaiar-se os primeiros beijinhos, a participar-se nos primeiros jogos sexuais, como o bate pé, e a ter os/as primeiros/as namoradinhos/as²³⁰. Com o início da adolescência os beijos tornam-se mais profundos e surgem as curtes, de algumas horas ou de alguns dias. O avançar da idade traz consigo os primeiros namoros a sério, uma maior exploração do corpo dos/as jovens e as primeiras relações sexuais. Apenas um pequeno grupo de jovens iniciam as suas experiências sexuais quase ao mesmo tempo que têm a primeira relação sexual. Para este grupo, a iniciação sexual é, geralmente, mais tardia do que para os/as outros/as jovens, em face de uma inibição das práticas sexuais, que tende a estar relacionada, por um lado, com as interdições da família de origem nos tempos e/ou espaços de lazer e de sociabilização, e, por outro lado, com a identificação com uma orientação não heterossexual, não assumida perante os outros, nem por vezes para si próprio/a.

²³⁰ No mesmo sentido, Vieira (2009: 173) dá conta da verbalização da “existência de práticas, pessoais ou partilhadas, antes da primeira experiência coital, o que aparece como experiências da sexualidade”, por exemplo, ao nível de jogos como o “bate pé” ou a “verdade ou consequência”, ou de práticas como o beijar e o apalpar. De acordo com a autora (Vieira, 2009), estas práticas de exploração vão-se sucedendo progressivamente no tempo, levando a comportamentos mais íntimos.

Beijinhos, curtes e namoricos

Ora, para uma grande parte dos/as jovens entrevistados/as, a experiência da sexualidade está, de alguma maneira, relacionada com a progressão escolar²³¹. Tende a ser neste contexto²³², que se conhecem os/as primeiros/as parceiros/as e que acontecem as primeiras experiências sexuais e/ou amorosas, no que, segundo Nayak e Kehily (1996), resulta de um crescimento dos/as jovens e da tomada de consciência destes/as da sua sexualidade. É assim que, durante os anos da pré-escola e dos primeiros e segundos ciclos do ensino elementar, os/as jovens experimentam os seus primeiros beijinhos e as primeiras carícias, geralmente com os/as colegas de escola, num ato que tende a ser avaliado, aos olhos do presente, como “coisas de criança”, “sem grande importância”. A banalização dos primeiros beijos é expressa no facto destes serem considerados como “nada de especial”, algo feito por curiosidade e/ou para praticar, sem que os/as jovens se lembrem bem deles. Deste modo, o primeiro beijo pode ser considerado como um ato iniciador; uma primeira experiência física relacional e sexualizada para os/as jovens, que acontece, frequentemente, sem que haja um grande investimento sentimental (Lhomond, 1999).

A par destes primeiros beijos, ensaiam-se também os primeiros relacionamentos amorosos e sexuais (frequentemente temporários e de curta duração) – os namoricos ou namoros de criança, contexto aliás em que estes beijinhos têm lugar, e que, tal como estes, tendem a ser considerados como pouco sérios e insignificantes. Esta é, geralmente, uma fase de descoberta e de experimentação, em que os/as jovens referem ainda não saberem o que querem, onde não se sente responsabilidade para com o/a parceiro/a e onde pode não se compreender bem o significado daquilo que se está a fazer.

“Ai, dei os meus primeiros beijinhos, estava na escola, foi a um rapaz, mas era mesmo só um beijinho “muah” assim, porque éramos pequenitos. Éramos pequenos... 11, 12 anos se calhar!?, nem me lembro, já foi há tanto tempo. Era: “és meu namorado”, mas nem era de mão dada nem nada, era mesmo só dizer que éramos namorados. [...] Foi importante e não foi, éramos... eu era miúda, pronto. Sei lá, eu... foi importante porque era uma coisa nova, né?, a gente: “epá, já dei um beijinho”, pronto, mas se eu for a ver hoje, olha, éramos miúdos, os miúdos é normal isso acontecer, pronto.” (Verónica, 21 anos, 9º ano incompleto, empregada de supermercado)

É, essencialmente, pelo seu carácter exploratório e de aprendizagem, que os/as jovens podem conceder (alguma) importância a estes momentos. Contudo, alguns/algumas destes/as jovens referem também a importância que estes/as namorado/as têm para “crescer” perante os pares, ou a influência destes/as na iniciação das experiências sexuais e amorosas, como se pode ver pelo exemplo do Ricardo.

²³¹ Sobre a comunicação sobre sexualidade e a educação sexual formal e informal nas escolas, ver capítulo 4.

²³² No entanto, os/as filhos/as dos/as do/as amigos/as dos pais, os/as vizinhos, ou outras crianças com quem se convive, podem servir também como parceiros/as para estas experimentações relacionais iniciais da sexualidade.

“Foi no meu 5º ano, principalmente, e 6º. E na altura essa coisa era o curtir, dávamos uns beijinhos ali, uns beijinhos acolá, não é? Dei muito beijinho por aí. [...] Era um bocado também aquele sentimento de sentir-me macho, não sei, garanhão, tive com aquela, tive com a outra. [...] Nos homens há muito essa coisa, não sei explicar, um bocado de competição. [...] E uma pessoa sentia-se desejada e acho que isso é bom.” (Ricardo, 28 anos, 11º ano, proprietário de pequeno negócio)

É neste sentido que Nayak e Kehily (1996) mostram como, no contexto de uma cultura de masculinidade, ter uma namorada é sinónimo de se ser heterossexual, garantido deste modo estatuto aos jovens rapazes. O fato de não se ter uma namorada pode levar os jovens homens a serem etiquetados de homossexuais e a perder popularidade. Mas um processo semelhante ou paralelo parece acontecer com as jovens mulheres, para quem a existência de um namoradinho pode ser percebida como um momento de iniciação na heterossexualidade feminina (Aapola et al., 2005)²³³: *“era a primeira vez, nunca tinha “tocado” em ninguém, [...] era o meu primeiro passo para a sexualidade, e, então, claro, foi muito importante” (Joana, 23 anos, licenciatura, desempregada).* Tanto para eles como para elas, estas primeiras experiências sexuais e/ou amorosas constituem, também, uma altura de descoberta do outro (do seu corpo, da sua maneira de ser, de pensar e de reagir); uma descoberta essencial na construção da identidade social e sexual de cada um, que, segundo Heilborn e Bozon (1996), difere tradicionalmente entre géneros e entre em contextos culturais e sociais diversos.

Há medida que se vai passando pelo segundo e pelo terceiro ciclos do ensino elementar os primeiros beijinhos vão-se tornando mais sérios. Começa-se a ter a noção do que é que se está a fazer, os beijos tornam-se mais intensos e aparecem os primeiros línguados – beijos com a língua. Fazem-se agora referências à atracção sexual. Os namoricos e as curtes continuam a estar presentes, e iniciam-se as primeiras saídas, por exemplo, com as idas ao cinema.

“Sei lá, foi para aí com... portanto, no meu 7º ano, tinha quê? 14, 13. [...] Opá, foram beijitos. Aliás, o meu primeiro línguado foi nessa altura. Depois só queria isso, só queria dar línguados. Pronto, opá, mas foi... eram namoros de uma semana. [...] Andávamos assim: “vamo-nos comer um mês”, e depois era uma semana e chega. Íamos ao cinema, dávamos beijinhos no cinema, depois eles queriam por as mãos nas minhas pernas e eu não deixava.” (Carolina, 22 anos, licenciada, empregada de loja/barmaid)

Estes primeiros relacionamentos sexuais e/ou amorosos, pensados, frequentemente, como algo que se faz para passar o tempo (geralmente, durante o período de um ano lectivo, para que ninguém seja traído no período de férias!), acontecem, então, enquanto se é criança e/ou nos primeiros anos da adolescência. Nestes primeiros namoros experimentam-se os beijos e as carícias, mas não as relações

²³³ Deste modo pode ver-se como, tal como entre os jovens homens, para as jovens mulheres, a entrada num relacionamento heterossexual amoroso e sexual é sinal de uma identidade feminina e heterossexual bem-sucedida (Aapola et al, 2005). Ter um(a) namorado(a) pode, assim, significar, para os/as jovens, o reclamar de um estatuto dentro do grupo de pares e de uma forma de masculinidade ou de feminilidade mais madura (Thorne, 1993).

sexuais, que tendem a acontecer nos namoros a sério. Namoros de crianças e namoros a sério, embora tendam a seguir uma espécie de linha de progressão, são sentidos como muito diferentes.

Namoros a sério e relacionamentos sexuais e amorosos

Durante os segundos e terceiros ciclos, e, sobretudo, durante o ensino secundário, os/as jovens começam a envolver-se em “namoros a sério”²³⁴. Por oposição aos namoricos, estes relacionamentos são considerados como mais sérios, mais intensos e de maior duração, havendo a possibilidade de fazer planos para o futuro²³⁵. O compromisso torna-se um aspecto central destes namoros, numa fase da vida em que se pensa ter já uma maior maturidade²³⁶, maior responsabilidade, e uma idade suficiente para compreender as práticas e os sentimentos envolvidos no relacionamento, e aquilo que se quer deste. Exige-se agora mais do/a parceiro/a, esperando-se também maior cumplicidade, intimidade, estabilidade, partilha, companhia e apoio mútuo. Os/as namorados/as a sério são, então, pessoas a quem se dá mais, de quem se gosta mais, que se querem conhecer melhor, e com quem se deseja passar mais tempo. Ao contrário do que acontece com os namoricos, os namoros a sério são relacionamentos que não se esquecem; são memórias que se guardam. Deste modo, o namoro, isto é, uma relação de exclusividade entre dois/duas parceiros/as que se intitulam namorados/as, permanece para as gerações mais novas como “o quadro esperado das relações exclusivas entre pessoas apaixonadas, sob o controle da rede social” (Heilborn et al., 2006: 2). É, então, no contexto destes primeiros namoros a sério que, geralmente, os/as jovens têm a sua primeira relação sexual. Sendo um namoro que já exige algum tipo de compromisso, em que se tem sentimentos afectivos pelo/a parceiro/a, reúnem-se as condições consideradas como apropriadas para esta “primeira vez”²³⁷.

Acho que a nossa primeira namorada a sério [...] é quando começamos a namorar, num período de tempo maior. [...] A minha primeira namorada foi mesmo quando eu comecei... quando eu tive a minha primeira relação sexual, quando comecei a envolver-me mesmo com ela; é tal coisa, quando me apaixonei por alguém. [...] Gostava mesmo dela. E como gostava mesmo dela, levei isso como se fosse a minha primeira namorada. A minha primeira relação com ela, também, pá ficou mais marcada, por ser a minha primeira namorada.” (Joaquim, 26 anos, 12º ano, medidor orçamentista)

²³⁴ Contudo, é a partir desta altura que as experiências sexuais e amorosas podem ser desligadas do contexto escolar, na medida que alguns/algumas dos/as jovens saem da escola sem completar o 9º ano. Por outro lado, entre as jovens mulheres, que ainda frequentam a escola, nesta altura, torna-se comum a referência a namorados que, independentemente, da idade, já deixaram de estudar e se encontram no mercado de trabalho. Este foi, também, o caso de alguns dos jovens entrevistados, que, estando já a trabalhar, continuaram a namorar com raparigas a frequentar o ensino secundário e/ou universitário.

²³⁵ No mesmo sentido, Redman (2001) refere que, no ensino secundário, e para o contexto inglês, os jovens, por ele entrevistados, tendem a envolver-se, mais do que em anos anteriores, em relacionamentos sexuais e amorosos que tendem a implicar níveis maiores de reciprocidade, compromisso, emoções mais intensas e relações sexuais.

²³⁶ Segundo Redman (2001: 191), “o romance heterossexual pode funcionar como um recurso através do qual se “inventa” uma nova, e mais adulta, forma de masculinidade heterossexual”.

²³⁷ Sobre a primeira relação sexual e a sua articulação com os relacionamentos sexuais e amorosos sérios e duradouros voltar-se-á a falar mais à frente.

Os “namoros a sério” são, assim, uma primeira expressão dos relacionamentos sexuais e amorosos, que os/as indivíduos, geralmente, vão tendo ao longo das suas vidas. Ao contrário dos relacionamentos mais esporádicos, este tipo de relacionamentos são representados como sendo continuados no tempo, significativos, profundos e sérios; implicando responsabilidade e compromisso entre os/as parceiros/as; sendo, na maior parte dos casos, assumidos perante a família e os/as amigos/as, sobretudo, no caso dos relacionamentos heterossexuais. Entre os/as parceiros/as estão presentes a afeição, o carinho, a ternura, o amor, o desejo de agradar ao outro, a entrega do eu ao outro, o dever de dar satisfações dos actos pessoais ao/à parceiro/a, e, frequentemente, o desejo de partilhar a vida com este/a. Mais uma vez, central neste tipo de relação é a questão da intimidade revelada, ou seja, do conhecimento, a comunicação, a confiança, o respeito, e a amizade do/a e para com o/a parceiro/a.

Curtes, amigos coloridos e namoros liberais

Contudo, nem todos os relacionamentos em que os/as jovens se envolvem são considerados como sérios ou têm algum sentimento amoroso envolvido. Como refere Allen (2004), existe toda uma série de relacionamentos, como os encontros de uma noite, as relações casuais, as relações de curto termo, o sair, o andar, ou os amigos coloridos. Deste modo, os diferentes tipos de relacionamentos sexuais e/ou amorosos, apesar de se sobreporem até um certo ponto, distinguem-se pelo tipo de tempo que os/as parceiros passam juntos, pelo sentido de exclusividade dos/as parceiro/as, pelo investimento emocional, pelo tipo de relação que os/as parceiros/as têm um(a) com o/a outro/a, e/ou a frequência de relações sexuais (Allen, 2004)²³⁸.

Assim, numa espécie de meio-termo entre aquilo que são os relacionamentos amorosos, sérios e continuados no tempo, e as curtes de uma noite, alguns/algumas jovens referem a existência de amigos coloridos, de namoros liberais, ou do andar. Este tipo de relacionamentos sexuais têm uma certa continuação no tempo, maior do que o que será esperado de uma curte, mas menor do que num relacionamento amoroso. Os compromissos, as exigências, a existência de tempo em conjunto e a necessidade de explicações não fazem parte deste tipo de relacionamentos, que tendem a não ser assumidos perante os/as outros/as. Os/as parceiros/as podem sentir uma atracção física um(a) pelo/a outro/a, mas este tende a não ser considerado como um sentimento profundo. Apesar de poder existir algum conhecimento do/a parceiro/a, este é considerado como um relacionamento aberto.

As curtes fazem também parte das primeiras experiências sexuais dos/as jovens, estando bem incorporadas no conhecimento de todos/as eles/as, embora nem todos/as as pratiquem ou concordem com elas²³⁹. Mas o que são então as curtes? Heilborn e Bozon (1996) referem que estas são formas de

²³⁸ Resultados semelhantes foram encontrados por Fonseca e Santos (2011) e por Vieira (2009), entre os/as jovens entrevistados/as por elas, no norte de Portugal.

²³⁹ De acordo com Hamilton e Armstrong (2009), Kimmel (2008) e Nardi (2007), nos EUA, para os/as jovens a frequentar o ensino secundário e, sobretudo, o ensino superior, tende a existir um certo declínio do namoro tradicional e uma maior frequência e acessibilidade dos/aos relacionamentos sexuais esporádicos.

relacionamento, opostas ao namoro, em que, após o conhecimento do/a parceiro/a, feito, geralmente, num lugar público (festa, boíte, serão), a insinuação dos indivíduos pode dar lugar a um contacto corporal imediato – beijos e carícias, sem que este implique o compromisso entre os indivíduos. Por seu turno, Kimmel (2008) considera que o curtir – “hooking up” define uma forma de relacionamento social e sexual existente, atualmente, entre jovens adultos/as, sem que haja expectativas de um relacionamento futuro. No caso dos/as jovens entrevistados/as, as curtes são percebidas como temporárias, momentâneas, um momento de lazer, do qual não se espera haver um futuro. Estas são, ainda, associadas ao desejo físico, ao prazer, à diversão, e ao passar um bom momento, sem que haja qualquer tipo de sentimento, intimidade ou comunicação com o parceiro/a. E, ao contrário do que acontece com os relacionamentos sexuais e amorosos, “sérios” e duradouros, não há aqui exigências em termos de responsabilidade para com e/ou respeito pelo/a parceiro/a. Considera-se assim que as pessoas sentem necessidade de ter relações sexuais, querem ter prazer, mas não querem ter um compromisso.

“Se calhar uma pessoa está a curtir não tem nenhum compromisso com essa pessoa. Hoje posso estar com essa pessoa, amanhã até posso estar a curtir com uma amiga dela, não há problema. Quando se namora assume-se um compromisso com essa pessoa. Está-se com essa pessoa é porque se gosta dessa pessoa, não há mais ninguém. [...] Dedicamo-nos mais a essa pessoa. [...] Porque é que muita gente gosta mais de curtir, e se calhar até é capaz de andar ali um mês a curtir com uma pessoa, e nunca passam de um namoro? Pela responsabilidade, se calhar por o dar satisfações e tudo mais. Enquanto no namoro há isso, no curtir não há “Ok, não gostas olha, o problema é teu”. [...] Enquanto no namoro não é bem assim, já há um compromisso com outra pessoa, há aquele medo de magoar a outra pessoa, de quer-se estar com outra pessoa.” (Rui, 20 anos, estudante do ensino superior, operário, união de facto, heterossexual, católico não praticante)

No entanto, tal como referido por Kimmel (2008), as definições de curtir podem ser vagas²⁴⁰ e/ou contraditórias, incluindo práticas que vão desde os beijos e as carícias, que podem ser feitas num contexto público, e, a relação sexual, que, à partida, será feita num contexto privado²⁴¹: *“Para mim curtir é só curtir com essa pessoa ou um dia ou dois, não é? [...] Para mim pode ser só beijinhos e abraços como pode ser relações sexuais, pronto” (Ana, 26 anos, 12º ano incompleto,*

Apesar dos/das jovens entrevistados/as reconhecerem a existência deste tipo de relacionamentos, e parte deles/as referirem envolver-se neles, não se tem dados para referir o mesmo para a sociedade portuguesa. Contudo, a sua prática está longe de ser o centro da vida sexual e/ou amorosa da maior parte dos/as jovens entrevistados/as, neste estudo, papel desempenhado antes pelos relacionamentos sexuais e amorosos, sérios e duradouros (especialmente no caso das jovens mulheres, mas também de vários dos jovens homens).

²⁴⁰ Segundo Kimmel (2008), o facto da definição de curtir ser vaga é útil tanto para os jovens homens como para as jovens mulheres, embora de forma diferenciada. Assim, permite proteger as reputações das jovens (não havendo a insinuação que houve uma relação sexual), ao mesmo tempo que ajuda a aumentar a reputação dos homens (insinuando que houve relação sexual).

²⁴¹ Embora tenda a haver uma divisória entre práticas sexuais realizadas em público, como os beijos e as carícias, e as realizadas em privado, como a relação sexual (penetração vaginal, anal, sexo oral...), as casas de banho das discotecas podem ser referidas (embora, apenas, por uma minoria de jovens homens) como um espaço, numa espécie de limiar entre o privado e o público (a separação entre a “multidão”, que frequenta a discoteca e os/as parceiros/as sexuais pode ser feita apenas por uma porta ou por uma parede), onde se desenrolam certas práticas sexuais, mais conotadas com o “sexo”, do que com os “preliminares. Alguns jovens homens, com uma orientação sexual não heterossexual, consideram que este tipo de relações sexuais esporádicas, os “roças” e o sexo na casa de banho, são particularmente comuns no “mundo gay”.

desempregada/bairmaid em part-time). Geralmente, há a ideia de que o tipo de práticas envolvidas nas curtes evoluiu com o crescimento pessoal dos/das jovens: de crianças e adolescentes até chegarem a jovens adultos. As curtes realizadas no passado, quando os/as jovens são mais novos, são consideradas como “normais”, estando associadas aos tempos de lazer e sociabilidades juvenis, na escola, nos tempos livres, nas primeiras idas ao cinema e/ou saídas à noite. Estas são as curtes de que se falou acima, e que fazem parte de um período de experimentação, geralmente, aceite entre o grupo de pares, e que fazem parte do ser-se jovem. Há medida que os/as jovens crescem as curtes permanecem, frequentemente, intercaladas com relacionamentos amorosos e sexuais sérios, continuando a estar associadas aos tempos de lazer e às sociabilidades juvenis, mas envolvendo agora uma maior expectativa de que haja uma relação sexual (embora esta possa acontecer ou não): “*Eu lembro-me que, no liceu, curtir era só uns beijos. [...] Agora, que somos mais velhos, [...] os beijos já é quase como amigos. [...] Hoje em dia, curtir já é com sexo, já é tudo*” (Dina, 29 anos, licenciatura, desempregada). Contudo, para alguns/algumas jovens, as curtes são um tipo de relacionamento que se tende a deixar para trás à medida que se vai caminhando para a vida adulta. Com a idade que têm agora, estas deixam de fazer sentido ou de estar no horizonte destes/as jovens. Neste contexto, a experimentação é pensada como tendo já sido feita quando se é “mais jovem”, sendo agora tempo para a procura de relacionamentos amorosos e sexuais, sérios e duradouros, com a perspectiva de uma possível entrada em conjugalidade e/ou de constituição de uma família: “*Era aquele relacionamento esporádico, de noite, de semana, de fim de semana, uma curte de verão [...]. Acho que todos nós passámos por esses momentos. Ah, mas que neste momento como é óbvio não faz qualquer sentido*” (Pedro, 29 anos, licenciatura, arquitecto).

As histórias de algumas jovens mulheres dão, ainda, conta de como a frequência universitária, noutra cidade que não aquela onde vive a família, proporciona o contexto para que as curtes, os amigos coloridos e/ou as relações sexuais em encontros de uma noite possam acontecer²⁴²: “*Estava com o meu namorado, mas era um namoro assim meio liberal. [...] E saía com outros rapazes [...], o que se chama agora os amigos coloridos*” (Matilde, 25 anos, licenciatura, desempregada). Como referido no capítulo anterior, a ida para a universidade tende a permitir, às jovens mulheres, uma maior experimentação no campo da sexualidade, em face do menor controlo parental nas sociabilidades, tempos de lazeres e sexualidade (Farrow and Arnold, 2003; Jackson, 2007; Kimmel, 2008; Torres, 2002).

Contudo, na literatura anglo-saxónica sobre a heterossexualidade (juvenil) feminina (ver, por exemplo, Holland et al., 2004 [1998] ou Lees, 1993), o envolvimento das jovens mulheres neste tipo

²⁴² Hamilton e Armstrong (2011) dão conta de como, para as jovens mulheres que entrevistaram, provenientes de contextos mais favorecidos, a frequentar a universidade, as curtes são praticadas e percebidas como algo que se gosta de fazer, podendo mesmo servir como alternativa aos namoros tradicionais, que, com a exigência de dedicação ao outro, podem entrar em confronto com os objetivos educacionais destas jovens. Contudo, no caso das jovens provenientes de contextos menos favorecidos, as curtes são algo que não se tende a fazer, na medida em que estas tentam construir, simultaneamente, a sua carreira e relacionamentos sexuais e amorosos, “sérios” e duradouros.

de relacionamentos sexuais esporádicos é, geralmente, percebido como tendo em vista a formação de um relacionamento sexual e amoroso sério e duradouro. Deste modo, a relação esporádica continuaria, para estas, a estar associada ao sentimento, mantendo-se mundos emocionais diferentes entre mulheres e homens, com eles a conseguirem banalizar o momento, e elas a sentimentalizarem-no. Entre os/as jovens entrevistados/as, neste estudo, tal como acontece com os/as jovens entrevistados/as por Fonseca e Santos (2011), o envolvimento numa curte, no sentido da procura de um outro tipo de relacionamento, surge, também, no discurso de algumas jovens mulheres. De forma um pouco mais complexa do que a simples procura do “príncipe encantado”, o exemplo da Carolina (22 anos, licenciada, empregada de loja/barmaid) mostra como a curte, embora possa ser ativamente procurada pela jovem mulher, pode ao mesmo tempo tornar-se algo complicado de gerir, quando não se consegue dissociar o sentimento da prática: *“Curtir não há compromissos, se bem que eu acabo sempre por criar sentimentos, por isso é que me lixo sempre”*. É neste sentido também que, para alguns/algumas destes/as jovens, sobretudo para as jovens mulheres, mas também para alguns dos jovens homens, curtir, quando associado aos beijos e às carícias, é algo que se faz como forma de experimentação, com um(a) possível parceiro(a), alguém com quem se gostaria de ter um relacionamento sexual e amoroso, sério e duradouro. O curtir funciona aqui como forma de conhecimento do/a outro/a e de avaliação da interação que se tem com este/a – “a química”, para poder passar o passo a seguir – o namoro: *“No meu caso, era o começo, era antes das relações. Tava com essa pessoa, curtia com a pessoa, depois conversávamos, isto assim se calhar durante algum tempo, e depois começávamos a namorar”* (Cátia, 27 anos, licenciatura, educadora de infância, com namorado, heterossexual, Católica não praticante).

Acresce ainda que, tal como o sugerido pela literatura sobre a sexualidade²⁴³, existem diferenças visíveis entre jovens homens e jovens mulheres em termos de envolvimento neste tipo de relacionamentos. Assim, embora a maior parte dos/as jovens tenda a referir envolver-se ou já se ter envolvido em relacionamentos sexuais esporádicos, nalguma fase da sua vida, são as jovens mulheres que mais dizem não o fazer ou tender a não fazê-lo. Os/as jovens envolvem-se, geralmente, neste tipo

²⁴³ Os resultados de vários estudos quantitativos e qualitativos sobre as representações e práticas sexuais dos/as jovens, ou de homens e mulheres, no geral, apontam para o facto dos primeiros continuarem a referir ter tido um maior número de parceiras sexuais do que as (jovens) mulheres, assim como mais relações sexuais ocasionais (Bajos e Bozon, 2008; Barbagli et al., 2010; Bozon, 2005 [2002]; Ferreira, 2010b; Heilborn e Bozon, 1996; Holland et al., 2004 [1998]; Leridon, 2008; Monteiro, 1999; Touleman, 2008; Vasconcelos, 1997). As explicações dadas para tentar justificar esta diferença, geralmente, pressupõem que estas resultam mais de diferentes formas de pensar a sexualidade do que de diferentes práticas (Bozon, 2005 [2002]). Segundo Bozon, homens e mulheres não atribuem o mesmo significado ao conceito de parceiro sexual, nem o avaliam da mesma maneira. Se os homens consideram qualquer tipo de parceiro/a sexual, mesmo que envolvido numa experiência sexual breve, as mulheres apenas consideram os homens com os quais mantiveram relações com uma certa duração. As mulheres evitam mencionar as relações que não correspondem ao seu ideal do que uma relação deve ser, interiorizando as expectativas sociais constrangedoras que recaem sobre elas e/ou antecipando os julgamentos que incidem sobre as mulheres que têm múltiplos parceiros (constrangimentos estes que não recaem sobre os homens). Neste sentido, as mulheres referem-se mais do que os homens à sua vida sexual e amorosa (Bozon, 2005 [2002]). Assim, como refere Ferreira (2010b) a sub ou sobre estimacão do número de parceiros/as referidos/as está associada com a influência que as representações e as identidades sexuais têm na construção dos discursos sobre a sexualidade.

de relacionamentos, em períodos em que não se encontram numa relação de namoro. É, assim, comum que tanto eles como ela refiram já se terem envolvido em curtes, com beijos e carícias, durante adolescência, mas que sejam mais os jovens homens a referirem já ter tido uma relação sexual, num relacionamento esporádico, num primeiro encontro ou não: *“One night stand, sim. Não regularmente, já tive alguns. [...] Ah, ok, conheço a rapariga e a coisa depois desenvolve. Outras vezes já conheço a rapariga antes, conhecemo-nos um bocadinho e naturalmente leva a uma relação sexual, não é?”* (Diogo, 23 anos, estudante do ensino superior). No caso de alguns jovens homens, o envolvimento em curtes, tal como a exibição de namoradas perante os pares, a que se fez referência mais acima, pode ser também considerado como uma exibição de masculinidade, que confere maior estatuto social: *“Quando se está ainda na adolescência assume uma importância muito grande também como fator social [...]. Principalmente nos rapazes, tentar curtir com o maior número de pessoas, dá status dentro do grupo”* (Victor, 22 anos, licenciatura, professor/formador).

Mas, estas diferenças não se fazem sentir, apenas, em termos de género, mas, também, ao nível da escolaridade dos/as jovens e da sua posição perante a religião. Neste sentido, existem várias jovens, sobretudo, entre as mais qualificadas (mas não só), que já se envolveram em relacionamentos sexuais esporádicos. No entanto, no caso das jovens heterossexuais, estes não tendem a ocorrer num primeiro encontro, mas após algum conhecimento do parceiro, havendo algum tipo de confiança com este. São assim as amigas coloridas, o andar ou as curtes de alguns dias, semanas ou meses, os privilegiados por estas jovens mulheres²⁴⁴: *“Tenho um bocado de dificuldade com compromissos. [...] Por isso em termos de relações esporádicas e desse género para mim é assim que funciona [...]. Quer dizer, houve um bocadinho de tudo: os namoros ou os casos mais esporádicos”* (Raquel, 21 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego). No sentido inverso, existem também alguns jovens homens (sobretudo entre os católicos praticantes ou não praticantes com uma forte socialização religiosa) que dizem que nunca fizeram ou não teriam relações sexuais num primeiro encontro, distanciando-se da ideia de terem uma relação sexual sem sentimentos: *“Eu não sou do género de me envolver... ter um affair ou passar só uma noite. [...] Quando chegamos a esse ponto tem que haver algum sentimento, não é? [...] Não é sair, veres passar na rua: “olha aquela gaja é bué da boa, tenho que a ir comer””* (Filipe, 26 anos, 12º ano incompleto, empregado de armazém). Os relacionamentos sexuais esporádicos, nomeadamente as curtes de uma noite, podem, deste modo, ser vistos de forma negativa pelos/as jovens (sobretudo, pelos jovens homens, com o ensino secundário e menos, pelas jovens mulheres, e pelos/as jovens mais religiosos/as), o que leva por si só ao seu evitamento. Mas acima de tudo o não envolvimento em relacionamentos sexuais esporádicos deve-se à falta de conhecimento

²⁴⁴ Entre as jovens mulheres são, então, mais aquelas que dizem que nunca tiveram relações sexuais num primeiro encontro ou que nunca o fariam, do que as que dizem que já o fizeram; sendo que as jovens, que se autoidentificam como lésbicas ou bissexuais, estão entre as jovens que mais referem já ter tido relações sexuais num primeiro encontro.

do/a e de confiança com o/a parceiro²⁴⁵, e, em menor grau, à falta de sentimento para com este/a e à necessidade da pessoa se sentir preparada para ter a relação sexual. Neste sentido, é compreensível que a existência de relações sexuais num primeiro encontro tenda a ser menos aceite pelos/as jovens entrevistados e que estes/as participem menos nelas do que noutros tipos de relacionamentos sexuais esporádicos, que envolvem algum tipo de conhecimento prévio dos/as parceiro/as.

Verificou-se ainda que, se se comparar o número de parceiros/as sexuais dos/as jovens e o número de namoros destes/as²⁴⁶, embora os jovens homens tenham, na generalidade mais parceiros/as sexuais, as diferenças dentro de cada género são bastante significativas, mostrando, como a articulação da sexualidade com as posições sociais em que os indivíduos estão inseridos²⁴⁷ é essencial. Assim, verificou-se que entre os jovens homens, vários deles (cerca de onze) disseram ter tido entre um a quatro parceiro/as sexuais; de forma semelhante, vários outros (cerca de onze) referiram ter tido entre cinco a nove parceiros/as sexuais; sendo que, apenas cinco rapazes, com o ensino secundário e superior, afirmaram ter tido 10 ou mais parceiros/as sexuais. Por seu turno, entre as jovens mulheres²⁴⁸, um número significativo destas (12), referiu ter tido entre um(a) a quatro parceiros/as sexuais. As jovens mais qualificadas, a frequentar a licenciatura ou já com licenciatura, e/ou as jovens bissexual e lésbicas são as que tendem a ter mais parceiros/as (mais de cinco); sendo que 3 delas tiveram entre cinco a nove parceiros/as sexuais, e seis delas tiveram mais de 10 parceiros/as sexuais. Por outro lado, e indo de encontro aos resultados de Alferes (1997) e de Knauth et al. (2006), o número de namorados/as a “sério”, tendem a ser semelhantes para homens e mulheres, no sentido em que os/as jovens referem, geralmente, ter tido entre 1 a 4 namorados. Assim, se, no caso das jovens mulheres, se está longe da chegada ao casamento “virgem” ou de se ter apenas relações sexuais com o que será o futuro conjuge²⁴⁹, também, entre os jovens homens, se parece estar longe de uma troca de

²⁴⁵ Também Ortiz-Torres et al (2003) dão conta da importância da comunicação com o parceiro e do conhecimento deste, no caso das jovens que entrevistaram, para a existência de um sentimento de maior conforto em situações íntimas. A confiança e a comunicação com o parceiro podem, assim, surgir como uma forma de proteção, para as jovens mulheres heterossexuais, contra a possibilidade do parceiro contar a terceiros sobre a relação sexual, o que pode pôr em causa a reputação da jovem mulher (Lees, 1993; Thomson e Holland, 1998).

²⁴⁶ Lembre-se que se está a lidar com questões abertas, para as quais, em alguns casos, não há resposta ou existe outro tipo de resposta, que não uma contabilização numérica, pelo que a soma das respostas não equivale ao total dos/as 60 jovens entrevistados/as.

²⁴⁷ Em termos de posição perante a religião, verifica-se que os/as jovens mais religiosos/as (católicos praticantes e com forte influência religiosa) tiveram na sua maioria até quatro parceiros/as sexuais, com exceção de três jovens homens com forte influência religiosa e de dois/duas jovens com uma orientação sexual não heterossexual; enquanto que os/as jovens católicos não participantes e ateus são os/as que mais referem ter tido mais de 5 parceiros/as sexuais.

²⁴⁸ O inquérito à sexualidade dos/as portugueses/as mostra como as jovens mulheres têm atualmente mais parceiros/as sexuais do que as mulheres das gerações mais velhas, havendo uma tendência para o aumento do número de parceiros/as sexuais entre as mulheres (Ferreira, 2010b).

²⁴⁹ Neste sentido, Bozon (1998) argumenta que as mulheres não multiplicaram os seus parceiros, antes exigem mais aos homens que vivem com elas. Apesar existência de transformações sociais importantes, o casal, mesmo que informal, mantém-se o quadro esperado da actividade sexual.

parceiros/as “desenfreada”²⁵⁰. Acresce ainda que, como se tem vindo a sublinhar, a maior parte dos/as jovens adere ao ideal de uma sexualidade relacional.

O intercalamento dos diferentes tipos de relacionamentos sexuais e/ou amorosos

Tal como acontece relativamente às representações da sexualidade, que tendem a ser múltiplas, complexas, dinâmicas, e, por vezes contraditórias, os/as jovens tendem também a ter uma série de diferentes tipos de relacionamentos sexuais e/ou amorosos, ao longo das suas trajetórias²⁵¹: namoros de criança; namoros a sério; curtes, com ou sem relações sexuais; amigos coloridos; andar, namoros liberais... Estes diferentes tipos de relacionamentos sexuais e/ou amorosos tendem a ser sequenciais e a intercalar-se ao longo do tempo. Deste modo não há um tipo de relacionamento que possa ser definido como específico dos/as jovens, mas antes uma série de possibilidades que servem diferentes propósitos; havendo, portanto, uma grande diversidade no modo como os/as jovens representam os relacionamentos sexuais e/ou amorosos (Allen, 2004).

Contudo, tal como referem Allen (2004) e Bajos e Bozon (2008) os diferentes tipos de relacionamentos sexuais e/ou amorosos adquirem diferentes valores para os/as jovens, estando associados a diversas atitudes e orientações perante a sexualidade, que podem ou não ser concordantes. Deste modo os relacionamentos sexuais e amorosos, considerados como sérios e duradouros – as relações de namoro, tendem a ser mais valorizados do que os relacionamentos sexuais esporádicos, como o andar, os amigos coloridos, as curtes, com relações sexuais, e, sobretudo, do que a existência de relações sexuais num primeiro encontro. Embora sejam vários os/as jovens que considerem que o “amor” é necessário para terem uma relação sexual, a existência de confiança, comunicação e respeito (para) com o/a parceiro/a, isto é, de intimidade revelada, são representadas como essenciais por muitos/as mais. De forma semelhante, Allen (2004), dá conta da importância do namoro no sentido em que este tipo de relacionamento é idealizado como o tipo de relacionamento em que os/as jovens gostariam de se envolver, sendo, também, o que reflecte mais aproximadamente aquilo que será de esperar de uma conjugalidade. A intimidade que este tipo de relacionamento oferece, com a proximidade física e emocional (expressa, por exemplo na relação sexual, mas não só), funciona para os/as jovens como uma fonte de apoio e segurança positiva e importante. Assim, não só para as jovens mulheres, mas também para os/as jovens homens, a possibilidade de ter um(a) parceiro/a com o qual podem contar, em quem se podem apoiar, em quem podem confiar e com quem

²⁵⁰ Também Knauth et al. (2006: 301), para o contexto brasileiro, argumentam que “apesar de a mídia difundir a ideia de que os jovens de hoje buscam formas de relacionamento menos comprometidas como o *ficar*, esta representação não é fidedigna à realidade observada”, na medida em que o padrão de relacionamento mais recorrente entre os/as jovens é o relacionamento afetivo e sexual. Por seu turno, Camolletto (2010), para a Itália, dá conta de como o relacionamento sexual e amoroso “sério” e duradouro constitui o critério legítimo do exercício da sexualidade

²⁵¹ Neste sentido, Allen (2004) argumenta que as narrativas que sobrepõem diferentes tipos de relacionamentos são indicativas das fronteiras pouco claras, da complexidade e da fluidez do tipo de relacionamentos em que os/as jovens se envolvem.

podem conversar e criar um sentido de intimidade, é algo de desejado, levando à procura de relacionamentos emocionais mais íntimos, onde estas qualidades se podem materializar (Allen, 2004).

É importante sublinhar, ainda, o posicionamento situado dos relacionamentos sexuais esporádicos, que se fazem em determinadas alturas, mas não noutras: antes, no fim ou no meio de namoros; quando se é jovem, mas agora não; fez-se na universidade, mas não no secundário...; agora tem-se namorado/a não se faz, mas fez-se antes. Sendo parte das coisas que acontecem quando se é mais novo, vários/as jovens adultos, põem agora a enfânse no desejo de ter um(a) parceiro/a mais estável, e um relacionamento sexual e amoroso “sério” e duradouro, com tudo o que isso significa. Ora, se se tiver em consideração, como se irá ver no próximo capítulo, que várias características daquilo que são as curtes se assemelham às representações do que é ser-se jovem, e que algumas das características, especialmente a responsabilidade e o respeito pelo/a outro/a, dos relacionamentos sexuais e amorosos sérios e duradouros, fazem parte daquilo que se considera o ser-se adulto, pode ver-se uma associação entre o envolvimento em relacionamentos sexuais e/ou amorosos, mais ou menos esporádicos, e mais ou menos sérios e duradouros, e as trajetórias dos/das jovens para a vida adulta e os seus posicionamentos no ciclo de vida. Mas estas trajetórias estão longe de serem lineares. Embora, como se referiu anteriormente, haja uma certa progressão ao nível do envolvimento em relacionamentos sexuais e/ou amorosos e nas práticas sexuais, especialmente antes do momento em que estes relacionamentos começam a envolver relações sexuais, viu-se também como os/as jovens tendem a alternar a existência de relacionamentos sexuais esporádicos com relacionamentos amorosos e sexuais duradouros.

Ademais, pode dizer-se que há evidências, nos discursos dos/as jovens, da manutenção do duplo padrão sexual, sendo as jovens mulheres mais controladas do que os jovens homens no que diz respeito à sexualidade, aos relacionamentos amorosos e aos lazeres e sociabilidades. Contudo, o significado atribuído aos relacionamentos sexuais esporádicos, especialmente às curtes de uma noite, não se limitem a uma simples condenação ou aceitação, com conotações genderizadas. Como se irá ver mais à frente, as representações que os/as jovens têm dos relacionamentos sexuais esporádicos, nomeadamente para as jovens mulheres, são, geralmente, mais ambíguas, denotando os resquícios, recomposições e transformações do duplo padrão sexual. Mas veja-se agora o exemplo de algumas práticas mais específicas.

5.2.2. Das práticas sexuais juvenis: alguns exemplos

Viu-se já como, nos dias de hoje, a experimentação sexual se tornou legítima para os/as jovens, existindo agora um longo período em que estes/as vivem a sua sexualidade dissociada da conjugalidade e da parentalidade, e em que estas não fazem parte de um horizonte imediato, mesmo que não sejam rejeitadas (Aapola et al., 2005; Aboim, 2010; Bozon e Kontula, 1997; Bozon, 2005 [2002], 2008; Therborn, 2004; Toulemon, 2008). A sexualidade tornou-se, assim, “normalmente experimentada” (Pais, 1998: 414) antes de uma possível entrada em conjugalidade, sendo que o

aparecimento da autonomia sexual tende a preceder o aparecimento da autonomia social (Bozon, 2005 [2002]). A mudança progressiva nas histórias femininas, com a possibilidade de experimentação sexual, por parte destas, em idades cada vez mais jovens, levou, então, a um aproximamento de percursos de homens e mulheres, no sentido em que o/a primeiro/a parceiro/a sexual é cada vez mais distinto/a de um(a) primeiro/a parceiro/a conjugal, havendo, geralmente, entre ambos/as, outro/as parceiros/as sexuais (Caltabiano, 2010; Camolletto, 2010; Bozon, 1993, 2005 [2002], 2008; Ferreira, 2008, 2010a, 2010c; Heilborn et al., 2006a; Lagrange, 1998; Policarpo, 2011a, 2011b; Vieira, 2009; Therborn, 2004; Toulemon, 2008). Neste contexto, a experiências sexuais das jovens mulheres diversificam-se (Toulemon, 2008). Contudo, embora as mulheres tenham vindo a alargar o seu período de experimentação, os homens tendem ainda a ter uma maior margem temporal para viver uma sexualidade dissociada de uma possível entrada em conjugalidade (Bozon, 1993, 2008). Acresce ainda que, de acordo com Beck e Beck-Gernesheim (2001: 68), a normalização da sexualidade juvenil, embora seja percebida como fazendo “parte” do desenvolvimento “normal” dos jovens e discutida, até um certo ponto, nas escolas e nas revistas, é ainda, frequentemente, condenada em grupos mais tradicionais, como as igrejas, ou sujeita a conselhos contraditórios ou relativos a um discurso de risco. Para além disso, para os/as autores, a existência de uma nova pressão para o desempenho sexual dos/as jovens, contrasta, frequentemente com uma “conspiração de silêncio” (Beck e Beck-Gernesheim, 2001: 68), em que não existe nem tolerância nem uma proibição explícita, relativamente às relações sexuais, por parte dos pais/familiares, especialmente no caso das jovens mulheres.

5.2.2. a) A primeira relação sexual: da curiosidade, do amor e da intimidade

É, neste contexto, que se assiste a uma grande aproximação de experiências entre homens e mulheres, relativamente à primeira relação sexual (Bozon, 2008; Caltabiano, 2010; Ferreira, 2008, 2010d)²⁵². Ao longo de todo o século XX, a idade à primeira relação foi, assim, diminuindo para homens e para mulheres, embora para os primeiros de forma mais moderada e para as segundas de forma mais abrupta (Bozon, 1993). No caso dos jovens homens (relativamente aos indivíduos mais velhos) tende a existir agora uma iniciação sexual mais igualitária, com raparigas da mesma idade e sexualmente inexperientes, tendo declinado o recurso à prostituição como meio de acesso à iniciação sexual devido à maior liberalização da sexualidade feminina e, portanto, ao maior acesso que os jovens têm a estas (Caltabiano, 2010; Ferreira, 2008; 2010 d); Holland et al., 2004 [1998]; Le Gal, 2004; Pais, 1998; Torres, 2002; Vasconcelos, 1997; Vieira, 2009).

²⁵² Neste sentido, os dados do inquérito à sexualidade dos portugueses (Ferreira e Cabral, 2010) mostram também como a existência de um contexto de maior liberdade, em matéria de iniciação sexual, permitiu uma aproximação entre comportamentos masculinos e femininos, embora os homens ainda se iniciem mais cedo do que as mulheres (Ferreira, 2008, 2010c). Assim, a idade média de iniciação sexual masculina é de 16,5 anos, enquanto que a idade média de iniciação sexual feminina é de 17,2 anos (Ferreira, 2008, 2010c).

No entanto, vários autores (Bozon, 1993, 2005 [2002]; Bozon e Kontula, 1997; Ferreira, 2008, 2010 d); Heilborn et al., 2006a, 2006b; Holland et al., 2004 [1998]; Pais, 1998; Vasconcelos, 1997) consideram que a primeira relação sexual se mantém marcada pela pertença de género, no sentido em que homens e mulheres incorporam diferentes representações deles/as próprios/as e expectativas diferentes para a primeira relação sexual e para um(a) primeiro(a) parceiro(a) (Bozon, 1993). É, assim, comumente referido que os jovens homens têm uma maior tendência para desassociarem a primeira relação sexual de um investimento sentimental duradouro, projectado para o futuro, existindo antes uma maior preocupação quanto ao seu desempenho e ao aumento da experiência (Bozon, 1993, 2005 [2002]; Bozon e Kontula, 1997; Ferreira, 2008, 2010d; Heilborn et al., 2006a, 2006b; Holland et al., 2004 [1998]; Pais, 1998; Vasconcelos, 1997)). Para estes, a primeira relação sexual constituiria uma etapa de aprendizagem onde o estatuto do/a parceiro/a teria menor importância, valorizando-se, antes, a iniciação e a experiência individual. No caso das jovens mulheres, a primeira relação sexual tenderia a acontecer num contexto relacional, associado ao desenvolvimento de um vínculo, com um parceiro que se configuraria como um potencial cônjuge, havendo uma valorização da entrada em relação. Para estas, a primeira relação sexual seria fruto de um acontecimento que implicaria o desejo de uma relação “verdadeira” e durável, em que existe o sentimento amoroso (Bozon, 1993), sendo difícil, a ideia de ter uma relação sexual como uma simples operação técnica, sem a mínima implicação afectiva (Heilborn e Bozon, 1996); estabelecendo-se assim a ligação entre sentimento, casal e sexualidade (Bozon, 1993). Deste modo, se os homens salientariam mais os aspectos hedonistas e experimentalistas da sexualidade, as mulheres acentuariam o afecto e o compromisso relacional (Vasconcelos, 1997). No entanto, Pais (1998) e Vasconcelos (1997), para o contexto português, concluem que, para a maioria dos/as jovens, as relações sexuais só têm sentido se existir amor, sendo este “o imperativo mais reclamado para se poder ter relações sexuais” (Pais, 1998: 433).

Acresce ainda que, de acordo com vários/as autores/as (Bozon, 2008; Camolletto, 2010; Ferreira, 2008, 2010d; FONSECA e Santos, 2011; Heilborn e Bozon, 1996; Heilborn et al, 2006a; Pais, 2012; Vieira, 2009), a virgindade tende a ser, actualmente desvalorizada, enquanto valor condicionante do início das práticas sexuais. Esta pode mesmo ser encarada como um estigma, e constituir, especialmente nos meios juvenis, motivo de vergonha ou de inexperiência, passando a ser considerada como excepcional, algo que se procura dissimular ou manter em privado. A iniciação sexual, tanto de rapazes como de raparigas, foi, assim, substancialmente alterada (Ferreira, 2008, 2010d). No caso dos homens, passou-se de uma iniciação feita no contexto de um relacionamento ocasional para uma iniciação que ocorre, sobretudo, num quadro de relacionamento afectivo, havendo assim uma tendência para “a sentimentalização da iniciação sexual masculina” (Ferreira, 2008: 8). A primeira relação sexual tende, assim, a acontecer num contexto relacional mais igualitário, em que os indivíduos podem fazer as suas “escolhas” e em que a virgindade das raparigas não é submetida ao controlo do grupo social (Le Gall, 2004: 64). Embora estas “escolhas” não sejam inteiramente livre, as jovens mulheres podem, agora, “decidir” o momento da sua primeira relação sexual, num “acto

inaugural de entrada na sexualidade adulta”. Surge, assim, um ideal de primeira relação, que inscreve a iniciação sexual no quadro de um relacionamento (Bozon, 2004) – o namoro, onde existem a confiança e a cumplicidade, que dão às raparigas a garantia de ter um parceiro delicado (Almeida et al., 2004; Bozon, 1993, 2004, 2005 [2002]; Bozon et Kontula, 1997; Heilborn et Bozon, 1996; Heilborn et al., 2006; Vasconcelos, 1997; Vieira, 2009). Contudo, de acordo com Ferreira (2008, 2010d), em Portugal, apesar da maior sentimentalização da iniciação sexual masculina, a sentimentalização do contexto relacional em que ocorre a primeira relação sexual, continua a ser mais fortemente reivindicado pelas mulheres.

A existência de diferentes expectativas quanto à primeira relação sexual estão também patentes nas representações de alguns/algumas dos/as jovens entrevistados/as, relativamente à importância da iniciação sexual para homens e mulheres. Para estes/as jovens, os jovens homens teriam uma maior necessidade de “perder a virgindade” de modo a provar a sua virilidade e a constituir-se enquanto “Homens”, enquanto que para as mulheres esta primeira relação sexual estaria envolta em sentimentos: *“Quando eu era mais novo, o homem enquanto não perdesse os três, vá lá, não se sentia um homem. [...] Os jovens: “já fiz e tu não fizeste e eu sou mais homem do que tu” e nas mulheres não acontece isso penso eu.” (Ricardo, 28 anos, 11º ano, proprietário de pequeno negócio)*. Existem, todavia, alguns/algumas jovens que consideram que a primeira relação sexual é igualmente importante para homens e para mulheres. As diferenças de comportamento estariam então nas pessoas e não no género: *“Isso também digamos que vai variando, não é?, de pessoa para pessoa. Do tipo de houver uma rapariga que quer saber como é que é perder a virgindade, talvez não ponha sentimento nenhum naquilo, [...] não é? No caso do rapaz também!” (Norberto, 25 anos, licenciatura, bancário)*.

Em termos das suas práticas, as histórias dos/as jovens apontam para o facto de, apesar dos jovens homens terem tido a sua primeira relação sexual, tendencialmente, mais novos que as jovens mulheres, a maior parte deles/as teve a sua primeira vez até aos 16 anos (sobretudo entre os 15 e os 16 anos), sendo que por volta dos 18 anos quase todos os/as jovens já se tinham iniciado sexualmente, e que, apenas, uma minoria teve a sua primeira relação sexual com 20 ou mais anos²⁵³. Esta primeira relação sexual tende a acontecer, para a maior parte deles/as, no contexto de um namoro. Deste modo, apenas uma pequena parte dos/as jovens, sobretudo, de jovens homens, teve a sua primeira relação sexual com uma amiga ou uma pessoa que se conhece, no contexto de uma curte. Os motivos que tendem a levar os/as jovens a terem a sua primeira relação sexual tendem a ser vários, e não apenas um, estando, frequentemente, interrelacionados, como se pode ver pelo exemplo da Carolina: *“Eu gostei muito do rapaz [...], e, olha, a seu tempo, naquele dia apetecia-me e foi. [...] Isto ferveu tudo*

²⁵³ Dos 30 jovens homens, neste estudo, 20 iniciaram-se até aos 16 anos, sendo que apenas sete (sobretudo, os jovens homens mais escolarizados) se iniciaram com mais de 16 anos. Por seu turno, entre as jovens mulheres, 12 referem ter-se iniciado até aos 16 anos; enquanto que outras 11 (jovens mais escolarizadas) se iniciaram depois. Já os/as jovens mais católicos ou com uma socialização mais religiosa tendem a iniciar-se um pouco mais tarde, com 17/18 anos e mais; enquanto que os/as jovens sem religião tendem a iniciar-se até aos 16 anos.

cá dentro e então se ferveu há que obedecer aos instintos. Aliás, eu já andava fervida há muito tempo. [...] E porque a pessoa me estimulou, [...] apetecia-me muito". No entanto, embora jovens homens e mulheres tendam, frequentemente, a utilizar as mesmas justificações, existem algumas diferenças em termos de género.

Assim, e tal como vários estudos tendem a demonstrar (Vasconcelos, 1997; Pais, 1998; Le Gall, 2004; Ferreira, 2008), embora sejam um pouco mais as jovens mulheres a referirem-no, o sentimento perante o/a parceiro/a é uma das justificações mais frequentemente dada pelos/as jovens para terem a sua "primeira vez". Os/as jovens tendem a querer fazer coincidir experiência amorosa e experiência sexual, de modo que a primeira relação sexual tende a dar-se "numa história de amor", quando estes/as se sentem preparados (Le Gall, 2004: 67), maduros/as, têm consciência do que estão a fazer e a certeza do que querem: "*Tinha descoberto a rapariga que eu queria ter, [...] acho que era a rapariga que eu tinha carinho e respeito e amor, e como era recíproco [...]. Foi por mútuo acordo e acho que foi muito divertido*" (Frederico, 25 anos, 12º ano, vigilante). O conhecimento do/a parceiro, a comunicação com este/a, e a confiança que se deposita neste/a são, ainda, aspectos essenciais para que os/as jovens (sobretudo, para as jovens mulheres, mas também para os jovens homens, especialmente com o ensino secundário e mais) tenham a sua primeira relação sexual.

A curiosidade, a vontade de experimentar, o desejo e a atracção sexual estão também entre os motivos mais mencionados para os/as jovens terem a sua primeira relação sexual. Mas, apesar de serem mais os jovens homens que tendem a referir este tipo de motivos, as jovens mulheres, sobretudo as mais escolarizadas (com ensino secundário e/ou superior) também os referem²⁵⁴: "*A minha primeira relação sexual [...] foi numa relação que não era namoro, nós curtíamos. Já éramos amigos há muito tempo, [...] tínhamos muita confiança um com o outro. [...] Foi porque me apeteceu e correu bem, e não me arrependi*" (Raquel, 21 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego). É assim que, apesar da relação existente entre amor e sexualidade, começam a aparecer alguns indícios que indicam algumas mudanças, no sentido de uma maior possibilidade das mulheres não sentirem necessidade de estarem apaixonadas para terem uma relação sexual, podendo ceder a um desejo passageiro, que não se inscreve numa história de amor ou se projecte no futuro (Mossuz-lavou, 2002).

No entanto, a pressão do parceiro e/ou o facto de não se querer perder o parceiro, estão ainda presentes nos motivos dados pelas jovens mulheres (e apenas por estas!) para ter uma relação sexual: "*Eu senti-me pressionada, pronto. [...] Porque "não sei quê, e porque "já namoramos há algum tempo" e não sei quê. [...] Tenho pena de dizer isso, mas foi o que aconteceu, foi!*" (Rita, 25

²⁵⁴ Estes dados vão de encontro aos resultados de Ferreira (2010d), que mostra como existe um reforço significativo nas mulheres que declaram a "curiosidade sexual" como motivo para terem a sua primeira relação sexual, ainda que esta não seja a justificação mais dada, lugar este ocupado pelo "amor". Também Silva (2011: 305), desta feita a partir de um trabalho etnográfico, realizado no baixo Alentejo, dá conta de como as jovens referem "o desejo de deixarem de ser virgens", a par do estarem apaixonadas, como motivos para terem a sua primeira relação sexual.

anos, estudante do ensino superior). Já, quando os jovens homens (entre os quais, parte dos jovens com uma orientação sexual não heterossexual) referem a pressão para terem a sua primeira vez, esta é, geralmente, uma pressão interna. É a idade que os jovens têm, considerada como tardia, que os pode levar a dar este passo, como no caso do Nuno (27 anos, estudante do ensino superior): *“Eu não queria mais continuar nos computadores [...]. Eu queria ir para a frente. Posso-te dizer que eu senti-me se calhar um bocado pressionado. [...] Eu sentia-me pressionado por nunca ter feito nada aos 24 anos”*. O desejo de conformidade com a heterossexualidade dominante pode também levar a que o/a jovem tenha a primeira relação sexual (ou outras) com um(a) parceiro/a do género oposto²⁵⁵, como se pode ver pelo caso da Mariana (24 anos, licenciatura, empregada de balcão/barmaid): *“Eu acho que foi para me testar um bocado. [...] E obrigar-me um bocado... E depois aí também fui tendo rapazes, não é? Namorados... Mas acho que isso foi só para eu me enganar, porque eu já percebia”*.

Qual é então a importância desta primeira relação sexual para os/as jovens? Ora, quando esta se inscreve no modelo ideal, isto é, no quadro de um relacionamento, com um(a) parceiro/a de quem se gosta, com quem se tem confiança e quando se está preparado, tende a ser vivida de forma positiva (Le Gall, 2004). Uma boa primeira vez é a concretização duma relação que se desenvolve gradualmente e que tem um seguimento (Bozon e Heilborn, 1996). É neste contexto que se diz que a primeira relação sexual não se esquece e que se lhe atribui muita importância²⁵⁶. Este foi, por exemplo, o caso da Vera (23 anos, 11º ano incompleto, empregada de restaurante): *“Eu estava com uma pessoa com quem eu me sentia mesmo à vontade, era meu namorado, há quase um ano. [...] Ele preparou-me coisa linda [...], tudo muito romântico [...]. Para mim teve importância, né?”*. E se as jovens mulheres tendem a atribuir uma grande importância à primeira relação sexual, são também vários os jovens homens para quem esta é muito importante, um momento especial e inesquecível. Neste sentido, homens e mulheres não se diferenciam. Ambos associam a primeira relação sexual ao sentimento que têm pelo/a parceiro/a e à existência de um relacionamento que, embora possa não

²⁵⁵ Dois dos jovens homens e uma das jovens mulheres, com uma orientação sexual não heterossexual, que não se iniciaram sexualmente com um(a) parceiro/a do género oposto, envolveram-se também em práticas sexuais e/ou relacionamentos sexuais e amorosos com um(a) parceiro/a que não do mesmo género. Neste sentido, vários/as autores/as (Brandão, 2010; Mendes-Leite e Proth, 2000; Savin-Williams, 2004 [1996]; Vieira da Silva, 2006) dão conta de como os indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual podem ter a sua primeira relação sexual e/ou outras relações sexuais com um parceiro do género oposto, numa tentativa de corresponder às expectativas, existentes no grupo de pares, na família e na sociedade, em geral, de um envolvimento em relacionamentos sexuais heterossexuais. Estas relações sexuais podem ainda ser um meio dos/as jovens testarem a sua orientação sexual, de modo a perceber quais são os seus sentimentos por um(a) parceiro/a do género oposto (Savin-Williams, 2004 [1996]), como no caso da Mariana. Contudo, como aconteceu com a Vanessa e com o Francisco, estes relacionamentos podem envolver sentimentos de afecto “verdadeiro” pelo/a parceiro/a do género oposto, embora não tenham futuro em face da orientação social dos/as jovens, que estes/as referem não conseguir e/ou querer suprimir.

²⁵⁶ Segundo autores como Gagnon et Simon (1973), Bozon (1993) e Bozon et Kontula (1997), a primeira relação sexual é um momento de grande importância devido aos quadros normativos e sistemas de representação, guiões culturais, disposições institucionais e constrangimentos legais que, juntamente, com a prática dos corpos e o investimento sentimental, dão um significado pleno a este acontecimento. Neste sentido, Bozon (1993) argumenta que a primeira relação sexual não se esquece. Esta faz parte daqueles acontecimentos que ficam marcados na memória dos indivíduos; sendo uma etapa simbólica que marca os primeiros passos na sexualidade adulta.

durar para sempre, se entende como sério e estável²⁵⁷. O quadro amoroso substitui, assim, para homens e para mulheres, o quadro conjugal para a primeira relação sexual (Bozon, 2008).

“É uma coisa que nunca se esquece [...]. A minha primeira relação sexual foi com uma pessoa com quem eu andei 3 anos da minha vida, foi uma pessoa que me tocou e aquilo que eu aprendi, aprendi com ela e o que ela aprendeu, aprendeu comigo, então só por aí dá importância. É uma pessoa que ainda hoje me toca bastante e é muito importante haver isso. [...] Tive muita sorte em ter aquilo que tive. Consegui ter sexo e ter prazer, sentir alguma coisa a nível psicológico. Foi especial, por acaso foi.”
(Paulo, 22 anos, 12º ano, electricista/pizzeiro)

Acresce ainda que, se a relação sexual ganha a sua importância do contexto do namoro, esta, por sua vez, vai conferir ainda mais importância a este. Está-se assim perante uma dialéctica, em que um compromisso considerado “mais sério” leva à primeira relação sexual, que por sua vez torna esse mesmo compromisso ainda mais sério, e esse momento mais memorável e importante (Marques, 2006). Como referem Heilborn e Bozon (1996), do sentimento amoroso decorre naturalmente uma sexualização da relação, que contribui para consolidar o laço sentimental. As relações sexuais aparecem, neste contexto, como um meio de atrair e aprofundar uma relação nascente, sem exigir ou esperar uma relação durável (Heilborn e Bozon, 1996). Já o facto da primeira relação sexual ser igualitária, no sentido de ser a primeira, tanto para os jovens homens como para as jovens mulheres, pode ajudar a que esta seja ainda mais sentimentalizada e/ou que se sinta que há um maior à vontade para a experimentação²⁵⁸: *“Foi a pessoa até hoje com quem eu me senti mais à vontade para falar de tudo, para fazer tudo. Se calhar por ele também ser virgem, quando eu perdi a minha virgindade, ele também perdeu a dele. E então como era novo para os dois, acho que era muito mais bonito”*
(Carolina, 22 anos, licenciada, empregada de loja/barmaid).

Mas não é apenas pelo seu significado relacional que a primeira relação sexual se torna importante. Esta adquire valor, também, em termos de experimentação, de aquisição de conhecimento, e em termos identitários e/ou simbólicos. Assim, o facto de se ir experimentar algo sobre o qual os/as jovens têm, frequentemente, bastante curiosidade, a descoberta e o conhecimento do que é o acto em si, e o maior conhecimento, que se adquire, daquilo que é próprio corpo e/ou daquilo que se é ou não capaz de fazer, são também sublinhados, especialmente no masculino, mas também entre algumas jovens mulheres: *“É assim foi importante, no sentido em que eu estava numa de descobrir, porque eu não sabia o que é que era. [...] Foi uma sensação que eu nunca tinha sentido e gostei. Por acaso*

²⁵⁷ Também Wight (1996), no contexto escocês, encontrou homens que desejavam ter relacionamentos sexuais e amorosos, sérios e duradouros, e para quem a primeira relação sexual com a parceira, no contexto de um relacionamento deste tipo, ganhou uma grande importância, como o culminar e a confirmação do desenvolvimento estável do relacionamento.

²⁵⁸ No mesmo sentido, mas para os jovens homens, Vieira (2009) refere que a iniciação sexual com uma rapariga conhecida, em que existe um sentimento amoroso e um sentimento de confiança, surge como facilitadora desta relação sexual. Por seu turno, Thomson e Holland (1998) referem que as descrições mais positivas da primeira experiência sexual, entre as jovens mulheres que entrevistaram, tendem a estar relacionadas com a capacidade de comunicar abertamente com os seus parceiros e de expressar os seus desejos e necessidades pessoais, no contexto do relacionamento ou do encontro sexual

gostei bastante” (Sónia, 26 anos, estudante do ensino superior). Neste sentido, a primeira relação sexual torna-se importante, também, porque é a primeira vez que se faz algo. Há, simultaneamente, a descoberta do acto e a entrada na “sexualidade adulta” (Bozon, 1993). Para os jovens homens, este é um momento de aquisição de masculinidade e de ganho de poder, em que o rapaz é identificado como um homem, e, por conseguinte, confirmado como um actor social competente (Holland et al, 2006 [2002])²⁵⁹. A iniciação sexual serve, assim, de rito de passagem (Pais, 1998; Silva, 2008; Weeks, 2007) comprovando a virilidade do rapaz perante si próprio e, frequentemente, perante o grupo de pares.

“Quando a gente, por exemplo, perde a virgindade atingimos uma sabedoria maior, descobrimos coisas novas, e isso é importante. [...] Também aumenta a auto-estima de uma pessoa: “já perdi a virgindade, já sei o que é que é, já sou um bocadinho maiorzinho”. [...] Por exemplo os homens têm muito a mania depois ir logo contar aos amigos para se gabar, isso aumenta muito a auto-estima, uma pessoa fica confiante.” (Gabriel, 19 anos, 12º ano, procura do primeiro emprego)

Mas para as jovens mulheres, a primeira relação sexual pode também ser sentida como uma etapa que as leva a ascenderem a outro estatuto: o de Mulheres (heterossexuais) adultas. Assim, a primeira relação sexual não só se torna uma etapa simbólica para os jovens homens, como para as jovens mulheres, que, deste modo, adquirem uma nova identidade, socialmente mais valorizada, aos seus olhos e aos olhos dos outros (Fonseca e Santos, 2011). Consequentemente, para algumas jovens mulheres, todas as experiências sexuais ocorridas até à data passam a ser considerados como ensaios, experiências, sendo desvalorizados como coisas de crianças, ao contrário da primeira relação sexual, que transforma as jovens, levando-as a crescer e a passar de meninas a mulheres: *“Eu era uma miúda e na altura acho que cresci e fiz-me uma mulher, pronto” (Carla, 28 anos, frequentou a universidade, mas não acabou, empregada de supermercado).*

No caso dos/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual, a existência desta primeira relação sexual pode contribuir para o esclarecimento, clarificação e/ou definição da identidade sexual do indivíduo: *“É importante porque ajuda-te a definir.” (Jorge, 23 anos, 12º ano, designer gráfico).* Mas, para as jovens mulheres que se auto-identificam com lésbicas e que tiveram a sua primeira relação sexual com um homem, é, sobretudo, a primeira relação sexual com uma mulher que se torna especial e um momento memorável. Para estas jovens a primeira experiência com uma parceira do mesmo género ajuda a confirmar aquilo que elas tendem a considerar já saber, isto é uma orientação sexual não heterossexual. É neste sentido que Vieira da Silva (2006) afirma que o comportamento homossexual desempenha um papel importante no processo de identificação homossexual, que, por sua vez, é, usualmente, associado à existência de sentimentos, emoções e transformação do indivíduo, como, é, aliás, referido pela Teresa:

²⁵⁹ Neste sentido, Richardson (2010) refere que, para os jovens homens que entrevistou, uma transição para a vida adulta bem sucedida está associada com o tornar-se (hetero)sexualmente activos.

“Foi uma brisa de ar fresco que entrou na minha vida, digo só isso. [...] Foi numa noite à beira mar. Eu não tinha feito planos para isso acontecer, aconteceu e foi talvez o momento da minha vida... Foi um ponto de virgem, porque eu vi que era mesmo isso que eu queria, aquela suavidade, o beijo dela, o toque, a voz, a respiração, tudo. Foi tudo muito calmo e, pela primeira vez, senti o meu corpo a aplaudir mesmo. Ah, foi mesmo a coisa mais mágica que aconteceu até hoje.” (Teresa, 28 anos, 12º ano, escritora)

No entanto, nem sempre a primeira relação sexual é sentida como importante. Para os/as jovens que não estão apaixonados/as pelo/a parceiro/a, a primeira relação sexual pode tornar-se uma decepção, algo de que se arrependem (Le Gall, 2004). É neste sentido, que os jovens homens que têm a sua primeira relação sexual num contexto de um relacionamento mais esporádico, com uma parceira que não é a sua namorada, podem desvalorizar esta experiência: *“Naquela época apetecia-me muito experimentar, e havia lá uma rapariga que estava deserta para isso também. Ela já tinha experimentado e convidou-me e eu não disse que não. [...] Não foi muito importante, foi à pressa um bocado. Não foi grande coisa” (Daniel, 27 anos, 12º ano, padeiro)*. Mas, mesmo quando a primeira relação está associada a um relacionamento amoroso, e no contexto de uma iniciação sexual igualitária, esta nem sempre é considerada como um momento significativo, que se vai recordar para o resto da vida²⁶⁰. A estranheza, a vergonha, o sentimento de incompetência e/ou a percepção que esta primeira relação sexual correu mal parecem, nestes casos, andar a par com a falta de necessidade de lembrar o acontecimento (Le Gall, 2004). Ainda assim, uma relação sexual igualitária, com um(a) parceiro/a que se valoriza, no contexto de um namoro, pode tornar este momento “desastroso” numa memória que é agora “engraçado” lembrar: *“Foi com o meu namorado aos 16 anos. Foi uma experiência muito engraçada. Não, não foi o melhor sexo da minha vida, porque nunca é a primeira vez, mas foi emocional” (Matilde, 25 anos, licenciatura, desempregada)*.

Sendo um lado da primeira relação sexual que se tende a falar menos, especialmente no masculino, o desconhecimento e a incerteza do que se vai/está a fazer, o facto de ser a primeira vez que se faz algo, a expectativa da performance, o “dever” de fazer com que o/a parceiro/a tenha prazer, podem fazer com que este seja um momento permeado pelo medo²⁶¹. Para os jovens homens, a ansiedade, os nervos e/ou a pressão (interna ou externa) para se ter a relação sexual e para ter um bom desempenho, podem fazer com que este momento seja visto como negativo, complicado, e/ou difícil. Para as jovens mulheres a possibilidade dos pais descobrirem que já não são “virgens”, e a possibilidade da dor

²⁶⁰ Acresce ainda que, como refere Le Gall (2004), nem sempre a iniciação sexual lembrada pelos/as jovens corresponde ao momento da primeira relação sexual “completa” (com penetração vaginal ou anal). Assim, por um lado, esta primeira vez pode não coincidir com um momento único, mas, fazer, antes, parte de um processo, de aprendizagem em termos de tentativa e erro, que culmina na relação sexual “completa”. Por outro lado, quando esta primeira relação é associada apenas a um desempenho físico, “dissociado de todo o investimento afectivo” (Le Gall, 2004: 73) pode não ser considerada enquanto tal, tomando outra relação sexual o lugar de destaque, como aconteceu com a Teresa, como se referiu mais acima.

²⁶¹ Autoras como Camolletto (artigo não publicado), Richardson (2010), Silva (2011) e Vieira (2009) dão também conta de como a primeira relação sexual pode ser permeada por desilusões, ansiedades, vergonhas, incertezas e medos, sendo que tende a associar-se o medo de falhar e de ter uma má performance aos jovens homens, e o medo da dor, de uma possível gravidez, do abandono por parte do parceiro e/ou do conhecimento público do acto às jovens mulheres.

durante o acto sexual vêem somar-se ainda ao receio do desconhecido e a uma possível pressão do parceiro. Contudo, é necessário sublinhar que, se para alguns/algumas jovens este momento se pode tornar numa desilusão, nem sempre são estes aspectos que levam os/as jovens a considerar a sua primeira vez como negativa.

“[Estava] Em pânico, não sabia como é que era, só conhecia as histórias das minhas amigas, que eram as únicas que me contavam como é que era, que doía muito e que não sei quê. Então estava em pânico, mas depois aquilo passou-me. Foi, por acaso foi uma coisa muito... estava com muito medo, pensei que que não fosse gostar ou... Óbvio que me doeu, dói a toda a gente! Mas gostei bastante, foi bonito, porque foi com amor, eu sei da minha parte e da dele.” (Clara, 28 anos, 12º ano, administrativa)

“Tu nunca esqueces a tua primeira vez, nunca esqueces a tua primeira namorada, não é? [...] Ah, epá, foi assim um bocado... uma pessoa nervosa, não é?, não tem aquele à vontade, como é a primeira vez e tudo estamos ali um bocado... Não dá mesmo... não dá... Uma pessoa não tem prazer nenhum, não é? [...] Só a partir daí, só quando tem mais prática e isto e aquilo, a saber-se conter, a saber-se isto, a saber... a pessoa já vai, já vai mais à vontade, já, já tem outra maneira de fazer as coisas.” (José, 19 anos, 8º ano, impermeabilizador)

O facto de se considerar que se teve a primeira relação sexual quando se é demasiado novo, quando não se está ainda “preparado” para o acontecimento, não se sabendo o que se está a fazer ou não tendo ainda maturidade suficiente para a sua prática, leva também a que alguns/algumas jovens desvalorizem esta sua experiência, e mesmo que se arrependam de a ter feito: *“Acho que fui um bocadinho precipitada. Arrendo-me. [...] Se voltasse atrás não o faria. É sempre assim, não é? Não, mas (rimos) dizem que se o arrependimento matasse...!” (Cristina, 28 anos, 12º ano, barmaid)*. Quando a esta falta de preparação para o acto, se junta a forte pressão do parceiro, como no caso da Rita, referido em cima, ou a “obrigação” de ter a relação com um parceiro do género “errado”, este momento passa a ser considerado como um momento fortemente negativo da vida das jovens.

Deste modo, pode ver-se, tal como argumenta Bozon (1999), como as práticas sexuais não são necessariamente percebidas enquanto tais, mas antes como parte de uma relação. Assim, as experiências sexuais positivas são consideradas como “momentos de ternura, de fusão, de paixões intensas”, enquanto que as más experiências são relacionadas com “a dificuldade, a incompreensão, a frieza, a indiferença e a falta de atenção do parceiro” (Bozon, 1999: 6). Por conseguinte, o sexual está interrelacionado com o afectivo e com o psicológico, de modo que o “desenvolvimento de uma relação e do desagrado físico apenas podem ser ditos legitimamente em termos morais e relacionais” (Bozon, 1999: 6).

5.2.2. b). Masturbação: uma prática individualizada e/ou relacional

Como referido no capítulo I, a masturbação era um dos “crimes” sexuais, puníveis aos olhos da igreja e sob escrutínio das autoridades. Actualmente, pelo contrário, esta é cada vez mais aceite, sendo um componente importante do reportório sexual contemporâneo (Jaspard, 2005 [1997]). Neste sentido, os inquéritos realizados, recentemente, na Europa, dão conta de um aumento no número de

mulheres a referir ter já praticado a masturbação (Bozon, 2008; Barbagli, 2010; Ferreira e Cabral, 2010). Este aumento reflecte uma mudança social mais alargada em que se torna socialmente mais legítimo para as mulheres realizarem determinadas práticas, que anteriormente eram do domínio masculino (Bozon, 2008b). Contudo, de acordo com Jaspard (2005 [1997]) parece manter-se um certo sentimento de culpabilização e de pudor em relação à masturbação, especialmente para as mulheres. Acresce ainda que, de acordo com Bozon (2008b), enquanto esta é uma prática com a qual as mulheres tendem a ter contacto apenas no início da idade adulta, para os homens a masturbação pode ser um primeiro contacto com a sexualidade. Para a realidade portuguesa, Ferreira (2010c; 2011) refere, no entanto, que a masturbação se mantém como uma prática predominantemente masculina.

Já entre os/as jovens entrevistados/as, neste trabalho, a masturbação parece ser cada vez mais aceite, embora ainda exista alguma dificuldade em discutir o assunto, especialmente, entre algumas jovens mulheres. Na maior parte dos casos, os/as jovens (os jovens homens em geral e as jovens mulheres, sobretudo, com o ensino secundário e/ou superior) referiram já se ter masturbado, iniciando-se, frequentemente, um pouco antes ou um pouco depois dos 10 anos²⁶². Todavia, para estes/as jovens, a masturbação tende a ser valorizada por motivos diferentes, que podem ou não ser complementares. Neste sentido, esta pode ser considerada e/ou adquirir significado como: uma necessidade, sobretudo para os jovens homens; uma maneira de descobrir o próprio corpo, nomeadamente entre as jovens mulheres; e, para ambos, uma maneira de obter prazer e bem-estar, a sós ou com o/a parceiro/a, sendo que com o/a parceiro/a adquire um significado relacional: a descoberta do (corpo do) outro.

“Nem sempre a parte sexual tem que ser penetração. Eu acho que o acariciar, o descobrir o corpo da outra pessoa, acho uma coisa bastante interessante. Porque nem todas as pessoas são iguais, nem todas as pessoas têm prazer da mesma forma, nem nos mesmos sítios.” (João, 24 anos, estudante do ensino superior, empregado de loja)

“Acho que é muito importante. É assim, eu quando o faço é para ter...é o prazer, não te sei explicar. Só mesmo para dormir ou pronto, acho que ajuda a dormir. Mas é bom porque sentes-te importante ao fazer isso, sentes que existes, é isso.” (Joana, 23 anos, licenciatura, desempregada)

Assim, se para alguns/algumas jovens a masturbação faz sentido enquanto prazer pessoal, algo que se faz sós, para outros/as, esta prática, apenas ganha sentido enquanto algo realizado a dois. Deste modo, a masturbação não aumenta apenas o prazer, como é percebida como algo que se dá ao/à companheiro/a, numa troca a dois, e que estreita a relação, tal como acontece com a relação sexual

²⁶² Contudo, tal como referem Bozon (2008b) e Ferreira (2011), para um pequeno grupo de jovens mulheres heterossexuais, a masturbação surge apenas quando estas são um pouco mais velhas, numa aprendizagem que vão fazendo através da leitura e/ou do contacto com o parceiro, num contexto em que, como se referiu no capítulo 4, estes assuntos não são, geralmente, discutidos quer com a família quer na educação sexual formal nas escolas, nem mesmo, muitas vezes, com os/as colegas.

penetrativa²⁶³. Neste caso, alguns/algumas jovens dizem que não sentem tanto prazer em masturbarem-se a sós como se o fizerem com um(a) companheiro(a): *“Sozinha não [...]. Não me sinto à vontade, também não vejo jeito de fazer a mim mesma [...]. Acho que sabe melhor quando é duas pessoas a fazer”* (Catarina, 22 anos, 9º ano, empregada de balcão). Para outras jovens (sobretudo, jovens mulheres, com o ensino secundário ou menos, e/ou católicas praticantes e católicas não praticantes com forte socialização religiosa), ainda, a masturbação não faz parte do seu repertório sexual, pelo menos ao nível individual. Estas jovens referem, então, não se masturbar ou não se sentirem confortáveis em fazê-lo, visto não se sentirem à vontade com o próprio corpo, não sentirem necessidade de o fazer, sentirem culpa ou vergonha ao fazê-lo, e/ou, considerarem que a obtenção individual do prazer não faz sentido, pelo que o fazem apenas com o parceiro, sublinhando, deste modo, a sua preferência por uma sexualidade relacional: *“Eu nunca fiz, para ser sincera. Nunca me puxou. [...] Acho que não tem pica nenhuma, né? Acho que a sexualidade é com outra pessoa, não é a nós próprias”* (Verónica, 21 anos, 9º ano incompleto, empregada de supermercado).

Acresce ainda que, tal como refere Bozon (2008b), vários/as jovens tendem a masturbar-se, apenas, antes de terem a sua primeira relação sexual e/ou um(a) parceiro/a sexual. Assim, se quando são mais novos, a masturbação pode ser pensada como normal, uma forma de aprendizagem, e mesmo uma necessidade, há medida que os anos vão passando e que os/as jovens se vão envolvendo em relacionamentos sexuais e amorosos, a masturbação, ao nível individual, pode trazer “problemas de consciência” e/ou deixar de ser praticada, na medida em que se considera, agora, que é algo sem sentido, e que deve ser substituída, antes, pela masturbação entre os/as parceiros, frequentemente, como parte dos preliminares, ou pela relação sexual penetrativa. Assim, é comum, que tanto os jovens homens como as jovens mulheres deixem de se masturbar a sós, ou mesmo de todo, quando estão envolvidos/as em relacionamentos sexuais e amorosos, como aconteceu, por exemplo, com o Renato (22 anos, estudante do ensino superior): *“Antes de estar namorado sim, agora já é diferente, já tenho outra estabilidade sexual. [...] Acho que é bom para os rapazes, para se conhecerem, como é que é e como é que não é, como é que se faz [...]. Desde que namorei que nunca mais recorri a isso”*.

5.2.2.c) O sexo oral – uma prática banalizada vs o sexo anal – uma difusão restrita

O sexo oral é, também, cada vez mais comum nos reportórios sexuais dos indivíduos, que, nos dias de hoje, tendem a ser mais diversificados, e no caso das práticas sexuais não penetrativas, mais recíprocos (Andro e Bajos, 2008; Barbagli, 2010; Bozon, 2008; Ferreira, 2010d; Heilborn et al., 2006a; Heilborn e Cabral, 2006). Segundo Andro e Bajos (2008), mais do que somente uma

²⁶³ De acordo com Ferreira (2011), a masturbação com o/a parceiro/a é das práticas sexuais mais generalizadas entre os/as jovens portugueses. Contudo, tende a haver uma distinção de género, em que existe uma maior aceitação e prática da masturbação individual para os homens, enquanto que as mulheres tendem valorizar mais a masturbação relacional (Ferreira, 2010, d). Resultados semelhantes foram encontrados por Heilborn et al. (2006a) e Heilborn e Cabral (2006) entre os/as jovens brasileiros/as por eles/as estudados/as.

diversificação e enriquecimento das experiências sexuais, as práticas sexuais não penetrativas traduzem uma percepção mais alargada daquilo que é considerado como actividade sexual. Tal como acontece com a masturbação, a maioria dos/as jovens entrevistados, neste trabalho, pratica o sexo oral, sendo que muitos/as referem não só receber como também o fazer, dando, por conseguinte, conta do ideal de reciprocidade no casal, de que se falou anteriormente. Esta é, aliás, uma prática, por vezes, considerada como banal, e, frequentemente, percebida como fazendo parte dos preliminares. Pelo contrário, o sexo anal é uma prática que muito menos jovens dizem realizar²⁶⁴, e quando dizem fazê-lo tende a ser com menos frequência do que o sexo oral. É assim que, para um pequeno grupo de jovens (4 jovens mulheres e 3 jovens homens), que refere já ter experimentado tanto o sexo oral como o sexo anal, o sexo oral é considerado de forma positiva, sendo uma prática mais comum, enquanto que o sexo anal é referido de forma mais negativa, algo de que não se gosta muito, e/ou que não se tende a praticar com muita frequência: *“É assim, sexo anal já experimentei, mas não sou grande fã, posso já dizer. Ah, sexo oral gosto bastante”* (Diogo, 23 anos, estudante do ensino superior). Já para alguns jovens homens heterossexuais pode não existir essa curiosidade ou o respeito pela parceira, que, não querendo envolver-se neste tipo de práticas, refreia-os de tentar.

“Sexo anal não. Sexo oral sim. É assim, sexo oral é o que eu chamo..., pode-se incluir nos preliminares. [...] [Sexo anal] Apesar de alguns colegas dizerem: “é muito bom, tens que experimentar!”..., é assim, há que ter respeito pela outra pessoa e não vou estar “vá lá, vá lá...”. Não, respeito e pronto, não há. Também não preciso para minha satisfação própria que isso aconteça.” (Rui, 20 anos, estudante do ensino superior, operário)

Contudo, para um grupo minoritário de jovens mulheres, o sexo oral e/ou o sexo anal são algo que estas tendem a não fazer e que, sobretudo no caso do sexo anal, pode não estar no seu horizonte de possibilidades. Estas jovens podem associar o sexo anal e o sexo oral a práticas sujas, e o sexo anal ao medo e à dor: *“Mete-me um bocado de confusão! Porque, por exemplo, anal, no ânus...! [...] Fazes cocó por lá, mete-me um bocado de confusão. E o oral acho que é um nojo, sinceramente. [...] É a ideia que eu tenho: “não, não vais meter lá a boca, não!””* (Patrícia, 20 anos, estudante do ensino superior).

Existem ainda alguns jovens homens para quem o sexo anal, embora seja algo que ainda não conseguiram experimentar, faz parte dos desejos sexuais. Já no caso de um pequeno grupo de jovens mulheres (com uma escolaridade ao nível da licenciatura), o sexo anal é visto como algo que se faz

²⁶⁴ Do conjunto de jovens entrevistados, 12 das jovens mulheres e 7 dos jovens homens referem nunca ter experimentado o sexo anal; sendo que um dos casais entrevistados tentou, mas não conseguiu (o que faz desta prática algo de desconfortável para ela, e algo de deçado para ele). Entre os/as jovens que já experimentaram o sexo anal, há uma pequena diferença entre jovens homens e jovens mulheres, no sentido em que um pouco mais dos primeiros referem ter já praticado o sexo anal, relativamente às segundas (16 jovens homens e 13 jovens mulheres). Estes resultados vão de encontro aos dados dos inquéritos francês (Bajos e Bozon, 2010), italiano (Barbagli, 2010) e português (Ferreira e Cabral, 2010) sobre sexualidade e do inquérito brasileiro à sexualidade juvenil (Heiborn et al., 2006a; Heilborn e Cabral, 2006), que mostram como esta é uma prática menos generalizada, e, usualmente, mais experimentada por (jovens) homens do que por (jovens) mulheres.

com um parceiro especial, quando há confiança: “*Já experimentei, já fiz. [...] É uma sensação muito estranha. Isto é uma coisa que eu faço para alguém especial. Não faço com qualquer um*” (Dina, 29 anos, licenciatura, desempregada). A confiança com o parceiro, o conhecimento que se tem deste, e/ou o facto de este ser considerado como alguém “especial” são, assim, sublinhados como importantes para o envolvimento destas jovens no sexo anal. Mas os mesmos argumentos são, também, por vezes, usados como justificação para a prática de sexo oral. Se no caso do sexo anal o conhecimento do/a parceiro/a e a confiança neste/a dá alguma garantia de intimidade, que permite a realização desta prática, no caso do sexo oral, a intimidade revelada dá garantia de segurança e de “limpeza”²⁶⁵, aos/as jovens entrevistados/as: “*O sexo oral sempre foi mais fácil para mim do que o sexo anal devo dizer. [...] Nas outras relações, que não exigem compromisso nem nada, não tenho o hábito de fazer isso [...]. Acho que é preciso ter uma proximidade diferente*” (Raquel, 21 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego).

5.2.3. Relacionamentos sexuais e/ou amorosos, práticas sexuais e utilização de contraceptivos

Ora, um dos aspetos que teve influência nas mudanças da intimidade, associadas à sexualidade, diz respeito ao desenvolvimento de métodos contraceptivos, à sua cada vez maior utilização pelos indivíduos, e ao aparecimento do VIH/SIDA, que virou o olhar dos especialistas para a prevenção do risco, numa perspectiva medicalizada, assente no pressuposto da ação racional (ver capítulo 1 e 2).

Neste contexto, existem dados que apontam para uma tendência de aumento do uso do preservativo nos encontros sexuais (Dubois-Arber and Spencer, 1998) e de uma generalização do seu uso, entre os/as jovens, aquando da primeira relação sexual (Pais, 1998; Ferreira, 2010 d); Lagrange, 1997; Bozon, 2002 [2005], 2008; Beltzer et Bajos, 2008)²⁶⁶. Este aparece como um ritual inscrito no

²⁶⁵ Tal como acontece com a utilização da pílula, como se irá ver de seguida, o conhecimento do/a e a confiança com o/a parceiro/a aparecem, assim, como “símbolos” de pureza, de limpeza e saúde do/a parceiro/a, que permitem o não uso de um preservativo e a prática do sexo oral.

²⁶⁶ Segundo Ferreira (2010d), em Portugal, o uso do preservativo tornou-se predominante na iniciação sexual das novas gerações; sendo utilizado por 78,9% de homens e 82,5% de mulheres, entre os 18 e os 24 anos. Nesta faixa etária, o preservativo é aliás o método contraceptivo mais utilizado (por 51% dos/as jovens portugueses/as entre os 18 e os 24 anos), seguido da pílula (utilizada 45,7% dos/as jovens portugueses/as entre os 18 e os 24 anos) (Vilar, 2010). Já no grupo de idade seguinte, entre os 25 e os 34 anos, esta tendência inverte-se, sendo agora mais os/as jovens que utilizam a pílula (56,1%), seguido depois pelos/as jovens que utilizam preservativos (37%). Se se tiver em conta a posição perante a conjugalidade, percebe-se como a utilização de contraceptivos, nomeadamente da pílula e do preservativo, está estritamente relacionada com o tipo de relacionamento sexual e/ou amoroso em que se está inserido. Assim, se o preservativo tende a ser usado mais usado pelos indivíduos solteiros (61,7%), a pílula tende a ser mais usada pelos indivíduos a viver em conjugalidade (63,1% do/as coabitantes e 56% do/as casados). O peso do preservativo ao longo dos diversos escalões etários parece denotar o crescimento de uma atitude preventiva não só em relação à gravidez indesejada, mas em relação às infeções sexualmente transmissíveis, sobretudo comprovável nas gerações mais jovens (Vilar, 2010). No entanto Silva (2011), no contexto do seu trabalho de pesquisa, refere que o uso do preservativo masculino não está ainda suficientemente incorporado nos hábitos dos jovens homens, estando a recusa do uso o preservativo associada à ideia de diminuição do prazer na relação sexual e à oportunidade de concretizar a relação sexual, mesmo quando não se está prevenido.

guião da primeira relação sexual, que ultrapassa a questão da negociação, embora se mantenha marcado por relações de género (Beltzer et Bajos, 2008). As campanhas de prevenção contra a SIDA e as DST's²⁶⁷ desenvolveram o sentimento de necessidade da sua utilização, algo que é geralmente posto em prática, durante um certo período de tempo, no início de cada relacionamento com um(a) novo/a parceiro/a, antes que a relação sexual e amorosa se estabilize (Lagrange, 1997). Assim, à norma relacional da primeira relação sexual (Bozon, 2004; Le Gall, 2004), junta-se uma norma de proteção (Ferreira, 2010d) que leva os/as jovens a prevenirem-se contra a possibilidade de contraírem uma DST ou de engravidarem precocemente.

No caso dos/as jovens entrevistados/as neste estudo os motivos dados para a utilização do preservativo, na primeira relação sexual, prendem-se, sobretudo, com a sua inexperiência, e, também, com a prevenção das DST's e de uma gravidez não desejada. A questão da inexperiência dos/as jovens, nomeadamente das jovens mulheres, está relacionada com o facto destas, geralmente, não tomarem a pílula quando têm a sua primeira relação sexual, visto que o seu uso tende a ser associado a uma maior frequência de actividade sexual, com um parceiro estável: *“O preservativo. Porque acho que é o mais habitual utilizar na primeira relação sexual, porque as raparigas nem todas tomam a pílula logo no início”* (Andreia, 20 anos, estudante do ensino superior). Deste modo, pode levantar-se a hipótese de que o uso da pílula, antes de uma primeira relação sexual, poderia levar os jovens homens a pensar na premeditação deste ato por parte das jovens mulheres, o que vai contra o ideal de uma feminilidade convencional, que considera as jovens como mais passivas, e que pode por em causa a sua reputação (Thomson e Holland, 1998; Holland et al., 2004 [1998]). De acordo com este tipo de representações está o facto de vários/as jovens dizerem, frequentemente, que a primeira relação sexual é um momento que acontece no desenrolar de uma relação, e na sequência de um aumento da intensidade da intimidade entre os/as parceiros/as, sem que seja premeditada²⁶⁸. Por outro lado, a utilização do preservativo remete para a prevenção das DST's e de uma gravidez, a que está associado um medo, sobretudo da parte das jovens mulheres, de contrair uma doença e, especialmente, de engravidar, numa idade que não se considera adequada para a entrada em parentalidade²⁶⁹ (Marques, 2006): *“não tomava a pílula e tinha muito medo, muito medo de engravidar. E era mais, também, pelas doenças, mesmo se eu tinha confiança no meu parceiro, mas acho que tem que se usar”* (Rute, 22 anos, 12º ano incompleto, esteticista).

²⁶⁷ No caso de Portugal, há que referir a importância de instituições como a Associação para o Planeamento Familiar (APF) e o Instituto Português da Juventude (IPJ) para a difusão dos métodos contraceptivos, nomeadamente do preservativo entre os/as jovens.

²⁶⁸ De acordo com Wight (1992), nos encontros sexuais, tende a existir pouca comunicação sobre sexualidade (a que existe tende a ser não verbal e codificada), o que traz uma atmosfera de ambiguidade, por vezes deliberadamente mantida, explicando o porquê dos/as jovens referirem, frequentemente, que o ato sexual simplesmente ocorreu. Sobre a comunicação sobre contraceção com os/as parceiros/as ver capítulo 4.

²⁶⁹ Na sociedade atual a gravidez na adolescência é considerado um problema social, (ver, por exemplo, Marques, 2006). Ademais, atualmente existe um adiamento na parentalidade, na medida em que é considerado necessário um determinado conjunto de condições, de ordem familiar, económica e/ou profissional, para que os filhos surjam (Torres et al, 2008). Sobre este tema volta a falar-se no próximo capítulo.

Contudo, há um grupo de jovens que não utilizou qualquer método contraceptivo na sua primeira relação sexual. Embora este seja um grupo minoritário, caracteriza-se sobretudo pelo facto ser constituído por jovens com mais de 24 anos, o que vai de encontro à hipótese da existência de uma maior difusão das campanhas contra as DST's e a favor do uso do preservativo nas gerações mais novas (Ferreira, 2010d); sendo que no caso das gerações mais velhas tendia a haver menos informação. Tudo se passa como se para estes/as jovens mais velhos/as a norma de protecção não estivesse suficientemente difundida de modo a dar-lhes poder para negociar o uso do preservativo na relação sexual. Esta hipótese é reforçada pelo facto destes/as jovens justificarem, frequentemente, o não uso do preservativo na primeira relação em termos de falta de premeditação da relação sexual: *“Nada. Então, porque, foi a tal coisa, aconteceu naquela noite. Não estávamos à espera e, pronto, não havia nada ali a jeito. E nem sequer pensámos nisso! É mesmo irresponsabilidade”!* (Cátia, 27 anos, licenciatura, educadora de infância). A “euforia” sentida no momento pode ser também um factor que leva os/as jovens a “esquecerem-se” do uso do preservativo: *“Não sei. Foi pela euforia se calhar e mais fui avisado disso. Não sei, não sei, não me lembrei”* (David, 26 anos, 9º ano, serralheiro). Neste sentido, Thomson e Holland (1998) referem que acto sexual, quando entendido como um acto de paixão e desejo, deixa pouca relevância para uma consciencialização das relações de risco.

Acresce ainda que, segundo Thomson e Holland (1998) e Holland et al. (2004 [1998]), a ideia de que os/as jovens estão livres para escolher a forma mais racional de protecção ignora a natureza sistemática das desigualdades nas relações entre homens e mulheres. O contexto social do uso do preservativo pode ou não ser problemático para as jovens mulheres, dependendo das suas prioridades numa determinada relação, do grau de confiança com o/a parceiro/a ou de outros factores; mas o uso do preservativo permanece um foco de tensões sociais. Para as jovens pedirem para usar um preservativo pode ser embaraçoso e uma tarefa potencialmente subversiva. Quando a jovem mulher insiste no uso de preservativo, ela está a ir contra a construção da relação sexual como prazer natural dos homens e dever natural das mulheres. Deste modo, o discurso racional do sexo seguro, promovido como informação oficial, pode ser visto como indo contra a uma ideologia de feminilidade que constrói o sexo como o abandono do controlo em face do amor (Thomson e Holland, 1998; Holland et al., 2004 [1998]).

Contudo, tal como acontece em outros estudos (Beltzer et Bajos, 2008, Holland et al., 2004 [1998]; Lagrange, 1997; Levinson, 2003; Thomson e Holland, 1998; Vieira, 2009; Wight, 1992), o recurso ao preservativo começa a diminuir à medida que o relacionamento sexual e amoroso se desenrola e a relação se estabiliza, sendo substituído pela pílula. Neste contexto, distingue-se entre uma relação sexual esporádica e uma relação sexual num relacionamento estável, que se apresentam como dois mundos separados: um de pessoas familiares, em que as relações tendem a ser baseadas na confiança e em que os preservativos raramente são usados; e o resto do mundo, que é percebido como incerto e perigoso, em que as relações são baseadas mais na cautela e em que o uso do preservativo é

considerado essencial (Peto et al. 1998). Deste modo, quanto maior é a distância social, mais o preservativo é utilizado.

A necessidade de usar preservativo com um(a) parceiro/a que não se conhece e em quem não se confia totalmente, num encontro sexual esporádico, contrapõem-se, assim, à confiança e ao conhecimento que se tem com o/a parceiro/a estável e que permite que se deixe o preservativo, para passar à utilização de outros métodos contraceptivos, que visam apenas prevenir a gravidez. As lógicas de gestão das estratégias de contraceção e prevenção constroem-se assim de forma diferenciada consoante os relacionamentos sexuais e/ou amorosos em que se encontram os indivíduos (Beltzer et Bajos, 2008). Consequentemente, o perigo de contrair uma doença sexualmente transmissível não se apresenta da mesma forma numa relação sexual e amorosa estável e numa relação sexual esporádica (Lagrange, 1997), distinguindo-se entre a relação sexual com um(a) namorado/a, considerada como segura, e com um(a) parceiro/a esporádico/a, considerada como sexualmente perigoso/a (Thomson e Holland, 1998): *“É assim, eu conheço raparigas que saem à noite, se conhecerem um gajo vão lá. [...] Eu não fazia, sem saber que tipo de pessoa é que é. Se saem à noite, não usam preservativo. Sei lá se têm algumas doenças, sabes lá, não sei?!”* (Cátia, 27 anos, licenciatura, educadora de infância). Neste contexto, a confiança torna-se um aspecto significativo do contexto de tomada de decisão sobre o uso de preservativo, sendo que o envolvimento num relacionamento sexual e amoroso, sério e duradouro, pode traduzir-se naquilo a que Vieira (2009: 233) chama de “imunidade da relação séria”, isto é, no sentimento que os/as jovens não estão em risco de contrair uma DST, visto confiarem no/a parceiro/a. Esta transição do uso de preservativo, com um(a) parceiro/a novo, para a pílula com um(a) parceiro/a estável é, assim, carregada de significado simbólico e pode ser usada para significar a seriedade da relação (Holland et al., 1991).

“Sempre quando é uma diferente, a primeira é sempre com preservativo, mas quando é a namorar a sério tira-se o preservativo. Sinceramente fiz sempre com o preservativo, só quando comecei a namorar é que deixámos de fazer. Porque tenho confiança nela, ela tem confiança em mim.” (David, 26 anos, 9º ano, serralheiro)

Quando se pensa nas estratégias de prevenção das DST e de uma gravidez não desejada não se pode deixar então de sublinhar que estas estão envolvidas por significados mais largos da sexualidade e dos relacionamentos sexuais e/ou amorosos. Assim, para uma parte significativa dos/as jovens entrevistados/as a relação sexual acontece, preferencialmente, no contexto de um relacionamento amoroso, onde o conhecimento e a confiança se tornam fundamentais, e em que se torna possível a utilização da pílula, como meio contraceptivo de preferência, que não interfere numa relação sexual, que deve acontecer de forma natural e onde o prazer sexual não deve ser interrompido, como poderá ser sentido com o uso do preservativo.

5.3.As normatividades da sexualidade

No contexto das transformações sociais existentes no domínio da sexualidade, a questão dos valores e das normas ocupa uma posição central, sendo fundamental se se quer perceber as representações e as práticas da sexualidade. Embora se tenha falado nos valores e normas da sexualidade ao mesmo tempo que se foi dando conta do modo como esta é vivida e pensada, vai agora ter-se em conta as representações dos/as jovens sobre três questões que tendem a ser, atualmente, foco de tensões, controvérsias e/ou debates: o duplo padrão sexual, a infidelidade²⁷⁰ e as orientações sexuais não heterossexuais.

5.3.1. Do duplo padrão moral a um padrão singular da sexualidade: coexistências, permanências, mudanças e reconfigurações

Como se referiu anteriormente, entre as mudanças ocorridas no domínio da sexualidade, encontram-se uma menor diferença entre comportamentos masculinos e femininos, uma maior “permissão” para a procura do sexo pelo prazer, o aumento do número de parceiros/as, o alargamento do reportório sexual e o reconhecimento de maior legitimidade dos relacionamentos entre pessoas do mesmo género (Aapola et al., 2005; Bajos e Bozon, 2008; Bozon, 1998; 2005 [2002]; 2008; Barbagli et al., 2010; Bozon et Kontula, 1997; Ferreira, 2008; Ferreira e Cabral, 2010; Giddens, 1996; Jamieson, 2004 [1998]; Jaspard, 2005 [1997]; Jackson e Scott, 2004, 2010; Kimmel, 2000; Pais, 1998; Vasconcelos, 1997; Weeks, 2003 [1996], 2007). A sexualidade feminina exprime-se, assim, de forma mais exigente e ativa no quadro de relacionamentos estabelecidos, existindo um crescimento da margem de manobra das mulheres e um alongamento da sua vida sexual (Bozon, 1998, 2004, 2005 [2002]). Contudo, permanecem ainda diferentes possibilidades de vivência da sexualidade para jovens homens e jovens mulheres. Uma jovem que conheça, ao longo da sua vida sexual, múltiplas experiências “conhece fortes sanções de reputação” (Bozon, 2004: 21), o que não acontece no caso dos jovens que se encontram na mesma situação. Assim, segundo Bozon (2004, 2005 [2002]), mantém-se uma assimetria social entre os géneros, que tem como consequência uma forte suspeição em relação às mulheres que têm mais que um parceiro sexual, consideradas como fáceis; enquanto que os homens que têm muitas parceiras não conhecem esta desvalorização. E se o valor das mulheres está relacionado com a facilidade (ou dificuldade!) com que se entregam, o valor dos homens está relacionado com os seus objetos de conquista. Existe então uma oposição entre raridade (mulheres)/ número (homens) que se tornou numa estrutura psicológica profundamente interiorizada (Bozon, 2004, 2005 [2002]).

²⁷⁰ Relativamente à questão da infidelidade, atualmente, parece haver um grande interesse na existência dos relacionamentos sexuais paralelos e no conceito de poliamor.

De acordo com Holland et al. (1996, 1998) as reputações sociais são regularizadoras do comportamento, do conhecimento e das expectativas dos indivíduos, na medida em que são constituídas por normas do que deve ser o feminino e o masculino. À medida que os/as jovens entram na sexualidade ativa têm que lidar com relações de poder genderizadas, em que as jovens mulheres estão sob pressão de guardar a sua reputação e os jovens homens de mostrar a sua, embora estes/as possam resistir a efeitos específicos do poder (ou mesmo procurar ridiculizar a existência deste duplo padrão sexual). Os efeitos da reputação sexual tendem, assim, a ser vividos de forma diferente por rapazes e por raparigas, na medida em que, para os mesmos desejos, atitudes e comportamentos sexuais, homens e mulheres ganham reputações sexuais diferentes. Deste ponto de vista, a mulher que procura o prazer sexual é ainda considerada como um sujeito negativo; sendo que o desejo do sexo no feminino tem implicações custosas. As jovens mulheres estão, então, sob pressão para produzirem identidades sexuais femininas e corpos disciplinados²⁷¹. Estas pressões, controlos e regulações dos comportamentos femininos, não deixam de constituir, no entanto, processos complexos e negociados, que podem ser quebrados ou a que se pode resistir²⁷². Apesar de tudo, perder o controlo sob o seu corpo implica para as mulheres a perda da reputação. As jovens mulheres encontram-se, portanto, sob uma dupla pressão: por um lado, a de ter a sua primeira relação sexual, e, por outro lado, a de manter a sua reputação. Por seu turno, para os jovens homens, existe um ideal de construção de uma reputação sexual (Holland et al. 1996, 2004 [1998]).

Em Portugal, vários/as autores/as (Alferes, 1997; Pais, 1998; Torres, 1997, 2002; Vasconcelos, 1997) partilham a ideia de que, na última década do século XX, permanecia ainda o duplo padrão sexual, com a existência de uma maior permissividade para os homens e uma abstinência relativa para as mulheres, apesar da menor dramatização da existência de relações sexuais antes de uma possível entrada em conjugalidade (Pais, 1998). Mais recentemente, Ferreira (2008, 2010b, 2010c) dá conta de como as experiências múltiplas e os relacionamentos ocasionais sem enquadramento amoroso continuam a sancionar a reputação das jovens mulheres; enquanto que os homens, não se encontrando sujeitos ao mesmo tipo de censura, continuam a ver a sua masculinidade (re)confirmada através do número de parceiras sexuais com quem se envolvem.

Assim, se, por um lado, tanto para o contexto português como para o contexto internacional, os resultados de várias pesquisas (Bajos e Bozon, 20008; Barbagli et al., 2010; Bozon, 2005 [2002]; Crawford e Popp, 2003; Ferreira, 2010; Giddens, 1996; Policarpo, 2011a, 2011b; Plummer, 2003;

²⁷¹ Sobre esta questão ver também Aapola et al. (2005).

²⁷² Neste sentido, alguns jovens resistem à ideia de que os homens são todos iguais, procurando comportar-se de formas mais sensíveis (Holland et al., 1996, 2004 [1998]). Acresce ainda que rapazes e raparigas referem que o duplo padrão sexual está a mudar, dando conta de que as raparigas adquirem mais conhecimentos sexuais e expressam mais desejo sexual (Holland et al., 1996, 2004 [1998]; Holland, 2008, 2009). Deste modo, enquanto que alguns rapazes insistem na permanência do duplo padrão sexual, outros reconhecem e, frequentemente, acolhem bem a mudança para uma maior igualdade (Holland et al., 1996, 2004 [1998]). Para estes jovens, o facto das jovens mulheres poderem exprimir mais abertamente os seus desejos leva a que estas estejam mais disponíveis para eles, dando-lhes, assim, acesso a relações mais próximas e mais gratificantes em termos emocionais.

Weeks, 1998, 2006 [1986], 2007]) apontam para transformações profundas em termos de sexualidade e de vivência da intimidade, com uma transformação do e/ou da perda de importância progressiva do duplo padrão sexual, no sentido de um duplo padrão sexual atenuado (Vasconcelos, 1997) ou condicionado (Alferes, 1997) e da emergência de um padrão singular da sexualidade (Camolletto, artigo não publicado; Ramos et al.; 2005), em que há a possibilidade de negociação e de redefinição do duplo padrão sexual, e do seu desafio e/ou subversão por parte das jovens mulheres (Allen, 2003; 2007; Camolletto, policopiado; Holland, 2008; 2010; Jamieson, 2005 [1998]; Maxwell, 2007); por outro lado, a pesquisa quantitativa e qualitativa, dá conta da persistência de muitas características do duplo padrão moral da sexualidade e/ou da sua persistência, de formas diferentes, e da complexidade que as jovens mulheres sentem, frequentemente em negociar a sua reputação sexual (Aapola et al., 2005; Alferes, 1997; Beck e Beck-Gernesheim, 2001; Beres e Farvid, 2010; Bertone, 2010; Bozon, 2005 [2002]; Camolletto, 2010; Crawford e Popp, 2003; Ferreira, 2010b; Fonseca e Santos, 2011; Hamilton e Armstrong, 2009; Heilborn et al., 2006 a) e b); Holland et al., 1996; 2004 [1998]; Jackson e Cram, 2003; Jamieson, 2005 [1998]; Jackson e Scott, 2004; Kimmel, 2008; Policarpo, 2001; Silva, 2011; Vieira, 2009)²⁷³.

5.3.1. a) Uma coisa é o que a sociedade diz e outra o que eu penso – da existência do duplo padrão sexual na sociedade vs. a defesa pessoal de um padrão sexual singular

Este duplo padrão moral da sexualidade está claramente patente nos discursos dos/as jovens entrevistados/as. Neste sentido, para as jovens mulheres heterossexuais terem “muitos” parceiros sexuais significa serem condenadas – serem “quengas”, “prostitutas”, “cabras”, “quarras”, “galdérias”, “vadias”, “fáceis”, “oferecidas”, mulheres de menor valor, enquanto que para os jovens homens esta situação não parece ter uma reprovação moral; sendo uma situação considerada como normal, em que os homens são, frequentemente, denominados de “garanhões”.

Todavia, os/as jovens, concordando ou não com o envolvimento em relacionamentos sexuais esporádicos, tendem a distanciar-se deste discurso, referindo que são os indivíduos em geral – “a sociedade”, “a opinião pública”, quem faz este tipo de distinção, e não eles²⁷⁴. Como refere Pais

²⁷³ Por exemplo, Camolletto (policopiado) argumenta que existem quatro modos dos/as jovens se moverem dentro dos condicionamentos do duplo padrão sexual e de noções da sexualidade fortemente genderizadas: a complacência com o duplo padrão sexual, em que os/as jovens se submetem a guiões sexuais genderizados e reproduzem as noções dominantes de sexualidade feminina e masculina; a subversão ao duplo padrão moral da sexual, em que os/as jovens subvertem os guiões sexuais genderizados, tradicionais, por exemplo, quando as jovens mulheres descrevem a sua experiência sexual em termos de desejos, iniciativa e prazer, e os jovens homens enfatizam aspetos do que é considerado como o guião feminino: o envolvimento emocional e a intimidade com o outro; a construção de um padrão singular da sexualidade, ou seja de um guião sexual único e (aparentemente) neutro, que enfatiza as semelhanças entre os/as jovens, ignorando e/ou diminuindo as diferenças entre estes/as; a combinação de guiões sexuais múltiplos, em que diferentes discursos (convencionais e subversivos; hegemónicos e alternativos; tradicionais ou pós-tradicionais...), por vezes contraditórios, coexistem nas histórias do/as jovens.

²⁷⁴ Também Ramos et al. (2005: 183), num estudo realizado no ISPA, em Lisboa, dão conta de como as jovens inquiridas referem a existência de um duplo padrão sexual, ao nível do contexto social, contudo, estas

(2010: 28), "quando se veem ao espelho da sociedade, os inquiridos assumem-se, genericamente mais liberais", existindo, deste modo, uma "tensão entre um ideal longínquo (catapultado para outros generalizadas, subsumidos na representação da "sociedade") e o ideal próprio (o que cada inquirido pensa no contexto das suas circunstâncias)". Assim, no caso da maior parte dos/as jovens, há a defesa de uma equalização entre homens e mulheres²⁷⁵, em que se rejeita o duplo padrão sexual, com os diferentes valores atribuídos a um e a outro, relativamente às suas práticas sexuais, argumentando, antes, a favor de um padrão singular para ambos, em que os mesmos valores devem ser aplicados tanto a homens como a mulheres. Nos discursos dos/as jovens (embora na prática tal possa não acontecer) está, assim, patente um nova normatividade, idealizada, de igualdade entre homens e mulheres, ao nível das práticas sexuais, semelhante, por exemplo, ao que acontece ao nível da divisão do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos (o ideal do novo homem e novo pai, que partilha as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos)²⁷⁶.

“É, assim, a opinião geral que qualquer pessoa tem é que a mulher é uma prostituta por ter várias relações e o homem é um ganhão vá. [...] Mas eu acho que [...] todos somos livres de experimentar e todos somos livres de ver como é que é com esta pessoa, com aquela, sem compromissos.” (Patrícia, 20 anos, estudante do ensino superior)

“Se calhar, hoje em dia, ainda está muito aquela mentalidade se for um homem é um grande machão, se for uma mulher as coisas são vistas de outra maneira. Mas não podemos ver as coisas assim [...]. São ambos dois seres humanos. [...] É exatamente a mesma coisa. São maneiras de estar.” (Rui, 20 anos, estudante do ensino superior)

Neste sentido, é ainda interessante notar, que, como refere o Eurico, no meio homossexual, se um indivíduo tem muitos relacionamentos sexuais esporádicos pode, também, ser catalogado de “puta”:
“Um hetero mulher e um hetero homem, ela é uma puta, ele é um ganhão. E, neste meio, é precisamente a mesma coisa. [...] O que eu acho ridículo. [...] Existem aqueles que fazem com qualquer um e existam aqueles que são mais reservados, são mais seletos” (Eurico, 25 anos, estudante do ensino superior).

5.3.1. b) Resquícios tradicionalistas e duplo padrão sexual

Neste contexto de idealização da igualdade género, não é pois de estranhar que, apenas, uma minoria de jovens (nomeadamente jovens homens, com o ensino secundário ou menos) admitam concordar com o duplo padrão sexual e/ou refiram a sua desconfiança e sentimento de estranheza

defendem um padrão sexual singular, em que há uma “valorização de normas morais restritivas em relação à prática de determinados comportamentos sexuais, tais como: a prática de relações sexuais casuais e a prática de relações sexuais com muitos parceiros”.

²⁷⁵ A igualdade entre homens e mulheres passou a ser firmemente defendida nos discursos contemporâneos dos relacionamentos heterossexuais, com o aumento da ênfase no direito das mulheres ao prazer sexual e à liberdade de expressão sexual (Jackson e Scott, 2004, 2010). Contudo, é necessário sublinhar a persistência das desigualdades entre homens e mulheres.

²⁷⁶ Sobre esta questão ver, por exemplo, Torres et al. (2008).

perante as jovens que têm relacionamentos sexuais esporádicos e/ou que têm relações sexuais logo nos primeiros encontros, questionando a “facilidade” com que estas se “entregam”. Indo de encontro ao referido por Bozon (2005 [2002]), para estes jovens, o facto das jovens mulheres se envolverem em vários relacionamentos sexuais, leva a que sejam consideradas “fáceis”, levantando a suspeita de que, em caso de um namoro, estas poderão “facilmente” trair o parceiro. Já o facto de terem relações sexuais nos primeiros encontros pode pressupor que o fazem também com outros parceiros, e, logo, que têm vários parceiros sexuais. Ou seja, este tipo de práticas leva a que haja uma desconfiança em relação ao comportamento futuro da jovem mulher.

“Se for uma mulher [a querer ter uma relação sexual num primeiro encontro] o homem se calhar pensa “epá, foi muito oferecida, foi muito dada”. Logo no primeiro encontro não é muito normal [...] Se uma mulher é muito mais oferecida, [...] é um bocado estranho. [...] Mas por norma se é oferecida logo nos primeiros encontros com este, é oferecida com muita gente.” Joaquim, 26 anos, 12º ano, medidor orçamentista)

Este tipo de representações dá conta da distinção, encontrada noutros estudos (Almeida, 1995; Holland et al., 2004 [1998]; Maxwell, 2007), entre raparigas “boas” para namorar, decentes, e as outras. Assim uma jovem que controle a sua sexualidade e tenham um número mínimo de parceiros pode ser entendida como séria, como alguém com quem se pode ter um compromisso. Já uma jovem que tenham vários relacionamentos esporádicos e/ou que se envolva rapidamente numa relação sexual com um parceiro logo num primeiro encontro pode ver a sua reputação manchada.

5.3.1. c) Um padrão singular da sexualidade

Mas se, como se referiu, os/as jovens tendem a defender um padrão moral singular da sexualidade, os termos da sua aceitação são variados. Por um lado, há jovens que aceitam e/ou concordam com o envolvimento em relacionamentos sexuais esporádicos e com a possibilidade de se ter uma relação sexual no primeiro encontro, por outro lado, há jovens que discordam totalmente destas situações. Mais comum, no entanto, é os/as jovens aceitarem que outros se envolvam em relacionamentos sexuais esporádicos ou que tenham encontros sexuais num primeiro encontro, mas que eles próprios se recusem a fazê-lo. Veja-se então com um pouco mais de detalhe.

Aceitação e prática

Entre os/as jovens²⁷⁷, que aceitam os relacionamentos sexuais esporádicos e a existência de relações sexuais num primeiro encontro, há a ideia de que as pessoas devem fazer o que querem; não se julga. Patente nestes discursos está uma clara defesa da liberdade individual, em que cada indivíduo

²⁷⁷ Estes/as são jovens tendencialmente mais qualificados (com escolaridade ao nível do ensino secundário e da licenciatura) e menos religiosos (católicos não praticantes ou ateus); havendo um pouco mais de jovens homens do que jovens mulheres.

é livre de fazer o que quer²⁷⁸. Contudo, esta liberdade é limitada aos indivíduos solteiros, na medida em que a existência de relacionamentos paralelos, isto é da “infidelidade”, é, como se vai ver de seguida, largamente criticada.

Sublinha-se, sobretudo, a importância de que os indivíduos, que se envolvem nestes tipo de relacionamentos e práticas, saibam o que estão a fazer, que tenham responsabilidade – o “cuidado” (nomeadamente, ao nível do uso de contraceptivos), e que haja mútuo acordo entre os/as parceiros/as, relativamente ao que se está a fazer. Mas, a posição dos/as jovens sobre esta questão, não é necessariamente estática, podendo haver uma mudança de opinião, no sentido da maior aceitação deste tipo de relacionamentos, há medida que os/as jovens (especialmente, os jovens homens) se vão tornando mais velhos ou, pelo contrário, a sua menor aceitação, após um período em que os/as próprios/as jovens as fizeram²⁷⁹.

“Lá está, a cena do curtir, que é logo no primeiro encontro, normalmente é assim, e eu acho que isso é normal. Acho que não há mal nenhum nisso. Desde que usem preservativo [é igual para homens e mulheres]! Não conhecem a pessoa, aí é que tem que haver mesmo preservativo, devido às doenças. Não sabes com quem é que estás a fazer, mas não interessa, se te apetece...! E fazes com aquela pessoa. [...] Eu acho que se dá liberdade para fazer tudo. Nós estamos no século XXI, já não é como antigamente, não é?, que as pessoas pensavam muito: as mulheres não podem fazer determinadas coisas e os homens podem. Não, eu não critico isso, eu acho que tanto a mulher como o homem podem fazer o mesmo trabalho, podem fazer as mesmas coisas.” (Ana, 26 anos, 12º ano incompleto, desempregada)

Rejeição e evitamento

Contudo, o facto de se condenar a existência de um duplo padrão sexual, não significa de maneira nenhum que se concorde com os relacionamentos e as práticas sexuais esporádicos/as, antes pelo contrário. É assim que, para parte dos/as jovens²⁸⁰, o envolvimento em relacionamentos sexuais esporádicos e a existência de relações sexuais num primeiro encontro são considerados como errados,

²⁷⁸ Estes resultados vão de encontro aos dados de Camolletto (2010), segundo os quais a maioria dos/as italianos considera que no domínio da sexualidade não existe certo ou errado, e que cada pessoa deve fazer o que acha melhor. Contudo, a autora (Camolletto, 2010) refere que se mantém desigualdades nos valores morais relativos à sexualidade, em termos de género, de região de residência e de nível de instrução.

²⁷⁹ Nestes casos, os relacionamentos sexuais esporádicos tendem a ser percebidos como uma forma de ultrapassar a solidão que se sente, uma compensação para a auto-estima pessoal, e/ou uma forma de circundar um trauma existente, relativo a algum relacionamento sexual e amoroso, passado ou presente. Deste modo, o/a jovem pode sentir-se fragilizado/a, gostar de alguém que não retribui o sentimento e/ou ter tido um relacionamento sexual e amoroso que terminou mal, sendo que o curtir surge como uma forma de compensação, uma forma da pessoa se sentir melhor consigo mesma. Contudo, a curte tende, aqui, a ser vista como um engano, um ato negativo contra a própria pessoa, e/ou algo que se faz quando se está desorientado ou perdido.

²⁸⁰ São especialmente as jovens mulheres (sobretudo, as jovens mulheres menos escolarizadas, mas também as que frequentam a universidade e, ainda, alguns jovens homens), que defendem um duplo padrão singular, com condenação das relações sexuais esporádicas. Os/as jovens, com uma escolaridade igual ou inferior ao 12º ano, tendem a defender que as pessoas devem ter relações sexuais só após conhecerem o/a parceiro/a. Por seu turno, os jovens católicos participantes e não participantes com forte socialização religiosa tendem a condenar mais as relações sexuais esporádicas, sobretudo o facto de se ter uma relação sexual num primeiro encontro, do que os jovens ateus; e a considerar mais que, independentemente de haver ou não um tempo para que haja uma relação sexual, os indivíduos devem primeiro conhecer o/a parceiro/a.

tanto para homens como para as mulheres²⁸¹, podendo suscitar uma desconfiança em relação à moralidade do indivíduo que as pratica, que é pensado como não sendo de confiança como potencial parceiro²⁸². Este tipo de relacionamentos são, geralmente, percebidos como precipitados e como formas de prazer “instantâneo”, opondo-se aos seus valores individuais e podendo causar um sentimento de estranheza. Denotando a importância da sexualidade relacional, estes são tipos de relacionamentos e de práticas que vão contra a ideia de sentimentalização da relação sexual, em que esta apenas tem significado num relacionamento, com sentimentos envolvidos, e contra o ideal de intimidade revelada, em que o conhecimento do/a parceiro/a se torna essencial. No mesmo sentido, pode considerar-se que este tipo de práticas sexuais esporádicas são um ato egoísta, que contrasta, portanto, com a ideia de que a relação sexual, para ser boa, deve envolver uma troca mútua de prazer (tem-se prazer por se dar prazer), ou seja, com um ideal de democratização e de reciprocidade dos relacionamentos sexuais e amorosos. Por fim, é ainda referido que ter uma relação sexual num primeiro encontro é considerado como uma prática de risco.

“É assim, sei que há um estereótipo entre as mulheres que fazem..., que têm muitos relacionamentos chamam-lhes nomes feios, enquanto aos homens não. Para mim não tem qualquer diferença, tanto é uma pessoa assim pouco séria, a meu ver, um homem que tem muitos relacionamentos, como uma mulher. Não há diferença nenhuma entre o sexo. [...] Se calhar, se me aparecesse um homem à frente dentro desse tipo eu provavelmente teria o pé atrás. [...] Acho que é precipitado [ter uma relação sexual num primeiro encontro]. [...] Eu para ir para a cama com alguém tenho que gostar muito dessa pessoa e tenho que ser muito cúmplice com ela, e acho que não é em meia dúzia de horas que nós conhecemos a outra pessoa. Porque eu posso dizer que tenho x idade, posso dizer que me chamo assim, posso dizer que trabalho ali ou acolá, mas na verdade ser tudo uma grande farsa.” (Cristina, 18 anos, 12º ano, barmaid)

A liberdade individual VS a restritividade pessoal

Como se referiu em cima, é muito comum que os/as jovens²⁸³ aceitem o envolvimento em relacionamentos sexuais esporádicos e as relações sexuais num primeiro encontro para os indivíduos em geral, mas que eles próprios se distanciem deste tipo de relações e práticas. Mais uma vez está aqui subjacente o princípio de liberdade individual, em que cada um faz o que quer com a sua vida,

²⁸¹ Neste sentido, ao contrário de serem as jovens mulheres a procurarem imitar os comportamentos masculinos, ao nível da sexualidade, como é, geralmente, referido (e motivo de preocupação para alguns sectores da opinião pública), estes/as jovens defendem antes uma maior aproximação a comportamentos, geralmente, mais associados com a feminilidade.

²⁸² Fonseca e Santos (2011: 154) referem, também, que os jovens homens que se envolvem em muitas curtes ganham uma “fama” negativa, como “comilhões”, deixando, assim, de ser considerados como parceiros adequados para namorar e casar. Contudo, segundo Jackson e Cram (2003), para as jovens que entrevistaram, a condenação da promiscuidade masculina e a subversão do termo garanhão, não parece funcionar como uma oposição firme ao duplo padrão sexual.

²⁸³ Tanto homens como mulheres falam na questão da aceitação restrita dos relacionamentos sexuais esporádicos, no entanto, enquanto as jovens mulheres no geral tendem a defender este princípio, no caso dos jovens homens, são, sobretudo, os com o ensino secundário ou menos que o tendem a fazer. Em termos de posição perante a religião, existem jovens católicos não praticantes, jovens sem religião e jovens católicos não praticantes mas com forte socialização religiosa a dizer que aceitam que os outros tenham relações sexuais esporádicas, mas que não o fazem. Assim, se os jovens, tendencialmente, mais católicos tendem a dividir-se entre uma aceitação restrita e uma condenação das relações sexuais esporádicas, os/as jovens que consideram não ter religião tendem a dividir-se entre a sua aceitação e a sua aceitação restrita.

mas o próprio não faz. Tal como acontece com os/as jovens que condenam claramente este tipo de práticas e de relacionamentos, as justificações para o seu evitamento prendem-se, sobretudo, com a importância atribuída à sentimentalização do ato sexual e à existência de uma intimidade revelada com o/a parceiro/a (a importância do conhecimento e da confiança) e a preocupação com os comportamentos de risco e a possibilidade das DST's. Pode ainda considerar-se que o facto da relação sexual ocorrer num primeiro encontro banaliza-a ou que, se as pessoas se querem envolver neste tipo de relacionamentos, devem mantê-lo em privado.

“[Ter uma relação sexual num primeiro encontro] acho que é uma pessoa que se oferece demasiado fácil e se se oferece demasiado fácil é porque algo há. Não sei, para se oferecer assim..., tanto o homem como a mulher, é porque, se calhar, estava assim demasiado carente ou então porque estava muito desesperado ou então não sei... [...] Eu sou uma pessoa que respeito sempre assim... o seu tempo. Não é: posso-me precipitar, entrego-me assim totalmente... Acho que não deve ser assim, na minha opinião, porque, posso cometer um erro que depois quero remediar e não posso remediar... [...] É assim, cada um sabe de si. E eu para mim, não quero isso para mim. Mas pronto, respeito a decisão de cada um. Se bem que eu acho que isso às vezes desvaloriza o ser humano. As mulheres e homens. [...]. Acho que uma pessoa valorizada basta apenas uma pessoa que a complete, não precisa de mais, estás a perceber? Então uma pessoa que tenha muitos parceiros, toda a gente já a conhece... É como um carro, por exemplo [...] um carro que toda a gente se serve já não é nada exclusivo, já ninguém lhe dá, se calhar, o devido valor, não é?” (Frederico, 25 anos, 12º ano, vigilante)

O distanciamento que os/as jovens fazem daquilo que dizem ser o “pensamento da sociedade” em relação ao duplo padrão sexual e a aceitação generalizada dos relacionamentos sexuais esporádicos, ao mesmo tempo que vários/as jovens afirmam não fazê-lo, dá conta da necessidade de prestar atenção às “descoincidências entre o que se afirma ao nível da opinião e o que na verdade se pensa ou se pratica” (Torres, 1996: 16), às descoincidências entre a vida vivida e as interpretações feitas dessa vida vivida (Holland e Thomson, 2009), e há possibilidade de existência de uma maior “abertura e tolerância face aos comportamentos dos outros do que os que se aceitam para si próprio” (Torres, 1996). Acresce ainda que, ao nível do discurso tende a reproduzir-se aquilo que é considerado adequado num determinado contexto, embora na prática “um conjunto de circunstâncias impõe-se e constriam a ação, levando a que se faça quase o que tem de ser feito” (Torres, 2002: 111). Tal como refere Lahire (2005: 37-38), os indivíduos são “portadores de múltiplas disposições, que não encontram sempre contextos de atualização”. Assim, se o fazer tem por referência o que é dito, sofre também diversos condicionamentos (Torres, 2002), de modo que entre o dizer e o fazer pode não haver correspondência (Almeida, 1986). A possibilidade que os indivíduos têm de interiorizarem determinadas crenças sem que depois tenham os meios para as respeitar, concretizar, atingir ou cumprir, ou o facto de os atores interiorizarem normas, valores ou ideais sem que tenham adquirido os hábitos de ação que lhes permitem atingir esses ideais, podem ajudar a justificar esta diferença entre o que os atores dizem e aquilo que fazem (Lahire, 2005).

5.3.2. A infidelidade “é muito má”, mas...!

Apesar da existência de uma maior tolerância em relação às práticas sexuais, a monogamia, no seio do casal, continua a ser fortemente defendida, e, por conseguinte, a infidelidade, e, especialmente, o adultério, condenados (Jackson e Scott, 2004). Contra a ideia bastante generalizada de liberdade individual, também a maioria dos/as jovens condenam a infidelidade não só para si, mas para todos os outros indivíduos²⁸⁴. Como referem, Bajos et al. (2008), Camolletto (2010), Heilborn et al. (2006a), ou Weeks (2007), a monogamia funciona como uma norma largamente aceite e interiorizada enquanto os/as parceiros/as se mantêm juntos. Deste modo os/as jovens acham preferível que os/as parceiros/as se separem e consideram que estes deviam falar um(a) com o/a outro/a antes de recorrerem a terceiros/as²⁸⁵. No entanto, tende a haver uma compreensão da infidelidade em determinadas situações: maus-tratos; ausência prolongada do/a parceiro/a; ausência/diminuição do número de relações sexuais com o/a parceiro/a; saturação da relação conjugal; sentimento de aprisionamento dentro da relação conjugal e/ou necessidade de procurar algo mais. Pode perceber-se, então, que para os/as jovens a infidelidade está, sobretudo, relacionada com a existência de problemas no relacionamento do casal.

“Epá, não gosto [da infidelidade]. E acho que é assim, uma pessoa quando está a ser infiel, se não gosta da pessoa, primeiro diz logo. Quando isso ocorre é porque alguma coisa está mal, e então ou fala com a parceira ou com o parceiro [...], para falarem sobre isso, para verem o que está errado ou certo, ou não sei quê; ou então acabam a relação que é mesmo assim.” (Catarina, 22 anos, 9º ano, empregada de balcão)

Contudo, alguns/algumas jovens falam na possibilidade de perdoar uma infidelidade, no caso do/a parceiro/a contar a verdade, o que denota mais uma vez a importância da intimidade revelada, neste caso, da comunicação com o/a parceiro/a, para o bom desenvolvimento do relacionamento.

A exceção à regra é constituída por um pequeno grupo de jovens, homens e mulheres, heterossexuais e não heterossexuais, mais qualificados (a frequentar a universidade ou já com licenciatura), e católicos não praticantes ou não religiosos. Por um lado, estes/as jovens relativizam a existência de parceiros/as paralelos/as, em termos do contracto existente no casal, no sentido em que,

²⁸⁴ Singly (1996), para a última década do século XX, tinha já dado conta de como a importância da fidelidade (percebida como a exclusividade de determinadas práticas na vida do casal, nomeadamente das relações sexuais) não diminuiu. Para o autor, esta manutenção da importância fidelidade resulta do facto de uma das funções do casal ser a validação de Eu, o dar sentido à unidade. Deste modo, as relações sexuais têm também o papel de (re)assegurar a existência de dois Eus unidos e unitários, através da comunicação dos corpos. Consequentemente, a prática sexual, quando os indivíduos se encontram numa relação estável, não é uma prática comum, que pode ser renegociada do mesmo modo que outras, em nome da autonomia (Singly, 1996). Acresce ainda que, segundo Jackson e Scott (1997, 2010), embora tenha havido uma abertura em relação às escolhas de atividades sexuais, estas acontecem ainda dentro de padrões limitados, em que a heterossexualidade monogâmica (embora possa ter sofrido algumas transformações) mantém a sua hegemonia e continua a ser estruturada à volta de hierarquias de género.

²⁸⁵ Neste sentido, Camolletto (2010), refere que a infidelidade tende a ser representada como uma falta de sinceridade para com o/a parceiro, denotando uma representação do amor baseada na construção da intimidade como um espaço de abertura ao outro, de revelação da vulnerabilidade do eu e de apoio mútuo, isto é, de intimidade revelada (Jamieson, 1998) ou de relação pura (Giddens, 1996).

se existe um acordo de abertura na relação, a existência de outro/a parceiro/a é aceitável, caso contrário não. Por outro lado, podem questionar a importância de um relacionamento sexual esporádico e não continuado no tempo, realizado num curto período de tempo, e no qual não existem sentimentos envolvidos, quando consideram que um relacionamento sexual e amoroso, sério e duradouro, é muito mais do que um ato sexual, deixando a decisão ao modo como cada pessoa se sente com a sua consciência.

“Eu dantes pensava que se a pessoa... se concordassem podiam ter coisas fora do casamento ou fora do namoro, se as duas pessoas concordassem. E se uma não concordasse achava também bem. Só que como eu concordava [...] e o [parceiro] não, nem sequer falávamos muito sobre isso. Porque eu achava bem: “à não sei quê, ter uma coisa fora de vez em quando não há mal nenhum”. Mas agora já começo a pensar diferente, mas começo a pensar diferente, porque tive a [filha]. Então acho que a pessoa deve é falar sobre a fidelidade, se acha que deve ter coisas fora ou não e chegarem os dois a uma conclusão. Se pensarem os dois iguais, tipo “ai, acho bem”, então tudo bem tenham coisas, mas desde que depois digam.” (Matilde, 25 anos, licenciatura, desempregada)

5.3.3. A aceitação do relacionamento e do casamento entre pessoas do mesmo género vs. o problema da adoção

Embora hajam alguns limites à aceitação do relacionamento e do casamento entre pessoas do mesmo género, a maioria dos/as jovens aceita que os indivíduos do mesmo género se relacionem de forma sexual e/ou amorosa e que se casem. Independentemente de se olhar para a homossexualidade como algo “natural” ou como “escolha”, e apesar da persistência de formas subtis de homofobia (patentes, por exemplo, no facto de alguns/algumas jovens referirem que cada um pode fazer o que quer, desde que não os/as incomodem, ou na dificuldade que estes/as dizem sentir em ver determinadas práticas sexuais, como os beijos, em público²⁸⁶), há, sobretudo, a ideia de liberdade individual. Tal como referem Bragg e Buckingham (2010), os/as jovens raramente discutem a sexualidade gay e lésbica em termos de certo ou errado, fazem-no antes em termos de determinação pessoal, de autenticidade do Eu e de respeito pelas ideias dos outros. Mais do que códigos morais externamente impostos, os ideais de felicidade, honestidade e de liberdade pessoal aparecem destacadamente como escolhas éticas (Bragg e Buckingham, 2010).

²⁸⁶ Também Pais (2012) dá conta de que, entre os/as jovens que entrevistou, existe uma atitude de tolerância, especialmente, entre as jovens, em relação aos indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual, mas que esta não significa sempre uma aceitação livre de preconceitos. Neste sentido, sobretudo, entre os rapazes, existe uma forte preocupação em demarcar territórios e distâncias. Por seu turno, Vieira (2009) dá conta de uma aceitação ao, nível discursivo, de uma identidade sexual não heterossexual, ao mesmo tempo que os/as jovens, especialmente os jovens homens, delimitam claramente um espaço entre o nós (heterossexuais) e os eles (homossexuais), dando assim conta da manutenção da ideia da “anormalidade” das orientações sexuais não heterossexuais e da discriminação em termos de orientação sexual, mesmo que de formas mais subtis. Por conseguinte, a autora (Vieira, 2009: 252) argumenta que “a marca do contexto de heterossocialização, deixa perceber que a integração [dos indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual] se faz mais pela exigência de tolerância para com a diferença do que pela defesa do direito à igualdade, dado que o “normal” desempenho das práticas homossexuais passa pela sua não exteriorização em público”.

“Ah, a homossexualidade sempre existiu, apesar de estar escondida sempre existiu e é assim uma pessoa não pode julgar o livro pela capa, sempre ouvi dizer isso, não é? Uma pessoa... lá por uma rapariga gostar de outra rapariga ou um rapaz gostar de outro rapaz não quer dizer que sejam diferentes. Gostam na mesma, é amor na mesma e eu conheço rapazes e raparigas que namoram com outros rapazes e raparigas, do mesmo sexo, e dão-se super bem, e são pessoas 5 estrelas, e nada de criticar, não tenho nada a dizer sobre essas pessoas e não critico. E mesmo casamentos, hoje em dia casamentos entre os mesmos sexos, é a vida das pessoas, cada um tem a sua vida. Ninguém tem nada a ver com isso, cada um tem as suas escolhas. Somos livres.” (Vera, 23 anos, 11º ano incompleto, empregada de restaurante)

Apenas uma minoria de jovens homens e mulheres, especialmente com o 12º ano de escolaridade ou menos, refere abertamente não concordar com os relacionamentos entre pessoas do mesmo género, defendendo, numa forte ideologia heteronormativa, em que se considera que essa não é a “lei da vida” ou que “Deus fez homem para a mulher e a mulher para o homem”: *“Epá, fogo! Credo! A minha opinião é que isso não devia de ser... É assim, cada um é como cada qual, não é? Mas eu não vejo isso com bons olhos, não é? Se Deus fez o homem para a mulher e a mulher para o homem. Pelo menos foi o que aprendi e fui educado assim.” (António, 23 anos, 9º ano incompleto, pedreiro).*

No entanto, quanto à adoção a situação é mais complexa, sendo que os/as jovens dividem-se em 4 posições: *os favoráveis* (18) - grupo que reúne o maior número de jovens, sendo constituído tanto por homens como por mulheres (no caso das mulheres são, sobretudo, as jovens com ensino secundário e mais, enquanto que os jovens homens estão mais distribuídos pelos diferentes níveis de escolaridade); *os favoráveis reticentes* (12), na medida em que salientam “os problemas” da adoção nos casais constituídos por duas pessoas do mesmo género - grupo mais pequeno, constituído tanto por homens como por mulheres dos diversos níveis de escolaridade; *os ambíguos* (7), que tanto salientam aspetos negativos como aspetos positivos da adoção por parte destes casais, sem contudo definirem a sua posição, como a favor ou contra - grupo mais pequeno constituído tendencialmente por mulheres; e *os contrários* (12), que se opõem claramente à adoção por este tipo de casais, considerando-a, frequentemente como “contranatura” - grupo constituído por um pouco mais de homens do que de mulheres, sendo que estes tendem a ter uma escolaridade ao nível do ensino secundário, e pelos/as jovens católicos/as não praticantes com forte socialização religiosa. O argumento principal contra a adoção por casais constituídos por duas pessoas do mesmo género está, mais uma vez, relacionado, com a normatividade da heterossexualidade: a ideia que a criança precisa de um pai e de uma mãe, e de que a sociedade é rígida por relacionamentos heterossexuais, de modo que se uma criança se apresenta em sociedade (nomeadamente quando as crianças vão para a escola) com dois pais do mesmo género vai ser ridicularizada.

“Agora se duas mulheres quiserem ter uma relação, porque é que não hão-de ter, ou dois homens quiserem, são livres de fazer isso. Desde que sejam felizes, acho muito bem que o façam. Agora, sei lá, terem bebés, filhos, acho muito confuso, como é que uma criança chega à escola e diz: “não, eu não tenho um pai e uma mãe, eu tenho duas mães ou eu tenho dois pais”. Sabes que depois as crianças dizem as coisas com um à vontade que podem ferir os outros miúdos, mas eles nem queriam ferir. Mas sai-lhes, eles são tão inocentes que dizem as coisas. [...] E acaba-se por gerar conflitos sem razão nenhuma. E, depois, é assim, o ser humano foi feito um homem e uma mulher para terem os seus filhos. Não foi duas

mulheres terem, [...] Duas mulheres não conseguem ter filhos, só se fizerem uma coisa in vitro ou uma coisa qualquer. Dois homens também não conseguem ter filhos, só se adotarem e fizerem isso. Isso não concordo muito.” (Carla, 28 anos, 12º ano, empregada de supermercado)

Por seu turno, os argumentos a favor da adoção por casais homossexuais remetem para: o facto de os/as jovens considerarem que as crianças podem ser bem ou mal tratadas tanto por casais heterossexuais como por casais homossexuais (a questão da diferença entre pessoas e não entre géneros ou orientações sexuais), e para a existência de muitas crianças em instituições, que se considera, como no caso do Renato (22 anos, estudante do ensino superior), estarem melhor numa família, “mesmo” que constituída por indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual: “*As crianças que vão ser adotadas vão receber muito mais amor, muito mais carinho e muito mais atenção numa família, que seja de dois homens ou de duas mulheres, ou de um homem e uma mulher, do que em qualquer instituição. [...] É sempre uma família*”.

Mas como é que os/as jovens, que se autoidentificaram como gays, lésbicas e bissexuais, percebem a aceitação dos indivíduos com uma identidade não heterossexual na sociedade portuguesa? Numa clara distinção de género, os jovens homens consideram que não houve mudanças significativas no país quanto à aceitação dos indivíduos com uma identidade sexual não heterossexual, existindo ainda muitas pessoas com uma mentalidade “retrograda”, “atrasada”, permeada pela intolerância e a não-aceitação²⁸⁷. Embora, se possa considerar também que a homossexualidade está na moda em certos meios, ou que, entre as mulheres, ter um amigo homossexual é algo que se deseja.

“É assim, Portugal é um dos piores sítios para se viver, sendo homossexual. [...] Continua a haver muita homofobia, mas acho que ela hoje é encarada como sendo uma coisa mais moda. À hoje é tão moda ser-se gay! [...] E acho que as pessoas encaram a homossexualidade muito bem em Portugal [...], até ao dia em que tenham alguma na família! Ou seja, “à, eu sou muito de acordo...Ah eu gays não tenho problema nenhum”. Mas se calhar se essa pessoa vier a saber que o filho dela ou o sobrinho ou o tio, ou o pai, que é...a opinião dela vai mudar, eu tenho a certeza absoluta [...]. Depois as mulheres adoram ter um amigo homossexual. E os homossexuais adoram ter as amigas. [...] Mas é óbvio que eu às vezes vejo casos que não tem nada a ver, vejo assim casos isolados. [...] Eu conheço pessoas que olham para mim como olham para ti, sem por a sexualidade à frente. [...] Mas acho que a nível geral as pessoas encaram dessa maneira, percebes?” (Nuno, 27 anos, estudante do ensino superior, união de facto, gay, sem religião)

Já entre as jovens mulheres, embora se considere que ainda existe homofobia na sociedade portuguesa e o medo de assunção da identidade sexual, sublinha-se, por um lado a progressão existente nesta, no sentido de uma maior aceitação e tolerância dos indivíduos com uma identidade sexual não heterossexual, mesmo em face da maior visibilidade do tema nos media, e a necessidade de os indivíduos serem mais abertos sobre as suas identidades, de modo a que estes possam também ser mais compreendidas e aceites na sociedade. Por outro lado, estas jovens fazem depender a

²⁸⁷ No sentido da permanência da homofobia em Portugal, Oliveira et al. (2010) dão conta de como os indivíduos que inquiriram consideram que as regiões do Norte e do Centro estão entre as regiões de Portugal em que há menor facilidade em falar sobre a identidade sexual, uma menor possibilidade de abertura sobre uma identidade sexual não heterossexual com a família e onde existe maior dissimulação identitária.

existência ou não de homofobia das diferentes regiões do país, do aspeto dos indivíduos com uma orientação sexual não heterossexuais e/ou das idades no ciclo da vida. Assim, por exemplo, nas regiões do interior e/ou nas regiões mais ruralizadas considera haver-se um maior tradicionalismo, relativamente às zonas mais urbanizadas. É referido, ainda, haver uma maior aceitação de uma identidade sexual lésbica, em que as mulheres se conformam com uma identidade de género feminina, do que das restantes identidades sexuais, na medida em que a relação sexual com duas mulheres é uma fantasia sexual, geralmente, atribuída aos homens, e as expressões de carinho são mais, facilmente, aceites entre as mulheres, fazendo mesmo parte da sua feminilidade²⁸⁸, ao contrário do que acontece entre os homens, em que a exibição de masculinidade exige o afastamento de comportamentos que possam ser considerados como efeminados, como o são, frequentemente, as expressões de intimidade.

“Depende das zonas em que estamos e depende do teu aspeto físico. Ai está, eu já estive em Lisboa a viver, [...] e eu cheguei a ver casais de lésbicas, tipo rapazolas, aquelas mais camionistas, cabelo curto, vestida a homem, de mão dada e os rapazes que passavam ao pé delas era só bocas e ofendiam-nas, e chamavam-lhes nomes. Mas se vissem duas raparigas todas Xpto, com saltinhos e calcinha de ganga, de mão dada, aos beijos, era só (assobia), era assobios, era tudo: “eh, gaja boa” e não sei quê [...]. Talvez os homens sejam muito mais recriminados do que as mulheres. As lésbicas femininas são muito mais aceites do que os homens ou as lésbicas camionistas, mas também depende. [...] Depende de zona para zona a mentalidade, se for uma população mais envelhecida é claro que vai ser condenada e vai ser criticada, se for uma população mais jovem depende do teu aspeto. [...] As mulheres por norma são mais comunicativas e mais físicas umas com as outras. Cumprimentam-se com beijos, os homens é um aperto de mão, é aquele afastamento, é assim. [...] No mundo heterossexual chega-se um amigo hetero ao pé do outro, eles não se beijam na cara, é um aperto de mão, “estás bom, não sei o que”, afastamento, se se tocam “ah desculpa, desculpa e não sei quê”. É natural que isso torne os homossexuais menos aceites. Porque [...] não é muito aceite dois homens haver contacto físico, duas mulheres já é mais.” (Teresa, 28 anos, 12º ano, escritora, com namorada, lésbica, católica não praticante)

Relativamente ao casamento entre pessoas do mesmo género²⁸⁹, independentemente da importância que dão a este (algo de que se falará no próximo capítulo), os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual defendem a sua legalização²⁹⁰, usando três tipos de discursos interrelacionados: um discurso de direitos humanos²⁹¹, um discurso de liberdade pessoal, e um discurso de similaridade entre os casais heterossexuais e não heterossexuais. Assim, a possibilidade de um casamento civil representa em primeiro lugar um direito humano dos indivíduos LGBT..., que devem, deste modo, ser tratados como cidadãos iguais aos indivíduos não heterossexuais, e que os

²⁸⁸ Neste sentido, tal como refere Vieira (2009), a aceitação da homossexualidade feminina poderá ser mais aparente do que real, visto que expressa, frequentemente, não a aceitação de uma identidade sexual não-heterossexual, mas o voyeurismo masculino relativamente às práticas sexuais entre mulheres.

²⁸⁹ Sobre a posição dos/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual sobre a parentalidade, e, mais especificamente sobre a adoção, falar-se-á no próximo capítulo.

²⁹⁰ Lembre-se que, à data da realização das entrevistas, a legalização do casamento entre pessoas do mesmo género ainda não tinha sido aprovada em parlamento, embora fosse um assunto discutido, por exemplo, nos meios políticos e nos media. Foi, depois, a Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio, que veio permitir “o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo”.

²⁹¹ Oliveira et al. (2010) dão conta de como, para os indivíduos que inquiriram, há uma forte valorização da equalização dos direitos humanos para as pessoas com uma orientação sexual não heterossexual, como a defesa do casamento entre duas pessoas do mesmo género e a possibilidade de adoção por parte destes casais.

pode proteger legalmente em situação de separações ou de morte de um(a) dos/as parceiros/as, como refere, por exemplo, o Francisco (26 anos, licenciatura, perito/formador): “*Aos olhos do sistema jurídico, eu acho que é crucial reconhecer-se a união de facto homossexual, pelo que as pessoas possam vir mais tarde a desentenderem-se [...] e ter que recomeçar tudo do zero custa muito*”. Em segundo lugar, de acordo com um discurso de liberdade pessoal, os indivíduos, no geral, devem ter o direito de “escolher” a “opção” que mais lhe agrada, neste caso casar ou não. Por fim, os/as jovens sublinham a semelhança entre indivíduos heterossexuais e não heterossexuais, na sua humanidade, na sua capacidade de amor e de entrega a um(a) outro/a, na partilha de uma vida em comum e/ou no bom ou mau funcionamento do relacionamento.

Mas qual é então a importância dos posicionamentos sociais dos jovens para as práticas e representações dos/as jovens relativamente à sexualidade? Embora, se tenha a vindo a tentar mostrar as diferenças e semelhanças entre os/as jovens em relação à sua posição na estrutura social, vai olhar-se de seguida, de forma resumida, mas mais direcionada, para o modo como uma orientação sexual não heterossexual, a posição perante a religião, e o género se articulam com o modo como este/as se movem no domínio da sexualidade.

5.4. A importância do posicionamento social na compreensão das práticas e das representações da sexualidade

No capítulo 2, deu-se conta da importância da estrutura social e, por conseguinte, dos posicionamentos sociais dos indivíduos para as suas representações e práticas da sexualidade. Referiu-se, ainda, no capítulo 3 que, embora se considere que os indivíduos têm espaços de ação, deve pensar-se que esta é condicionada pelos contextos económicos, sociais, culturais e históricos nos quais os indivíduos se movem, tanto ao nível global como ao nível local e da interação. Neste sentido, foi-se procurando mostrar como diferentes condições sociais podem estar relacionadas com diferentes formas de comunicar (ou não), viver e pensar a sexualidade. É neste seguimento que se vai olhar agora especificamente para algumas questões relativas à posição social dos/as jovens, como a assunção de uma orientação sexual não heterossexual, a manutenção, embora diminuída, da influência da religião no domínio da sexualidade, e a complexidade da articulação entre género e sexualidade.

5.4.1. Quando a orientação sexual não é a predominante

A maior parte dos/as jovens entrevistados/as consideram que nunca se sentiram atraídos/as por ninguém do mesmo género²⁹². Apenas um pequeno grupo de jovens mulheres refere ter-se envolvido

²⁹² Contudo, é necessário notar que esta questão foi introduzida após a realização de cerca de meia dúzia de primeiras entrevistas. No caso destas, apenas se pode inferir a posição dos/as jovens perante uma possível

já em práticas sexuais com outras mulheres, por exemplo, no contexto de uma relação sexual a três (com um homem e uma outra mulher) ou através dos beijos e carícias que se dão, geralmente, no contexto dos tempos de sociabilidade e lazer, como parte de alguma brincadeira ou como demonstração de uma intimidade, geralmente permitida às jovens mulheres, mas não aos jovens homens: “É, assim, não vou dizer que gosto de raparigas, porque não gosto. Gosto do meu namorado. Mas já tive aquelas aventuras de miúda, de garota, de um beijinho aqui, e tipo de raparigas darem beijinhos a outras raparigas” (Vera, 23 anos, 11º ano incompleto, empregada de restaurante).

Mas, tal como referem, por exemplo, Aboim (2010a), Bajos e Beltzer (2008) e Brandão (2010), ter práticas sexuais com uma pessoa do mesmo género não significa que o indivíduo se identifique com uma identidade sexual não heterossexual. No contexto deste estudo, os/as jovens autodefinidos/as como não heterossexuais são apenas uma minoria. Contudo, tendo em conta que se pretendia analisar trajetórias sexuais e amorosas de jovens para vida adulta, considerou-se importante procurar alguns/algumas jovens com uma orientação sexual não heterossexual²⁹³, para dar conta (ainda que de forma limitada) da diversidade de pessoas que o conceito de jovens adultos/as engloba. Assim, como se referiu, foi no “Bar” que se procurou ativamente e encontrou os/as jovens gays e lésbicas²⁹⁴ que acederam a participar neste estudo, sendo que os/as jovens autoidentificados/as como bissexuais²⁹⁵

atração e/ou relacionamento com pessoas do mesmo género, indirectamente, através, por exemplo, dos/as parceiros/as que estes/as referem ter ou dos relacionamentos sexuais e/ou amorosos em que se envolvem, ou seja, no modo como se posicionam perante a heterossexualidade. Contudo, tem que se reconhecer que o mais que se pode fazer aqui é presumir esta heterossexualidade, na medida em que os/as jovens podem ter “optado” por falar em parceiros/as do género oposto, por exemplo, como forma de salvaguarda pessoal contra uma possível exposição e/ou receio de homofobia, ou simplesmente porque o assunto não foi, diretamente, abordado, na situação de entrevista. Neste sentido, Seidman (2003) refere que atualmente é comum as pessoas tomarem como garantidas as suas identidades sexuais e definirem-se através destas como heterossexuais, homossexuais ou, por exemplo, bissexuais. Contudo, enquanto que para os gays e para as lésbicas a asserção pública da sua identidade sexual tende a ser difícil, no caso dos indivíduos heterossexuais, a sua identidade é assumida quando eles falam do/as seus/suas namorado/as ou ao expressar a sua atracção por pessoas do género oposto.

²⁹³ De acordo com Seidman (2003), a situação dos/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual ilustra a situação contraditória em que vivem, atualmente, os indivíduos não heterossexuais. Assim, por um lado, muitos/as jovens reconhecem e aceitam a sua homossexualidade, em idades cada vez mais novas, em relação aos indivíduos das gerações anteriores, na medida em que: foram expostos a modelos homossexuais, vêem indivíduos homossexuais retratados nos media, têm amigos/as ou parceiros/as homossexuais e/ou fazem parte de uma comunidade homossexual. Por outro lado, vivem no contexto de instituições heterossexuais, muitas vezes homofóbicas, como a escola ou a família. Por conseguinte, estes/as jovens podem experienciar dor, confusão ou isolamento, em face da falta de apoio da família ou da possibilidade de falar com alguém no grupo de pares, como se viu já ter sido, por exemplo, o caso da Teresa. Os indivíduos com uma identidade sexual não heterossexual têm assim que, segundo Seidman (2002), gerir o significado e o lugar da sua identidade sexual, num contexto em que existe uma certa possibilidade de escolha pessoal, ao mesmo tempo que navegam um mundo público que continua a colocar riscos para eles.

²⁹⁴ Sobre as mulheres que se auto-identificam como lésbicas e/ou que têm práticas e relacionamentos sexuais e/ou amorosos com outras mulheres, ver por exemplo, o estudo de Brandão (2010).

²⁹⁵ Connell (2000) e Oliveira et al. (2010) referem a invisibilidade da bissexualidade. Esta é, por vezes, considerada por outros indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual como algo que “não é carne, nem peixe”; ou seja, em que os indivíduos não têm a “coragem” suficiente de assumirem a sua “verdadeira” identidade sexual (Connell, 2000; Costa et al., 2010b; Seidman, 2003).

assumiram esta identidade sexual²⁹⁶, no decorrer da entrevista, quando havia uma “presunção”, da parte da investigadora, da sua heterossexualidade.

Ora, estes/as jovens, com uma orientação sexual não heterossexual, se, por um lado, têm vários aspetos em comum com os/as restantes jovens, por outro lado, têm, também, algumas especificidades. Como referem Peplau et al., (2004 [1996]), as experiências de relacionamentos de lésbicas, gays e heterossexuais têm várias communalidades, contudo, estes distinguem-se em termos do contexto social em que as suas vidas ocorrem, na medida em que os casais heterossexuais tendem a ter vários apoios sociais e institucionais, enquanto que os casais constituídos por pessoas do mesmo género são, muitas vezes, objeto de preconceito e discriminação²⁹⁷. Assim, relativamente às representações e práticas da sexualidade, pode dizer-se em primeiro lugar, que os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual tendem a considerar ter uma maior diversidade de experiências sexuais (ou a considerar que existe maior diversidade de experiências sexuais no “mundo” não heterossexual), sendo que, alguns/algumas destes/as se encontram, entre os/as jovens que mencionam ter tido um maior número de parceiros/as sexuais (dez e mais parceiro/as)²⁹⁸.

Contudo, e apesar do número de jovens entrevistados/as que se consideram gays, lésbicas ou bissexuais ser pequeno, este é um grupo diverso. Assim, em termos de iniciação sexual, existe: um grupo constituído por três das jovens lésbicas (a Mariana, a Liliana e a Teresa), e pelos/as jovens que se autoidentificam como bissexuais (o Fernando e a Matilde), que têm uma primeira relação sexual com um parceiro do género oposto, durante o período da adolescência: *“Ah, iniciei a atividade sexual aos 15 anos com homens, pronto, que achava uma coisa normal, até que depois aos 18 anos tive a minha primeira vez com uma mulher, e desde aí para a frente tenho estado com mulheres só, mais*

²⁹⁶ Mas enquanto o Fernando fala da sua bissexualidade em termos de sentimentos, atracção sexual e envolvimento em práticas sexuais (para) com homens e mulheres, embora com uma certa inclinação para os primeiros, a Matilde refere-se à sua atracção tanto por homens como por mulheres, desde nova, e a sua abertura para ter relacionamentos sexuais e amorosos com ambos, mas a “nível teórico” (Rust, 2004 [2001]), na medida em que está, atualmente, envolvida num relacionamento heterossexual monogâmico. Deste modo, segundo Rust, a bissexualidade não têm que implicar necessariamente a existência de contacto sexual com homens e mulheres, envolvendo acima de tudo sentimentos de atracção sexual e abertura para ter relações sexuais tanto com homens como com mulheres (embora possam existir preferências por eles ou por elas). Por conseguinte, para a autora (Rust, 2004 [2001]), a bissexualidade envolve uma vasta gama de experiências, podendo por isso ser considerada como uma identidade mais flexível e aberta, que permite uma maior liberdade e expressão do Eu.

²⁹⁷ Embora seja notado que há uma tendência para a maior abertura e uma certa normalização das orientações sexuais não heterossexuais, vários/as autores/as dão conta do preconceito e discriminação que ainda existem em relação a estas (Aboim, 2010; Bajos e Beltzer, 2008; Connell, 2000, 2003 [1995]; Costa et al., 2010a, 2010b; Oliveira et al., 2010; Peplau et al., 2004 [1996]; Savin-Williams, 2004 [1996]; Seidman, 2002; Seidman et al., 2004 [1999]; Vieira da Silva, 2006; Weeks, 2007; Weeks et al., 2001). Neste sentido, Oliveira et al. (2010) referem que, em Portugal, o insulto é utilizado como forma de estigmatização dos indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual. De forma semelhante, Vieira da Silva (2006) mostra como os indivíduos que inquiriu foram, sobretudo, sujeitos a uma violência simbólica, expressa por olhares, gestos ou comentários.

²⁹⁸ Apesar de, como se referiu anteriormente, vários dados apontarem para a valorização, por parte dos indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual, dos relacionamentos sexuais e amorosos, sérios e duradouros, os encontros sexuais esporádicos não deixam de fazer parte do seu reportório sexual, podendo haver uma alternância entre relacionamentos sexuais e amorosos, “sérios” e duradouros, e relacionamentos sexuais casuais e esporádicos (ver, por exemplo, Connell, 2000, 2003 [1995], Mutchler, 2000 ou Weeks et al., 2001).

nada” (Liliana, 23 anos, 11º ano incompleto, empregada de restaurante); um segundo grupo de jovens, constituído por dois jovens gays (o Eurico e o Nuno) e uma jovem lésbica (a Vanessa), que se iniciam sexualmente mais tarde, em face de uma forte auto-inibição em relação à sua orientação sexual: “Eu fui virgem até aos 18 anos [...]. Aliás, eu primeiro que me envolvesse com alguém foi um castigo. [...] Eu era completamente homofóbica. Portanto, sei que a primeira vez que dei um beijo na boca foi aos 18 anos. [...] Eu era mesmo muito fechada nesses aspetos.” (Vanessa, 29 anos, estudante do ensino superior). Por fim, os dois últimos jovens que se autoidentificam como gays (o Francisco e o Jorge) iniciam-se sexualmente, com menos de 15 anos, em brincadeiras e experiências com colegas e/ou amigos, sem que haja uma assunção da orientação sexual entre eles.

“Opá, na adolescência aparecem sempre aquelas brincadeiras com os colegas e não sei quê. Até alguns colegas são heterossexuais. [...] Era com amigos, era a curiosidade. Ah, “porque é que ficas ereto, porque é que isto, porque é que aquilo, o que é que tu tens aí, o que é que tu não tens aí?”. Opá, essas coisas. [...] Beijinhos, ah, mexer, tocar. Opá, aquela curiosidade. [...] Antes dos 10 anos já as tinha. Foi muito cedo. [...] Mas, ah, com colegas, por exemplo, tens educação física, tens balneários, tens... vais vendo, porque é que aquele é assim, porque é que aquele é assado, qual é a diferença, aquele é isto, aquele é aquilo, aquele tem assim, aquele tem assado. Ah, e pronto, e depois é, há aqueles encontros, há aquelas curiosidades, há o mexer, tocar, epá, é mesmo assim, é por aí.” (Jorge, 23 anos, 12º ano, designer gráfico)

No que diz respeito ao modo como estes/as jovens representam a sexualidade, é acima de tudo, a importância da linha de género que fica visível. Assim, embora mais uma vez se afirme a complexidade das representações sexuais e o uso combinado dos guiões sexuais, as jovens lésbicas tendem a sublinhar um pouco mais, embora não exclusivamente, as questões dos sentimentos e da intimidade revelada em articulação com a sexualidade, enquanto que os jovens gays e o jovem bissexual tendem a incorporar nas suas representações o prazer, o desejo e a necessidade sexual, apesar destes poderem também ser articulados com uma sexualidade mais relacional²⁹⁹. É neste sentido que Vance (1984) argumenta que a orientação sexual não é a única diferença entre as mulheres, nem mesmo a diferença sexual mais significativa.

Mas estes/as jovens diferenciam-se, também, relativamente à assunção da sua orientação sexual perante os outros significativos, na medida, em que, geralmente, não se fala a terceiros de questões relacionadas com a identidade sexual, quer porque se considera este como um assunto privado, quer porque não se acha necessária a existência de rótulos, e/ou porque se considera, como referido

²⁹⁹ No mesmo sentido, Aboim (2010a), Maia (2010) e Vieira da Silva (2006) dão conta de uma feminilidade mais relacional e de uma masculinidade mais liberta e experimentalista entre os/as inquiridos/as/entrevistados/as que já tiveram uma experiência não heterossexual e/ou que se identificam com uma orientação sexual não heterossexual. Também, Brandão (2010) mostra como, para as mulheres que entrevistou, a dimensão emocional e afectiva surge em primeiro lugar em relação à dimensão sexual, enquanto que os relacionamentos gays são representados como mais carnisais. Por seu turno, Weeks et al. (2001) referem que, embora tanto gays como lésbicas valorizem uma prática sexual associada com uma sexualidade relacional e procurem envolver-se em relacionamentos sexuais e amorosos, sérios e duradouros, a ideia de que as mulheres necessitam, mais do que os homens, associar um sentimento afectivo à prática sexual e de que estas são mais carinhosas está também presente.

anteriormente, que existe ainda homofobia na sociedade portuguesa³⁰⁰. Como referido por Costa et al (2010), parece existir o medo de uma possível discriminação, em função da orientação sexual não heterossexual do indivíduo, mesmo quando os/as jovens não foram pessoalmente alvo de preconceito.

“Não devo contar porque não há necessidade de contar. Porque eu ia sofrer, as pessoas iam tratar-me de maneira diferente, porque não conseguiam separar as coisas, infelizmente é assim. Eu por exemplo se tivesse no meu trabalho e dissesse isso [...] o ambiente que se ia criar era muito mau e eu continuava a ser a mesma pessoa que sempre fui.” (Jorge, 23 anos, 12º ano, designer gráfico)

No caso dos/as jovens que falam da sua orientação sexual aos amigos e/ou à família, o motivo que os/a leva a falar do assunto é a necessidade que estes/as podem sentir em clarificar sua situação perante os outros significativos (em quem tendem a confiar), naquilo que é a procura de uma aceitação do Eu, de autenticidade para si próprios/as e para aqueles/as que lhes são importantes e da exigência do direito ao respeito por aquilo que se é (Seidman, 2002). Indo de encontro aos dados de Oliveira et al. (2010), os/as amigos, geralmente aceitam a orientação sexual dos/as jovens, servindo, frequentemente, como uma fonte de apoio³⁰¹ para eles/as, como se pode ver pelo exemplo do Francisco.

“Na faculdade, acho que todos nós temos aquele grupo mais restrito, que é aquele com que fazemos os trabalhos, com que vamos para a paródia, com que desabafamos. E foi com esse grupo que eu falei, que eu me manifestei e que tive todo o apoio e toda a compreensão. Para mim isso era uma novidade. [...] Sentes-te mais aliviado, porque a determinada altura, ah, por muito estranho que pareça existe uma... necessidade de te abrires e de partilhares aquele fardo que carregas à não sei quantos anos. E foi muito bom de facto os meus amigos continuarem a ser os meus amigos pelo que eu sou e como sou, basicamente no que for preciso. [...] Eu é que equacionava aquilo como um fardo, porque nunca era compreendido. [...] No momento em que começou a ser compreendido deixou de ser um fardo. Partilhar isso é bom.” (Francisco, 26 anos, licenciatura, perito/formador)

³⁰⁰ Vários autores (Connell, 2000; Oliveira et al., 2010; Peplau et al., 2004 [1996]; Seidman, 2002; Seidman et al. 2004 [1999]; Taylor, 2011b; Vieira da Silva; 2006) dão conta da perceção, que os indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual têm da necessidade de cautela em relação aos indivíduos a quem assumem a sua identidade sexual. No entanto, de acordo com Seidman et al. (2004 [1999]) e Seidman (2002), para muitos indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual, no contexto dos EUA, os seus comportamentos, nas áreas centrais das suas vidas, não são sistematicamente moldados pela necessidade de esconder e gerir a sua orientação sexual não heterossexual ou as suas escolhas divididas entre negar a sua orientação sexual e viver uma vida dupla. Antes, estes indivíduos têm agora que decidir como viver as suas vidas públicas de maneira a integrar a sua orientação sexual, ao mesmo tempo que têm que decidir a quem assumir a sua identidade sexual. Neste sentido, algumas das decisões que envolvem o encobrimento da identidade sexual relacionam-se com o modo como se devem criar fronteiras sobre o Eu, entre aquilo que é informação privada e pública. Segundo os autores, a decisão de assumir ou não a identidade sexual está relacionada, entre outros aspectos, com o medo de discriminação, a culpa ou a vergonha, porque consideram que este é um assunto pessoal, porque a assunção de uma orientação sexual não heterossexual pode envolver, involuntariamente outros significativos (como a família e/ou os/as amigos/as), ou porque se deseja minimizar estereótipos. Por seu turno, os indivíduos podem assumir a sua identidade sexual de modo a conseguir e a manter intimidade, para ganhar respeito por si e pelos/as seus/suas parceiros/as, para evitar o desconhecimento e/ou para integrar a sua orientação sexual nas suas vidas quotidianas (Seidman, 2002; Seidman et al., 2004 [1999]). Taylor (2011a, 2011b) chama ainda a atenção para a importância da classe social nos processos de saída do armário.

³⁰¹ Sobre a importância da amizade para os/as jovens ver capítulo 4.

Já a família de origem, e para parte destes/as jovens, após aquilo que costuma a ser um choque inicial, tende também a apoiar e a respeitá-los/as³⁰², como fica claro pelo caso da Mariana (24 anos, licenciatura, empregada de balcão/barmaid): *“Quando ela descobriu, [...] ela aceitava, mas não aceitava, porque é complicado... mais “para a sociedade” era o que ela dizia, porque é muito difícil ser homossexual. Só que, é o que ela diz: “o meu amor supera isso tudo, e eu aceito”*. Contudo, como se referiu no capítulo 4, alguns destes pais podem evitar falar no assunto, visto que, embora tenham um bom relacionamento com os/as filho/as, a questão da não conformidade, àquilo que é a norma heterossexual, pode ser ainda um pouco difícil de encarar ou de entender. Acresce ainda que, outro grupo de jovens, não falaram de todo, com os pais, sobre a sua orientação sexual, sobretudo pelo receio, real (como nos casos da Teresa e do Francisco) ou imaginado (no caso do Eurico), de uma posição homofóbica por parte destes, com a possibilidade de uma expulsão de casa (como de facto aconteceu no caso da Teresa). Mas, como referido no capítulo anterior, é, ainda, a questão do relacionamento com os pais e/ou a falta de comunicação sobre sexualidade com estes/as que pode fazer com que haja uma recusa em conversar-se sobre o tema.

Qual é então a importância da identidade sexual para estes/as jovens? Mais uma vez a questão centra-se, sobretudo, numa procura de autenticidade do Eu. A aceitação de uma orientação sexual não heterossexual não é fácil para vários/as deste/as jovens, que partilham, frequentemente, ideias heteronormativas e, por vezes, sentimentos homofóbicos, com os seus pais e/ou com a sociedade que os/as rodeia. Neste sentido, a confrontação com o desejo por pessoas do mesmo género pode ser percebida como algo de muito complexo, que se tem dificuldade em aceitar, que se quer negar ou reprimir³⁰³, e que pode levar a conflitos interiores entre as diferentes disposições do indivíduo, resultantes em sentimentos de frustração, ou mesmo depressão (Lahire, 2005). Contudo, ao longo das suas trajetórias de vida estes/as jovens vão aceitando a sua orientação sexual, com a ajuda de

³⁰² Estes dados vão de encontro aos resultados apresentados por Seidman (2002), dando conta da heterogeneidade de reações da família perante a assunção de uma identidade sexual não heterossexual por um dos seus membros. Contudo, de acordo com o autor (Seidman, 2002), a tolerância tende a ser o padrão mais geral, no sentido, em que não havendo necessariamente uma aceitação, também não há uma rejeição do indivíduo. Assim, diferentes famílias, diferentes pessoas na mesma família e/ou o mesmo familiar ao longo do tempo podem ter uma dificuldade inicial em lidar com a situação, seguida por uma aceitação, ou podem, por exemplo, tolerar a situação, mas não gostar de falar sobre ela e/ou entrar em contacto com essa parte da vida do familiar. Já a quebra de relações com a família tende a não ser feita de ânimo leve, em face da importância que esta adquire para os indivíduos.

³⁰³ Deste modo, Vieira da Silva (2006) refere que, entre os indivíduos que inquiriu, os sentimentos e emoções mais experimentados, aquando do reconhecimento de uma orientação sexual não heterossexual, sobretudo no período da adolescência, são, na sua maioria, negativos. De acordo com o autor, “a interiorização do preconceito e da homofobia em que [o indivíduo] foi sociabilizado explicam a natureza negativa dos sentimentos e emoções vividas” (Vieira da Silva, 2006: 67). Estes foram, aliás, os casos de alguns/algumas dos/as jovens entrevistados/as, como a Mariana ou o Jorge, que apesar de, atualmente, aceitaram bem a sua identidade sexual, debateram-se com os seus sentimentos quando mais jovens. Acresce ainda que, tal refere ainda Vieira da Silva (2006), alguns/algumas dos/as jovens integraram, quando mais novos, sentimentos de homofobia, o que os/as levou a uma maior dificuldade de aceitação e/ou reconhecimento de si, como aconteceu com a Teresa e com a Vanessa.

amigos/as, do contacto com pessoas com a mesma orientação sexual, e/ou da inserção numa comunidade (como referido, também, no capítulo anterior).

“Foi mau, porque eu não aceitei, porque eu não aceitava. Fogo, isso não podia estar a acontecer comigo...! Porque era muito complicado. Porque eu sabia o que é isso implicava. Ter que lutar muito e que enfrentar muita coisa [...] Porque eu vivia no mundo heterossexual, não é? Não conhecia ninguém, supostamente... E depois quando comecei a frequentar o mundo gay, aí foi a evolução para eu me definir completamente e ter confiança e aceitar, e isso foi fundamental. Não era a única... [...] Para mim, para eu me definir, para eu me aceitar. Foi, porque eu não aceitava. Primeiro pela sociedade, porque nós crescemos assim, com o preconceito, e por ser complicado. Segundo: para me sentir à vontade comigo mesma e com os outros e estar com os outros e estar bem com a sociedade. Isso foi fundamental. E para ver que não sou a única pessoa.” (Mariana, 24 anos, licenciatura, empregada de balcão/barmaid)

Para os/as outros/as jovens, a perceção de que têm uma orientação sexual não normativa não lhes traz quaisquer problemas, podendo optar-se pelo silêncio como medida de autoproteção, como aconteceu com o Eurico (25 anos, estudante do ensino superior): *“Eu reagi bem. Caladinho, reagi bem. Estou na minha, acabou. Depois ainda ia fazendo pesquisas na internet e... até que comecei a ver como é que este meio funcionava”*.

A partir do momento em que os/as jovens aceitam a sua orientação sexual, a assunção de uma identidade sexual, sobretudo, enquanto gays e lésbicas, significa para eles/as a definição do que querem, a aceitação de quem do que são e o aumento do conhecimento do Eu, que traz consigo um aumento de bem-estar³⁰⁴: *“É eu aceitar-me como eu sou, é eu conhecer-me [...]. Aceitei, sou feliz com quem sou hoje, gosto da minha pessoa. Estou comigo vinte e quatro horas por dia, [...] se eu aceito quem eu sou, se eu gostar de mim, sou feliz” (Teresa, 28 anos, 12º ano, escritora)*. E tal como vários autores (ver, entre outros, Foucault, 1994; Weeks, 1987, 2006 [1986]; Jackson e Scott, 2010) referem, para alguns/algumas deste/as jovens, a identidade sexual é considerada como estando no centro da sua identidade pessoal, revelando o seu verdadeiro Eu. É esta que os define enquanto pessoas que são, no seu modo de vida³⁰⁵.

No entanto, como se pode ver pelo exemplo da Vanessa, esta definição pode restringir-se apenas a uma dimensão das suas vidas, sendo que a pessoa é considerada como tendo uma maior diversidade de características, que não só a questão da orientação sexual³⁰⁶, e que estas até poderão constituir

³⁰⁴ Neste sentido, Seidman (2002) argumenta que, hoje em dia, tende a existir, nos EUA, a ideia de que é mais fácil ser-se homossexual e possível ser-se tratado com respeito pela sociedade. Estes sentimentos têm por base a existência de um sentido de integridade pessoal e de direito; isto é, o direito a amar, ao bem-estar, ao respeito e à igualdade de oportunidades.

³⁰⁵ Também Oliveira et al. (2010) mostram como, no contexto português, e para os indivíduos que inquiram, a identidade sexual, embora possa ser sentida como vista de forma negativa por outros/as, é uma parte importante das suas identidades.

³⁰⁶ Estes dados vão de encontro ao referido por Seidman (2002) e por Seidman et al. (2004 [1999]), quando estes argumentam que existem indivíduos para quem a homossexualidade não representa os seus Eus verdadeiros, sendo que para estes indivíduos a identidade sexual é minimizada, sem que esta situação constitua uma aversão ou uma alienação deles/as próprios/as. Acresce ainda que para os indivíduos que fazem da sua identidade sexual uma parte integrante do seu Eu, esta parte de si pode ser marginalizada sem ter consequências negativas para eles.

aquilo que se considera ser um traço mais forte da sua identidade: *“O mais marcante até é a minha personalidade, que eu tenho uma personalidade muito forte. [...] [Ser lésbica] Define-me só nisso. De resto, eu sou uma pessoa completamente normal”* (Vanessa, 29 anos, estudante do ensino superior); ou mesmo não ter qualquer importância, como refere a Liliana (23 anos, 11º ano incompleto, empregada de restaurante): *“Não tem aquela importância. É um facto normal. O facto de eu ser lésbica é como ter amigas minhas que são heteros, é a mesma coisa”*.

Ora, havendo diferenças no modo como os/as jovens sentem a sua orientação sexual, não é pois de estranhar que nem todos/as consideram que esta tem implicações na sua vida quotidiana. Considerando a identidade sexual como algo de privado, alguns/algumas destes/as jovens referem que têm apenas que ter cuidado quando falam de si: *“Faço e converso de precisamente tudo. Tipo, a única coisa que não posso falar é sobre este meio com o pessoal hetero [...]. Não é não poder, neste momento é ter um certo cuidado. [...] Para não haver certos conflitos, certos murmurinhos”* (Eurico, 25 anos, estudante do ensino superior). No entanto, para a maioria destes/as jovens, a assunção de uma identidade sexual não heterossexual tende a ter algum tipo de implicação. Para elas e para eles, há, geralmente, um sentimento de maior à vontade no seio da “comunidade do “Bar”, onde, como mencionado no capítulo anterior, sentem que podem ser mais autênticos, do que entre indivíduos heterossexuais. Acresce ainda que, a necessidade que alguns destes/as jovens dizem sentir em mentir ou omitir, no seio da família e/ou da sociedade, nomeadamente quando se trata de expressões públicas desta identidade, como nas expressões de intimidade³⁰⁷ (especialmente, no caso dos homens, pela sua maior visibilidade), ou as dificuldades sentidas relativamente à “rotinização institucional”³⁰⁸ (Seidman et al., 2004 [1999]; Seidman, 2002), por exemplo, no que diz respeito à adoção de crianças, traz à luz as implicações, mesmo que não reconhecidas, da assunção de uma identidade sexual não heterossexual.

“É assim, embora eu faça ou tente fazer para não implicar, implica. Porque há coisas que tu não queres mostrar, há coisas que tu não queres que se saibam, há coisas que tu tens que fazer escondidas. Portanto, é normal que uma pessoa homossexual perante o mundo hetero seja mais escondido, ou não conte, ah, ou seja, ou esteja fugido ou não se sabe onde é que anda. Sim, há certos aspetos que se mudam na vida sim. “E onde é que foste?”, “fui...” e mente-se, e mente-se, pura e simplesmente, mente-se.” (Jorge, 23 anos, 12º ano, designer gráfico)

³⁰⁷ Neste sentido, Savin-Williams (2004 [1999]) mostra como os namoros juvenis entre parceiros/as do mesmo género são, frequentemente difíceis de criar e de manter, na medida em que, face a possíveis atitudes discriminatórias do grupo de pares, os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual tendem a não assumi-la e/ou a esconder os seus relacionamentos sexuais e amorosos perante os/as outros, como aconteceu, por exemplo, com a Mariana, durante o tempo de liceu, com a sua primeira namorada.

³⁰⁸ De acordo com Seidman et al. (2004 [1999]) e Seidman (2002), nos EUA, tende a existir, atualmente, uma “normalização e uma “rotinização, isto é, uma aceitação subjetiva e uma integração social das identidades sexuais não heterossexuais, embora incompletas, de modo que a existência de uma vida dupla (com padrões de encobrimento e de gestão pessoal) são menos definidoras das vidas destes indivíduos. Os autores (Seidman, 2002; Seidman et al., 2004 [1999]) distinguem ainda entre rotinização institucional (incorporação de políticas e de práticas, nas organizações, que não subordinem os indivíduos não heterossexuais) e interpessoal (modos informais através dos quais os indivíduos integram a sua orientação sexual não heterossexual nas suas vidas sociais quotidianas), sendo que os indivíduos normalizam e rotinizam a sua homossexualidade em graus diferenciados, ao longo das suas trajetórias de vida.

5.4.2. Da (não?!) importância da religião nas representações e práticas da sexualidade

De acordo com vários trabalhos (Fernandes, 2003; Menéndez, 2007; Monteiro, 2011; Pais, 2001), tal como como acontece noutros países da Europa, existe, atualmente, em Portugal, uma tendência para a individualização³⁰⁹ da religião. A religiosidade tende a ser mais atenuada, a ter menor importância na vida dos indivíduos, e as crenças a estarem mais dissolutas (Menéndez, 2007). Num contexto, onde existe uma valorização crescente da liberdade pessoal e das autonomias individuais, a decisão de acreditar torna-se cada vez mais pessoal e privada (Fernandes, 2003; Menéndez, 2007; Monteiro, 2011; Pais, 2001). Os crentes constroem, assim, a sua relação com a religião, em função das suas próprias experiências e expectativas pessoais, bem como da sua trajetória familiar; havendo uma recomposição do universo religioso em que alguns elementos são valorizados, enquanto outros são postos nas periferias ou são pura e simplesmente abandonados. As representações religiosas tornam-se, deste modo, “recursos culturais”, em que os indivíduos desenvolvem formas de reelaboração dos símbolos religiosos que lhes são fornecidos pela religião institucionalizada, dando-lhes formas e conteúdos mais alinhados com os seus interesses (Costa et al., 2010; Fernandes, 2003; Menéndez, 2007; Monteiro, 2011; Pais, 2001)³¹⁰. É neste contexto que Ferreira (2011: 281-282) argumenta existir uma progressiva laicização da sociedade portuguesa que “implicou uma desvinculação progressiva das normas religiosas relativas ao campo sexual, que tendiam a circunscrever as práticas ao âmbito da reprodução e a confinar o exercício da sexualidade ao perímetro institucional da família, com a consequente negação ou não reconhecimento da sexualidade pré-conjugal”. Deste modo, para o autor, a diminuição “da influência religiosa abriu o campo da experimentação sexual nas novas gerações” (Ferreira, 2011: 281-282).

Contudo, apesar do consenso sobre o declínio do poder de imposição das normas religiosas no domínio da sexualidade, o resultado de vários estudos (Alferes, 1997; Bozon, 2008a, 2008b; Cabral, 2001; Ferreira, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2011; Garelli, 2010; Pais, 1985, 1998; Toulemon, 2008) dão conta de como o maior envolvimento com a prática religiosa tende a implicar, sobretudo entre as mulheres, uma atitude mais tradicionalista em matéria de sexualidade e de género, um menor envolvimento em relacionamentos sexuais esporádicos, um menor número de parceiros/as sexuais,

³⁰⁹ Este processo de individualização tende a ser especialmente dinâmico no campo das diferenças intergeracionais (Fernandes, 2003; Menéndez, 2007; Monteiro, 2011, Pais, 2001).

³¹⁰ Neste sentido, a autodefinição dos indivíduos como católicos não se traduz na prática religiosa (Fernandes, 2003; Pais, 2001; Menéndez, 2007; Monteiro, 2011). A adesão confessional funciona, nestes casos, como um legado e uma marca culturais, não assumidos pessoalmente na vida quotidiana, em condutas consequentes (Pais, 2001). Trata-se de um património que se carrega, mas que não se vivencia. Para vários crentes, existe um “efeito de socialização que se projeta numa *identidade coletiva* (“país católico”), e não tanto por convicção” (Pais, 2001: 215). Nestes casos, a identificação como católicos advém sobretudo de uma identificação com o país que é tido como católico – há uma relação de *crença* no fenómeno religioso, que não se traduz em *pertença* e uma crescente desconexão entre hierarquia religiosa, textos religiosos, frequência das igrejas e autoidentificação.

diferentes tempos e enquadramentos da prática sexual (geralmente, uma iniciação sexual mais tardia ou uma sexualização do relacionamento mais demorada, e a maior importância do contexto relacional e sentimental), uma menor diversificação dos reportórios sexuais, por exemplo ao nível da prática do sexo oral ou da masturbação, e uma menor aceitação das orientações sexuais não heterossexuais. Consequentemente, “a religiosidade afeta a incorporação das práticas sexuais, limitando a experimentação e circunscrevendo o âmbito da expressão sexual” (Ferreira, 2010a: 119).

Ora, como se viu no capítulo 3, a maior parte dos/as jovens entrevistados/as são católicos/as não praticantes, apesar de existirem alguns/algumas jovens que se consideram praticantes, outros/as, que embora não o sejam atualmente, tiveram uma forte socialização religiosa, e um último grupo de jovens que considera não ser religioso. Todavia, independentemente da sua prática religiosa, a maior parte dos/das jovens católicos/as, consideram que a religião não tem qualquer influência na sua vida quotidiana, e muito menos na sua vida sexual. Assim, apesar da maioria dos/as jovens acreditarem, de alguma maneira em Deus, estes/as não deixam que os princípios religiosos influenciem a sua vida sexual: “*Não, não. E mesmo que tivesse... o que eu tenho a fazer, faço. Eu sou religioso à minha maneira, como eu tenho de ser. Não há cá como os outros querem, é como eu acho que tem que ser...*” (Francisco, 26 anos, licenciatura, perito/formador). No entanto, é importante sublinhar que a influência da religião na vida (sexual) de alguns/algumas destes/as jovens não é de todo nula (embora seja de facto minoritária), nomeadamente no caso de algumas jovens raparigas, com forte socialização religiosa ou cuja família é religiosa, e no caso dos/das jovens homossexuais católicos, com forte socialização católica e/ou cuja família é católica, em face a uma moralidade cristã, geralmente, associada a um maior conservadorismo. Esta moral religiosa tem implicações em determinados momentos da vida destes/as jovens, restringindo a sua liberdade de ação (por exemplo, ao nível dos lazeres), levando-os/as a questionarem-se sobre as suas ações (algumas jovens mulheres, por exemplo, quando têm relações sexuais, referem questionar-se sobre se estão ou não a agir corretamente, de acordo com os ensinamentos da sua religião, ou dizem sentir-se vigiadas por um ente querido, já falecido), a ser julgados/as por outros significativos (como no caso de algumas jovens mulheres que entraram em coabitação sem se casarem), e/ou a sentir contradições, mais ou menos fortes, entre crença religiosa e orientação sexual, que leva mesmo alguns/algumas destes/as jovens não só a dizer que não gostam da instituição Igreja, como a afastar-se desta³¹¹.

“Na religião só podemos ter sexo depois de casar e eu quando tive a minha primeira relação pensei muito nisso. Nunca pensei em ter a minha primeira relação depois de casar, não é? Mas pensava que estava a fazer uma coisa má. Não sei porquê. Era da minha cabeça, pensava que não estava a fazer uma coisa boa, por causa da religião.” (Rute, 22 anos, 12º ano incompleto, esteticista)

“É assim os homossexuais são condenados, o prazer carnal é condenado, é tudo condenado, quer dizer, não se pode fazer nada. [...] É assim, eu comecei a avaliar, comecei a perguntar: “porque é que

³¹¹ Olivera et al. (2010) e Costa et al. (2010b) referem mesmo que os indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual que inquiriram/entrevistaram consideram a religião como a instituição mais discriminatória em relação às pessoas LGBT.

isto é assim? [...] Ah, e então é assim, achei por bem o seguinte, vou-me desligar um bocado, respeito, [...] quem acreditar acredita, eu vou acreditar naquilo que acho que está correto e o resto não acredito, e pronto.” (Jorge, 23 anos, 12º ano, designer gráfico)

Deste modo, embora os/as jovens, no geral, considerem a sexualidade e a religião como dois domínios da vida, tendencialmente, separados, não interferindo um no outro, é frequente fazerem referência aos limites, restrições, e tabus, existentes na igreja católica relativamente à sexualidade. Sublinha-se assim a intolerância da igreja quanto às relações sexuais fora do casamento, à coabitação, à homossexualidade, ao uso de contraceptivos e/ou ao divórcio. Perante aquilo que consideram ser uma posição de intolerância e de restrição da parte da igreja católica, os/as jovens distanciam-se. Mesmo os/as jovens que se consideram católicos praticantes ou que, quando não praticantes, têm uma forte socialização religiosa, dizem não concordar com estas posições da Igreja. Um caso exemplar é o do uso do preservativo, que, como se viu em cima, sendo um método largamente difundido na sociedade portuguesa, é objecto de clara defesa por parte dos/as jovens entrevistado/as: *“A religião é contra o uso de contraceptivos [...]. Mas pronto, eu uso contraceptivos, porque também, não quero ter filhos agora, não estou preparado [...]. A igreja, por esse lado, tem de se atualizar” (Frederico, 25 anos, 12º ano, vigilante).*

Em consonância com os resultados de vários estudos (Cabral, 2001, Ferreira, 2003, 2006; Garelli, 2010; Pais, 1998, 2001), os/as jovens entrevistados/as (embora, como se tem vindo a referir, haja claras diferenças entre eles/as) mostram valores mais liberais, democráticos e hedonistas, que se opõem ao tradicionalismo dos ensinamentos da igreja católica: *“Eu sou católico não praticante. Acredito num ser superior, tenho alguma fé, mas não sou praticante. Porque é assim, a Igreja é muito rígida em certos e determinados aspetos e eu acho que aí sou um pouco contra, sou um pouco liberal” (João, 24 anos, a frequentar licenciatura, empregado de loja).* Assim, mais do que estar de acordo com os princípios da religião católica, a maior parte dos/das jovens vê na crença em Deus um importante refúgio e um apoio à sua vida, que não necessita de ser provado ritualmente com a ida à semanal à igreja; sendo que a ligação com essa entidade, em que acreditam, é, geralmente, feita de forma pessoal e intimista. Os ensinamentos da igreja católica são muitas vezes postos em causa pelos/as jovens, que, além de conservadores, os podem considerar como desajustados da realidade (por exemplo, no caso do uso do preservativo). Deste modo, os/as jovens fazem um uso maleável da religião, aceitando determinados aspectos e rejeitando outros, que entram em contradição com os valores defendidos por eles/as³¹².

No entanto, são visíveis algumas diferenças entre os/as jovens mais e menos religiosos/as em termos de representações e práticas sobre a sexualidade. Uma das diferenças entre estes/as jovens diz

³¹² De acordo com Cabral (2001: 56) tende a haver uma desvinculação da maior parte dos indivíduos que se dizem católicos relativamente a algum dos valores básicos da sua identidade religiosa, de modo que “uma parte muito considerável dos católicos, inclusive praticantes, não se segue essa intangibilidade da Igreja em muitos aspetos cruciais relativos à moral sexual e conjugal”. A adesão seletiva às indicações das instituições religiosas no campo moral é, também, um traço específico do catolicismo italiano (Garelli, 2010).

respeito aos significados atribuídos à sexualidade, com os/as primeiros/as a associarem mais sexualidade ao sentimento amoroso do que os/as segundos/as. No mesmo sentido, os/as jovens mais religiosos tendem a condenar mais do que os/as jovens sem religião, as relações sexuais esporádicas, sobretudo as relações sexuais num primeiro encontro; sendo que, quando não criticam este tipo de práticas, para as pessoas em geral, tendem a referir que eles/as próprios/as não a fazem, defendendo que se deve, pelo menos, conhecer o/a parceiro/a primeiro. Os/as jovens mais religiosos/as tendem, também, a ter uma moral mais restrita do que os/as jovens sem religião, no que diz respeito à aceitação da adopção por parte de casais homossexuais. Relativamente à infidelidade, embora haja uma rejeição generalizada, pelo menos a nível discursivo, desta prática, é de notar que as poucas excepções são de jovens mais escolarizados e menos religiosos (católicos não praticantes e sem religião). Acresce ainda que, e indo de encontro aos resultados de outros estudos (Bozon, 2008a, 2008b; Ferreira, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2011; Garelli, 2010; Toulemon, 2008), relativamente aos jovens sem religião, os jovens mais religiosos tendem, ainda, a iniciar-se sexualmente mais tarde, a ter menos parceiros/as sexuais/as, a envolverem-se menos em relacionamentos sexuais esporádicos e a ter menos relações sexuais num primeiro encontro.

Assim, é possível constatar que, embora a maior parte dos/as jovens que se autoidentifica como católico/a tenda a ter uma prática religiosa rara ou irregular, e que a religião tenha para eles/as um significado mais individualizado do que institucional, a posição perante a religião influencia, de facto, algumas das suas práticas e representações³¹³. Neste sentido, tal como referido por Garelli (2010), para o contexto italiano, os/as jovens mais religiosos tendem a ter práticas e representações da sexualidade mais sentimentalizadas e restritas, enquanto que os/as jovens sem religião, tendem a ter práticas e representações sobre a sexualidade mais liberais e diversificadas. É, então, possível dizer que, se por um lado, os/as jovens mais religiosos/as tendem a ter uma vivência da sexualidade mais sentimentalizada e relacional; por outro lado, os/as jovens menos religiosos/as tendem a ter uma vivência da sexualidade mais individualizada e experimental. Acresce ainda que, apesar da sua declarada assunção como católicos/as, os/as jovens não tendem a seguir à risca todos os princípios da instituição Igreja, criando, antes, o seu próprio universo de crenças, a partir dos valores que consideram ser os mais correctos. É também importante ter em consideração que, como argumenta Garelli (2010), embora esta mantenha um peso relevante, o impacto da religiosidade sobre as representações e práticas da sexualidade é intersectado por outros elementos do contexto e da história de vida dos indivíduos. Deste modo, o género articula-se com o efeito da escolaridade e da prática religiosa, no sentido de formatar padrões de interação menos igualitários, usualmente, associados a representações mais tradicionais da sexualidade e das relações de género (Ferreira, 2011).

³¹³ No entanto, como refere Garelli (2010), existem múltiplas convergências na concepção que os indivíduos, com diferentes posicionamentos relativamente à religião, têm da sexualidade, no sentido em que tanto os indivíduos sem religião como os crentes ativos tendem a ter uma concepção do sexo orientada para um modelo de “amor convergente”, que representa uma expressão do Eu autêntica, uma comunicação profunda entre parceiros/as, e uma importância da troca de prazer.

5.4.3. Género: continuidades e mudanças

Viu-se já como, apesar da existência mudanças em termos de representações e práticas da sexualidade, vários são o/as autores (ver, entre outros, Alferes, 1997; Bajos et al., 2008; Bajos e Bozon, 2008; Bozon, 2005 [2002]; Camolleteo, 2010; Ferreira, 2010; Heilborn et al., 2006 a); Heilborn e Cabral, 2006; Holland et al., 1998; Vieira, 2009) que continuam a dar conta da existência de mundos emocionais diferentes, de práticas e de número de parceiros/as sexuais desiguais, e de relações de poder distintos, nos relacionamentos sexuais e/ou amorosos, para homens e para mulheres. Assim, por exemplo Toulemon (2008) dá conta de como, em França, a juventude sexual se mantém mais curta para as jovens mulheres do que para os jovens homens, sendo que estas tendem a ter menos parceiros sexuais, antes de uma (possível) entrada em conjugalidade, e menos relacionamentos sexuais esporádicos. Por seu turno, para Portugal, Ferreira (2010d), refere que as jovens mulheres tendem a iniciar, mais do que os jovens homens, a sua vida sexual num quadro mais relacional e sentimental; enquanto que os jovens homens tendem a privilegiar a aprendizagem do desejo sexual.

Os dados desta pesquisa mostram também como os jovens homens tendem, mais do que as jovens mulheres, a representar a sexualidade como hedonista e biologizante. Estes tendem, ainda, a iniciar-se um pouco mais cedo; a ter a primeira relação sexual por curiosidade e pela vontade de experimentar; a ter um maior número de parceiras/os sexuais; a ter e aceitar mais os relacionamentos sexuais esporádicos, nomeadamente os relacionamentos sexuais num primeiro encontro; a masturbar-se mais; a ver mais pornografia, e a praticar um pouco mais o sexo anal do que as jovens mulheres. Por seu turno, estas tendem a associar mais os sentimentos à sexualidade, tanto nas suas representações como nas suas práticas, a fazer depender mais o prazer dos seus aspetos relacionais (a importância do dar e receber prazer, numa relação igualitária) e a condenar um pouco mais os relacionamentos sexuais esporádicos e as relações sexuais num primeiro encontro. Algumas das jovens mulheres, embora sejam apenas um pequeno grupo, mostram ainda um certo pudor em relação à diversificação das suas práticas sexuais, por exemplo, quando consideram o sexo oral e o sexo anal como sujos, ou referem ter uma certa dificuldade em relacionar-se com o próprio corpo, através da masturbação. Acresce ainda que a maioria delas necessita de conhecer o/a e de sentir confiança no/a parceiro/a para ter uma relação sexual.

Contudo, e indo de encontro a resultado de outros estudos (Connell, 2002; Kimmel, 2000; Plummer, 2005; Thorne, 1993) que apontam para que as diferenças de género sejam menores do que geralmente é referido e/ou para que possam existir diferenças maiores entre (jovens) mulheres e entre (jovens) homens do que entre ambos, a análise das entrevistas revela também alguns dados que vão contra a ideia de “dois mundos diferentes” para homens e mulheres³¹⁴. Assim, entre os/as jovens

³¹⁴ Neste sentido (Thorne, 1993) argumenta que a conceção do género, como diferença e como uma oposição binária, tem sido usada para perpetuar a dominação masculina e as divisões entre o privado e o público. No entanto, para a autora, o sentido do todo, a textura e o dinamismo da interação perdem-se quando confluídos em

entrevistados/as, viu-se como a maior parte destes/as referem ter-se iniciado sexualmente até aos 18 anos; ter, geralmente, menos de dez parceiros sexuais (sendo que existem rapazes que referem ter tido 3 ou menos parceiros sexuais, e raparigas, especialmente as mais escolarizadas, que referem ter tido mais de 10 parceiros sexuais) e um número semelhante de namorados/as a “sério” (entre 1 e 3); uma parte significativa das jovens entrevistadas masturba-se ou já se masturbou, existindo, também, jovens homens que dizem que a masturbação deixa de fazer sentido a partir do momento em que começam a ter relações sexuais (passando assim da “necessidade” de uma sexualidade individualizada para a possibilidade de uma sexualidade relacional idealizada); e tanto homens e como mulheres referem praticar (fazer e receber) o sexo oral. Deste modo, como refere Kimmel (2000), as diferenças entre jovens homens e jovens mulheres, pode, por vezes, existir mais no modo como se pensa do que naquilo que se faz realmente. E, mesmo a nível discursivo, viu-se como, na maior parte das representações destes/as jovens, está presente um forte ideal de igualdade de género, embora as suas narrativas sejam mais ambíguas. Neste sentido, pode ver-se também que a maioria dos/as jovens entrevistados/as, neste estudo, independentemente do género, valoriza a sexualidade relacional, em que existe um conhecimento, a confiança e a comunicação com o/a parceiro/a. É assim, que vários jovens homens idealizam uma sexualidade sentimentalizada, onde o amor é a justificação máxima para o envolvimento em relacionamentos sexuais.

“Sexualidade... É conhecer não só o nosso corpo, como também o corpo da pessoa com que nós namoramos. Conhecer o mais íntimo da pessoa, boas sensações, troca de carinho... Sexualidade não é só aquele sexo carnal, estou a falar de sexualidade amor... É o auge da pessoa no seu bem-estar dentro das pessoas, se calhar... Para haver um relacionamento tem de haver amor, não pode ser só sexo [...]. [Uma relação sexual] o que envolve tem de ser aquela troca de carinho mútuo, respeito, amor... Temos duas pessoas, enfim... [...] Uma. Tive uma [parceira sexual], não preciso de mais. [A nível de namoros teve] Aqueles namoricos na escola, nada demais...” (Frederico, 25 anos, 12º ano, vigilante)

Acresce ainda que, como refere Plummer (2005), embora a sexualidade dos homens sirva frequentemente para definir a sua masculinidade, esta não é sempre assim, para todos os homens, em todos os tempos. O modelo hegemónico da sexualidade masculina pode providenciar linhas orientadoras, mas estas nunca são lineares, sendo (re)trabalhadas e originando diferentes caminhos para a ação sexual (Plummer, 2005). Neste sentido Wight (1996) refere a presença de 4 tipos de discursos, entre os jovens escoceses, de 19 anos, que entrevistou, relativamente à sexualidade: 1) o discurso do desinteresse; 2) o discurso predatório; 3) o discurso permissivo; e 4) o discurso romântico³¹⁵. Segundo o autor (Wight, 1996), o posicionamento dos jovens nestes discursos varia ao

dualismos. Ademais, ao basear-se numa série de contrastes para descrever o todo, a perspetiva de uma cultura de raparigas contra uma cultura de rapazes, exagera a coerência das interações intra-género.

³¹⁵ De acordo com Wight (1996): 1) o *discurso do desinteresse* remete para o facto dos jovens não se interessarem pelos indivíduos do género oposto, que, por vezes, desvalorizam (este é um discurso tido por jovens com 14 anos ou menos, que sociabilizam em contextos segregados pelo género); 2) o *discurso predatório* é proveniente de uma forte cultura homosocial, envolvendo uma sexualidade masculina estereotipada, em que os homens ganham reconhecimento dos seus colegas ao ter o maior número de parceiras possíveis, numa asserção de masculinidade, e em que a relação sexual importa mais para a opinião do grupo de pares do que para

longo do tempo e com parceiras diferentes; podendo terem sido utilizados diferentes discursos, em momentos diferentes da entrevista, e sendo que tende a haver uma mudança ao longo do percurso sexual, no sentido de um discurso de desinteresse, para um discurso predatório, até a um discurso romântico³¹⁶.

Para além de mais, apesar das convenções da masculinidade exigirem relações sem ligação emocional, vários estudos demonstram que os jovens expressam ter sentimentos para com as suas parceiras (Jamieson, 2005 [1998]). Neste sentido, Holland (2008, 2010) e Holland et al. (1996) argumentam que, apesar das entrevistas refletirem o poder da heterossexualidade como lugar do poder masculino, estas expressaram também a capacidade dos indivíduos em desenvolver uma consciência crítica, que lhes permite desafiar a heterossexualidade compulsória, pelo menos em alguns encontros pessoais. Outros/as autores/as, como Allen (2007) e Redman (2001) mostram também como o romance faz parte das experiências de relacionamento dos jovens homens. Estes retiram prazer das suas experiências românticas, investindo consideravelmente nelas (Allen, 2007). Contudo, os jovens reconhecem que, ao falarem de romance, existe uma tensão entre apresentar uma subjectividade romântica e constituir uma masculinidade apropriada. Os discursos dos jovens apontam assim, simultaneamente, para uma subversão e para o reforço das masculinidades hegemónicas. Deste modo, os jovens podem mostrar-se simultaneamente como românticos e masculinos, dando conta de um processo de desenvolvimento da masculinidade hegemónica como romântica, mas não demais. Por seu turno, Almeida (1995: 60) argumenta que na prática “as coisas não são tão rígidas: masculinidade e feminilidade são vividas enquanto conjuntos de qualidades que podem verificar-se no campo sexual oposto. Assim, é reconhecido que um homem pode ter certos comportamentos, emoções ou atividades femininas e vice-versa. Não pode é possuí-las ou exercê-las exclusivamente, o que remeteria para uma anormalidade”. Assim, “...ser homem é algo, sobretudo, do nível do discurso e do discurso enquanto prática. Campo de disputa de valores morais, em que a distância entre o que se diz e o que se faz é grande...” (Almeida, 1995: 16). É importante ter ainda em consideração que, apesar da existência

o prazer sexual físico (os tipos de relacionamentos mais valorizados aqui tendem então a ser os relacionamentos sexuais casuais, com o mínimo de compromisso); 3) o *discurso permissivo* dá conta do facto de que o sexo e os encontros sexuais (de acordo com uma sexualidade individualizada) são valorizados como um fim em si mesmo, sendo que, idealmente, homens e mulheres desempenhariam um papel semelhante (embora na prática, e em face das reputações morais, esta permissividade afete homens e mulheres de formas diferentes), e havendo lugar para o prazer mútuo e para relacionamentos sem compromisso; d) o *discurso romântico* é associado a uma sexualidade relacional, em que o amor é um fator chave, em que se procuram relacionamentos duradouros e monógamos, com a mulher “certa” (Wight, 1996: 160), em que há uma preocupação pelos sentimentos da parceira, e em que a relação sexual resulta da existência de um relacionamento sexual e amoroso sério

³¹⁶ De forma semelhante, mas desta feita para homens heterossexuais italianos, entre os 50 e os 70 anos, Bertone e Camoletto (2009) identificaram 4 guiões (ideais-tipo), multidimensionais (incluindo os cenários culturais, os guiões interpessoais e intrapsíquicos), que enquadram as experiências sexuais dos homens: 1) o *guião predatório*, 2) o *guião da respeitabilidade* (que implica uma divisão sexual e de género, em que os homens são entendidos como ativos, e motivados pela biologia, enquanto que as mulheres são percebidas como passivas e motivadas pelas emoções, salientando a importância do respeito e da responsabilidade em “assentar”; neste o sexo serve as funções de reprodução e de manutenção do casal); 3) o *guião permissivo*; e 4) o *guião da intimidade* (que ao invés de enfatizar um discurso romantizado, sublinha a importância da intimidade revelada e da relação pura).

desta masculinidade hegemónica, existem vários outros modos de viver a masculinidade a que os jovens podem ter acesso (Connell, 1995, 2000), sendo que estes têm que ser situados nos contextos em que estão inseridos e no tipo de relacionamentos sociais em que os jovens homens se envolvem. Portanto é possível que diferentes guiões de uma sexualidade masculina possam coexistir num mesmo jovem, sendo usados quando a situação é a mais adequada (Lahire, 2005). Para tempos, espaços, situações e/ou relações diferentes pode fazer-se uso dos guiões mais adequados, adaptando-os à situação, o que permite, como se viu anteriormente, a existência de complexidade nas representações que os jovens fazem da sexualidade e no modo como a vivem. Acresce ainda que, de acordo com Redman (2001: 189), ao considerar-se as heterossexualidades masculinas como dialéticas (tal como todas as identidades sociais), estas podem ser percebidas como “profundamente relacionais e construídas com esforço, envolvendo afirmações complexas de semelhança e de diferença de outros sociais chave, afirmações que, por vezes, são confirmadas, e, por vezes, são resistidas”.

Por seu turno, um conjunto de estudos recentes, procura mostrar que, embora a sexualidade ainda seja vivida de forma diferenciada entre géneros e sujeita aos condicionamentos da heteronormatividade, as mulheres, especialmente as mais jovens, têm maior possibilidade de iniciativa, de expressão e de afirmação do seu desejo sexual nos contextos sexuais, de ter um maior número de práticas e parceiros/as sexuais, de participar em relacionamentos sexuais esporádicos, de comunicação sobre a sexualidade ou de impor limites em situações de interação sexual, sendo-lhes reconhecida a possibilidade de agência e de escolha (Allen, 2003a, 2003b; Beres and Farvid, 2010; Elley, 2011; Hamilton and Armonstrong, 2009). Assim, por exemplo, Elley (2011) dá conta de como as narrativas de algumas das jovens mulheres que entrevistou (tendencialmente, provenientes de contextos mais privilegiados) indicam a possibilidade destas estarem mais fortemente posicionadas para subverter as construções normativas da sexualidade feminina como subordinada à heterossexualidade masculina, por exemplo, através da resistência à coerção masculina, da prática de “sexo seguro” ou da regulação da sua atividade sexual, em conformidade com as suas aspirações educacionais. Também, Beres e Farvid (2010) fazem referência à existência de jovens mulheres que expressam um sentido de controlo sobre os encontros sexuais casuais em que se envolvem, sendo que estes são apresentados não como algo que estas jovens se submetem, mas como desejados por ambos/as os/as parceiros/as ou procurados pelas próprias jovens. Já Bertone (2010) argumenta que as mulheres italianas mais jovens vivem, atualmente, um novo modelo de ser-se mulher, em que estas têm uma parte ativa na construção da sua sexualidade, assim como da sua vida em geral, consideram o sexo como importante e vivem-no como uma possibilidade de expressão do Eu. Para Portugal, Policarpo (2011), embora refira que a experiência sexual das mulheres que entrevistou seja predominantemente relacional, dá conta de uma diversidade de viver a sexualidade no feminino, sendo que existem mulheres com uma orientação mais individualizada da sexualidade e outras que oscilam entre uma norma mais relacional e o desejo, práticas e experiências mais individualizadas. De forma semelhante, várias das jovens mulheres entrevistadas, neste estudo, especialmente as mais

escolarizadas (sobretudo com licenciatura, mas também algumas com o ensino secundário, completo ou não), valorizam também a sexualidade enquanto fonte de prazer e como fonte de bem-estar pessoal, mostrando controlo e gestão da sua própria sexualidade³¹⁷. Para estas jovens mulheres, mais qualificadas, a existência de uma maior diversidade de objetivos de vida, que não apenas o amor ou o casamento, permite-lhes aspirar a uma maior autonomia e experimentação a nível sexual³¹⁸, mesmo sendo mais condicionadas do que os jovens homens, quando permanecem nos limites da heterossexualidade normativa (Jackson, 2007). Estas jovens tendem ainda a ter uma maior capacidade para decidir as relações sexuais em que se envolvem e, deste modo, a recusar as relações sexuais em que não querem participar (Ferrand et al., 2008).

“Ah, tive menos namorados do que parceiros sexuais. Pois, tive dois ou três namorados e parceiros sexuais (ri)... ainda não cheguei aos 20, eu costumo dizer que aos 20 caso-me! Foram esses. Porque eu... relacionamentos assustam-me. Os relacionamentos... não sei... O compromisso assusta-me. E pronto, eu tinha amigos coloridos, eram pessoas... pronto, acontecia, eram pessoas que eu conhecia, não era casos de engate e isso, não. Foram coisas que aconteceram e depois continuamos a falar, aconteceu, tchau, falamos à mesma. Não tem que acontecer sempre. [...] Acho que foram 19. Acho. Estou [quase a casar [risos]]! [...] Eu lembro-me que eu fiz uma lista, quando andava no liceu, dos rapazes com quem eu tinha curtido. E depois eram muitos. Eu adorava curtir, adorava dar beijos [...]! E depois então se eram rapazes giros... gostava! [...] Gostava de contar às minhas amigas e não sei quê. Agora já não. Agora, se eu estou com um rapaz, eu não vou logo contar "estive e tal...". Mas na altura também contabilizei, depois deixei de contabilizar. [...] Esses assim mais esporádicos eram pessoas que eu já conhecia, que já falávamos. Nunca foram pessoas que eu acabei de conhecer. [...] Era o clima na altura. [...] Nunca foi tipo por estar com os copos, isso nunca. Isso para mim não é motivo para nada. Era mesmo vontade minha, se eu quero, faço por isso. Faço por isso no sentido em que deixo as coisas irem, porque, se eu não quiser, travo e não acontece. Mas se eu quero penso que não há problema nenhum. Não estou a trair ninguém, ninguém se chateia, pronto, acontece.” (Dina, 29 anos, licenciatura, desempregada)

³¹⁷ Neste sentido, Ferreira (2010d: 117) mostra como, para o contexto português, a escolaridade é um fator com fortes implicações na promoção de “uma representação da sexualidade menos baseada em proibições, restrições morais ou noções de desvio e mais assente na procura da satisfação e do prazer”, sendo que os indivíduos mais qualificados tendem a ter um reportório sexual mais alargado (no caso das mulheres há um aumento progressivo de maior abertura e experimentação de um nível de escolaridade para o outro, enquanto no caso dos homens há, sobretudo, uma diferença entre o nível básico e o ensino secundário). A escolaridade é, assim, um dos fatores que mais contribui para explicar as diferenças relativamente à sexualidade entre mulheres (Ferreira, 2010a, 2010b, 2010c e 2010d). As mulheres mais escolarizadas tendem a ter, por exemplo, mais parceiros/as sexuais, práticas sexuais mais diversificadas e uma aceitação mais generalizada das expressões autoeróticas, do que as mulheres menos qualificadas. Por seu turno, Leridon (2008), para o contexto francês, mostra como as mulheres mais jovens e mais qualificadas tendem a referir terem mais relações sexuais com parceiros que não são considerados como importantes. Também Heilborn et al. (2006a), desta feita para o contexto brasileiro, mostram como os/as jovens mais escolarizados/as tendem a ter atitudes e práticas mais permissivas em relação à sexualidade, e, deste modo, um reportório sexual mais alargado. Segundo os/as autores (2006a), a escolaridade está também associada à extensão das diferenças de género, relativamente às práticas e representações da sexualidade; sendo que entre os/as jovens menos escolarizados existe uma maior diferença entre homens e mulheres; enquanto que entre os/as jovens mais escolarizados existe um maior igualitarismo, embora certas diferenças não desapareçam. Por fim, para o contexto italiano, Camolletto (2010) faz referência à existência de jovens mulheres, mais escolarizadas, que dão conta de uma experiência mais liberta da sexualidade, aberta à possibilidade de envolvimento em relacionamentos sexuais desconectados de sentimentos.

³¹⁸ De acordo com Ferreira (2010b), em Portugal, o aumento de escolaridade entre as mulheres está associado à sua maior autonomia, como se pode ver pelo exemplo da maior recusa, por parte destas, da ideia de um único parceiro para toda a vida. Para o autor (Ferreira, 2010b: 104), “as mulheres mais instruídas assumem outra autonomia sexual que parece não estar acessível às menos instruídas”.

Assim, em termos de articulação entre gênero e sexualidade pode dizer-se, indo de encontro ao resultado de vários/as autores/as (Aboim, 2010; Aboim et al., 2011³¹⁹; Bajos et al., 2008; Beasley et al., 2012; Beres e Farvid, 2010; Bertone, 2010; Ferrand et al., 2008; Ferreira e cabral, 2010; Heilborn et al., 2006a, 2006b; Hockey et al., 2002, 2007; Holland, 2008, 2010; Jackson e Scott, 1997; 2010; Jamieson, 2005 [1998]; Vieira, 2009; Weeks 2006 [1986], 2007), que existem continuidades e mudanças, assim como acomodação, resistência, e/ou subversão relativamente aos discursos dominantes, que podem gerar ambiguidades, tensões e contradições no domínio da sexualidade, indicativas da existência simultânea de falta de à vontade, e de uma maior aceitação da liberdade e da diversidade sexuais (Jackson e Scott, 2004).

5.4.4. Tipos de representações e práticas da sexualidade

Como se tem procurado sublinhar, os/as jovens articulam diferentes guiões para a representar a sexualidade, envolvem-se em diferentes relacionamentos sexuais e/ou amorosos, e têm diferentes moralidades, por vezes contraditórias e em mudança, de como a sexualidade deve ser vivida. Contudo, foi possível distinguir *três modos principais de viver e pensar a sexualidade*: 1) um modo permissivo, 2) um modo intermédio e 3) um modo mais restritivo. Tem que se ter em consideração, no entanto, que as fronteiras destes ideais-tipo são fluídas, nem sempre claras, podendo mais do que um coexistir na biografia de um mesmo indivíduo, por vezes em diferentes contextos e com diferentes pessoas, outras vezes dependendo da questão de que se está a falar.

Os/as jovens tendencialmente mais permissivos (alguns jovens homens e algumas jovens mulheres, embora em menor número, com orientações sexuais heterossexuais e não heterossexuais, mais qualificados/as e menos religiosos/as), sublinham a importância da liberdade individual, da democratização de gênero, do respeito e do consentimento mútuo para qualquer tipo de relacionamento sexual e/ou amoroso. Neste sentido, tendem a não condenar os relacionamentos sexuais esporádicos, as relações sexuais em encontros de uma noite, o relacionamento entre pessoas do mesmo gênero e a adoção por casais constituídos por pessoas do mesmo gênero e, embora, em muito menor número, a infidelidade. São jovens que, embora sublinhem a importância de uma sexualidade relacional, mencionam também os aspetos mais individualizados da sexualidade, nomeadamente nos seus aspetos hedonistas e identitários, dando por vezes uma justificação biológica e naturalizante para a importância da sexualidade nas suas vidas e na vida quotidiana das pessoas, em geral. Embora, os/as jovens tendam a ter uma atitude mais permissiva para os indivíduos em geral, do que para eles/as próprios, neste grupo encontram-se aqueles/as que tendem a experimentar a sexualidade de forma mais “liberta”, envolvendo-se em mais relacionamentos sexuais esporádicos, e

³¹⁹ Neste sentido, Aboim et al. (2011: 74) argumentam que “nem no passado a vida real se conformava necessariamente à rigidez oficial, nem no presente deixaram as normas tradicionalistas, mesmo que transformadas, de serem seguidas por elementos significativos da população”, encontrando-se atualmente formas “híbridas e tentativas de conciliação entre diferentes esquemas, assim como a existência de “descoincidência entre normas e práticas”.

tendo uma maior diversidade de práticas sexuais e/ou de fantasias sexuais, concretizadas ou não. Estes/as jovens referem o prazer que retiram da sexualidade, os desejos que têm e a atração física.

No extremo oposto estão *os/as jovens com orientações mais restritas* relativamente à sexualidade. Estes/as jovens, todos/as eles/as heterossexuais, tendem a ser menos escolarizados (com o 12º ano de escolaridade ou menos). São jovens que, falando da existência de um duplo padrão sexual na sociedade, podem compartilhar deste tipo de atitudes, especialmente no caso (de uma minoria) de jovens homens, desconfiando da respeitabilidade das jovens mulheres que se envolvem em (vários) relacionamentos sexuais esporádicos. Mas mais comum é que estes/as jovens tendam a condenar o envolvimento neste tipo de relacionamentos tanto para homens como para mulheres. Assim, se há uma adesão ao ideal de igualdade de género, e, mesmo, ao ideal de liberdade individual, o envolvimento em relacionamentos sexuais esporádicos não deixa de ser visto com maus olhos, sublinhando-se antes a importância de uma sexualidade relacional, em que a intimidade revelada é importante, mas não suficiente por si só. Esta deve andar a par dos sentimentos tidos pelo/a parceiro/a. A condenação dos relacionamentos sexuais esporádicos passa ainda pelo uso de um guião sexual medicalizado, em que o facto de não se conhecer o/a parceiro/a faz com que possa haver uma desconfiança em relação a este, em termos de doenças sexualmente transmissíveis, mas que é expressa numa linguagem de pureza e perigo, de limpeza e sujidade (Douglas, 1991). Assim, se o/as parceiros/as esporádicos/as podem ser sujos/as e perigosos/as, um(a) namorado/a, que se conhece e com quem se tem intimidade, é seguro/a e limpo/a. A sexualidade pode também ser considerada como uma necessidade dos indivíduos, mas que deve ser enquadrada por um relacionamento amoroso. Estes/as são jovens que podem condenar ou não o envolvimento ou o casamento entre duas pessoas do mesmo género, mas que tendem a opor-se à adoção por parte destes indivíduos. Estes/as jovens tendem, ainda, a ser mais restritivos consigo próprios/as do que com os outros indivíduos. Neste sentido, tendem a não se envolver em relacionamentos sexuais esporádicos, e se já o fizeram dizem que é algo que já não fazem, que não faz mais parte dos seus horizontes. Tendem, também, a não ter muitos/as parceiros/as sexuais e/ou amorosos, nem um reportório diversificado de práticas sexuais, especialmente no caso das jovens mulheres, ou a ter fantasias e desejos sexuais. Estes/as jovens tendem a envolver-se em práticas sexuais, sobretudo, no contexto de um relacionamento amoroso, em que se conhece, confia e se tem sentimentos pelo/a parceiro/a, fazendo assim o “amor”.

Os/as restantes jovens, constituindo a larga maioria deles/as (independentemente do nível de escolaridade, posição perante a religião, orientação sexual ou género) *tendem a ter uma posição mais intermédia*. Assim, estes/as jovens sublinham a importância de uma sexualidade relacional, quer a nível de intimidade revelada, quer a nível de sentimentos, dando conta de um forte ideal relacional. Contudo, podem ser abertos a uma sexualidade mais individualizada, referindo frequentemente o prazer associado à sexualidade, e também a importância que esta pode ter para a identidade dos/as jovens, como homens e mulheres, adultos heterossexuais ou homossexuais. Os aspetos mais hedonísticos da sexualidade são ainda referidos num contexto relacional, em que o receber e o dar

prazer é parte constituinte de um relacionamento sexual e amoroso, que, deste modo, se fortifica (denotando aqui a adesão ao ideal de democratização das relações). No entanto, aceita-se que os indivíduos (em geral) se envolvam em relacionamentos sexuais esporádicos, como as relações sexuais num primeiro encontro (sobretudo, no caso dos jovens homens e dos/as jovens bissexuais), ou com um conhecimento prévio do/a parceiro/a, como acontece no caso do andar ou dos amigos coloridos (especialmente, no caso das jovens mulheres, mais qualificadas), havendo uma forte adesão, pelo menos ao nível discursivo, aos ideais de liberdade individual e de igualdade de género. Pode ou não fazer-se recurso aos guião biologizante e medicalizado da sexualidade. Em termos de adoção por casais do mesmo género as opiniões tendem a dividir-se, com alguns/algumas dos/das jovens a favor, outros contra, e outros ainda em posições mais ambíguas, defendendo os problemas e os benefícios da sua legalização. Mais uma vez a aceitação da liberdade individual em termos sexuais tende a dirigir-se mais aos outros do que a si próprios, de modo que as atitudes em relação ao Eu tendem a ser mais restritas. Mas estes/as jovens tendem a ter uma maior variedade de experiências sexuais do que os/as jovens pertencentes ao grupo anterior, e menores do que os/as jovens pertencentes ao primeiro grupo, podendo envolver-se em relacionamentos sexuais e amorosos e em relacionamentos sexuais esporádicos, geralmente de forma alternada, ao longo das suas trajetórias de vida, mas com alguns limites. Se alguns/algumas jovens se envolvem em relacionamentos sexuais esporádicos com relação sexual, outros/as, nomeadamente algumas jovens mulheres ou jovens homens mais católicos, podem não fazê-lo. As relações sexuais num encontro de uma noite, com um(a) parceiro/a, que não se conhece, tendem a não ser aceites ou praticadas. A variedade de práticas que se faz tende a ser maior, podendo os/as jovens masturbar-se, fazer e receber sexo oral, e mesmo sexo anal, e num menor número de casos, ver-se (pequenos) filmes e/ou e-mails de cariz pornográfico.

Conclui-se assim, este capítulo, sublinhando-se a importância de analisar as práticas e representações da sexualidade tendo em conta os contextos específicos em que os/as jovens vivem, as relações interpessoais em que se envolvem, e vários outros aspetos dos seus posicionamentos sociais, como o nível de escolaridade, que introduz, frequentemente, diferenças relevantes entre os/as jovens, com os/as mais qualificados a tenderem a ter uma representação da sexualidade mais aberta e experiências sexuais mais diversificadas. Diferenças no contexto em que estão inseridos/as, nas suas histórias de vida, nas relações familiares, nas aspirações educacionais, na idade, na geração, na rede de relações sociais, nomeadamente, no grupo de amigos/as, na classe social, têm, assim, um impacto no modo como a (hetero)sexualidade, a feminilidade e a masculinidade são vividas (Aapola et al., 2005; Aboim, 2010b; Bajos e Bozon, 2008; Bertone, 2010; Bozon, 2008; Camolletto, 2010; Connell, 2000; Elley, 2011; Hamilton e Armstrong, 2009; Heilborn et al., 2006a, 2006b; Heilborn e Cabral, 2006; Hockey et al., 2002, 2007; McDermott, 2011; Policarpo, 2011a, 2011b); Richardson, 2007; Seidman, 2002; Silva, 2011; Taylor, 2011; Weeks, 2006 [1986], 2007...).

Quadro 5.1. Modos de pensar e viver a sexualidade³²⁰

<p>Permissivos</p> <p>Um pouco mais de jovens homens do que de jovens mulheres; Jovens heterossexuais e não heterossexuais; Jovens tendencialmente mais qualificados/as; Jovens menos religiosos/as.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Importância da liberdade individual, da igualdade de género, da reciprocidade, do respeito e do consentimento mútuo • Aceitação geral dos relacionamentos sexuais esporádicos, do relacionamento entre pessoas do mesmo género, da adoção por casais constituídos por pessoas do mesmo género e, em muito menor número, da infidelidade • Representações da sexualidade: relacional – intimidade revelada; individualizada – prazer e identitária; biologizante • Importância da sexualidade relacional • Experimentação da sexualidade de forma mais “liberta”: maior envolvimento em relacionamentos sexuais esporádicos e maior diversidade de práticas
<p>Intermédios</p> <p>A larga maioria dos/as jovens (independentemente do nível de escolaridade, posição perante a religião, orientação sexual ou género).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Importância da liberdade individual, da igualdade de género, da reciprocidade, do respeito e do consentimento mútuo • Aceitação dos relacionamentos sexuais esporádicos para os indivíduos em geral e do relacionamento entre pessoas do mesmo género • Atitudes pessoais mais restritivas do que para os indivíduos em geral • Divisão de opiniões relativamente à adoção por casais constituídos por pessoas do mesmo género. • Representações da sexualidade: relacional – sentimental e intimidade revelada; individualizada – prazer e identitária; biologizante. • Importância da sexualidade relacional • Associação dos aspetos hedonísticos da sexualidade a contextos relacionais • Alguma experimentação da sexualidade: possibilidade de algum envolvimento em relacionamentos sexuais esporádicos (especialmente ao nível dos/as amigos/as coloridos/as e do andar); possibilidade de realização de masturbação, de sexo oral e, em menor número de visualização de material pornográfico; não envolvimento em relações sexuais num encontro de uma noite
<p>Restritivos</p> <p>Um pouco mais de jovens mulheres do que de jovens homens; Jovens heterossexuais; Jovens tendencialmente a menos escolarizados; Jovens mais religiosos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Importância da liberdade individual, da igualdade de género, da reciprocidade, do respeito e do consentimento mútuo, mas... • Condenação dos relacionamentos sexuais esporádicos, especialmente das relações sexuais em encontros de uma noite, tanto para homens como para mulheres; • Possibilidade de aceitação do duplo padrão sexual • Possibilidade de não-aceitação do casamento entre pessoas do mesmo género • Não-aceitação da adoção por casais constituídos por pessoas do mesmo género • Atitudes pessoais mais restritivas do que para os indivíduos em geral • Representações da sexualidade: relacional – sentimentalizada e intimidade revelada; individualizada – prazer (homens); biologizante • Importância da sexualidade relacional • Menor experimentação da sexualidade: menor envolvimento em relacionamentos sexuais esporádicos (nomeadamente quando estes envolvem relações sexuais); poucos/as parceiros/as sexuais; reportório sexual pouco diversificado (sobretudo no caso das jovens mulheres)

³²⁰ Sublinha-se que se está aqui a falar de tendências e não de características rígidas que correspondem linearmente aos indivíduos entrevistados.

6. Sair de casa, viver em conjugalidade, ter filhos/as - como e para quando?

Tendo reflectido, no capítulo anterior, sobre o modo como os/as jovens pensam e vivem a sexualidade, importa agora perceber quais as suas trajectórias e/ou expectativas para a autonomia residencial, para a conjugalidade e/ou para a parentalidade, naquilo que são ainda marcadores importantes para a transição para a vida adulta³²¹.

Neste sentido, reflectir-se-á, em primeiro lugar, sobre o modo como a transição para a vida adulta tem sido teorizada, para depois ver como é que os/as jovens representam aquilo que é ser-se jovem, adulto e o modo como a transição entre uma fase da vida e a outra é feita. Seguidamente olha-se para as motivações, práticas e/ou expectativas para a saída de casa dos pais, a entrada em conjugalidade e a entrada em parentalidade, e para o modo como estas se articulam. Menciona-se ainda quem são os/as parceiros/as, reais ou ideais, destes/as jovens, para no final se procurar perceber quais as possíveis articulações existentes entre os tipos de representações e práticas da sexualidade e as modalidades (reais ou esperadas) de saída de casa dos pais/familiares, de entrada em conjugalidade e de entrada em parentalidade.

6.1. Sobre a transição para a vida adulta

Os processos de transição³²² para a vida adulta são geralmente considerados como tendo sido, no passado, “vividos como tempo linear³²³, sujeito a uma sucessão progressiva e organizada de etapas previsíveis, reguladas por ritualidades [...] que identificavam o cumprimento sucessivo de determinados marcadores de passagem à adultícia: a saída da escola, a inserção profissional, a autonomização residencial e a fundação de uma nova família” (Ferreira e Nunes, 2010: 42)³²⁴. Neste tipo de transição para a vida adulta, o fim do percurso escolar e a entrada no mercado de trabalho

³²¹ Apesar de, como referem Torres e Lapa (2010) e Pais et al. (2005-2011), estes marcadores serem cada vez mais ténues, sendo que os/as jovens assumem posições mais pragmáticas face às instituições e afirmam o valor da liberdade individual (Torres e Lapa, 2010). Mesmo assim, como se verá ainda neste capítulo, não se pode considerar que os marcadores para a vida adulta perderem, atualmente, toda a sua importância.

³²² Distingue-se entre transição para a vida adulta e trajectórias para a vida de adulta de acordo com a proposta do grupo EGRIS (2001). Assim, as transições podem ser entendidas como partes integrantes do curso de vida, carregadas com significado subjectivo, enquanto que as trajectórias são caminhos estruturais previstos pelas sociedades, ou seja, condições de entrada para o mercado de trabalho, educação e formação, mercado habitacional, idade legal, condições e valores que permitem ou limitam a conjugalidade, acesso ao Estado Social, etc. Transições e trajectórias são conceitos que se articulam, sendo as primeiras constituídas pelas segundas (Hagestad, 1991, in EGRIS, 2001).

³²³ Para uma análise crítica da ideia de transição tradicional, linear, para a vida adulta, especialmente no que toca à saída de casa da família de origem, ver Jones (1995).

³²⁴ Estes marcadores, sendo, tendencialmente, irreversíveis, eram, no entanto diferenciados de acordo com o género e a classe social dos indivíduos (Ferreira e Nunes, 2010).

providenciam as bases para a integração social (Biggart e Walther, 2006). Por oposição aos processos lineares de transição para a vida adulta, e partindo, frequentemente, de uma interpretação de trabalhos, como os de Beck e Beck-Gernesheim (1995, 2001) ou de Giddens (1991), referidos no capítulo I, existe uma tendência, actual, para considerar as transições para a vida adulta, nas sociedades ocidentais contemporâneas, como fazendo parte de uma “biografia de escolha” (Nilsen e Brannen, 2001: 33).

Mas acima de tudo, os resultados de várias pesquisas (Arnett, 2004; Brannen e Nilsen, 2002; Biggart e Walther, 2006; EGRIS, 2001; Ferreira e Nunes, 2010; Furlong e Cartmel, 2007; Galland, 2003, 2011; Guerreiro e Abrantes, 2004; Jones, 1995; Pais, 1993a, 1993b; Pais et al., 2005-2011; Torres e Lapa, 2010; Walther, 2006), sobre o assunto, têm mostrado como a transições para a vida adulta é cada vez mais caracterizada pelo seu maior prolongamento, desestandardização, fragmentação, pluralização, reversibilidade, complexificação e/ou fluidez, podendo, mesmo, encorrer em processos contraditórios. Estes processos estão relacionados com determinadas transformações sociais, ocorridas nas sociedades ocidentais contemporâneas³²⁵, entre as quais: o aparecimento do Estado social³²⁶; a secularização; a liberalização política, cultural e sexual; a emancipação da mulher; a educação de massa e a extensão escolarização; a pluralização dos estilos de vida; o aumento do emprego feminino; a flexibilização do mercado de trabalho; e uma tendência, generalizada, para a individualização (Bous-Reymond, 1998; Furlong e cartmel, 2007; Galland, 2011; Leccardi e Ruspini, 2006; Pais et al., 2005-11), que tiveram um impacto significativo nos modos de viver e pensar a juventude, criando uma nova fase de transição da adolescência para a idade adulta (Bous-Reymond, 1998).

Neste contexto, não só a passagem da escola para o mercado de trabalho, como a formação de família, casa, entrada em conjugalidade e/ou parentalidade, têm vindo a tomar diferentes ritmos, que não resultam apenas da entrada para o mercado de trabalho³²⁷ (Walther, 2006). Situações de dependência juvenil e de autonomia própria da vida adulta podem, actualmente, co-existir na mesma biografia. Os/as jovens adultos, com experiências prolongadas na educação e na formação, têm elevados padrões de exigência sobre a sua actividade profissional e a vida privada. No campo pessoal, as relações podem variar entre as relações duradoiras e as relações mais esporádicas. Os/as jovens podem, ainda, flutuar entre a sua própria casa e a casa dos pais. Alguns aspectos da cultura juvenil são retidos na vida adulta. A imprevisibilidade do mercado de trabalho leva, muitas vezes, os/as jovens a viver numa fase de pós-adolescência, mesmo que não seja este o seu desejo. Quando os/as jovens

³²⁵ Sobre as transformações sociais nas sociedades ocidentais contemporâneas, nomeadamente ao nível da intimidade, da família, da sexualidade e do género ver capítulo I.

³²⁶ Sobre os modelos Europeus de Estado-Social e a sua articulação com as trajectórias dos/das jovens para a vida adulta, ver, entre outros Biggart e Walther (2006), Egris (2001), Galland (2003, 2011); Nico (2010), Nilsen e Brannen (1998), Torres e Lapa (2010).

³²⁷ Contudo, de acordo com Singly (2004), o acesso ao mercado de trabalho mantém-se como um recurso fundamental, na medida em que a identidade íntima não pode ser completamente elaborada sem uma identidade social, dissociada de uma relação de dependência.

tomam decisões em áreas como a família, a educação, a autonomia, o mercado de trabalho os estilos de vida, as relações íntimas, etc., estão constantemente a oscilar entre a juventude e a vida adulta (EGRIS, 2001). Os caminhos para a independência da família de origem, da sexualidade, conjugalidade e parentalidade, dos estilos de vida, da cidadania, seguem diferentes lógicas, progredindo de acordo com os seus ritmos e obrigações específicas, ao mesmo tempo que interagem uns com os outros afectando o indivíduo no seu todo. No entanto, o acesso desigual às condições necessárias para adquirir uma individualização desejada, pode levar os/as jovens a viver, durante um longo período de tempo, uma dissociação entre autonomia pessoal e independência, o que, por seu turno, poderá ter efeitos negativos para esta autonomia, numa sociedade em que a independência total é valorizada (Singly, 2004). As transições para a vida adulta são, assim, incertas e descontínuas, representando, frequentemente, tensões, dilemas e interrogações na vida dos/as jovens (EGRIS, 2001; Biggart e Walther, 2006; Guerreiro e Abrantes, 2004)³²⁸. Contudo, se os/as jovens têm que tomar decisões sobre qual o caminho a tomar, eles/as enfrentam diferentes condições para fazer o seu caminho (Furlong e Cartmel, 1997)³²⁹. Deste modo, se, por um lado, cabe aos indivíduos um papel maior na construção das suas trajectórias, por outro lado, o seu “universo de escolha” é desigualmente distribuído (Pais, 2010: 23).

Neste sentido, vários/as autores/as (Biggart e Walther, 2006; Brannen and Nilsen, 2001; Bynner, 2005; EGRIS, 2001; Furlong e Cartmel, 1997, 2007; Galland, 2003, 2011; Gordon e Lahelma, 2002; Henderson et al., 2007; Holland e Thomson, 2009; Nico, 2011; Pais, 1993a, 1993b; Pais et al., 2005-11; MacDonald et al., 2001; Thomson et al., 2003; Torres e Lapa, 2010; Walther, 2006), colocando vários limites à ideia de biografia de escolha, dão conta da importância do posicionamento social dos indivíduos, nomeadamente, em termos de escolaridade, classe, género, identidade étnica, orientação sexual, espaço, etc..., dos seus recursos pessoais, económicos, materiais, sociais e culturais, dos contextos sociais, culturais e institucionais em que se inserem (por exemplo, em termos de acesso ao mercado de trabalho, de modalidade de inserção neste e de presença ou ausência de políticas que

³²⁸ Neste sentido, Furlong e Cartmel (2007) argumentam que, no mundo actual, os/as jovens enfrentam novos riscos e novas oportunidades. Na medida em que as articulações entre a família, a escola e o trabalho têm vindo a enfraquecer, os/as jovens caminham para a vida adulta numa diversidade de trajectórias, muitas das quais com resultados imprevisíveis. Contudo, esta diversidade de trajectórias disponíveis ajuda a esconder a dimensão da reprodução das desigualdades sociais, ainda que de diferentes modos.

³²⁹ Elias (2004 [1987]) tinha já chamado a atenção para o facto de a crescente especialização das sociedades estar associada ao prolongamento e maior complexidade do caminho do ser humano singular em direcção ao indivíduo autónomo e a um aumento das exigências de auto-regulação e da expansão e da formação da juventude, que dificultam ainda mais a inserção dos/as jovens na sociedade dos adultos e que aumenta a possibilidade destes/as conseguirem um equilíbrio entre “as suas inclinações pessoais, a sua própria auto-regulação e as suas tarefas sociais” (Elias, 2004 [1987]: 148). Para o autor, desde jovem, o indivíduo tem que escolher entre uma série de metas possíveis, tornadas possíveis, inicialmente, pela localização social dos pais, e, seguidamente, pelas posições sociais alcançadas por ele próprio, e que melhor possam levar à realização das suas ambições pessoais. Neste sentido, nas sociedades contemporâneas, a transição dos/as jovens para a vida adulta é considerada como sendo, frequentemente, repleta de tensões e do fraccionamento da pessoa, tendo a não existir uma congruência ou continuidade entre as “áreas de reserva” da juventude e os campos vitais dos adultos” (Elias, 2004 [1987]: 147), nem um caminho linear que vá das primeiras aos segundos. Pelo contrário, há, por vezes, uma ruptura na vida dos indivíduos, que pode ser difícil de ultrapassar.

permitam o acesso ao emprego, à autonomia e à constituição de família) e da existência de momentos críticos (Hendersan et al., 2007; Holland e Thomson, 2009)³³⁰ para as suas expectativas de futuro, oportunidades de mobilidade social e/ou transições para a vida adulta. Assim, embora as experiências dos/as jovens possam ter mudado, profundamente, ao longo das últimas três décadas, as oportunidades da vida e os processos de reprodução social mantêm-se altamente estruturados (Furlong e Cartmel, 2007); de modo que “velhas desiguais” como a classe e o género, embora possam ter sido redefinidas, continuam a ter uma importância significativa para a compreensão da vida dos/as jovens (Furlong e Cartmel, 2007; Henderson et al., 2007)³³¹.

Relativamente ao género, são, comumente, mencionadas as diferenças entre jovens homens e jovens mulheres nas transições para a vida adulta (ver, por exemplo, Aapola, 1997; Aapola et al., 2005; Aboim, 2010 a); EGRIS, 2001; Guerreiro e Abrantes, 2004; Nico, 2011; O’Connor et al., 2001; Singly, 2004), e, mais especificamente, para a saída de casa dos pais/familiares, no sentido em que os jovens homens tendem a residir durante mais tempo com a família de origem (Singly, 2004), enquanto que as jovens mulheres tendem a sair mais cedo de casa, geralmente, em face de uma diferenciação, em que estas são mais controladas e tendem a participar mais na elaboração das tarefas domésticas (Furlong e Cartmel, 2007). O’Connor et al. (2001) mostram, ainda, como, entre os/as jovens, por eles/as estudados/as, embora haja um discurso normativo da igualdade de género, as suas experiências nem sempre correspondem ao ideal, na medida em que o género é um factor condicionador das suas práticas ao nível familiar e ao nível do mercado de trabalho; existindo uma forte contradição entre os discursos de igualdade de género e a realidade vivida. Neste contexto, as jovens mulheres têm, frequentemente, que fazer compromissos estruturais exigentes (nomeadamente, através da articulação com o trabalho doméstico e/ou o cuidados dos/as filhos/as) e investimentos adicionais para prosseguir uma carreira profissional (EGRIS, 2001). Por seu turno, Galland (2011) acrescenta que, apesar de ter

³³⁰ De acordo com Henderson et al. (2007) e Holland e Thomson (2009), os momentos críticos, isto é, os acontecimentos na vida dos/as jovens que os/as próprios/as ou os/as investigadores/as consideram como tendo consequências (umas mais significativas que outras) nas vidas destes/as, podem abranger uma variedade de situações, como: dinâmicas familiares (ser expulso de casa, a separação dos pais, o desemprego dos pais); a doença (do próprio ou de um outro significativo) e a morte; mudanças (de casa, de escola, de cidade ou de país); acontecimentos relacionados com o sistema educativo formal (como os exames) ou informal (por exemplo, problemas com colegas e/ou professores); “problemas” que podem ser criados pelos jovens (como o uso de drogas ou uma gravidez); actividades de lazer e de consumo (como aprender a conduzir ou saídas nocturnas); ritos de passagem (como a assunção de uma orientação sexual não heterossexual); e relacionamentos (como as amizades e os relacionamentos sexuais e/ou amorosos, mais esporádicos ou mais “sérios” e duradouros). Estes momentos críticos, encontrados numa determinada narrativa biográfica, conduzem à assunção de uma identidade provisória, que pode esclacer vários pontos sobre os indivíduos ou as situações. Outros autores, como Bynner (2005), que seguem o ponto de vista teórico do curso de vida, tendem a usar, antes, o conceito de pontos de viragem.

³³¹ No entanto, segundo Furlong e Cartmel (2007), embora as estruturas de desigualdade permaneçam profundamente enraizadas, a modernidade tardia é caracterizada, sobretudo, por uma falácia epistemológica, em que existe uma separação entre as dimensões subjectivas e objectivas da vida dos indivíduos. Assim, apesar das oportunidades da vida se manterem estruturadas, os indivíduos tendem a procurar soluções numa base individual, na medida em que os problemas tendem a ser percebidos como o resultado das suas acções e não como o resultado de processos que estão, largamente, fora do seu controlo. Por conseguinte, a individualização acaba por ter uma função ideológica, ajudando a moldar as perspectivas sobre a vida (Nilson e Brannen, 2001).

havido uma aproximação das trajetórias de jovens homens e mulheres com o ensino superior, entre os/as jovens com uma escolaridade mais baixa as diferenças de género tendem a ser acentuadas³³². Acresce ainda que Aboim (2010), a partir dos dados do European Social Survey (2006), dá conta de como, apesar das idades ideais de transição para a vida adulta, nomeadamente, em termos da primeira relação sexual, da entrada em conjugalidade e da entrada em parentalidade, tendam a ser semelhantes para homens e mulheres (embora as mulheres tendam a representar um percurso ideal feminino um pouco mais tardio³³³), em termos de ideais reais, os cursos de vida conjugal e familiar de homens e mulheres são diferentes, sendo que as mulheres fazem estas transições mais cedo do que os homens, existindo, assim uma maior convergência, entre ambos, no plano normativo do que no plano das práticas.

É ainda de sublinhar a importância dos aspectos relacionais para as transições da vida adulta. Viu-se já, no capítulo 4, como os pais/familiares e os/as amigos/as tendem a servir de fonte de apoio para os/as jovens, tendo um papel, mais ou menos, importante no desenrolar das suas vidas, nomeadamente ao nível dos lazeres, sociabilidades, sexualidade e/ou relações de género. No discurso dos/as jovens entrevistados/as vai ainda ser visível, como os pais/familiares tendem a ter, frequentemente, uma influência, quer em termos de dinâmicas ou problemas familiares, quer em termos de apoios residências (no sentido, de possibilitarem a residência dos/das jovens em sua casa, a sós ou com um(a) parceiro/a, permitirem o seu retorno e/ou apoiando financeiramente uma autonomia residencial). Neste sentido, autores/as, como Bynner (2005), Gordon e Lahelma (2002), Henderson et al. (2007), Holland e Thomson (2009), Leccardi e Ruspini (2006), Pais e al. (2005-2011), Thomson et al. (2003), chamam a atenção para o facto das transições para a vida adulta ocorrerem no contexto de relações com outros significativos (isto é, estão também articuladas com os contextos relacionais em que os/as jovens se inserem), como os pais, outros familiares, os/as amigos/as, os/as parceiro/as, e/ou professores, que podem (ou não) servir como fontes de recursos. Os relacionamentos, e as formas de reciprocidade e/ou obrigação que estes implicam, são aspectos centrais para compreender as identidades, práticas e representações dos/as jovens (Thomson e at., 2003).

Veja-se de seguida como é que os/as jovens entrevistados/as representam a juventude, o ser-se adulto e as transições de um estado para o outro.

³³² De acordo com Galland (2011), as jovens mulheres menos qualificadas tendem a seguir um modelo caracterizado por uma maior precocidade de formação de uma nova família e pela brevidade da transição entre a família de origem e a família de destino. No sentido oposto, para os jovens menos qualificados tende a existir um modelo de retardamento de saída de casa dos pais. Estes/as jovens são particularmente influenciados pelas dinâmicas do mercado de trabalho, sendo que, no quadro da conjuntura desfavorável que se vive, nos dias de hoje, em termos de emprego juvenil, as jovens mulheres podem procurar mais depressa formar família e renunciar a uma posição no mercado de trabalho, enquanto que os jovens homens devem esperar por uma estabilização ao nível profissional que lhes permita serem independentes, mantendo-se, entretanto, em casa dos pais. Para o autor (Galland, 2011), este contraste entre géneros, no caso dos/das jovens menos escolarizados, é um remanescente de um modelo tradicional em declínio, reavivado pelas dificuldades encontradas na entrada no mercado de trabalho.

³³³ Contudo, Aboim (2010) refere ainda que as diferenças entre países são mais significativa do que as diferenças entre géneros.

6.1.1. Da diversão às responsabilidades: os significados da juventude, da adulez e da transição para a vida adulta

Tal como referido por diversos/as autores/as (Furlong e Cartmel, 2007; Galland, 2011; Pais, 1993) considera-se que o conceito de juventude é uma construção social e histórica, sendo que as condições da sua definição evoluem com a própria sociedade, contendo, no seu significado, ideias diferentes (Pais, 1993). Neste sentido, existe uma diversidade interna aos/às jovens e às suas transições para a vida adulta (Furlong e Cartmel, 2007; Galland, 2003; 2011; Guerreiro e Abrantes, 2004; Henderson et al., 2007; MacDonald et al, 2001; Nico, 2011; Pais, 1993a, 1993b, 2003; Pais et al., 2005-11; Torres e Lapa, 2010), que os/as distingue entre si, em função de interesses, origens sociais, perspetivas e aspirações, existindo, deste modo, diversas formas de se ser jovem, mas também adulto/a (Pais, 1993). As diferentes maneiras de pensar, de sentir e de agir dos/as jovens resultam de diferentes significados socioculturais que orientam as suas condutas, as suas relações inter-individuais, e as suas trajetórias (Pais, 1993). Estes/as devem assim ser pensados/as como estando inseridos/as numa determinada fase da vida, mas também como estando inseridos em classes sociais diferentes, nem sempre em rutura com as gerações mais velhas, das quais muitas vezes mantém ou reenquadram valores.

Acresce ainda que, actualmente, a juventude pode ser considerada como um período social de semi-independência, moldado por legislação e por normas culturais, que forma uma ponte entre a total dependência e o estatuto de adulto (Furlong e Cartmel, 2007). Neste sentido, Galland (2003) refere também que a juventude constitui, acima de tudo, um contínuo, em que os atributos da vida adulta vão sendo adquiridos, em diferentes fases, ao longo de vários anos, e em que cada fase é repartida em diferentes situações, que, tomadas em conjunto, representam uma transição gradual para a vida adulta. Ora, o maior período de tempo que o termo juventude cobre, actualmente, e o facto de vários/as jovens fazerem as suas transições para a vida adulta, oscilando entre um estado de dependência e um estado de autonomia, levou alguns autores a renomear esta fase da vida, por exemplo, como “jovens adultos”³³⁴(Egris, 2001) ou “adulez emergente” (Arnett, 2004)³³⁵. Mas o que significa então ser-se jovem para os/as “jovens” entrevistados/as?

³³⁴ De acordo com os/as autores/as pertencentes ao grupo de trabalho EGRIS (2001), o termo jovem adulto/a dá conta das incertezas e das mudanças na estrutura e na agência das transições para a vida adulta (EGRIS, 2001). Como se tem vindo a ver, optou-se pelo uso do termo jovens adultos/as, na medida em que se considerou que este era mais adequado para os objetivos deste trabalho.

³³⁵ Embora se considere o livro de Arnett (2004), sobre a adulez emergente, interessante (sendo mesmo usado como referência para algumas situações), pensa-se, contudo, no sentido de Bynner (2005), que o autor não dá atenção suficiente aos condicionamentos estruturais que afectam a juventude; e que, por conseguinte, universaliza a existência deste tipo de trajetória para a vida adulta, quando, como se referiu em cima, existem várias formas de percorrer estes caminhos, todos eles socialmente condicionados, sendo que uns se aproximam deste ideal tipo, enquanto outros não.

Para a maioria deles/as, ser-se jovem significa viver no presente e não pensar no futuro, não ter responsabilidades (alguns jovens homens e uma minoria de jovens mulheres, com o ensino secundário e mais), preparar o futuro (alguns jovens homens, a frequentar o ensino superior ou já com licenciatura), uma fase da vida ou uma idade, que pode, no entanto, variar de indivíduo para indivíduo (alguns/algumas jovens, a frequentar o ensino superior ou já com licenciatura), aproveitar a vida e/ou divertir-se (muito comum, especialmente entre as jovens mulheres, ou entre os jovens homens, a frequentar o ensino superior ou já com licenciatura).

Por seu turno, a juventude é considerada, pela maioria do/as jovens, como um período de tempo associado ao lazer e à sociabilidade, do qual faz parte o sair à noite, para cafés, discotecas, bares, o beber, o ir a festas e/ou a jantares, ou, simplesmente, estar com o/as amigos, como se referiu no capítulo 4. Esta é, também, sobretudo, para os/as jovens com o ensino secundário ou mais, uma fase de descoberta, em que se pode experimentar³³⁶, divertir-se, aproveitar a vida, fazer erros, e, de vez em quando, ser-se irresponsável. É neste quadro, que se aproveita a vida nocturna, que se namora, que se passa tempo com os/as amigo/as, que se aprendem coisas novas, e que, por vezes, se fazem coisas “malucas e perigosas”: *“Tu podes fazer tudo o que queres [...]. Meter-me com os gajos que eu quiser, fazer o que eu quiser com eles, sei lá, apanhar as borracheiras que eu quiser. Mais? Fazer as asneiras que eu quiser, ou seja cometer as irresponsabilidades que se cometem às vezes”* (Carolina, 22 anos, licenciada, empregada de loja/barmaid). No entanto, especialmente, para alguns/algumas jovens com o ensino secundário e para as jovens mulheres com filhos/as e/ou que já não vivem com os seus pais, estas experiências e este aproveitar da vida deve ser feito com limites, cautela, e responsabilidade. Portanto, sem necessidade de excessos: *“Podemos fazer tudo, desde ir ao cinema, do sair fora para jantar [...], sair à noite de vez em quando. Acho que não necessitam de beber, não necessitam de fumar, não necessitam de fazer escândalos [...] para uma pessoa se divertir”* (Inês, 21 anos, 11º ano incompleto, empregada de balcão/barmaid).

Vário/as jovens (especialmente, as jovens mulheres, em geral, e os jovens homens com o ensino secundário ou mais) consideram ainda que a juventude é, antes de mais, um estado de espírito, possuir um determinado tipo de mentalidade: ter uma mente aberta, ser aventureiro, saber como viver a vida, aprender todos os dias, saber aproveitar a vida, aceitar novos desafios, querer progredir na vida, ter uma atitude positiva, não se ser conservador... Neste sentido, (sobretudo, para o/as jovens a frequentar o ensino superior ou com licenciatura) os indivíduos podem ser jovens em qualquer idade: *“Para mim ser jovem é essencialmente um exercício mental. Eu conheço jovens de faixa etária que são mais velhos que os velhos de faixa etária. E conheço velhos [...] de faixa etária que são uns autênticos*

³³⁶ De acordo com Galland (2011), mesmo tendo em conta os diferentes modelos existentes de transição para a vida adulta na Europa, a experimentação é o que caracteriza actualmente a juventude. Para o autor (Galland, 2011), nos dias de hoje, a juventude compreende um longo processo de construção estatutária e identitária do Eu, em que os jovens utilizam determinados elementos transmitidos por diferentes instâncias de socialização, em função das suas trajectórias de vida. Assim a definição do Eu não é, para estes/as jovens, herdada, mas construída através de um processo de experimentação e erro.

malucos, são autênticos jovens. O ser jovem no fundo é ter aquele espírito de aventura de bravura, de coragem, de boa disposição” (Francisco, 26 anos, licenciatura, perito/formador). Ser-se jovem não depende, assim, da idade biológica³³⁷, mas da mentalidade que se tem. O desejo que vários/as destes/as jovens mostram em continuar a ser jovens, isto é, a ter uma mentalidade jovem, durante a sua vida, pode ser percebido como fazendo parte da idealização da juventude nas sociedades ocidentais contemporâneas³³⁸.

Por seu turno, quando se é adulto³³⁹, de acordo, com algumas jovens mulheres (nomeadamente, as jovens mulheres a frequentar o ensino superior ou com licenciatura), está-se mais sujeito a uma pressão para a conformidade social, no sentido em que as pessoas esperam mais dos indivíduos adultos, do que do/as jovens, sendo que os primeiros são mais sancionados pelas suas acções, enquanto que os/as segundo/as são mais desculpabilizados, apenas com base na sua idade. Associada a esta mudança, do que é esperado pela sociedade, para a maior parte do/as jovens, está a ideia de que ser-se adulto é, acima de tudo, ter mais responsabilidades (em termos de trabalho, horários, vida familiar e/ou assunção de despesas), mudar de mentalidade, no sentido, de ganho de maturidade, de aquisição de maior experiência de vida. Os indivíduos deixam de poder cometer os mesmos erros de quando são jovens, passando a ter uma mentalidade diferente, em que têm que passar a pensar mais no futuro, a ser mais racionais, e/ou a ter mais calma. Os erros feitos, durante o período de juventude, servem agora de fonte aprendizagem e de crescimento³⁴⁰.

Mas o ser-se adulto, tal como o ser-se joven, pode ser apenas considerado como um estatuto dado pela sociedade, quando se chega aos 18 anos e se atinge a maioridade legal (passando, por exemplo, a poder-se conduzir), ou um nome atribuído a uma determinada fase da vida ou quando o indivíduo tem determinada idade. Mais uma vez, tal como com a juventude (especialmente para o/as jovens com o ensino secundário e mais), o ser-se adulto depende de um estado de espírito e da mentalidade de cada um, mas em que há algum espaço para que as pessoas possam ser jovens e adultas ao mesmo tempo. Neste sentido, não tem que existir necessariamente uma ruptura entre ser-se jovem e adulto. Acresce ainda que, para alguns/algumas jovens, estas fases são consideradas como semelhantes, embora a adulez possa representar um pouco mais de responsabilidades: *“Ser adulto é exactamente a mesma coisa que ser jovem, só que com mais responsabilidades. [...] O trabalho, né? [...] Outros adultos,*

³³⁷ Apesar dos/as jovens entrevistados/as tendem a não atribuir grande importância à idade como um marco importante de passagem para uma outra fase da vida, concorda-se com Pais (2010), quando este sublinha a importância das idades cronológicas para estes processos, na medida em que as idades cronológicas legitimam o acesso dos indivíduos a direitos e deveres políticos e jurídicos.

³³⁸ Pais (2010: 21) mostra como a juventude se constituiu como uma geração de referência.

³³⁹ Tal como referem Guerreiro e Abrantes (2004: 110), para vários/as dos/das jovens entrevistados/as, tende a existir um paradigma familiar a “dois tempos”, em que existe um primeiro período de liberdade, experiências e aventura; e um segundo período de responsabilidade e de estabilidade.

³⁴⁰ Estes resultados vão de encontro aos dados de outros/as autores/as, como Arnett (2004); Furlong e Cartmel (2007) e Galland (2011), que dão conta de como tornar-se adulto está associado à aquisição de uma série de atributos, como o ter um emprego estável, ser financeiramente independente, ter autonomia residencial e, por fim, ter um relacionamento sexual e/ou amoroso sério e duradouro (especialmente, com a entrada em conjugalidade).

para além disso, têm o empréstimo da casa, têm os filhos, têm outras coisas que dependem deles” (Norberto, 25 anos, licenciatura, bancário).

Este ganho ou aumento de responsabilidade é fundamental para a percepção, que a maior parte dos/das jovens têm, daquilo que é a transição para a vida adulta. As “responsabilidades” remetem, assim, para: questões financeiras (especialmente, no caso dos jovens homens com o ensino básico e secundário); o fim da escola³⁴¹ e a entrada no mercado de trabalho (em geral); o arrendamento ou a compra de uma casa (algumas jovens mulheres e alguns jovens homens com o ensino secundário); ter um relacionamento sexual e amoroso sério e duradouro, especialmente quando se trata de uma entrada em conjugalidade³⁴² (alguns/algumas jovens mulheres e homens com o ensino básico, secundário, mas também a frequentar o ensino superior); e/ou ter uma família, nomeadamente filho/as (em geral).

“Ser-se adulto? É mais responsabilidades, completamente. Tem que se trabalhar muito, depende das pessoas, não é? Agora que vou ter que criar uma família, o ser adulto acho que é mais responsabilidades. A níveis financeiros, ah, a níveis psicológicos, que às vezes as contas são tantas que a gente fica (ri) a bater mal como se diz.” (Cristiano, 21 anos, 9º ano, desempregado, união de facto)

A par do aumento das responsabilidades estão a aquisição de autonomia e de independência³⁴³. Estes são aspectos também considerados como bastante importantes para a aquisição de um estatuto de adulto (especialmente, para as jovens mulheres, mas também para os jovens homens com o ensino básico e secundário). Neste sentido sublinham-se: a não dependência dos pais e/ou da família e o passar a depender de si próprio para as despesas diárias; o ter o seu próprio espaço, as suas coisas e/ou o seu dinheiro; e/ou o facto de se ter que começar a cuidar de si próprio e não ter outros/as, geralmente a família, para tomar conta do indivíduo.

“Pronto, para mim o que faz é mesmo a questão talvez se calhar de deixar de depender dos pais, pronto. Se formos a ver por hoje em dia é mesmo, uma pessoa torna-se mais adulta é quando começa a depender de si própria e ter que tomar conta das suas contas, pronto, tudo o que envolva a sua vida. Deixar de estar dependente dos pais para isto e para aquilo e tar só mesmo na sua vida. Tem que saber gerir a sua vida sozinho.” (Bruno, 23 anos, 12º ano, DJ)

A mudança de mentalidade é outro dos marcadores referidos (sobretudo pelo/as jovens mais qualificado/as, mas não só). Assim, por um lado, começa-se a ser mais maduro, a pensar-se mais nas

³⁴¹ Embora vários/as jovens refiram o fim da escola e a entrada no mercado de trabalho como um aspecto importante para o acesso ao estatuto de adulto, indo de encontro ao referido por Galland (2003, 2011), as suas histórias mostram também que a duração da escolaridade não é um factor decisivo na aquisição de autonomia residencial. Assim, se em alguns países, nomeadamente no norte da Europa, existem percursos escolares longos associados a saídas mais rápidas de casa dos pais, noutros países, nomeadamente do sul da Europa, os/as jovens demoram mais tempo a ter a sua independência, mesmo quando têm um percurso escolar mais curto (Galland, 2003; 2011).

³⁴² Estes resultados vão de encontro ao referido por Aboim (2011: 119), que considera que o casamento continua a ser “um marcador simbólico da passagem entre um período escolar e de experimentação relacional para a idade adulta”.

³⁴³ De forma semelhante Arnett (2004), mostra como os/as jovens, que entrevistou, associam a independência financeira, a autonomia das suas decisões e a aquisição de responsabilidades ao estatuto de adultos.

consequências das suas acções, a sentirem-se mais preocupações, por exemplo ao nível de trabalho e familiar. Por outro lado, começa a planear-se o futuro, a pensar-se em comprar uma casa, casar, ter filhos..., como refere o David (26 anos, 9º ano, serralheiro): *“É mesmo a idade a passar e a gente vê que quer ser alguém, quer ter uma vida, quer ter uma família”*. Mas este amadurecimento (sobretudo, para alguns jovens homens, um número menor de jovens mulheres, e para parte do/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual), independentemente da idade (que alguns/algumas jovens apontam para os 18 anos, outros para os 20 e qualquer coisa, e, outros ainda, para os 30), pode ser acelerado em face dos contexto e/ou das experiências de vida dos/as jovens, especialmente quando se começa a trabalhar “cedo” e/ou quando se passa por problemas, obstáculos ou dificuldades na vida; quando se ganha um certo “calo”: *“Eu por acaso aprendi a ser independente mais cedo do que muito jovem nos dias de hoje. [...] A gerir as minhas coisas e comecei a ter um ordenado novo, né?, com 16 anos, nem isso. Pronto, são outras responsabilidades e se calhar aprendemos a crescer com isso.”* (António, 23 anos, 9º ano incompleto, pedreiro).

Neste “continuum” entre ser-se jovem e ser-se adulto, os/as jovens tendem a situar-se em três tipos de posições: jovens, no meio-termo/ambos, ou adultos, independentemente (ou não) da idade que têm. Contudo, a maioria deles/as (jovens mulheres, em geral, e os jovens homens, com o ensino secundário ou mais) vê-se como estando a meio caminho de um percurso, entre aquilo que é o ser-se jovem e o ser-se adulto. Definindo-se como parcialmente jovens e como parcialmente adultos, há uma ideia que eles/as são um pouco de ambos, que se encontram numa espécie de intemédio entre estas fases da vida, e/ou que se dividem entre um e outro, dependendo do contexto: do dia da semana, da hora do dia, das pessoas com quem interagem³⁴⁴: *“Jovem e adulto ao mesmo tempo. Porque tanto gosto de me divertir, mas quando chega a hora de trabalhar tento ser minimamente responsável”* (Bernardo, 23 anos, estudante do ensino superior).

Por seu turno, a aprendizagem constante, os erros que se cometem, a idade e/ou a mentalidade que se tem, o facto de não se ter um trabalho fixo e/ou um relacionamento “consolidado” (por uma entrada em conjugalidade) com um(a) parceiro/a leva alguns/algumas entrevistados/as (jovens homens e mulheres com o ensino secundário ou mais) a auto-representarem-se como jovens: *“De momento ainda me sinto mais jovem, por não ter também um emprego estável, por estar numa relação que apesar de ser séria, ainda não é muito séria [...] Somos apenas namorados não vivemos juntos nem nada disso”* (Victor, 22 anos, licenciatura, professor/formador). No sentido oposto, a aquisição de responsabilidades, com a entrada em conjugalidade, o ter filhos, uma renda para pagar, o facto de se trabalhar há muitos anos, viver ou ter vivido já fora de casa dos pais, e/ou a idade que se tem levam alguns/algumas jovens (um pouco mais de jovens homens do que jovens mulheres, sobretudo com o ensino básico e secundário, e/ou jovens homens e mulheres perto dos 30 anos, com o ensino superior) a referir que já se consideram adulto/as.

³⁴⁴ Sendo as noites, os fins de semana e/ou os/as amigos associados a comportamentos mais juvenis, enquanto que o dia, a semana e os colegas de trabalho são associados a maneiras de estar mais adultas.

“Eu estou a entrar nessa fase já de adulta, porque já me juntei. Foi só há 3 meses atrás [...]. Sinto maturidade, mas sinto-me já assim um bocado adulta e sinto que tenho mais responsabilidades. [...] É a lida da casa, o jantar, tu sentes que tens que ter um trabalho mesmo para poderes pagar as tuas despesas; tens aquele x de dinheiro já não podes tipo ires estragar para a noite ou ires a jantares, tens que guardar, pode surgir alguma prestação para pagar, tu tens que a pagar.” (Ana, 26 anos, 12º ano incompleto, desempregada/bairmaid em part-time)

Interessante é verificar que o mesmo tipo de argumentos serve, em diferentes ocasiões, e/ou de variadas formas, para justificar a inserção num ou noutra grupo de idade. Assim, por exemplo, a aquisição de responsabilidades, como o ter um emprego ou contas para pagar pode levar os/as jovens a sentirem-se mais adulto/as, mas as responsabilidades podem ainda ser pensadas como algo que os/as jovens também têm, e que os faz amadurecer, mas que não alteram o seu estatuto enquanto jovens. Em termos de idade, ter “vinte e alguns anos”, a caminhar para os 30 anos, pode: servir como marcador externo de ser-se adulto, mas não ser sentido como alterando o estatuto do indivíduo enquanto jovem ou jovem adulto; ser pensado como uma idade em que ainda se é jovem; ou, pelo contrário, em que já se é adulto. A ambivalência e as contradições que, como se tem vindo a ver, têm permeado as histórias dos/as jovens, reaparecem aqui nas representações do que é ser-se jovem ou adulto e/ou no modo como é feita esta transição.

6.2. Saindo de casa dos pais: práticas e expectativas residênciais

Tal como foi referido anteriormente, as mudanças que afectam os jovens, como a extensão da educação, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, as oportunidades existentes (EGRIS, 2001; Furlong e Carmel, 1997, 2007; Galland, 1996, 2011; Jones, 1995; Pais, 1993a, 1993b; Saraceno, 1997) levaram a um aumento do período em que os/as jovens estão dependentes dos pais³⁴⁵. No entanto, na Europa, existem grandes diferenças no que concerne a saída de casa dos pais/familiares, com os/as jovens a saírem, tendencialmente, mais cedo nos países do norte da Europa do que nos países do sul da Europa (EGRIS, 2001; Galand, 2003, 2011; Saraceno et al., 2005; Torres e Lapa, 2010). Acresce ainda que, nos países do norte da Europa, a saída dos/as jovens de casa dos pais tende a ser seguida por uma diversidade de formas de habitação, como o viver sozinho, partilhar um apartamento ou coabitar, enquanto que no sul da Europa é comum que os jovens com trinta e poucos

³⁴⁵ De acordo com Pais (1993a), este prolongamento em casa dos pais e a manutenção de um universo cultural distinto da família de origem podem fazer com que a convivência entre pais e filhos/as se traduza em conflitos familiares. No entanto, para uma parte significativa dos/as jovens entrevistados/as, as relações entre pais e filhos tendem a ser pacíficas, com excepção de algumas discordâncias menores, que podem estar relacionadas com a “invasão” do espaço pessoal (simbolizado, por exemplo, pelo quarto), com a realização das tarefas domésticas, com alguma supervisão nas saídas e nos horários nocturnos de chegada a casa (no caso das jovens mulheres), e com o retorno a casa após se ter estudado fora (também no caso das jovens mulheres). Os problemas familiares “mais graves”, embora existam (como se referiu no capítulo 4 e se vai voltar a falar neste capítulo) têm, geralmente, origem noutras questões que não o prolongamento da estadia em casa dos pais/familiares, levando, geralmente, à saída de casa destes.

anos vivam ainda com os pais, saindo de sua casa apenas para formar uma nova família (Biggart e Walther, 2006; EGRIS, 2001; Ferreira e Nunes, 2010; Furlong e Cartmel, 2007; Saraceno et al., 2005; Torres e Lapa, 2010).

De acordo com Saraceno et al. (2005), os diferentes padrões de formação de família, existentes na Europa, envolvem diferentes tipos de apoios por parte da família de origem, assim como diferentes opções acessíveis aos jovens. Ser-se autónomo pode estar dependente, por exemplo, de valores culturais, de um mercado de trabalho favorável ou do apoio do estado. As decisões que envolvem a formação de uma nova família são ditadas por várias circunstâncias, como as condições do mercado de trabalho. Ser-se financeiramente independente permite aos jovens formar a sua própria família, mas nos países em que existe apoio financeiro do estado os/as jovens podem mais facilmente viver sozinhos. Contudo, na generalidade dos países da Europa (Galland, 2011), e mais especificamente em países como França (Galland, 2011), Espanha e Portugal (Ferreira e Nunes, 2010; Torres e Lapa, 2010), a precariedade do mercado de trabalho, o subemprego e/ou o desemprego, existente entre os/as jovens, são factores que contribuem para o retardamento da saída de casa da família de origem.

No caso dos/as jovens entrevistados/as, uma parte significativa destes/as reside ainda com a sua família de origem, quer seja com ambos os pais ou apenas com um deles, no caso de filho/as de pais divorciados, quer seja com um outro membro da família, como um(a) irmão/irmã ou avós. Num entanto, um grupo de jovens, que reside actualmente com os pais, (nomeadamente entre os/as jovens mais qualificado/as), são jovens que saíram de casa destes, anteriormente, para estudar no ensino secundário e, especialmente, no ensino superior, mas que, após o fim do curso e/ou de uma vivência em conjugalidade terminada, regressaram a casa destes/as, num processo “legitimado” de “viver longe” (living away)³⁴⁶ e de retorno à casa da família de origem (Jones, 1995).

Já entre os/as jovens que vivem, temporária ou permanentemente, fora de casa dos pais/ou de familiares, existem várias situações. Por um lado, existe um grupo de jovens que saíram de casa para frequentar a universidade, estando numa forma de autonomia residencial temporária e de dependência financeira da família de origem, sendo que alguns/algumas destes/as pretendem retornar, enquanto outros recusam essa possibilidade e/ou esperam continuar a viver e trabalhar na área onde se encontram a estudar, ou noutra sítio do país ou do estrangeiro. Estes/as jovens tendem a partilhar casa com outros/as colegas estudantes e, num menor número de casos, com um(a) parceiro(a) (“oficialmente” ou não), com um familiar e/ou vivem sozinhos/as. Por outro lado, existe um grupo de jovens que saiu de casa dos pais, de forma que pode ser percebida como mais permanente, para viver

³⁴⁶ Vários/as autores/as fazem uso dos conceitos: sair de casa (“living home”) e viver fora de casa (“living away”) (Furlong e Cartmel, 2007; Galland, 2003; 2011; Jones, 1995), no sentido de sublinhar uma saída mais temporária de casa, por exemplo para ir estudar para a universidade, que tende a ser seguida de um retorno à casa dos pais (viver fora de casa), e uma saída percebida como mais definitiva de casa dos pais, por exemplo, para ir residir em conjugalidade (sair de casa) (embora este tipo de saída de casa dos pais possa, também, ser reversível).

em conjugalidade, com um(a) parceiro/a e/ou os/as filho/as (quando estes/as existem), e/ou com amigos/as, quando já se está inserido no mercado de trabalho (estudando simultaneamente ou não)³⁴⁷.

No entanto, tal como referido por vários autores/as (Furlong e Cartmel, 2007; Jones, 1995; Pais, 1993a), estes modos de residência podem não ter uma sequência linear. Pode, assim, ter-se saído de casa dos pais para ir para a universidade, seguindo-se de uma vivência em conjugalidade e depois do regresso a casa dos pais ou de uma vivência a sós; pode também ter-se saído de casa dos pais, para se ir viver com colegas e trabalhar, passando depois a viver em conjugalidade, podendo depois voltar-se a residir com a família, sem um(a) parceiro/a, mas sendo financeiramente independente; pode também viver-se aos fins de semana no contexto universitário com os/as colegas e aos fins de semana com a família, ou com a família durante a semana, por uma questão de proximidade ao local de trabalho, e aos fins de semana com o/a parceiro/a³⁴⁸. As modalidades de residência destes/as jovens são, então, dinâmicas e, por vezes, caracterizadas por uma certa complexidade e por situações mistas, denotando, frequentemente, a existência de estados de semi-independência (Biggart e Walther, 2006).

Tendo em consideração as modalidades residências, passadas e presentes, dos/as jovens, perguntou-se também qual seria a sua situação ideal. Neste sentido, a maior parte dos/as jovens refere que gostaria de mudar a situação em que vive à altura da entrevista. Entre os/as jovens que vivem sozinho/as, com colegas e/ou com um(a) parceiro/a fala-se em viver-se sozinho/a, viver-se com menos pessoas, viver-se com as pessoas de quem se gosta (familiar, parceiro e/ou outra situação), e/ou viver-se em casa própria. No entanto, como referido, a maioria dos/as jovens vive com os seus pais e/ou outros familiares, e é esta situação que vários/as deles/as gostariam de mudar. Os/as jovens dividem-se, contudo, quanto ao modo como gostariam de viver depois de saírem de casa dos pais/familiares. Assim, se parte deles/as, sobretudo, os jovens homens, mas também algumas jovens mulheres, gostaria de sair de casa apenas para ir viver com um(a) parceiro/a (actual ou desejado/a), outros/as tantos/as gostariam, antes, de ir viver sozinho/as, pelo menos por uns tempos, abrindo, depois, a possibilidade à vivência em conjugalidade: “*[Gostaria de viver] Sozinha. Só que, pronto, dadas as condições em que estou... Também não pensava que, com esta idade ia estar a viver com a minha mãe. [...] Se eu alguma vez viver com alguém, tem que ser a pessoa que eu goste. Ainda não encontrei...*” (Dina, 29 anos, licenciatura, desempregada). Destes/as jovens, vários/as referem ainda que gostariam de ir viver com amigos/as: “*Eu cada vez que pego num jornal ou assim vou ver se encontro uma casa, a renda, etc, etc., porque quero ter a minha independência. [...]. Arranjar mais um ou dois gajos [com quem viver]. Isso é assim uma ideia muito vaga ainda, muito vaga mesmo*” (José, 19 anos, 8º ano, impermeabilizador).

³⁴⁷ Esta forma de residência, considerada cada vez mais comum, tende a ser chamada de intermediária, sendo, geralmente, justificada por se ir estudar no ensino superior, por se ir trabalhar para outra localidade e/ou por se querer ganhar mais responsabilidades e/ou um maior sentimento de autonomia (Furlong e Cartmel, 2007; Galland, 2011; Jones, 1995).

³⁴⁸ Estes exemplos ilustram o facto de que, como refere Jones (1995), a saída de casa é para muitos/as jovens um processo, podendo representar uma mudança de estatuto entre dependência e independência.

Mas vários/as são também os/as jovens que consideram sentir-se bem com a sua situação. Entre estes/as encontram-se alguns dos jovens homens que, estando a estudar e/ou a trabalhar têm casa própria e/ou que vivem com os amigos. Por seu turno, no caso dos/as jovens que vivem com a família de origem e/ou com outros familiares, são sobretudo os jovens homens, com diferentes níveis de escolaridade, que referem sentir-se satisfeitos com o modo como vivem³⁴⁹. Para estes/as jovens viver em casa dos pais pode ser considerada uma situação bastante confortável, na medida em que, indo ao encontro ao referido por vários/as autores/as como Galland (2003, 2011), Guerreiro e Abrantes (2004) ou Pais (1993a), podem viver de forma autónoma e financeiramente independente (geralmente, com pouco controlo parental e com liberdade nas suas vidas pessoais), ao mesmo tempo que podem usufruir de um serviço de “cama e roupa lavada” e refeições, não tendo que pagar as despesas que comporta ter casa própria, como a água, a electricidade, as prestações mensais ao banco, etc... Neste sentido, a saída de casa dos pais para uma casa própria pode ser considerada como um passo para a idade adulta, que os/as jovens não querem ou sentem que não estão preparados/as para dar. Por outro lado, estar em casa dos pais, permite a alguns/algumas destes/as jovens (pensar em) fazer poupanças para a aquisição futura de uma casa própria e/ou para (re)direcionar o dinheiro para outros fins, como as actividades de lazer, consumo pessoal, etc³⁵⁰.

“Eu acho que a partir do momento em que eu tenha uma casa própria e tenha de começar a trabalhar para ela, eu deixo de tomar café tantas vezes com os meus amigos. [...] Também sinto-me bem aqui, atenção, eu gosto de morar com os meus pais, se não gostasse se calhar também já tinha tentado evoluir um bocadinho. [...] Eu vejo também pelo meu irmão, ele casou agora há pouquinho tempo e o ordenado deles é quase para pagar a prestação da casa, a luz, água [...]. Acho que se perde muito, e eu ainda não estou preparada para isso.” (Carla, 28 anos, frequentou a universidade, mas não acabou, empregada de supermercado)

“Neste momento estou bem como estou [a viver com a mãe]. Eu gosto de viver em casa da minha mãe, mas também tenho de ser independente, de ter o meu espaço, de estar sozinho [...]. [Sente-se bem em casa] Porque facilita a minha vida em muitos aspectos: a nível financeiro, a nível de comida feita, roupa passada e isso é bom, dá menos trabalho.” (Paulo, 22 anos, 12º ano, electricista/pizzeiro)

É ainda de acrescentar que são bastantes os/as jovens que, querendo ou não sair de casa de pais, ao momento da entrevista, referem que não se imaginam a viver sozinhos, preferindo antes viver com um parceiro/a, com amigo/as, ou mesmo com a família. A primazia de uma vivência relacional fica assim expressa nos discursos destes/as jovens, como se pode ver pelo seguinte exemplo: *“Era incapaz de viver sozinho. Incapaz! Acho que é uma solidão. [...] Pode não ser o teu namorado [...], mas acho que é saudável viver com alguém. Nem que seja para desabafar, ter alguém ali ao teu lado que te percebe” (Eurico, 25 anos, estudante do ensino superior).*

³⁴⁹ Embora existam também algumas jovens mulheres (nomeadamente jovens mulheres com o ensino secundário, mas também a frequentar a licenciatura e/ou com licenciatura, tendencialmente sem “namorado sério”, ou com namorado sério, mas com menos de 24 anos, e tendencialmente ainda a estudar) que referem gostar de viver com os pais.

³⁵⁰ Neste sentido, como referem Guerreiro e Abrantes (2004:106), o adiamento da saída de casa dos pais “constitui uma opção, fundamentada por novos padrões de vida e disposições culturais”.

Todavia, como tem sido já habitual, ao longo deste trabalho, os discursos dos/as jovens são, frequentemente, mais ambivalentes do que uma opção clara pela vivência a sós, com os pais ou com os/as amigos/as. Podendo estar satisfeitos ou não com a sua actual situação de residência, vários/as jovens oscilam perante diferentes opções possíveis para um futuro, mais ou menos, distante; alternando, assim, a sua posição entre uma vivência com os pais/familiares, amigo/as e/ou com um(a) parceiro/a. Deste modo, a possibilidade actual de diversas formas de residência (Furlong e Cartmel, 2007) reflecte-se tanto nas práticas como nos discursos dos/as jovens, apesar de uma grande parte destes/as residirem com os pais/família e/ou terem preferência por algum tipo de residência relacional.

6.2.1. *Eu sai/vou sair porque...: os motivos dados para sair de casa dos pais*

Vários/as são, então, os/as jovens que saíram já de casa dos pais. Tirando o caso dos/as jovens que saíram de forma, mais ou menos, temporária para ir estudar para alguma universidade, longe do lugar de residência da família de origem, os motivos dados para a saída de casa dos pais relacionam-se, sobretudo, com a entrada em conjugalidade, problemas familiares e/ou o desejo de autonomia. Por seu turno, entre os/as jovens que ainda vivem em casa dos pais/família, o tipo de motivos referidos, para uma possível saída desta, estão relacionados com uma possível entrada em conjugalidade; a procura de independência e de autonomia; a idade e o lugar na trajectória de vida; e o trabalho, a carreira e/ou os aspectos financeiros. Assim, no geral, foi visível que, para estes/as jovens, as razões “legítimas” (Jones, 1995) que tendem a motivar uma mudança de residência, da família de origem para diferentes formas de autonomia residencial, dizem respeito: a questões relacionais (a entrada em conjugalidade e/ou parentalidade, e/ou as dinâmicas relacionadas com a família de origem); à transição para a vida adulta e ao ciclo de vida (os desejos de independência e autonomia, a idade que se têm, o lugar ocupado na trajectória de vida); e a aspectos relacionados com o percurso escolar, o trabalho pago e as questões monetárias.

Os aspectos relacionais³⁵¹

Uma parte dos/as jovens, sobretudo, jovens mulheres heterossexuais, como o ensino elementar ou secundário³⁵², que já saíram de casa dos pais/família ou que estavam a pensar em sair, à altura da entrevista, fazem-no para ir *viver em conjugalidade*³⁵³. Esta vivência a dois é, por vezes, iniciada em

³⁵¹ Sobre a importância das “carreiras amorosas” para a transição para a vida adulta, e nomeadamente, para a “carreira” habitacional, ver Nico (2011).

³⁵² O facto de serem as jovens com menores qualificações a fazerem um percurso de “autonomização”, relativamente à família de origem, através da conjugalidade é também referido por Knauth et al. (2006), para o contexto brasileiro. Segundo os/as autores (Knauth et al., 2006), para as jovens mais qualificadas, mesmo quando envolvidas num relacionamento sério e duradouro, a conjugalidade não faz parte dos seus horizontes de possibilidades próximos, enquanto que para as jovens menos qualificadas esta é uma situação frequente. Para estas jovens menos escolarizadas, a entrada em conjugalidade constitui uma estratégia de autonomização e de auto-valorização importante em face a um défice de outros recursos e/ou projectos, como os estudos.

³⁵³ Torres e Lapa (2010) mostram como, entre os países europeus que analisaram (Suécia, Finlândia, Holanda, Alemanha, Reino Unido, Espanha e Portugal), Portugal tem a percentagem mais elevada de jovens casados/as e com filhos/as, o que os leva a argumentar que os/as jovens portuguesas/as continuam a sair de casa

casa dos pais de um dos elementos do casal, especialmente, por razões económicas. Contudo, após algum tempo, a procura de autonomia e /ou o não querer incomodar a família, leva o/as jovens a procurar casa própria

“Eu também já vivia em casa dos pais dele [namorado] e com ele. [...] Como a gente gostava mesmo um do outro era difícil eu estar na minha casa e ele na dele, e então ele disse que não havia problema [viver em casa dos pais dele] e eu aceitei isso bem, e eu fui logo, não me importei. Claro que depois importei-me, mais tarde. [...] Não é que eu não goste dos pais dele, porque eu adoro os pais dele, só que é a cena de estar a incomodar as pessoas. Eles se calhar querem ter a sua privacidade e não o têm porque eu estou ali, não é? [...]E então foi aí que a gente resolveu comprar casa.” (Ana, 26 anos, 12º ano incompleto, desempregada/bairmaid em part-time)

Para vários/as outros/as jovens (nomeadamente, para as jovens mulheres e para os jovens homens com o ensino secundário e/ou superior; jovens tendencialmente mais religioso/as – católico/as praticantes e não praticantes com forte socialização religiosa) que ainda residem com a família de origem, a saída de casa dos pais justifica-se também por uma possível entrada em conjugalidade. É o facto de encontrarem um(a) parceiro/a com quem possam partilhar a sua vida que faz com que isso possa acontecer, como se pode ver pelo exemplo do Guilherme (25 anos, 12º ano, administrativo): *“É o próximo passo mesmo. É juntar-me com outra pessoa para depois conhecer a pessoa, etc. casar-me e constituir família”*.

No entanto, a entrada em conjugalidade pode ser acelerada por questões relacionadas com *dinâmicas e/ou problemas familiares*³⁵⁴. O controlo parental mais restricto sobre as amizades, os lazeres e/ou a sexualidade das jovens mulheres, a que se fez referência no capítulo 4, leva algumas delas, tendencialmente com o ensino básico ou secundário, a sair de casa para ir viver com um companheiro³⁵⁵. Este foi o caso da Tânia.

“Foi mais quando eu fiz os 18 anos [...]. Antes disso eu não saía de casa, era só trabalho, escola. Depois quando eu tirei a carta é que eu comecei a sair. [...] Ela não gostava muito que eu saísse, mas eu, como abalava de carro, ela não podia ir atrás de mim (ri-se). [...] Eu comecei a sair, depois também eu juntei-me logo muito cedo porque a minha mãe não queria, então eu sai de casa. [...] E fui viver com ele. [...] Tinha 18 anos.” (Tânia, 26 anos, 9º ano, empregada de balcão)

Mas nem sempre a saída de casa dos pais, motivada por dinâmicas e/ou problemas familiares, é feita para se ir viver com um parceiro. Este é o caso da Verónica, que viu o seu raio de acção limitado

dos pais/familiares através da conjugalidade (e, principalmente, do casamento) e da formação de uma nova família. O caso português será então comum a outros países do sul da Europa, em que a formação de uma nova família tende a ser o motivo para sair de casa dos pais/familiares; contrastando com os países do norte da Europa, onde tende a haver uma maior pluralidade de possibilidades para a saída de casa dos pais/familiares (por exemplo, entrar em conjugalidade, com ou sem filhos, ou viver-se sozinho/a).

³⁵⁴ Como referem Beck e Beck-Gernesheim (2001), no caso destas jovens, a existência de um trabalho pago permite-lhes “escaparem” mais facilmente aos conflitos familiares.

³⁵⁵ Indo de encontro, ao referido por Torres (2002), existem ainda jovens mulheres para quem a entrada em conjugalidade pode representar uma “fuga” ao controlo efectuado pelos pais, relacionados, sobretudo, com a possibilidade de vivência de relações amorosas e da sexualidade, tal como acontecia para mulheres de outras gerações.

quando a família se mudou, do país onde estavam emigrados, para Portugal. Estando habituada a fazer “o que lhe apetecia”, viu as “asas cortadas” pelo pai que não gostou dos seus novos amigos, pelo que a Verónica, já trabalhando à altura, decidiu sair de casa: “*Ah, na altura chateei-me... [...] Porque eu em França fazia tudo o que me apetecia, quando cheguei aqui cortaram-me um bocado as asas. E decidi-me ir embora, já trabalhava, na minha cabeça pensava que já sabia o que é que era viver sozinha e fui-me embora*” (Verónica, 21 anos, 9º ano incompleto, empregada de supermercado).

No caso dos/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual, a percepção de um tradicionalismo dos pais (real ou receado), associado com uma forte heteronormatividade e homofobia, pode apressar a sua saída de casa dos pais e/ou aumentar o desejo de acabar os estudos, entrar no mercado de trabalho e ser-se autónomo o mais depressa possível, independentemente da sua “saída do armário”. É a vivência do controlo e do autoritarismo dos pais, o sentimento de falta de autonomia e/ou a negação do seu “Eu verdadeiro” que “empurra” estes/as jovens para fora de casa da família de origem, quer seja para viver com um(a) parceiro/a, quer seja para viver a sós ou com algum(a) amigo/a.

“Para mim, o que levou à ruptura com o meu pai foram anos de turras, de choques, de confrontos em que ele obviamente é muito mais forte do que eu, até porque eu estava sob o domínio do senhor e: “portas adentro de minha casa eu é que pago as contas, eu é que mando. Quem está mal que saia”. Isso foi o que me levou à ruptura com o meu pai. E já agora eu sou um cancro da sociedade, como vocês denominam, sou um panasca, sou daqueles gajos que, como vocês dizem caga para dentro, porque sou panasca, porque sou isso tudo e eles ficaram...! Eu fiz questão que se soubesse, já que ia fazer a ruptura, porque não aguentava aquele ambiente familiar, fiz questão que também se soubesse disto. Para o senhor meu pai obviamente que a ruptura de... irá se prender sempre com a minha questão homossexual e não com o facto de confrontos de ideais. Para mim não se prende com isso, até porque se eu nunca lhes dissesse que era homossexual [...], se eu nunca me tivesse exaltado e se nunca me tivesse... ah, passado, passo a expressão, hoje estaria em casa deles e eles também não iriam saber que eu era homossexual. Agora sei de fonte clara e limpa que eles jamais iriam concordar com a minha presença em casa deles sabendo que eu era homossexual, isso também eu sei. [Motivo para ir viver com ex-parceiro] O fugir daquele ambiente familiar que eu tinha.” (Francisco, 26 anos, licenciatura, perito/formador)

Mas, nem sempre os problemas com os pais/família com quem se vive se devem ao controlo feito sobre as sociabilidades, lazeres e sexualidade do/as jovens. Outros problemas de relacionamento, resultantes de situações de álcoolismo e violência da parte de um dos pais, mau comportamento por parte dos/as jovens, ou outros não explicados, e por vezes nem percebidos pelos/as próprios jovens, criam situações de forte tensão entre a família de origem e os/as jovens (que no caso deste estudo, são todas jovens mulheres), levando a que estes/as “escolham” (naquilo que é uma opção fortemente condicionada) sair de casa ou que sejam, abertamente, forçados a sair. Este é, por exemplo, o caso da Inês:

“Quando sai foi porque o meu pai teve uma proposta de trabalho em França e eu na altura ainda tinha 17 anos [...]. Então a minha irmã disse que eu ficava em casa dela, eu tenho um sobrinho, ficava a tomar conta do meu sobrinho [...]. E então assim foi, eu sai da escola e fui para casa dela, mas depois correu mal. E então ela, no fim de eu fazer os 18 anos [...], ela manda-me mensagem a dizer que eu

tinha até às 9 da noite para tirar as minhas coisas todas lá de casa. Do nada. [...] E eu não tinha para onde ir, não tinha dinheiro, não tinha nada, por acaso tinha a minha cunhada, que na altura não era minha cunhada, e ela tinha uma garota e vivia sozinha também e deu-me casa. E pronto, e foi assim.” (Inês, 21 anos, 11º ano incompleto, empregada de balcão/barmaid)

A existência de processos migratórios nas famílias dos/as jovens pode também ter influências, directas ou indirectas, nas suas “escolhas” de residência. Assim, foi o facto de o pai ter emigrado que levou a Inês a ir viver com a irmã. No caso da Verónica, a diferença do estilo de vida que tinha no país onde cresceu para o que passou a ter em Portugal, esteve relacionado com as tensões com o pai e a posterior decisão de sair de casa. Já no caso da Joana, a morte da mãe, faz com que passe a questionar a sua vida no país onde cresce e a decidir regressar a Portugal, sem o pai: *“Quando a minha mãe faleceu eu já não tinha razão para estar lá. Então, o meu pai estava a trabalhar ainda, um dia veio do trabalho, e eu sem mais nem menos disse-lhe: “quero ir para Portugal”, e ele fez tudo” (Joana, 23 anos, licenciatura, desempregada).*

Percursos escolares, profissionais e os aspectos financeiros

De forma temporária ou definitiva, vários são os/as jovens que saíram/saem de casa da família de origem para ir estudar, geralmente para ingressar no ensino superior (embora hajam, por exemplo, os casos da Dina e da Vanessa, que estudaram fora durante o ensino básico e/ou secundário), e/ou para trabalhar (embora num menor número de casos). A ida para a universidade leva, frequentemente, os/as jovens a saírem do sítio onde vivem com as suas famílias e a deslocarem-se para outra cidade, como aconteceu com a Sandra (26 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego): *“Sai de casa dos meus pais para vir estudar para Leiria e acabei por não voltar”*. Como se viu nos capítulos anteriores, a mudança de residência, para um outro sítio onde não existem pessoas conhecidas, que os/as possam de algum modo controlar, tende a alargar os tempos e espaços de lazer destes/as jovens e sua possibilidade de experimentar em termos sexuais, sobretudo no caso das jovens mulheres e dos/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual. Estudar fora de casa dá uma certa independência e um sentido de autonomia aos/às jovens que pode levar a que estes não queiram regressar a casa dos pais/familiares.

Para além do percurso escolar, outros factores materiais e/ou profissionais constituem, aspectos centrais para a saída dos/as jovens de casa dos pais/família e para a “escolha” da forma de residência, embora estes sejam mais facilmente declarados pelos/as jovens que ainda não saíram de casa, do que por aquele/as que já o fizeram. A possibilidade de saída de casa dos pais e a aquisição de autonomia e de independência, estão, deste modo, em grande medida, dependentes das situações escolares e/ou profissionais dos/as jovens. Assim, ter acabado os estudos, ter um trabalho, uma carreira em progressão e uma “boa” situação financeira³⁵⁶ são aspectos, frequentemente, percebidos

³⁵⁶ Os dados de Lewis et al. (2002) dão conta de como para os/as jovens portugueses/as, por eles/as estudados /as, um salário adequado é um factor fundamental para a saída de casa dos pais. No entanto,

(especialmente, pelas jovens mulheres com o ensino superior e pelos jovens homens com o ensino secundário) como essenciais para sair de casa da família de origem, quer seja para irem viver sozinhos/as, quer seja para irem viver com um(a) parceiro/a. Deste modo, independentemente dos desejos de cada um, a realidade material sobrepõe-se, em vários casos, de forma nítida, sendo um obstáculo real, que os/as jovens têm que ultrapassar.

“Independência a todos os níveis. Mas o que me permitiria isso é a independência económica, [...] [se] eu estivesse a ganhar o meu dinheiro nunca viveria em casa dos meus pais, a não ser por necessidade.” (Raquel, 21 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego)

“Claro que toda a gente gosta de, de ser minimamente independente. Eu gosto, ah, mas para isso também é preciso condições para que isso aconteça. A nível financeiro.” (Rodrigo, 23 anos, 12º ano, operário qualificado)

Nos casos do Francisco e do Eurico, que se auto-identificam como homossexuais, acabar o curso superior e encontrar um emprego adquiriu/adquire uma importância central para uma vivência mais liberta da sua sexualidade e/ou para a possibilidade de falar aos pais sobre a sua orientação sexual. Neste sentido, McDermott (2011) argumenta que para os/as jovens LGBT, as trajetórias escolares são um mecanismo essencial para assegurar recursos sociais, culturais e económicos necessários para a possibilidade destes/as negociarem e de reclamarem vidas iguais.

“ [O trabalho] Eu acho que cria um bocado a independência da pessoa. Tanto que eles [pais] não sabem [da sua orientação sexual] também já por causa disso. Acho que se algum dia eu tiver que contar, será quando eu for financeiramente independente. [...] Que uma pessoa ouve para ai tantas histórias que há vezes há pais que não reagem muito bem, enfim.” (Eurico, 25 anos, estudante do ensino superior)

Já no caso de vários/as jovens licenciados/as, no período de tempo entre o fim do curso e um primeiro emprego, que lhes permita serem completamente autónomos e independentes, ou após um tempo de vivência autónoma, a sós ou em conjugalidade, o regresso a casa da família de origem é um recurso passível de ser utilizado. Mas se para alguns/algumas destes/as jovens, nomeadamente entre os jovens homens, este regresso é bem-vindo, porque não gostam de viver sozinhos e/ou porque têm todos os confortos em casa da família, como acontece com o Fernando (27 anos, licenciatura, engenheiro): “Já vivi sozinho, mas é como eu digo: em casa da mãe sabe sempre bem, né?, roupinha lavada, comer. Assim, ao menos, o quatinho está lá em casa, se não vai dormir, não vai dormir, por isso tá-se bem”; para outros/as jovens, especialmente para algumas jovens mulheres, o regresso a casa e a necessidade de voltar a conviver com a família sob o mesmo tecto, mesmo quando se considera ter bastante liberdade, pode ser percebido como algo de incomodativo, que os/as faz desejar sair de casa o mais cedo possível, ou seja, assim que o possam fazer em termos financeiros. Este é o caso da

estes/as jovens tendem a viver em casa dos pais até conseguirem um emprego estável e ter o seu próprio espaço. Embora, este não seja o unico factor a ter consideração, vários são também os trabalhos que mostram a importância da independência financeira, garantida, geralmente, por um trabalho estável, para uma saída, real ou projectada, de casa dos pais, assim como para uma, possível ou real, entrada em conjugalidade e/ou parentalidade (Galland, 2003, 2011; Gordon e Lahelma, 2002; Lewis et al., 2002...).

Raquel (21 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego): *“Neste momento só estou em casa dos meus pais por andar à procura de estágio [...]. Depois de sair para o estágio já não quero voltar para casa dos meus pais. [...] Mas sei que só estou bem em casa agora porque tenho consciência que é uma situação temporária”*.

No entanto, mais uma vez tendem a ser vários os motivos que levam os/as jovens a pensar em sair de casa, e não apenas um. Deste modo, eles/as referem a questão da independência, mas também não descartam a ideia de viver com um(a) parceiro(a). Tal depende, frequentemente, do contexto da vida em que os/as jovens se encontram, por exemplo do facto de terem ou não um(a) parceiro/a (ideal) para o fazerem, e/ou de uma sequência temporal idealizada, que passa primeiro por viver sozinho/a ou com amigos/as e posteriormente com um(a) parceiro/a.

“Eu sinto-me bem como estou, eles [pais] também não me expulsam lá de casa, portanto estou bem. Acho que quando chegar a altura de sair de casa será natural [...]. Mas é as tais coisas, ou saio por duas razões: ou para ter o meu próprio espaço, e mesmo eu sozinho, não é?, mesmo que não tenha encontrado parceira, ou então acho que será mesmo para dar o próximo passo da vida, que é formar família.” (Filipe, 26 anos, 12º ano incompleto, empregado de armazém)

Outros/as jovens, ainda, saem de casa para ir estudar e/ou para ir trabalhar, acabando por trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Já no caso do Cristiano (21 anos, 9º ano, desempregado), por exemplo, o sair de casa para ir trabalhar significou uma mudança de país, mas não um deixar de estar com o pai. Com o pai emigrado noutra parte europeia, o Cristiano junta-se a este para aprender a língua e para trabalhar, regressando depois a Portugal com a notícia da gravidez da sua parceira: *“O meu pai trabalha [no estrangeiro] e, prontos, como aqui não estava fácil fui lá tirar um curso de inglês e trabalhar. Depois voltei porque ia ser pai”*.

Transição para a vida adulta e o ciclo de vida: idade, autonomia e/ou um processo natural

Entre os/as jovens que já saíram de casa, apenas uma minoria considera que factores como a idade que têm, considerada como demasiada para se continuar a viver com a família de origem e/ou a vontade que expressam em crescer e em adquirir maior responsabilidade, foram motivos para os/as levar a uma autonomia residencial; sendo que os desejos de independência e de autonomia são raramente mencionados.

A questão da idade e do lugar ocupado numa trajectória de vida idealizada e normatizada também não é comumente referido entre os/as jovens que ainda não saíram de casa, embora não esteja ausente dos seus discursos. Quando assim acontece, é referido que a saída de casa dos pais é um processo natural, algo que se faz quando se chega a determinada idade. Para estes/as jovens (um pouco mais de jovens homens, mas também jovens mulheres, sobretudo com o ensino secundário), chega a determinada fase na vida das pessoas em que o “normal” é ter um trabalho, viver em conjugalidade, sair de casa e criar a sua própria família, num processo linear de transição para a vida adulta, como “tem que ser”: *“É querer ter a minha independência, ter o meu espaço. E tem que ser! Nascemos,*

vivemos em casa dos pais até uma certa idade e depois temos de ir à nossa vida, seguir com as nossas coisas” (Clara, 28 anos, 12º ano, administrativa).

Em contraste, o desejo de independência e de autonomia são dos motivos mais referidos pelos/as jovens, que ainda residem com a família, para a possibilidade de sair de casa. Eles/as pretendem assim ter o seu próprio espaço, ter a sua privacidade, fazer as coisas que querem, quando querem e como querem, tornarem-se, deste modo, independentes dos seus pais³⁵⁷.

“O que é que me levaria? Neste momento era isso, era para ter um bocado... para me sentir mais à vontade, ter mais a minha privacidade, que ainda não tenho. E pronto, para tentar descobrir alguém se calhar que pode ser pronto a minha futura mulher ou isso assim. Neste momento? Era mesmo a questão de ter um bocado mais a minha privacidade, ter a minha casa só para mim, poder tar eu sozinho.”
(Bruno, 23 anos, 12º ano, DJ)

Tal como referido noutros trabalhos (Furlong e Cartmel, 2007; Henderson, 2007; Jones, 1995), tende então a existir uma diversidade de factores que levam os/as jovens a sair de casa da família de origem: para estudar, para trabalhar, para casar, devido a problemas..., sendo que estes podem estar ou não interrelacionados. Os/as jovens referem, assim, várias condições e motivos que os/as levaram ou levariam a criar para si, a sós, com um familiar, com um(a) possível parceiro/a e/ou com amigos/as, uma autonomia residencial. A entrada em conjugalidade, como sublinhado em cima, é, neste contexto, algo presente nas práticas e nas representações de parte destes/as jovens. Veja-se então quais os significados que esta adquire para eles/as.

6.3. Viver em conjugalidade: práticas e motivações

Tal como referido no capítulo I, entre as transformações da intimidade que têm vindo a ocorrer nas últimas décadas, encontram-se as mudanças na entrada e na vivência da conjugalidade. Neste sentido, como referido por Galland (2011), nas gerações mais novas tende a casar-se mais tarde do que nas gerações mais velhas, a coabitação torna-se uma opção viável³⁵⁸, quer como um pré-teste para um futuro casamento, quer como modo de vivência a dois, e os sentimentos e a compreensão para com o/a parceiro/a tornam-se os aspectos centrais na formação do casal. São, aliás, os sentimentos e o tipo de relação que se tem (para) com o/a parceiro/a que legitimam a união ou a dissolução do

³⁵⁷ Ao contrário do apontado por Guerreiro e Abrantes (2004), não só as jovens mulheres, como também os jovens homens referem, frequentemente, o desejo de viver de forma autónoma, isto é sozinhos, fora de casa dos pais. Contudo, a questão da realização das tarefas domésticas põe-se, como se referiu em cima, sobretudo, entre alguns/algumas jovens que referem estar bem em casa dos pais, em face das comodidades que aí têm e da possibilidade de autonomia pessoal.

³⁵⁸ De acordo com Torres (2002), a coabitação antes do casamento não representa uma recusa do casamento, sendo antes uma forma específica de transitar para o casamento e para a vida adulta. É assim, uma modalidade transitória, que abre oportunidade a um maior leque de escolhas, e que expressa uma forma diferente de encarar o casamento. Não se tratando de uma desinstitucionalização do casamento, remete antes para a “desvalorização da instituição no plano das representações e dos valores, a favor de uma posição perante ela mais pragmática e utilitária” (Torres, 2002: 67).

casamento³⁵⁹. Assim, actualmente, na maioria dos países europeus, entre outros aspectos, defende-se a importância da autonomia conjugal, da liberdade individual na escolha do conjugue, e do predomínio dos afectos na relação conjugal e parental (Torres et al., 2006; Torres e Lapa, 2010), embora haja, frequentemente, contradições e discontinuidades entre discursos e práticas.

Em Portugal a insegurança no mercado de trabalho leva a situações de instabilidade económica a nível pessoal e familiar, de modo que muitos/as jovens têm que adiar a decisão de se tornarem autónomos e de terem uma família (Barrisco, 2006). O facto dos/as jovens estarem inseridos em trajectórias escolares e/ou profissionais, e de terem a possibilidade de uma vivência mais livre dos relacionamentos sexuais e/ou amorosos, influenciam também o processo de adiamento da entrada em conjugalidade. Assim, desde a última década do século XX, tem havido um aumento crescente na idade ao primeiro casamento. Em 2010, a idade média de entrada na primeira conjugalidade era de 31 anos para os homens e de 29,5 anos para as mulheres (INE, 2013³⁶⁰). Acresce ainda que, apesar do casamento ser ainda a porta de entrada mais comum para a vida conjugal³⁶¹, os/as jovens casam cada vez menos, especialmente pela Igreja (Torres, 2002, 2010)³⁶², e coabitam um pouco mais (Barrisco, 2006).

Apesar de tudo, no final da década de 90, do século XX, o casamento permanecia ainda algo de esperado nos projetos de vida de vários/as jovens (Vasconcelos, 1998). A intenção de casar estava inscrita “como verdadeira disposição estratégica junto da maioria dos jovens portugueses, independentemente da sua idade” (Vasconcelos, 1998: 224). As lógicas de entrada em conjugalidade eram, também, segundo Vasconcelos, “discursivamente orientadas para uma semântica da afectividade e amor românticos”, isto é, “as pessoas casam-se porque se amam” (Vasconcelos, 1998: 227). Assim, a lógica do amor apresentava-se como o “valor supremo” que fundava os relacionamentos conjugais. Contudo, apesar das finalidades que movem a entrada em conjugalidade dizerem, sobretudo, respeito, à dimensão afectiva (o sentimento, a segurança e a sexualidade), Aboim (2005) argumenta que casar, “é uma ocorrência que, na perspectiva feminina, não surge completamente desligada das estratégias e dos projectos ligados à produção material da vida familiar...” (Aboim, 2005: 229).

³⁵⁹ Sobre a importância do amor e da intimidade revelada, nas sociedades ocidentais contemporâneas, ver capítulo I.

³⁶⁰ http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001348&contexto=bd&selTab=tab2. Consultado a 7 de Março de 2013.

³⁶¹ Comparativamente aos países do norte da Europa, em Portugal, a diferença entre a idade média em que se vive pela primeira vez em conjugalidade e a idade média em que se casa pela primeira vez não é muito grande, dando conta de uma maior adesão ao casamento formal entre os/as jovens portugueses (Ferreira e Nunes, 2010; Torres e Lapa, 2010).

³⁶² O que, de acordo com Torres (2010), aponta para uma intensificação, em Portugal, de um conjunto de processos de mudança, no que diz respeito ao casamento e à vida familiar, que pode ser justificada, hipoteticamente, pela chegada à idade adulta, de uma geração nascidas nos anos 70, socializada em contextos valorativos diferentes das gerações anteriores.

6.3.1. As “escolhas” da conjugalidade

Como se mencionou em cima, alguns/algumas dos/as jovens entrevistados/as vivem ou viveram já em conjugalidade, sendo que uma grande parte destes/as nunca viveu em conjugalidade, e parte dos/as jovens que já o fizeram, ao momento da entrevista, encontravam-se a residir com os seus pais, com amigos ou sozinhos. No entanto, no conjunto dos/as jovens, apenas uma minoria, sobretudo de jovens homens mais qualificados (a frequentar o ensino superior e com licenciatura), recusa uma possível vivência em conjugalidade, refere não pensar sobre o assunto e/ou tem uma posição bastante ambivalente perante a possibilidade de uma futura vivência a dois. No caso da Raquel, por exemplo, a existência de outras prioridades na sua vida, como a carreira profissional e a importância que atribui ao usufruir da sua autonomia, leva a que ela não pense numa entrada em conjugalidade, a curto ou a médio prazo, deixando em aberto esta possibilidade para um futuro mais longíquo.

“Casar nem por isso, porque é a tal coisa... eu quero muita coisa para mim. Antes de pensar num casal quero poder ter a minha casa, ter minha vida de solteira, ter a minha independência durante uns aninhos. [...] Quero primeiro experimentar viver a minha vida sozinha. [...] Se isso acontecer é numa fase mais posterior, mais tardia” (Raquel, 21 anos, licenciatura, à procura do primeiro emprego)

Mas, tal como referido por Torres et al. (2006), tende a não haver uma recusa da vivência em conjugalidade. Pelo contrário, a maior parte dos/as jovens pensa de facto em viver com alguém, mesmo que seja a longo prazo. O que divide de facto os jovens são, sobretudo, *os modos de conjugalidade preferidos*. Assim, se a maior parte dos/as jovens inclui a conjugalidade nos seus planos de vida, estes/as diferem, no entanto, entre a opção de viverem em união de facto, em realizarem um casamento civil e/ou um casamento religioso. O número de jovens que *recusa casar*, seja pelo civil ou pela Igreja, que, não pondo a ideia completamente de parte, não sabe se o deseja ou não, e/ou que apenas o faria por insistência do/a parceiro/a, é bastante significativo³⁶³. Estes/as jovens tendem a não atribuir importância à instituição casamento, que consideram não acrescentar nada à relação do casal, ou mesmo considerar o casamento como algo de negativo. Neste sentido, o casamento pode ser considerado como algo que não é importante para eles/as, algo desnecessário, e/ou que não constitui um ideal ou objectivo. Vários/as dele/as não acreditam, mesmo, na instituição do casamento, devido a uma série de motivos que podem (ou não) estar interrelacionados. Assim, o facto de não serem católicos e de não partilharem os valores relacionados com o casamento religioso;

³⁶³ Entre este/as jovens encontram-se, tendencialmente, os jovens homens, com um nível de escolaridade igual ou inferior ao 9º ano; alguns/algumas jovens mulheres com frequência do ensino secundário; alguns/algumas jovens com frequência do ensino superior e com licenciatura (sobretudo jovens mulheres, mas também jovens homens); jovens filhos de pais separados; jovens não religiosos (embora existam também alguns/algumas jovens mais religiosos e católicos não praticantes); e jovens com uma orientação sexual não heterossexual. Contudo, é preciso tomar em atenção que, se para os/as jovens mais qualificados/as a coabitação pode ter um significado mais “moderno”, de experimentação antes de um possível casamento, para os/as jovens menos qualificados/as, esta tende a ter um significado mais “tradicional”, no sentido em que o casamento não é necessário para legitimar a união do casal e/ou em que não existem recursos financeiros para a realização de um casamento. Neste sentido, para os/as jovens menos qualificados o significado tradicional da coabitação corresponde ao casamento (Guerreiro e Abrantes, 2004).

a percepção que existe, actualmente, da existência de um grande número de divórcios; a ideia de que o casamento é uma espécie de contracto ou negócio, um papel assinado, que implica gastos desnecessários, sem acrescentar nada à relação; e/ou a ideia que não é a cerimónia do casamento que traz a felicidade e a união do casal, sendo que viver junto já é assumir um compromisso por si mesmo; ajudam a minar a importância do casamento como porta de entrada para uma vivência em conjugalidade. Deste modo, à instituição casamento opõe-se, não a recusa de viver em conjugalidade, mas a uma forma diferente de vivência desta (Torres, 2002; Aboim, 2006), baseada menos em formalismos e na aceitação externa, do que na qualidade intrínseca da relação, com a importância do sentimento pela/o parceiro/a, o respeito, a comunicação e a confiança; o que denota mais uma vez uma idealização da intimidade revelada (Jamieson, 2005 [1998]) e/ou da relação pura (Giddens, 1991, 1996) por parte destes/as jovens.

“Quando estamos juntos, sabemos que a outra pessoa está porque quer. [...] Acho que depois de um papel passado, depois do casamento, que torna-se, se calhar, uma questão de obrigação. É mais fácil, quando estamos juntos, se alguma coisa corre mal “olha, vais para o teu lado, eu vou para o meu”, do que quando há casamento. Acho que com o casamento, mais mulheres, não tanto homens, mas mais mulheres, toleram mais coisas. [...] Eu não faço intenções de casar, porque eu estou com a pessoa porque gosto, e não necessito de casar para estar bem com ela.” (Inês, 21 anos, 11º ano incompleto, empregada de balcão/barmaid)

Viver junto e casar não têm, contudo, que ser uma contradição, podendo o primeiro constituir, antes, tal como várias pesquisas têm vindo a mostrar (Aboim, 2006; Galland, 2011; Guerreiro e Abrantes, 2004; Kauffman, 2007; Torres, 2002), um primeiro passo para um futuro casamento civil e/ou religioso. Para os/as jovens, nomeadamente para alguns dos jovens homens e um pouco menos de jovens mulheres (com o ensino secundário e mais), que referem querer viver junto com o/a parceiro/a e depois casar, a coabitação significa, sobretudo, a possibilidade de adquirir um maior conhecimento do/a parceiro/a e de testar o funcionamento da relação; para saber, por exemplo, se as pessoas são compatíveis e/ou se é realmente aquele/a o/a parceiro/a com quem se quer casar.

“Inicialmente viver-se junta que é para ver se a coisa dá. Mesmo se eu fosse hetero eu fazia isso. Viver juntas durante algum tempo, estipulado ou não, depende, para ver se as coisas realmente funcionam. Porque uma coisa é tu estares com essa pessoa ao fim de semana e vais para casa durante a semana, há mensagens: amo-te muito, sinto a falta. Outra coisa é viver com essa pessoa vinte e quatro horas por dia, adormecer com ela, acordar com ela, jantar com ela, sair com ela, tê-la no teu espaço, mexer em coisas tuas, veres as coisas dela misturadas com as tuas coisa.” (Teresa, 28 anos, 12º ano, escritora)

Quem são então os/as jovens que gostariam de casar, pelo civil e/ou pela igreja, e quais as suas motivações? Entre o pequeno grupo de jovens que fazem referência ao *casamento civil* encontram-se tanto jovens homens (com o 12º ano de escolaridade ou menos) como jovens mulheres (com o 12º ano de escolaridade ou mais), sobretudo católicos não praticantes e não religiosos, que justificam a opção do casamento, pelos seus aspectos rituais (Torres, 2002). Neste sentido, a importância é atribuída aos aspectos festivos da cerimónia (como o vestido de noiva, o jantar, as flores...), à presença dos outros

significativos (geralmente, família e amigos/as), à lua-de-lua de mel, à prenda (que tende a constituir uma ajuda aos noivos para “montar a casa”) e/ou ao (re)afirmar da relação, no sentido em que o casamento pode ser entendido como uma prova de amor e/ou da existência de um compromisso maior. No entender destes/as jovens, o facto de não serem católicos ou de não ligarem muito à instituição Igreja, nomeadamente entre os/as católicos não praticantes, leva-os a optar por uma cerimónia civil e não religiosa, caso haja a possibilidade de existir o casamento, que, como no caso da Matilde, pode estar, também, dependente de questões económicas, isto é da possibilidade de pagar a festa.

“Casar... só mesmo se, se vier assim um bom dinheiro para fazer uma festinha para os mais chegados, mas tirando isso não temos interesse nenhum. [...]. E pelas prendas também, dão sempre jeito para montar a casa. [...] Nós já pensámos em casar, mas não é pela Igreja. Nem sou baptizada nem nada. Se for casamento é registo e uma festa para os amigos. [...] E depois também queríamos... [...] uma lua-de-mel num sítio bom, [...] E está assim combinado. Casamos quando houver dinheiro.”
(Matilde, 25 anos, licenciatura, desempregada)

Não é pois de estranhar que os/as jovens (tendencialmente com qualificações ao nível do ensino secundário e superior), que mais fazem referência à opção do *casamento religioso* são os que se consideram como católicos praticantes e os jovens que, não sendo praticantes, tiveram uma forte socialização religiosa (apesar de existirem também alguns/algumas jovens católico/as não praticantes a referir desejarem ter um casamento religioso). Para estes/as jovens o casamento simboliza uma união entre duas pessoas, em que a relação é oficialmente celebrada perante Deus, a família e os amigos: *“Pela igreja, porque é algo muito bonito e sempre fui habituado a isso, cresci num ambiente também católico. Respeito muito a religião”* (Frederico, 25 anos, 12º ano, vigilante). No entanto, tal como referido por Torres (2002), a maior parte dos/as jovens, que referem desejar um casamento pela igreja, sublinham também outros aspectos, que não religiosos, para a realização deste tipo de cerimónia, como a questão da tradição e/ou a importância que um casamento religioso tem para a família (pais, sogros...) e o facto dos/as jovens não quererem fazer-lhes uma desfeita.

“Gostava muito de casar pela igreja. Se eu tivesse que casar era pela igreja, não era só pelo civil. Mas também mais por causa da minha família, que casar só pelo civil é impossível. Isso não! Mas eu também queria, não é? [...] Os meus pais casaram pela igreja, os meus avós, fui baptizada, fui crismada, acho que é uma coisa. (Rute, 22 anos, 12º ano incompleto, esteticista)

São, no entanto, os aspectos rituais (Torres, 2002), tal como acontece para a possibilidade de um casamento civil, os mais mencionados, pelos/as jovens (especialmente, pelas jovens mulheres), como justificação para a existência de um casamento religioso. Será então o facto de considerarem a cerimónia como “bonita”, a festa com o vestido de noiva “de princesa”, a presença dos outros significativos e a partilha deste momento, considerado como “especial”, as decorações, a comida e a bebida, que levam a maioria deste/as jovens a desejar casar pela Igreja: *“Para mim, prontos, estarmos*

casados ou não estarmos casados é igual [...]. Mas [...] acho bonito o vestido de noiva, acho bonita a festa e acho bonito estar a mostrar às pessoas o nosso grande amor” (Ana, 26 anos, 12º ano incompleto, desempregada/bairmaid em part-time).

Não se pode deixar de referir ainda a existência de um pequeno grupo de jovens que faz directamente referência a questões económicas e/ou legais para a opção pelo casamento em detrimento de uma vivência a dois não oficializada legalmente: os “interesses”, os benefícios fiscais, o IRS, os empréstimos bancários e/ou a herança, nomeadamente no caso dos/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual, como forma de protecção daquilo que é a construção de uma vida a dois, contra uma família que nem sempre apoia o/a jovem.

“Se eu tiver que casar que seja mesmo pelo facto... vamos só supor, amanhã vou viver com uma namorada, e estamos a fazer uma vida juntas, estamos a comprar casa, é claro que eu mais tarde, quando, morrer não quero que os meus sobrinhos vão herdar o que eu tenho. Ou se me acontecer alguma coisa que os meus pais vão interferir “isso pertence à minha filha, é meu”. É claro que eu vou querer que a minha parceira fique com isso. Por isso, um casamento em termos legais, para mim é importante, um casal homossexual devia ter os mesmos direitos que um casal heterossexual tem. Mesmo se mais tarde, com a adopção de uma criança, é sempre bom que as duas pessoas estejam ligadas, mais ainda do que só juntas.” (Teresa, 28 anos, 12º ano, escritora)

6.3.2. Do amor ao pragmatismo: motivações para a entrada em conjugalidade

Contudo, tal como referido por diversos outros estudos (ver, por exemplo, Bozon, 2005 [2002]; Giddens, 1996; Jamieson, 2005 [1998]; Kauffman, 2007; Torres, 2002; [1993] Weeks, 1995), a maior parte dos/as jovens entrevistados/as referem que são os aspectos relacionais e sentimentais que os/as fizeram ou que os/as levariam a entrar em conjugalidade. A par destes aspectos, e, geralmente, de forma inter-relacionada, encontram-se, no entanto, outros, como os aspectos relacionados com o ciclo de vida, os aspectos pragmáticos e os aspectos relacionados com as dinâmicas familiares; sendo estes dois últimos aspectos mencionados, especialmente pelos/as jovens que já viveram em conjugalidade com um(a) ou mais parceiros/a(s) (de forma sequencial).

Aspectos relacionais

Tanto para os/as jovens que já viveram juntos como para aqueles que nunca o fizeram, tende a justificar-se uma entrada em conjugalidade, sobretudo, através de motivos relacionais e/ou sentimentais, o que mais uma vez ajuda a dar conta da força à ideia do imperativo do amor (Torres, 2002; Bozon, 2005 [2002]), nesta etapa da vida dos indivíduos. A maioria dos/as jovens refere, então, que o que os/as levou ou levaria a entrar em conjugalidade é a construção de uma vida em comum e a partilha da vida quotidiana, o desejo de estar mais tempo com o/a parceiro/a, o sentimento para com o/a parceiro/a (o gostar ou amar), e o tipo de relacionamento e/ou o sentimento de bem-estar que se tem para com este/a. Deste modo, o ir viver junto com o/a parceiro/a pode ser considerado como um passo em frente na relação, que se dá com satisfação.

“A minha certeza em relação à minha relação com ela [namorada], né? E o amor que eu sinto por ela levaria-me a viver com ela e a constituir família com ela.” (Gabriel, 19 anos, 12º ano, procura do primeiro emprego)

“Isso é fácil. Até porque eu já morei junta. É querer ter a pessoa constantemente ao pé de mim, fazer uma vida com a pessoa. [...] Partilhar tudo o que há em mim, o que há nela e o dia-a-dia.” (Vanessa, 29 anos, estudante do ensino superior, operária)

Neste contexto, o tipo de parceiro/a³⁶⁴ que se tem e com quem se vai partilhar o quotidiano é referido também como um factor importante na decisão de uma vivência dois, como se pode ver pelo exemplo do Daniel (27 anos, 12º ano, padeiro): *“Chega-se um momento, acha-se a pessoa certa, acho que é a pessoa certa e pronto e quero. É uma coisa que eu desejei sempre casar e pronto”*. No caso das jovens mulheres, com o ensino superior, a vivência em conjugalidade é uma opção desejada, sobretudo, pela partilha do dia-a-dia com alguém, mas sob condições que lhe permitam um certo espaço de autonomia. Neste contexto, o respeito do/a futuro/a parceiro/a pelo espaço e pelas escolhas pessoais do indivíduo tomam uma dimensão central: *“É a pessoa preencher os pré-requisitos para meu parceiro e principalmente respeitar o meu espaço. Porque se não respeitar o meu espaço não valia a pena viver junto, mais valia estar cada um em sua casa, que ao menos sempre há aquele timing que não estão connosco, não é?” (Carolina, 22 anos, licenciada, empregada de loja/barmaid).*

Aspectos relacionados com dinâmicas familiares

Tal como com a saída de casa dos pais/familiares, e, por vezes, inter-relacionada com esta, a entrada em conjugalidade, no caso dos/as jovens que já vivem com um(a) parceiro/a, está, frequentemente, relacionada com dinâmicas familiares, respeitantes tanto à família de origem como à família que se vai constituir: os problemas com a família de origem, de que já se falou acima; a gravidez do/a parceiro/a, como nos casos do Cristiano e da Matilde; as dificuldades financeiras da família de origem; e/ou o casar para agradar aos pais. Em todo este processo, por vezes, a família de origem serve como uma fonte apoio, emocional e financeira, que ajuda os jovens na sua autonomia residencial.

“[Os meus pais] Ajudaram-me muito agora [...]. Um empurrãozito. [...] Ela [parceira] teve lá quase dois anos [...] em casa dos meus pais. Depois então é que compramos uma casa. Decidimos ir para lá, porque o pai dela [...] tinha grandes dificuldades [...]. Depois tivemos lá um ano e tal, quase dois, andámos à procura de casa, pronto, quisemos ter também a nossa independência, estarmos sozinhos. Comprámos casa e pronto, até ver.” (Luís, 27 anos, 9º ano, operário)

No caso dos/as jovens que nunca viveram em conjugalidade, apenas um pequeno grupo fala de questões como ter a sua própria autonomia, independência e sair de casa dos pais como motivo para entrar em conjugalidade. Embora esta questão esteja relacionada, tanto para os jovens homens como para as jovens mulheres, com a possibilidade de se fazer o que se quer, quando se quer, a fuga ao

³⁶⁴ Sobre os/as parceiros/as falar-se-á um pouco mais abaixo neste capítulo.

controlo parental parece sentir-se com maior proeminência para as jovens mulheres, como aliás se viu no caso das entrevistadas que já saíram de casa dos pais para viverem sozinhas ou em conjugalidade. De sublinhar, ainda, é que estas jovens tendem a ter uma forte socialização religiosa, o que pode condicionar a escolha de uma vida individual e autónoma, na medida em que a expectativa para elas será a de sair de casa para entrar em conjugalidade. No entanto, é preciso sublinhar que, geralmente quando estas questões são referidas, são-no, geralmente, mais para os indivíduos em geral do que para o/a próprio.

“Para algumas [jovens] também se calhar, porque já estão há muito tempo dependentes dos pais e querem resolver a situação, querem resolver a sua vida. Se calhar para outras o materialismo [...] Acaba, às vezes, por ser, também, verdade, há pessoas que se casam por interesse. [...] Mas é mais por, sei lá, por ter arranjado uma pessoa com quem se identificam, e quererem sair de ao pé dos pais, e estabelecerem-se tipo a dois, e viverem a sua vida.” (Rita, 25 anos, estudante do ensino superior)

Aspectos pragmáticos

No entanto, tal como referido por Aboim (2005), não deixam de se referir aspectos mais pragmáticos e/ou materiais, como justificações para a entrada em conjugalidade. É, assim, que, para alguns/algumas dos/as jovens (sobretudo a frequentar o ensino superior e com licenciatura, que vivem ou que já viveram com um(a) parceiro/a), este passo pode ser o resultado do contexto de vida, sendo, portanto, uma decisão que se toma em termos práticos, embora outras questões, nomeadamente, mais sentimentais, possam estar também em jogo. Assim, o facto dos/as jovens estarem a estudar e/ou a trabalhar fora da cidade onde viviam com os pais/família, o passarem já bastante tempo com o/a parceiro/a ou quererem passar ainda mais tempo com este/a, a possibilidade de não terem que pagar duas rendas e/ou existência de uma casa própria, podem levar a que os/as jovens passem a viver juntos.

“Nós já namorávamos antes de irmos para cá. Nós vivíamos relativamente perto, vivíamos no mesmo prédio, ela no andar acima e eu no andar abaixo. Nessa altura, estávamos a alugar um quarto. Mas, quer dizer, acabámos por ver que ela estava mais tempo comigo, em minha casa, do que propriamente cada um na sua casa. Então escusávamos de estar a gastar tanto dinheiro os dois em alugar um quarto, e ela começou... partilhámos o mesmo quarto. Foi aí que começámos a viver juntos. Se calhar não tão coiso, porque é um quarto alugado. Este ano, quando comprei a casa, viemos, pronto. Só não estamos juntos ao fim de semana, ela vai ter com os pais, eu vou ter com a minha mãe. E pronto, mas de resto...” (Rui, 20 anos, estudante do ensino superior, operário)

Aspectos relacionados com o ciclo de vida

Acresce ainda que, por vezes, para os/as jovens que vivem ou que já viveram juntos, esta entrada em conjugalidade, por mais que seja um passo que se dá porque se deseja, porque se gosta do/a parceiro/o e/ou se quer estar com ele/a, pode ser sentida como algo que acontece naturalmente, sem que seja um processo pensado, ou como um processo para o qual não há uma explicação. A “força da

vida” surge aqui, como noutras circunstâncias³⁶⁵, como algo que determina o que vai ocorrer nas trajetórias destes/as jovens, sem que estes/as tenham grande espaço para traçarem os seus percursos e agiram de forma racional e/ou reflexiva.

“O que é que me levava a viver junta? [...] Sei lá, isso é uma coisa que não tem explicação, acontece. [...] É como namorar, vai acontecendo, e o viver junto é igual. [...] Olha, quando a gente gosta, quando a gente começa a namorar, aquelas paixões assolapadas que nós temos de momento fazem com que haja essas coisas. Então olha juntámo-se.” (Catarina, 22 anos, 9º ano, empregada de balcão)

Se o/a parceira e a relação com este/a são considerados como proporcionando o bem-estar necessário para a entrada na vida em conjugalidade, esta decisão pode a ser sentida, também, como o passo seguinte, o passo “natural” na relação. Viver em conjugalidade após um certo tempo de namoro torna-se então a continuação “óbvia” da relação existente, a próxima etapa: *“É uma evolução do relacionamento entre duas pessoas. Se as pessoas já estão há algum tempo juntas, é mais um passo na relação, morarem juntos. E é uma partilha completa de vida” (Henrique, 25 anos, licenciatura, bancário).*

É assim que, para um número significativo de jovens, entrar em conjugalidade pode ser considerado um projecto de vida³⁶⁶, mesmo um sonho; algo normal pela qual as pessoas passam, com o objectivo de constituírem família, de terem alguém com quem partilhar a vida e, na maioria dos casos, terem filhos. Neste sentido, pode dizer-se que o destino³⁶⁷ da conjugalidade parece estar, ainda, fortemente presente nos discursos destes/as jovens, nomeadamente das jovens mulheres, apesar de não ser já, para estas, o único caminho a seguir, e deste modo ter que ser, frequentemente, articulado com outras áreas da vida, sobretudo, com a inserção no mercado de trabalho. Para além de mais, embora as trajetórias de muitos/as jovens adultos/as sejam, hoje em dia, consideradas, como se viu em cima, como destandartizadas, marcadores como a entrada em conjugalidade são ainda bastante significativos para vários/as destes/as jovens entrevistado/as, como se pode ver pelo exemplo da Célia:

³⁶⁵ Veja-se, por exemplo, em cima, o modo como a saída de casa dos pais é considerada como um processo natural para alguns/algumas do/as jovens.

³⁶⁶ Deve dizer-se, no entanto, que este “sonho”, este “projecto” ou “etapa” “normal” da vida é, sobretudo, projetado por algumas jovens mulheres, embora também por alguns jovens homens, com frequência do ensino secundário e/ou tendencialmente mais religiosos/as. Para estes/as jovens mais religiosos/as, o que parece acontecer é que a conjugalidade aparece, entre outros motivos, como um destino normativo a cumprir, como algo de natural na etapa de vida de homens e mulheres adultos/as, o que vai de encontro ao prescrito pela Igreja católica, à qual estes jovens tendem a estar mais próximos, quer no presente, mantendo-se praticantes, quer pela sua história de vida, isto é, pela forte socialização religiosa que tiveram.

³⁶⁷ Faz-se aqui menção ao destino da conjugalidade no sentido referido por Holland e Thomson (2009). Para as autoras (Holland e Thomson, 2009) existe um continuum entre a escolha e a agência pessoal e o destino, em que, embora os acontecimentos sejam sempre socialmente estruturados, os/as jovens têm um, maior ou menor, controlo sobre estes; sendo que os aspetos relacionados com o destino são aqueles que tendem a estar (ou ser sentidos como estando) mais fora do controlo dos indivíduos.

“E acho que também faz mesmo parte assim da vida. Parece que há aquelas etapas na vida em que: primeiro vais para a escola; depois comesas a arranjar os namoraditos; depois a coisa começa a ficar mais séria e estás a tirar o curso, por exemplo; depois acabas o curso; depois vem a etapa de tenho que me casar, porque tenho que ter filhos. E acaba por ser, tipo, um ritual.” (Célia, 27 anos, estudante do ensino superior)

Os motivos da vivência em conjugalidade – entre o Eu e os outros

Ora, mas é interessante verificar que, quando se compara as motivações dos/as jovens, que nunca viveram ou que não vivem actualmente em conjugalidade, para eles/as próprio/as e os motivos que estes/as dão para as pessoas em geral, para estas últimas existe uma maior diversidade de justificações para a entrada em conjugalidade. Embora existam fatores que se mantêm como centrais, como as questões relacionais – o sentimento para com o parceiro, o desejo de estar mais tempo com o parceiro e de partilhar a vida a dois, e/ou o bem-estar da relação com o parceiro, aparecem agora questões não antes referidas pelos/as jovens entrevistados/as, para ele/as próprios, ou que, se, anteriormente, referidas, por alguns/alguma dele/as (sobretudo, por aqueles que vivem ou já viveram em conjugalidade), são agora compartilhadas por um maior número de jovens. Esta situação torna possível levantar a hipótese de que os/as jovens reconhecem a existência de determinadas razões para a vivência em conjugalidade que não vão de encontro ao ideal do amor romântico, tido como essencial para a escolha do/a parceiro/a e como motivo de entrada em conjugalidade, mas que eles/as recusam estas razões mais práticas e/ou materialistas para si próprio/as, sublinhando, especialmente, motivos relacionais que vão de encontro à normatividade do casamento por amor, existente na sociedade ocidental actual. Pode dizer-se então que os/as jovens, que nunca viveram com um(a) parceiro/a, tendem a reconhecer a existência de indivíduos que optam pela entrada em conjugalidade devido: a pressões e obrigações, para fugirem a problemas, porque têm filhos, para “garantirem” a “posse” do/a parceiro/a, e/ou por questões monetárias, como o dinheiro que se consegue através do casamento, mas que as recusam para si. Já os/as jovens que vivem em conjugalidade referem-se várias vezes a este tipo de motivos, para justificar as suas próprias experiências, o que aponta para as diferenças entre a realidade da vida e o que é desejado e/ou idealizado.

6.4. Não existem príncipes/princesas encantados/as: a “escolha” dos/as parceiros/as e os/as parceiros/as ideais

Ao longo das suas histórias, alguns/algumas jovens foram fazendo referência aos/às parceiros/as, que, num mundo ideal, gostariam de encontrar, e com quem entrariam em conjugalidade e/ou parentalidade. Ademais, tendo em conta os argumentos teóricos de uma mudança no modo como se escolhe o/a parceiro/a interessava também perceber o que os/as jovens esperavam destes/a, pelo que se perguntou directamente quais seriam os/as seus/suas parceiros/as ideais. Mas antes de estabelecer o “perfil” destes/as parceiro/as, é interessante referir onde se conhecem os/as parceiros/as reais dos/as

jovens entrevistados/as. Tal como mencionado por vários/as autores/as (Arnett, 2004; Beasley et al., 2012; Bozon, 2005 [2002]; Hockey et al., 2007; Kaufmann, 2007 [1993]; Kimmel, 2008; Knauth et al., 2006; Jonhson e Lawler, 2005; Torres, 2001)³⁶⁸, a escolha dos/as parceiro/as, embora possa ser mais aberta do que anteriormente, não é ainda um “conto de fadas”, e as pessoas com o mesmo tipo de contexto sócio-económico e cultural tendem a encontrar-se.

Neste sentido, no caso da maior parte dos/as jovens, os/as parceiros/as que se têm, conhecem-se, sobretudo através do grupo de amigos/as e/ou na escola. Os parceiros/as mais esporádico/as, no entanto, tendem a encontrar-se nas saídas à noite, nos bares ou nas discotecas³⁶⁹: *“Normalmente em grupos de amigos, na escola... [...] conheci algumas delas na noite, quando trabalhei como Barmen. Lá está, na noite é aquelas relações mais curtas”* (João, 24 anos, estudante do ensino superior, empregado de loja). Para um número menor de jovens, o local de trabalho, os sítios que se frequentam, como determinados café, os hobbies que se têm, a família e/ou a vizinhança são ainda espaços/atividades onde se podem conhecer potenciais parceiros/as. No caso dos/as jovens com uma orientação não heterossexual “O bar” da comunidade, assim como outros bares e discotecas semelhantes, pelo país fora, são, frequentemente, um lugar onde se torna mais fácil conhecer parceiros/as, mesmo, como se referiu anteriormente, pelo maior à vontade que os/as jovens sentem nestes locais e pela maior possibilidade em serem mais autêntico/as: *“Olha, é assim, os meus namorados conheci-os todos ou em bares gays [...]. Conheci tudo nesses ambientes, porque é o ambiente que tu sentes bem, em que sentes que és tu, não tens que fingir, não tens que mentir”* (Jorge, 23 anos, 12º ano, designer gráfico).

Por seu turno, apenas uma minoria de jovens refere conhecer/ter conhecido algum(a) parceiro/a através das novas tecnologias da comunicação, nomeadamente através do telemóvel (embora este sirva frequentemente de comunicação entre [potenciais] parceiros/as) e/ou da internet. Este é, no entanto, o caso da Diana, a quem os pais controlavam fortemente as suas sociabilidades e tempos de lazer:

“O meu primeiro namorado não foi bem pela internet. [...] Ele era colega do meu irmão, [...] fiquei com o mail dele, então começámos a falar pela internet. [...] Entretanto comecei a falar com o [actual marido] [...]. E as primeiras perguntas, começava-se praticamente a conversa assim: nome, idade, e de

³⁶⁸ Vário/as autores/as, como Gerard, Bozon e Heran, e Singly (in Torres, 2001), têm vindo a mostrar como há uma certa tendência para a homogamia social, especialmente nos extremos da escala social (Torres, 2001; Kaufmann, 2007 [1993]; Pais, 1993). Neste sentido, a manutenção da ordem social tende a manter-se através de uma homogamia social que implica semelhanças na classe social e nas afinidades culturais dos/as parceiro/as. Deste modo, a lógica de escolha é limitada também pelos lugares de encontro, pelo que a frequentação de um determinado lugar, diferenciado por categorias socioprofissionais, implica uma determinação nos encontros aí ocorridos (Bozon e Héran, 1988, in Kaufmann, 2007 [1993]). Os mecanismos da homogamia social procedem, assim, à associação de parceiros semelhantes, relacionando correspondências várias, embora os atores tenham ainda uma grande margem de manobra (Kauffman, 2007 [1993]).

³⁶⁹ Neste sentido, Arnett (2004) refere que os/as jovens que entrevistou mencionam os espaços nocturnos como locais onde se conhecem parceiros/as mais esporádicos. Também Pais (2012: p. 40) dá conta de como as saídas à noite, especialmente em grupo, “proporcionam possibilidades de encontro, criam um clima de “proximidade”, eventualmente de “intimidade”, por aproximação de corpos e de conversa”.

onde é que és, era sempre assim [...]. E depois daí passámos para o messenger, que começou a estar em voga, e começámos a falar. [...] Então estávamos constantemente a falar e íamo-nos conhecendo. [...] Depois ele assim: “então eu vou até aí”, “não, não posso sair de casa, se o meu pai vê passa-se e não sei quê” e ele foi ali até ao café e ele: “eu tou aqui no café, vem aqui” “eu não posso ir aí, toda a gente me conhece, estás doido?, depois vão logo dizer aos meus pais” e então encontrámo-nos.” (Diana, 24 anos, empregada de supermercado)

Para os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual, tal como referido no capítulo 4, a internet, para além de permitir um acesso à informação que de outro modo poderia ser difícil de se obter, “abre” as portas ao conhecimento de “comunidades” virtuais ou de indivíduos isolados com orientações sexuais não heterossexuais, que podem funcionar como potenciais parceiros/as, num contexto em que, fora de determinados espaços, nomeadamente do Bar da comunidade, é preciso saber navegar num mundo largamente heterossexual e, muitas vezes, homofóbico. A internet permite assim, simultaneamente, a anonimidade dos/as jovens, sobretudo, quando são mais novos/as, e o encontro de parceiro/as, por exemplo, através das redes sociais: *“Eu tenho Hi5 e já conheci algumas pessoas, algumas namoradas minhas através do Hi5. A X foi uma delas. [...] Fomos falando, falando, falando, e eu tive que a ir conhecer pessoalmente, lá está. E acabámos por começar a namorar”* (Vanessa, 29 anos, estudante do ensino superior, operária).

Mas quem são então o/as parceiro/as ideais dos/as jovens? As qualidades de um(a) parceiro/a ideal são, tanto para os jovens homens como para as jovens mulheres, sobretudo, relacionadas com a sua personalidade, e/ou com o tipo de comportamentos, valores e/ou atitudes que este/a tem no relacionamento³⁷⁰. Apenas uma minoria de jovens considera não ter um parceiro ideal ou refere factores relacionados com a beleza física, a atracção, o desejo sexual ou a química. Em termos da *qualidade da relação*, os/as jovens desejam, idealmente, um(a) parceiro/a com quem exista compreensão e respeito; com quem se sintam bem, com quem possam comunicar e em quem possam confiar. Sublinham-se ainda questões relacionadas com a cumplicidade, a amizade e o companheirismo, o apoio, a construção de uma vida a dois e a presença do/a outro/a. Importantes, são também o sentimento que se tem pelo/a parceiro/a, os gestos românticos, a procura de agradar ao/à parceiro/a, o carinho, e, mostrando, mais abertamente, a procura de um outro significativo semelhante ao indivíduo, a partilha de gostos ou de actividades em comum. Por fim, um número mais pequeno de jovens refere o saber fazer concessões, alguém com quem haja empatia a nível sexual, ou que saiba satisfazer o/a parceiro/a, que seja fiel, e/ou que goste e se dê bem com os/as filhos/as, quando este/as existem.

³⁷⁰ Também Arnett (2004) mostra como os/as jovens que entrevistou mencionam qualidades do indivíduo, como a inteligência ou a boa disposição, a semelhança com o/a própria e/ou as qualidades da relação interpessoal (como a existência de carinho) como ideais num(a) futuro/a parceiro(a). De forma semelhante Ortiz-Torres et al. (2003) dão conta da importância, para as jovens mulheres que entrevistaram, da partilha de actividades e da criação da intimidade, de características auto-centradas (sentirem-se bem com o parceiro, sentirem-se amadas e compreendidas) e de características centradas no parceiro (boas capacidades de comunicação, uma boa personalidade, ser fisicamente atraente, respeitador e inteligente) para aquilo que será um parceiro ideal. Contudo, tem que se relembrar que todas as entrevistas aos/às jovens foram feitas pela investigadora, o que pode ter condicionado, sobretudo, as respostas dos jovens homens heterossexuais, no sentido de uma menor referência aos atributos físicos e/ou sexuais de uma parceira ideal.

“Uma parceira ideal? É aquela que eu tenho neste momento. É minha amiga; ajuda-me quando eu tenho problemas; aconselha-me quando eu lhe peço conselhos; também me dá na cabeça quando eu faço coisas mal. Ah, nunca me deixou para trás, é sincera comigo, posso confiar nela e ela confia em mim. [...] Na relação não é conservadora, é bastante aberta a coisas novas; e aceita qualquer tipo de coisas.”
(Gabriel, 19 anos, 12º ano, procura do primeiro emprego)

Em termos de características do/a parceiro/a, sublinham-se aspectos como o facto de este/a ser calmo/a, responsável, honesto, respeitador(a), trabalhador, inteligente e aberto a novas ideias. Mas também alguém simpático, com sentido de humor, sociável, optimista e que seja boa pessoa. Assim, acima de tudo, quer-se um(a) parceiro/a com características consideradas como positivas, sobretudo, ao nível da personalidade, com quem se possa construir um relacionamento sexual e/ou amoroso, para uma possível entrada em conjugalidade e/ou parentalidade, e com quem se possa ter um sentido de intimidade revelada, mas que possa também, como referido por Jamieson (2005 [1998]), servir de companhia e de fonte de apoio.

6.4.1. Os “fantasmas” dos relacionamentos: os/as ex-parceiros/as e a existência de filhos/as de uma outra relação

Como refere Giddens (1996), a maioria das pessoas tem, actualmente, que viver com o historial do/a parceiro/a, no que diz respeito aos seus relacionamentos sexuais e/ou amorosos anteriores. De acordo com Vasconcelos (1997), a existência da presença indirecta de um(a) terceiro/a na relação com o/a outro/a, e, sobretudo, a possibilidade deste/a interferir no relacionamento afectivo actual, pode levar a uma recusa, à priori, do compromisso. Neste sentido, de acordo com o autor, na década de 90, do século XX, existia ainda alguma recusa por parte dos homens (mais do que por parte das mulheres) em terem, como futura parceira conjugal, uma mulher que tenha tido relações sexuais com “muitas” outras pessoas³⁷¹. Estes dados levam Vasconcelos (1997: 234) a argumentar que se mantém o “tradicional duplo-padrão de conjugalidade e sexualidade que tende a reprovar o que é entendido como uma promiscuidade feminina e a aceitar igual comportamento quando protagonizado por homens”. Por conseguinte, o autor refere que a ideia de viver em conjugalidade “com alguém que possa carregar o estigma da promiscuidade, é, para muitos jovens, uma ameaça de infidelidade e promiscuidade futuras” (Vasconcelos, 1997: 237). Neste sentido, Vasconcelos (1997) conclui que, no domínio da sexualidade, coexistem várias moralidades em confronto, em que as mulheres sexualmente experimentadas são olhadas, pelos indivíduos, na sociedade, com desconfiança e com reprovação, enquanto que os homens têm uma maior permissividade, dentro ou fora do quadro de uma conjugalidade. Para a mesma época, Torres (2002: 79) mostra, ainda, como, no caso dos/as jovens (de

³⁷¹ Vasconcelos (1997), refere, no entanto, que quanto maior é a escolaridade ou o estatuto social do indivíduo, maior é a aceitação de um(a) parceiro/a que tenha tido relações sexuais com “muitas” outras pessoas.

origem) operária(s), apesar da lógica da preservação da virgindade se esbater, era ainda mal visto “que a jovem com quem se vai casar seja experimentada”.

Interessava, assim, perceber, também, se o duplo padrão sexual (de que se falou no capítulo anterior) se manifestava ao nível da escolha de um(a) possível parceiro/a, com quem entrar em conjugalidade. Deste modo, procurou saber-se se os/as jovens viveriam junto e/ou casariam com alguém que tivesse tido “muitos/as” parceiros/as sexuais e/ou que tivessem filhos/as. Ora, a maioria dos/as jovens diz, claramente, que o número de parceiros/as sexuais passado/as (mas não em paralelo, como se viu anteriormente) e/ou a existência de filhos não iriam interferir na sua decisão de ir viver e/ou casar com o/a parceiro/a³⁷². Mais uma vez, é visível, no discurso destes/as jovens, a importância do amor, como algo que supera todos os obstáculos e/ou tabus. Os/as jovens sublinham, ainda, a importância do que o indivíduo faz, actualmente, em contraposição ao que este/a fez; ou seja, é sublinhada a importância do presente e/ou do futuro, em relação ao passado.

“Tu quando estás numa relação, ah, investes na relação, estás com alguém para aquela relação. O passado não interessa. [...] Eu sei que às vezes é difícil, mas tens que pôr de parte, porque é o presente que tu estás a viver e isso constrói o teu futuro. O passado... opá, as pessoas têm que experienciar. [...] Tiveram parceiros sexuais, tiveram sexo, tiveram isto, tiveram aquilo, tiveram as suas aventuras, opá, é passado, pronto.” (Jorge, 23 anos, 12º ano, designer gráfico)

Deve dizer-se, no entanto, que, apesar de a maior parte do/as jovens considerarem que casariam com alguém que tivesse filhos/as, de um relacionamento anterior, a existência destes/as torna-se um pouco mais problemática do que o número de parceiros/as que se teve no passado, sendo, portanto, um pouco menos consensual (sobretudo, para os jovens homens). Como se pode ver pelo exemplo do Bernardo (23 anos, estudante do ensino superior), existem aqui, por diversos motivos³⁷³, mais medos, dúvidas e a necessidade de uma maior reflexão sobre o assunto: “*Pensava duas vezes. [...] Eu tenho medo. [...] Eu acharia que não, mas nunca diria uma certeza, porque não sendo nosso filho [...] não sei se iria ser sempre na boa, não sei?! Noto que poderia pensar tipo: porque é que eu estou para aqui a investir num filho que nem é meu!?!*”.

Após se ter reflectido um pouco sobre os modos de saída de casa dos pais/familiares, sobre a conjugalidade e sobre o/as parceiro/as, veja-se agora quais as práticas ou as expectativas dos/as jovens

³⁷² Já Vieira (2009), indo de encontro aos resultados de Vasconcelos (1997), dá conta de como os jovens homens que entrevistou rejeitam a ideia de namorar com uma rapariga que tenha tido muitos relacionamentos sexuais e/ou amorosos, em face do sentimento de insegurança que estas jovens tendem a dar como potenciais parceiras. A diferença entre os resultados de Vieira (2009) e os aqui apresentados podem dever-se a diferenças regionais nas práticas e representações dos/das jovens relativamente à sexualidade, mas podem também dever-se ao modo como a pergunta foi construída, aqui mais direccionada para a entrada em conjugalidade (enquanto que Vieira orienta a pergunta para a entrada num relacionamento sério), para o modo como as entrevistadas foram conduzidas e/ou para o facto de, neste trabalho, se terem realizado entrevistas individuais, sendo que Vieira optou pela realização de focus group.

³⁷³ Entre estes motivos encontram-se: o problema do investimento financeiro numa criança que não é um(a) filho/a biológico, a necessidade de aceitação da criança, e/ou querer ter apenas filhos biológicos, a que pode estar associado a questão da “pureza” sexual da mãe.

em relação à entrada parentalidade, considerada, por Galland (2011), como a última etapa de transição para a vida adulta.

6.5. Parentalidade: o adiamento dos/as filhos vs o valor da criança

Ora, tal como acontece para a conjugalidade, a parentalidade não é, geralmente, rejeitada pelos/as jovens, contudo, indo de encontro ao resultado de vários estudos (Aboim, 2010; Barrisco, 2006; Bous-Reymond, 2011; Brannen et al., 2002; Furlong e Cartmel, 2007; Galland, 2011; Gordon e Lahelma, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2004; Vasconcelos, 1997), é cada vez mais adiada, na medida em que os indivíduos consideram que existem condições (socioeconómicas e de guarda das crianças) que devem ser concretizadas para que possam ter filhos/as. A transição para a parentalidade tornou-se assim um projecto reflexivo, em que os/as jovens têm que calcular os prós e os contra de terem filhos/as (Boys-Reymond, 2011).

Os dados do Eurostat (2013)³⁷⁴ mostram como a idade média das mulheres ao primeiro filho se situa, em 2011, entre os 29 e os 30 anos, em grande parte dos países da União Europeia (havendo algumas excepções, como a Bulgária ou a Roménia), sendo que em Portugal, esta era de 29,2 anos (INE, 2013)³⁷⁵. Os/a jovens “escolhem”, então, ter menos filhos³⁷⁶ e tê-los cada vez mais tarde. As mulheres tendem a ter filhos após estarem no mercado de trabalho e terem estabilidade financeira (Barrisco, 2006). A entrada no mercado de trabalho e as dificuldades de estabilização da vida profissional levam, por conseguinte, ao adiamento da decisão de ter filhos e, conseqüentemente, ao retardamento do nascimento do primeiro filho. Neste sentido, e para os contextos Finlandês e Espanhol, Oionem (2004) sugere que a precariedade da situação de emprego e a insegurança económica dos/das jovens tendem a ser um factor central que afecta a fertilidade e os padrões de formação de uma primeira família.

Também Brannen et al. (2002), num estudo comparativo entre cinco países da União Europeia (Irlanda, Noruega; Portugal, Reino Unido e Suécia), dão conta de como a ideia de ter filhos é, geralmente, longínqua entre os/as jovens entrevistados/as. Não fazendo planos imediatos para ter filhos, os/as jovens esperavam passar primeiro por uma série de acontecimentos e preencher um determinado número de requisitos antes de considerar tê-los. Estas prioridades, embora possam variar

374

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tps00017&plugin=1>, Consultado em 7 de Março de 2013.

³⁷⁵http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001291&contexto=bd&selTab=tab2. Consultado em 7 de Março de 2013.

Na região de Leiria, a idade média das mulheres ao primeiro filho situa-se entre os 29,1 anos e os 29,5 anos. http://maps.ine.pt/MapsPortal/default.aspx?VAR_CD=0000097&V_DIM_1=S7A2011&NIVEL=3&LINGUA=EN. Consultado em 7 de Março de 2013.

³⁷⁶ Em 2010, a taxa de fertilidade em Portugal situava-se nos 1,37 filhos. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001293&contexto=bd&selTab=tab2. Consultado em 7 de Março de 2013.

em função do sexo ou do estatuto social dos/as jovens, dizem, sobretudo, respeito, a viver um pouco a sua vida, no sentido de tomarem conta apenas de si próprios/as, de poderem ser egoístas e/ou de poderem viajar (algo que consideram não poder fazer depois de terem filhos/as), terem os percursos escolares finalizados, entrarem no mercado de trabalho e ter um emprego estável, tornarem-se independentes dos pais, terem um(a) parceiro/a (a parentalidade a sós é, geralmente, considerada como egoísmo, na medida em que, normativamente, a parentalidade envolve um pai e uma mãe) e, nos, casos da Irlanda e de Portugal, casarem³⁷⁷. Mais recentemente, Bous-Reymond (2011) refere que, actualmente, as jovens mulheres adiam a maternidade no sentido de darem continuidade à sua carreira profissional e investirem nos seus relacionamentos íntimos; enquanto que os jovens homens valorizam a sua independência e a relação com o grupo de pares masculino, sendo que, mesmo que se possam sentir como adultos, evitam propositadamente as responsabilidades que a paternidade implica.

Este adiamento da parentalidade é bastante visível nos discursos dos/as jovens entrevistados/as. Embora apenas uma minoria rejeite a possibilidade de ter filhos³⁷⁸, os/as jovens remetem esta possibilidade para um futuro a médio/longo prazo (daí a meia dúzia de anos, quando se chega aos 30 anos), sujeitando a entrada em parentalidade, tal como referem vários/as autores/as (Barrisco, 2006; Bous-Reymond, 2011; Brannen et al., 2002; Galland, 2011; Guerreiro e Abrantes, 2004; Oionem, 2004), a uma série de condições: o ter um(a) parceiro/a (ideal); quando se estiver preparado/a e/ou se for mais maduro/a; quando se tiver uma vida estável, organizada e com condições financeiras; alguns anos após a entrada em conjugalidade; e/ou depois de se ter aproveitado ao máximo os anos de juventude³⁷⁹, os tempos tempos de lazer ou de se ter tido oportunidade para viajar. Ter uma vida estável e organizada está, geralmente, dependente de se ter: acabado o curso, quando se frequenta o ensino superior; de se ter um emprego, uma vida profissional e/ou uma carreira estável, que, no caso de alguns/algumas jovens (nomeadamente dos/as mais qualificados/as) implica a realização profissional; ter uma situação económica que permita pagar as contas da casa, ter dinheiro para o casal e para as crianças; ter um relacionamento sexual e amoroso, sério e duradouro; e/ou um(a) parceiro/a com quem se tem uma boa relação³⁸⁰. Esta vida estável faz, aliás, como mostra Bois-Reimond (2011), parte das novas normatividades da parentalidade, que implicam o não se ser mãe/pai cedo de mais, sem um(a) parceiro/a e sem um mínimo de segurança económica.

³⁷⁷ Contudo, segundo as autoras (Brannen et al., 2002), é necessário tomar em atenção que os/as jovens, ao falarem da parentalidade, moviam-se entre diferentes modalidades de discurso: um discurso normativo (o modo correcto de agir); um discurso pessoal (as suas experiências); e um discurso prático (que toma em atenção considerações práticas, como a necessidade de um trabalho pago para o nascimento de uma criança).

³⁷⁸ De facto, a maioria do/as jovens refere que gostaria muito de ter filhos. E mais do que rejeitar essa hipótese (algo que acontece apenas entre uma minoria), os/as jovens podem demonstrar algum receio de ter os/as ter, quer seja porque receiam o parto em si, quer seja porque têm experiências familiares negativas e têm medo de as transmitir aos/às filhos/as.

³⁷⁹ Indo de encontro ao referido por Galland (2011), os discursos dos/as jovens dão conta de uma legitimidade da ideia de “aproveitar” a vida antes de terem filhos e de adquirirem, por conseguinte, mais responsabilidades.

³⁸⁰ De acordo com Aboim (2010a), as idades ideais do curso de vida aponta, de forma global, para um vínculo estreito entre casamento e parentalidade.

“Se calhar a estabilidade da vida. Quando uma pessoa for estável, acho que pode ter filhos. A nível profissional e de ter já uma casa e dinheiro suficiente para conseguir ter, sustentar um filho.” (Andreia, 20 anos, estudante do ensino superior)

“Depois dos 30. [...] Acho que até aos 30 anos nós temos que aproveitar a vida. Porque é assim, quando tens um filho, deixas de aproveitar tanto com os teus amigos, deixas de fazer coisas, que um filho vai-te proibir de fazer certas coisas. A nível de tempo, a nível de dinheiro [...]. Até lá temos que curtir a vida, noitadas, viajar, aproveitar mais. Até mesmo a nível profissional dar mais quando não temos ninguém...” (Joaquim, 26 anos, 12º ano, medidor orçamentista)

Ter filho/as não é, no entanto, por vezes, uma “escolha” fácil e/ou possível. Assim, por um lado, há o caso, minoritário, de algumas jovens mulheres para quem é difícil ou mesmo impossível ter filhos/as biológicos/as, devido a alguma doença que estas tenham ou tenham tido. Em face a problemas de saúde e/ou a transformações corporais que a gravidez possa causar, as jovens recusam ou pensam seriamente na possibilidade de os/as, não desejando pôr em causa a sua saúde. Esta é uma situação que pode ser, mais ou menos, bem aceite pelas jovens.

“No meu caso, não é fácil ter filhos, não... pode prejudicar a minha saúde e eu pensar que vou ficar pior a ter um filho tenho que ser egoísta. Porquê? Porque depois se calhar não vou estar apta para tomar conta do filho. Então para isso mais vale não ter. No entanto, se estiver com alguém que tenha mesmo que ter, isso já me faz pensar duas vezes. Mas tenho sempre que pensar duas, três, quatro, cinco vezes, porque é um passo, no meu caso, importante.” (Dina, 29 anos, licenciatura, desempregada)

No caso dos indivíduos auto-identificados como lésbicas e gays, embora seja possível que estes/as tenham filhos, a adoção e a fertilização in vitro são ainda ilegais, em Portugal, para os casais do constituídos por duas pessoas do mesmo género e, no segundo caso, também, para os indivíduos solteiros. Como se viu no capítulo anterior, para o/as jovens heterossexuais a adoção por casais constituídos por pessoas do mesmo sexo é ainda controversa. No caso dos/as jovens entrevistados/as, com uma orientação sexual não heterossexual, esta possibilidade é aceite e desejada³⁸¹, na geralidade, mesmo por uma questão de igualdade de direitos humanos. Interessante é de verificar, que estes/as jovens usam os mesmos argumentos do que os/as jovens heterossexuais para a possibilidade de terem filhos/as, sublinhando a importância da criança ser criada numa família, de preferência “estável”, com capacidades financeiras para a sustentar; que cuide dela, lhe dê educação e lhe transmita amor e carinho: *“Se eu pudesse adoptar uma criança, só adoptaria numa seguinte circunstância: eu estar a morar junto com alguém. [...] Tinha que ter a certeza que tinha possibilidades para tal, que nunca lhe faltava nada” (Vanessa, 29 anos, estudante do ensino superior, operária)*, posicionando-se assim num discurso que vai de encontro ao “homossexual normal”³⁸² (Seidman, 2002; Seidman et al., 2004

³⁸¹ Também Vieira da Silva (2006) mostra como os indivíduos que inquiriu, além de valorizarem vários aspectos relacionados com a conjugalidade, valorizam também a parentalidade, muitos/as deles/as referindo que gostariam muito ter filhos/as.

³⁸² Os/as jovens entrevistado/as, com uma orientação sexual não heterossexual, tendem, assim, a defender que a criança seja criada no seio de uma família com dois homens ou duas mulheres, a viver em conjugalidade, que se relacionem bem um(a) com o/a outro/a, e que se apoiem mutuamente, não recusando portanto a vivência

[1999]). Acresce ainda que alguns/algumas jovens mencionam a realidade visível³⁸³, mas não legalmente reconhecida, de indivíduos com uma orientação não heterossexual e/ou casais de pessoas do mesmo género, que criam e educam os/as filhos/as, geralmente, de uma anterior conjugalidade heterossexual. Para alguns/algumas destes/as jovens é o “papão” da pedofilia, que, segundo eles/as tende a estar associado com a homossexualidade, e o preconceito social, que impede a possibilidade de legalização da adopção por casais constituídos por pessoas do mesmo género³⁸⁴.

“Eu acho que sobre a adopção é mais uma parvoeira pegada que aí anda. Porque vamos ver as coisas tal e qual como elas são, eu tenho um amigo meu que é pai de duas filhas lindíssimas, [...] namora com um rapaz [...]. Ambas dão-se lindamente com o pai e ambas moram com o pai. Podiam estar a viver com a mãe, mas querem viver com o pai. [...] Em termos práticos isto não seria a mesma coisa que uma adopção? E as meninas não vêem que têm dois pais ou duas mães. Sabem perfeitamente ver as coisas e não andam baralhadas do sistema, da cabecinha. [...] É preferível que a criança tenha boas condições com um casal homossexual do que com um casal heterossexual que os trate mal e isso. Essa, essa parvoeira toda, que não tem outro nome que é parvoeira, depreende-se com o facto de as pessoas catalogarem os homossexuais como pedófilos. Os homossexuais não são pedófilos. Muitas das vezes os heterossexuais é que são pedófilos. Porque quando se assiste a violações de pais e de filhos é heterossexuais, não é homossexuais, e isso é que as pessoas não querem ver. Portanto sou totalmente de acordo que haja a adopção de crianças entre casais homossexuais.” (Francisco, 26 anos, licenciatura, perito/formador)

Quanto à possibilidade deles/as próprios/as terem filho/as, apesar da existência de algum medo em face dos preconceitos sociais, a maioria destes/as jovens diz que gostaria de ser pai ou mãe. Neste sentido, eles/as falam, sobretudo, na possibilidade de, um dia, poderem adoptar, mesmo se for necessário ir ao estrangeiro para o fazer. Alguns/algumas deles/as, embora mais os jovens homens, referem, ainda, que gostariam de ter filhos biológicos que “fossem parecido/as com eles/as”,

em conjugalidade (mesmo se, como se viu anteriormente, possam não desejar casar-se). Neste caso, são, então, os/as próprios/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual que falam em relacionamentos sexuais e amorosos monógomos, estáveis e de longa duração, em consonância com os valores familiares da heterossexualidade normativa (Jackson e Scott, 2004). Este tipo de atitudes e de comportamentos são associados àquilo a que Seidman (2002) e Seidman et al. (2004 [1999]) chama do “Homossexual Normal”, geralmente, aceite nos dias de hoje, por oposição ao “Homossexual Poluído” do passado e/ou a indivíduos com atitudes e comportamentos tidos, actualmente, como maus ou perigosos (como os/as trabalhadores do sexo, indivíduos com múltiplos parceiros, mulheres libertinas e agressivas, e/ou jovens adolescentes grávidas).

³⁸³ Esta é considerada como uma realidade escondida, na medida em que existem de facto vários indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual que têm filhos biológicos, como é aliás referido pelos/as jovens entrevistados/as. Recentemente, em face do debate da lei da coadopção para casais do mesmo género, o assunto foi discutido nos media. Os indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual têm ainda a “possibilidade” de recorrerem ao estrangeiro para adoptar, fazer uma fertilização in vitro ou usar uma barriga de aluguer, mas tal não é (ainda) possível em Portugal.

³⁸⁴ Como refere Santos (2012), apesar das mudanças sociais ocorridas em Portugal (de que se falou um pouco no capítulo I), a noção dominante de família mantém muitas das suas características tradicionais e heteronormativas, enraizadas num discurso de “leis naturais” (idem: p. 173), em que existe uma complementaridade biológica entre homens e mulheres, de quem se espera que entrem num casamento monogâmico e procreativo. Esta representação de família exclui, assim, os relacionamentos entre pessoas do mesmo género, que são percebidos, nomeadamente a nível político, como efémeros, precários e não reprodutivos. No mesmo sentido, a existência de um discurso centrado no maior interesse da criança, é tornado incompatível com a parentalidade não heterossexual, na medida em que esta tende a ser representada como egoísta e incapaz de cuidados suficientes às crianças.

mencionando a opção da inseminação artificial ou de uma relação heterossexual (no caso do jovem bissexual).

“Gostava... De ter coragem para os ter... De ter coragem para os ter dentro de mim e de os educar perante esta sociedade, porque sendo homossexual é complicado. [...] Sei que posso adoptar e, se calhar, será o mais provável... [...] Mas é complicado... Porque estás numa sociedade que não aceita esse tipo de família...” (Mariana, 24 anos, licenciatura, empregada de balcão/barmaid)

Mas quais são então os principais *motivos que levam os/as jovens a desejar ter filhos?* Tal como os indivíduos, de várias idades, analisados num projecto anterior (Torres et al., 2008), os/as jovens desejam ter filhos por motivos relacionados: com a *“naturalidade” do ciclo de vida; o valor actual da criança; a formação de família e a relação com o/a parceiro/a;* e outros *motivos mais individualizados*. Assim, alguns/algumas jovens referem que há uma determinada idade em que é normal ter filhos, que é algo que faz parte do ciclo de vida e da entrada em conjugalidade. O valor que a crianças adquire, actualmente, é o factor principal para que estes/as jovens queiram ter filhos/as. Para além de darem conta do seu gosto por crianças, ter um(a) filho/a é algo sentido como uma fonte de felicidade, um sonho, algo de maravilhoso. Mas ter filhos/as faz também parte do desejo, mais abrangente, da formação de uma família, que começa com a conjugalidade e atinge um ponto mais alto com a chegada de uma criança. Ter um(a) filho/a pode, além demais, ser considerado como uma decisão do casal, fruto da sua união, do amor que o casal sente entre si; um culminar da relação, que vem ainda dar mais vida e/ou mais união à mesma. Por fim, alguns/algumas jovens falam ainda de motivos, tendencialmente, mais relacionados com o indivíduo, como: o deixar descendência, o sentir-se útil e ter alguém que dependa de si, o completar de uma vida, e o compartilhar as coisas que se gosta.

“Olha tudo me levava a ter filhos. [...] Acho que é o complementar de uma vida que tu tiveste, ter um filho. E depois acho que é uma alegria imensa, a primeira passadinha que ele dá, a primeira vez que ele se levanta, a primeira papinha que ele come [...]. Acho que é a felicidade plena que uma pessoa pode ter, é ter um filho. E então tudo me levava a ter. E então é como eu digo, mesmo que eu não vá ter meus, o meu objectivo é ter um, não é? E então nem que adopte!” (Carla, 28 anos, frequentou a universidade, mas não acabou, empregada de supermercado)

“O que é que me levaria a ter filhos? Opá, acho que os filhos fazem parte de nós, da nossa vida. [...] Lá está, eu acho que nós já temos uma condição, não é?, dentro de nós, que nos leva a que todos estes acontecimentos vão surgindo na nossa vida, percebes? E faz parte do casal [...]. Um casal que não tenha filhos falta ali qualquer coisa, percebes?” (Filipe, 26 anos, 12º ano incompleto, empregado de armazém)

6.5.1. E quando se (quer) engravida(r)...

Entre os/as entrevistados/as, existem ainda alguns/algumas jovens que, apesar de serem uma pequena minoria, já tinham entrado em parentalidade ou que não descartam essa possibilidade para um futuro próximo. São, sobretudo, (embora não só) jovens que não têm o 12º ano completo ou que

se ficam pelo 9º ano de escolaridade. Tal como acontece no caso da maternidade na adolescência (Marques, 2006), para estes/as jovens, a parentalidade tende a surgir em contextos onde existem menos recursos materiais disponíveis, e em que os/as parceiros/as se encontram em semelhantes circunstâncias. Esta situação está, geralmente, associada ao abandono escolar e à falta de qualificações. Contudo, antes da entrada em parentalidade, os/as jovens tinham já, na maioria dos casos, saído da escola e entrado no mercado de trabalho. Acresce ainda que, para estes/as jovens, o seu papel enquanto mães e pais não entra em conflito com o seu papel enquanto trabalhadores/as. A sua experiência precária no mercado de trabalho e as suas perspectivas de futuro não oferecem um bom motivo para adiar a parentalidade, assim como o facto de estarem um período de tempo sem trabalhar não tem um efeito adverso nas suas perspectivas de emprego. Para estes/as jovens, as dificuldades na obtenção de emprego são resultado de factores estruturais, de modo que o adiamento da parentalidade não melhora necessariamente as suas circunstâncias socio-económicas³⁸⁵. Neste sentido, não é pois de estranhar que, para estes/as jovens, mesmo que a gravidez não tenha sido planeada, esta é bem aceite e a criança esperada com entusiasmo, como acontece com a Verónica e com o Cristiano

A verónica tinha 21 anos, ao momento da entrevista, e uma filha de 4 meses. Tendo saído de casa dos pais com 16 anos, devido a conflitos familiares. Começou por ir viver com amigas, até que conheceu o companheiro, com quem reside actualmente. A verónica não concluiu o 9º ano e quando engravidou encontrava-se a trabalhar num supermercado. Devido ao desejo de ser mãe nova deixou de tomar a pílula³⁸⁶, com o conhecimento do companheiro. Para tal contribuiu, também, um aborto anterior, que a fez ficar na dúvida se poderia ou não ter filhos. Assim, sem “nada fazer para acontecer” tentou ver se conseguia ou não ser mãe. Quando engravidou ficou extremamente contente, não se arrependendo da sua decisão.

“[A filha] vai fazer agora 4 meses. Ah, tinha 21 [quando engravidou]. Ui. Se viesse ou se não viesse eu não fiz nada para não acontecer. Eu queria ser mãe nova e... que eu já tive um aborto e eu pensei que nunca mais ia conseguir engravidar. Então deixei de usar pílula e essa coisa toda para ver se conseguia. Quando veio, fiquei muito contente, a gravidez é que foi péssima. [...] Ele sempre soube que eu queria ser mãe nova e ele também dizia: “ó, eu sou pai quando acontecer, ah, se tiver que ser daqui a 4 anos é, se tiver que ser agora vou aceitar também”. E eu... fomos deixando, olha, quando acontecer aconteceu. E aconteceu. [...] Eu adoro crianças, sempre adorei mesmo crianças, e, e sempre quis ser mãe nova, por isso... [...]. E realmente não me arrependo, é a melhor coisa que a gente pode ter.” (Verónica, 21 anos, 9º ano incompleto, empregada de supermercado)

Já o Cristiano, também de 21 anos, desempregado ao momento da entrevista, estava prestes a ser pai. A sua namorada tinha 20 anos e também o 9º ano de escolaridade, encontrando-se a trabalhar em telemarketing. Segundo ele, a gravidez foi fruto de uma única relação sexual sem preservativo e, por

³⁸⁵ Para o contexto britânico, Furlong e Cartmel (2007) referem que a parentalidade providencia uma fonte de identidade para jovens que foram marginalizados/as noutros contextos de vida.

³⁸⁶ O desejo de engravidar é também referido por Ferreira (2003) como um dos principais motivos dados pelos jovens inquiridos para não recorrer à contracepção.

isso, algo de inesperado. Como referido anteriormente, quando soube da gravidez da companheira encontrava-se a trabalhar como barmen, fora do país, mas a notícia foi bem aceite e o bebé considerado “bem-vindo”. Ambos decidiram ir viver juntos e trataram de arranjar uma casa. O desejo que o Cristiano tinha em ser pai novo, tal como o seu próprio pai, contribui para a sua boa aceitação da parentalidade. O nascimento do bebé é considerado por ele como uma fonte de alegria e como um motivo para seguir em frente na vida.

“[A parceira] Está [grávida]. Dois ou três dias e ele [o bebé] sai. [...] Não foi feito de propósito. Foi feito sem querer, falta do uso do preservativo. Mas é muito bem-vindo. Já estávamos mais ou menos à espera. Também já estamos juntos há muitos anos e... aconteceu. [...] Foi assim uma surpresa... [...] Sempre quis ser pai novo. Se calhar por os meus pais serem novos e ter a amizade que tenho com eles, gostava de ter com o meu filho, principalmente. [...]. Está tudo à espera dele, está tudo preparadinho, não falta nada. [...] Para mim é uma alegria e já é mais uma razão de seguir em frente, acho que sim. Embora não tenha muita escolaridade e isso, mas...” (Cristiano, 21 anos, 9º ano, desempregado)

Para estes/as jovens o nascimento de uma criança representa uma fonte de alegria e de realização pessoal. Acresce ainda que, ser-se pai e mãe pode traduzir-se numa mudança de estatuto, levando os/as jovens a assumir papéis de adultos/as, que lhes trazem gratificações a nível identitário, quando outros domínios falham (Marques, 2006). É este o caso do Cristiano, quando refere a importância do nascimento do filho para se concretizar e prosseguir na vida. A paternidade leva-o a criar uma identidade positiva enquanto homem.

O caso da Matilde é um pouco diferente, na medida em que esta se encontrava na universidade quando engravidada. Estando envolvida numa espécie de relacionamento sexual e amoroso aberto, com o namorado de vários anos, ela acaba por engravidar, após o uso de um preservativo furado. Mas a gravidez, embora possa ter sido encarada com alguma preocupação inicial, especialmente, por parte da família da Matilde³⁸⁷, acaba por ser apoiada pelo namorado e pela família de ambos³⁸⁸, não tendo tido um impacto disruptivo em termos do seu percurso escolar e/ou profissional. Com a gravidez, a Matilde muda-se da cidade onde estuda para Leiria, passando a viver, temporariamente, em casa da mãe, com o namorado. Quanto à inserção no mercado de trabalho, é, sobretudo, a conjuntura nacional de instabilidade a nível de emprego, que a leva³⁸⁹ a alternar entre períodos de sub-emprego, de emprego não qualificado, de emprego qualificado e de desemprego. A filha é, para ela, uma grande fonte de alegria e satisfação, que trouxe consigo algumas reavaliações de valores e atitudes.

“À, então conheci o meu namorado com 15 anos, por causa da irmã. [...] Andávamos na escola, eu vinha cá dormir, conheci o meu namorado. Ficámos juntos durante uma carrada de anos. Depois eu fui

³⁸⁷ A mãe da Matilde receou que a “história” se repetisse, na medida em que, quando engravidada desta, o companheiro, e pai da Matilde, abandona-as.

³⁸⁸ Tal como referido por Marques (2006) e por Henderson et al. (2007), o apoio da família, mas também dos parceiros e dos/as amigos/as são essenciais para que a parentalidade seja enquadrada nas trajectórias de vida das jovens mulheres. Neste sentido, uma gravidez poder não ser percebida como disruptiva, mesmo quando funciona como um momento crítico.

³⁸⁹ Embora se tenha que levantar a hipótese de que o facto de ter a filha e/ou de viver com o companheiro possa limitar a sua mobilidade física em termos de emprego.

estudar [para outra cidade]. Continuámos a namorar, assim um namoro mais livre. E, entretanto, passado... acho que foi 8 anos, acho que foi isso, eu engravidei [...]. [A gravidez] Foi acidental, mas não teve problema. Porque se fossemos a planear não tinha nascido nenhuma criança, ainda. [...] Eu nunca fiquei assustada porque sabia que a minha mãe e a minha avó não iam reprovar nem nada. [...] Ficaram muito preocupadas no início: “ai, como é que vai ser, não sei quê”, mas passado um mês já estava toda a gente e roupinhas e coisinhas e todos preocupados: “e andas a comer bem?” [...]. [A mãe] disse-me para ter cuidado, para usar preservativo, porque não queria que me acontecesse o mesmo que lhe aconteceu a ela, que foi engravidou e depois o pai foi-se embora. Eu usei preservativo, mas engravidei, mas o pai não se foi embora. Foi bom, essa parte foi muito boa. E quando lhe contei ela perguntou-se se eu tinha tido cuidado, eu disse que sim, o preservativo rebentou, nós não reparámos e aquelas chances de 1% aconteceram e pronto. [...] Ainda andei a estudar assim com a barriga, fazia exames de barriga. Depois mudei-me para Leiria com um barrigão [...]. E pronto, o meu namorado também... ele estava preocupado, mas nem pensou sequer em não assumir nem nada. Disse: “à, não te preocupes, vai correr tudo bem. Vamos dizer aos nossos pais, não sei. Vais para Leiria, ficas lá a estudar, não sei quê, e tudo se resolve”. Depois correu tudo bem.” (Matilde, 25 anos, licenciatura, desempregada)

Assim, tal como indicam Guerreiro e Abrantes (2004), para estes/as jovens a gravidez pode ser acidental ou resultar de uma estratégia deliberada, mas, ao invés de implicar uma desestruturação familiar, tende a conduzir à adaptação e reconfiguração das estratégias e projectos familiares. E embora possam existir privações em todo este processo, existem também dinâmicas de valorização pessoal e de coesão familiar.

6.6. Modos de entrada em conjugalidade e em parentalidade

Em termos de práticas, representações e/ou expectativas de entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade encontrou-se, assim, 3 modalidades principais: 1) uma entrada em conjugalidade e/ou parentalidade “antecedida”; 2) uma entrada em conjugalidade e/ou parentalidade “linear”; e 3) uma entrada em conjugalidade e/ou parentalidade “adiada”.

No primeiro caso tem-se, por um lado, os/as jovens, geralmente, com menores níveis de escolaridade, que tendo saído da escola cedo, estão inserido/as no mercado de trabalho, já saíram de casa dos/as pais, que vivem ou viveram já em conjugalidade e/ou que têm filhos³⁹⁰. A existência de uma conjugalidade e/ou de uma parentalidade não interfere com os seus planos de vida, na medida em

³⁹⁰ Existem contudo duas excepções: a Matilde, de quem já se falou acima, e a Vera. Ambas as jovens tiveram a possibilidade de ter uma trajectória escolar e profissional qualificada, mas se, como se viu, este foi, parcialmente, o caso da Matilde, não foi, certamente o caso da Vera. A Vera, sendo filha de uma médica e de um empresário, teria todas as condições (ou capitais, como refere Bourdieu), financeiras, sociais, simbólicas e culturais, para prosseguir para a universidade, tirar um curso no ensino superior e entrar num trabalho qualificado. Mas por uma série de motivos, entre os quais a existência de um namoro e o tipo de amigos/as que tinha, deixou a escola antes de concluir o ensino secundário, acabando por entrar no mercado de trabalho, em profissões mais desqualificadas, relacionadas com o sector da restauração. Acaba por viver em conjugalidade, embora, inicialmente, em casa da mãe e dos sogros, com o ex-namorado e pai da sua filha, separando-se deste após uma traição da parte dele. Depois um período em que está sozinha, a Vera volta a encontrar um parceiro com quem tem um relacionamento sexual e amoroso, sério e duradouro, estando agora a viver em conjugalidade com ele, a organizar as coisas para que a filha possa viver consigo e a planear casar-se. No meio de tudo, os estudos ficaram para trás. Apesar de essa ter sido a sua opção inicial, a Vera refere agora o desejo de entrar no ensino superior e tirar um curso de que goste, de modo a sair de um mercado de trabalho não qualificado, e na procura de conseguir um emprego em que se possa sentir realizada. A ideia não está, assim, posta de parte, mas vai sendo adiada no tempo, até ser possível...!

que o percurso escolar e um percurso profissional mais qualificado não tende a fazer parte das suas expectativas³⁹¹.

Por outro lado, tem-se os/as jovens (sobretudo, com a frequência do ensino superior ou já com licenciatura), que em face do contexto em que se encontram tomam a decisão de entrar em conjugalidade. Estes/as jovens, como se viu anteriormente, estavam/estão na sua maioria a estudar fora de casa dos pais e por uma questão prática, de estarem já juntos a maior parte do tempo, sentindo-se bem assim, e/ou para não ter que pagar duas rendas, acabam por arrendar um quarto, uma casa ou comprar uma casa, para onde vão viver. Noutros casos, embora menos comuns, foi o facto de um(a) do/as parceiro/as ter já casa que, por diferentes motivos relacionais e práticos, levou à entrada em conjugalidade.

Em segundo lugar, tem-se os/as jovens que têm uma trajectória que pode ser considerada como linear para a entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade³⁹². Estes/as são jovens (sobretudo, com o ensino básico e secundário, e com profissões desqualificadas ou intermédias), que tendo já acabado os estudos e estando já inseridos/as no mercado de trabalho, namoraram durante um certo tempo, tendem a já ter entrado em conjugalidade, ou estar a planear dar esse passo, esperando ter filhos/as algum tempo depois de ter dado/dar esse passo.

Por fim, tem-se dois grupos de jovens para quem a entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade encontra-se num futuro, mais ou menos, distante. Para o primeiro grupo de jovens, que já acabaram os estudos, normalmente com o ensino secundário ou superior, ou que ainda estão a frequentar o ensino superior, tendo ou não entrado já no mercado de trabalho, a entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade é algo que se deseja realmente, mas que não pode ser realizada, em face dos seus contextos de vida³⁹³: a falta de um(a) parceiro/a, a necessidade de encontrar um trabalho, nomeadamente um determinado tipo de trabalho que os/as realize e/ou lhes dê algum tipo de estabilidade financeira, a necessidade de juntar dinheiro para poder dar estes passos, e/ou a possibilidade de conseguir um espaço para viver com um(a) parceiro/a e/ou para de ter um(a) filho/a. A entrada em conjugalidade e/ou parentalidade é para este/as jovens adiada, acima de tudo, porque é

³⁹¹ Neste sentido, Guerreiro e Abrantes, Torres et al. (2006) e Torres e Lapa (2010) dão conta de como, em Portugal, a formação familiar dos/as jovens mais novos/as está relacionada com um abandono escolar precoce, associado a um nível educacional baixo e, por conseguinte, a empregos com salários baixos e, frequentemente, precários.

³⁹² A existência de jovens que tendem a fazer um caminho linear para a vida adulta vai de encontro aos resultados de vários/as autores/as (Aboim, 2010; Aboim et al., 2011; Bous-Reymond, 2011; Bynner, 2005; Galland, 2011; Guerreiro e Abrantes, 2004; Henderson et al., 2007; Nico, 2010), que mostram a existência de vários/as jovens para quem a rota “tradicional” para a idade adulta continua a ser seguida e/ou a funcionar como um ponto de referência a seguir. Neste sentido, por exemplo, Galland (2011) refere que os marcadores de transição familiar continuam associados à definição subjectiva de idade adulta, constituindo a sua determinante principal.

³⁹³ Como referem Guerreiro e Abrantes (2004) no caso deste grupo de jovens, a “opção” pela estadia em casa dos pais resulta, frequentemente, da impossibilidade de sair de casa destes, quer a sós quer em projectos familiares, em face de condicionalismos financeiros, profissionais e/ou relacionais. Nestes casos sair de casa dos pais poderia ser considerado como uma irresponsabilidade.

condicionada³⁹⁴; isto é, sujeita a determinadas condições, que de momento não existem para os/as jovens.

Para o segundo grupo, este adiamento da entrada em conjugalidade e/ou da parentalidade para um futuro, que se pretende, por vezes, longíquo, é algo de desejado e planeado. Estes/as são então jovens, tencionalmente mais qualificados, que ainda se encontram no ensino superior ou que têm já uma licenciatura, e que têm outras prioridades, especialmente a carreira profissional, mas também aspectos relacionados com o lazer, como viajar ou estar com amigos/as o mais possível, e a vontade de se agarrarem a um sentimento de autonomia e independência, tanto dos pais como de um(a) possível parceiro/a, para gerir a sua vida³⁹⁵.

³⁹⁴ Esta entrada em conjugalidade adiada, porque condicionada, corresponde bem àquilo que Pais (2010: 33) chama de “desritmias entre o idealizado e o realizado”, no sentido em que “as representações das fases da vida apontam para uma normatividade que, todavia, poderá colidir com a realidade vivida”. No caso destes/as jovens tende a ter-se uma representação linear da transição para a vida adulta (escola, trabalho, casa, família), mas devido a condicionamentos, sobretudo de ordem económica, mas não só, a saída de casa dos pais e/ou a formação de uma nova família tende(m) a ser a adiada(s). Também neste sentido, Furlong e Cartmel (2007), consideram que, actualmente, para muitos/as jovens é difícil estabelecer os estilos de vida adultos que desejam, o que poderá levar ao sentimento de frustração.

³⁹⁵ Estes/as jovens são os que mais se aproximam de uma lógica experimentalista, característica da juventude actual, mas que, como vários trabalhos indicam (por exemplo, Aboim, 2010a; Biggart e Walther, 2006; Ferreira e Nunes, 2010; Galland, 2003, 2011; Torres e Lapa, 2010) tende a ser mais comuns nos/as jovens que residem nos países do norte da Europa ou da Europa Continental. São jovens que estão “preocupados em “gozar a vida”, através de novas experiências, viagens, actividades culturais, de lazer e de consumo” (Guerreiro e Abrantes, 2004), tendo como objectivo aproveitar ao máximo o período de tempo que têm sem grandes preocupações ou encargos, geralmente, na companhia dos/as amigos/as, antes da assunção de projectos familiares.

Quadro 6.1. Modos de Entrada em Conjugalidade e/ou em Parentalidade

<i>Antecipada</i>	<i>Enquadrada</i>	<p>Jovens com menores níveis de escolaridade; Jovens inseridos/as no mercado de trabalho; Jovens que já saíram de casa dos/as pais; Jovens que vivem ou viveram já em conjugalidade; Jovens que têm filhos.</p>	<p>Entrada em conjugalidade e/ou de parentalidade sem interferência nos planos de vida; Sem expectativas de percursos escolares e/ou profissionais mais qualificados.</p>
	<i>Pragmática</i>	<p>Jovens com frequência do ensino superior ou com licenciatura; Jovens a estudar e/ou a trabalhar fora da zona de residência dos pais/família; Jovens com casa própria (comprada ou arrendada).</p>	<p>Decisão, planeada ou não, de entrada em conjugalidade devido a questões práticas e/ou relacionais, p. ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Passar maior tempo em casa de um(a) dos/as parceiros/as • Evitar pagar duas rendas.
<i>Linear</i>	<i>Linear</i>	<p>Jovens com o ensino básico e secundário; Jovens com com profissões desqualificadas ou intermédias.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Finalização dos estudos; 2. Inserção do mercado de trabalho; 3. Namoro com maior ou menor duração; 4. (Expectativa de) entrada em conjugalidade; 5. Expectativa de entrada em parentalidade após alguns anos de conjugalidade.
<i>Adiada</i>	<i>Condicionada</i>	<p>Jovens com o ensino secundário, a frequentar o ensino superior e com licenciatura; Jovens inseridos (com expectativa de inserção) no mercado de trabalho.</p>	<p>Desejo de entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade; Adiamento da entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade em face dos contextos de vida:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de parceiro/a; • Falta de trabalho ou de emprego estável, seguro e/ou que providencie realização pessoal; • Falta de dinheiro; • Falta de espaço;
	<i>Desejada</i>	<p>Jovens a frequentar o ensino superior e com licenciatura</p>	<p>Desejo e planeamento de uma possível entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade para um futuro longínquo; Prioridades na vida ao nível de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização escolar; • Realização Profissional; • Lazer e/ou sociabilidades; • Independência e de autonomia pessoal e residencial;

Mas como é que estes modos de entrada em conjugalidade e/ou parentalidade se articulam com as maneiras de representar e viver a sexualidade? Ora, parte dos/as jovens com guiões mais restrictivos da sexualidade, isto é, que limitem as suas práticas e tendem a ter uma menor abertura a que outros as tenham, associando a sexualidade aos seus aspectos relacionais, tendem a ter uma entrada antecipada em conjugalidade e/ou parentalidade, no sentido em que casam ou têm filhos mais cedo, do que a média em Portugal. Para os restantes jovens com guiões mais restrictos da sexualidade, a entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade tende a ser projectada para que seja linear: estudar, trabalhar, casar/viver junto, ter filhos. Contudo, deve dizer-se que estes/as constituem uma minoria entre o conjunto de jovens entrevistados

No caso dos/as jovens com guiões mais intermédios da sexualidade, isto é que tendem a ter maiores restrições para si do que para os outros, relativamente às práticas sexuais, e que tendem a associar a sexualidade aos seus aspectos mais relacionais, embora esta seja também associada a outros aspectos, como o identitário ou o biológico (sendo que o prazer tende a ser enquadrado em termos relacionais), a entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade pode, também, ser antecipada e linear, ou, ainda, condicionada, no sentido em que não têm outra alternativa além de adiar estas práticas, por falta de condições materiais e/ou emocionais.

Por fim, entre os/as jovens que tendem a ter uma sexualidade mais permissiva, isto é, entre os/as jovens com maior variedade de práticas sexuais e uma maior abertura a que os outros jovens as tenham também e que tendem a associar a sexualidade tanto a aspectos individualizados, com um forte assento na ideia de prazer, como a aspectos relacionais, sobretudo, relacionados com a intimidade revelada, e/ou biológicos, a entrada em conjugalidade e/ou parentalidade pode ser antecipada (especialmente, para algumas jovens mulheres que já entraram em conjugalidade e/ou que já têm filhos) ou feita/projectada de forma linear, mas, espera-se, sobretudo, que estas sejam adiadas, de modo que nem a conjugalidade ou a parentalidade são uma prioridade para o indivíduo, no futuro próximo, mesmo estas não sejam totalmente descartadas.

Quadro 6.2. Associação entre os modos de pensar e viver a sexualidade e os modos de entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade

<i>Modos de pensar e viver a sexualidade</i>	<i>Modos de entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade</i>				
	<i>Antecipada</i>		<i>Linear</i>	<i>Adiada</i>	
	<i>Enquadrada</i>	<i>Pragmática</i>	<i>Linear</i>	<i>Condicionada</i>	<i>Desejada</i>
<i>Permissivos</i>					
<i>Intermédios</i>					
<i>Restrictivos</i>					

Assim, embora não se possa dizer que há uma relação linear entre contextos de socialização, práticas e representações da sexualidade, e práticas e projectos de saída de casa dos pais e de entrada em conjugalidade e/ou parentalidade, pode afirmar-se, contudo, que para vários/as destes/as jovens tendem a haver articulações entre estes processos³⁹⁶. Deste modo, se por um lado, é actualmente possível, os/as jovens, especialmente as jovens mulheres, viverem a sua intimidade de forma mais liberta, usufruírem dos seus tempos e espaços de lazer ou projectarem carreiras profissionais que os/as realizem profissionalmente, adiando, geralmente, a entrada em conjugalidade e em parentalidade; por outro lado, controlos parentais mais fortes, problemas e/ou outras dinâmicas familiares, como a emigração, podem precipitar a saída de casa dos pais e/ou a entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade, especialmente no caso de algumas jovens mulheres e de alguns/algumas jovens com uma orientação sexual não heterossexual. Acresce ainda que, a partir de diferentes contextos de socialização, frequentemente com mensagens contraditórias, e ao longo dos seus percursos de vida, os/as jovens vão construindo e vivendo as suas práticas e representações da sexualidade, assim como construindo as suas vidas ou a fazer os seus projectos de futuro no que diz respeito à autonomia residencial, à entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade. É sobre estes aspectos que se vai reflectir na conclusão deste trabalho.

³⁹⁶ Neste sentido, Nico (2011) sublinha a importância da sincronização entre carreiras amorosas (isto é, de todo um percurso em termos de relacionamentos/ruturas sexuais e amorosas) e carreira habitacional para a identificação das principais mudanças nos padrões de transição para a vida adulta.

Notas finais

Como se foi referindo ao longo deste trabalho, durante a segunda metade, do século XX, foram ocorrendo, nas sociedades ocidentais, várias mudanças sociais que, em termos do domínio da intimidade, se traduzem, em linhas gerais, em processos de individualização, secularização, democratização, privatização, sentimentalização e de pluralização. Estes processos foram acompanhados por processos de transformação na vida das mulheres e por ideais de liberdade individual, igualdade de género, de democratização das relações, de reciprocidade sexual e de intimidade revelada, amor confluyente e/ou relação pura.

Neste contexto, os indivíduos são considerados como tendo que “escolher”, continuamente, e por si próprios, o caminho a seguir, sem o “apoio” de coletivos sociais, como a família ou a comunidade, como aconteceria no passado (Beck and Beck-Gernesheim, 2001; Elias, 2004 [1987]; Giddens, 1991). Numa sociedade caracterizada pela hibridez, por contradições e ambivalências, os indivíduos têm, então, que (re)construir a sua biografia, negociando a articulação entre ações individuais, ajustamentos, coordenações e integrações nos vários domínios da vida social (Beck and Beck-Gernesheim, 2001). Esta necessidade permanente de escolha, e de autoconstrução da biografia pessoal, é acompanhada pela reflexividade dos indivíduos, que se pode traduzir na adoção ou criação de determinados estilos de vida (Giddens, 1991). Simultaneamente tende a existir uma da tendência para um afastamento em relação à submissão a formas de autoridade exteriores, à rejeição de hierarquias institucionais e a uma maior abertura à tolerância e à democracia (Inglehart, 2008). Contudo, segundo Bozon (2004, 2005 [2002]) e Elias (2004 [1987]), mais do que um apagamento, tende a existir, atualmente, uma interiorização das normas sociais; sendo que os contextos sociais e culturais em que os indivíduos se movem e as posições sociais que ocupam continuam a condicionar a vida dos indivíduos e a permitir diferentes campos de possíveis para estes (Almeida 2012; Beck e Beck-Gernesheim, 1995, 2001; Costa, 2013; Elias, 2004 [1987]; Giddens, 1991, 1996; Weeks, 2006 [1983], 2007).

Acresce ainda, que estas foram também mudanças lentas, muitas vezes inacabadas, que ocorreram a ritmos desiguais e que não foram sentidas de igual forma em todos os contextos sociais, na medida em que estão sujeitas a particularismos nacionais e tendências internacionais (Weeks, 1985, 2007), devendo por isso ser inseridas no contexto socioeconómico, cultural e histórico em que acontecem (Therborn, 2004). No caso do contexto português isto significa sublinhar as mudanças ocorridas, desde a década de 60, do século XX, e, de forma mais acelerada, após o 25 de Abril de 1974, como a democratização do sistema político, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e a sua

forte presença no sistema educativo; e a “separação” entre Igreja e Estado, e individualização dos valores católicos.

Como é que estes processos de mudança social, quer a nível mais geral, quer associados com o domínio do íntimo se traduzem então nas trajetórias íntimas dos/as jovens entrevistados/as para a vida adulta? Foi então a esta questão, acompanhada por uma séria de outras questões com ela relacionada, que se tentou responder ao longo deste trabalho, dando especial relevância aos contextos de intimidade em/com que os/as jovens crescem e se movem, as suas práticas e representações da sexualidade e as suas representações, práticas e expectativas de autonomia residencial, de entrada em conjugalidade e de entrada em parentalidade. Finaliza-se então o trabalho procurando mostrar o fio condutor da pesquisa, sublinhando os aspetos considerados como mais importantes e respondendo às questões de partida.

Os contextos de intimidade dos/as jovens

Ora, no quadro de mudanças no domínio da intimidade, em que as relações entre pais e filhos/as tendem a ser mais democráticas (Singly, 1996) e o/as jovens tendem a estar menos sujeitos ao controlo dos seus lazes, sociabilidades e sexualidade (Aboim et al., 2011; Pais, 1996a, 1996b, 2012; Saraceno, 1997; Silva, 2003; Torres, 1996a; Vilar, 2001), a sexualidade juvenil foi-se tornando socialmente aceite, sendo experimentada, de forma normalizada, fora do quadro de uma possível conjugalidade (Beck e Beck-Gernesheim 2001; Bozon, 2005 [2002], 2008; Bozon e Kontula, 1997; Pais, 1998, 2012; Therborn, 2004). No entanto, a sexualidade infantil tende a não ser reconhecida, prestando-se, por conseguinte, pouca atenção ao processo pelo qual os indivíduos se tornam sexuais (Jackson e Scott, 2004, 2010). O processo de se tornar sexual, não é assim, uma rotina tomada como garantida, que faz parte do crescimento dos/das jovens, mas algo com que se lida com precaução, avisos e/ou proibições. Deste modo, em oposição a um ideal de comunicação aberta sobre sexual, há, simultaneamente, uma falta de vontade de falar sobre esta em privado, acompanhada, frequentemente, por uma preocupação crescente com a experimentação sexual juvenil e a gravidez na adolescência.

Ora, segundo West (1999), os/as jovens tendem a ser percebidos mais como crianças do que como jovens, o que contribui diretamente para as dificuldades que eles/as encontram em articular as suas preocupações e em construir as suas identidades sexuais. Assim, embora os jovens precisem de mais oportunidades de falar sobre sexualidade e sobre afectividade, estas são limitadas quer pelos modelos dominantes de heterossexualidade, quer pelo estatuto de jovem. Deste modo, a autora argumenta que o clima à volta da sexualidade adolescente está longe de ser simplesmente permissivo, havendo ainda muitos obstáculos à comunicação sobre a sexualidade, e, mais especificamente, à educação sexual nas

escolas³⁹⁷ (West, 1999). Apesar da importância que a comunicação sobre sexualidade adquiriu para a expressão da identidade pessoal e para a asserção de uma identidade individual positiva (Plummer, 1995; West, 1999), falar sobre sexualidade nem sempre é fácil. Além de mais os/as jovens defendem o direito à sua privacidade e ao respeito, tendo também necessidade de ter espaços onde são reconhecidos como indivíduos autónomos (West, 1999). Tende assim a existir, de acordo com West (1999), uma aparente tensão entre o desejo que os/as jovens demonstram em ter a sua privacidade e a necessidade de falar sobre o assunto.

É necessário ter ainda em consideração que atualmente existem várias fontes de socialização da sexualidade, sendo que os papéis da família e dos amigos se entrelaçam, assumindo importâncias diversas, e interrelacionando-se com outras fontes de socialização como a escola, os livros ou a televisão (Caltabiano, 2010). Contudo, ainda que a conversa com os/as amigos/as sobre sexualidade esteja longe de ser problemática, sobretudo para os jovens homens, esta é mais fácil do que a conversa com os pais, familiares e/ou professores/as, na medida em que esse diálogo tende a ser mais igualitário (West, 1999).

Em termos dos contextos intimidade em que os/as jovens crescem e se movem viu-se assim que, atualmente, existe um ideal de horizontalidade das relações e horizontais (Galland, 2011), que transforma as relações entre pais e filhos/as e que leva os primeiros a procurar estratégias de comunicação e não de controlo sobre os/as segundos/as. Contudo, esta democratização de relações no seio da família pode não ser generalizada, sendo que os pais ou os familiares com quem os/as jovens vivem tendem a ter diferentes abordagens, relativamente, ao controlo e interferência nos lazeres, sociabilidades e relacionamentos amorosos dos/as filhas, assim como diferentes formas de comunicação (ou falta desta) sobre a sexualidade. Enquanto que alguns pais, sobretudo mais qualificados, evitam interferir nestas áreas da vida dos/das filhas, dando-lhes uma maior liberdade e/ou falando com eles/as de forma (mais) aberta sobre sexualidade, outros, tendencialmente menos qualificados e/ou mais católicos, mantêm um forte controlo, especialmente, sobre os tempos e espaços de lazeres das jovens mulheres, não conversando sobre sexualidade com os/as filhos/as.

No entanto, na maior parte dos casos, a situação tende a ser mais intermédia, com a existência de alguma forma de interferência e de controlo por parte dos pais, alguma transgressão por parte dos/as jovens, nomeadamente das jovens mulheres, e uma comunicação sobre sexualidade (e sobre outros aspetos da vida dos/as jovens) caracterizada, sobretudo, por “um discurso do tem cuidado”. Já no caso dos/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual, a heterossexualidade e homofobia, ainda que subtil, existentes na sociedade portuguesa podem tornar difícil uma abertura com os/as pais. Mas enquanto que alguns destes pais, compreendendo ou não a posição dos/as jovens, não quebram as

³⁹⁷ É, contudo, necessário referir as grandes diferenças entre países ao nível de educação sexual nas escolas. Assim, se em Portugal só após o 25 de Abril de 1974 se deu um processo de introdução de orientações legislativas relativamente à educação sexual nas escolas, na Suécia, por exemplo, o mesmo acontece em 1958 (Therborn, 2004; Torres, 2010).

relações com os/as filhos/as, servindo antes como uma fonte de apoio para estes/as, noutros casos, existe o medo da reação dos pais ou o conhecimento explícito da não aceitação de uma orientação sexual não heterossexual, por destes.

Todavia, nem sempre a falta de comunicação sobre sexualidade entre pais e filhos é culpa dos primeiros. Sendo um domínio da vida considerado como privado ou que se pensa ser mais fácil de falar no seio do grupo de pares, vários/as jovens omitem dos pais as questões relacionadas com esta parte das suas vidas, procurando também informação noutros sítios.

Deste modo, fica claro que, embora a maior parte dos/as jovens atribuam importância à comunicação sobre sexualidade entre pais e filhos/as, estes não são a única fonte de aprendizagem sobre a matéria, havendo outros contextos com os quais aprendem, que os acompanham nas suas trajetórias, e, conseqüentemente, que os condicionam. É assim que a escola, tendo adquirido um papel essencial nas sociedades ocidentais contemporâneas, quer como fonte de aprendizagem e transmissão de conhecimento, quer como espaço de sociabilização, se impõe enquanto espaço de construção de intimidades. Neste contexto, as escolas tornaram-se um local onde os/as jovens ensaiam e constroem as suas identidades de género e sexuais. Apesar de algumas críticas dirigidas a esta instituição quer no sentido de preparação para uma futura entrada no mercado de trabalho (em face da sua precarização e da maior dificuldade na entrada no mercado de trabalho, pelo menos ao nível de um trabalho estável e que garanta a sustentabilidade financeira dos/as jovens), quer pelo tipo de educação sexual formal lecionada, considerada como medicalizada, dirigida apenas aos “riscos” da sexualidade e em falta de um discurso do desejo “profundo” (Fine and McClelland, 2006), inconsistente e, por vezes, insuficiente, a maior parte dos/as jovens reconhece a importância da escola, no geral, e da importância da aprendizagem feita no contexto escolar, em particular, que complementa ou, em alguns casos, preenche a (falta de) comunicação sobre sexualidade noutros contextos.

Contudo, não se pode deixar de sublinhar como a maioria dos/as jovens referiram a falta de aulas de educação sexual nas escolas, mencionando apenas a discussão superficial deste tema em palestras ou incluídas no programa de alguma disciplina; a desadequação dos conteúdos lecionados à sua vida quotidiana dos/as jovens, não inserindo a sexualidade num contexto relacional e/ou articulado com a existência de sentimentos; e a falta de atenção dada a outras orientações sexuais que não a heterossexual. Deste modo, como refere West (1999), em termos de educação sexual nas escolas, a crítica mais comum é a de que esta é “too little, too late” (West, 1999: 532) – muito pouca e muito tardia, existindo também a crítica à diferença entre conhecimentos teóricos adquiridos e práticas reais (Ingham et al. 1992, in West, 1999). Acresce ainda que se, por um lado, os/as jovens sentem que é ainda difícil para vários/as professores/as lecionarem as matérias relacionadas com a sexualidade, por outro lado, é também difícil para os/as jovens falarem deste assunto no contexto da sala de aula, na medida em que permanece uma forte inibição da parte de vários/as jovens para falar neste assunto, para além de um medo, especialmente da parte dos jovens homens, de serem percebidos como sujeitos não conhecedores, e da existência do riso e das brincadeiras, que funcionam, simultaneamente como

facilitadores de conversa e como obstáculos a uma discussão mais séria e aprofundada do assunto (sendo indicadores da manutenção da dificuldade em falar-se sobre sexualidade).

Mas se a escola é um local onde se aprende e se constrói a sexualidade e o género, tal deve-se também ao convívio, mais informal, existente entre os/as jovens, neste espaço. É de facto com os/as amigos que se começa, frequentemente, a falar de sexualidade: os comentários/as que se fazem, as primeiras experiências que se trocam, as dúvidas que se tiram, e/ou as críticas e o controlo dos/as comportamentos dos/as outros/as jovens. Neste sentido, os/as jovens tendem a ser condicionados a criarem as suas identidades heterossexuais masculinas ou femininas ou a aprenderem a “esconder” (mesmo que se envolvam em relacionamentos e/ou práticas sexuais) a sua orientação sexual não heterossexual, pelo menos até a uma possível entrada no ensino superior, onde tende a haver uma maior abertura à comunicação e/ou uma maior possibilidade de experimentação da sexualidade (não só para os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual, mas também para as jovens mulheres heterossexuais).

É então entre amigos/as, dentro e fora do contexto escolar, que os/as jovens, geralmente, falam sobre sexualidade, embora não se diga a mesma coisa a todos/as ou tudo a toda a gente. Fala-se, assim, das práticas sexuais, das experiências que se têm, das fantasias, dos relacionamentos amorosos, dos problemas, das dúvidas, e/ou, a nível mais geral, do modo como a sociedade tende a encarar a sexualidade. Deste modo, falar sobre sexualidade entre amigos/as tem um papel essencial na construção do conhecimento sexual dos/as jovens. Para algumas jovens mulheres, que não falam de sexualidade em casa, o grupo de amigos/a é mesmo a única oportunidade que têm de falar sobre estes temas, que de outro modo poderiam ser tabus. No entanto, os/as jovens podem não sentir já, numa fase mais recente das suas vidas, necessidade de conversar sobre sexualidade, quando consideram que têm o conhecimento necessário sobre o assunto e que não existem mais dúvidas, e/ou que este é um assunto do domínio do privado e, mais especificamente, do casal.

É também no grupo de amigos/as, tendencialmente misto, que existe, por vezes a oportunidade para os/as jovens se conhecerem e iniciarem relacionamentos amorosos e/ou sexuais. Por seu turno, a amizade é considerada como a melhor a base para um relacionamento sexual e amoroso “sério”, que deve ter características semelhantes a esta: o conhecimento, a partilha, a confiança, o apoio mútuo... Contudo, tende a existir uma reificação dos estereótipos de género, quando as jovens se referem às jovens mulheres, no geral, como mesquinhas e invejosas, considerando os jovens homens como verdadeiros e sinceros; e quando os jovens homens procura as “amigas”, pela sua maior sensibilidade e compreensão, por oposição aos outros jovens homens que devem ter uma postura mais dura e menos emocional, sob a ameaça de serem considerados “amaricados”.

Para além de mais, da parte dos/as amigos/as, sobretudo, dos/as conhecidos/as, podem existir pressões no sentido dos/das jovens iniciarem a sua atividade sexual (ou, num sentido mais geral, terem relações sexuais). Mas esta pressão não é só feita no masculino, várias jovens mulheres referem também a pressão existente entre elas para se iniciarem sexualmente. Contudo, é necessário sublinhar

que tende a existir um desnivelamento em termos discursivo, por um lado, entre a pressão feita por terceiros/as e a pressão feita pelo/a própria, e, por outro lado, os/as jovens que dizem fazer ou sentir essas pressões e a sua existência.

Já os espaços noturnos, como as bares e as discotecas, geralmente, frequentados com os/as amigos/as tendem a ser significativos em três níveis. Em primeiro lugar, o “Bar” da comunidade (Weeks, 1995), tende a ter uma grande importância para os/as jovens entrevistados/as com uma orientação sexual não heterossexual, na medida em que é considerado como um espaço de conhecimento e de aprendizagem, onde é possível ter um sentido autêntico do eu, conhecer outros indivíduos semelhantes, e obter a compreensão e o apoio, muitas vezes, não encontrados noutros espaços, dominados pela heteronormatividade. Em segundo lugar, estes espaços tendem a servir de pano de fundo não só para o convívio entre os/as amigos, mas para a construção da(s) identidade(s) sexuais e/ou de género, ao propiciarem o encontro entre jovens e o desenrolar de relacionamentos sexuais, tendencialmente esporádicos, entre eles/as. Em terceiro lugar, o discurso dos/as jovens sobre estes espaços é também um indicador do modo como estes/as se representam como jovens ou adultos, visto que, há medida que vão “amadurecendo”, estes/as, e, sobretudo, as jovens mulheres envolvidas num relacionamento heterossexual amoroso, sério e duradouro, tendem a referir uma diminuição da necessidade de saídas à noite, nomeadamente às discotecas. Mesmo quando estes espaços foram pouco frequentados quando se é mais novo, sobretudo as idas às discotecas são associadas ao ser-se jovem, havendo assim uma diminuição da sua frequência, quando se é agora adulto/a ou jovem adulto/a.

Uma outra questão a ter em conta diz respeito à existência de um certo “pânico social” pelo facto dos/as jovens crescerem, hoje em dia, no quadro daquilo a que vários/as autores/as (Attwood, 2006, 2010; Bragg e Buckingham, 2010; Gill, 2010; Harvey e Gill, 2011; Johansson, 2007) chamam de sexualização da cultura. Neste contexto, tende a ser feita uma análise crítica ao modo como as (jovens) mulheres são retratadas, no sentido, em que, por um lado, parece existir um discurso de maior igualdade em termos sexuais, mas, por outro lado, considera-se que estas são objetificadas, ao mesmo tempo que permanece o controlo feito às suas práticas. Para este processo de sexualização da cultura contribuem fortemente os meios de comunicação social e as “novas” tecnologias da comunicação, que, tendo uma presença constante na vida atual dos indivíduos, tendem também a ser permeados por discursos sobre a intimidade (Plummer, 2003). No entanto, se os meios de comunicação social e as “novas” tecnologias da comunicação podem servir de fonte de aprendizagem para vários/as jovens, são contudo percebidos com bastante ambivalência. Neste contexto, viu-se como a pornografia continua a ser consumida mais pelos jovens homens do que pelas jovens mulheres, apesar destas últimas terem um maior acesso a esta, quer seja através da sua visualização no grupo de pares, em momentos esporádicos de curiosidade, ou da construção de uma sexualidade relacional com o/a parceiro/a. Contudo, as jovens mulheres continuam a preferir o erotismo, criticando, geralmente, o consumo de pornografia, num sentido feminista, como a objetificação e

rebaixamento das mulheres e a manutenção das desigualdades de poder entre homens e mulheres. Mas alguns jovens homens são também críticos desta, considerando-a, por vezes, como suja, desenquadrada da realidade e/ou desinteressando-se desta à medida que entram em relacionamentos sexuais e amorosos “sérios”. Os/as jovens mostram assim usar estes meios de comunicação, não tanto como vítimas passivas da sua “opressão e manipulação”, mas como fontes culturais ou “ferramentas” com que pensar, mostrando-se bastante críticos de alguns dos conteúdos veiculados, na medida em que defendem uma “ética de relacionamentos” (Bragg e Buckingham, 2010: 133) e/ou consideram que várias das mensagens transmitidas não têm correspondência nas experiências quotidianas dos indivíduos. Neste sentido, os meios de comunicação social e as “novas” tecnologias da comunicação tornam-se um conjunto de “recursos simbólicos” (Bragg e Buckingham, 2010: 144) diversos, a que os jovens acedem de forma, frequentemente, crítica e reflexiva.

Foi também interessante verificar como, vários/as das jovens, que referem não falar sobre sexualidade, utilizam a internet e/ou referem a experiência pessoal ou os/as parceiros/as como fonte de aprendizagem. Havendo ainda uma forte inibição em falar sobre sexualidade, entre alguns/algumas jovens (sobretudo, entre os/as menos qualificados/as) as formas mais individualizadas de aceder ao conhecimento (como pode ser o uso da internet), a aprendizagem que se vai fazendo através da prática, e ou a comunicação com o/a parceiro/a, quando existe uma relação de confiança, permitem o acesso a um maior conhecimento sobre sexualidade, sem o risco de exposição como um sujeito não conhecedor (especialmente para eles) ou “conhecedor demais” (para algumas delas, com menor escolaridade).

Mas as conversas com os/as parceiros/as (pelo menos como percebidas pelos/as jovens), se é verdade que existem, tendem a ser, no entanto, principalmente no casos dos/as jovens com parceiros/as do género oposto, inconsistentes, remetendo, na maior parte dos casos, para a utilização dos métodos contraceptivos e, menos, para a procura do prazer. São sobretudo os indivíduos mais qualificados e os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual quem mais refere a importância do conhecimento dos/as gostos e desejos dos/as parceiros em matérias de sexualidade, numa troca relacional, em que se dá e recebe prazer, num contexto em que a sexualidade se torna essencial para a construção e manutenção do bem-estar do casal, e uma medida para os ideais de intimidade revelada (Jamieson, 2005 [1998]) e de relação pura (Giddens, 1996), que se desejam para o casal.

Os conhecimentos sobre sexualidade e a construção das identidades sexuais e de género dos/as jovens são assim apreendidos e feitos a partir de múltiplos processos de socialização (Kehely, 2002; Lahire, 1999, 2001, 2005; Vilar e Ferreira, 2009), como a família, os/as amigos/as, os/as parceiros/as e/ou os média e as novas tecnologias da comunicação, que podem transmitir informações contraditórias e/ou ter diferentes campos de possibilidades (por exemplo, o tabu da sexualidade; o discurso do “tem cuidado” ou o discurso protetivo e medicalizado; a sexualização da cultura; o discurso do prazer; a vigilância e/ou a pressão das práticas dos/das jovens, por parte da família, do Eu

e do grupo de pares). Neste contexto, os/as jovens (posicionados/as socialmente), criam os seus, muitas vezes ambivalentes e sempre condicionados, artesanatos das ideias (Almeida, 2013), que ajudam a perceber a multiplicidade de representações que os/as jovens têm sobre sexualidade, o aumento da aceitação e participação em algumas das suas práticas, o envolvimento de um mesmo indivíduo em diferentes tipos de relacionamentos sexuais e/ou a existência de desajustamentos, neste domínio, entre práticas e representações. Como refere Pais (2012: 225): “circulando por diferentes meios sociais, os [as] jovens tendem a construir identidades abertas, flexíveis e porosas que convergem para uma identidade múltipla, projetada em diferentes planos de referência”.

A complexidade e multiplicidade das representações, valores e práticas da sexualidade

Em relação, ao caso específico da sexualidade, as mudanças sociais ocorridas no domínio da intimidade, traduziram-se, entre outros aspetos, numa maior liberdade sexual, na separação entre conjugalidade, procriação e sexualidade, na pluralização da sexualidade, e na maior aceitação das sexualidades juvenis, femininas e não heterossexuais (Almeida et al, 2004; Bajos e Bozon, 2008; Barbagli et al., 2010; Bozon, 1998, 2005 [2002]; Ferreira e Cabral, 2010; Giddens, 1996; Jamieson, 2005 [1998]; Plummer, 2003; Weeks, 2006 [1986], 2007). Contudo, desde a década de 70, que trabalhos de orientação feministas e outros provenientes da sociologia (ver, por exemplo, Rich, 2007 [1982/6]; Hockey et al., 2007; Holland et al., 2004 [1998]; Jackson, 1996, 1999; Jackson e Scott, 2010; Richardson, 1996, 1997, 2000; Seidman, 2002, 2003; Skeggs, 1997; Weeks, 2006 [1986], 2007) têm vindo a criticar o domínio da heterossexualidade, da heteronormatividade e do poder masculino nas sociedades ocidentais. Diversos autores dão, ainda, conta da coexistência de diferentes discursos em relação à sexualidade, em termos tradição e modernidade; resistência e mudança (Allen, 2003, 2007; Holland, 2008, 2010; Jackson e Scott, 2004; Jamieson, 2005 [1998]; Maxwell, 2007; Ortiz-Torres et al., 2003; Weeks, 2006 [1986], 2007); e/ou da (co)existência de múltiplos guiões sexuais e/ou amorosos que os indivíduos podem usar: romântico/relacional; predatório; medicalizado (como o discurso preventivo e do sexo seguro); recreacional/hedonista (Bozon, 2001, 2004, 2005 [2002]; Bozon e Le Van, 2008; Barbagli et al., 2010; Bertone e Camolletto, 2009; Camolletto, artigo não publicado; DeLamater, 1981; Hollowy, 1984; Laumann et al, 1994; Mutchler, 2000; Pais, 1998; Wight, 1996). Ademais, de acordo com Lahire (1999, 2005), os indivíduos são um produto complexo de múltiplos processos de socialização e portadores de múltiplas disposições para agir. Neste sentido, como argumenta Weeks (2003 [1986], 2007), atualmente, no domínio da sexualidade existe uma variedade de diferentes, e por vezes contraditórios, discursos do que significa o sexual, que coexistem num mesmo momento.

A análise das entrevistas dão conta da existência desta complexidade em termos de representações, valores e práticas da sexualidade entre os/as jovens entrevistados/as. Os significados, valores e práticas da sexualidade são, assim, diversos, múltiplos e, frequentemente, contraditórios. Os/as jovens tendem a ter várias representações do que é a sexualidade e não apenas uma; além de que estas são dinâmicas, podendo mudar ao longo do tempo. De acordo com as suas circunstâncias e posicionamentos sociais, os seus encontros interpessoais e as possibilidades que admitem ao nível intrapsíquico, os/as jovens usam os diferentes tipos de guiões sexuais existentes na sociedade, como o guião romântico, o guião biológico ou o guião hedonista.

Assim, a sexualidade pode significar um impulso natural, um relacionamento amoroso com um(a) parceiro/a, uma fonte de prazer e/ou de bem-estar, em diferentes combinações. Por outro lado, se é possível desejar-se, idealmente, o envolvimento num relacionamento sexual e amoroso, tal não significa que o prazer esteja ausente desse relacionamento e/ou que os/as jovens não se envolvam em relacionamentos sexuais esporádicos. Acresce ainda que os/as jovens distinguem claramente entre sexo por sexo e sexo por amor, atribuindo-lhes importância diferentes, diferentes tipos de parceiros/as, relacionamentos e sentimentos, sendo capazes de incorporar ambos nas suas biografias. No entanto, existe uma primazia do amor entre os/as jovens entrevistados/as, associada a uma grande valorização da sexualidade em termos relacionais. Pode dizer-se mesmo que há uma idealização da sexualidade relacional, especialmente em termos de intimidade revelada, na medida em que, mais frequentemente do que o amor, os/as jovens sublinham a importância do conhecimento, confiança, comunicação e respeito do/a e pelo/a parceiro/a como motivos para terem relações sexuais. Contudo, é necessário reconhecer a diversidade dos/as jovens, no sentido em que existem jovens (especialmente, jovens mulheres heterossexuais, jovens menos qualificados e/ou jovens mais católicos) que tendem a ter um repertório sexual pouco diversificado, em que existe uma clara preferência por uma sexualidade associada à intimidade revelada e ao sentimento amoroso; e jovens (tendencialmente jovens homens, jovens mais qualificados, jovens menos e não religiosos, e/ou jovens com uma orientação sexual não heterossexual) com maior diversificação em termos sexuais, que a par de uma sexualidade relacional, assente, sobretudo, na ideia de intimidade revelada, sublinham a importância do prazer (individual e relacional) e do experimentalismo.

Deve acrescentar-se ainda que, ao contrário do que é geralmente referido nos discursos do senso comum, sobre uma hipersexualização dos/as jovens, tende a existir um certo conservadorismo da sua parte (West, 1999), pelo menos no domínio das práticas sexuais, (visto que a nível discursivo tendem a existir posições mais abertas e permissivas). Pode existir, assim, um período de maior experimentação, especialmente quando os/as jovens são mais novos/as, mas estes/as tendem a ter limites: tendem a envolver-se preferencialmente (ou a desejar envolver-se) em relacionamentos sexuais e amorosos estáveis e podem evitar os relacionamentos sexuais mais esporádicos, sobretudo, as relações sexuais em encontros de uma noite.

Para além disso, parte das jovens mulheres, tendencialmente mais desqualificadas e/ou as mais religiosas, tendem a ter uma vivência mais restrita da sexualidade, quando comparadas com alguns jovens homens, por exemplo, ao nível do menor número de parceiros declarados ou da existência de mulheres que referem não praticar ou que expressam maior inibição em termos de masturbação ou de sexo oral. No caso específico destas jovens pode afirmar-se que, embora as trajetórias sexuais de homens e mulheres tendam aproximar-se, como acontece no caso da maioria dos países ocidentais, a vivência da sexualidade permanece assimétrica.

Contudo, este quadro não é completo, na medida em que para as jovens mais qualificadas e menos religiosas, e para as jovens com uma orientação sexual não heterossexual, tende a haver uma grande semelhança com as trajetórias sexuais dos jovens homens, em termos de práticas e de número de parceiros/as sexuais, sendo que a maior diferença está no tipo de relacionamentos em que as jovens heterossexuais mais qualificadas se tendem a envolver; isto é, enquanto que os jovens homens mais permissivos aceitam e envolvem-se mais em relacionamentos sexuais esporádicos em que há uma relação sexual num primeiro encontro, as jovens mulheres heterossexuais mais permissivas tendem a envolver-se mais em relacionamentos sexuais esporádicos em que existe um conhecimento prévio do/a e alguma confiança com o/a parceiro/a. Fica assim mais uma vez sublinhada a importância de situar os/as jovens nos seus contextos e posições sociais de modo a obter um entendimento um pouco mais aprofundado não só das suas práticas, mas também das suas representações e valores, tanto no que se refere, mais especificamente, à sexualidade, como no que se refere aos outros domínios da intimidade e da vida social, de forma geral.

Em termos de comportamentos preventivos, viu-se como é importante analisar a utilização de métodos contraceptivos em relação aos tipos de relacionamentos sexuais e/ou amorosos em que o/as jovens se envolvem. Deste modo, embora o uso do preservativo esteja generalizado entre os/as jovens entrevistados/as, tal como acontece para a generalidade dos/as jovens portugueses/as (Ferreira, 2008, 2010 d)), à medida que estes/as se vêm envolvidos numa relação estável, o seu uso decai, sendo, geralmente substituído pela pílula. O amor e a confiança que se sente pelo/a parceiro/a, associados ao “aumento do conhecimento” que se tem deste/a (que tende a não ser comprovado, por exemplo, pelo recurso ao teste do HIV) levam os/as jovens a deixar de usar o preservativo, sentindo que estão protegidos, e a pensar apenas na prevenção de uma gravidez não desejada. Neste quadro o sentimento pelo/a parceiro/a e a confiança neste/a, aspetos centrais para a existência de um relacionamento sexuais e amoroso, tornam-se fundamentais nas estratégias de prevenção (ou não) dos/das jovens. Opõem-se assim relações amorosas estáveis e encontros sexuais ocasionais quanto às estratégias de prevenção, à definição de parceiros/as e aos sentimentos envolvidos. Se, num relacionamento sexual e amoroso estável, os sentimentos pelo/a e o conhecimento do/a parceiro asseguram a segurança, num relacionamento esporádico, o desconhecimento do/a parceiro/a leva ao sentimento de risco, que aconselha a utilização do preservativo.

Mas nem todos/as os/as jovens utilizam ou utilizaram sempre algum tipo de contraceção durante a sua trajetória sexual. Para estes/as jovens o desejo consciente ou não de uma gravidez pode estar presente. No caso dos/as jovens que já entraram em parentalidade, jovens estes/as que provém sobretudo de meios mais desfavorecidos, a existência de um(a) filho/a parece não interromper os seus percursos educacionais ou profissionais, na medida em que estes já estavam condicionados à partida, por fatores estruturais. Pelo contrário, para as jovens mulheres provenientes de contextos mais favorecidos, ou, nalguns casos, de contextos menos favorecidos, mas que fazem fortes investimentos na sua carreira académica, uma parentalidade não antecipada pode pôr em causa os seus projetos académicos e profissionais (Beres e Farvid, 2010; Ellye, 2011, Hamilton e Armstrong, 2009; Marques, 2006; Thomson, 2000).

Assim, é importante sublinhar que o recurso a diferentes métodos contraceptivos está ligado, entre outros aspectos, às expectativas e práticas da sexualidade, ao tipo de relacionamento em que os indivíduos se encontram e às suas biografias sexuais e sociais. Uma prevenção eficaz das DST's e de uma gravidez não desejada tem que ter em consideração as circunstâncias específicas das populações e comunidades em que pretende incidir, assim como os múltiplos condicionamentos do comportamento humano, incluindo o conhecimento individual, as relações interpessoais, a comunidade e as normas da sociedade (Kippax, 2010). Finalmente, e na medida em que o amor é uma fonte significativa de prazer e de atribuição de sentido à sexualidade, é necessário que uma abordagem à educação sexual segura tenha que ter em conta o modo como os ideais e práticas do amor estão incorporados nos contextos sociais (Warr, 2001).

Os discurso dos/as jovens entrevistado/as mostram ainda como discursos convencionais da heterossexualidade coexistem com discursos que tendem a resistir ou subverter as ideias mais tradicionais do que é considerado ser-se uma sexualidade masculina e feminina apropriada, e que apontam para alguma mudança em termos de práticas e representações da sexualidade. Assim se existem jovens que consideram que a sexualidade, ou mais especificamente a primeira relação sexual, têm importâncias diferentes para homens e para mulheres, representado os homens como tendo mais necessidade de ter relações sexuais, como associando o sexo ao prazer e à performance, e desligando mais facilmente amor e sexualidade, e as mulheres como sujeitos mais sensíveis, que associam relações sexuais ao sentimento e ao quadro de uma relação estável; outros/as jovens consideram que homens e mulheres são iguais nestas matérias, dando uma importância semelhante à sexualidade e às relações sexuais, nomeadamente à primeira relação sexual. Neste último caso, pode considerar-se que as relações sexuais apenas fazem sentido em associação com um envolvimento afetivo, ou seja dentro do quadro de um relacionamento sexual e amoroso estável, e/ou, pelo contrário, pensar-se que cada vez mais homens e mulheres procuram relações esporádicas por prazer ou pela vontade de experimentar; de modo que a primeira relação sexual, não só para rapazes, mas também para raparigas, pode ser, pelo menos em parte, fruto de pressões exercidas pelo grupo de pares e/ou do desejo e da curiosidade de experimentar. Neste sentido, os/as jovens dão conta de uma adesão, pelo

menos a nível discursivo, do ideal de igualdade de género, que, segundo Aboim (208), em Portugal, faz parte discursos normativos de homens e mulheres. No entanto, segundo a mesma autora, na vida privada, tende a existir uma oscilação entre “ideais de igualdade, frequentemente longínquos e de difícil concretização, e as normas situadas, que servem de referência pessoal na organização da vida quotidiana (Aboim, 2007, in Aboim, 2010: 575).

É neste sentido que, o duplo padrão sexual atenuado (Vasconcelos, 1997), que regula diferentemente sexualidades femininas e masculinas (pressionando os homens para mostrar as suas conquistas sexuais e as mulheres para conseguirem um balanço entre a necessidade atual de se iniciarem sexualmente e o não serem sexuais demais, de modo a não mancharem a sua reputação), parece continuar presente, como quadro de referência da sociedade, mas que, na maioria dos casos, é resistido pelos/as jovens. Deste modo, embora haja um reconhecimento de que existem julgamentos diferentes na sociedade em termos de homens e mulheres que queiram ter vários relacionamentos sexuais esporádicos ou que tenham relações sexuais em primeiros encontros, a maioria dos/as jovens distancia-se desta posição, mesmo quando não se envolve neste tipo de relacionamentos e práticas, que considera não se adequar à sua maneira de estar. É a defesa do ideal de liberdade individual que faz com que vários/as jovens, concordando ou não com determinados relacionamentos e/ou práticas sexuais, defendam que as pessoas devem fazer o que consideram melhor para si. Acresce ainda que, quando os jovens se opõem aos relacionamentos sexuais esporádicos, e/ou mais especificamente, às relações sexuais em primeiros encontros, tendem a fazê-lo tanto para homens e para mulheres, na medida em que estes não se conformam com o ideal de uma sexualidade relacional. Sublinha-se, então, a existência de um padrão singular da sexualidade, que, quer seja ao nível dos seus aspetos relacionais quer seja ao nível dos seus aspetos hedonistas, assegura as mesmas possibilidades para homens e mulheres. Contudo, entre o dizer e o fazer vai uma certa distância como se pode ver pela defesa de liberdade individual ao nível das práticas sexuais, em termos gerais, e o não envolvimento de vários/as jovens nessas mesmas práticas.

A defesa da liberdade individual é o que leva também os/as jovens a aceitarem o relacionamento e o casamento entre indivíduos do mesmo género. Contudo esta “abertura” é permeada por sentimentos, na maior parte dos casos subtis, de homofobia, sobretudo entre alguns jovens homens com o 12º ano de escolaridade e menos, e pela controvérsia gerada à volta da possibilidade de adoção de crianças por parte de casais compostos por indivíduos do mesmo género, o que expõe a adesão de alguns/algumas jovens à heterossexualidade e ao reconhecimento de homofobia na sociedade, quando estes/as referem que o “lugar” das crianças é com um pai e uma mãe e/ou quando consideram que as crianças criadas por um casal constituído por pessoas do mesmo género poderão ser sujeitas ao escrutínio do grupo de pares, nas escolas. Indo de encontro ao resultado de outros estudos (ver por exemplo, Aboim, 2010c; Costa et al., 2010a, 2010b; Oliveira et al., 2010; e Vieira da Silva, 2006), o reconhecimento da existência de homofobia, na sociedade portuguesa, é também feito pelos/as jovens entrevistados/as com uma orientação sexual não heterossexual, embora estes possam diferenciar-se quanto ao que

consideram ser uma ou menor maior abertura dos/das portuguesas à diversidade de identidades sexuais. Estes/as jovens diferenciam-se também em termos de abertura da sua orientação e/ou identidade sexual perante os outros significativos, especialmente a família, mas não em relação a terceiros, com quem que tendem a não referir a sua orientação e/ou identidade sexual. A assunção de uma identidade sexual não heterossexual nem sempre é fácil para estes/as jovens, mas com o apoio de amigos/as, com o conhecimento de outros indivíduos com a mesma identidade sexual e/ou com a inserção numa comunidade esta passa a ser aceite, podendo adquirir uma grande importância para eles/as, na medida em que traduz um sentido do Eu autêntico, um aumento do conhecimento e uma aceitação de quem são, que são considerados como trazendo bem-estar. Para alguns destes/as jovens a sua identidade social é, mesmo, sentida como estando no centro da sua identidade pessoal. No entanto, este sentimento não é partilhado por todos/as os/as jovens, na medida em que alguns/algumas deles/delas consideram a sua identidade sexual como apenas uma parte da sua vida, não necessariamente a mais importante.

Assim, se por um lado, a extensão e a natureza das mudanças relativas às experiências heterossexuais se mantém incerta, na medida em que a extensão da mudança observada nas identidades e práticas heterossexuais dos/as jovens é moderada pela presença por atitudes normativas de papéis de género (Maxwell, 2007), por outro lado, os/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual têm ainda que navegar, como referem Seidman (2002) e Seidman et al. (2004 [1999])) num mundo em que existe uma maior aceitação da diversidade das identidades e/ou orientações sexuais, mas que continua a ser fortemente regulado pela heteronormatividade, o que faz com que vários destes/as jovens se sintam mais confortáveis no “mundo gay”. Deste modo, embora seja possível reconhecer ganhos para uma maior igualdade, continuam a permanecer certas desigualdades (Weeks, 2006 [1983]; 2007).

Mas de que modo é que os contextos de intimidade e as experiências da sexualidade se articulam com a transição para a vida adulta?

Neste trabalho viu-se também como as transformações ocorridas na sociedade tiveram impacto no modo como a juventude é vivida e pensada, e no modo como os/as jovens fazem a sua transição para a vida adulta (Bous-Reymond, 1998; Bous-Reymond e Chisholm, 2006; Furlong e cartmel, 1997, 2007; Galland, 2011; Leccardi e Ruspini, 2006). As transições para a vida adulta são, atualmente, consideradas como prolongadas, diversas, destandardizadas, complexas, reversíveis, não lineares e fluídas (ver, entre outros/as, Brannen e Nilsen, 2001; EGRIS, 2001; Furlong e Cartmel, 2007; Galland, 2003, 2011; Guerreiro e Abrantes, 2004; Pais, 1993a, 1993b; Pais et al., 2005-2011; Torres e Lapa, 2010). Neste contexto, ser-se um(a) jovem adulto/a pode ser pensado como estando a oscilar entre um estado de dependência e um estado de autonomia (Galland, 2003).

Para os/as jovens entrevistados/as, ser-se jovem é associado, acima de tudo, à existência de menores responsabilidades, ao viver no presente e ao aproveitar da vida, à experimentação, à diversão, aos lazeres e às sociabilidades. Por seu turno, as representações associadas à adultez remetem, tendencialmente, para uma maior conformidade social, para o aumento de responsabilidades, para uma mudança de mentalidade, no sentido de uma maior maturidade e maior racionalidade, e para uma maior experiência de vida. No entanto, ser-se jovem e ser-se adulto não têm que, para alguns/algumas destes/as jovens, opor-se necessariamente ou ser considerados como uma questão de idade biológica. Ainda assim, a aquisição de responsabilidades, a par do ganho de autonomia e de independência, são centrais para a perceção dos/as jovens daquilo que faz a transição de jovem a adulto. Deste modo, a não dependência dos pais, a aquisição de responsabilidades financeiras, como as relacionadas com a vida quotidiana, com uma casa ou com um carro, o fim da escolaridade e a entrada no mercado de trabalho, a existência de um relacionamento amoroso, sério e duradouro no tempo, e a entrada em conjugalidade e em parentalidade são dos aspetos mais sublinhados para a aquisição do estatuto de adultos/as. Com este quadro de referência em mente, e, em vários casos, de forma independente da idade biológica, a maior parte dos/as jovens situa-se no meio deste continuum entre a juventude e a adultez, havendo jovens/as mais velhos que se consideram ainda como jovens, e, no sentido oposto, jovens mais novos, que pelas responsabilidades que foram adquirindo se consideram como adultos/as, sendo que outros/as ainda fazem corresponder a sua posição à sua idade biológica.

Neste contexto, aparentemente, e com a exceção dos aspetos relacionados com a entrada num relacionamento sexual e amoroso estável, em conjugalidade e em parentalidade, a vida íntima dos/as jovens, e, mais especificamente, as questões relacionadas com a sexualidade, parecem estar ausentes do processo de transição para a vida adulta. Aliás, o facto de existir atualmente uma dissociação entre sexualidade, conjugalidade e parentalidade, e dos/as jovens poderem ter práticas e relacionamentos sexuais e/ou amorosos fora do quadro da conjugalidade levou a que a transição sexual fosse considerada por Calvo (2011) como uma transição insignificante, uma brincadeira de crianças, desconectada de outras transições e sem consequências definitivas. Neste trabalho procurou demonstrar-se exatamente o contrário, ou seja, que o domínio da intimidade, e especificamente da sexualidade, não são insignificantes para as transições dos/as jovens para a vida adulta. Intimidade, afetividade, sexualidade e género têm implicações, quer em termos práticos quer em termos de expectativas, no modo como os/as jovens vivem este período das suas vidas, especialmente no que diz respeito à saída de casa dos pais, à entrada em conjugalidade e/ou à entrada em parentalidade.

Assim, em primeiro lugar o crescimento enquanto indivíduo sexual e genderizado está associado ao crescimento de criança a jovem, de jovem a jovem adulto e de jovem adulto a adulto. Isto é visível no aumento progressivo das experiências sexuais que os/as jovens têm à medida que crescem, naquilo a que Bozon (2005 [2002]) chama de modelo de exploração por diferentes etapas: beijos, carícias, penetração genital..., e que ocorrem gradualmente e cada vez mais com parceiros/as diferentes. Para

além de mais, os/as jovens envolvem-se em diferentes tipos de relacionamentos sexuais e/ou amorosos nas suas trajetórias, que tendem a ser sequenciais e intercalados no tempo, sendo que estes tendem a ser valorizados de forma diferente: namoros de criança, namoros a sério, amigos coloridos, namoros liberais, curtir... Estes diferentes tipos de relacionamentos sexuais e/ou amorosos podem ser articulados com as representações do que é ser-se jovem ou adulto, com os namoros a sério a terem características semelhantes ao que é ser-se adulto, como o sentido de respeito e de responsabilidade para com o outro, e os relacionamentos sexuais esporádicos a terem características semelhante ao que se entende por ser-se jovem: a diversão, a experimentação, a falta de responsabilidade. O facto da maior parte do/as jovens entrevistado/as se situar num meio-termo entre a juventude e a idade adulta é muito significativo do modo como estes/as intercalam também diferentes tipos de relacionamentos sexuais e/ou amorosos nas suas biografias. Por seu turno, os/as jovens que se vêm mais como adultos, tendem a recusar envolver-se, atualmente, em relacionamentos sexuais esporádicos, embora pudessem tê-lo feito no passado, sublinhando o desejo de se envolverem, antes, num relacionamento sexual e amoroso mais sério e duradouro, que está “mais de acordo” com o seu estatuto enquanto adultos/as.

Acresce ainda que os atos sexuais podem ser, para os/as jovens, simbolicamente definidores de uma nova identidade social. Por exemplo a primeira relação sexual ou a primeira relação sexual com uma pessoa do mesmo género podem significar a aquisição de um estatuto de adulto, como homens ou mulheres heterossexuais ou como pessoas com uma identidade sexual não heterossexual. Deste modo, argumentou-se que primeira relação sexual tem uma carga simbólica semelhante à de um rito de passagem (Pais, 1998; Silva, 2008; Weeks, 2011), nas sociedades ocidentais contemporâneas, embora mais individualizado³⁹⁸ (e mesmo assim inscrito socialmente no contexto relacional no grupo de pares), constituindo não apenas uma passagem biológica, mas também uma passagem social (Bozon, 1993). A primeira relação sexual (com um(a) parceiro/a do género oposto ou do mesmo género) pode representar a primeira vez que se faz algo: a descoberta e/ou experimentação do ato sexual; a entrada na sexualidade “adulta”; um momento simbolicamente importante, para as pessoas em geral, que pode ser permeado por pressões, internas ou externas, para que o/a jovem se inicie sexualmente também; a aceitação “total” no grupo de amigo/as, pelo facto de se ter uma experiência que se pode partilhar e de se ser “igual” aos/às outros/as; a definição da identidade enquanto: homem ou mulher heterossexual; e a clarificação da orientação sexual e/ou da identidade sexual como lésbica, gay ou bissexual.

As trajetórias sexuais dos/as jovens podem ainda articular-se, mais ou menos diretamente, como aspetos específicos da transição para a vida adulta. Em primeiro lugar as dinâmicas familiares, nomeadamente o controlo das jovens mulheres, a heteronormatividade e a homofobia ainda presentes na sociedade portuguesa, e, mais especificamente, entre os pais de alguns/algumas destes/as jovens podem levar a problemas e/ou conflitos que fazem com que os/as jovens: tenham problemas ao nível

³⁹⁸ No sentido de não envolver toda a comunidade.

dos resultados escolares, por exemplo, quando há a percepção de se ter uma orientação sexual diferente dos/as colegas e/ou que deixem a escola e não vão para a universidade; desejem acabar a universidade o mais rápido possível, encontrar trabalho e serem independentes e autônomos dos pais; que saiam de casa dos pais/família ou que o desejem fazer; e/ou que entrem em conjugalidade ou que o planeiem fazer. Em segundo lugar tem-se que os/as jovens que saem da escola e que entram no mercado de trabalho mais cedo do que o/as outro/as, tendem a sair de casa dos pais/família também mais cedo, e a entrar em conjugalidade e/ou parentalidade mais cedo do que os/as restantes jovens. Por fim, os/as jovens homossexuais e lésbicas, à altura da realização das entrevistas, tinham tanto a sua possibilidade de entrada em conjugalidade como a sua possibilidade de entrada em parentalidade condicionadas pela lei e pelos preconceitos sociais. Embora este não seja mais o caso da entrada em conjugalidade (pelo menos em termos legais), é ainda o caso da homoparentalidade, que, não sendo reconhecida legalmente, impede ainda estes/as jovens de adotarem, de recorrerem à inseminação artificial, e/ou de conseguirem o reconhecimento de um(a) filho(a) como filho/a do casal. O contexto do casal é, aliás, tido como uma condição necessária, por parte destes/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual, para a possibilidade de terem filhos/as. Estes jovens posicionam-se assim, pelo menos em termos de parentalidade, naquilo a que Seidman (2002) chama de o “bom homossexual”.

As trajetórias íntimas dos/as jovens e as suas transições para a vida adulta articulam-se, então, em termos de percursos escolares e de entrada no mercado de trabalho, de entrada em conjugalidade e/ou parentalidade (real ou esperada), e/ou de necessidade de independência e de autonomia, associada, frequentemente, à (ao desejo de) saída de casa dos pais/família. A persistência da heteronormatividade, da homofobia e do duplo padrão moral da sexualidade traduzem-se na manutenção do controlo de um grupo (embora minoritário) de jovens mulheres, em termos de períodos de lazer, sociabilidades e sexualidade, e na existência de mentiras, medos, e/ou na (possibilidade de) expulsão de casa aquando da assunção de uma orientação e/ou identidade sexual não heterossexual, que se repercutem no desejo e/ou na procura de independência e de autonomia. No caso dos/as jovens com uma orientação sexual não heterossexual tem ainda que se ter em conta a existência de preconceito social e os constrangimentos legais à parentalidade. Já a maioria dos/as jovens heterossexuais, geralmente, envolvidos/as em projetos escolares e/ou profissionais, podem viver os seus tempos de lazer de forma mais autônoma e ter as suas experiências sexuais de forma (mais ou menos) liberta, mesmo quando se mantém a residir com os pais ou outros/as familiares, podendo adiar a sua autonomia residencial e as suas expectativas de entrada em conjugalidade e em parentalidade, sem que tal implique condicionamentos de maior nas suas vivências íntimas, afetivas e/ou sexuais.

Claro está que nem a autonomia residencial nem a entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade dependem apenas de aspetos relacionados com o controlo dos lazeres, sociabilidades e sexualidade realizado (ou não) pelos pais ou pelos familiares com quem se vive, e de questões relacionadas com a sexualidade (como a orientação sexual ou a possibilidade de viver a sexualidade de forma mais ou

menos liberta). Assim, outras questões estruturais, interpessoais, práticas e/ou emocionais estão também implicadas nestes processos. Nos casos da autonomia residencial e da entrada em conjugalidade, fatores como: problemas e dinâmicas familiares, como a violência, conflitos e/ou processos; o desejo de independência e de autonomia por si só, como o querer ter as suas coisas ou não querer prestar contas aos pais; o desejo de estar com o/a parceiro/a e de fazer uma vida a dois; a existência de momentos críticos, como uma gravidez; a idade na trajetória de vida, como ser-se “velho” demais para viver com os pais ou ter-se a idade em que é “normal” constituir família; questões práticas, como um(a) dos/as parceiros/as ter casa ou como estando a estudar e/ou a trabalhar no mesmo sítio e evitar pagar duas rendas quando se passa já bastante tempo a dois/duas; o percurso escolar e profissional e os aspetos financeiros, como acabar os estudos, ter um trabalho estável ou construir uma carreira, e ter dinheiro para fazer face às despesas, são também considerados. Já em termos de entrada em parentalidade, para além de alguns fatores comuns, como a idade na trajetória de vida ou as questões profissionais e financeiras, questões relacionais como: o ter-se um(a) parceiro/a estável e com quem se tem um bom relacionamento, com quem se possa criar um(a) filho/a; o valor que as crianças têm nas sociedades ocidentais contemporâneas; o ideal de construção de uma família, que se pode pensar estar completa apenas quando existem filhos/as; o “amor” pelo/a parceiro/a; e/ou questões mais relacionadas com o indivíduo em si, como: o transmitir “os genes”/deixar descendência, transmitir o conhecimento que se tem ou as coisas de que se gosta, e a ideia de que uma criança é um complementar de uma vida, são sublinhadas.

Individualização e a importância de uma vida relacional

Ora, antes de terminar, é preciso lembrar, que este/as jovens estão a falar, frequentemente, de um presente, enquanto jovens adultos/as, para um passado, lembrado, e para um futuro, esperado e/ou desejado, reconstruindo assim as suas histórias à medida que as contam.

No entanto, e ao contrário dos discursos de senso comum, que apontam para a soberania do indivíduo e para a perda de importância dos contextos relacionais, ficou aqui claro que as trajetórias íntimas dos/as jovens são vividas e pensadas, sobretudo, em termos relacionais. Assim, como se tem vindo a sublinhar, os/as jovens atribuem uma grande importância à família e aos/às amigos; valorizam, especialmente, uma sexualidade relacional; podem recusar a ideia de viver a sós, preferindo antes residir com amigos/as, a família ou com um(a) (potencial) parceiro/a; e esperam, na sua maioria, viver um dia em conjugalidade e ter filhos/as.

Ao contrário do que os discursos de “crise” fazem antever, a família mantém a sua importância na vida dos/as jovens, embora com novos significados. Esta é assim valorizada como um lugar de afirmação e manutenção da liberdade individual e espaço de realização afetiva (Torres e Lapa, 2010). A família tende a servir como fonte de apoio, prático, financeiro e/ou emocional, e de ajuda na construção das identidades dos/das jovens. E embora possam ter existido alguns conflitos entre pais e

filhos/as, na maioria dos casos estes/as, com a exceção de alguns conflitos mais sérios, são remetidos para o passado.

Tal como acontece com a família, os/as amigos/as, com quem os/as jovens tendem a passar, cada vez mais, os seus tempos de lazer, têm também um papel central na integração e na afirmação da identidade dos/das jovens. Para estes/as, a amizade é uma relação de confiança, recíproca entre o/as amigo/as. Com estes/as desabafa-se, fala-se dos problemas, revela-se o verdadeiro eu, procura-se e/ou dá-se apoio. Ao reprimir ou ao aprovar comportamentos, o/as amigo/as ajudam a construir as trajetórias do/as jovens. Deste modo, a amizade é, considerada como algo de muito importante, mesmo uma segunda base de apoio, logo a seguir à família ou algo que a substitui quando esta não está presente. No entanto, as relações de amizade são dinâmicas, podendo mudar ao longo do tempo, por exemplo, com o aumento da idade dos/as jovens, o seu amadurecimento e/ou com a conjugalização das relações de amizade.

A amizade tende ainda a ser sublinhada como o modelo a seguir, nas sociedades ocidentais contemporâneas (Jamieson, 2004 [1998]), devendo servir de base entre os relacionamentos entre pais e filhos/as e entre parceiros/as. Deste modo, os ideais de horizontalidade e de democratização da relação entre pais e filhos/as, os ideais de amor confluyente, de relação pura e/ou de intimidade revelada, quer seja entre pais e filhos/as, quer seja entre parceiros/as e/ou amigos/as tendem a estar associados às representações feitas, hoje em dia, do que é a amizade: o conhecimento, a confiança, a comunicação, o respeito mútuo.

Assim, se os relacionamentos sexuais e/ou amorosos são pensados, por vezes, como devendo “nascer” de amizades, a intimidade revelada tende a ser sublinhada naquilo que são as representações dos/as jovens sobre o “amor”; valorizada, a par com a relação sexual, para o “bom funcionamento” do casal; considerada, frequentemente, como necessária para a existência de uma relação sexual, para a entrada em conjugalidade e em parentalidade; e desejada, pela maior parte dos/das jovens. Neste contexto, ficou bastante claro que, apesar do envolvimento noutros tipos de relacionamentos sexuais, os/as jovens valorizam acima de tudo os relacionamentos sexuais e amorosos, sérios e duradouros, e uma prática sexual relacional (expressa, por exemplo, na maior importância que uma primeira relação sexual, no contexto de um namoro, tende a adquirir ou na (maior) valorização, por parte de vários/as jovens, na masturbação com o/a parceiro/a); associando, na maior parte das vezes, a sexualidade aos seus aspetos relacionais.

Ademais, se os/as jovens tendem a adiar a entrada em conjugalidade e/ou em parentalidade, a maioria deles/as não a recusa. Embora possa existir uma série de condicionamentos, como os limites financeiros, a falta de um(a) parceiro/a apropriado, o investimento nos estudos e/ou na carreira, ou o desejo de aproveitar um pouco mais os tempos de lazer, que levam os/as jovens a pensar estas etapas da sua vida para um futuro, mais ou menos longínquo, estes/as não deixam de desejar “um dia” entrar em conjugalidade (coabitar, casar pelo civil e/ou pela Igreja) e ter filhos/as. Tal como referido por

Aboim (2006) e por Torres (2002) e Torres et al. (2006), não se recusam, então, a entrada em conjugalidade ou a ideia de família, mas, sim, os seus aspetos mais institucionais.

Por conseguinte, contra os riscos de “obrigatoriedade” de escolha, isolamento e de solidão, “impostos” pelas sociedades ocidentais contemporâneas, os/as jovens viram-se, para a intimidade, em termos de afetividade, sexualidade, relacionamentos familiares, de amizade e com (potenciais) parceiros/as, e para a parentalidade, como fonte de significado e como uma âncora que os/as impede de andar à deriva (Weeks, 2007). As vinculações pessoais garantem aos/às jovens, desprovidos, atualmente, de contextos de confiança assentes na tradição ou na religião, “um sustento de emotivo que lhes permite manter uma confiança de vida” (Pais, 2012: 149).

Contudo, nem todos/as jovens dão conta desta compulsão para a escolha e para a reflexividade, denotando antes ter alguns aspetos da sua vida íntima delineados em termos de um “destino” a seguir, em que eles/as aparentam não ter muita margem de manobra para “agir” sobre o(s) caminho(s) a seguir, como se pôde ver pelo facto de vários/as jovens seguirem (ou procurarem/desejarem seguir) uma transição linear para a vida adulta, em que a saída de casa dos pais, a entrada em conjugalidade e a entrada em parentalidade são “coisas” que acontecem no ciclo “normal” da vida, nas idades “adequadas”; ou quando alguns/algumas dos/das jovens justificam a sua entrada em conjugalidade ou em parentalidade como “algo que acontece”, sem que eles/as tivessem feito, ativamente, algo para isso.

Para finalizar, lembra-se que, apesar de existirem algumas communalidades entre os/as jovens, existem também várias distinções, frequentemente associadas às posições sociais que estes/as ocupam. De modo a sublinhar as diferentes maneiras de viver e pensar a intimidade, e nomeadamente a sexualidade, e de transitar para a vida adulta, sobretudo no que diz respeito à saída de casa dos pais, entrada em conjugalidade e entrada em parentalidade, e, por conseguinte, de procurar responder às questões de partida, criou-se duas tipologias que, apesar de não se poderem considerar diretamente articuladas, se podem associar. Estas dão conta de 3 *modos de pensar e viver em conjugalidade: restritivos, intermédios e permissivos*; e de 3 *modos principais de entrada em conjugalidade e em parentalidade: antecipados* (que por sua vez se divide em *enquadrados e pragmáticos*), *lineares e adiados* (divididos em *condicionados* e em *desejados*). Assim, ficou visível que a maior parte dos/as jovens tem posições intermédias relativamente às práticas e representações da sexualidade, sendo que estes/as jovens podem ter diferentes (expectativas de) saída(s) de casa dos pais/familiares e (de) entrada(s) em conjugalidade e/ou em parentalidade, consoante as posições e os contextos sociais em que estão inseridos (por exemplo, com os/as jovens menos qualificados/as a terem, tendencialmente, transições antecipadas para a conjugalidade e/ou para a parentalidade, com os jovens com o ensino secundário a terem, tendencialmente, trajetórias lineares para a conjugalidade e para a parentalidade, e com os/as jovens mais qualificados/as a terem, tendencialmente, transições adiadas, porque condicionadas, para a conjugalidade e/ou para a parentalidade). Contudo, para um grupo de jovens

tendencialmente mais qualificados/as e menos religiosos/as as vivências e representações da sexualidade tendem a ser mais permissivas e as (possíveis) entradas em conjugalidade e/ou em parentalidade propositadamente adiadas. Por último, para um grupo mais pequeno de jovens, heterossexuais, tendencialmente menos qualificados/as e mais religiosos, as experiências e representações da sexualidade tendem a ser mais restritas, e os modos de entrada em conjugalidade antecipados (e enquadrados) ou lineares.

Assim, apesar das mudanças sociais no domínio da intimidade e das trajectórias para a vida adulta, os contextos culturais dos/as jovens, as suas posições sociais e as suas redes de relacionamentos sociais continuam a fazer-se sentir no modo como estes crescem enquanto sujeitos genderizados e sexualizados; comunicam, pensam e vivem a sexualidade; e fazem as suas trajectórias (íntimas) para a vida adulta.

BIBLIOGRAFIA

- Aapola, Sinikka *et al* (2005), *Young Femininity. Girlhood, Power and Social Change*, London, Palgrave Macmillan
- Aapola, Sinikka (1997), “Mature girls and adolescent boys? Deconstructing discourses of adolescence and gender”, *Young*, 5, (4), pp. 50-68
- Aboim, Sofia (2005) “As orientações normativas da conjugalidade”, em Karin Wall (org.) *Famílias em Portugal*, Lisboa, ICS, pp. 169-229
- Aboim, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança*, Lisboa, ICS
- Aboim, Sofia (2010), *Plural Masculinities. The remaking of the Self in Private Life*, Farnham, Ashgate
- Aboim, Sofia (2010), “Cronologias da vida privada”, em José Machado Pais e Victor Sérgio Ferreira (org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 10. Tempos e transições de vida: Portugal ao Espelho da Europa*, Lisboa, ICS, pp. 107-148
- Aboim, Sofia (2010), “Redes de confiança, normas sociais e comportamento sexual”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (org.), *Sexualidades em Portugal. Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio, pp. 323-385
- Aboim, Sofia (2010), “Homossexualidade e bissexualidade: práticas, atração e orientação sexual”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (org.), *Sexualidades em Portugal. Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio, pp. 147-200
- Aboim, Sofia (2011), “Vidas conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação”, em Ana Nunes de Almeida (coord.), *História da vida privada em Portugal. Os Nossos Dias*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 80-111
- Aboim, Sofia *et al* (2011), “Género e adultícia: continuidade e mudança em três gerações”, em José Machado Pais *et al*, (org.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, ICS, pp. 59-78
- Adam, Barry (2007), “Relationship Innovation in Male Couples”, em Michael Kimmel (ed.), *The Sexual Self. The Construction of sexual Scripts*, Nashville, Vanderbilt University Press, pp. 122-140
- Alferes, Valentim (1997), *Encenações e comportamentos sexuais. Para uma Psicologia Social da Sexualidade*, Porto, Edições Afrontamento
- Allen, Louisa (2003), “Girls want sex, boys want love: resisting dominant discourses of (hetero) sexuality”, *Sexualities*, 6, (2), pp. 215-236
- Allen, Louisa (2004), “Getting off and going out: young people’s conceptions of (hetero) sexual relationships”, *Culture, Health & Sexuality*, 6, (6), pp. 463-481
- Allen, Louisa (2007), “Sensitive and Real Macho all at the same time: Young heterosexual men and romance”, *Men and Masculinities*, 10, (2), pp. 137-152
- Almeida, Ana Nunes (1986), “Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina”, *Análise social*, XXII (92-93), (3º-4º), pp. 493-520
- Almeida, Ana Nunes (coord.) (2011), *História da vida privada em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores
- Almeida, Ana Nunes (2011), “Os mundos da infância: olhares, espaços e personagens”, em Ana Nunes de Almeida (coord.), *História da vida privada em Portugal, Maia. Os Nossos Dias*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 142-207
- Almeida, Ana Nunes *et al* (1995), “Os padrões de fecundidade em Portugal”, *Cadernos de Condição Feminina*, Lisboa, Comissão Para a Igualdade dos Direitos da Mulher
- Almeida, Ana Nunes *et al* (1998), “Relações Familiares: mudança e diversidade”, em José Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?, Oeiras*, Celta, pp. 45-78

- Almeida, Ana Nunes e Karin Wall (2001), “Família e quotidiano: movimentos e sinais de mudança”, em J.M. Brandão de Brito (coord.), *O país em revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 277-307
- Almeida, Ana Nunes *et al* (2002), “Novos padrões e outros cenários em Portugal”, *Análise Social*, XXXVII, (163), pp. 371-409
- Almeida, Ana Nunes *et al* (2004), *Fecundidade e Contraceção*, Lisboa, ICS
- Almeida João Ferreira (2013), *Desigualdades e Perspectivas dos Cidadãos. Portugal e Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais
- Almeida, João Ferreira e José Madureira Pinto (1986), “Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 55-78
- Almeida, Miguel Vale de (1995) *Senhores de si: Uma interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século
- Almeida, Miguel Vale de (2009), *A Chave do Armário. Homossexualidade, casamento, família*, Lisboa, ICS
- Almeida, Miguel Vale de (2010), “O contexto LGBT em Portugal”, em Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira (org.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, Lisboa, CIG, pp. 45-92
- Andro, Armelle e Nathalie Bajos (2008), “La sexualité sans pénétration: une réalité oubliée du répertoire sexuel?”, em Nathalie Bajos e Michel Bozon (coord.), *Enquête sur la sexualité en France. Pratiques, Genre et Santé*, Paris, La Découverte, pp. 297-314
- Arendell, Terry (1997), “Reflections on the Researcher-Researched Relationship: A Women Interviewing Men”, *Qualitative Sociology*, 20, (3), pp. 341-368
- Àries, Philippe (1983), “São Paulo e a Carne”, em Robin Fox, *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, Contexto Editora, pp. 47-50
- Arnett, Jeffrey (2004), *Emerging Adulthood. The Winding Road from the Late Teens through the Twenties*, Oxford, Oxford University Press
- Attwood, Feona (2006), “Sexed up: Theorizing the Sexualization of Culture”, *Sexualities*, 9, (1), pp. 77-94
- Attwood, Feona (ed.) (2010), *Mainstreaming Sex. The Sexualisation of Western Culture*, London and New York, I.B.Tauris
- Bajos, Nathalie e Nathalie Beltzer (2008), “Les sexualités homo-bisexuelles: d’une acceptation de principe aux vulnérabilités sociales et préventives”, em Nathalie Bajos e Michel Bozon (coord.), *Enquête sur la sexualité en France. Pratiques, Genre et Santé*, Paris, La Découverte, pp. 243-271
- Bajos, Nathalie e Michel Bozon (coord.) (2008), *Enquête sur la Sexualité en France. Pratiques, Genre et Santé*, Paris, La Découverte
- Bajos, Nathalie e Michel Bozon (2008), “Sexualité, genre et santé: les apports de l’enquête. Contexte de la sexualité en France”, em Nathalie Bajos e Michel Bozon (coord.), *Enquête sur la sexualité en France. Pratiques, Genre et Santé*, Paris, La Découverte, pp. 579-601
- Bajos, Nathalie *et al* (2008), “La sexualité à l’épreuve de l’égalité”, em Nathalie Bajos e Michel Bozon (coord.), *Enquête sur la sexualité en France. Pratiques, Genre et Santé*, Paris, La Découverte, pp. 545-576
- Barbagli, Marzio *et al* (2010), *La sessualità degli Italiani*, Bologna, il Mulino
- Bardin, Lawrence (2011 [1977]), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70
- Barrisco, Susana (2006), “Família”, em Vitor Sérgio Ferreira *et al*, *A condição juvenil portuguesa na viragem do milénio. Um retrato longitudinal através de fontes estatísticas oficiais: 1990-2005*, Relatório Preliminar, Lisboa, IPJ, pp. 39-74

- Bastos, Susana (1997), *O Estado Novo e os seus Vadios, Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- Beasley, Chris (2005), *Gender & Sexuality: Critical Theories, Critical Thinkers*, London, Sage
- Beasley, Chris et al (2012), *Heterosexuality in Theory and Practice*, New York/London, Routledge
- Beck, Ulrich (2000), “A reinvenção da política”, em Ulrich Beck et al, *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-51
- Beck, Ulrich e Elizabeth Beck-Gernsheim (1995), *The normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity press
- Beck, Ulrich e Elizabeth Beck-Gernsheim (2001), *Individualization. Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*, London, Sage
- Beck, Ulrich et al (2000), *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora
- Beltzer, Nathalie e Bajos, Nathalie Bajos (2008), “De la contraception à la prévention: les enjeux de la négociation aux différentes étapes des trajectoires affectives et sexuelles”, em Nathalie Bajos e Michel Bozon (coord.), *Enquête sur la sexualité en France. Pratiques, Genre et Santé*, Paris, La Découverte, pp. 437-460
- Beres, Melanie e Panteá Farvid (2010), “Sexual Ethics and Young Women’s Accounts of Heterosexual Casual Sex”, *Sexualities*, 13, (3), pp. 377-393
- Bertaux, Daniel e Isabelle Bertaux-Wiame (1988), “Le patrimoine et sa lignée: transmissions et mobilité sociale sur cinq générations”, *Life Stories/Récits de vie*, 4, pp. 8-26
- Bertilsson, Margareta (1986) “Love’s labour lost? A sociological view”, *Theory, Culture & Society*, 3, pp. 19-35
- Berthelot, Jean Michel (2000), “Os novos desafios epistemológicos da sociologia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp. 111-131
- Bertone, Chiara (2010), “Sessualità mashili e femmini, tra convergenze e nuove asimmetrie”, em Marzio Barbagli et al, *La sessualità degli Italiani*, Bologna, il Mulino, pp. 207-234
- Bertone, Chiara e Raffaella Ferrero Camoletto (2009), “Beyond the sex machine? Sexual practices and masculinity in adult men's heterosexual accounts”, *Journal of Gender Studies*, 18, (4), pp. 369-386
- Biggart, Andy e Andreas Walther (2006), “Coping with Yo-Yo-Transitions. Young Adults’ Struggle for Support, between Family and State in a Comparative Perspective”, em Carmen Leccardi e Elisabetta Ruspina (ed.), *A New Youth? Young People, Generations and Family Life*, Hampshire, Ashgate, pp. 41-62
- Blanchet, Alain (1987), “Interviewer”, in Alain Blanchet et al, *Les techniques d’enquête en sciences sociales*, Paris, Duros, pp. 81-126
- Bourdieu, Pierre (1980), “Structures, Habitus, Pratiques”, in Pierre Bourdieu, *Le sens pratique*, Paris, Les éditions de Minuit, pp. 87-109
- Bourdieu, Pierre (1999) *A Dominação masculina*, Oeiras, Celta
- Bous-Reymond, Manuela Du (1998), “I don’t want to commit myself yet: young people’s life concepts”, *Journal of Youth Studies*, 1, (1), pp. 63-79
- Bous-Reymond, Manuela Du (2011), “Aprender a ser jovem pai ou mãe na Europa”, em José Machado Pais et al, (org.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, ICS, pp. 113-133
- Bous-Reymond, Manuela Du e Lynne Chisholm (2006), “Young Europeans in a changing world”, em Manuela du Bois-Reymond e Lynne Chisholm (ed.), *Special Issue: The Modernization of Youth Transitions in Europe, New Directions for Child and Adolescent Development*, 2006, (113), pp. 1-9
- Bozon, Michel (1993), “L’Entrée dans la sexualité adulte: le premier rapport et des suites, du calendrier aux attitudes”, *Population*, 5, pp. 1317-1352

- Bozon, Michel (1998), “La sexualité a-t-elle changé? Regards sur l’activité sexuelle et sur ses significations à l’ère du sida”, em Natalie Bajo *et al* (dir.), *La sexualité aux temps du sida*, Paris, PUF, pp. 11-34
- Bozon, Michel (1999), “Les significations des actes sexuels”, *Actes de la recherche en Sciences sociales - Sexualité*, 128, pp. 3-23
- Bozon, Michel (2001), “Orientations Intimes et Constructions de Soi. Pluralité et Divergence dans les Expressions de la Sexualité”, *Sociétés contemporaines*, 41-42, pp. 11-40
- Bozon, Michel (2004), “La nouvelle normativité des conduites sexuelles ou la difficulté de mettre en cohérence les expériences intimes”, em Jacques Marquet (dir), *Normes et conduites sexuelles. Approches sociologiques et ouvertures pluridisciplinaires*, Louvain-la-Neuve, Academia Bruylant, pp. 15-33
- Bozon, Michel (2005 [2002]), *Sociologie de la Sexualité*, Armand Colin
- Bozon, Michel (2008), “Premier rapport sexuel, première relation: des passages attendus”, em Nathalie Bajos e Michel Bozon (coord.), *Enquête sur la sexualité en France. Pratiques, Genre et Santé*, Paris, La Découverte, pp. 117-147
- Bozon, Michel (2008), “Pratiques et rencontres sexuelles: un répertoire qui s’élargit”, em Nathalie Bajos e Michel Bozon (coord.), *Enquête sur la sexualité en France. Pratiques, Genre et Santé*, Paris, La Découverte, pp. 274-295
- Bozon, Michel e Henri Leridon (1993), “Les Constructions Sociales de la Sexualité”, *Population*, N.º 5, pp. 1173 – 1196
- Bozon, Michel e Maria Luiza Heilborn (1996), “Les caresses et les mots: Initiations amoureuses à Rio de Janeiro et à Paris”, *Terrain*, 27, pp. 37-58
- Bozon, Michel e Osmo Kontula (1997), “Iniciation sexuelle et genre: comparaison de évolutions de douze pays européens”, *Population*, 6, pp. 1367-1400
- Bozon, Michel e Alain Giami (1999), “Les Scripts Sexuels ou La Mise en Forme du Désir. Présentation de l’Article de John Gagnon”, *Actes de la recherche en Sciences sociales - Sexualité*, 128, pp. 68-72
- Bozon, Michel e Charlotte le Van (2008), “Orientations en matière de sexualité et cours de la vie. Diversification et recomposition”, em Nathalie Bajos e Michel Bozon (coord.), *Enquête sur la sexualité en France. Pratiques, Genre et Santé*, Paris, La Découverte, pp. 329-543
- Bragg, Sara e David Buckingham (2010), “Too Much Too Young?: Young People, Sexual Media and Learning”, em Feona Attwood (ed.), *Mainstreaming Sex. The Sexualisation of Western Culture*, London and New York, I.B.Tauris, pp. 129-146
- Brandão, Ana Maria (2010), *E se tu fosses um rapaz? Homo-Erotismo Feminino e Construção Social da Identidade*, Porto, Edições Afrontamento
- Brannen, Julia *et al* (2002), *Young Europeans, Work and Family: Futures in Transition*, London and New York, Routledge
- Brannem, Julia e Ann Nilsen (2002), “Young people’s perspectives on the future”, em Julia Brannem *et al* (ed.), *Young Europeans, Work and Family: Futures in Transition*, London and New York, Routledge, pp. 48-68
- Brannen, Julia *et al* (2002), “Imagining parenthood and employment. Connected or disconnected worlds”, em Julia Brannem *et al* (ed.), *Young Europeans, Work and Family: Futures in Transition*, London and New York, Routledge, pp. 116-139
- Brante, Thomas (2001), “Consequências do realismo na construção da teoria sociológica”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, pp. 9-38
- Braun, Virginia *et al* (2003), “The “Fair Deal”? Unpacking accounts of Reciprocity in Heterosex”, *Sexualities*, 6, (2), pp. 237-261

- Buston, Katie *et al* (2002), “Inside the sex education classroom: the importance of context in engaging pupils”, *Culture, Health & Sexuality*, 4, (3), pp. 317-335
- Butler, Judith (2007 [1990]), *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*, New York and London, Routledge
- Bynner, John (2005), “Rethinking The Youth Phase of the Life-Course: The Case of Emerging Adulthood?”, *Journal of Youth Studies*, 8, (4), pp. 367-384
- Cabral, Manuel Villaverde (2001), “Prática religiosa e atitudes sociais dos Portugueses numa perspectiva comparada”, em José Machado Pais *et al* (orgs.), *Atitudes sociais dos portugueses 2. Religião e Bioética*, Lisboa, ICS, pp. 21-71
- Cabral, Manuel Villaverde e José Machado Pais (2003), *Condutas de Risco. Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo. Resultado de um Inquérito aos Jovens Portugueses em 2000*, Oeiras, Celta Editora
- Caltabiano, Marcantonio (2010), “Le prime fasi della vita sessuale”, em Marzio Barbagli *et al*, *La sessualità degli Italiani*, Bologna, il Mulino, pp. 23-52
- Calvo, Enrique (2011), “A roda da fortuna: viagem à temporalidade juvenil”, em José Machado Pais *et al*, (org.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, ICS, pp. 39-57
- Camolletto, Raffaella, (*Sexual beginners. Accounting for first sexual intercourse in Italian young people's heterosexual biographies*), policopiado (texto cedido pela autora)
- Camolletto, Raffaella (2010), “Il posto del sesso: dall’attesa alla sperimentazione”, em Marzio Barbagli *et al*, *La sessualità degli Italiani*, Bologna, il Mulino, pp. 99-130
- Caplan, Pat (1987), *The Cultural construction of sexuality*, New York, Routledge
- Caplan, Pat (1987), “Introduction”, em Pat Caplan (ed.), *The Cultural construction of sexuality*, New York, Routledge, pp. 1-30
- Coelho, Bernardo (2009), *Corpo adentro: prostitutas acompanhantes em processo de invenção de si*, Lisboa, Difel
- Conde, Idalina (1993) “Falar da vida I”, *Sociologia – Problemas e práticas*, 14, pp. 199-222
- Conde, Idalina (1994) “Falar da vida II”, *Sociologia – Problemas e práticas*, 16, pp. 41-74
- Connell, R. W. (1987), *Gender and Power*, Cambridge, Polity Press
- Connell, R. W. (2000), *The Men And The Boys*, Cambridge, Polity Press
- Connell, R. W. (2002), *Gender*, Cambridge, Polity Press
- Connell, R.W. (2003 [1995]), *Masculinities*, Cambridge, Polity Press
- Connell, R.W. e James Messerschmidt (2005), “Hegemonic Masculinity. Rethinking the Concept”, *Gender & Society*, 19, (6), December, pp. 829-859
- Costa, António Firmino (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Editora Mundos Sociais
- Costa, António Firmino *et al* (1990) “Estudantes e amigos – trajetórias de classe e redes de sociabilidade”, *Análise Social*, XXV, (105-106), pp. 193-221
- Costa, Carlos *et al* (2010 a)), “Imagens Sociais das Pessoas LGBT”, em Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira (org.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, Lisboa, CIG, pp. 93-147
- Costa, Carlos *et al* (2010 b)), “Os discursos das Pessoas LGBT”, em Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira (org.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, Lisboa, CIG, pp. 211-241
- Crawford, Mary e Daniele Popp (2003), “Sexual Double Standards; A Review and Methodological Critique of two Decades of Research”, *The Journal of Sex Research*, 40, (1), pp. 13-26

- Cvajner, Martina (2010), “Orgasmo maschile, piacere femminile”, em Marzio Barbagli *et al*, *La sessualità degli Italiani*, Bologna, il Mulino, pp. 235 - 252
- DeLamater, John (1981), “The Social Control of Sexuality”, *Annual Review of Sociology*, 7, pp. 263-290
- Delphy, Christine (1993), “Rethinking Sex and Gender”, *Women’s Studies International Forum*, 16, (1), pp. 1-9
- Devereux, Georges (1980), *De L’Angoisse A La Méthode Dans Les Sciences Du Comportement*, Paris, Flammarion
- Diz, Steffen (2010) “As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa”, *Análise Social*, XLV, (194), pp. 5-27
- Douglas, Mary (1991), *Pureza e Perigo*, Lisboa, Edições 70
- Dubois-Arber, Françoise e Spencer, Brenda (1998), “Condom Use”, em Michel Hubert *et al* (ed.), *Sexual Behaviour and HIV/AIDS in Europe*, London, UCL Press, pp. 266-286
- Ducombe, Jean e Dennis Marsden (1993), “Love and Intimacy: the gender division of emotion and “emotion work”. A neglected aspect of sociological discussion of heterosexual relationships, *Sociology*; 27, (2), pp. 221-241
- Elley, Sharon (2011), “Young Women, Class and Gendered Heterosexuality: The implications of Educational Aspirations and Social Networks for Sex Education Messages”, *Sociology*, 45, (3), pp. 413-429
- Elias, Norbert (1989), *O Processo Civilizacional*, 1º Volume, Lisboa, Publicações D. Quixote
- Elias, Norbert (2004 [1987]), *A Sociedade dos Indivíduos*, 2ª edição, Lisboa, Publicações D. Quixote
- Engels, Frederick (1972 [1940]), *The Origin of the Family, Private Property and the State*, London, Lawrence & Wishart
- Epstein, Debbie e Richard Johnson (1998), *Schooling Sexualities*, Buckingham and Philadelphia, Open University Press
- European Group for Integrated Social Research (EGRIS) (2001), “Misleading Trajectories: Transition Dilemmas of Young Adults in Europe”, *Journal of youth studies*, 4, (1), pp. 101-118
- Farrow, Rachel e Paul Arnold (2003), “Changes in Female Student Sexual Behaviour, during the Transition to University”, *Journal of Youth Studies*, 6, (4), pp. 339-355
- Fernandes, António Teixeira (2003), “Valores e atitudes religiosas”, em Jorge Vala *et al* (org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS, pp. 123-197
- Ferrand, Michèle *et al* (2008), “Accords et désaccords: Variations autour du désir”, em Nathalie Bajos e Michel Bozon (coord.), *Enquête sur la sexualité en France. Pratiques, Genre et Santé*, Paris, La Découverte, pp. 359-380
- Ferreira, Pedro Moura (2003), “Valores morais: as noções de “certo” e de “errado” na transição pós-moderna”, em Jorge Vala *et al* (org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS, pp. 95-121
- Ferreira, Pedro Moura (2003), “Comportamentos de risco dos jovens”, em Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais, *Condutas de Risco. Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo. Resultado de um Inquérito aos Jovens Portugueses em 2000*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-166
- Ferreira, Pedro Moura (2006), “A idade conta? – Clivagens Etárias nos Valores e Atitudes Políticas e Sociais dos Europeus”, em Jorge Vala e Anália Torres (eds.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, ICS, pp. 273-323
- Ferreira, Pedro Moura (2008) “A primeira vez – juventude, género e sexualidade”, (online), *VI Congresso Português de Sociologia*, UNL – FCSH, 25 a 28 de Junho, Lisboa
- Disponível em: www.aps.pt/vicongresso/pdfs/113.pdf

- Ferreira, Pedro Moura (2010 a)), “A actividade sexual: frequência, regularidade e inactividade”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (org.), *Sexualidades em Portugal. Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio, pp. 19-54
- Ferreira, Pedro Moura (2010 b)), “Parceiros, relacionamentos e trajectórias sexuais”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (org.), *Sexualidades em Portugal. Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio, pp. 55-104
- Ferreira, Pedro Moura (2010 c)), “Práticas sexuais, auto-erotismo e actividade com parceiro”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (org.), *Sexualidades em Portugal. Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio, pp. 105-145
- Ferreira, Pedro Moura (2010 d)), “Contextos da iniciação sexual – idade, relacionamentos e geração”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (org.), *Sexualidades em Portugal. Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio, pp. 231-288
- Ferreira, Pedro Moura (2011), “A sexualidade dos jovens portugueses: práticas sexuais numa perspectiva comparada”, em José Machado Pais *et al.*, (org.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, ICS, pp. 277-294
- Ferreira, Pedro Moura e Manuel Villaverde Cabral (org.) (2010), *Sexualidades em Portugal. Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio
- Ferreira, Pedro Moura e Manuel Villaverde Cabral (2010), “Sexualidade em Portugal – Reflexões Finais”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (org.), *Sexualidades em Portugal. Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio, pp. 461-470
- Ferreira, Vitor Sérgio e Cátia Nunes (2011), “Transições para a idade adulta”, em José Machado Pais e Vitor Sérgio Ferreira (org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 10. Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho da Europa*, Lisboa, ICS, pp. 39-67
- Fine, Michelle (1988), “Sexuality, Schooling, and Adolescent Females: The Missing Discourse of Desire”, *Harvard Educational Review*, 76, (3), pp. 297-338
- Fine, Michelle; Sara McClelland (2006), “Sexuality Education and Desire: Still Missing after all these Years”, *Harvard Educational Review*, 58, (1), pp. 29-53
- Flandrin, Jean-Louis (1983), “A Vida Sexual dos Casais Na Antiga Sociedade: Da Doutrina da Igreja à Realidade dos Comportamentos”, em Robin Fox, *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, Contexto Editora, pp. 111-137
- Flood, Michael (2008), “Men, Sex, and Homosociality: How Bonds between Men Shape their Sexual Relations with Women”, *Men and Masculinities*, 20, (3), pp. 339-359
- Fonseca, Laura (2007), “Corpo Falado: Sexualidade, poder e educação”, *Educação, Sociedades e Culturas*, 25, pp. 135-168
- Fonseca, Laura e Sofia Santos (2011), (Relatório Final, Referência do Projecto N.º PTDC.SDE.67931.2006), Fundação para a Ciência e Tecnologia, policopiado (texto cedido pela segunda autora)
- Foucault, Michel (1983), “O combate pela castidade”, em Robin Fox, *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, Contexto Editora, pp. 23-36
- Foucault, Michel (1994), *História da sexualidade I – A vontade do saber*, Relógio d’Água
- Fox, Robin (1983), *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, Contexto Editora
- Freud, Sigmund (2009 [1942]), *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, Lisboa, Relógio d’Água
- Furlong, Andy e Fred Carmel (1997), “Risk and uncertainty in the youth transition”, *Young*, 5, (1), pp. 3-20
- Furlong, Andy e Fred Cartmel (2007), *Young people and social change*, 2nd Edition, Open University Press

- Gagnon, John (1991), “The Explicit and Implicit Use of Scripting Perspective in Sex Research”, em John Gagnon (2004), *An Interpretation of Desire. Essays in the Study of sexuality*, Chicago and London, The University of Chicago Press, pp. 130-172
- Gagnon, John (2004), *An Interpretation of Desire. Essays in the Study of sexuality*, Chicago and London, The University of Chicago Press
- Gagnon, John e William Simon (2005 [1973]), *Sexual Conduct. The Social Sources of Human Sexuality, 2nd Edition*, New Brunswick and London, Aldine Transaction
- Galland, Olivier (2003), “Adolescence, Post-Adolescence, Youth: Revised Interpretations”, *Revue Française de Sociologie*, 44, pp. 163-188
- Galland, Olivier (2011), *Sociologie de la jeunesse, 5^a édition*, Paris, Armand Colin
- Garelli, Franco (2010), “Religione e sexualità”, em Marzio Barbagli *et al*, *La sessualità degli Italiani*, Bologna, il Mulino, pp. 253-293
- Giami, Alain (2000), “Les récits sexuels: matériaux pour une anthropologie de la sexualité”, *Journal des anthropologues, Anthropologie des sexualités*, (online), 82-83
- Disponível em: <http://jda.revues.org/3290>
- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*, Oxford, Polity Press
- Giddens, Anthony (1996), *Transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Celta Editora, Oeiras
- Giddens, Anthony (2000), “Viver numa sociedade pós-tradicional”, em Ulrich Beck *et al*, *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora, pp. 53-104
- Gill, Rosalind (2010), “Supersexualize Me!: Advertising and the “Midriffs”, em Feona Attwood (ed.), *Mainstreaming Sex. The Sexualisation of Western Culture*, London and New York, I.B.Tauris, pp. 93-109
- Gill, Rosalind e Christina Scharff (ed.) (2011), *New Femininities. PostFeminism, Neoliberalism and Subjectivity*, Hampshire, Palgrave MacMillan
- Gomes, Rui Telmo (2003), “Sociografia dos Lazeres e Práticas Culturais dos jovens Portugueses”, em Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais, *Condutas de Risco. Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo. Resultado de um Inquérito aos Jovens Portugueses em 2000*, Oeiras, Celta Editora, pp. 167-263
- Goode, William (1959), “The theoretical importance of love”, *American Sociological Review*, 24, (1), pp. 38-47
- Gordon, Tuula e Elina Lahelma (2002), “Becoming an adult: Possibilities and limitations – dreams and fears”, *Young*, 10, (2), pp. 2-18
- Grieco, Sara (1991), “O Corpo, a aparência e a sexualidade”, Georges Duby e Michelle Perroit (org.), *História das Mulheres: do Renascimento à Idade moderna*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 71-117
- Guasch, Óscar e Osborn, Raquel (2003), “Avances en sociología de la sexualidad”, in Raquel Osborn e Óscar Guasch (coord.), *Sociología de la sexualidad*, Madrid, Centro de investigaciones sociológicas, 195, pp. 1-24
- Guerreiro, Maria das Dores e Pedro Abrantes (2004), *Transições Incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa, CITE
- Hamilton, Laura e Elizabeth Armstrong (2009), “Gendered Sexuality in Young Adulthood: Double Binds and Flawed Options”, *Gender & Society*, 23, (5), pp. 589-616
- Harvey, Laura e Rosalind Gill (2011), “Spicing It Up: Sexual Entrepreneurs and The Sex Inspectors”, em Rosalind Gill e Christina Scharff (ed.), *New Femininities. PostFeminism, Neoliberalism and Subjectivity*, Hampshire, Palgrave MacMillan, pp. 52 - 67

- Hearn, Jeff (2008), "Sexualities Future, Present, Past . . . Towards Transsectionalities", *Sexualities*, 11, (1-2), pp. 37-46
- Hekma, Gert (2008), "The Drive for Sexual Equality", *Sexualities*, 11, (1-2), pp. 46-50
- Heilborn, Maria Luiza (org.) (1999), *Sexualidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor
- Heilborn, Maria Luiza (1999), "Construção de si, gênero e sexualidade", em Maria Luiza Heilborn (org), *Sexualidade*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, pp. 40-58
- Heilborn, Maria Luiza (2006), "Entre as tramas da sexualidade brasileira", *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 14 (1), 336, pp. 43-59
- Heilborn, Maria Luiza e Elaine Reis Brandão (1999), "Ciências Sociais e Sexualidade", em Maria Luiza Heilborn (org), *Sexualidade*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, pp. 7-17
- Heilborn, Maria Luiza e Cabral Cristiane (2006), "Sexual practices in youth: analyses of lifetime sexual trajectory and last sexual intercourse", *Cadernos de Saúde Pública*, 22, (7), pp. 1471-1481
- Heilborn, Maria Luiza et al (2006 a), "Gênero e carreiras sexuais e reprodutivas de jovens brasileiros", *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, Caxambú - MG – Brasil, 18 - 22 Setembro (online)
Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_607.pdf
- Heilborn, Maria Luiza et al (orgs.) (2006), *O aprendizado da sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*, Rio de Janeiro, Garamond
- Heilborn, Maria Luiza et al (2006 b)), "Valores sobre a Sexualidade e Elenco de Práticas: Tensões entre Modernização diferencial e Lógicas Tradicionais", em Maria Luiza Heilborn et al (orgs.), *O aprendizado da sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*, Rio de Janeiro, Garamond, pp. 207-266
- Henderson, Sheila et al (2007), *Inventing adulthoods. A biographical approach to youth transitions*, London, Sage Publications
- Hillier, Lynne e Lyn Harrison (2007), "Building Realities Less Limited Than Their Own: Young People Practising Same-Sex Attraction on the Internet", *Sexualities*, 10, (1), pp. 82-100
- Hockey, Jenny et al (2002), "For Better or Worse?: Heterosexuality Reinvented", *Sociological Research Online*, 7, (2);
Disponível em: <http://www.socresonline.org.uk/7/2/hockey.html>
- Hockey, Jenny et al (2007), *Mundane Heterosexualities. From Theory to Practices*, London, Palgrave Macmillan
- Holland, Janet (2008), "Understanding the sexual lives of young people", em Andy Furlong (ed.) *Handbook of Youth and Young Adults*, London, Routledge, pp. 406-412
- Holland, Janet (2010), (What can the study of young people tell us about compliance with and resistance to normative sexuality), (*sine loco*), policopiado (texto cedido pela autora)
- Holland, Janet et al (1996), "Reputations: journeying into gendered power relations", em Jeffrey Weeks e Janet Holland (ed.) *Communities, values and intimacy*, British Sociological Association, MacMillan Press Ltd, London, pp. 239-260
- Holland, Janet et al (2004 [1998]), *The male in the head: young people, heterosexuality and power*, London, The Tufnell Press
- Holland, Janet et al (2006 [2002]), "In the same boat?", em Stevi Jackson e Sue Scott (org.), *Gender – a sociological reader*, London and New York, Routledge, pp. 326-337
- Holland, Janet e Rachel Thomson (2009), "Gaining Perspective on Choice and Fate", *European Societies*, 11, (3), pp. 451-469
- Hollway, Wendy (1984), "Women's Power in Heterosexual Sex", *Women's Studies International Forum*, 7, (1), pp. 63-66

- Hunt, Stephen (2010), "Introduction", em Stephen Hunt (ed.), *Christianity. The Library of Essays on Sexuality and Religion*, Surrey, Ashgate, pp. XI - XXVII
- Inglehart, Ronald (2006), "Mapping Global Values", *Comparative Sociology*, 5, (2-3), pp. 115-136
- Inglehart, Ronald (2008), "Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006", *West European Politics*, 31, (1-2), pp. 130-145
- Inglehart, Ronald e Pipa Norris (2003), *Rising Tide. Gender Equality and Cultural Change around the World*, New York and Cambridge, Cambridge University Press
- Jackson, Margaret (1987), "Facts of life or the eroticization of women's oppression? Sexology and the social construction of heterosexuality", em Pat Caplan (ed.), *The Cultural construction of sexuality*, New York, Routledge, pp. 52-81
- Jackson, Stevi (1993), "Even sociologists fall in love: an exploration in the sociology of emotions", *Sociology*, 27, pp. 201-220
- Jackson, Stevi (1996), "Heterosexuality and feminist theory", em Diane Richardson (ed.) *Theorising heterosexuality*, New York, Open University Press, pp. 21 - 38
- Jackson, Stevi (1998a), "Feminist Social Theory", em Stevi Jackson e Jackie Jones (ed.), *Contemporary Feminist Theories*, Edinburgh, Edinburgh University Press
- Jackson, Stevi (2006), "Interchanges: Gender, sexuality and heterosexuality: The complexity (and limits) of heteronormativity", *Feminist Theory*, 7, (1); pp. 105-121
- Jackson, Stevi (2007), "The Sexual Self in Late Modernity", em Michael Kimmel (ed.), *The Sexual Self. The Construction of sexual Scripts*, Nashville, Vanderbilt University Press, pp. 3-15
- Jackson, Stevi (2008) "Ordinary sex", *Sexualities*, 11, (1-2) pp. 33-37
- Jackson, Stevi e Sue Scott (1996), "Sexual Skirmishes and Feminist Factions. Twenty-five years of debate on women and sexuality", em Stevi Jackson e Sue Scott (ed.), *Feminism and Sexuality – a reader*, Edinburgh, Edinburgh University Press, pp. 1-31
- Jackson, Stevi e Scott, Sue (1997), "Gut reactions to matters of the heart: reflections on rationality, irrationality and sexuality", *Sociological Review*, 45, (4), pp. 551-75
- Jackson, Stevi e Sue Scott (2004), "Sexual Antinomies in late modernity", *Sexualities*, 7, (2), pp. 233-48
- Jackson, Stevi e Sue Scott (2006 [2002]), *Gender – a sociological reader*, London and New York, Routledge
- Jackson, Stevi e Sue Scott (2007), "Faking Like a Woman: Towards an interpretive theorization of sexual pleasure", *Body and Society*, 13, (2), pp. 95-116
- Jackson, Stevi e Sue Scott (2010), *Theorizing Sexuality*, Maidenhead, Open University Press, McGraw-Hill Education
- Jackson, Susan e Fiona Cram (2003), "Disrupting the sexual double standard: Young women's talk about heterosexuality", *British Journal of Social Psychology*, 42, (1), pp. 113-127
- Jamieson, Lynn (2005 [1998]), *Intimacy: Personal Relationships in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press
- Jaspard, Maryse (2005 [1997]), *Sociologie des comportements sexuels*, Paris, La Découverte
- Jodelet, Denise (1989), *Les Représentations Sociales*, Paris, Puf
- Johansson, Thomas (2007), *The transformation of sexuality: gender and identity in contemporary youth culture*, Aldershot, Ashgate
- Johnson, Paul (2005), *Love, Heterosexuality and Society*, New York, Routledge

- Johnson, Paul e Steph Lawler (2005), “Coming Home to Love and Class”, *Sociological Research Online*, Vol. 10, (3)
- Disponível em: <http://www.socresonline.org.uk/10/3/johnson.html>
- Jones, Gill (1995), *Leaving Home*, Buckingham and Philadelphia, Open University Press
- Katz, Jonathan (2007 [1995]), *The Invention of Hetero Sexuality*, Chicago and London, The University of Chicago Press
- Kaufmann, Jean-Claude (2007 [1993]), *Sociologie du couple*, Paris, Presses Universitaires de France
- Kaufmann, Jean-Claude (2007), *L'Entretien Compréhensif*, 2ª edição Paris, Armand Colin
- Kehely, Mary Jane (2002), *Sexuality, Gender and Schooling. Shifting agendas in social learning*, London and New York, Routledge
- Kehely, Mary Jane e Anoop Nayak (1997), ““Lads and Laughter”: Humour and the production of heterosexual hierarchies”, *Gender and Education*, 9, (1), pp. 69-88
- Kellerhals, Jean; Cléopâtre Montadon (1991), *Les Stratégies Éducatives des Familles: milieu social, dynamique familiale e éducation des prés-adolescents*, Paris, Delachaux et Niestlé
- Kimmel, Michael (2000), *The gendered Society Reader*, Oxford, University press
- Kimmel, Michael (ed.) (2007), *The Sexual Self. The Construction of sexual Scripts*, Nashville, Vanderbilt University Press
- Kimmel, Michael (2007), “John Gagnon and the sexual self”, em Michael Kimmel (ed.), *The Sexual Self. The Construction of sexual Scripts*, Nashville, Vanderbilt University Press, pp. VII-XV
- Kimmel, Michael (2008), *Guyland. The Perilous World Where Boys Become Men. Understanding the Critical Years between 16 and 26*, New York, HarperCollins Publishers
- Kimmel, Michael e Rebecca Plante (2004), *Sexualities. Identities, Behaviors and Society*, New York e Oxford, Oxford University Press
- Kimmel, Michael *et al* (2005), *Handbook of Studies on Men & Masculinities*, Thousand Oaks, London, New Delhi, Sage Publications
- Kippax, Susan (2010), “Safe sex. It’s not as simple as ABC”, em Peter Aggleton e Richard Parker, *Routledge Handbook of Sexuality, Health and Rights*, New York, Routledge, pp. 184-192
- Kirkman, Maggie *et al* (2001), “Freeing up the subject: tension between traditional masculinity and involved fatherhood through communication about sexuality with adolescents”, *Culture, Health and Sexuality*, 3, (4), pp. 391-411
- Kirkman, Maggie *et al* (2005), “Being open with your mouth shut: the meaning of “openness” in family communication about sexuality”, *Sex Education*, 5, (1), pp. 49-66
- Knauth, Daniela *et al* (2006), “As Trajetórias Afectivo-sexuais: Encontros, Uniões, Separação”, em Maria Luiza Heilborn *et al* (orgs.), *O aprendizado da sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*, Rio de Janeiro, Garamond, pp. 267-307
- Lagrange, Hugues (1997), “Précautions: préservatifs et recours au test”, em Hugues Lagrange e Brigitte Lhomond (dir.), *L'entrée dans la sexualité. Les comportements des jeunes dans le contexte du sida*, Paris, La Découverte, pp. 281-316
- Lagrange, Hugues (1998), “Le sexe apprivoisé ou l’invention du flirt”, *Revue Française de Sociologie*, XXXIX, (1), pp. 139-175
- Lahire, Bernard (1999), “Esquisse du programme Scientifique D’Une Sociologie Psychologique”, *Cahiers internationaux de Sociologie*, CVI, (29-55), pp. 30-55
- Lahire, Bernard (2001), *O Homem Plural. As Molas da Ação*, Lisboa, Instituto Piaget

- Lahire, Bernard (2005), “Patrimónios Individuais de Disposições: Para uma sociologia à escala individual”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, pp. 11-42
- Lahire, Bernard (2005 a), “Splendeurs et misères d’une métaphore: “La construction sociale de la réalité””, em Bernard Lahire, *L’esprit sociologique*, La Découverte, Paris, pp. 94-111
- Laumann, Edward *et al* (1994), *The Social Organization of Sexuality. Sexual Practices in the United States*, Chicago and London, The University of Chicago Press
- Leccardi, Carmen e Elisabetta Ruspini (ed.) (2006), *A New Youth? Young People, Generations and Family Life*, Hampshire, Ashgate
- Lees, Sue (1993), *Sugar and Spice. Sexuality and Adolescent Girls*, London, Penguin Books
- Le Gall, Didier (2004), “La première fois”, em Jacques Marquet (dir), *Normes et conduites sexuelles. Approches sociologiques et ouvertures pluridisciplinaires*, Louvain-la-Neuve, Academia Bruylant, pp. 63-78
- Leridon, Henri (2008), “Le nombre des partenaires: un certain rapprochement entre les femmes et les hommes, mais des comportements encore très différents”, em Nathalie Bajos e Michel Bozon (coord.), *Enquête sur la sexualité en France. Pratiques, Genre et Santé*, Paris, La Découverte, pp. 215-242
- Le Van, Charlotte e Didier Le Gall (2010/1), “La “première fois”: l’influence des parents”, *Ethnologie française*, 40, pp. 85-92
- Levinson, Sharman (2003), “Risques affectifs et risques pour la santé : histoires de confiance chez les jeunes, em Geneviève Paicheler e Maria Andréa Loyola, *Sexualité, normes et contrôle social*, L’Harmattan, pp. 133-156
- Lewis, Suzan *et al* (2002), “Into work. Job insecurity and changing psychological contracts”, em Julia Brannem *et al* (ed.), *Young Europeans, Work and Family: Futures in Transition*, London and New York, Routledge, pp. 69-88
- Lhomond, Brigitte (1999), “Sexualidade e juventude na França”, em Maria Luiza Heilborn (org.), *Sexualidade*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, pp. 77-95
- Lourenço, Nelson (1991), *Família rural e indústria: Mudança social na região de Leiria*, Editorial Fragmentos, Lisboa
- Loyola, Maria Andréa (1999), “A Sexualidade como Objecto de Estudo das Ciências Humanas”, em Maria Luiza Heilborn (org.), *Sexualidade*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, pp. 31-39
- Lucas, João Santos (1993), *Sida: A Sexualidade Desprevenida dos Portugueses*, Lisboa, Editora McGraw-Hill
- Lyons, Andrew e Harriet Lyons (2011), *Sexualities in Anthropology. A reader*, Wiley-Blackwell
- Mac an Ghail, Martin (1994), *The Making of Men. Masculinities, Sexualities and Schooling*, Buckingham and Philadelphia, Open University Press
- MacDonald, Robert *et al* (2001), “Snakes & Ladders: In Defence of Studies of Youth Transition”, *Sociological Research Online*, 5, (4)
- Disponível em: www.socresonline.org.uk/5/4/macdonald.html
- Machado, Fernando Luís; António Firmino da Costa (1998), “Processos de uma modernidade inacabada: Mudanças estruturais e mobilidade social”, em José Viegas e António Firmino da Costa, *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Editora Celta, pp. 17-44
- Maia, Marta (2010), “Práticas de risco no contexto das relações homossexuais”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (org.), *Sexualidades em Portugal. Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio, pp. 387-416
- Marques, Ana C. (2006), *Do primeiro beijo ao primeiro filho. Um roteiro sexual para uma maternidade na adolescência*, Dissertação de Mestrado em Família e Sociedade, Lisboa, ISCTE-IUL
- Mason, Jennifer (2009 [2002]), *Qualitative Researching*, 2ª edição, London, Sage Publications

- Mauss, Marcel (1974 [1936]), “Noção de técnica corporal”, *Sociologia e Antropologia*, Vol. II, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo
- Maxwell, Claire (2007), “Alternative Narratives of young people’s heterosexual experiences in the UK”, *Sexualities*, 10, (5), pp. 539-558
- McDermott, Elizabeth (2011), “The world some have won: Sexuality, class and inequality”, *Sexualities*, 14, (1), pp. 63-78
- McPhillips, Kathryn *et al* (2001), “Defining (Hetero)sex: How imperative is the “coital Imperative”?”, *Women’s Studies International Forum*, 24, (2), pp. 229-240
- McRobbie, Angela (2009), *The Aftermath of Feminism. Gender, Culture and Social Change*, London, Sage
- Mendes-Leite, Rommel e Bruno Proth (2000), “D’une norme à l’autre? De quelques conséquences de l’assignation sexuelle”, *Journal des anthropologues, Anthropologie des sexualités*, (online), 82-83
- Disponível em: <http://jda.revues.org/3290>
- Menéndez, Millán Arroyo (2007), “Religiosidade e valores em Portugal; comparação com a Espanha e a Europa Católica”, *Análise Social*, VLII, (184), pp. 757-787
- Messner, Michael (2000), “Barbies Girls versus Sea Monsters: Children Constructing Gender”, *Gender & Society*, 14, (6), pp. 765-784
- Merton, Robert (1972), “Insiders and Outsiders”, em Robert Merton (1996), *On social Structure and Science*, Ed. Piotr Sztompka, Chicago, The University of Chicago Press
- Miguel, Nuno e Duarte Vilar (1987), “Afectividade e Sexualidade no Novo Contexto Social e Cultural”, *Situação, Problemas e Perspectivas da Juventude em Portugal XII, Inquérito I.E.D. Valores e Atitudes dos Jovens*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
- Monteiro, Simone (1999), “Género, sexualidade e juventude numa favela carioca”, em Maria Luiza Heilborn (org.) *Sexualidade*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, pp. 117-145
- Monteiro, Teresa, Líbano (2011), “Fé, credos e religiões”, em Ana Nunes de Almeida (coord.), *História da vida privada em Portugal, Maia. Os Nossos Dias*, Maia, Círculo de Leitores, pp. 278 - 307
- Mottier, Véronique (2008), *Sexuality. A very short introduction*, Oxford University Press
- Mossuz-Lavau, Janine (2002), “La vie sexuelle des femmes”, *Sciences Humaines*, 130
- Mutcher, Matt (2000), “Young Gay Men’s Stories in the States: Scripts, Sex, and Safety in the Time of AIDS”, *Sexualities*, 3, (1), pp. 31-54
- Mouzelis, Nicos (1995), *Sociological theory: What Went Wrong? Diagnosis and remedies*, London and New York, Routledge
- Nardi, Peter (1992), “That’s what Friends are For: Friends as Family in the Gay and Lesbian Community”, em Ken Plummer (ed.), *Modern Homosexualities. Fragments of Lesbian and Gay Experience*, New York, Routledge, pp. 108-120
- Nardi, Peter (2007), “Friendship, Sex, and Masculinity”, em Michael Kimmel (ed.), *The Sexual Self. The Construction of sexual Scripts*, Nashville, Vanderbilt University Press, pp. 49-57
- Nayak, Anoop; Mary Jane Kehely (1996), “Playing it Straight: masculinities, homophobias and schooling”, *Journal of Gender Studies*, 5, (2), pp. 211-230
- Nayak, Anoop e Mary Jane Kehely (2008), *Gender, Youth and Culture. Young Masculinities and Feminities*, Hampshire, Palgrave Macmillan
- Nico, Magda (2011), *Transição Biográfica Inacabada. Transições para a Vida Adulta em Portugal e na Europa na Perspetiva do Curso de Vida*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL

- Nilsen, Ann e Julia Brannen (2002), “Theorising the individual-structure dynamic”, em Julia Brannem *et al* (ed.), *Young Europeans, Work and Family: Futures in Transition*, London and New York, Routledge, pp. 30-47
- Nogueira, Conceição e João Manuel de Oliveira (org.) (2010), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, Lisboa, CIG
- O’Connor, Pat *et al* (2002), “Young people’s awareness of gendered realities”, em Julia Brannem *et al* (ed.), *Young Europeans, Work and Family: Futures in Transition*, London and New York, Routledge, pp. 88-115
- Oliveira, João Manuel *et al* (2010), “Pessoas LGBT – identidades e discriminação”, em Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira (org.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, Lisboa, CIG, pp. 149-209
- Olomucki, H. (2004), “Multiplicité des discours sur la sexualité”, em Alain Giami e Marie-Ange Schiltz (dir.), *L’expérience de la sexualité chez de jeunes adultes*, Paris, INSERM, pp. 327-356
- Oinonem, Erikka (2004), “Starting the first family”, *European Societies*, 6, (3), pp. 319-346
- Ortiz-Torres, Blanca *et al* (2003), “Urban women’s gender scripts: implications for HIV prevention”, *Culture, Health & Sexuality*, 5, (1), pp. 1-17
- Pacheco, José (2000) *O sexo por cá*, Livros Horizonte, Lisboa
- Paicheler, Geneviève e Maria-Andrea Loyola (dir.) (2003), *Sexualité, normes et contrôle social*, Paris, Editions L’Harmattan
- Pais, José Machado (1985) “Família, Sexualidade e Religião”, *Análise Social*, XXI, pp. 345-389
- Pais, José Machado (1993) *Culturas juvenis*, Imprensa Nacional da casa da Moeda, Lisboa
- Pais, José Machado (1993 a)), *Estudos de Juventude de Jovens Europeus, Cadernos do CIES*, 5, (8), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Instituto Português da Juventude
- Pais, José Machado (1993 b)), “Percurso para a vida adulta num contexto de mudança social: o caso ilustrativo de Portugal”, José Machado Pais (org.), *Estudos de Juventude de Jovens Europeus, Cadernos do CIES*, 5, (8), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Instituto Português da Juventude, pp. 15-26
- Pais, José Machado (1996 a)), “Sociabilidade”, em João Ferreira de Almeida *et al* (coord.) *Jovens de aqui e de hoje: resultados de um inquérito à juventude do Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 171-191
- Pais, José Machado (1996 b)) “Sexualidade”, em João Ferreira de Almeida *et al* (coord.) *Jovens de aqui e de hoje: resultados de um inquérito à juventude do Concelho de Loures*, Câmara Municipal de Loures, pp. 195-211
- Pais, José Machado (coord.) (1998), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa; ICS
- Pais, José Machado (1998), “Vida amorosa e sexual”, em José Machado Pais (coord.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Lisboa, ICS, pp. 407-465
- Pais, José Machado (2001), “O que explica a religiosidade dos portugueses? Um ensaio de análise tipológica”, em José Machado Pais *et al* (orgs.), *Atitudes sociais dos portugueses 2. Religião e Bioética*, Lisboa, ICS, pp. 185 - 235
- Pais, José Machado (2010), “Introdução”, em José Machado Pais e Vitor Sérgio Ferreira (org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 10. Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho d Europa*, Lisboa, ICS, pp. 19-35
- Pais, José Machado (2012), *Sexualidade e Afectos Juvenis*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais
- Pais, José Machado e Vitor Sérgio Ferreira (org.) (2010), *Atitudes Sociais dos Portugueses 10. Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho d Europa*, Lisboa, ICS
- Pais, José Machado *et al* (2005-11), *Jovens Europeus: um Retrato da Diversidade*, *Tempo Social*, 17, (2), pp. 109-140
- Pais, José Machado *et al* (org.) (2011), *Jovens e Rumos*, Lisboa, ICS

- Pappámikael, Lia (2004), “Relações Intergeracionais, Apoio Familiar e Transições Juvenis para a Vida Adulta em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 91-116
- Pappámikael, Lia (2009), *Juventude, Família e Autonomia. Entre a norma social e os processos de individuação*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
- Parker, John *et al* (2003), *Social Theory: A Basic Tool Kit*, Londres, Palgrave Macmillan
- Parker, Richard e Peter Aggleton (2007 [1999]), *Culture, Society and Sexuality. A Reader, 2nd Edition*, London and New York, Routledge
- Pascoe, C. J. (2007), *Dude You're a Fag. Masculinity and Sexuality in High School*, Berkeley, Los Angeles and London, University of California Press
- Peplau, Letitia *et al* (2004 [1996]), “Gay and Lesbian Relationships”, em Michael Kimmel e Rebecca Plante (ed.), *Sexualities. Identities, Behaviors and Society*, New York e Oxford, Oxford University Press, pp. 200-215
- Pereira, Maria do Mar (2012), *Fazendo Género no Recreio. A negociação do género em espaço escolar*, Lisboa, ICS
- Peto, Danièle *et al* (1998), “Sexual adaptation to HIV risk”, em Michel Hubert *et al* (ed.), *Sexual Behaviour and HIV/AIDS in Europe*, London, UCL Press, pp. 245-265
- Pires, Rui Pena (2003) “Interação, Sistema e Integração”, *Migrações e Integração*, Oeiras, Celta, pp. 13-55
- Plummer, Ken (1995), *Telling Sexual Stories: power, change and social worlds*, London and New York, Routledge
- Plummer, Ken, (2003), *Intimate Citizenship. Private Decisions, Public Dialogues*, Seattle & London, University of Washington Press
- Plummer, Ken (2005), “Male Sexualities”, em Michael Kimmel *et al* (ed.), *Handbook of Studies on Men & Masculinities*, Thousand Oaks, London, New Delhi, Sage Publications, pp. 178-193
- Plummer, Ken (2007), “Queer, Bodies, and Postmodern Sexualities. A Note on Revisiting the “Sexual” in Symbolic Interactionism”, em Michael Kimmel (ed.), *The Sexual Self. The Construction of sexual Scripts*, Nashville, Vanderbilt University Press, pp. 16-30
- Plummer, Ken (2010), “Generational Sexualities, Subterranean Traditions, and the Hauntings of the Sexual World: Some Preliminary Remarks”, *Symbolic Interaction*, 33, (2), pp. 163-190
- Poel, Yolanda te e Janita Ravesloot (1995), “A bridge too far? Communication on sexuality within families”, *Young*, 3, (2); pp. 58-70
- Policarpo, Verónica (2011 a)), *Indivíduo e Sexualidade: a construção social da experiência sexual*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade Sociologia Geral, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
- Policarpo, Verónica (2011 b)), “Sexualidades em construção, entre o privado e o público”, em Ana Nunes de Almeida (coord.), *História da vida privada em Portugal, Maia. Os Nossos Dias*, Maia, Círculo de Leitores, pp. 48-79
- Ramos, Vera *et al* (2005), “Atitudes e comportamentos sexuais de mulheres universitárias: A hipótese do duplo padrão sexual”, *Análise Psicológica*, XXIII, (2), pp. 173-185
- Rahman, Momin e Jackson, Stevi (2010), *Gender and sexuality. Sociological approaches*, Cambridge, Polity Press
- Redman, Peter (2001), “The discipline of Love: Negotiation and Regulation in Boy’s Performance of a Romance-Based Heterosexual Masculinity”, *Men and Masculinities*, 4, (2), pp. 186-200
- Rich, Adrienne (2007 [1982/1986]), “Compulsory heterosexuality and lesbian existence”, em Richard Parker e Peter Aggleton (ed.) (2007 [1999]), *Culture, Society and Sexuality. A reader*, 2nd edition, New York, Routledge, pp. 209-236

- Richardson, Diane (1996), "Heterosexuality and social theory", em Diane Richardson (ed.) *Theorising heterosexuality*, New York, Open University Press, pp. 1-20
- Richardson, Diane (1997), "Sexuality and Feminism", em Victoria Robinson e Diane Richardson (ed.), *Introducing Women's Studies. Second Edition*, New York, Palgrave
- Richardson, Diane (2000), *Rethinking Sexuality*, London, Sage Publications
- Richardson, Diane (2007), "Patterned Fluidities: (re)imagining the relationship between gender and sexuality", *Sociology*, 41, (3), pp. 457-74
- Richardson, Diane (2010), "Youth masculinities: compelling male heterosexuality", *The British Journal of Sociology*, 61, (4), pp. 737-756
- Robinson, Victoria *et al* (2007), "Representing "Sex" in the Research Process", *International Journal of Social Research Methodology*, 10, (3), pp., 181-194
- Ross, Ellen e Rayana Rapp (1997), "Sex and society: a research note from social history and anthropology", em Roger N. Lancaster e Micaela Di Leonardo (ed.), *The gender/ Sexuality reader: Culture, History, political economy*, Routledge, New York and London, pp.153-168
- Rubin, Gayle (2007 [1984]), "Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality", em Richard Parker e Peter Aggleton (2007 [1999]), *Culture, Society and Sexuality. A Reader, 2nd Edition*, London and New York, Routledge, pp. 150-187
- Rust, Paula (2004 [1999]), "Two Many and Not Enough", em Michael Kimmel e Rebecca Plante (ed.), *Sexualities. Identities, Behaviors and Society*, New York e Oxford, Oxford University Press, pp. 216-229
- Santos, Ana Cristina (2005), *A lei do Desejo – Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento
- Santos, Ana Cristina (2012), "The Politics of Sexuality in Portugal", em Sally Hines e Yvette Taylor (ed.), *Sexualities: past reflections, future directions*, London, Palgrave MacMillan, pp. 168-185
- Santos, Sofia Almeida *et al* (2009), "Como os Contextos Educativos Trabalham nas e com as Sexualidades Juvenis", comunicação apresentada no X Congresso Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança, 30 Abril – 2 Maio, Bragança
- Saraceno, Chiara (1997) *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa
- Saraceno, Chiara *et al* (2005), *First European Quality of Life Survey: Families, work and social networks*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, (online)
- Disponível em <http://www.eurofund.eu.int/areas/qualityoflife.eqls.htm>
- Savin-Williams, Ritch (2004 [1996]), "The Importance of Dating and Romance", em Michael Kimmel e Rebecca Plante (ed.), *Sexualities. Identities, Behaviors and Society*, New York e Oxford, Oxford University Press, pp. 113-122
- Scott, Jonh (1995), *Sociological Theory: Contemporary Debates*, Cheltenham, UK, Edward Elgar
- Seal, David Wyatt e Anke A. Ehrhardt (2007 [2003]), "Masculinity and urban men: perceived scripts for courtship, romantic, and sexual interactions with women", em Richard Parker e Peter Aggleton (2007 [1999]), *Culture, Society and Sexuality. A Reader, 2nd Edition*, London and New York, Routledge, pp. 375-396
- Seidman, Steven (1991), *Romantic Longings. Love in America, 1830-1980*, New York & London, Routledge
- Seidman, Steven (2002), *Beyond The closet. The transformation of Gay and Lesbian Life*, New York and London, Routledge
- Seidman, Steven (2003), *The Social Construction of Sexuality*, New York & London, Norton & Company

- Seidman, Steve *et al* (2004 [1999]), “Beyond The Closet? The Changing Social Meaning of Homosexuality in the United States”, em Michael Kimmel e Rebecca Plante (ed.), *Sexualities. Identities, Behaviors and Society*, New York e Oxford, Oxford University Press, pp. 184-199
- Shorter, Edward (2001 [1975]), *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar
- Silva, Manuel Carlos (2004), “Honra e Vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo das mulheres”, em José Portela e João Castro Caldas (org.) *Portugal Chão*, Oeiras, Celta, pp. 67-86
- Silva, Vanda Aparecida da (2011), “Interdições e prazeres: estigma, vergonha e constrangimentos”, em José Machado Pais *et al*, (org.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, ICS, pp. 295-313
- Silvano, Filomena (2001), *Antropologia do espaço: uma introdução*, Oeiras, Celta Editora
- Simon, William (1996), *Postmodern sexualities*, London & New York, Routledge
- Singly, François (1996), *Le soi, le couple e la famille*, Paris, Essais & Recherches – Nathan
- Singly, François (2004), “La spécificité de la jeunesse dans les sociétés individualistes”, em François Dubet *et al* (dir.), *Comprendre – Revue de Philosophie et de Sciences sociales des jeunes*, Paris, Puf, pp. 259-273
- Singly, François e Elsa Ramos (2010/1), “Moments Communs en Famille”, *Ethnologie française*, 40, pp. 11-18
- Skeggs, Beverley (1997), *Formations of Class & Gender*, London, Thousand Oaks, New Dehli, Sage Publications
- Solomon, Yvette *et al* (2002), “Intimate Talk between Parents and their Teenage Children: Democratic Openness or Covert Control?”, *Sociology*, 36, (4), pp 965 - 983
- Spira, Alfred *et al* (1993) *Les Comportements sexuels en France*, La documentation Française, Rapports Officiels
- Tavares, Manuela (2008), *Feminismos em Portugal (1947 – 2007)*, Dissertação de Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta
- Disponível em:
<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1346/1/Tese%20de%20doutoramento%20Manuela%20TavaresV.F.pdf>
- Taylor, Yvette (2006), “Intersections of class and sexuality in the classroom”, *Gender and Education*, 18, (4), pp. 447-452
- Taylor, Yvette (2011 a)), “Sexualities and class”, *Sexualities*, 14, (1), pp. 3-11
- Taylor, Yvette (2011 b)), “Complexities and Complications: Intersections of Class and Sexuality”, em Yvette Taylor *et al* (ed.), *Theorizing intersectionality and sexuality*, London, Palgrave MacMillan, pp. 37-55
- Taylor, Yvette *et al* (ed.) (2011), *Theorizing intersectionality and sexuality*, London, Palgrave MacMillan
- Therborn, Goran (2004), *Between Sex and Power. Family in the World, 1900 – 2000*, London and New York, Routledge
- Rachel Thomson e Sue Scott (1992), *Learning about sex: young women and the social construction of sexual identity*, London, The Tufnell Press
- Thomson, Rachel e Janet Holland (1998), “Sexual Relationships, Negotiation and Decision Making”, em Jonh Coleman e Debi Roker (eds), *Teenage Sexuality – Health, Risk and Education*, Amsterdam, Harwood Academia Publishers, pp. 59-79
- Thomson, Rachel *et al* (2003), “Making the Most of What You’ve Got? Resources, Values and Inequalities in Young Women’s Transitions to Adulthood”, *Educational review*, (55), (1), pp. 33-46
- Thorne, Barrie (1993), *Gender and Play. Girls and Boys in School*, Buckingham, Open University Press
- Torres, Anália (1987), “Amores e desamores: para uma análise sociológica das relações afectivas”, *Sociologia, problemas e práticas*, 3, pp. 21-33

- Torres, Anália (1996 a), “A família”, em João Ferreira de Almeida *et al* (coord.), *Jovens de aqui e de hoje: resultados de um inquérito à juventude do Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 109-127
- Torres, Anália (1996), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos – uma análise sociológica*, Oeiras, Celta
- Torres, Anália (1997), “Casar? Porque não? – Práticas e perspectivas de jovens portugueses sobre o casamento e a família”, em José Machado Pais e Lynne Chisholm (coord.), *Jovens em mudança – Actas do congresso internacional Growing up between centre and periphery*, Lisboa, ICS, pp. 201-221
- Torres, Anália (2000), “Amor e sociologia: da estranheza ao reencontro”, comunicação apresentada no *IV Congresso de Sociologia – Sociedade Portuguesa – passados recentes/futuros próximos*, Painel Temático: Lugares e expressões dos afectos, Faculdade de Economia de Coimbra, 17-19 Abril, Coimbra
- Torres, Anália (2001), *Sociologia do casamento: A família e a questão feminina*, Oeiras, Celta
- Torres, Anália (2002), *O casamento em Portugal: Uma análise sociológica*, Oeiras, Celta
- Torres, Anália (2004), “Amor e ciências Sociais”, *Travessias*, 4-5, pp. 15-45
- Torres, Anália (2010), *Lição de Síntese: Mudanças na Família. O privado na agenda pública*, Apresentação no âmbito das Provas de Agregação em Sociologia, Departamento de Sociologia, Lisboa, ISCTE – IUL
- Torres, Anália (2010 b), *Relatório da Unidade Curricular. Sociologia da Família: Teorias e Debates*, Apresentado no âmbito das Provas de Agregação em Sociologia, Departamento de Sociologia, Lisboa, ISCTE – IUL
- Torres, Anália *et al* (2006), “Família na Europa”, em Jorge Vala e Anália Torres (org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 6. Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, ICS, pp. 97-144
- Torres, Anália *et al* (2008), *Trabalho, Família, Igualdade de Género e Políticas Sociais – Transformações Europeias numa perspetiva comparada, Relatório Final*, Lisboa, CIES-IUL
- Torres, Anália e Tiago Lapa (2010), “Familia y jóvenes en Europa. Convergencia y diversidad”, *Revista de Estúdio de Juventud*, Intituto de la Juventud, Espagna
- Disponível em: <http://www.analiatorres.com/pdf/Familiaejovenese%20Europa.pdf>
- Torres, Anália *et al* (2011), “Gender, work and family: balancing central dimensions in individuals’ lives”, *Sociologia Online, Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, 2
- Disponível em: <http://revista.aps.pt/?cad=REV4dc1582d76418&tipo=TAR4b223cfff053b&art=ART4dc283b2a4084>
- Toulemon, Laurent (2008), “Entre le premier rapport sexuel et la première union, des jeunesses encore différentes pour les femmes et pour les homes”, em Nathalie Bajos e Michel Bozon (coord.), *Enquête sur la sexualité en France. Pratiques, Genre et Santé*, Paris, La Découverte, pp. 163-195
- Turtiainem, Pirjo *et al* (2007), “All in the Family? The Structure and Meaning of Family Life among Young People”, *Journal of Youth Studies*, 10, (4), pp. 477 - 493
- Vala, Jorge (1993), “Representações sociais”, em Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (coord.), *Psicologia Social*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 353-384
- Vance, Carol (1984), “Pleasure and Danger: Toward a Politics of Sexuality”, em Carol Vance (ed.), *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*, Boston, London, Melbourne e Henley, Routledge e Lagan Paul
- Vance, Carol (2007 [1991]), “Anthropology rediscovers sexuality: A theoretical comment”, em Richard Parker e Peter Aggleton (2007 [1999]), *Culture, Society and Sexuality. A Reader, 2nd Edition*, London and New York, Routledge, pp. 41-57
- Vasconcelos, Pedro (1997), “Práticas e discursos da conjugalidade e de sexualidade dos jovens Portugueses”, em Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (coord.). *Jovens Portugueses de hoje. Resultados do Inquérito de 1997*, Oeiras, Celta, pp. 215-305

- Vasconcelos, Pedro (1998), “Vida familiar”, em José Machado Pais (coord.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa; ICS, pp. 321-404
- Velho, Gilberto (1987 [1981]), *Individualismo e Cultura, Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, 2ª edição, Jorge Zahar Editor
- Vieira, Cristina (2009), *Sexualidades juvenis: continuidades e mudanças. Um estudo qualitativo no distrito do Porto*, Dissertação de doutoramento em Sociologia, especialidade de Sociologia da Saúde, Porto, Universidade aberta
- Vieira, Maria Manuel (2011), “Entre a casa e a escola: a lenta afirmação da escolaridade em Portugal”, em Ana Nunes de Almeida (eds.), *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 174-207
- Vieira, Ricardo (2004), “Leiria: Identificação de uma Região”, in Ricardo Vieira (coord.), *Atas do Congresso: Pensar a Região de Leiria*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, Escola Superior de Educação de Leiria, pp. 25-30
- Vieira da Silva, Francisco (2006), *Família, Individualização e Experiências da Homossexualidade em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
- Vilar, Duarte (2001), *Falar disso: a educação sexual nas famílias dos adolescentes*, Porto, Edições Afrontamento
- Vilar, Duarte (2010), “Contraceção e aborto na paisagem conjugal e sexual contemporânea”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (org.), *Sexualidades em Portugal. Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio, pp. 289-321
- Vilar, Duarte e Ana Gaspar (1999), “Traços Redondos – a gravidez em mães adolescentes”, em José Machado Pais (coord.), *Traços e riscos de vida – uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*, Porto, Âmbar, pp. 31-93
- Vilar, Duarte e Pedro Moura Ferreira (2009), “A educação sexual dos jovens portugueses – conhecimentos e fontes”, *Educação Sexual em Rede*, Associação para o Planeamento da Família, pp. 2-53
- Wall, Karen (2011), “A intervenção do Estado: políticas públicas de família”, em Ana Nunes de Almeida (coord.), *História da vida privada em Portugal, Maia. Os Nossos Dias*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 340-374
- Walther, Andreas (2006), “Regimes of youth transitions: Choice, flexibility and security in young people’s experiences across different European contexts”, *Young*, 14, (2), pp. 119-139
- Warr, Deborah (2001), “The Importance of Love and Understanding: Speculation on Romance in Safe Sex Health Promotion”, *Women’s Studies International Forum*, 24, (2), pp. 241-252
- Weeks; Jeffrey (1985), *Sexuality and its discontents: Meanings, Myths & Modern Sexualities*, London and New York, Routledge
- Weeks, Jeffrey (1987), “Questions of identity”, em Pat Caplan (org.), *The Cultural construction of sexuality*, New York, Routledge, pp. 31-51
- Weeks, Jeffrey (1989), *Sex, Politics and Sexuality. The regulation of sexuality since 1800*, 2nd edition, London and New York, Longman
- Weeks, Jeffrey (1995), *Invented Moralities. Sexual Values in an Age of Uncertainty*, New York, Columbia University Press
- Weeks, Jeffrey (1998) “The sexual citizen”, em Mike Featherstone (ed.), *Theory, Culture & Society: Love and Eroticism*, 15, (3-4), pp. 35-52
- Weeks, Jeffrey (2006 [1986]), *Sexuality*, New York, Routledge
- Weeks, Jeffrey (2007), *The world we have won*, London and New York, Routledge
- Weeks, Jeffrey (2008) “Traps we set ourselves”, *Sexualities*, Vol. 11, (1-2), pp. 27-33

- Weeks, Jeffrey e Janet Holland (1996), "Introduction", em Weeks and Holland (ed.), *Sexual cultures and intimacy*, London, British Sociological Association, Macmillon Press Ltd, pp. 1-14
- Weeks, Jeffrey *et al* (2001), *Same Sex Intimacies. Families of Choice and Other Life Experiments*, London and New York, Routledge
- Weellings, Kaye *et al* (1994), *Sexual Behaviour in Britain*, London, Pinguin Books
- West, Jackie (1999), "(Not) talking about sex: youth, identity and sexuality", *The Sociological Review*, 47, (3), pp. 525-547
- Wight, Daniel (1992), "Impediments to safer heterosexual sex: a review of research with young people", *AIDS Care*, 4, (1), pp. 11-23.
- Wight, Daniel (1996), "Beyond the predatory male: the diversity of young Glaswegian men's discourses to describe heterosexual relationships", em Lisa Adkins and Vicki Merchant (ed.), *Sexualizing the Social Power and the Organization of Sexuality*, London, British Sociological Association, pp. 145-170
- Wilson-Kovacs, Dana (2010), "Some Texts Do It Better: Women, Sexuality Explicit Texts and the Everyday", em Feona Attwood (ed.), *Mainstreaming Sex. The Sexualisation of Western Culture*, London and New York, I.B.Tauris, pp. 147-163

Outras fontes:

Associação para o planeamento da família (site oficial). Disponível em: <http://www.apf.pt/>

Eurostat: estatísticas por tema (site oficial).

Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes>

Ilga Portugal (site oficial). Disponível em: <http://ilga-portugal.pt/ilga/index.php>

Instituto Nacional de Estatística (site oficial).

Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main&xlang=pt

Instituto Português da Juventude (site oficial). Disponível em: <http://juventude.gov.pt/IPJ/Paginas/default.aspx>

Observatório Permanente da Juventude (site oficial). Disponível em: <http://www.opj.ics.ul.pt/>

ANEXOS

ANEXO - 1

Guião de entrevista

Este estudo faz parte de uma pesquisa de doutoramento, sendo financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Sexualidade e sentimento amoroso são aspetos que estão, hoje em dia, muito presentes na vida dos indivíduos, fazendo parte do modo como vivem a sua juventude e de como fazem a sua entrada na vida adulta. Atualmente é comum para um(a) jovem entrar na vida conjugal como uma bagagem significativa de experiências sexuais. No entanto, a pesquisa sociológica mostra que continuam a existir diferenças nos percursos sexuais dos/as jovens, nas suas práticas e nos significados que as envolvem. A ideia desta investigação é a de que conhecer as práticas sexuais e amorosas dos/das jovens e os significados e representações que estas têm para os indivíduos permite obter uma noção mais clara de uma área ainda hoje muito obscurecida da nossa vida social. Deste modo será possível delinear projetos relacionados com a educação sexual e com a saúde reprodutiva que tenham em conta as práticas e representações efetivas dos jovens, tornando-os mais adequados. Assim, gostaríamos de lhe colocar algumas questões sobre a sua trajetória sexual e amorosa e sobre o modo como pensa a sua transição para a vida adulta.

Tudo o que nos disser será protegido pelas garantias de privacidade e será usado apenas de forma anónima, de acordo com as normas de procedimentos científicos.

Dados de caracterização

1. Data de nascimento/ idade
2. Profissão atual (trabalha/não trabalha)
3. Escolaridade mais elevada que atingiu
 - 3.1. Motivos
4. Profissão/ocupação dos pais
5. Escolaridade dos pais
6. Naturalidade (concelho/distrito)
7. Residência (concelho - atual e anteriores)
 - 7.1. Com quem reside (que pessoas que moram consigo em sua casa)
8. Em caso de existência de um relacionamento: namoro, conjugalidade, outro:
 - 8.1. Data de nascimento/idade do cônjuge/ namorado/a
 - 8.2. Profissão do cônjuge/ namorado/a
 - 8.3. Escolaridade do cônjuge/namorado/a
9. Em caso de existência de filhos/a:
 - 9.1. Idade durante a gravidez

9. 2. Número de filhos/as

9.3. Idade atual dos filhos/as

A. Trabalho (caso exerça uma atividade profissional remunerada)

1. Há quanto tempo trabalha?
2. Pode falar-me um pouco da sua trajetória profissional?
3. O que o levou a começar a trabalhar?
4. Pode descrever-me a sua atividade profissional atual?
5. O que sente em relação à sua atividade profissional atual?
6. Qual a importância do trabalho para si?

B. Representações sobre o que é ser-se jovem e adulto/a e sobre a passagem da primeira fase da vida à segunda

1. O que é para si ser-se jovem?
2. O que é para si ser-se adulto/a?
3. Como se considera? (jovem/adulto/a, nem uma coisa nem outra)
4. O que acha que leva um(a) jovem a tornar-se adulto/a (aspetos centrais da transição para a vida adulta)?

C. Representações sobre ser-se homem e mulher

1. O que é para si ser-se homem? E mulher? Quais as diferenças/semelhanças entre ambos?
2. Imagine um homem que tenha vários relacionamentos esporádicos e uma mulher nas mesmas circunstâncias. O que pensa sobre cada um deles?
3. Como entende o relacionamento entre homens e mulheres? (podem ser amigos; são seres muito diferentes, é impossível serem amigos...)

D. Socialização e redes de sociabilidades

Família de Orientação (pais/ pessoas com quem vive)

1. Qual a importância da família para si?
2. Quem considera serem os membros da sua família?
3. Que tipo de relacionamento tem com os membros da sua família?
4. Os seus pais falam consigo sobre sexualidade? Em que aspetos?

5. Costuma falar com algum elemento da sua família sobre sexualidade?
 - 5.1. Quem?
 - 5.2. Sobre o que costumam falar?
6. Os seus pais interferem nas suas relações de amizade?
7. E nos sítios que costuma ir com os seus amigos/as? (p. ex. saídas noturnas)
 - 7.1. Tem horas de chegada a casa?
8. Qual a opinião dos seus pais sobre os seus namoros? (interferem, não interferem)
 - 8.1. E sobre os/as seus/suas namorados/as (dão opinião, não dão; conhecem, não conhecem...)
9. (No geral) Qual a opinião dos seus pais
 - 9.1. Perante aspetos da relação entre os dois sexos, como ir à discoteca, beijar, namorar
 - 9.2. Perante a sexualidade; uso de contraceptivos
10. Qual a importância para si de se falar sobre sexualidade na família, nomeadamente com os pais?

Escola

1. Pode falar-me um pouco sobre a sua trajetória escolar?
2. Como a considera a escola em relação ao seu futuro: importante/irrelevante?
3. Considera que a escola é um bom local para conviver e construir relações de amizade?
4. Com quem se fala sobre sexualidade na escola: p. ex. professores/as; amigos/as?
 - 4.1. Em que circunstâncias é que o tema da sexualidade pode surgir em conversa, na escola?
 - 4.2. Quando tal acontece sobre que temas costumam falar?
5. Alguma vez teve educação sexual na escola:
 - 5.1. A educação sexual que teve na escola foi relevante para si?
 - 5.2. Considera que a educação sexual que recebeu na escola foi suficiente? Ou achas que pelo contrário deveria ter havido mais? De que forma?
 - 5.3. Qual é para si a importância que a escola deveria ter para transmitir estes conhecimentos?

Grupo de pares

1. O que é para si a amizade?
2. Qual a importância da amizade para si?
3. Pode falar-me um bocadinho do seu grupo de amigos/as:
 - 3.1. A constituição (género, idade, profissão),
 - 3.2. Onde se conheceram;
 - 3.4. Os locais de sociabilidade: onde se encontram, para onde costumam ir?
 - 3.5. O que costumam fazer?

- 3.6. Sobre o que costumam falar?
4. Houve transformação do seu grupo de amigos/as ao longo do tempo ou estes foram sempre os/as mesmos/as? Em que circunstâncias mudaram?
5. Costumam conversar sobre sexualidade?
- 5.1. Quais são os temas sobre os quais conversam mais frequentemente?
- 5.2. Confidencia com os/as seus/suas amigos/as sobre este assunto? Pode dar-me alguns exemplos? Em que circunstâncias o fazem?
6. – Qual é para si a importância de se falar sobre sexualidade com os/as amigos/as?

E. Representações sobre a sexualidade

1. O que é para si a sexualidade? (p. ex. ter relações sexuais; relação entre duas pessoas, forma de comunicação)
2. Qual a importância da sexualidade para si?
- 2.1. Considera que é igual para homens e para mulheres?
2. O que é para si uma relação sexual (p. ex., relações orogenitais, penetração vaginal/anal; carícias sexuais, - o que envolve?)
3. O que é curtir? Concorda com isso? Onde se faz?
3. 1. Quais as diferenças entre curtir e namorar?
4. Qual a importância da primeira relação sexual:
- 4.1. Para si;
- 4.2. Para os outros;
- 4.3. Em função do género? (será que tem o mesmo significado ou é diferente quando se trata de rapazes ou raparigas?)
5. Na sua opinião o que deve ocorrer para que haja uma primeira relação sexual?
- 5.1. E as seguintes? (p. ex. amor; vontade; etc.)
- 5.2. Foi assim que se passou consigo?
6. Considera que existem pressões no sentido de ter relações sexuais?
- 6.1. Que tipos de pressões podem existir?
- 6.2. Da parte de quem podem existir essas pressões?
7. Qual a sua opinião sobre uma pessoa que tem uma relação sexual no primeiro encontro (ou nos encontros seguintes)? É igual para homens e para mulheres?
8. Quanto tempo acha que deve levar para se ter uma relação sexual com alguém?
9. Qual a sua opinião relativamente à infidelidade?
- 9.1. Imagine que uma pessoa casada tinha uma relação com outra pessoa que não o/a seu/sua atual companheiro/a. Qual a sua opinião em relação a esta situação.

9. 2. Considera que existem diferenças entre um indivíduo casado e um solteiro ou, pelo contrário, pensa que é semelhante?

10. Bloco de perguntas realizadas aos indivíduos tidos como heterossexuais: O que acha das relações entre pessoas do mesmo sexo?

10.1. Já alguma vez se sentiu atraído por pessoas do mesmo sexo? Em que circunstâncias?

10.2. Qual a sua opinião sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo?

10.3. Gostaria também de saber qual a sua opinião relativamente à adoção por casais homossexuais.

10. Bloco de perguntas realizadas apenas aos indivíduos com uma orientação sexual não heterossexual: Atualmente como se define quanto à sua identidade sexual (heterossexual, homossexual, bissexual)?

10.1. O que é que o faz definir-se enquanto tal?

10.2. Quando foi a primeira vez que se apercebeu que se sentia atraído por pessoas do mesmo sexo? Como reagiu?

10.3. Assumiu a sua identidade sexual perante as pessoas que o rodeiam (família, amigos, colegas de trabalho)?

Caso tenha assumido a sua orientação sexual:

- O que o levou a assumir a sua identidade sexual?

- Como é que as pessoas à sua volta reagiram?

Caso não tenha assumido a sua identidade sexual:

- O que o levou a não assumir a sua orientação sexual?

10.4. A sua orientação sexual tem implicações no modo como vive a sua vida?

10.5. O que é que a sua identidade sexual significa para si? (Qual a importância da sua orientação sexual na sua identidade pessoal?)

10.6. Qual a sua opinião sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo?

10.7. Gostaria também de saber qual a sua opinião relativamente à adoção por casais homossexuais.

10.8. Como considera que a homo/bissexualidade é encarada em Portugal?

11. E o que acha da prostituição?

11.1. Já recorreu?

11.2. E o que acha sobre a legalização da prostituição? Já pensou nesta possibilidade? Qual seriam para si as vantagens e as desvantagens da legalização da prostituição?

11.3. Imagine um indivíduo (homem ou mulher) que tendo uma relação estável recorre à prostituição. Qual é a sua opinião em relação à situação? E se for um indivíduo solteiro? Acha que é igual? Diferente? Qual é a sua opinião?

F. Amor

1. Qual a importância do amor para si?
2. Existem diferenças entre o amor e a paixão?
3. Têm os dois a mesma importância ou um é mais importante que o outro?
4. Para si o amor é igualmente importante para homens e para mulheres ou existem diferenças? Quais?

G. Fontes de informação formais e informais sobre sexualidade, gravidez, casamento, namoros

(ex. irmãos/irmãs, pais, amigos/as, namorado/a, familiares, professores/as, experiência, igreja, rádio, televisão, revistas, jornais, panfletos, livros, cinema, vídeo, pornografia, escola, centros de saúde, etc.)

1. Pode falar-me um bocadinho sobre onde é que ouviu falar/leu sobre questões relacionadas com:
 - 1.1. Sexualidade;
 - 1.2. Relações amorosas
 - 1.3. Conjugalidade;
 - 1.4. Utilização de métodos contraceptivos.

H. Métodos contraceptivos

1. Que métodos contraceptivos conhece?
2. Usou algum método contraceptivo na sua primeira relação sexual?
 - 2.1. E nas seguintes?
 - 2.2. Qual?
 - 2.3. Porque motivos? (caso não tenha usado, porque motivos não usou)
3. Que perceção tem dos diferentes métodos contraceptivos?
4. Considera que consegue comunicar com o(s)/a(s) seu(s)/sua(s) (ex.) companheiro(s)/a(s) sobre contraceção?

I. Práticas sexuais

1. Pode falar-me um pouco sobre o seu percurso sexual até à atualidade - idades, práticas, contextos, significados, motivações:
 - 1.1. Jogos sexuais; primeiras experiências;
 - 2.2. Primeiros beijos;
 - 3.3. Masturbação;

- 3.4. Primeira relação sexual e outras relações sexuais;
 - 3.5. Relações sexuais oro-genitais; anais;
 - 3.6. Namoros: namoricos/namoros a sério;
 - 3.7. Curtes e/ou relacionamentos esporádicos;
 - 3.8. Utilização da internet na procura de sites eróticos ou de encontros com pessoas para envolvimento amorosos e/ou sexuais;
 - 3.9. Número de parceiros: do mesmo sexo/do sexo oposto
 - 3.10. Outro que considere relevante...
2. Quais foram os motivos que o/a levaram a ter a sua primeira relação sexual?
 - 2.1. E as seguintes?
 3. Já alguma vez sentiu pressão para fazer algo ao nível da sexualidade (p. ex. para ter a primeira relação sexual)?
 - 3.1. Por parte de quem sentiu essa pressão?
 4. Ao nível da sexualidade existe algo que gostasse muito de fazer?
 - 4.1. Pode falar-me um pouco sobre esse desejo?
 - 4.2. Já o conseguiu concretizar?
 5. Costuma refletir sobre as suas práticas sexuais (o que vai fazer, o que gostaria de fazer, o que fez)? Pode dar-me alguns exemplos?
 6. Se pudesse, mudaria alguma coisa no seu percurso sexual? O que seria?

J. Parceiros (curtes, namoros...):

1. Pode falar-me um pouco do/a seu/sua atual parceiro/a
 - 1.1. Quem é?
 - 2.2. Onde o/a conheceu?
 - 2.3. O que fazem juntos?
 - 2.4. Sobre que assuntos conversam?
 - 2.5. Fala de sexualidade com o/a seu/sua parceiro/a?
 - 2.6. Quanto tempo durou a relação?
 - 2.7. O que levou ao fim da relação com os/as seus/suas parceiros/as anteriores?
2. Agora pode falar-me um pouco do(s)/da(s) seu(s)/sua(s) parceiro(s)/a(s) anteriores?
 - 1.1. Quem são?
 - 2.2. Onde os/as conheceu?
 - 2.3. O que faziam juntos?
 - 2.4. Sobre que assuntos conversavam?
 - 2.5. Falavam sobre sexualidade?
 - 2.6. Quanto tempo durou a relação?

- 2.7. O que levou ao fim da relação com os seus parceiros anteriores?
3. Quem seria para si um parceiro ideal?

3.1. Quais as qualidades que um parceiro ideal deve ter?

K. Conjugalidade e Parentalidade

(Caso exista uma vivência em conjugalidade: antes de viver em conjugalidade pensou nessa possibilidade? O que o/a levou a ir viver em conjugalidade?)

1. Pensa um dia vir a viver em conjugalidade?
2. Caso pudesse/quisesse ir viver com alguém o que escolheria: casar (pela igreja ou pelo civil) ou coabitar? Quais os motivos?
3. O que o/a levaria a viver em conjugalidade?
4. Na sua opinião o que leva uma pessoa a viver em conjugalidade?
 - 4.1. Acha que é igual ou diferente para homens e para mulheres?
5. Casaria/coabitaria com alguém que tivesse tido “muitos/as” parceiros/as sexuais?
6. Casaria/coabitaria com alguém que tivesse filhos/as?
7. Qual é para si a importância da sexualidade para o casal?
8. Deseja ter filhos/as?
 - 8.1. Quantos/as filhos/as gostaria de ter?
 - 8.2. O que a levaria a ter filhos/as?
 - 8.3. Quando pensa estar preparado/a para ter filhos/as?

L. Intenções residenciais

1. Com quem gostaria de viver?
 2. Quais as razões que o/a levariam a sair de casa dos pais?
- (Caso já não viva com os pais: Quais os motivos para ter saído de casa dos pais?)

M. Expectativas de futuro – pode falar um bocadinho dos seus projectos:

1. A nível escolar
2. A nível profissional
3. A nível familiar
4. A nível do lazer

N. Religião

1. Tem alguma religião?
 - 1.1. (Se sim) Pratica-a?
 - 1.2. Que papel tem a religião para si?
2. Considera que a sexualidade e a religião pertencem a um mesmo domínio ou pertencem a domínios separados?
3. Acha que a religião influencia as suas escolhas em relação à vida quotidiana? E em relação à sexualidade (p. ex. a ter relações sexuais antes do casamento, na utilização de contraceção)?
4. Alguma vez sentiu alguma contradição entre aquilo em que acredita do ponto de vista religioso e o que acha que deve fazer, nomeadamente no que diz respeito à sua vida sexual?

O. Finalização

1. Qual a sua opinião sobre este guião de entrevista?
2. E sobre a importância do tema (a sexualidade, as relações amorosas, a conjugalidade) no geral?
3. Gostaria de acrescentar alguma coisa que ache relevante, mas sobre a qual não tenha falado no decorrer da entrevista?

ANEXO - 2

Caraterísticas sociodemográficas dos/as jovens; orientação sexual; posição perante um relacionamento sexual e amoroso estável; posição perante a parentalidade; e posição perante a religiosidade

Nome	Género	Orientação sexual	Idade	Nível Educação	Posição perante o trabalho	Tipo Trabalho	Trabalho Pais	Parceiros/as	Parentali//	Religiosi//
Ana	M	Hetero	24-29	10º a 12º ano	Des	EE	EE	Conjugalidade	0	Não praticante
Andreia	M	Hetero	18-23	> 12º ano	Est	Est	TI+OP	C/ namorado/a	0	Mais religioso/a
António	H	Hetero	18-23	> = 9º ano	Emp	Op	Op	C/ namorado/a	0	Não praticante
Bernardo	H	Hetero	18-23	> 12º ano	Est	Est	TI+EE	S/ namorado/a	0	Não religioso
Bruno	H	Hetero	18-23	10º a 12º ano	Emp	TI	EE	S/ namorado/a	0	Não praticante
Carla	M	Hetero	24-29	10º a 12º ano	Emp	EE	EE	S/ namorado/a	0	Mais religioso/a
Carolina	M	Hetero	18-23	> 12º ano	Emp	EE	EE	S/ namorado/a	0	Não praticante
Catarina	M	Hetero	18-23	> = 9º ano	Emp	EE	Op+EE	C/ namorado/a	1	Mais religioso/a
Cátia	M	Hetero	24-29	> 12º ano	Emp	PTE	TI	C/ namorado/a	0	Não praticante
Célia	M	Hetero	24-29	> 12º ano	Trab/Est	EE	Op	S/ namorado/a	0	Mais religioso/a
Clara	M	Hetero	24-29	10º a 12º ano	Emp	EE	Op+EE	C/ namorado/a	0	Não religioso
Cristiano	H	Hetero	18-23	> = 9º ano	Des	Des	EE	Conjugalidade	1	Não praticante
Cristina	M	Hetero	18-23	10º a 12º ano	Emp	EE	EE	C/ namorado/a	0	Mais religioso/a
Daniel	H	Hetero	24-29	10º a 12º ano	Emp	EE	Op+EE	C/ namorado/a	0	Mais religioso/a
Daniela	M	Hetero	18-23	> = 9º ano	Est	Est	Domestica	C/ namorado/a	0	Não praticante
David	H	Hetero	24-29	> = 9º ano	Emp	Op	TI	C/ namorado/a	0	Não religioso
Diana	M	Hetero	24-29	10º a 12º ano	Emp	EE	EE	Conjugalidade	0	Não praticante
Dina	M	Hetero	24-29	> 12º ano	Des	Des	PTE+EDL	S/ namorado/a	0	Não praticante
Diogo	H	Hetero	18-23	> 12º ano	Est	Est	PTE	S/ namorado/a	0	Não religioso
Eurico	H	Homo	24-29	> 12º ano	Est	Est	EDL+EE	S/ namorado/a	0	Não praticante
Fernando	H	Bi	24-29	> 12º ano	Emp	TI	Op+EE	S/ namorado/a	0	Não religioso
Filipe	H	Hetero	24-29	10º a 12º ano	Emp	EE	TI+EE	S/ namorado/a	0	Mais religioso/a
Francisco	H	Homo	24-29	> 12º ano	Emp	PTE	EDL	C/ namorado/a	0	Não praticante
Frederico	H	Hetero	24-29	10º a 12º ano	Emp	EE	PTE	C/ namorado/a	0	Mais religioso/a
Gabriel	H	Hetero	18-23	10º a 12º ano	1º Emp	1º Emp	TI+EE	C/ namorado/a	0	Não praticante
Guilherme	H	Hetero	24-29	10º a 12º ano	Emp	EE	TI	S/ namorado/a	0	Não religioso
Henrique	H	Hetero	24-29	> 12º ano	Trab/Est	PTE	Op+EE	C/ namorado/a	0	Mais religioso/a
Inês	M	Hetero	18-23	10º a 12º ano	Emp	EE	Op	Conjugalidade	0	Não praticante
Isabel	M	Hetero	24-29	> 12º ano	Trab/Est	EE	EE	S/ namorado/a	0	Não praticante
Joana	M	Hetero	18-23	> 12º ano	Des	Des	Op	C/ namorado/a	0	Não praticante
João	H	Hetero	24-29	> 12º ano	Trab/Est	EE	Domestica	S/ namorado/a	0	Não praticante
Joaquim	H	Hetero	24-29	10º a 12º ano	Emp	PTE	Op+EE	S/ namorado/a	0	Não praticante
Jorge	H	Homo	18-23	10º a 12º ano	Emp	PTE	Op	S/ namorado/a	0	Mais religioso/a
José	H	Hetero	18-23	> = 9º ano	Emp	Op	Nao sei	S/ namorado/a	0	Não praticante

Leandro	H	Hetero	18-23	10º a 12º ano	Est	Est	PTE+TI	S/ namorado/a	0	Não religioso
Liliana	M	Homo	18-23	10º a 12º ano	Emp	EE	Nao sei	S/ namorado/a	1	Não praticante
Luís	H	Hetero	24-29	> = 9º ano	Emp	Op	Op	Conjugalidade	0	Não praticante
Mariana	M	Homo	24-29	> 12º ano	Trab/Est	EE	PTE	C/ namorado/a	0	Não praticante
Matilde	M	Bi	24-29	> 12º ano	Des	Des	PTE+EE	Conjugalidade	1	Não religioso
Norberto	H	Hetero	24-29	> 12º ano	Trab/Est	PTE	Op+EE	C/ namorado/a	0	Não praticante
Nuno	H	Homo	24-29	> 12º ano	Est	Est	Op+EE	Conjugalidade	0	Não religioso
Patrícia	M	Hetero	18-23	> 12º ano	Est	Est	PTE+EE	S/ namorado/a	0	Não religioso
Paulo	H	Hetero	18-23	10º a 12º ano	Emp	EE	TI	S/ namorado/a	0	Não religioso
Pedro	H	Hetero	24-29	> 12º ano	Emp	PTE	EDL+Op	S/ namorado/a	0	Mais religioso/a
Raquel	M	Hetero	18-23	> 12º ano	1º Emp	1º Emp	PTE+TI	S/ namorado/a	0	Não praticante
Renata	M	Hetero	18-23	10º a 12º ano	Trab/Est	EE	Op	C/ namorado/a	0	Não praticante
Renato	H	Hetero	18-23	> 12º ano	Est	Est	PTE	C/ namorado/a	0	Mais religioso/a
Ricardo	H	Hetero	24-29	10º a 12º ano	Emp	TI	EDL	C/ namorado/a	0	Não praticante
Rita	M	Hetero	24-29	> 12º ano	Est	Est	EE	C/ namorado/a	0	Mais religioso/a
Rodrigo	H	Hetero	18-23	10º a 12º ano	Emp	Op	EE	S/ namorado/a	0	Não praticante
Rui	H	Hetero	18-23	> 12º ano	Trab/Est	Op	TI+EE	Conjugalidade	0	Não praticante
Rute	M	Hetero	18-23	10º a 12º ano	Emp	EE	Op+EE	C/ namorado/a	0	Mais religioso/a
Sandra	M	Hetero	24-29	> 12º ano	1º Emp	1º Emp	Op	Conjugalidade	0	Mais religioso/a
Sónia	M	Hetero	24-29	> 12º ano	Est	Est	PTE+EE	C/ namorado/a	0	Não praticante
Tânia	M	Hetero	24-29	> = 9º ano	Emp	EE	Op	Conjugalidade	0	Mais religioso/a
Teresa	M	Homo	24-29	10º a 12º ano	Emp	TI	TI+EE	C/ namorado/a	0	Não praticante
Vanessa	M	Homo	24-29	> 12º ano	Trab/Est	Op	Op	S/ namorado/a	0	Mais religioso/a
Vera	M	Hetero	18-23	10º a 12º ano	Emp	EE	PTE+EDL	Conjugalidade	1	Não praticante
Verónica	M	Hetero	18-23	> = 9º ano	Emp	EE	Op+EE	Conjugalidade	1	Não praticante
Victor	H	Hetero	18-23	> 12º ano	Emp	PTE	Op+EE	C/ namorado/a	0	Não praticante

Género: Homem = H; Mulher = M

Orientação sexual: Heterossexual = Hetero; Homossexual = Homo; Bissexual = Bi

Nível de Educação: Licenciatura + Frequenta ensino superior = > 12º ano; Ensino secundário = 10º a 12º ano; Até ao 9º ano = > = 9º ano

Posição Perante o Trabalho: Empregado/a = Emp; trabalhador-estudante = Trab/Est; Estudante = Est; À procura de 1º emprego = 1º Emp; Desempregado(a) = Des

Tipo de Trabalho (Pais): Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais = EDL; Profissionais Técnicos e de Enquadramento = PTE; Trabalhadores Independentes = TI; Empregados/as Executantes = EE; Operários/as = OP

Posição Perante um Relacionamento Amoroso, Sério e Duradouro = Parceiros/as: Sem namorado(a) = S/ namorado/a; Com namorado(a) = C/ namorado/a; Conjugalidade

Parentalidade = Parental//: Sem filhos/as = 0; Um(a) filho/a = 1

Religiosidade = Religiosi//: Católico não praticante forte socialização religiosa + Católico praticante = Mais religioso/a; Católico não praticante = Não praticante; Não religioso/a

